O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

VOLUME 80.º



4.ª SÉRIE — VOLUME 9.º

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

1930

O INSTITUTO

VOLUME 80.º

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

VOLUME 80.º



4.ª SÉRIE — VOLUME 9.º

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

1930

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C, D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

ARCO DO BISPO N.º 1 — COIMBRA

ÍNDICE POR AUTORES

Pág.

AGOSTINHO DA SILVA — A religião grega 91, 175, 289

CARTAN (E.) — La Théorie des Groupes et les Recherches récentes de Geométrie differentielle 438

CORREIA (FERNANDO) — Compromisso do Hospital das Caldas dado pela Raínha D. Leonor sua fundadora em 1512 ..... 107, 241

CORREIA DA SILVA (C. E.) — Ensaio sôbre os latinismos dos «Lusíadas» 124, 266, 333

COSTA VEIGA (A. BOTELHO DA) — De Extremoz a Aljubarrota — Quinze dias de operações de Nun'Álvares (31 de Julho a 14 de Agôsto de 1385) 625

FERRAZ DE CARVALHO (AMADEU) — Três Cartas de Herculano 153

JOÃO PÔRTO — Do valor diagnóstico da cûti-reacção à tuberculina, em clínica infantil 513

JÚLIO JESUS — Artistas portugueses do século XVIII — Subsídios documentais para a biografia de António Joaquim Padrão seguidos de uma nota relativa a um quadro da sua autoria 304

MATOS (GASTÃO DE MELO DE) — Comentários de António do Couto Castelo Branco sôbre as campanhas de 1706 e 1707 em Espanha 28, 195, 384, 533, 597

RIBEIRO (LUÍS DA SILVA) — Cícero advogado 409, 581

SAAVEDRA MACHADO (L.) — Os estudos germânicos em Portugal 159, 355, 454

SARAIVA (EVARISTO GOMES) — Anotações à obra literária de Gomes Teixeira, a propósito do seu último trabalho «Uma santa e uma sábia 62

SOUSA VITERBO — Subsídios para a história da música em Portugal 141, 223, 370, 498, 655

VASCONCELOS (BASÍLIO DE) — «Itinerário» do Dr. Jerónimo Münzer 541

Pág

VILHENA (JOÃO JARDIM DE) — Gomes Freire de Andrade..... 277
—— D. João VI e D. Miguel..... 281
VILHENA (D. THOMAZ DE ALMEIDA MANOEL DE) — O Paço de Santos-o-Velho..... 570
VITORINO NEMÉSIO — Alguns aspectos da prosa medieval principalmente através da «Primeira Parte da Crónica de D. João I» de Fernão Lopes..... 469, 637

ÍNDICE POR ARTIGOS

Pág.

Anotações à obra literária de Gomes Teixeira a propósito do seu último trabalho «Uma santa e uma sábia», por Evaristo Gomes Saraiva 62

Artistas portugueses do século xviii — Subsídios documentais para a biografia de António Joaquim Padrão seguidos de uma nota relativa a um quadro da sua autoria, por Júlio Jesus 304

Boletim do Instituto 671

Cartas (Três) de Herculano, por Amadeu Ferraz de Carvalho ... 153

Cícero advogado, por Luís da Silva Ribeiro 409, 581

Comentários de António do Couto Castelo Branco sôbre as campanhas de 1706 e 1707 em Espanha, por Gastão de Melo de Matos 28, 195, 384, 533, 597

Compromisso do Hospital das Caldas dado pela Rainha D. Leonor sua fundadora em 1512, por Fernando Correia 107, 241

Ensaio sôbre os latinismos dos «Lusíadas», por C. E. Correia da Silva 124, 266, 333

Estudos (Os) germânicos em Portugal, por L. Saavedra Machado 159, 355, 454

Extremoz a Aljubarrota (De) — Quinze dias de operações de Nun'Álvares (31 de Julho a 14 de Agôsto de 1385), por A. Botelho da Costa Veiga 625

Gomes Freire de Andrade, por João Jardim de Vilhena 277

Jerónimo Münzer («Itinerário» do Dr.), por Basílio de Vasconcelos 541

João VI (D) e D. Miguel, por João Jardim de Vilhena 281

Livros recebidos 678

Prosa medieval (Alguns aspectos da) principalmente através da «Primeira Parte da Crónica de D. João I» de Fernão Lopes, por Vitorino Nemésio 469, 637

Pág.

Religião grega (A), por Agostinho da Silva 91, 175, 289
Revistas e publicações periódicas 673
Santos-o-Velho (O Paço de), por D. Thomaz de Almeida Manoel de Vilhena 570
Sessão solene do Instituto de Coimbra de homenagem a Sua Ex.ª o Embaixador de Sua Majestade Britânica, Sir Francis Lindley, realizada no dia 29 de Maio de 1930..... 1
Subsídios para a história da música em Portugal, por Sousa Viterbo 141, 223, 370, 498, 655
Théorie (La) des Groupes et les Recherches récentes de Géometrie differentielle, por E. Cartan..... 438
Valor diagnóstico (Do) da cùti-reacção à tuberculina, em clínica infantil, por João Pôrto 513

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERARIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 80.º

4.ª SÉRIE — VOLUME 9.º

NÚMERO 1

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1930

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇAO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

Sessão solene do Instituto de Coimbra de homenagem a Sua Ex.ª o Embaixador de Sua Majestade Britânica, Sir Francis Lindley, realizada no dia 29 de Maio de 1930 1

Comentários de António do Couto Castelo Branco sôbre as campanhas de 1706 e 1707 em Espanha, por Gastão de Melo de Matos 28

Anotações à obra literária de Gomes Teixeira, a propósito do seu último trabalho «Uma santa e uma sábia», por Evaristo Gomes Saraiva 62

A religião grega, por Agostinho da Silva 91

Compromisso do Hospital das Caldas dado pela Rainha D. Leonor sua fundadora em 1512, por Fernando Correia 107

Ensaio sôbre os latinismos dos «Lusíadas», por C. E. Corrêa da Silva 124

Subsidios para a Historia da musica em Portugal, por Sousa Viterbo 141

SESSÃO SOLENE DO INSTITUTO DE COIMBRA DE HOMENAGEM A SUA EX.ª O EMBAIXADOR DE SUA MAJESTADE BRITÂNICA, SIR FRANCIS LINDLEY, REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 1930

Revestiu excepcional brilho a visita que Sua Ex.ª o Embaixador de Sua Majestade Britânica, Sir Francis Lindley, fêz a Coimbra para satisfazer o convite que lhe foi dirigido pelo Instituto de Coimbra para presidir à sessão solene, que esta instituïção resolvera realizar em sua honra.

Chegou Sua Ex.ª a Coimbra no dia 28 de Maio, acompanhado do sócio do Instituto sr. Conde de Vila Flor, que tinha aceitado o encargo de fazer na referida sessão uma conferência sobre as primitivas relações entre a Inglaterra e Portugal. Suas Ex.as foram hóspedes do Presidente do Instituto. Recebeu o sr. Embaixador os testemunhos da mais alta consideração e afecto de tôdas as autoridades e corporações, que manifestaram ao mesmo tempo os seus dedicados sentimentos pela nação Inglêsa, sobressaindo entre essas manifestações os banquetes oferecidos pela Câmara Municipal, pela Universidade e pelo Instituto, e o lunch oferecido pelas Sociedades de Propaganda e Turismo no encantador local de Vale de Canas. A direcção da Associação Académica, acompanhada pelas direcções da Tuna e do Orfeon Académico, receberam também sua Ex.ª na sede das suas Associações, tendo o Presidente da Associação Académica

sr. Sousa Pereira feito uma alocução em que exprimiu a maior admiração e simpatia pela nação inglêsa.

Na sessão solene que se realizou na sala dos Actos Grandes da Universidade de Coimbra, na noite do dia 29, assumiu a presidência o Senhor Embaixador, tendo ao seu lado o Reitor da Universidade, dr. Fezas Vital, e Presidente do Instituto, dr. F. M. da Costa Lobo.

Aberta a sessão pelo sr. Embaixador seguiram-se a alocução pronunciada pelo Presidente do Instituto, o discurso do sr. Embaixador, a conferência pelo sr. Conde de Vila Flor, a alocução do sr. Reitor da Universidade, que encerrou a Sessão, congratulando-se pela visita de S. Ex.ª, em nome da Universidade.

Publicamos a seguir alguns dêstes discursos, bem como o brinde proferido pelo sr. Governador Civil, António Augusto Monteiro, no banquete oferecido pelo Presidente do Instituto.

Ex.mo Sr. Embaixador de Inglaterra,
Ex.mo Sr. Reitor da Universidade de Coimbra,
Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Seja qual fôr a acepção que definitivamente queira dar-se à noção de tempo, e mesmo com a crença de que novas opiniões surgirão indefinidamente, e que ficará sempre em suspenso uma resolução que possa ser considerada como tendo liquidado êste importante assunto, é certo que agora mesmo me sinto enleiado sem saber como exprimir-me, tanto no campo subjectivo esta noção se nos oferece com aspectos diversos, o que não pode surpreender visto que até objectivamente considerada tão complicada é, visto que um mesmo elemento pode encontrar-se nos mais variados sistemas e por isso em diversas condições como sejam as da paralização absoluta ou de verteginosas velocidades.

E assim se explica como chegou a admitir-se, que num mesmo espaço de determinado tempo, emquanto que para umas pessoas a decrepitude já tivesse chegado, para outras mal alvorecesse a juventude.

Ex.mo Sr. Embaixador: Há cêrca de 8 anos apresentava esta sala nobre da antiga, mas sempre jovem, Universidade de Coimbra, aspecto semelhante aquele que também agora se nos depara.

Então, como hoje, o Instituto de Coimbra, acolhido aos tectos da *Alma Mater da Universidade de Coimbra,* aqui distintamente representada pelo seu ilustre e sábio Reitor, em cujos seios bebe a abundante seiva que vivifica esta instituïção e a cada instante lhe incute novas e robustas fôrças, embora vão ja decorridos cêrca de 80 anos depois que os professores desta Universidade lhe deram vida e ràpidamente a tornaram brilhante e afamada, celebrava aqui uma solene sessão a que se dignou presidir o ilustre antecessor de V. Ex.ª Sir Lancelot Carnegie.

E, ao evocar esta recordação sinto-me, como há pouco disse, enleiado, tendo conjuntamente a impressão de que o tempo decorreu velozmente, e de que lentamente nos trouxe a êste instante.

Afigura-se-me que tenho a impressão de que o momento actual se segue imediatamente ao de ontem em que Sir Lancelot, que lembramos com profunda saüdade, aqui nos testemunhava o carinho da nação inglêsa, e ao mesmo tempo lamento que tanto tenha decorrido sem chegar êste, em que ora nos encontramos, gozando a honra da presença de V. Ex.ª a dar-nos com a alta distinção da sua personalidade e a grandeza que ostenta, com a representação de uma nação que ao mundo tem dado, e continua dando, as mais altas provas das suas admiráveis qualidades, a certeza de que se conservam inalteráveis os sentimentos que, desde largos séculos, unem

os dois povos, que o mar abraça e estreita ìntimamente, tornando cada vez mais sólidos os vínculos da sua união.

Sem dúvida tem V. Ex.ª ouvido repetidas vezes as afirmações da lealdade e afecto que a Nação Portuguesa dedica à nobre Nação Britânica expressas pelas altas entidades que representam o nosso país, e que, ao manifestarem êsses sentimentos, sabem bem que se inspiram na tradição secular da nossa pátria, e nas opiniões que hoje, como sempre, orientam Portugal.

Contudo estou certo de que V. Ex.ª nesta rápida visita à Cidade de Coimbra, terá encontrado um novo encanto, digamos, mesmo, uma viva satisfação para o seu esclarecido espírito, ao reconhecer que as palavras ouvidas nas recepções oficiais têm uma completa confirmação no entusiasmo com que uma população laboriosa, inteligente e patriótica, onde pulsa a alma juvenil da pátria portuguesa, lhe testemunha a sua afeição pela nação inglêsa, liberta das convenções protocolares, num sincero entusiasmo de lhe fazer conhecer todos os recantos das suas deliciosas païsagens, e da sua alma, ao mesmo tempo simples e bondosa, altiva e valente, capaz de renovar os feitos heroicos dos seus antepassados e de dar de novo ao mundo o testemunho das distintas qualidades desta raça.

Do que tenham sido as relações que, a pouco e pouco, se desenvolveram e cimentaram entre êstes dois povos, vamos decerto ter em breve ocasião de conhecer detalhes desconhecidos, ou pelo menos esquecidos, que o meu querido e sábio amigo Conde de Vila Flor nos exporá naquela linguagem ao mesmo tempo vernácula e cheia de brilho e entusiásmo, que é própria do seu formoso talento e da nobreza da sua alma de élite, que afirma bem alto as distintas qualidades que fizeram grandes os seus antepassados, que tanta glória e explendor deram ao nosso país.

Eu, ràpidamente, referir-me-hei ao presente e encararei o futuro com desassombro e confiança.

Minúsculo grão de pó na imensidade dos espaços, a despeito de experimentar por vezes violentas convulsões, esta Terra que habitamos, que nos cria e nos absorve, oferece a aparência dum organismo decrépito, que vive a custo acalentado pelos raios de um Sol vivificante, e dorme no seio das neves eternas desde que lhe faltam os raios do astro rei, ou sòmente de fugida os recebe.

E tôda esta energia, e ainda a que resta de antigas épocas de conflagrações titânicas, em que os elementos se desentranhariam em potentes catadupas de calor e luz, parece encontrar-se concentrada na reduzida parte que constitui a assombrosa criação que é a humanidade.

O corpo é débil, o organismo humano é um campo de cruéis e contínuos combates em que a existência periga a cada momento, em que a razão sossobra a todos os instantes, facilitando o triunfo do inimigo destruïdor, e ao mesmo tempo assombra-nos a tenacidade com que constantemente se debate e pretende elevar-se e dominar.

E esta insaciável aspiração tem conduzido a humanidade a eminências que bem poderiam ser consideradas inacessíveis.

Insignificantes núcleos tem adquirido colossal extensão. Causam assombro as acções homéricas que pequenos povos desenvolveram e lhes conseguiram situações primaciais.

Muito tem de que orgulhar-se Portugal. E nada há que censurar a êste sentimento quando não se encontra misturado com a vil inveja.

Portugal criado numa reduzida nesga de terra realizou uma obra memorável, dominou a bem dizer o mundo inteiro num dado momento, e das suas qualidades morais, e ao mesmo tempo da sua coragem e abnegação, dão ainda hoje testemunho o prestígio que conserva, como aqui nos veio afirmar nessa mesma sessão a que ainda há pouco aludi, um súdbito inglês, que em Ceilão ocupa um lugar de des-

taque, o Dr. Pieris descendente de portugueses, como o atesta o seu apelido, com que muito se honra.

E para mais nos certificar de que os seus sentimentos de afeição por Portugal, a despeito das épicas lutas que sustentámos naquelas terras, que são o paraíso da Terra, são compartilhadas pelos seus compatriotas, temos uma das suas preciosas obras, que veio escrever bafejado pelo calor dos raios do nosso Sol, *Os portugueses em Ceilão,* que para mais nos obrigar dedicou ao Instituto de Coimbra.

E junto dêste volume outro se encontra que ainda há pouco me foi oferecido — *O romance do domínio dos portugueses na Abissínia,* onde se encontram sublimados os feitos que também naquelas paragens cometemos.

E eis como, com estas e outras importantes publicações, é enaltecido o nome português, exactamente pelo povo que maior influência tem adquirido na Terra, e conserva, com as demonstrações de qualidades excepcionais de inteligência, de ponderação, de respeito pelos direitos alheios, e de leal cooperação.

Mas não basta constatar êstes factos, e o Instituto de Coimbra compreendendo a alta missão que lhe incumbe neste meio excepcional que é Coimbra, que bem pode ser considerado o coração da pátria portuguesa, porquanto aqui corre, a bem dizer, todo o seu sangue que, depois de vivificado pela sciência, se espalha por tôdas as nossas regiões, e vai robustecer a nação, tomou a iniciativa de dar brilho às relações dos dois antigos aliados — Inglaterra e Portugal, e de contribuir para que sejam devidamente conhecidos os imensos e preciosos tesouros que a Nação Inglêsa encerra em todos os ramos de actividade humana, especialmente na literatura e nas sciências, em que a história inglêsa incrusta os nomes mais notáveis da humanidade, e que hoje, como ontem, nos deslumbra com as suas extraordinárias descobertas.

Julga também o Instituto de Coimbra praticar um acto

patriótico contribuindo para que se cimentem os nossos laços de amizade, e instigando a nossa administração para que torne o mais valiosa possível a eficiência do nosso país, a-fim-de melhor poder desempenhar-se da missão que lhe está destinada, de importância ràpidamente crescente com a valorização dos seus domínios, que possuem indefinidas riquezas e ocupam posições de particular valor.

Não devo alargar-me neste momento em mais considerações, sabendo bem quanto o ilustrado público que assiste a esta sessão está ansioso por ouvir V. Ex.ª, mas permita-me que eu lhe afirme que são para mim momentos da maior satisfação estes em que, no meio de uma representação tão distinta do meu país, e tendo a subida honra de presidir a esta douta e patriótica instituïção, que é o Instituto de Coimbra, que se honra com ter V. Ex.ª entre os seus Membros honorários mais ilustres, eu posso saüdar com todo o meu entusiásmo e dedicação a nobre Nação Inglêsa e o seu ilustre e prestigioso Representante.

Sr. Presidente do Instituto de Coimbra,
Sr. Reitor da Universidade de Coimbra,
Minhas Senhoras e Meus Senhores:

I should like first to tender my apologies for not speaking to you in your own beautiful language. I can assure you that it is not owing to any ill-will on my part; but when one arrives at a mature age it is an exceedingly difficult thing to master a new language. Nevertheless, in the course of time I hope to succeed. I should like next to express my deep appreciation of the honour you have done me in requesting me to preside over this gathering. It is indeed a privilege for an alumnus of the University of Oxford to find himself

welcome in the equally famous sister University of Coimbra; and it is natural for me, when I look at your magnificent buildings and splendid institutions, to draw a comparison between the two Universities.

There is much which they have in common. They are both towns of long historical tradition which have been frequently honoured by the visits of kings in the past, and which have often been the scenes of political events of the first importance; and they have attracted to themselves at various times the most learned spirits in all Europe. Nor must we forget that both Universities possess famous Observatories where much good and useful work has been done and is still being perfomed. And for my own part I think that every University, if it is to exercise that influence on the life of the nation which is rightly its own, should be placed in surroundings which appeal to the imagination of the young. In all these respects the University of Coimbra and my own old University will satisfy the most exacting.

If the two Universities have much in common, they also present some pleasing contrasts. Firstly, as regards their natural site, your University has the advantage of being placed on a conspicuous hill, raised well above the river and affording a landmark in the country side. Oxford, on the other hand, like its sister University of Cambridge, is situated on the very banks of a sluggish stream and, instead of the radiant sun and refreshing breezes which are characteristic of this town, we at Oxford are accustomed to have to fight against winter fogs and a summer which is by no means always what we hope. But I like to think that these disadvantages under which we suffer, have not sufficed to deaden the intellects of those who are doomed to inhale the heavy atmosphere of the English Midlands.

If the surroundings of the two Universities offer such contrasts as I have mentioned, their organisation is also diffe-

rent. Oxford University is an assemblage of a number of separate and more or less autonomous colleges, which date from different epochs. There is, indeed, a good deal of dispute as to which is the oldest college, but men from University College will not be found ready to yield the palm of antiquity to those of any other. They date their College from 1249, two centuries before my own College — Magdalen — was founded in 1458 by Waynflete. Coimbra, on the other hand, like other continental Universities, is a single corporate body in which college life plays no part. Both systems no doubt have their advantages and disadvantages, and I do not mention them in order to place the one before the other.

But the difference which interests us most tonighs is the absence from Oxford of any body corresponding to this distinguished Institute which amongst numbers its members so many of the most eminent men in the country and which during its 800 years of existence, has publishad what now amounts to a whole library of remarkable works on the most diverse subjects. And I owe a special debow of gratitude to my friend Dr. Costa Lobo for suggesting that; I should be your guest and that. I should receive from this Institute the great honour of being elected an Honorary member. I can assure you that it will always be a source of pride to me to have my name placed on such an illustrious roll and that, I will do my best not to prove un worthy of it.

I feel at some disadvantage as a mere diplomat in speaking before an audience of men learned in all the sciences of the day, for, although I took a Degree at my own University, I cannot pretend to have excelled in those classical and historical studies for which Oxford is justly famous. But I should not like to sit down without expressing the hope that in the future there may be closer intercourse and more exchange of intellectual ideas between the two Universities than has happened in the past. I believe it is a fact that the first Rector

of your University came from Paris, but I should like to remind you that amongst the eminent professors he brought with him was George Buchanan, a celebrated Scottish scholar. And this encourages me to hope that your University will not forget the influence which English literature and English scientific achievement has exercised on the development of the world. As a country, we have given, and still give, very little, perhaps much too little, attention to the spread of the knowledge of our own intellectual achievements amongst other peoples. I will not attempt to explain this phenomenon, nor do I feel equal to the task of deciding whether this failure on our part is due to modesty or to some less engaging quality. But the fact remains that, whilst other nations think it worth their while to go to some trouble and no little expense to familiarize foreign countries with their language and the works of their famous men, we are in the habit of leaving it to those other peoples to find out for themselves the merits of our great writers and thinkers. Here in Portugal I do not think I am going too far when I say that there are comparatively few people who are really conversant with what has been done in England in the way of scientific thought and invention; and I am very far from blaming you for this deficiency. It is obviously entirely our own fault. But I do feel that our two countries, which have been allied for so many hundreds of years, whose history has so much in common, who are both great Colonial Powers, and who can boast of a long line of famous explorers and administrators; I do feel that two such countries should be better acquainted with the achievements of the other than they are. And I hope you will not take it amiss if I appeal to you at this moment, when you have shown me such generous hospitality, not to forget that the English language and British contributions to Science are at least as well worthy of study as those of any other country.

Ex.mo Sr. Embaixador de Sua Majestade Britânica,
Ex.mo Sr. Reitor da Universidade de Coimbra,
Ex.mo Sr. Presidente do Instituto de Coimbra,
Minhas Senhoras e meus Senhores:

Deram-me a honra de me inscrever no número dos sócios do Instituto de Coimbra, em Fevereiro de 1887, há quarenta e três anos. Tenho por hábito não me demitir dos encargos que as honrarias possam acarretar, e por isso, aqui me encontro, obedecendo ao convite que o nosso Presidente me intimou, de vir tomar parte nesta sessão solene do Instituto, dedicada ao ilustre Embaixador de Sua Majestade Britânica, Sir Francis Lindley, que com tanta gentileza e tacto, no desempenho das suas altas funções diplomáticas, se esmera em afervorar as boas relações de amizade que há uns poucos de séculos existem entre Portugal e a Inglaterra.

Partidário de ontem e de hoje desta aliança, porque a julgo digna para ambas as partes, porque se fundamenta em conveniências recíprocas e sempre actuais, é para mim tarefa agradável vir memorar os seus primórdios, nesta magnífica Sala dos Capelos, capela-mór — deixem-me assim dizer — da veneranda e nobilíssima catedral das sciências e letras lusitanas que é a Universidade de Coimbra, e aonde têm reboado, através de séculos, as vozes mais autorizadas da intelectualidade portuguesa e onde, ainda neste momento, vejo reünidas tantas ilustrações de renome, a quem faço a minha vénia muito reverente. E é grato dever meu, salientar nas minhas saüdações às duas individualidades que estão a presidir a êste acto: O Reitor da Universidade e o Presidente do Instituto. O ilustre Reitor sabe bem, há um bom par de anos, quanto aprecio o seu primoroso carácter, sempre firmíssimo nos bons princípios de um português de lei que é, e também não ignora o subido apreço em que tenho a sua

bela inteligência e a sua larga cultura. Congratulo-me por o ver à testa do primeiro estabelecimento de ensino, do nosso país. O Presidente do Instituto, o meu querido e dedicado amigo Dr. Costa Lobo, é um grande e tenacíssimo trabalhador que não se apercebe de fadiga, no seu constante serviço da Sciência e do renome do seu país. Muito lhe deve o nosso Instituto, hoje relacionado por seu intermédio com as principais academias estrangeiras, recebendo a sua magnífica revista a colaboração de escritores eminentes, afirmados nas mais distintas especializações; também aí está erigido em uma das eminências mais aprazíveis desta cidade, o seu observatório astronómico que perdurará a memória do actual Director, porque se deve ao seu labor insane, à sua teimosia em vencer dificuldades — não raro provindas de quem melhor se deveria esperar incitamentos — o encontrar-se agora dotado de maneira a recolher observações que estão interessando os mais reputados centros astronómicos.

Mas, minhas Senhoras e meus Senhores... eu não prossigo, sem fazer uma declaração de muita simpatia à linda Cidade de Coimbra que vejo aqui representada pelas suas mais altas autoridades.

Faz-me bem visitar esta «terra de encanto»; dá-me alegria, revigora a minha sentimentalidade tradicionalista, porque, além das suas graças e louçanias, dos deslumbramentos da païsagem deliciosa que a emmoldura, cheia de vida e de amenidade, a Flor do Mondego, côrte dos nossos primeiros monarcas, é sacrário augusto das mais velhas e enternecedoras tradições pátrias. Entro sempre com o mais comovido respeito no venerável templo de Santa Cruz. Ali se planeou em grande parte a formação da nossa nacionalidade. Em seus túmulos ali repousam os nossos dois primeiros reis. O grande Afonso Henriques um dos mais egrégios soberanos da Idade Média, o fundador da Pátria Portuguesa; e o filho, o Sancho I, que pelo tino da administração e pelo vi-

gor da sua espada, dilatou e consolidou a obra paterna. Agora vejo prostrado diante do altar-mór, rodeado pelos seus cónegos regrantes, o santo prior D. Teotónio, o conselheiro e confidente de D. Anfonso Henriques: estão a rezar todos pelo triunfo das armas portuguesas em Ourique, em Santarém, ou onde quer que elas se encontrem com os infiéis. Volto-me para Santo António dos Olivais e lá descubro o nosso querido Santo António de Lisboa, grande luzeiro do século XIII, que trocou a murça dos crúzios pelo burel franciscano, e se está preparando com austeras penitências para a vida de perfeição. Contemplo depois o Castelo e surge-me em tôda a sua magestade Martim de Freitas, o protótipo da lealdade portuguesa, ensinando aos portugueses de todos os tempos, como se deve ser fiel — custe o que custar — a quem de direito nos confie mando.

E diviso da outra banda do rio, poisado sob pequena encosta, na sua simplicidade solene, o mosteiro de Santa Clara. Ali jaz a padroeira de Coimbra, a bela princesa aragonesa —, a nossa Rainha Santa, esposa de D. Denis que foi um excelente rei e um péssimo marido. Ela, porém, tão ornada de virtudes e tão cheia de graças do Céu, que quando, uma vez, lhe conveiu, esconder de olhares curiosos as esmolas que levava no regaço para os pobres, o dinheiro se transformou em rosas do mais suave perfume. Numa outra ocasião quando as hostes do marido e do filho, num furor ardido, se precipitavam uma contra a outra, o seu vulto de Santa entrepôs-se entre os contendores, e as iras desfizeram-se e os desavindos congrassaram-se. Mais além, descendo pela encosta até ao rio, tôda enfeitada de frondoso arvoredo, recamada de flores, avisto a Quinta das Lágrimas, aonde a bela Inês, mártir do amor, vítima da chamada razão do Estado, «naquelle engano d'alma ledo e cego que a fortuna não deixa durar muito», ensinava «aos montes e ás ervinhas o nome que no peito escripto tinha».

Evoco agora as celebradas Côrtes de Coimbra a aclamarem rei de Portugal o Mestre de Aviz, consolidando sôbre uma base jurídica a independência de Portugal, tão brilhantemente pelejada em Aljubarrota. A espada miraculosa do Condestável e a eloqüência sábia e autorizada de João das Regras operavam o prodígio; ficando mais uma vez comprovado que, quando as boas razões se aliam com um gládio vigoroso, é certo o triunfo.

¿E não foi também aqui, neste sugestivo ambiente de Parnaso, que o nosso Luís de Camões recebeu inspiração para os seus belos devaneios líricos? ¿E desde o cantor dos *Lusíadas,* até João de Lemos o cantor da «terra de encanto», e dêste, até Correia de Oliveira, hoje o nosso poeta nacionalista por excelência, ainda há poucos dias festejado com tamanho carinho pela briosa mocidade académica — que pléiada de vates não tem desfilado pelos verdejantes campos do Mondego, poetando debaixo das amáveis sombras do Choupal, escrevendo na Lapa dos Esteios, meditando sôbre o Penedo da Saüdade, e carpindo a triste sorte da linda Inês junto à Fonte dos Amores, sob o enternecimento dos seus suaves murmúrios? E, se agora me aventurasse a fazer a chamada de tantos sábios, de tantos letrados, de tantos teólogos, de tantos homens de letras que através de uns poucos de séculos têm vindo receber a esta Cidade Universitária o capital de cultura que lhes permitiu celebrizarem-se nas mais distintas actividades, então não teria fim esta modestíssima palestra, cujo principal, senão único objectivo, é relembrar a V. Ex.as os primeiros passos das nossas relações diplomáticas com a Inglaterra.

Ora essas relações datam do princípio da monarquia.

Entre os cruzados que tomaram parte na conquista de Lisboa, vinha um padre inglês de notável intelectualidade e de virtudes austeras, chamado Gilberto, e que depois da posse da cidade foi nomeado bispo dela. Foi êste prelado

que El-Rei D. Afonso Henriques, em 1151, enviou a Inglaterra a-fim-de alistar tropas para a Cruzada que se ia desenvolvendo na Península contra os infiéis. Alcançou êxito a missão do bispo de Lisboa e logo uma armada partiu de Inglaterra para Portugal. Disto nos informa o autor da *Historiæ Anglorum Scriptores*. — Presume Alexandre Herculano, que D. Afonso Henriques se aproveitara dêstes auxiliares, para pôr cêrco a Alcácer. O empreendimento porém, não vingou pela enérgica resistência que ofereceram os defensores da povoação.

Mas, comprova esta negociação que já naquele tempo existia boa inteligência entre as duas Côrtes, e porventura pactos de aliança, pois como observa o sábio Visconde de Santarém, «se Portugal não fôra aliado e confederado de Inglaterra não poderia, conforme o uso daqueles tempos, levantar tropas naquele reino». Um outro facto curioso nos é referido por Robert du Mont-Saint-Michel: O Rei de Inglaterra, Henrique II, o *Plantageneta*, concorreu para o casamento da Infanta D. Teresa, filha do nosso primeiro rei, com o Conde de Flandres. Foram magníficas as bodas desta princesa — que alguns escritores crismaram de Matilde; e, é um escritor inglês, Gervásio, monge de Cantuaria, que na *Crónica de Henrique II* nos dá interessantes pormenores sôbre o brilhantismo de tais festas. A intervenção oficiosa do *Plantageneta* na urdidura dêste enlace, oferece um significado político e diplomático. Tanto êle como o nosso Rei haviam um inimigo comum: o rei de Castela e Leão. D. Afonso Henriques não poderia considerar êste como bom vizinho, e o inglês sabia-o aliado do seu natural adversário o rei de França e por concomitância com o de Escócia. Ora o Conde de Flandres era aliado da Inglaterra e a sua aproximação com os portugueses vinha valorizar — chamemos-lhe assim — o bloco anglo-luso que se defrontava com o bloco hispano-franco.

Vê-se pois que, desde os primeiros alvores da nossa na-

cionalidade, se apresentava certa comunidade de interêsses entre nós e os inglêses, e que os governos das duas pátrias, numa clara compreensão da importância de tais interêsses, não descuravam de se acordarem para os zelar.

Desta boa amizade que de dia a dia se ia acentuando, proveiu a colaboração que mais uma vez nos deram os inglêses, no alargamento que iamos fazendo do nosso domínio pelos territórios onde ainda dominava o Crescente.

Demais a guerra santa estava na moda em pleno século XII. O pôrto de Lisboa constituía uma base marítima de primeira ordem para a Cristandade. As esquadras dos Cruzados que largavam dos portos setentrionais com destino para a Síria, quando não investiam pela embocadura do Tejo acossados pelas tormentas, vinham aqui refrescar e refazer-se de víveres. Não lhes seria pois difícil nem desagradável, associarem-se à cruzada portuguesa não menos indulgenciada do que a da Palestina. O cronista inglês Rogério Hoveden, nos seus *Anais,* e Radulfo de Diceto, dão-nos pormenores interessantes sôbre os serviços que nos prestaram os cruzados inglêses tanto na conquista de Silves, como na defesa de Santarém que o Rei de Marrocos, Miramolim, cercava em 1189; e assinalam a generosidade com que El-Rei D. Sancho I, soube premiar os seus bons serviços. Também na conquista de Alcácer vieram auxiliar-nos os cruzados inglêses, que receberam excelente gazalhado do bispo de Lisboa, D. Mateus.

Pela mesma época batia-se em Bouvines, em prol da Inglaterra, contra Filipe Augusto, rei de França, o infante D. Fernando, filho de D. Sancho I, casado com a Condessa de Flandres, Joana, filha herdeira de Balduíno IX, Conde de Flandres. Venceram os franceses e o nosso infante ficou prisioneiro, depois de ter obrado milagres de valor, segundo refere Paulo Emílio, na *Crónica de Filipe Augusto.*

Tanto marcaram estes vários acontecimentos no estreitar

das relações entre os dois países que em uma carta publicada na preciosa colecção de documentos de Thomaz Rymer, manda João Sem Terra, rei de Inglaterra, aos Arcebispos, Abades e Priores de suas terras que aos embaixadores que «o seu querido irmão o Rei de Portugal» lhe mandou, sejam feitas tôdas as honras possíveis, e em tudo as auxiliem para que não experimentem falta de nenhuma cousa que lhes seja necessária.

Uma lei de Afonso III, do ano de 1252, guardada na Tôrre do Tombo, regulando o preço dos géneros e das mercadorias entre as quais se numeram as provenientes de Londres, vem denunciar a existência de relações comerciais entre portugueses e inglêses.

El-Rei D. Denis por Carta de 1293, também arquivada na Tôrre do Tombo, determina o que deveriam pagar os navios que carregassem para os portos de Inglaterra.

Duma carta de Duarte II a El-Rei D. Denis, datada de 3 de Outubro de 1308, se deduz da existência já remota, de um tratado de amizade e união entre os mercadores portugueses e inglêses. Deseja Duarte II que êsse tratado seja indissolúvel e perpétuo entre eles; e, concede-lhes cartas de salvo-conduto para poderem negociar as suas mercadorias e fazendas na Inglaterra, claro está, na observância das leis e costumes e usos locais. Duarte III manifesta bem claramente disposições para cada vez mais se estreitarem as relações comerciais entre os dois países. E assim, em 25 de Julho de 1352, renova as seguranças e salvos-condutos a favor dos portugueses que fôssem comerciar em todos os Estados submetidos à sua coroa, podendo nêles entrar, residir e sair livremente.

O mesmo rei Duarte III, em carta de 1 de Agôsto de 1352, agradecendo carinhosamente a El-Rei D. Afonso IV o haver ordenado que os inglêses fôssem recebidos e acolhidos debaixo da sua protecção, nos seus domínios de terra e mar, vendo

nisso uma prova de grande afeição que o Rei de Portugal tinha pelo Rei de Inglaterra e pelos seus vassalos, declara que também toma debaixo da sua protecção especial e da sua salvaguarda os vassalos portugueses, suas mercadorias e navios, ordenando aos seus súbditos, debaixo das penas mais severas, de não lhes fazerem a menor injúria ou dano e de os tratarem com boa e franca amizade.

É ainda com Duarte III, que Afonso Martins Alho, em nome da classe comercial das cidades marítimas portuguesas, principalmente Lisboa e Pôrto, negociou e assinou em Londres, em 20 de Outubro de 1353, o célebre tratado por cinqüenta anos, segundo o qual, cada uma das partes contratantes se obrigava a não causar à outra mal algum aos seus navios, mercadorias ou pessoas, e permitir as livres comunicações por terra e mar, bem como a deixar entrar sem impedimentos todos os navios e tôdas as carregações dum dos aliados nos portos do outro; e sempre que um dos contratantes encontrasse bens seus entre os objectos tomados ao inimigo, esses bens deviam-lhe ser restituídos. Também pelo artigo 8.º do referido tratado, se ajustou que os pescadores das ditas cidades marítimas de Portugal podessem ir pescar livremente em todos os portos da Inglaterra e da Bretanha, pagando sòmente os direitos devidos ao senhor do país. Na Tôrre do Tombo, no livro 1.º de D. Pedro I, encontra-se uma carta dêste rei, com data de 7 de Março de 1363, concedendo vários privilégios aos inglêses.

No reinado de D. Fernando, o *Inconstante*, em tudo inconstante, menos na paixão que sempre manteve pela linda *Flor de Altura,* mais se estreitaram as relações políticas e a aliança com a Inglaterra, a despeito da maneira variável, incerta, e não raro desleal, que caracterizava a política diplomática do nosso formoso e volúvel monarca. Basta saber-se que cinco vezes foi prometida a mão da sua filha única, a infanta D. Beatriz, e cinco vezes sacrificada a

novas combinações. Ora, numa destas combinações chegou-se a celebrar os desposórios da nossa infanta com o príncipe Duarte, filho do Conde de Cambridge, irmão do Duque de Lencastre, e mais ainda a doar-se a D. Beatriz diversas vilas por motivo dêste enlace. E tudo isto dentro em pouco se desfez; a infanta é prometida ao Infante D. Fernando de de Castela, que por seu turno também é despedido, e a desventurada senhora veio por fim a casar, conforme manda a Santa Madre Igreja, com El-Rei D. João I de Castela!

Mais de uma vez, se procurou avigorar a aliança anglo-lusa por casamentos entre os seus príncipes. Nem sempre com êxito.

Conta Rodulpho Diceto que estando em Ruão, João Sem Terra, tratando da paz com Filipe Augusto, em 1119, enviou a Portugal o bispo de Lisieux, e outros senhores tanto normandos como inglêses, na qualidade de seus embaixadores, para pedirem a D. Sancho I uma de suas filhas para esposa do seu soberano. Como, porém, êste príncipe ainda tinha menos assento que o nosso D. Fernando, emquanto os seus núncios estavam negociando com o rei de Portugal, êle de pronto, toma por mulher a filha única e herdeira do Conde de Angoulême, chamada Isabel, já a êsse tempo desposada com o Conde de La-Manche, segundo o informe de Hoveden. Pelo que se comprova que sempre em todos os tempos, teve razão o aforismo de «cá e lá más fadas há». Em Julho de 1347, Duarte III mandou a Lisboa os seus fiéis súbditos Roberto de Stratton, cónego da Catedral de Chester e o jurisconsulto Ricardo Saham, para tratarem do casamento de seu filho o príncipe de Gales que era, nem mais nem menos, do que o famoso Príncipe Negro, negro pela côr da armadura que vestia e não pela côr da sua pele que era alvíssima, como alvísssima era a sua alma de cavaleiro primoroso.

Infelismente também êste projecto de consórcio abortou

por causas que se ignoram, e D. Leonor veio a casar com D. Pedro IV, rei de Aragão.

Esta tendência das duas côrtes, já desde longe esboçada, para fortificarem as suas relações políticas, por virtude de matrimónio entre pessoas principais das respectivas famílias, alcançou a mais esplêndida realização no casamento do Rei de Boa Memória com a excelsa princesa, filha de João de Gante, Duque de Lencastre. Logo me referirei a êste tão importante acontecimento.

Mas, a elevação do Mestre de Aviz ao trono de Portugal, abriu uma época bem mais luminosa às nossas relações diplomáticas com a Inglaterra. Tornaram-se estas mais freqüentes, mais íntimas e mais variadas. Não se atribua, porém, tal revigoramento de boa amizade, apenas à orientação aliás hábil e honesta que o novo reinante imprimiu à política exterior dos seus Estados, porque é necessário levar em linha de conta, circunstâncias produzidas naquele momento histórico a afervorarem a comunidade de interesses que desde há muito vinha aproximando os dois povos.

A morte de El-Rei D. Fernando desencadeou uma grave crise em Portugal e tão grave que pôs a nossa independência em perigo. A Infanta D. Beatriz estava reconhecida como herdeira da coroa de seu falecido pai, e estipulava-se no tratado o seu casamento com o monarca castelhano que êste assumiria o título de rei de Portugal, logo que sua esposa tomasse conta da sucessão.

O povo português sempre muito cioso da sua independência, conquistada á custa das mais ardorosas lutas e de uma tenacidade inquebrantável, não podia consentir que se repimpasse no trono venerando dos seus reis, o lídimo representante de uma vizinhança, entreolhada sempre como uma ameaça sinistra para a sua autonomia. E a reacção surge, inflama-se, numa labareda de movimento a que hoje chamariamos nacionalista, chefiado pelo simpático Mestre de

Avis, ornado de predicados tão belos e cativantes que vingavam apagar o traço de bastardia que listrava o seu real brazão. A reacção patriótica venceu, e o Mestre toma conta, com mão firme, das rédeas do govêrno. Seguir-se-ia, com certeza, uma terrível guerra de sucessão entre Portugal e Castella.

E assim sucedeu. Considerou pois D. João de boa política estreitar os laços de boa amizade com a Inglaterra e com a casa de Borgonha, que naquele tempo disfrutava de bastante influência em grande parte da Europa. Assim o nosso soberano melhor se abroquelava para se defrontar com o poderoso e irritado vizinho.

Por seu turno o monarca inglês, Ricardo II, continuava a considerar, como os seus antecessores de há muito consideravam, o soberano de Castela como inimigo da Inglaterra; e não lhe conviria que se dilatasse o seu poderio já importante, pela absorpção de Portugal. Ainda mais: seu tio direito, João de Gante, Duque de Lencastre, 4.º filho do grande rei que foi Eduardo III, irmão do já citado Príncipe Negro, era casado em segundas núpcias com D. Constança, filha única a êsse tempo — porque sua irmã primogénita já falecera — de D. Pedro o Cruel, rei de Castela, assassinado por seu irmão bastardo, Henrique de Trastâmara, que violentamente se assenhoreara da coroa que devia pousar na fronte da espôsa do príncipe inglês. Não desistiu, porém, o Duque de Lencastre de fazer vingar os legítimos direitos de sua mulher à herança de Pedro o Cruel, e, intitulando-se rei de Castela, espreitava ensejo para desapossar o usurpador. A guerra aberta entre os dois soberanos da Península poderia bem oferecer-lhe oportunidade para o êxito de suas aspirações, e um bom entendimento com o novo e destemido regente de Portugal não seria para enjeitar. Ora, João de Gante preponderava, porventura até um pouco demais, na política do seu país — segundo nos informa Rapin na sua

excelente História de Inglaterra; — e talvez por isso, Ricardo II não desgostasse de saber o querido tio mais entretido com os negócios de Castela do que com os da Grã-Bretanha. Podia pois o nosso Mestre de Avis contar com o bom apoio do ambicioso Duque no venerando conselho privado do rei de Inglaterra.

E a tudo o que fica exposto — e é muito — ainda se pode acrescentar como valioso factor para tornar mais interessante a aliança anglo-lusa, o grande desenvolvimento que por aquela época assumira o comércio nos dois países, convindo a ambos alargar o campo das suas especulações.

Bastará saber-se que então, com freqüência, se viam balouçar no lindo estuário do nosso Tejo, cêrca de quinhentos navios mercantes nacionais e extrangeiros.

Não é pois para admirar que Ricardo II respondesse mui graciosamente ao Mestre de Avis, quando êste lhe requereu licença para mandar recrutar nos seus domínios soldados veteranos para se juntarem ao exército português.

A brilhante vitória de Aljubarrota decidindo a independência da Pátria Portuguesa, e a aclamação de D. João, primeiro do nome em Portugal, eleito e consagrado nas célebres côrtes de Coimbra de 1385, encheram de autoridade e de prestígio o novo rei, ao depois cognominado de *Boa Memória,* porque o seu longo e glorioso reinado marcou entre os mais brilhantes que a nossa História regista.

Foi em 9 de Maio do seguinte ano de 1386 que os plenipotenciários de El Rei D. João I, Fernando Afonso de Albuquerque, Mestre de Santiago, e Lourenço João Fogaça, Chanceler de Portugal, conjuntamente com os plenipotenciários de Ricardo II, Ricardo d'Alberbury, João Clavowe e Ricardo Ronhale, assinaram na casa capitular da capela real de Windsor, o célebre tratado a que várias vezes se tem aludido no longo decurso da nossa vida nacional, e no qual, pela primeira vez, em fórmulas diplomáticas, já na posse de

um espírito jurídico civilizado, se definem as relações entre Portugal e a Inglaterra.

Consta êste diploma de treze artigos; e entre outros assuntos nêle se fixou como base capital, que entre os reis de Portugal e de Inglaterra e seus herdeiros e sucessores e vassalos de ambos, haveria uma liga, amizade e confederação real e perpétua, e com os aliados dêles, de modo que um seria obrigado a prestar auxílio e socorro ao outro, contra todos os que tentassem destruir os respectivos Estados.

Por outro artigo se obrigaram os soberanos contratantes, a que em caso algum lhes seria permitido e aos seus vassalos dar conselho, socorro, auxílio nas suas terras e domínios à nação que fôsse inimiga da outra. E também se convencionou que todos os herdeiros e sucessores dos ditos Reis, nos tempos futuros, num ano a datar da sua coroação, seriam obrigados a jurar, renovar, ratificar e confirmar estas alianças.

Aqui fica pois a súmula do documento lìdimamente básico da nossa aliança com a Inglaterra. Quem o queira ler encontra uma cópia dêle na Tôrre do Tombo, cópia que o infatigável Visconde de Santarém trasladou para o tômo XIV do seu tão valioso *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal*.

O tratado de Windsor é ratificado por Ricardo II, em 1 de Dezembro de 1386, e por D. João I, nesta cidade de Coimbra, em 12 de Agôsto de 1387. Os embaixadores portugueses, concluídas as negociações que acabo de apontar, regressaram ao reino acompanhando o Duque de Lencastre, que, ao saber o castelhano derrotado em Aljubarrota, nutriu melhores esperanças de se apoderar da Coroa de Castela. Mais uma vez foi infeliz nesta tentativa.

Não perdeu, porém, os seus passos o irrequieto João de Gante, porque, se não logrou enfeitar-se com o diadema de soberano de Castela, viu reluzir, com um singular brilho,

sôbre a fronte pura da sua filha, a Coroa de Portugal, que naquela hora valia bem perante todo o mundo até então conhecido.

Da aliança contraída por D. João I com o Duque de Lencastre tiramos a inestimável vantagem de êle nos doar uma das mais excelsas raínhas que honraram o trono de Portugal.

Filipa de Lencastre veio com o perfume sàdio e delicado das suas virtudes purificar o régio lar, emporcalhado pelas devassidões da formosa Leonor Teles.

Se Filipa era linda eu não sei, porque o doutíssimo D. António Caetano de Sousa diz-me: sim; e o consciencioso investigador Conde de Vila Franca, diz: não, e até com certo mau humor. Mas, no que todos os historiadores velhos e novos, antigos e modernos acertam, é em que Ela tinha a alma linda. ¡E como Ela vem bem retratada no epitáfio latino gravado no túmulo aonde repousa na Batalha, o rendilhado monumento que celebra o triunfo de Aljubarrota! Fr. Luís de Sousa, na sua *História de S. Domingos,* ao descrever o célebre mosteiro que pertenceu à sua Ordem, traduz com o seu habitual e elegante vernaculismo êsse epitáfio, do qual recortamos esta tocante miniatura: «Foi esta senhora um modêlo e regra de virtude conjugal para casadas; guia e ensino para donzelas; meio e ocasião de tôda a honestidade para o reino; e porque não faltasse em nada, tiveram nela os que a serviam uma mestra mui discreta e grave da graça e galantaria de palácio e de tôda a política cortesã».

O enlace do fundador da formidável dinastia de Avis com a princesa inglêsa foi abençoado por Deus, porque dêle dimanou a geração de ínclitos infantes, cujos feitos glorificaram a pátria e cuja fama se não conteve nas nossas fronteiras. Todos êles guerreiros famosíssimos e cavaleiros da mais perfeita galantaria. E D. Duarte também foi um sábio e um justo.

D. Pedro, o infatigável viajante que correu as *sete partidas do mundo*, reünia uma variedade de talentos e um escol de virtudes primorosas. Da formosa infanta D. Isabel escreve Ferdinand Denis: era um dêsses espíritos vivos que não recuam diante de dificuldade alguma. Casada com Filipe o Bom, Duque de Borgonha, mãe do célebre Carlos o *Temerário,* tanto na sua opulenta côrte, como na de França, marcou um lugar brilhantíssimo, cercada de admirações e de respeito. O infante Santo, D. Fernando, exemplo da mais sublime abenegação, foi um mártir da Fé de Cristo que soube sempre confessar, e da pátria estremecida.

Guardei como mais decorativo remate desta esplêndida galeria de príncipes, o inclito infante D. Henrique.

Ainda hoje, em pleno século XX, não há verdadeiro homem de sciência que o desconheça e o não admire. O seu nome continua a ser um hino de glória para Portugal! Porque êle, depois de se ilustrar pelos mais ingentes feitos militares, estabelece-se no áspero promontório de Sagres, chama para o seu lado o célebre cosmógrafo Jácome de Maiorca e, ilustrando os seus cavaleiros de Cristo, de que era grão-mestre, e outros homens bons, na arte de marear, ensina ao mundo a sciência e a coragem de singrar por êsses mares nunca dantes navegados, rasgando amplos horizontes à Civilização Cristã e a uma maior Pátria Portuguesa.

Foi pois esta gente famosa que iniciou o epopaico empreendimento de fazer um Portugal maior.

Sr. Embaixador: tem a Inglaterra direito a partilha espiritual nestas nossas immarcecíveis glórias: Deu-nos Filipa de Lencastre. Disse.

SENHOR EMBAIXADOR:

A visita com que Vossa Excelência quis honrar esta cidade de Coimbra, cumpre-me, bem gostosamente, marcá-la neste momento com justificada alegria e agradecê-la com sincero reconhecimento, em nome do Govêrno da República Portuguesa.

Esta terra, de seculares e brilhantes tradições na história de Portugal, onde Vossa Excelência pode encontrar, repousando à sombra das pedras veneráveis de um belo monumento, o túmulo do antigo fundador da nacionalidade e onde existe a mais antiga e mais notável Universidade portuguesa, também várias vezes secular, é, na verdade, daquelas onde V. Ex.ª poderá surpreender melhor e melhor observar as características dêste povo, conhecendo, ao mesmo tempo, alguns períodos do seu passado.

Regosija-se, por isso mesmo, o Govêrno Português com o oportuno convite que o Instituto de Coimbra vos fêz, favorecendo assim um natural desejo vosso e a nós todos proporcionando-nos o prazer, para nós gratíssimo, de, embora por poucos momentos, vos ter como nosso hóspede.

Através da história e no correr dos séculos, Portugal e a Inglaterra — que são hoje os mais antigos aliados do Mundo — muitas vezes se encontraram e se souberam compreender, tanto na paz como na guerra!

Sucessivos tratados renovaram essa aliança, também repetidas vezes confirmada nos campos de batalha.

Aqui perto, na bela serra do Bussaco, e sob o comando de Lord Wellington, lado a lado, há pouco mais dum século, se bateram, com galhardia e com heroismo, portugueses e ingleses.

E é de nossos dias a Grande Guerra, onde, uma vez mais, as duas bandeiras aliadas conduziram os exércitos luso-britânicos à vitória.

Com orgulho eu recordo aqui a honra suprema que me foi dada de combater, então, não só pela fé jurada dos Tratados, como pelos direitos de todos os povos, pequenos ou grandes que sejam.

E é, Senhor Embaixador, sob esta saüdosa recordação, tão grata ao meu coração de português e de soldado, evocando, além daquele, os nomes dos valorosos chefes que foram Sir Douglas Haig e Lord Frenche, cujos altos e preclaros merecimentos militares eu tive a fortuna de admirar, que desejo erguer a minha taça pela saúde de Sua Magestade o Rei Jorge V, pela grandeza e prosperidade, da velha aliada de Portugal.

COMENTÁRIOS
DE ANTÓNIO DO COUTO CASTELO BRANCO SOBRE AS CAMPANHAS DE 1706 E 1707 EM ESPANHA

NOTA PRELIMINAR

O manuscrito n.º 778 do F. G. da B. N. L. acha-se catalogado com a nota de autógrafo. Não me foi possível descobrir a proveniência dêsse manuscrito, a-pesar-do auxílio que para tal fim me prestou o Ex.mo Sr. Dr. Ataíde e Melo, chefe da secção de reservados da mesma Biblioteca. Todavia a nota corresponde à verdade, como pude verificar por comparação com uma carta de António do Couto Castelo Branco a Felix José Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos, na qual responde, ao que parece, a uma pergunta que êste lhe havia feito sôbre formaturas militares (1).

O manuscrito, 8.º de 195 fôlhas, em geral de boa letra, se excluirmos as muitas notas marginais, às vezes dificilmente legíveis, era sem dúvida destinado à impressão. O seu autor fê-lo circular pela mão de um certo número de pessoas, cuja opinião pedia, como se conclui da nota de fols. 5 v. «Este liuro he de Ant.º do Couto Castelbr.º q̃ selhe tornara em não sendo necessario. *A Couto*».

Foram as cartas de alguns dêsses leitores que António

---

(1) Essa carta está numa colecção de manuscritos pertencente a Felix Machado, à qual mais adiante terei ocasião de me referir mais demoradamente.

do Couto transcreveu posteriormente (no princípio do livro) com tinta diferente e menos apurada caligrafia. A obra parece porém ter sido lida por outros, a julgar pela citação que o autor faz de cotas do Marquês de Angeja.

No manuscrito além das notas explicativas, que nesta transcrição figuram entre parêntesis, há também à margem notas que faziam parte da redacção primitiva e que indicam o assunto tratado no texto. Estas epígrafes, como todos sabem freqüentes e quasi obrigatórias nos impressos da época, foram, por simplicidade, suprimidas na transcrição.

Pareceu-me conveniente acompanhar o texto de algumas notas especialmente destinadas a facilitar a identificação de pessoas e localidades que figuram na narração: mas de umas e de outras houve um certo número que não me foi possível reconhecer, a pesar-do auxílio que me prestaram os Ex.^{mos} Sr.^{s} Conde de S. Payo (D. António), T.^{te} C. R. Boxer e Dr. Carlos S. Payo. Outras notas relacionam as afirmações do texto com o que sôbre o mesmo assunto dizem as *Relações* oficiosas, alguns manuscritos da época e ainda certas obras impressas, na maior parte estrangeiras, porque é muito pequeno o número de publicações portuguesas que a êste respeito compreendam alguma coisa além do que se encontra na monumental *História Genealógica.*

Devo finalmente observar que as notas respeitantes a pessoas só incluem, em regra, notícias da sua vida durante o prazo de tempo correspondente à Guerra da Sucessão. Nas notas referentes a localidades, as distâncias por vezes marcadas entre as povoações são tanto quanto possível indicadas segundo antigos caminhos, que não devem diferir notàvelmente daqueles que existiam na época a que se referem os *Comentários;* também pela mesma causa não são as povoações sempre consideradas como fazendo parte das províncias a que actualmente pertencem.

NOTÍCIA BIOGRÁFICA DE ANTÓNIO DO COUTO CASTELO BRANCO

Acêrca do autor destas *Memórias* diz Barbosa Machado na *Bibl. Lus.*, I, 253:

«Antonio do Couto de Castello-branco Fidalgoda Casa Real Cavalleiro da Ordem Militar de Christo Comendador e Alcaide Mór de São-Tiago de Cacem, naceo em Lisboa a 8 de Outubro de 1669 e foy bautisado na Parochial Igreja dos Anjos a 24 do dito mez por Manoel de Magalhaens de Menezes Deputado do Conselho Geral do Santo Officio, sendo Padrinho seu Avô Antonio do Couto, de quem se fez a precedente memoria. Foy filho de Luiz do Couto Felis Fidalgo da Casa Real e Guarda Mor da Torre do Tombo, e de D. Paula Josepha de Castellobranco filha de Manoel da Cunha Soares Moço fidaldo *(sic)* Cavalleiro da Ordem de Chisto *(sic)*, e Senhor do Morgado do Zambujal, e de D. Mariana da Cunha de Castellobranco. Desde a puericia começou a instruirse, com aquellas artes proprias do seu nacimento, quaes foram fallar puramente as linguas Latina, Francesa Italiana, e ainda da Hebraica teve, bastante conhecimento; jugar as Armas com destreza, e mandar os Cavallos com arte. Como todo o seu genio se inclinava para a Milicia por ser palestra de animos valerosos aprendeo com summo disvelo os preceitos da Fortificação, e da Nautica, e sahio nelles muito perito sendo o mar, e a terra os theatros em que por diversas vezes felizmente os practicou. Occupou varios postos devidos não menos á valentia do seu braço, que á direcção do seu juizo, sendo Capitão Tenente da Náo Nossa Senhora do Bom Sucesso em 20 de Abril de 1697. Capitão de mar, e guerra em 11 de Dezembro de 1703. Mestre de Campo de Infantaria do Regimento da Praça de Chaves a 2 de Mayo de 1705. Brigadeiro a 28 de Abril de 1708 e ultimamente Sargento mór de Batalha a 13 de Abril de 1738. Na ultima

guerra, que esta Coroa declarou contra Espanha, não houve acção militar em que ou expugnando, ou defendendo não alcançasse immortal fama o seu valor, como sucedeo na Restauração de Marvão, e Sitio de Badajos no anno de 1705 na Conquista de Ciudad Rodrigo; de S. Felix de los Gallegos, Amoraleja, no assalto de Banheiras no Reyno de Galiza (1) no anno de 1706 e no sitio de Vilhena em o Reyno de Murcia em 1707. Governou as Cidades de Placencia, e Salamanca em Castella a Velha, Campilho de Altiboy em Castella a Nova, e a Praça de Bocarente no Reyno de Valença até que na fatal batalha de Almança dada a 25 de Abril de 1707 mandando dous Regimentos na primeira linha depois de obrar acçoens dignas de enveja dos seus companheiros foy prizioneiro, e despojado de todos os vestidos, cuja adversidade tolerou com animo heroico. Restituido á liberdade, e á patria foy nomeado Inspector das Ilhas dos Assores, e depois Governador da Praça de Elvas desempenhando com vigilante prudencia a judiciosa eleyção que da sua Pessoa se fizera para tão authorizados lugares. Nunca o horror de Marte lhe impedio o cõmercio de Minerva revolvendo continuamente os livros não sómente da sua profissão militar, mas da Historia profana, Geografia, e Genealogia de que são argumentos claros as obras seguintes...».

Segue-se a enumeração das obras de António do Couto de que mais adiante tratarei.

No tômo IV, 33, acrescenta:

«Morreo em a Cidade de Elvas a 3o de Abril de 1742. Jaz sepultado á porta do Convento dos Agostinhos Descalços da Villa de Extremoz».

Embora presuma que para esta biografia tenham sido fornecidos apontamentos por António do Couto ou por al-

---

(1) Há aqui forçosamente um êrro de impressão; Barbosa tinha por certo escrito reino de Valença.

gum seu parente ou amigo (1), não é ela absolutamente exacta. Procurarei ampliá-la recorrendo para isso principalmente à extensa biografia manuscrita de Manso de Lima (*Fam. de Port., Coutos,* 79) na qual figuram notícias que fazem presumir informação directa, às *Memorias e Observaçoens Politicas e Militares* de António do Couto, ao *Dicionario* de Vitorino de Almada, e ainda a alguns documentos da Tôrre do Tombo.

António do Couto, pertencente a uma família há longos anos ao serviço da Casa de Bragança (2) (segundo as *Famílias* de Manso de Lima desde o seu 10.º avô) assentou praça no Têrço da Armada em 20 de Março de 1686 (3). Embarcou pela primeira vez em Setembro de 1688 na nau *S. Benedito,* que fazia parte de uma esquadra comandada pelo mestre de campo do mesmo Têrço, Henrique Jaques de Magalhães; num encontro que a sua nau teve com um navio inglês «fomos (diz elle) eu e Fernão de Sousa os primeiros que nelle saltamos». Embarcou também nos anos seguintes nas esquadras que saíam a proteger a costa ou a navegação contra os piratas moiros. Em 1697 foi ao Pôrto buscar a fragata *N.ª S.ª do Bom Sucesso* de que era primeiro capitão tenente (4), sob as ordens de António de Saldanha de Castro

---

(1) António do Couto era amigo de Monterroyo Mascarenhas (*Bibl. Lus.* I, 254) e Barbosa conhecia provàvelmente o seu parente, José Bruno Cabedo e Vasconcelos (*Ibid.,* I, 253 e II, 833).

(2) Além de Manso de Lima, para a genealogia de António do Couto podem ver-se as numerosas árvores de costado do codice n.º 306 da *Col. Pomb.,* fols. 155-187 e o *Nobiliário* de Rangel de Macedo, *Pomb.,* cod. n.º 372.

(3) Esta data é a que figura no manuscrito; no 3.º vol. das *Mem. Mil.* diz 1688; também não há concordância nas outras datas, embora refira os mesmos factos; mas a data do manuscrito é confirmada pelos documentos oficiais.

(4) No ms. há uma nota não aproveitada na obra impressa, que explica não ter recebido qualquer posto mais cedo «Porq̃. estava já livre de hũ crime q̃. me embaracou maes de tres annos oser despachado; porq̃.

Albuquerque Ribafria Mesquita e Lobo, que nestes *Comentarios* figura por mais de uma vez. No mesmo ano lhe foi lançado o hábito de cavaleiro de Cristo (1) e recebeu uma carta de padrão de tença de 30$000 reis, em atenção aos serviços do desembargador Francisco Cardoso de Torneo, tio de sua mãe; parece que esta tença lhe fôra concedida em 1682, mas tinha perdido a carta de padrão (2). Também já antes, em 1690, recebera o fôro de fidalgo cavaleiro (3).

Em 1698 e 1699 navegou na mesma fragata; em 1701 foi capitão tenente da nau *N.ª S.ª da Penha de França,* e nesse ano teve, ao que refere, uma dissenção com o Conde de S. Vicente, general da Armada, por se julgar preterido nas propostas que êste fez para promoções.

É de 1702 (4) o seu pedido para servir como familiar do

---

tendome consoltado afroxo sabendose q̃. não tinha folha corrida se me deo tempo pª me mostrar liure mas como não opude fazer estiue dilatado em ser despachado». É provavelmente êste navio um dos referidos na consulta do Conselho de Guerra (maço 56, doc. 4).

(1) Tôrre do Tombo, *Chancelaria da Ordem de Cristo,* liv. 60, fol. 202 v.

(2) Tendo respto ao cuidado ezello... do Dezor Franco Cardozo de Torneo... pertencer nos ser.os do juiz das justificaçoẽs a D Paula Josepha de Castello Br.co Figueiroa sobrinha do mesmo... mce pª seu fº mais velho Antº do Coutto Castello Brco e Figueiroa de 30$ detença effectiua entrando nelles os 20$ que seu marido Luis do Coutto Felix tinha de promessa e a declaraçaõ q̃. dos 30$ lograria somto doze attº do habito da ordẽ de Xp.to q̃lhe mdou Lançar em regto da portrª de Luis do Coutto se poria verba decomo nelle naõ hauiaõ deter ja effeito os dtos... (*Mercês de D. Pedro II,* liv. 11, fol. 238; é de 2 de Setembro de 1697; *Chancelaria da O. Xp.º*, liv. 83, fol. 78).

(3) Ouve smg. pbem fazer mercê ao dito... de o tomar no mesmo foro de fidalgo della comil eseis Centos rs de moradia pormes de fidalgo caualleyro ehũ alq.r deseuada por dia... e oaluara foi feito a 18 de Abril de 690 (*Mercês D. Pedro II,* liv. 2, fol. 41).

(4) T. T. Santo Ofício.

Santo Ofício; depois da respectiva informação, foi-lhe passada carta de familiar em 20 de Agôsto de 1704.

Em 1703 foi nomeado capitão de mar e guerra para uma nau nova, a-pesar-das dificuldades levantadas pelo mesmo general da armada. Em 1705 comandava a nau *N.ª S.ª do Cabo,* uma das oito que acompanharam a esquadra com que o almirante Leake foi socorrer Gibraltar; voltando a Lisboa pediu e obteve passagem para o serviço de terra por «achaque q̃ os Medicos diziaõ ser muy prejudicial a vida ho passar da Linha», o que o impedia de cumprir a missão que lhe fôra incumbida de comboiar à Baía a Frota Portuguesa.

Nomeado mestre de campo do Têrço de Chaves, incorporado no exército do Alemtejo do comando do Conde das Galveias (1), partiu de Lisboa em 12 de Maio reunindo se em 15 ao exército que sitiava Albuquerque, rendida em 20 por capitulação. Depois desta operação, mais nenhuma intentaram as nossas tropas, devido provàvelmente à oposição que os generais faziam uns aos outros. O conde das Galveias, doente, entregou o comando ao conde de Alvor, separando-se as tropas pelos vários *quarteis de refresco;* o têrço de António do Couto foi para Alpalhão, onde se conservou até ao fim de Agôsto. Sob o mesmo governador das armas, foi retomada a praça de Marvão a 5 de Julho. António do Couto diz ter tomado parte nessa empresa como voluntário, mas desereve-a muito resumidamente.

Tomou também parte no cêrco de Badajoz, que terminou em 14 de Outubro, dia que fôra marcado para o assalto, mas em que a praça foi socorrida pelo exército franco-espanhol do marechal de Tessé (2).

---

(1) Diniz de Melo de Castro, 1.º conde das Galveias (1624-1709).

(2) Vem a propósito fazer notar a injustiça com que vários dos nossos historiadores têm tratado o comandante das tropas inglesas, lord Galway; Pinheiro Chagas, que ainda hoje é freqüentemente citado em obras sérias, a-pesar-da sua notória leviandade, diz categòricamente que

Depois da retirada dos aliados para o campo da Torrinha, e daí para os quartéis de inverno, António do Couto marchou, comandando a infantaria de Trás-os-Montes, para esta província, onde ia fazer levas para completar os terços. Dirigia a infantaria na entrada que o governador das armas, Conde de S. João, faz na Galiza, sendo a principal empresa a tomada de Mesquita (1). Intentava o governador conservar em Trás-os-Montes algumas tropas regulares, prometendo tomar parte da Galiza, onde tinha «grandes intelligencias»; foi-lhe, porém, ordenado que viesse incorporar-se no exército do Alemtejo. Com êle entrou António do Couto na invasão da Espanha que descreve nos Comentários que seguem. Foi durante ela que exerceu os governos referidos por Barbosa Machado, e que tomou parte na tomada de Alcântara, na de Ciudad Rodrigo e no assalto de Bañeres no reino de Valencia, possivelmente na tomada de S. Felices, mas certamente que não na de Moraleja que foi efectuada pelas tropas da Beira. Tendo sido aprisionado na batalha de Almanza, foi conduzido «apê a S. Climente edali passado a Bayona de

---

o marechal de Tessé conseguiu atravessar o Xevora por «descuido ou maldade de lord Galway». Ora Galway fora ferido anteriormente e substituído pelo barão de Fagel (Francisco Nicolau Fagel tenente-general no exército dos Estados Gerais, mais tarde feld-marechal do Império, 1645-1718) que sempre esteve em oposição com êle. É interessante citar duas passagens do tômo III das *Memorias* a êste respeito: «não faltou quem desde logo (que Galway foi ferido) a desse por desvanecida (a empresa de tomar Badajoz) porque o Barão de Fagel... se poderia ajudar do primeiro pretexto para o conseguir»; e acêrca da chegada, aliás já esperada, do socorro «attribuhio-se alguma culpa ao Barão de Faghel... que pela oposição que tinha a Mylord Gallway não quizera seguir as disposições que havia feito». De resto parece que Galway era amigo do Marquês das Minas (B. N. L., F. G., cod. n.º 512); mas António do Couto era talvez seu parcial, o que o pode levar a acusar Fagel injustamente.

(1) Villavieja de la Mezquita, a meia légua da fronteira portuguêsa.

França» (Manso de Lima)(1). Ignoro quando voltou a Portugal, mas já aqui estava certamente quando fêz uma petição para que fôssem mandados lançar na Tôrre do Tombo os títulos de um morgado, petição esta que foi atendida em 12 de Fevereiro de 1708(2).. Em 9 de Março seguinte foi-lhe passado padrão de uma tença de 180$000 reis, mercê que, entre outras, lhe fizera D. João V em recompensa dos seus serviços.

Em 28 de Abril de 1708 foi um dos quatro primeiros brigadeiros(3) criados em Portugal e na campanha dêsse ano comandou uma brigada de infantaria do exército do Alemtejo(4).

Em 20 de junho de 1709(5) foi mandado à «Ilha 3.ª p.ª

---

(1) Em um manuscrito da casa Zambujal intitulado *Tratado da familia de Coutos*, escrito por José Freire Monterroyo Mascarenhas, e por êste oferecido a António do Couto, encontra-se entre váriás notas que parecem da letra dêste, a cópia de uma carta escrita por Galway em 14 de Dezembro de 1707 a Luís do Couto Félix em que lhe diz «... me não discuido dos.r Ant.º do Couto Castelbr.co equizera q.r so dependence do seu troco da minha deligencia, porq̃. seifeitoaria sem demora, não so pello gosto de o ver com emteira libardade desepoder adiantarce em posto, mas tambem pella comueniencia do zello, eprestimo comq̃ se emprega no serviço rial, e pode V. S.ª estar serto deq̃. continuarei as minhas recomendacoes p.ª q̃. ou por Catalunha ou por qualquer outra parte se possa fazer esse negocio». Essa carta é que me fez supor que pudesse haver amizade entre Galway e Antonio do Couto.

(2) Tôrre do Tombo, *Chancelaria de D. João V*, liv. 31, fol. 82 v.

(3) *Mem. Mil.* II, 166; o posto de brigadeiro foi criado por um Regimento de 15 de Novembro de 1707; mas é possível que as nomeações para êle só fôssem feitas mais tarde, ao aproximar-se o início da campanha de 1708; Manso de Lima marca a nomeação em 2 de Maio, não sei porque motivo.

(4) Ordem de Batalha existente no cod. n.º 105 da *Col. Pomb.*, págs. 247 e 250.

(5) Carta régia a António do Couto (existente no arquivo da câmara da Horta?) publicada na *Historia das Quatro Ilhas que formam o Dis-*

q̃. nella, e nas mais adjacentes, examinasse com todo o cuidado o q̃ parecesse necessº pª sua defensa» segundo a cópia da sua carta a El-Rei existente no cod. n.º 105 da *Col. Pomb.*, pág. 489-490 e 511-516 (1). No desempenho dessa missão «no fayal fes em 7 meses oseu Castello» (2) e, em 1711, «voltou ao Reyno por ordem de S. Mag.e para lhe dar conta do q̃. havia obrado que lheagradeceu por huma carta firmada da sua real mam escrita em 18 de Fevrº dodº anno» (3). Durante a sua estada nos Açores, sustentou um pequeno combate com corsários franceses (4).

Depois desta data são menos as notícias que conheço da vida de António do Couto.

---

tricto da Horta, por António Lourenço da Silveira Macedo, I, 447, doc. n.º 56; decreto impresso na *Synopse* de Chaby IV, 49 (Tôrre do Tombo *Cons. de G.* maço 68, doc. 42); a fragata *N.ª S.ª da Esperança*, que tinha transportado António do Couto aos Açores, tinha já voltado a Lisboa em 15 de Setembro (B. N. L., F. G., 512).

(1) Esta carta foi publicada no *Archivo dos Açores*, XII, 460.

(2) Manso de Lima, *loc. cit.* Silveira Macedo não se refere a essa obra, mas diz que as fortalezas do Faial foram renovadas em 1712; também não fala dela o Padre Cordeiro na *Historia Insulana*, obra aliás contemporânea; mas não é isso motivo suficiente para negar as palavras de Manso de Lima: a *História Insulana* é bastante falha de notícias; assim, por exemplo, afirma que, «não se sabe (a ilha de S. Jorge)... que de inimigos fosse em algum tempo conquistada, ou saqueada»; ora em Setembro de 1708 os franceses saquearam as Velas, naquela ilha (*Archivo dos Açores*, XIII, 122). É provável até que a ida de António do Couto aos Açores fôsse motivada pelas ameaças de ataque de corsários franceses (cf. Silv. Mac., *op. cit.*).

Todavia entre os serviços de António do Couto nos Açores não é alegada a construção de um castelo, mas sim a de uns quartéis (vid. adeante, doc. III).

(3) *Idem, ibidem;* não encontrei qualquer vestígio desta carta.

(4) *Idem, ibidem;* também não há referência a êste combate em documentos oficiais, onde aliás se referem por vezes factos de menor importância.

Em 2 de Janeiro de 1713 foi-lhe passado um padrão de 48$000 reis de uma tença de 60$000 reis que em 16 de Março fôra concedida a seu irmão Bento do Couto Carvalhais (1). Em 14 de Abril de 1714 foi-lhe concedido o privilégio de ter açougue na sua quinta da Caridade do Couto, no termo de Ourem, privilégio confirmado em 23 de Junho (2); em 19 de Agôsto foi mandada verificar nêle uma vida na capela instituída por Vasco Martins de Agoa (3); tinha herdado a quinta e a capela de seu pai, que morrera em Agôsto do ano anterior, e cujo livro *Tácito Português* António do Couto mandou publicar em 1715.

Em 30 de Junho de 1717 uma provisão manda fazer, dentro do prazo de um ano, medição, demarcação e tombo dos bens da Alcaidaria de S. Tiago de Cassem, devendo António do Couto depositar o tombo no convento de Palmela (4).

Em 23 de Julho de 1722 outra provisão determina que o ouvidor de Ourem devasse sôbre furtos de que se queixava António do Couto (5), e em 3 de Julho de 1727 uma terceira manda a seu pedido pôr em sequestro uns bens que tinha ganho em demanda ao padre Manuel Mogo da Rocha e que lhe eram disputados pela filha dêste, Francisca de Melo (6).

Em recompensa dos serviços que prestara depois de 1707, foi-lhe feita mercê em 17 de Julho de 1729 de uma vida nas

---

(1) Tôrre do Tombo, *Mercês de D. João V*, liv. 5, fol. 549; *Chancelaria de D. João V*, liv. 41, fol. 2. Êste Bento do Couto era filho natural de Luís do Couto Felix e de Angela Francisca.

(2) Idem, *Chancelaria de D. João V*, liv. 8, fol. 169 v.

(3) Idem, *ibidem*, liv. 40, fol. 196 v.; tinham-lhe sido concedidas duas vidas nesta capela em 27 de Maio de 1708 (*Mercês de D. João V*, liv. 2, fol. 133).

(4) Idem, *Chancelaria da Ordem de Santiago*, liv. 26, fol. 235.

(5) Idem, *Chancelaria de D. João V*, liv. 61, fol. 102 v.

(6) Idem, *ibidem*, liv. 71, fol. 197 v.

tenças de que gozava (1). Em 2 de Fevereiro de 1734 estava em Lisboa Ocidental (2).

Vitorino de Almada data a sua nomeação para governador de Elvas de 1736, assim como a sua promoção a sargento-mór de batalha; e cita um documento de 15 de Junho de 1737 em que é designado como tendo êste pôsto; parece pois que haverá êrro na data indicada por Barbosa. É ainda o mesmo autor quem nos prova que António do Couto morreu em Extremoz e não em Elvas (3).

Sôbre os serviços que êle prestou depois da sua volta dos Açôres nada achei na Tôrre do Tombo, no Arquivo Histórico Militar, nem no Arquivo e Biblioteca do Comando de Engenharia. É possível que nas colecções do Conselho de Guerra se encontre qualquer notícia, mas só por acaso a poderia descobrir nos 32 maços de documentos respeitantes aos anos de 1711 a 1742; nada deve existir em Elvas, aliás não teria escapado ás investigações de Almada.

Do testamento de António do Couto conheço duas verbas: deixou a segunda vida na capela instituída por Vasco Martins de Ágoa a Manuel Fernando José Pereira Rebelo; das tenças que disfrutava deixou 30$000 reis a Luís Ferreira de Araujo e iguais quantias a Martinho Carlos e João da Silva; o remanescente dessas tenças que era de 168$000 reis ficou destinado às obras da Congregação do Oratório de Extremoz (4). Nos vínculos sucedeu-lhe seu sobrinho Filipe Peixoto da Silva e Couto, cavaleiro de Cristo, filho de Luís Peixoto da Silva, conselheiro da Fazenda e primo direito de

---

(1) Tôrre do Tombo, *Chancelaria de D. João V*, liv. 77, fol. 154; *Mercês de D. João V*, liv. 6, fol 244 v.

(2) Idem, *Decr. de serv.*, maço 30, n.º 20.

(3) V. de Almada, *Elementos para um dicionário de Geografia e História Portuguesa — Concelho d'Elvas, etc.* II, 96.

(4) Tôrre do Tombo, *Chancelaria de D. José*, liv. 3, fol. 162, 167 e liv. 68, fol. 295 v., 298.

António do Couto, por ser filho de D. Inácia Maria do Couto, irmã de Luís do Couto Felix e mulher de Filipe Peixoto da Silva (1).

*

Barbosa Machado conheceu a existência de numerosos escritos de António do Couto, na maior parte inéditos; a sua lista não é, porém, completa; faltam nela pelo menos os *Comentários,* que talvez de resto o autor pensasse substituir pelas *Memórias Militares,* parcialmente impressas.

Além disso parece-me pláusível que haja nessa lista uma confusão; com efeito, Barbosa Machado atribui a António do Couto três obras genealógicas; de duas delas, *Familias do Reyno de Portugal* e *Familias dos Reys da Europa e dos titulos de Portugal, etc.,* que o autor conservava em seu poder, não encontrei vestígio; são provàvelmente as conhecidas de D. António Caetano de Sousa e as que foram utilizadas por Bernardo Portocarrero para o seu *Livro das Gerações Nobres,* actualmente em publicação; mas, segundo a *Bibl. Lus.*, António do Couto era o autor de um *Tratado da Familia de Coutos,* 1 vol., fol., que estava na posse de José Freire Monterroyo Mascarenhas. Ora, como antes já disse, na livraria da casa do Zambujal existe um manuscrito com êste título; é um volume, fol. de 4 in.-18-288 págs. seguidas de fôlhas com árvores de costado numeradas irregularmente de 288 a 299 e 210 a 262; contém vários desenhos de brazões e no frontispício diz ser escrito por Monterroyo; segue-se uma carta em que êle o oferece a António do Couto; pertenceu a José Bruno de Cabedo, sobrinho dêste. Não é provável que os dois autores oferecessem um ao outro obras

---

(1) Nota ao citado ms. *Tratado da Família de Coutos,* em que relata a morte de António do Couto; é provàvelmente de letra de José Bruno de Cabedo.

exactamente semelhantes; ¿haverá uma confusão de Barbosa Machado? (1).

A *Conta que deu a S. Magestade em 20 de novembro de 1708 das Ilhas do Fayal, Graciosa, Pico e S. Jorge, Corvo e Flores*, que estava na livraria de Monterroyo, talvez seja a mesma que a carta sôbre o assunto publicada no *Archivo dos Açores;* esta é datada do «ano de 1709», mas na indicação de Barbosa Machado há um evidente êrro de data, visto que António do Couto só em 1709 foi para os Açores.

A *Descripção das nove Ilhas dos Assores*, etc., só é conhecida pela referência de Barbosa; estava na livraria do Marquês de Abrantes.

Finalmente as *Memorias e Observaçoens Militares* compreendiam além dos três tomos publicados mais outros três prontos para a impressão; Inocêncio informa que o último (que parece ser uma colecção de manifestos e talvez de decretos) existia na biblioteca de Figanière; não figura, porém, no catálogo que dessa biblioteca foi publicado.

Todavia o plano primitivo das *Memorias* parece que era diferente; pelo menos, no fim do segundo volume António do Couto anuncia um terceiro em que tratará de combates navais e desembarques, do uso da artilharia, da cavalaria e da infantaria, e finalmente apresentará «exemplos com que se

---

(1) Pode admitir-se que a obra de Monterroyo fôsse organizada sôbre notas de António do Couto; mas é extracto de um nobiliário, porque se refere a outros títulos. Devo a propósito observar que o proprietário do manuscrito, o sr. Visconde do Zambujal, me facultou a leitura dêle depois de elaborada a notícia biográfica anterior; mas não encontrei lá notícias novas, porque a biografia que figura nas *Familias* de Manso de Lima é absolutamente semelhante à de Monterroyo; talvez as duas sejam copiadas de um mesmo nobiliário. A carta dedicatória de Monterroyo tem data de 20 de Julho de 17..; mas pode-se por outra carta ali transcrita e pela *censura* de Manuel de Carvalho e Ataíde marcar-lhe a data de 1718.

mostra tudo dos tratados apontados, para desfazerse ás objecçoens dos ponderadores». Mostra-nos esta nota que já ao imprimir o segundo volume o autor tinha conhecimento da existência de objecções à sua obra; todavia só depois da publicação dêste tômo é que apareceram impressas (em 1733) as numerosas críticas que constituem a *Evidencia apologetica e critica sobre o primeyro, e segundo tomo das Memorias Militares* que Barbosa Machado (*Bibl. Lus.* III, 188) diz ser da autoria de Manuel de Azevedo Fortes (1). Na verdade da redação da *Ev. ap.* (2) e de certas referências das *Mem. mil.* (3) é fácil concluir que entre os dois autores havia inimizade. Sem entrar na discussão que a *Ev. ap.* faz de grande parte das doutrinas apresentadas nas *Mem. mil.*, encontra-se naquela uma observação de interêsse bibliográfico. Nota-se ali (pág. 141 e 142) que o primeiro volume das *Mem. mil.*, que, embora publicado em 1719, é apontado nas cartas preliminares como estando já pronto a imprimir em 1710, se refere à divisão em Lisboa Ocidental e Oriental, posterior a esta última data.

Esta observação força-nos a concluir que não são verdadeiras as circunstâncias apontadas nas cartas. É certo que a obra publicada não pode ter sido encontrada na bagagem perdida em Almanza por António do Couto, nem é autêntico o pedido dêste a António de Novais Ferrão, para suspender a sua resolução de dar à estampa os manuscritos. Todavia António de Novais Ferrão não é uma personagem fictícia. Serviu na verdade sob as ordens de António do Couto a bordo da fragata *N.ª S.ª do Cabo* em 1705, foi sol-

---

(1) Manuel de Azevedo Fortes já antes havia publicado, também anònimamente, uma *Representação a ElRey* em que discutia um ponto das *Memorias Militares*, mas não lhes fazia uma crítica completa.

(2) Principalmente os cap. I e II.

(3) Especialmente II, 157 e seg.

dado, furriel-mór, alferes, ajudante e capitão do seu têrço, fêz com êle as campanhas de 1705 e 1706. É muito possível que em 20 de Dezembro de 1711, data da carta em que oferece a António do Couto o seu próprio livro e uma árvore genealógica nêle incluída, se encontrasse em Miranda. Com efeito, tomou parte na restauração desta praça realisada nesse ano, e pertenceu à guarnição dela de Fevereiro a Julho de 1712. Também à data da carta que figura nas *Mem. mil.* como dirigida da Ilha Terceira por António do Couto a António de Novais o autor estava nos Açores (1).

Fôsse pelas objecções que levantara a sua obra, fôsse por outro motivo, António do Couto não continuou o plano que parece ter delineado para as *Memorias*, destinadas a constituir um tratado de sciências militares e substituiu o terceiro volume projectado por uma narração bastante pormenorizada das campanhas em que tomou parte até ao fim de 1705. Os dois seguintes tratavam das operações a que assistiu, talvez até voltar dos Açores.

Ora esta narração histórica constitui também o assunto dos *Comentarios* que a seguir transcrevemos; mas, a julgar pela parte comparável das duas obras, as *Memorias* tinham muito maior desenvolvimento.

---

(1) As notas biográficas de António de Novais Ferrão, natural de S. Pedro do Sul e que morreu coronel do regimento de Setúbal em 1755 são tiradas da justificação de serviços de seu sobrinho António Correia de Figueiredo de Novais Ferrão (Tôrre do Tombo, *Dec. de serv.*, maço 30, n.º 20). Neste processo encontrei vários atestados de António do Couto, em que pude verificar que usava na verdade as armas que o Padre Carvalho da Costa lhe atribui: escudo partido, no primeiro Coutos, no segundo Barbosas, timbre provàvelmente uma fôlha de figueira (Figueirôas). Neste processo encontrei também os nomes de alguns oficiais do têrço de António do Couto não citados nos *Comentarios:* os capitães Bento Felix da Veiga, José de Loureiro Serpes, Duarte Ruiz da Fonseca, José Leite de Castro, Francisco Alves Veloso, o alferes do mestre de campo José Leite.

Quanto ao valor da obra de António do Couto, além do que lhe provém de descrever com certa minúcia factos mal conhecidos, devemos considerar a personalidade do seu autor como não despicienda; prescindindo dos elogios que estão publicados no segundo volume das *Mem. mil.*, como era hábito em todos os livros da época, e das cartas laudatórias que adiante se transcrevem e que António do Couto tinha reünido sem dúvida para publicar com a sua obra, ainda assim não creio justificada a opinião de Manuel de Azevedo Fortes que nas 270 páginas da *Evidencia Apologetica* diz não ter podido «apontar... nem ainda huma decima parte» dos erros das *Memorias militares* cuja doutrina considera «na mayor parte errada, inutil, e prejudicial». António do Couto era incontestàvelmente lido em assuntos da sua especialidade, e até parece que consultado como autoridade, a julgar pela carta a que me refiro anteriormente. A parte histórica das suas obras tem o interêsse que já lhe atribuia o conde da Ericeira no parecer do desembargo do paço impresso no terceiro volume das *Mem. mil.* «He digno este Livro de imprimirse, e esta obra de continuarse, pois quasi não temos atégora na Lingua Portugueza quem publicasse os grandes sucessos Militares, e politicos, que desde o principio deste seculo de ferro perturbarão Europa, e por consequencia ao Mundo todo, e em que Portugal teve parte tão gloriosa». É datado de 22 de Janeiro de 1735; quási dois séculos depois não têm aumentado notàvelmente os nossos conhecimentos sôbre as opiniões dos contemporâneos acêrca dos acontecimentos desta época, e aguardam publicação não só numerosos documentos a ela respeitantes, mas ainda algumas obras já completas e do maior interêssse, como as *Memorias* de D. Luís da Cunha e a maior parte das de José da Cunha Brochado.

Os *Comentarios* de António do Couto não são uma obra primacial; o seu assunto é extremamente restricto e, até

mesmo porque o autor fala pouco de si, não têm eles todo o interêsse de umas memórias pessoais; mas são um elemento de estudo não desprovido de importância, especialmente se considerarmos que parecem ter merecido a aprovação de algumas pessoas que tinham tomado parte activa e importante nos factos que eles descrevem.

GASTÃO DE MELO DE MATOS.

DOCUMENTOS

De entre os muitos documentos inéditos respeitantes a António do Couto que existem na Tôrre do Tombo, transcrevem-se adiante os que incluem dados de certa importância para a sua biografia. Aos outros faço referência na notícia anterior, mas não julguei necessário reproduzi-los por completo por me parecerem de menor interêsse sob êste ponto de vista particular. Seguidamente transcrevo as cartas existentes no manuscrito dos *Comentarios* e uns versos latinos provàvelmente destinados a serem também publicados com as obras do autor.

I

«Eu ElRey façosaber aos q̃ estealuara uirem q̃ tendo resp^{to} a Ant^{to} do Coutto de Castello Bran.^{co} fidalgo de minha Caza mehauer seruido por espaço dedes annos noue mezes e quinze dias desdeuinte e hum de m^{co} de seis c.^{tos} outenta e Seis athe noue de julho desseis c^{tos} nouenta esete em q̃. ficaua contenuando empraça de Soldado e Capittão da Fragata Nossa S.^{ra} do Bom suceço e nodis Crusso do Referido Tempo seembarcar emonze Armadas que sahirã a Correr a Costa epassarã aoestreitto e barras de Sallé e mamora e a Leuar sacorro apraça de Mazagam aIlhas dosasores aesperar as frotas do Brazil enaos da India sendo por m^{tas} uezes em-Carregado degouerno da Artelharia ea Chandosse nao Casiã

emquesefes dar a Costa e queiMar nade Africa hum Nauio detratos de Cujo poder se tirou huma preza de Castelhanos e huma Lancha com Noue Mouros gouernando aartelharia de Toldo todo o Tempo que durou a Cassa que se deu aestes cossarios em Todas as oCaziois que se offerecerã seauer comgrande satis e vallor Hey porbem fazerlhe dohabillitar paraquesepossa opor ás Capitanias da uiagem das Naos da Carreira da India pelloq̃ mando ameu Presidente e Consilheiros do Cons.º ultramarino cumprameguardem este aluara como nelle se Contem semduuida alguma a qual uallera como Carta semembr. da ordenaçã em Contr.º pagou de nouos dr.tos quinh.tos e quar.ta que se carregarã ao Thr.º delles a fl. 52 u.º reg.do no L.º do reg.to gl. a fl. 241 u.º M.el Pinheiro da Fon.ca ofes em Lx.a a outo de outr.º de seis c.tos nouenta esete o secretario Andre Lopes de Laure a fes esCreuer «Rey» C.do M.el da M.ta Leitão».

(Tôrre do Tombo, *Chancelaria de D. Pedro II*, liv. 52, fol. 213)

II

«Ouve SMg.de pbem tendo resp.to aos seruiços do d.º An.to do Coutto Castello branco fidalgo de sua caza feitos em praça de soldado do 3.º da Armada Real nos postos de Capitão thenente, Capitão de Mareguerra e M.e de campo de hũ 3.º pago da guarnição da praça de Chaues tudo por espaço de 21 annos hũ Mez e 25 dias de 20 de M.co de 686 the 25 de Abril de 707 embarcandose 15 vezes em 12 Armadas da costa desde oanno de 688 theode 705 indo esperar as frotas enaos da India levar seccorros aMazagão esoccorrer Gibaltar honde sepelejou com 5 naos Francezas metendose apiqueado Gn.al Pontx presionandose 3 e fazendolhe encalhar hũa passando aoposto de M.e de Campo da Prou.ca detras os Montes, marchar â de Alentejo, ese achar na occazião em q̃ oin.º pertendia picar onosso exercito pla retaguarda noRyo Caya me-

tendose entreas tropas Inglezas p.ª o envestir por ordẽ do Gn.al Faguel, e no citio de Badajos guarnecendo hũ campo entre o xeuora, e guadianna trabalhando na faxinas, e em hũ fortim q̃ lhe foi mandado fazer, enos mais effeitos da quelle citio the se retirar o exercito voltando á Prou.ca detras os Montes levantar por ordẽ do conde de S. João gn.al da Artr.ª 450 soldados achandose tambem na entrada q̃ o d.º Conde fez em Galiza no destricto das Frieiras e Villa de Mesquitella, epondose emdenfença a assaltar, saquear, e queimar com oseu 3.º, na marcha q̃o nosso exercito fes plo porto do Ryo Solor aacamparse nos campos de Brosses deixando todo e Trem da Artr.ª e bagagens daoutra p.te do Ryo ficar cõ oseu 3.º e 2 mais q̃ estavão â sua ordẽ naguarda esegurança detudo sem perder cousa algũa (1), oanno de 706 se achar na entrada q̃. o nosso exercito fes em Castella, citios e rendim.tos das praças de Alcantara cyudad R.º the se entrar em Madrid, e na Cidade de Placencia q̃. guarneceu egouernou 8 dias sehauer de man.ra q̃. obrigou aos moradores auzentes ase recolherem fazendo dar obediencia ás vilas de Fornabassa, e Xorte distantes 10 leguas, estando tambem de guarnição 8 dias em salamanca passando agovernar avilla de Campilho, e Altoboy continuando depois a marcha cõ o exercito acobrir ade ElRey Catholico, no gouerno da praça de Bocairante do Rn.º de Valença que exercitou desde outr.º de 706 the 4 de Abril de 707 se hauer cõ todo o cuidado vigilancia, sendo omais vezinho do in.º, e da mesma sorte na peleja q̃se teue cõ hũgrosso de Cavallr.ª delle e 200 Micheletes, fazendoos retirar com perda dealguns cavallos prezioneiros achandose tambem no assalto da V.ª de Banheras, no rendim.tº da Cid.e de Vilhena ult.ªm.te nabatalha de Almança proceder com notr.º valor estando o seu 3.º na p.ra linha the ser prizion.rº de pois de derrotado o seu regim.tº sendo des-

(1) Êste facto é da campanha de 1706.

fardado de tudo eperdendo toda asua bagagẽ q̃era de importancia, marchando mais de 25 legoas apee sofrendo cõ grande constancia todo o trabalho; em satisfação de tudo: Ha SMg^de^ pbem fazerlhe m^ce^ (alem de outras) de 180$ detença efectiva em cada hũ anno os quais lheserão assentados em hũ dos Almox.^dos^ do Rn^o^ em q̃ couberem sem prejuizo de 3° enão houuer prohibição.

«E o vencim.^to^ delles de 17 de Feu^ro^ deste anno prez^te^ dia desta m^ce^ theo do assento sera na forma q̃. SMg^de^ rezoluer na consulta q̃: se fez plo Cons^o^ da faz.^da^ esta m.^ce^ lhe fazia aclauzula g.^al^ na formado decreto de 17 de Jan.^ro^ de 689 De q̃. lhe foi passado Padrão a 9 de M.^co^ de 708.

«Ouve SMg^de^ pbem plos mesmos rep.^tos^ declarados no assento assima fazerm^ce^ ao d^to^ Ant^o^ do Coutto Castello branco da Alcaidar.^a^ mor de Santiago de Cassem em sua vida D q̃. lhe foi passado Alvara a 30 de m.^co^ de 708».

(Tôrre do Tombo, *Mercês de D. João V*, liv. 2, fol. 133)

Êste alvará está transcrito na *Chancelaria da Ordem de Santiago*, liv. 25, fol. 172, onde se diz que a mercê fôra feita por portaria de 20 de Fevereiro; a colecção das *portarias do Reino* não atinge esta data.

III

«Houve SMag^de^ pbem tendo respeito aos segundos servicos q̃. obroa o d^o^ Ant^to^ do Couto Castellobranco fidalgo de sua caza depois de despachado pellos primeiros feitos athe 25 de Abril de 707 por espaço de 9 annos 4 mezes e 11 dias continuados de 26 do d^o^ mez de Abril de 707 the 31 de Agosto de 716 nos postos de Me de Campo Coronel, e Brigadeiro de Infantaria da Provincia de Trasos montes q̃. por estar obrigado aprizioneiro não exerceo os d^os^ postos e vindop^a^ este Reyno ficar reformado eagregado ao Regim^to^ do Coronel Pedro Gonçalves hũ anno 7 mezes e 23 dias q̃. servio nas

Ilhas ondefoi mandado por ordem de S. Mag^de^. avizitar e examinar as Fortalezas dellas suas guarniçoes, eordenanças mostrando zello em tudo oq̃era do real serviço revendo as moniçoes fazendo alistar gente p^a^ 7 companhias passandolhes mostra eexercitandoas no manejo das armas, edamesma sorte obrar correndo a Costa das Ilhas gracioza edo Fayal semembargo do rigor do Inverno as fortificaçoes dispondo Livros p^a^ passar mostra aos soldados, e outros p^a^ a recadação das armas, e damesma sorte obrar na do Pico doutrinando em cada districto as ordinanças mandandoderubar huns quarteis quazi arruinados os dezenhar emoutro lugar Concertando outras asistindo aobra, etendo noticia de alguns descaminhos dos direitos reaes cauzados das embarcaçoes estrangeiras dar conta pello Con^co^ dafazenda p^a^ sepor remedio as perjudiciaes consequencias q̃ seseguião em satisfação detudo: Ha SMag.^de^ p^r^bem fazerlhe m.^ce^ de huã vida nas tenças q̃. tem de 128$ nos Portos Secos 80$ por Padrão de 9 de Março de 708 e 48$ por Padrão de 2 de Jan^o^ de 713, enade 130$ na Caza do Pescado 12$ por Padrão passado com salva em 2 de Septembro de 697, 18$ por Padrão de 3 de Janr^o^ de 698 e 100$ por Padrão dos d^os^ 9 de Março de 1708 Deq̃. lhe foi passado Alvara de Lembrança a 17 de Agosto de 729. — Uma rubrica».

(Tôrre do Tombo, *Mercês de D. João V*, liv. 6, fol. 244 v.). *O total destas tenças é superior á somma dos legados designados nos documentos onde encontrei noticias sôbre o testamento de António do Couto; a lista dos legados é pois incompleta.*

Carta q̃ escreveo Alvaro Jose Serpe Sotto Mayor thenente coronel dehum rigimento da Infantaria da Corte

«Meu senhor. Com razam não concentia Alexandre magno, que ô retratassem senam os pinceis de Apelles, nem que ô esculpissem senam os Buris de Lizipo, pois agrandeza, ege-

nerosidade de hum Alexandre só hum tam grande pincel, ehum tão raro buril lhe podião reduzir â copia, desmentindo menos ô original; e asim só VS^a^ com asua aguda Espada, podia aparar tambem apena, q̃. no infaliuel da mesma memoria não ficassem demorta cor as accoes deVS.^a^ eas dos mais Portuguezes, nos retratos desta sua lembrança; com â differença de copiar a muitos, ô que outros fazião a hum sô; lembrandolhe meramente os que parecerão nas accoẽs com o magno, eesquecendoce dos q̃. não obrarão como tays q̃. athe na generozidade, e valor de VS.^a^ (sem faltar auerdade da historia) não coube no seu descurço, senão o mesmo valor.

«Deuo eu, edeue todo este Reyno agradecer muito a VS^a^ deixar exemplos aos vindouros, gloria aos mortos ehonrra aos vivos, reçussitando com estes comentarios o mesmo esquecimento; milagres, que só vemos no talento qVS^a^ com fadiga tão generosa, q̃. acreditando a Nação com o seu valor eacerto esendo testemunha de vista detodos estes progressos, foy com hũa tal defferença, q̃. dos mesmos confflitos que nem aperturbacam da guerra, lhe escureceo â memoria, nem os mesmos golpes, lhe foram riscos para ella.

«Isto vejo, e admiro na verdade deste tomo, que hé no queposso ter vocto, enão acho, que lenbrar, mais, que ter muito, que agradecer por parte do Portuges, pella proficcão de soldado, epor tambem hir nelle mencionado no Templo daFama seporão por reliquias estes comentarios, por unicas â singularidade, que toda comprehende para mayores milagres a V.S.^a^ Cezar dos nosos tempos, pois deduz na paz com a pena ó que na guerra triunphou com a Espada, ficando â posteridade estes documentos por uozes do seu nome, por pregoeiros das suas magnimidades, epara Claris do nome Portuges etão bem conhecerão, fuy, e sou de V. S.^a^ ó mais venerador, eq̃ mais ó dezeja seruir. Ds g^de^ aVS.^a^ como seus amigos dezejão, ePortugal hade mister De caza 7 de Abril

de 1772. — Fiel cap.vo eAº deV. S.ª — *Aluaro Joseph serpe sotto mayor* (1).

Carta q̃ escreueo Dom Pedro Amassa Marques de Assa do Conselhode ElRey Mestre de Campo general dos seus Exercitos a cujo cargo esteue o gouerno das armas da Prouincia do Alentejo

«Mui senhor mio. La repeticion de mis deflusiones ansido causa de hauerse demorado la leccion des Libro que vs. me hiço mercd mandarme para que lo biese; he loecho con todo cuidado no hallando en el cosa que anâdir ni quitar porque el cuidado devs. me es cuso el hacerlo por el que pone en laygualdad de los suzesos que Realmente pone ensu deuido Lugar con el mayor trabajo; estimare quevs.ª no me estrañe la tardança en hauer ejecutado sus mandatos que siempre obedezere com la mejor Voluntad. V. S. me hara la onrra de deçir al sr. D Diego de Mendoza queno lees criuo sobre esto pero que soi suio como de v. s. a quien deseo gde Ds. m.s a.s yelues yhenro 29 de 1722. — B. S. M. de v. s. su fiel seruidor. — *Marq̃. de Assa*».

Carta q̃ escreueo D. Antonio de Sousa Marques das Minas Conde do Prado Sr de Beringel Alcayde mor de Beja comendador das comendas naordem de Xpto, es. Tiago capitão g.al do Brazil gor prisidente do tabaco do Conselho de Estado estribeiro mor da Raynha gor das Armas do Exto de S magde q̃ Ds gde a Antº do Couto Castelbranco

Senhor meu Depois q̃. VSª memandou este seu comentario poucas horas tiue deouer, porq̃ cahi doente em huã cama

---

(1) No 2.º vol. das *Mem. mil.* está publicada uma outra carta de Alvaro José Serpe a António do Couto.

mais p.ª cuidar em dispor deq̃ em reuer; porem no pouco q̃ li, achey q̃. pelo q̃ pertence ao Exercito q̃eu só mente gouerney em xefe, quando sefala em ordens e desposiçoes, sedis os nossos generaes; e como por esta rezam seda aperceber heram m.tos os q̃ igualm.te mandauão commigo qualquer delles pode fazer oq̃. eu pela minha impoçibillidade não poço executar. Vai o Liuro eeu fico p.ª seruir a vosa senhoria aquem Ds g.de m.s ann.s de Caza 2 de Dezebr.º de 1720. — Seruidor de V. Senhoria. — *Marq.s das Minas*».

Cartaq̃. escreueo Dom João Manuel de Noronha g.or e capitão g.al do Reyno de Angola s.r de Tancos, ceiceira, Atalaya comendador das comendas na ordem de Xp.to, e s. Tiago consilheiro de Guerra Mestre de campo g.al dos Exercitos a Ant.º do Couto Castelbranco

«Meu S.r Sempre q. V. S.ª mefas o fauor de dar nouas suas oestimo como VS.ª deue da minha obrigação e da experiencia q̃. tem da ueneração q sempre lhe tiue, epor estas mesmas rezoẽs não poço duuidar deq̃. VS.ª mefas fiel companhia no sentim.to q̃ mecauzou a morte de meu irmam os.r Conde de ATalaya q̃. D.s aja; oq̃. ainda agora lhe agradeco; porq̃. quando na quelle tempo me emtregarão a carta de VS.ª nem me procurarão a resposta, nem eu soube por donde a hauia de emcaminhar; pelo portador remeto a V. S.ª oliuro como me ordena esempre estimarei ter m.tas ocazioens deseruir a V. S.ª q̃ Ds. g.de m.s ann.s.

«Lix.ª 28 dejulho de 1723. M.to ag.do emayor seru.or de V. S.ª — *D. João M.el de Ner.a* »

Ao Sr. Brigadr.º Ant.º do Couto Castelbranco Figueroa

Herculis æternas instar tibi, Couto, columnas
Erigis ingenium vivat, vt Orbe, tuum
Ille suis vivit, post sæcula longa laboris

Queis non plus vltra sculpserat ante suis
Ipse tuis vivis queis scribis acumina mentis
Nec tua plus ultra crescere fama potest

(B. N. L., *Col. Pomb.*, cod. n.º 127).

COMENTÁRIOS DOS SUCCESSOS DA VLTIMA GUERRA DE PORTUGAL CONTRA CASTELLA, COM ALGUÃS NOTICIAS MAIS PERTENCENTES A HISTORIA DESTE REYNO, E A DESCRIPÇÃO DE VARIAS CIDADES, E VILLAS DE HESPANHA E FRANÇA POR ANTONIO DO COUTO CASTEL-BRANCO

Aquem ler

«Poderão alguns Arguirme não escrever As acçoens de toda Aguerra, mas a falta de Not^a^ das Campanhas onde me não Achey me obrigão A faltar ao dezejo que tinha de Narrar os progressos succedidos nas provincias de Portugal, Castella, e Aragam; porque Como professo escrever A verdade, sô me Atrivi A fazelo do que Vi edo q̃. observei; e esta he Arasão de não relatar m^tas^ occazioens generosas sem q̃. alguns Cabos Portuguezes se fizerão dignos dos Padroens da immortalidade; Não lhe culpem tambem o fallar algũas Vezes nos Sucessos em que tive parte, ou mandando, ou obedecendo; porque quando Mandava hê Afim de louvar aobediencia dos Meos soldados; e quando fui mandado o Acerto dos meos Generaes. Faço memoria das Armadas em que embarquei no tempo da paz. porque não ficacem esquecidas, A disciplina, e A Constancia comque os Cabos de Elas sedispunhão A pelejar Com os inimigos, eoutras Vezes A rebater Adezordem dos Elementos, q̃ Certamente hê muytas Vezes mais horrorosa, q̃. as mais Ariscadas ope-

raçoens da guerra. Mereço tambem Aos coriosos, que não sensurem por Menos culto, e estillo com q̃. faço esta narração, porque não nececita de adornos AVerdade, em sy mesma leva Vinculada A fermosura. Hum dos motivos tambem, porque me sacrifiquei Aesta obra; foy por Mostrar ao Mundo Asem rasão comq̃. alguns Estrangeiros deram Á Estampa noticias menos decentes Ás Nossas Armas, sem outro fundamento, q̃ o dá inveja, ou da emulação, e hê cousa dura, que todas Aquellas Acçoens, q̃. fizerão gloriosa A nação Portuguesa intentacem prifiralas ou Ao seu Valor, ou A sua industria. Este foy o fim q̃. me empenhou A fazerme Auctor de huã historia paraque não bastava talento, ainda muytas Vezes mais elevado; porem o Amor da Patria me Animou de sorte, que não temi fazerme Victima da sensura publica (1).

«Em dez de Fevereiro de mil sette centos e seis me puz em marcha sahindo praça de Chaves com o meu Terço fardado de nouo, com barracamento e tudo o mais necessario;

---

(1) *O Liv. 1º começa:*

Determino dar principio A este livro escrevendo os principaes successos, que observei no Mar, e depois na Terra. *e trata dos acontecimentos presenciados pelo auctor até ao cerco de Gibraltar, inclusivè.*

Segue se uma Relação das Batalhas *da guerra da Sucessão de Espanha (fl. 37 v. 39 v.).*

O Livro segundo *(fl. 40-54) trata da campanha de 1705; segue-se-lhe uma lista de* Lugares que pagarão Contribuição *(fl. 54 v.):*

O Livro 3º que contem o Citio de Badajoz *occupa fl. 55-74.*

O Livro quarto *começa pela marcha de Antonio do Couto para Tras-os Montes, e descreve as suas acções ali até ao fim de 1705 nas fls 75 81; tudo isto se acha muito mais desenvolvido no 3º tomo das* Memorias Militares. *A nossa transcripção começa portanto a fls 81 v. onde o auctor entra no ano de 1706.*

na Vanguarda marchou o conde de S. João (1) com a cavallaria, e eu tive ordem para fazer a retaguarda a tudo, e fuy aquartelarme ao Lugar de Valpaços; em onze á Villa de Mirandela donde me derão hua Aguia Real que trouxe para o Senhor Infante D. Francisco; em doze passey a Villa flor e Villas boas; em treze á Villa de Sampayo em catorze á Villa de Meicorvo, donde me dilatey tres dias a passar mostra e fiz escolha dos Soldados por ter mil e quinhentos listados, não podendo ter mais de mil; [por não auer consinação pª se pagarem maes] feito tudo marchey a passar o Douro, deixando a provincia de Tras-os Montes e entrando na da Beyra.

«No mesmo dia desasette em que passey o Douro entrey na Provincia da Beyra passando a barca de Foscoa, fuy aquartelarme a Villa noua de Foscoa sendo o dia de entrudo. Em 18 marchey as Curiscadas, e Marialva. Em 19 fuy a Alverca e Avelans de cima; em vinte á Cidade da Guarda em vinte e hum fuy a Vela, e a Gonçalo; em vinte dous a Caria em vinte e três ao lugar do Alcayde, e Fatella passando junto de Belmonte, Serzedo, e Covilhaa donde ha hua Torre antiga que dizem ser feita por Cezar (2); em vinte quatro a Alcaes, e Cardosa e Campiam; em vinte cinco a Castello branco, Villa das Melhores da Beyra com sahidas muy vistosas e grande pouo; pode ser praça de Armas de grande utilidade [pª a Prouincia] da Beyra; em vinte seis fuy a Sarzedas e Sebolar; em vinte sette a Villa Velha a passar o Tejo, sahindo da Beyra, entrando em Alentejo.

Em 28 passey o Tejo e fuy aquartelarme em Niza (3); em

---

(1) Luiz Bernardo de Tavora (1677-1718) 5º conde de S. João, gal da artª de Tras-os-Montes com o gouerno da cavª, ml de campo gal no Alemtejo em 1708 governador de Cascaes em 1782.

(2) Embora a redacção não seja clara é possível que se refira à torre de Centum Cellæ, próximo de Belmonte.

(3) Há aqui um engano evidente; visto tratar-se do mês de Fevereiro; talvez estivesse em Niza o dia 1 de Março e fôsse a Alpalhão no dia 2.

3o fuy a Alpalhão donde se achava de quartel o conde de S. João em cuja caza dormi porque se achava doente e fuy de quartel para a Cidade de Portalegre e o terço de Bargança em que veyo provido no posto de Mestre de Campo Henrique Lopes de Oliveyra (1). Intentando o inimigo suprender a Praça de Albuquerque, a soccorreo o General da Cavallaria o Conde de Villa Verde (2) com mil e quinhentos cavallos, fazendoos desistir da empreza intentada pelo Marques de Bay (3) em Março de mil sete centos e seis».

Livro quinto

«Em 24 de março de 1706 fiz logo juntar os Terços que estavão dentro da Cidade de Portalegre e os que estavão na Praça de Castello de Vide, que eraõ os da Provincia de Tras os Montes, e por ordem que tenha recebido do General o Conde de S. João campei fora da Cidade com os Terços que ali tinha, e os mais que fiz juntar; depois chegou o Conde de S. João com a Cavallaria que campou junto aos Terços deste Campo, marchamos para o Campo junto da Praça de Campo Mayor, do qual marchamos para o Campo de Caya e Cayola, donde se juntaraõ as mais Tropas para se formar o Exercito, ficando juntos os Tercos da Provincia de Tras os Montes e o meu na direita.

«Encorporamonos com o Exercito de que era Governador

---

(1) Filho de Manuel Lopes de Oliveira, que foi chanceler-mor de D. João V; segundo Rangel de Macedo foi coronel de cavalaria (*Pomb.*, 391, 80); antes fôra capitão de mar e guerra.

(2) D. Pedro António de Noronha de Albuquerque e Sousa (1661-1731), governador das armas do Alemtejo em 1710-1711, 1.º Marquês de Angeja em 1714.

(3) Alexandre, marquês de Bay (1650-1715), capitão-general da Extremadura, em 1710 comandante do exército espanhol de Aragão.

das Armas em Chefe o Marques das Minas (1) do Conselho de Estado e Prezidente da Junta do Tabaco e tinha sido Governador das Armas da Beyra e Governador da Bahia, capitaõ general.

«Governador das Armas da Provincia do Minho o Conde de Attalaya (2) do Conselho de Estado, tinha sido Embaixador a Saboya.

«Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes o Conde de Avintes (3) do Conselho de Estado tinha sido Governador do Algarve.

«Governador das Armas da Beyra o Marques de Fronteira (4) do Conselho de Guerra, tinha sido Governador do Reyno do Algarve [Este chegou no sitio da Praça de Alcantara].

«Mestre de Campo General o Conde de la Corçana (5).

«General da Cavallaria [e Mestre de Campo General] o Conde de Villa Verde tinha sido Viso Rey da India do Conselho de Estado, Vedor da Fazenda e hoje Marques de Anjeja.

«General da Cavallaria da Beyra D. João Diogo de Attayde (6).

«General de Artelharia Pedro Mascarenhas (7).

---

(1) D. Antonio Luiz de Sousa (1644-1728), 2.º marquês das Minas.

(2) D. Luiz Manuel de Tavora (1645-1706), 4.º Conde de Atalaya; foi morto no cerco de Alcantara.

(3) D. Antonio de Almeida (1640-1715), 2.º conde de Avintes.

(4) D. Fernando Mascarenhas (1655-1729), 2.º marquês de Fronteira, 3.º conde da Torre, governador das armas do Alemtejo em 1707-1709.

(5) D. Diogo de Mendoza y Sandoval, 3.º conde de la Corzana acompanhou para Portugal o Almirante de Castella em 1703; foi vice-rei de Valência por Carlos III; fora antes vice-rei da Catalunha.

(6) D. João Diogo de Athayde (1663-1740), 1.º conde de Alva em 1729, conselheiro de guerra em 1710.

(7) Pedro Mascarenhas de Carvalho (1670-1745), 1.º conde de Sandomil em 1732, conselheiro de guerra em 1710, governador das armas do Alemtejo em 1712; sucedeu ao Marquês das Minas no comando dos portugueses na Catalunha em 1708.

«General de Artelharia com o governo da cavallaria de Tras os Montes o Conde de S. João.

Sargentos Mores de Batalha o Conde de Soure (1), o Conde de Tarouca (2), D. João Manoel de Noronha (3), Pedro de Vasconcellos de Sousa (4), que se huniu ao Exercito no sitio da Praça de Alcantara, o Conde de S. Vicente [João Alberto de Tavora (5) e Jose] Pessanha de Castro (6), D. Francisco o Faroel (7) o conde Serman (8).

«General das Tropas Inglezas Milor o Conde de Galway (9), e tambem tinha patente de Governador das Armas de El Rey de Portugal; Sargento Mor de Batalha o Marques

---

(1) D. João José da Costa e Sousa, 3.º conde de Soure, (1677-1706), morreu em Denia no Reino de Valência.

(2) João Gomes da Silva, 4.º conde de Tarouca (1671-1738) um dos plenipotenciarios da paz de Utrecht em 1715.

(3) D. João Manuel de Noronha (1679-1761), 6.º conde de Atalaya em 1722, 1.º marquês de Tancos em 1751, mestre de campo general em 1708, governou as armas de Trás-os-Montes em 1710.

(4) Pedro de Vasconcellos e Sousa (1664-1732), comendador nas ordens de Cristo e de Aviz, mestre de campo no Alemtejo em 1710.

(5) João Alberto de Tavora, 3.º conde de S. Vicente (1667-1706), foi morto no combate de Brozas.

(6) José Pessanha de Castro (?-1707), senhor dos morgados dos Pessanhas e da Fortaleza em Elvas. Por decreto de 29-12-1704, fôra desobrigado do govêrno da praça de Extremoz «plos seus muitos annos e achaques». Foi morto na batalha de Almanza.

(7) O' Farrel entrou para o exercito português em 23 de janeiro de 1705, proposto pelo embaixador de Inglaterra (Cons. de G., maço 64, doc. 3).

(8) É tambem chamado conde de Sormani; não sei quando entrou ao serviço de Portugal para onde viera com o arquiduque (*Mem. mil.*, III, 94).

(9) Henrique de Massue, marquês de Ruvigny, conde de Galway (1648-1721), general das tropas inglesas em Portugal de 1705 a 1709, depois embaixador de Inglaterra; teve no exercito português as patentes de mestre de campo general e governador das armas.

de Montanara (1), Xirinton (2) Sargento Mor de Batalha, Brigadier Brudenel (3) Blaw (4) Brinton (5) e Maçarreni (6).

«Generaes das Tropas Holandezas o Barão de Frieshim (7) chefe das Tropas que andavaõ com nosco, com o Mestre de Campo General, e Sargentos Mores de Batalha o Conde D. Ná (8), e Tinagem (9), Brigadier o Barão de Visousa (10) e o Conde Falé (11) e o filho do Noyelles (12) e o regimento deste Brigadier tinha sido do Pay o Conde de Noyelles (13) que lho

---

(1) Francisco de la Rochefoucault, filho 2.º de Carlos Luis de la Rochefoucauld de Fonseque, marquês de Montendre, senhor de Montguyon e de Aguré, tinha professado na abadia dos Cónegos Regulares de S. Vítor, donde saíu, e passou à Inglaterra onde casou; foi muito apreciado em Portugal (*Arc. Hist. Mil.*, 1.ª div., 4.ª sec., caixa n.º 1) onde teve a patente de mestre de campo general; em 1708 foi nomeado grão-mestre da artilharia da Irlanda; o irmão mais velho morrera na batalha de Luzara (1702); o titulo passou ao 3.º irmão.

(2) Nome não identificado; talvez seja o mesmo que o major general Shimpton que figura entre os prisioneiros na batalha de Almanza.

(3) Thomas Brudenell, major-general.

(4) Wolcraft Blood.

(5) Bretton.

(6) Macartney; foi aprisionado na batalha de Almanza.

(7) Parece que o seu nome era Freisheim ou Vriesheim.

(8) Vários condes Dohna tomaram parte nas guerras desta epoca, porque a familia, originária da Boémia, tinha ramos na Silésia, na Prussia, na Suécia, etc. Suponho que o que esteve em Portugal foi morto na batalha de Denain, em 1712; tinha sido aprisionado na batalha de Almanza, mas Luiz XIV procurava facilitar a troca dele por outro general prisioneiro, talvez por causa das suas ofertas para a conclusão da paz, embora não as julgasse muito dignas de crédito (*Corr. avec. M. Amelot*, I, 211).

(9) Não identificado.

(10) Vissoux ou Visseux.

(11) Não identificado.

(12) O filho do conde de Noyelles era conde Gallas.

(13) Foi nomeado general de infantaria dos Estados Geraes em 1704; parece ter exercido uma grande influência sôbre Carlos III.

cedeo, e Carlos 3º lhe fez hum regimento para o ter este General o Baram de Frieshim, Mr de Weldrin (1) [o Cde de Noylles senam juntou senam em Guadalaxara] (2).

Em o capo entre Caya, e Cayola

«Em 25 de Março de 1706 se juntou o Exercito entre as ribeyras de Caya, e Cayola (3). Em 26 se deu no mesmo campo a ordem seguinte: Em tocando a Alvorada ao Sabbado de manhaã vaõ todos os Officiaes a tomar mantimentos athe o Domingo vinte outo; se faltarem muniçoens de guerra daraõ as Listas esta noite para se passar ordem para as darem; amenhaã daram parte os Terços que tiverem recebido tres cargas de polvora e balla. Ás tres horas do dia sabbado tomem as Armas todos os regimentos e se formaraõ para se lhe fazer a revista geral. As guardas tanto de Infantaria como de Cavallaria serão mudadas pellas sette horas da menhaã as que estiverem no rio não deixaraõ hir forrajar da outra parte: O Senhor General da Cavallaria mandará correr o Campo ao Nacer do Sol com todos os tambores, comessando pella direita da primeira linha; os Tambores executem esta ordem com deligencia; acharseha o Tambor General no trosso que estiuer no lado direito da primeira linha; a recolher se tocará meya hora antes da

---

(1) Será o barão de Wetzel que se distinguiu em Saragoça e Villaviciosa?

(2) Esta nota á margem emenda as palavras «o Conde Nayelles que era das tropas todas de Holanda» que estão riscadas.

(3) «Desde a ponte de Campo Maior até ás Barrancas do mesmo rio» segundo Affonso da Gama Palha (*Rel. das suc. da Guerra da Liga*, 39); «na Fonte dos Sapateiros» segundo a *Prim. rel da marcha e progr. do nosso Ex. publ. em 24 de Abril de 1706*; «entre Elvas & Campo Major» segundo Berwick (*Mem.*, I, 307, 2.ª ed.). A *Prim. rel.* avalia o o exército em quasi 5.000 cavallos e 15 para 16.000 infantes.

noite; à mesma hora se recolheraõ os piquetes que hiraõ prontamente rondar, executar os Mestres de Campo e Thenentes Generaes da Cavallaria que cada huns rondaraõ às vinte e quatro horas, guardarscha por escala comessando pelos Terços immediatos; os Sargentos Mores hiraõ dar conta de tudo o que se achar, ao Sargento Mor de Batalha de dia; hiraõ todos os dias de cada Terço hum Ajudante, cada menhaã por escala, e hum Cabo de esquadra, e hum soldado que saibaõ ler assistir ao Sargento Mor de Batalha que estiuer de dia».

(Continúa)

GASTÃO DE MELO DE MATOS.

ANOTAÇÕES À OBRA LITERÁRIA DE GOMES TEIXEIRA, A PROPÓSITO DO SEU ÚLTIMO TRABALHO «UMA SANTA E UMA SÁBIA»

«CLARA DE ASSIS E SOFIA KOWALEUSKI»

É freqüente descobrir nos trabalhos de um escritor afirmações e doutrinas contraditórias.

Significam algumas vezes essas contradições, em homens bem intencionados e respeitadores da verdade, que no decurso da sua evolução mental êles encontraram motivos para repelir certos princípios ou modificar doutrinas.

Na obra de Gomes Teixeira pode verificar-se uma coerência e harmonia de conjunto tão perfeita, que não será fácil encontrar uma modificação de princípios ou uma orientação hesitante.

Em três partes poderemos considerar dividida a sua extensa obra. A primeira parte tem por objecto as matemáticas puras. A segunda compreende a história da Matemática em geral e particularmente a da Matemática portuguesa, e a êste propósito lembraremos que o ilustre matemático diz no *Prefácio* dos seus *Panegíricos e Conferências:*

«Eu tive sempre grande predilecção pelos estudos históricos. Nos meus trabalhos matemáticos procurei ligar todos os assuntos geométricos e analíticos de que me ocupei, com informações relativas à sua invenção e no meu *Traité des courbes spéciales* dei mesmo um desenvolvimento extenso á

história das curvas. Por isso êste tratado, depois de ter sido premiado pela Academia das Sciências de Madrid pelo seu conteúdo geral, foi ainda coroado pelo Instituto de França com o Prémio de Filosofia e História das Sciências».

A terceira parte é de caracter literário e religioso, em que é sempre sugestionado pela Sciência e pela Razão.

Quanto à primeira parte desta obra nada posso dizer, visto que me falta a competência para o fazer, mas o mérito do sábio geometra é reconhecido e exaltado por nacionais e estrangeiros, que o consideram como um dos mais ilustres matemáticos do seu tempo e o primeiro da Península espânica.

A transição para a terceira parte começa já nos *Panegíricos e Conferências,* em que faz os notáveis elogios históricos «das quatro maiores figuras da Matemática portuguesa, Pedro Nunes no século XVI, Monteiro da Rocha e Anastácio da Cunha no século XVIII e Daniel da Silva no século XIX, que formam no seu conjunto quási a História da Matemática em Portugal».

É êste notável trabalho acompanhado de três conferências muito interessantes, uma sôbre Astronomia na obra de S. Tomás de Aquino, outra sôbre o poder e beleza das matemáticas e a terceira sôbre espanhóis e portugueses nas grandes navegações nos séculos XV e XVI.

Na conferência sôbre o poder e beleza das matemáticas, de um modo particular, aparece a última feição mental de Gomes Teixeira, de carácter literário religioso. Esta conferência é um belo hino em honra de Deus e da Natureza. «O poder das matemáticas, diz Gomes Teixeira, é uma conseqüência do papel essencial que os números representam no Universo». No desenvolvimento desta tese, referindo-se aos *Princípios matemáticos de Filosofia natural de Newton* considera o ilustre autor êste trabalho como «a obra prima da inteligência humana, a mais grandiosa das epopeias, a

Epopeia do Universo, e o mais sublime dos hinos consagrados pelo génio do homem à glória de Deus».

Termina a conferência pela glorificação do espírito humano, associado à idea de Deus.

A coerência e harmonia da extensa obra de Gomes Teixeira tornam-se evidentes pela leitura dos seus variados trabalhos, incluindo os de feição literária *com a nota religiosa,* que a alguém poderá parecer contraditória.

Espíritos superficiais, de mentalidade pouco exigente, temos encontrado que consideram como um sinal de decadência a nota religiosa nos homens de génio. Ora entendemos que a idea religiosa não deve ser assim considerada e no decurso destas notas diremos porquê.

Também nos *Santuários de Montanha,* obra publicada em 1926, encontramos a cada página associada a idea de Deus à da Sciência. Numa passagem dêsse livro formosíssimo diz Gomes Teixeira:

«Para o filósofo o Céu é apenas um ideal que existe na alma.

O homem encontra no Mundo o Belo e o Feio, o Bom e o Mau, a Luz e a Treva, o Prazer e a Dor... e aspira a habitar um novo Mundo, onde só encontre Beleza, Bondade, Alegria, Claridade... A Religião diz-lhe que existe êsse Mundo e chama-o Paraíso.

A Montanha com a sua santa paz, com o seu silêncio solene e com os encantos dos seus panoramas dá-nos, em dia temperado e de luz plena, uma imagem singela dêste novo Mundo e por isso, escalando-a, sentimos a impressão de que deixamos a Terra e nos aproximamos de Deus».

No mesmo livro, quando se refere a Roma, capital do mundo pagão e do mundo cristão, tem palavras de um suave lirismo e mística contemplação, como esta: «A vida de Jesus e de sua Mãe é uma epopeia, que começa por um lirismo bucólico e termina em uma tragédia profunda, seguid

de uma apoteose que dura há perto de dois mil anos. Refulge nela a grandeza de Jesus, aureolado por uma dupla coroa de espinhos e de louros, e a beleza de Maria, aureolada por uma grinalda formosíssima de rosas. A vida da Mãe e do Filho estão nesta epopeia tão ligadas, que a religião católica associou na glória estas duas figuras sublimes».

A leitura dêste livro, de tão grande originalidade, transmite-nos as profundas emoções do autor, com a sua novidade e impressionante sugestão.

Finalmente, como epílogo dêste livro tão belo, Gomes Teixeira, num feliz paralelismo entre os vôos da Sciência no mundo físico e no mundo do desconhecido, apresenta-nos a tentativa da ascensão progressiva do espírito humano até ao Infinito.

«Uma fôrça misteriosa impele o homem a subir no Mundo físico e no Mundo espiritual; uma voz lhe diz constantemente que suba mais alto. Impulsionado por esta fôrça irresistível, subiu a numerosos cumes das mais altas cordilheiras de todos os continentes, para dominar vastos horizontes, admirar as belezas da Terra e penetrar nos segredos das alturas. Não o detiveram nem os precipícios, nem as neves, nem os gelos, nem a lava dos vulcões; e foi a esses cumes desvendar mistérios da Natureza. Mas aquela voz clamou: — «Mais alto!». E então o homem pretendeu escalar o último píncaro do Himalaia, o colosso da Terra, mas não o conseguiu. O génio da Montanha não consentiu que o pé humano manchasse as neves puras e alvíssimas que cobrem a sua cabeça de virgem.

Mas o espírito do homem guiado pela luz dos astros e pela Geometria, passou acima e subiu à Lua, ao Sol, às Estrêlas e às Nebulosas e observou maravilhado a grandeza assombrosa e a harmonia profunda do Universo.

«Mais alto!», exclamou ainda a mesma voz. E então o homam elevou-se à concepção sublime de Deus, princípio da

harmonia universal, causa das causas, lei que regula o Universo espiritual e físico. Quis subir mais alto; quis conhecer a essência da matéria, quis conhecer a essência do seu espírito, quis conhecer a essência de Deus, mas só encontrou mistérios. Desceu então desanimado à Terra e foi procurar consôlo no seio da Religião, a base mais sólida da felicidade humana, onde espera que a morte o liberte da matéria para então poder voar ao Céu».

A razão e a fé penetram-se recìprocamente. Para ser um homem de sciência também é preciso crer nas leis da natureza, constantes e permanentes. Mas a fé nunca deverá ser um guia cego; deve ser uma fôrça que vivifique a razão, ambas emanações de Deus, único alento da alma humana, para não sucumbir ao pêso das amarguras da vida. Assim compreendemos bem como foram crentes Leverrier, arrastando-se já velho e cansado para uma sala do seu observatório, onde mandou levantar um crucifixo, perante o qual dirigia a Deus as suas preces, Kepler, Copérnico, Pascal, Newton, Pasteur, Duhen e muitos outros sábios ilustres, falange venerável entre os mentores e guias da Humanidade, iluminando-a com a luz da razão e da fé.

APOTEOSE DE S. FRANCISCO DE ASSIS

O juízo que acêrca dêste trabalho fazemos, já ficou exarado num dos números do *Instituto* de 1929. Nesta obra se filia o que Gomes Teixeira agora publica, acêrca de Santa Clara de Assis. Devemos notar que Gomes Teixeira não poderia escrever acêrca de um santo qualquer pois que a sua educação mental e até a sua orientação religiosa exigem para esta ordem de trabalhos, santos que não sejam vulgares; ao seu espírito só falam alto os que atingem o grau do génio na santidade e na transformação social da época em que viveram, deixando uma obra imorredoura, que é a mais eloqüente apologia do Cristianismo.

A propósito dos santos, o místico aceita o milagre, nem sempre com o discernimento recomendado pela Igreja. Para êsse o santo é um mero instrumento de Deus, sem que de nada lhe valha ou valha muito pouco o génio que Deus lhe deu.

Gomes Teixeira não faz assim Agiografia; vê nos *seus* santos os homens que mais se aproximaram de Jesus e que tiraram da sua alma e do seu coração a grandeza e o apostolado ardente de tôda a sua vida. O matemático trouxe para o mundo moral o mesmo método com que trata os problemas do mundo físico. Deixa que outros aproveitem a emoção das lendas e dos milagres, mas o continuador do matemático não poderia vir quebrar a unidade e harmonia da sua obra numa orientação que tomasse nos seus trabalhos literários, diferente da que tomou. A ninguém ataca, é tolerante; e convencidos estamos de que a leitura dos seus últimos trabalhos produzirão nos espíritos cultos uma emoção mais profunda de religiosidade, do que seguindo processos diferentes, algumas vezes, por ventura, menos respeitáveis, pelos abusos a que podem dar lugar. Em várias passagens das suas obras êle diz que é eterna a acção do cristianismo, pela elevação da sua moral, majestade da sua liturgia, eloqüência dos seus prègadores, inspiração dos seus artistas, bondade dos seus santos e cogitações dos seus filósofos.

«UMA SANTA E UMA SÁBIA» «CLARA DE ASSIS» (ROMANCE DE AMOR A DEUS) E «SOFIA KOWALEUSKI» (ROMANCE DE AMOR À SCIÊNCIA)

O epírito do grande matemático mais uma vez revela no seu novo trabalho, sob esta epígrafe os seus vôos, penetrando sempre profundamente nas maravilhas do Mundo físico e do Mundo moral.

No *Prefácio* diz êle aquilo que sintèticamente poderíamos notar, após a sua leitura: «Não é êste livro uma simples

reünião de duas biografias românticas e desligadas; é, sim, um todo, a que procurámos dar harmonia. Abre por uma *Introdução* sôbre sciência, religião, génio e santidade; termina por um *Final* sôbre estes mesmos assuntos para o caso especial da mulher; e a ligar aquela *Introdução* e êste *Final* vêm como exemplos muito sugestivos as biografias de uma grande santa e de uma grande sábia».

Nesta obra aparece-nos nìtidamente como filósofo, no campo da filosofia moral. Na primeira parte dêste trabalho, *Introdução,* trata os dois problemas mais elevados que preocuparam os espíritos mais proeminentes de todos os tempos — a existência de Deus e a imortalidade da alma. Da existência de Deus não trata o autor como teólogo nem mesmo como muitos filósofos, consagrados neste assunto, enredando-se nas nebulosas regiões da Metafísica; para Gomes Teixeira a existência de Deus não se demonstra; é intuïtiva e esta intuïção resulta do estudo do Mundo físico e do Mundo moral.

No comêço da mesma *Introdução* diz que as tentativas engenhosas dos homens eminentes, inspirados em Platão, que trataram dêste assunto, não trazem ao espírito a evidência, não dissipam tôdas as sombras, assentes como são em ideas *sublís* e *obscuras.* É natural que assim pense um matemático, habituado a encontrar sempre uma base racional e evidente nas proposições de que trata.

Gomes Teixeira, como homem de sciência, conhece profundamente a maravilhosa *Harmonia do Universo*, e nela vê Deus «como energia suprema, causa única de todos os fenómenos, sem a qual aquela harmonia seria inexplicável». Desenvolve a seguir êste conceito fundamental, sob variadas modalidades: o trabalho sinérgico de tôdas as peças da grandiosa máquina do Mundo, em que tudo é regulado, do que resulta uma perfeição assombrosa; a harmonia do reino vegetal e animal, a sinfonia das païsagens policrómicas, a sin-

fonia dos sons na variedade das formas musicais; tudo isto atesta e deixa ver o Artista Supremo, que é Deus.

Á mesma convicção nos leva a arte engenhosa do corpo humano, e no domínio da consciência o sentimento do Bem e do Belo, e finalmente a marcha progressiva da Civilização humana, que aspira a tornar cada vez mais profundo e extenso o conhecimento da Verdade, a praticar o Bem de uma forma mais perfeita e a sentir uma emoção mais profunda da Beleza.

Assim visto, Deus aparece-nos maior e mais belo do que envolvido em subtilezas metafísicas, que são inacessíveis à maior parte dos homens, que dêste modo ficam privados de *ver a Deus* na beleza e perfeição com que se manifesta. «Deus não se esconde, tôda a gente o vê na sua obra».

É profundo o conceito de Gomes Teixeira acêrca da intuïção interna que se exerce nas sublimidades do Mundo do pensamento do homem douto.

«Uma voz interior, como vinda do Céu, a ânsia de saber impele o homem a procurar penetrar nos segredos do Universo. Assim tem feito e encontrado maravilhas e atrás delas mistérios. Mas a mesma voz intimou-o a continuar, e êle, peregrino da Sciência, continuou, caminhando sempre, sempre, sem nunca se deter e foi realizando novas e novas descobertas, que o encantaram, que o maravilharam, que o assombraram, mas, atrás delas aparecem-lhe novos e novos mistérios, sem nunca terminarem, no sentido do infinitamente grande e no sentido do infinitamente pequeno, no céu e na terra, nos astros e nos átomos. E no cimo de tudo isto vê-se sempre, cada vez mais luminoso e cada vez mais sublime, um ente infinito, regulador do Universo; do qual a Sciência nos aproxima, sem nunca o podermos atingir».

No desenvolvimento do conceito da harmonia do Universo Gomes Teixeira emociona a nossa sensibilidade com uma beleza incomparável, deslumbra a nossa inteligência com a

profundeza das ideas e para que nada falte, retempera a nossa vontade, tornando-a mais calma e sofredora perante as desgraças da vida humana. Assim diz:

«As infelicidades, as dores, os desgostos e a morte não são desarmonias, não são desafinações; são conseqüências fatais de leis, que os homens ou não conhecem ou conhecem insuficientemente e as blasfemias de alguns, por estes males, são antes dirigidos a um ente que a sua imaginação fantasia do que ao verdadeiro Deus».

Esta maneira de considerar a parte dolorosa da vida lança em nossa alma um bálsamo de alentadora resignação e esperança nas sombras misteriosas do Alem.

*

Na segunda parte da *Introdução* trata da natureza do princípio que anima o corpo humano, como está ligado à matéria dêste corpo e qual o seu destino depois da morte.

Gomes Teixeira é um espiritualista; aceita as categorias clássicas dos fenómenos psíquicos e considera a alma especialmente como o princípio do pensamento. Vê a alma na identidade da consciência individual, a-par-da renovação e substituïção da matéria do corpo.

A acção da alma inspira a Gomes Teixeira uma das suas páginas mais brilhantes: «O homem sente-a em si próprio a regular os seus sentimentos, a dirigir a sua vontade e principalmente a guiá-lo com o raciocínio nas sendas da vida; sente-a nas suas lágrimas de dor, nos seus sorrisos de alegria, nas suas manifestações de amor e na liberdade da sua vontade; vê-a brilhar nos teoremas dos sábios, nas teorias dos filósofos, nas invenções dos mecânicos, nos sentimentos estéticos dos poetas e dos artistas, nos vôos dos génios, na bondade dos santos... É belo contemplá la nos antigos helenos a analisar o Universo e fundar as sciências, a analisar

a linguagem e constituir a gramática, a analisar os costumes e fundar a Moral, a analisar-se a si própria e a fundar a Psicologia, a Lógica e a Metafísica.

É belo contemplá-la nos antigos navegadores, perdidos na amplidão imensa dos mares, a preguntar pelo astrolábio ao Sol o lugar onde estão, para dizerem à bússula a direcção em que deve apontar.

É belo contemplá-la a preguntar aos astros por meio da luz que nos mandam os segredos dos seus movimentos, das suas grandezas, da sua física e da sua química.

É belo contemplá-la em Newton a compor com a descoberta da atracção universal, obra prima do pensamento humano, o mais sublime dos hinos feitos pelo homem à glória do Criador».

E continua a exaltar a alma num crescendo arrebatador, quando nos transporta às «maravilhas do engenho da Matemática abstracta dos números, «a sciência da verdade pura, a língua do mundo interior, presente sublime que Deus nos deu para o estudo das maravilhas do mundo físico».

Acêrca da natureza íntima da alma e sôbre o modo como exerce a sua acção sôbre o corpo, classifica as doutrinas que pretendem dar a sua explicação de interessante capítulo de fantasias e emite a sua opinião:

«O que pode dizer-se é que a alma é uma energia indivisível e inteligente, estreita e misteriosamente ligada pelo cérebro ao corpo, a qual energia executa livre e voluntàriamente, em campo limitado, actos que, por meio do corpo, se combinam com os resultados das fôrças físicas e produzem os variados fenómenos da vida humana».

Falando da atracção da alma para o bem, considera a bondade como a sua qualidade essencial, fundamentando êste conceito em observações de criterioso psicólogo, tendo palavras de desculpa para os maus «que são excepções no meio dos bons, produzidas por causas físicas fatais ou por

fraqueza de inteligência ou por vícios de educação; e a repugnância ou pesar com que a generalidade dos homens olha para aquelas excepções, é uma manifestação da bondade da sua alma».

Termina esta parte do seu trabalho, exclamando como o sumo poeta de Israel: «O Mundo físico e o Mundo espiritual proclamam em côro uníssono e solene a glória de Deus».

Acêrca da imortalidade da alma, diz Gomes Teixeira que êste princípio é em Filosofia um postulado e em religião um dogma de fé, terminando por dizer, depois de sábias e judiciosas considerações: «O aniqüilamento da alma seria uma desafinação na esplêndida harmonia do Universo».

Deus, a essência da bondade e da justiça é para o homem garantia segura da imortalidade; de que, após a morte não surja o aniqüilamento, antes ela seja o princípio da felicidade num Mundo melhor. ¿Como fortalecer esta fé que nos alenta na passagem por êste mundo, quando é certo que o homem vive constantemente desde criança acalentado por uma esperança, sendo a última poder gozar a Paz, a Bondade e a Beleza divina?

Pertence à Religião fortalecer esta fé salutar, colaborando com Deus sábio e bom, adorando-o nas suas belezas e majestade do Universo. Cada homem deve ter no coração um altar para adorar a Deus, por meio do trabalho e da prática do bem desinteressado: «os hinos de louvor cantam-lhes os génios nas suas descobertas das leis reguladoras dos fenómenos espirituais e físicos».

«Não adora a Deus, diz Gomes Teixeira, quem não cultiva o Bem» «Rezar é meditar no Bem, meditar em Deus; as orações são simples directrizes do pensamento» «A religião filosófica não pode ser compreendida pelos homens incultos e é insuficiente para satisfazer as aspirações dos homens doutos».

A Sciência aproxima o homem de Deus, «mas não lhe dá

o segrêdo do seu destino depois da morte, e por isso o homem liga a Sciência à Religião, onde vai procurar confôrto para as agruras da vida e esperança para o seu final». O cristianismo «é a Religião que melhor solução dá ao problema da vida, é a que mais nos aproxima de Deus. O seu livro sagrado a *Bíblia,* é uma colecção de poemas da mais sublime inspiração: livro assombroso pela grandeza e maravilhoso pelo sentimento, livro de hinos formosos e de pensamentos profundos, epopeia de um povo e código de duas religiões, livro que proclama a grandeza, a bondade e a glória de Deus». «Quando a Sciência não pode governar pela razão, começa o cristianismo a influir pelo sentimento e assim não se confundem nem se contrariam». «Para a Sciência o homem é sòmente um habitante da Terra, para a Religião é um peregrino, que passa por ela a caminho do Paraíso».

Desde a página 38 a 53, Gomes Teixeira entôa um hino de entusiasmo e veemência ao poder do génio e à santidade, que algumas vezes se têm encontrado misturados em varões ilustres. Depois passa naturalmente à segunda parte do seu trabalho, em que nos apresenta como exemplos de génio e santidade feminina o que êle chama dois romances: «Um romance de amor a Deus» e «Um romance de amor à Sciência».

SANTA CLARA DE ASSIS «ROMANCE DE AMOR A DEUS»

Começa Gomes Teixeira por descrever as núpcias místicas de Santa Clara, fazendo a sua profissão. Era uma jóvem, formosa e nobre e tinha 18 anos. Como que predestinada para Santa, deixa-se arrastar pela palavra quente de S. Francisco de Assis.

Clara foi a primeira filha do grande Santo e da Santa Pobreza.

Tantas e admiráveis cousas belas que diz neste capítulo, expõe-nas numa forma tão simples, sugestiva e eloqüente,

como só êle sabe fazê-lo, parecendo que pretende sempre realçar apenas a grandeza das ideas que o cativam e as emoções que o dominam.

É uma forma de arte original, que não se subordina ou escraviza a sensualismos de efeito estudado, antes se mantém inalterável na alta e honesta esfera da idea e dos sentimentos puros. Poderá alguém não concordar com êste processo literário, mas não poderia usar de outro o matemático, que ainda mesmo em trabalhos desta índole, não se esquece de que é um *sacerdos magnus* da Sciência.

Fala da família de Clara, da sua infância e bondade; aos 15 anos «era uma flor de Primavera, formosa, modesta e cândida». Rejeitou casamentos mundanos; aspirava a ser esposa de Jesus.

O génio de S. Francisco pressentiu o que seria no futuro Clara e esta compreendeu o Apóstolo da Úmbria, sendo para êle «uma conselheira enérgica e prudente, um anjo tutelar, uma colaboradora preciosa e depois da morte dêste, uma forte coluna da sua obra colossal».

Entre uma vida de brilho e felicidade no mundo e uma vida de sacrifício e de pobreza não hesita o comum dos homens em escolher a primeira. ¿Qual destas duas maneiras de viver trará maior felicidade para a Humanidade? Um tema tão simples sugere a Gomes Teixeira o trecho seguinte repassado de uma sensibilidade carinhosa e do mais elevado altruismo:

«São dons divinos a alegria da maternidade e as delícias da família. Gerar os filhos, vê-los desabrochar pouco a pouco, como as rosas, gozar os seus primeiros sorrisos e os seus primeiros gorjeios, amamentá-los, adormecê-los no seu bercinho, ensiná-los a balbuciar as primeiras palavras e a rezar as primeiras orações, vigiá-los quando crescem, educá-los, cuidar dêles nas doenças, tudo isto é o objecto primordial da vida da mulher.

Mas no mundo há órfãos que não têm mãe e há velhos e doentes que não têm família e é dom precioso de Deus haver mulheres que, animadas por fé viva, conservem a virgindade, para livres de cuidados com seus filhos, serem mães adoptivas de quem precisa de mãe e cuidarem de quem precisa de auxílio». E com inteira sinceridade e justiça exalta o cristianismo que inspira tão altas e generosas dedicações de caridade.

Ao terminar êste primeiro capítulo do seu trabalho, ocorre-lhe esta ponderada e liberal consideração:

«É certamente um crime obrigar à vida claustral quem prefere as sensualidades do amor mundano às beatitudes do amor divino, mas não é crime menor desviar dela pela fôrça quem a deseja ardentemente. Para quem está no primeiro caso o convento é prisão, para quem está no segundo é um asilo de paz, um fragmento do Paraíso».

*

Santa Clara é a abadessa do convento de S. Damião, onde goza do inefável prazer da companhia de sua irmã Inês, monja do seu mosteiro. Esta consolação de Clara pouco dura, porque Inês tem de separar-se da irmã para ir dirigir outro convento, fundado por S. Francisco em Montecelli, perto de Florença.

A dor experimentada por Inês está patente numa carta sua dirigida à irmã, carta que com muito acêrto é inscrita neste trabalho, pois ela é a manifestação mais intensa da amargura humana, suavisada pelo amor a Deus.

Nesta parte da sua obra exalta Gomes Teixeira a elevação das doutrinas e preceitos de Santa Clara, dadas às abadessas de todos os conventos da Ordem e a êste propósito tem o autor o severo e salutar comentário seguinte: «Não foram, nem o convento de S. Damião, nem os primeiros

conventos da segunda ordem fundados em sua vida lugares de simples arrumação de meninas, escolhidos por seus pais, e de prisões de virgens ávidas de liberdade, como o foram algumas vezes outros mosteiros de diversas Ordens, fundadas depois; foram, sim, asilos de repouso de mulheres cheias de fé e bondade, que fugiam de uma sociedade turbulenta e tirânica».

Nas páginas seguintes e últimas dêste capítulo resume a história das Ordens das «Damas pobres», merecendo-lhe particular atenção a maneira como elas foram protegidas pelos papas Gregório IX e Inocêncio IV.

*

No capítulo III dá-nos Gomes Teixeira o retrato espiritual de Clara, seu modo de viver e de suas filhas.

Numa visão panorâmica perpassam por diante de nós nestas páginas as mais excelsas virtudes cristãs, páginas que todos e especialmente as mulheres deveriam ler com muita atenção e na exposição de tamanhos merecimentos, joias preciosas da alma cristã de Clara, aparecem notas profundas de um grande pensador, que forma da natureza humana e da sua dignidade um conceito elevado.

A propósito das cousas mais simples apresenta sempre pensamentos nobres. Assim acêrca do cuidado de acender sempre a lâmpada de uma igreja diz: «Como as Vestais do Paganismo diante do fogo de Vesta, as Sacerdotisas de Cristo conservaram sempre acesa a lâmpada sagrada de Jesus, mas emquanto que aquelas Vestais vigiavam o fogo que queima, estas virgens vigiavam a luz divina que ilumina os homens.

As lâmpadas das igrejas não são com efeito destinadas a iluminar Deus, que é a luz e não precisa de luz, mas simbolizam a luz emitida por Jesus e que ilumina a humanidade inteira».

«OS DOIS POBREZINHOS»

Sob esta epígrafe tão cândida e humilde do capítulo IV vemos nós a passagem mais intensa dêste *Romance de amor a Deus* em que S. Francisco e Santa Clara, unidos irresistìvelmente pelo espírito cristão, se acompanham com ternura, se iluminam com a mesma fé, animando-se um ao outro em momentos de desânimo; «o amor dêstes dois santos era o símbolo do mais profundo amor paternal, correspondendo ao mais fervoroso amor filial; o seu amor era o que sòmente emana da alma; era o amor que vem de Deus e vai para Deus; era o amor místico de dois Santos, cada um dos quais se considerava um grande pecador e via no outro um bem-aventurado».

CAPÍTULO V — «CORRESPONDÊNCIA DE SANTA CLARA»

Ilustrou Gomes Teixeira o seu trabalho com uma parte da correspondência de Santa Clara, quatro cartas dirigidas a Inês da Boémia, filha do rei Otocaro I, que fundara em Praga o mosteiro de S. Salvador e um hospício para doentes e pobres. Destas quatro cartas transcreve neste livro a primeira e a quarta, bem como outra dirigida a Ermetrude, de Colónia, fundadora do Convento das Claristas de Bruges, na Bélgica.

Nos comentários feitos a estas cartas dá Gomes Teixeira a nota exacta do crítico literário: «São as cartas que acabamos de apresentar, exemplos interessantes de literatura medieval, bastante monótonas e prolixas no estilo; mas isto explica-se; a Santa na impossibilidade de exprimir em frases simples a intensidade do fogo do amor a Deus, à Pobreza e às Filhas, que a sua alma afectuosa sente, multiplica os modos de o exprimir, para ver se assim consegue atingir os efeitos desejados. É freqüente esta prolixidade nas obras mís-

ticas, porque a linguagem do coração é geralmente menos simples que a da Razão».

«MORTE DE SANTA CLARA»

Assim denomina o capítulo VI, que abre por estas consoladoras palavras: «O espectáculo da morte é triste, mas torna-se belo quando quem morre vai consolado com a esperança de que deixa as agruras da terra para ir gozar a paz perpétua no seio de Deus. Então a ventura que vai gozar quem parte, mitiga a dor de quem fica. Tal foi a morte de Clara».

É emocionante o quadro de solícito carinho, dedicado às filhas, que a cercam como uma cadeia de Anjos, falando-lhes de Deus.

As páginas referentes à doença e morte de Santa Clara são de um tom descritivo profundo e comovente, sempre suavizado pelo sentimento religioso; a morte da Santa, assim descrita, inspira no leitor despreocupado o mais profundo respeito e admiração pela Santidade; é por isto que consideramos êste livro como obra de uma grande elevação moral e de grande utilidade, num meio em que tão pouco se crê com sinceridade. E termina por estas palavras tão enternecidas: «E assim se extinguiu docemente e sem agonia o bater do coração piedoso da Flor mística de Assis; assim terminou o romance de uma alma gentil de mulher, que, tendo sêde de amor puro e não encontrando para êle na Terra objecto que a satisfizesse, o foi procurar no Céu».

«A criança nasce a chorar, o velho morre a gemer, mas Clara nem chorára ao entrar no mundo nem gemeu ao partir; ao nascer iluminara-lhe o rosto um sorriso de anjo, ao morrer iluminava-lho um sorriso de santa».

«O TRIUNFO»

Depois de se referir à emoção profunda pela morte da Santa em tôdas as classes e especialmente no povo, em cujo coração ela há muito vivia na idealização da lenda, descreve o cortejo que a acompanhou desde S. Damião até S. Jorge com uma dramatização solene e trágica, cortejo em que se incorporaram o papa, os cardeais e a côrte pontifíncia em tôda a sua magnificência.

Falando da sua canonização em scenas de extraordinária grandeza litúrgica e majestade, nós ficamos extasiados com o colorido da palavra do autor, que deixa transparecer dotes de espírito, que em poucos escritores se encontrarão associados.

As emoções em Gomes Teixeira são intensas e profundas ou elas não fôssem geralmente de origem intelectual; os seus pensamentos transformam-se em paixão, para se humanizarem, para que todos possam vivê-los.

A sensibilidade humana é na verdade muitas vezes uma fraqueza e origem de muita infelicidade, mas por mais que digam os estoicos, ela é a manifestação mais humana e criadora da alma.

Termina Gomes Teixeira o seu *Romance de amor a Deus,* por uma obsecração impregnada de suavíssimo lirismo, difícil de igualar:

«¡Salve, flor mística de Assis, filha bemdita de S. Francisco!

¡Avè Alma gentil, Princesa carinhosa dos humildes, Santa Patrona das Ordens franciscanas!

Subiste, humilhando-te; enriqueceste, renunciando; mandaste, obedecendo; exultaste, sofrendo! ¡Lutaste por ideais sublimes, venceste e o teu triunfo foi esplêndido!

. . . . . .

¡Bemdita sejas, mulher afortunada, abençoada por Deus no ventre de tua mãe!

¡Louvado seja o Senhor por te haver criado!»

As maravilhas prodigiosas da natureza arrastam a razão ao conceito de Deus, de que irradiam, como centro, a Verdade, a Beleza e a Bondade. É pois natural que na vasta obra de Gomes Teixeira apareçam associadas as três modalidades fundamentais do espírito humano, cultivando a inteligência, a sensibilidade e a vontade do numeroso público que sabe compreender os seus trabalhos.

SOFIA CORVINO KOWALEUSKI — «ROMANCE DE AMOR Á SCIÊNCIA»

Em Clara de Assis, Gomes Teixeixa estudou uma santa; em Sofia Kowaleuski, estuda uma sábia.

São duas mulheres que viveram em épocas e meios muito diversos. Ambas elas pretenderam atingir a felicidade, mas seguiram caminhos diferentes, a primeira o da santidade, a segunda o da sciência.

O meio em que se vive, a época em que decorre a vida do homem, a direcção definitiva do seu espírito, a educação que recebeu e ainda influências ancestrais levam cada um a seguir na vida o caminho que imagina conduzi-lo à felicidade. Santa Clara viveu na Idade Média, numa atmosfera de santidade, aquecida pelo verbo inflamado do apóstolo da Úmbria; Sofia Kowaleuski é uma senhora russa do século XIX, duma época em que as doutrinas revolucionárias começavam a abalar o império moscovita. Como Santa Clara, também Sofia tinha nascido em berço dourado, mas não encontrou quem fizesse desabrochar no seu coração as qualidades que nêle existiam em embrião e que poderiam salvá-la da vida dolorosa que a torturou.

Para seguirem o seu destino, ambas recorrem ao mesmo meio, a evasão da casa paterna, uma para o caminho da santidade, outra para o caminho da sciência.

Sofia atraída para o estudo da Matemática, tem de sair

da Rússia, em cujas universidades não podia matricular-se, por nelas não serem admitidas mulheres; recorre a um meio usual naquele tempo, o casamento simulado com um estudante distinto Valdemar Kowaleuski. «Depois da cerimónia nupcial, continuariam a viver separados, como dois noivos; só mais tarde se completaria o casamento, depois de terminarem os seus cursos universitários; entretanto o amor dos dois à sciência seria o único laço que os uniria».

Passando ambos a Heidelberg, Sofia continua a estudar Matemática e Valdemar a Geologia, vivendo separados na mesma casa. Falando do respeito que esta mulher extraordinária inspirava, Gomes Teixeira exprime-se assim num sabor clássico:

«Era ela uma estátua de Minerva, esculpida por Fídias e animada por Prometeu com o fogo sagrado do génio».

«Valdemar amava-a idealmente, ou antes adorava-a; ela em resposta estimava-o».

É bem estranho que um casamento simulado não desse agora aos dois a liberdade, separando-se.

Esta estranheza fa-la desvanecer Gomes Teixeira nestas palavras carinhosas: «A alma bondosa de Valdemar afeiçoou-se à criança genial que o acaso pusera no seu caminho e que precisava da protecção de um irmão mais velho e Sofia, inexperiente nas coisas da vida, afeiçoou-se ao estudante inteligente e generoso, que, como irmão, lhe fazia os serviços de que carecia».

¡Singular criatura é Sofia em quem o amor sexual é abafado pela paixão da Matemática! É que, diz Gomes Teixeira, «a Matemática só é árida para quem não pode penetrar nos seus segredos. Em nenhuma outra sciência se têm tantas ocasiões de admirar a grandeza do espírito humano em invenções geniais e é ela que abre o caminho ao homem para desvendar os segredos do Cosmos. A Matemática, diziam os antigos filósofos helénicos, é a linguagem dos deu-

ses. Sofia começára a estudá-la por curiosidade infantil e amou-a quando compreendeu o que nela há de grande e belo».

Reconhecido em Heidelberg o grande talento de Sofia, transferem-se para Berlim para ela ter ensejo de ouvir as lições de Weierstrass, «o maior dos mestres do seu tempo», de cujas lições tirou um extraordinário proveito, publicando trabalhos notáveis, que lhe conquistaram o grau de doutora na Universidade de Göttingen.

Valdemar concluira também o seu curso de Geologia, recebendo o grau de doutor na Universidade de Iena. Sofia vai descansar no seu solar de Palibino, onde assistiu à morte do pai, que para ela foi muito dolorosa.

No isolamento de um grande palácio e possuída de um temor supersticioso acabou com a situação em que vivia com Valdemar. «Assim, foi nos mesmos logares onde Sofia passára a infância e onde se realizara o seu enlace simulado com Valdemar, que foi realizado o enlace definitivo dêstes dois entes, que durante seis anos tinham vivido juntos, sendo apenas noivos».

A princípio viveram em S. Petersburgo, passando depois a Moscow, onde lhes nasceu a filha única que tiveram.

Vítima de uma intriga e arrastado o marido para empresas que o arruïnaram, Sofia, julgando-se traída por outra mulher, deixa Moscow, abandona Valdemar, indo para Paris.

O marido arruïnado e cheio de remorsos, para descansar, recorre ao suïcídio.

Foi enorme a comoção de Sofia, adoecendo gravemente.

Nesta altura do seu livro, Gomes Teixeira realça a parte feminina da alma de Sofia, cedendo à emoção da sua sensibilidade. «Emquanto viveram como estudantes em Heidelberg e Berlim, só lhe tinha amizade de irmã, porque então a paixão pela sciência absorvia todo o amor que o seu coração podia dar; o amor conjugal nascera quando nasceu a filha e ficou

adormecido no seu coração; como brasa envolvida em cinza, irrompeu em chama, atiçada pela sua excitabilidade nervosa, quando soube do fim trágico do marido e depois transformou se em saüdade pelo desventurado. E só talvez então, quando o amor era apenas ideal, o amou verdadeiramente.

Descrevendo os diversos estados da alma de Sofia, Gomes Teixeira mostra de uma maneira eloqüente que a sciência não lhe dera a felicidade. «O lar que fundara em Moscow desabara lùgubremente; quis constituir outro, mas, nunca o conseguiu. A princípio o amor à Matematica tonara a forma apaixonada e absorvera-a completamente; depois êste amor tornou se calmo e quis associar-lhe o amor a um homem, que a amasse também a ela, mas nunca pôde realizar esta aspiração natural da sua alma comunicativa».

Graças à influência de Mittag-Leffler, obteve uma cadeira na Universidade de Estocolmo, mas a volubilidade do seu carácter levava-a para centros, como Paris ou Berlim.

«Não amava a Matemática abstractamente; precisava de a personificar em um Weierstrass, em um Mittag-Leffler ou em outros dos muitos geómetras que atraíam o seu talento, e os seus encantos».

Chegou finalmente um momento em que despertou em Sofia a ambição de ser amada... foi então que a sua avidez de honras e considerações se transformou em avidez de ternuras...». «A sua alma de mulher de afectos intensos e pensamentos profundos sentia necessidade de se ligar em vida doméstica a um homem de alma similhante à sua». O seu encontro com Nansen parecia realizar o seu ideal.

«Eram dois espíritos privilegiados que o amor às sciências e às aventuras aproximavam um do outro», mas a sciência tinha de fazer Sofia uma infeliz; não se entenderam. «Nansen pretendia que Sofia abandonasse o estudo da Matemática, para ser apenas a providência da família; esta não queria nem devia fazê-lo, porque era separar-se do passado;

era dividir a sua alma em duas, uma, vulgar, que nascia e outra, grande, que morria». Não se realizou o casamento.

Nós vemos nesta situação moral, descrita por Gomes Teixeira, entre dois espíritos elevados, mais uma manifestação da grandeza que o ilustre matemático sabe imprimir às situações, aparentemente vulgares. Quem lê romancistas, dramaturgos e moralistas, conhece situações em que algumas vezes têm de ser realçados no íntimo da alma as simpatias mais profundas, as afeições mais intensas que ligam o homem e a mulher, por se oporem à sua união motivos de intriga, sentimentos de dignidade e até simples convenções; Gomes Teixeira porém surpreende-nos com o relêvo e maneira profunda com que analisa o conflito, que para Sofia é uma catástrofe, entre a alma de uma sábia que vive no mundo do sonho e alma de um homem eminente que vê na mulher apenas aquilo que completa a felicidade de um homem — ter na sua casa um anjo — providência, que seja a luz e o encanto do seu lar. ¡É admirável a harmonia e o equilíbrio constante em tôda a obra do grande Mestre!

Profunda as causas dêste conflito, numa análise magistral, da alma de Sofia, terminando por mostrar a impossibilidade de Sofia e Nansen ligarem os seus destinos. «Ela era uma idealista a chamar o noivo a um amor espiritual; êle era um realista a chamar a noiva às obrigações do lar. Não se entenderam, não se poderiam entender, porque nela própria o cérebro e o coração não se entendiam».

Terminado êste idílio, Sofia mergulhou mais profundamente na sua tragédia, tendo ainda coragem para escrever uma memória de concurso para a Academia de Sciências de Paris, sendo premiada e glorificada pelos maiores sábios franceses. Adoece gravemente numa viagem de Berlim a Estocolmo; morrera-lhe sua irmã Anjuta que ela muito amava; faltava-lhe a sua amiga Carlota Leffler, ausente de Estocolmo. Nestes termos se refere Gomes Teixeira à si-

tuação miseranda de Sofia: «Sofia tinha horror à morte, que é a entrada no mistério, mas também muitas vezes a desejara, como libertadora das desditas da vida».

A desgraça desta mulher está sintetizada nestas palavras que são como que um *requiem* à desventurada sonhadora: «Só então terminou a luta dolorosa e prolongada entre o seu cérebro genial e o seu coração apaixonado, que a martirizara nos últimos anos da vida».

A apreciação de Gomes Teixeira da obra scientífica e literária de Sofia interessa vivamente, ainda as pessoas menos versadas nos assuntos de Matemática, tal é o calor com que êle exalta as suas qualidades; diz ainda: «O génio, a energia de vontade, a sensibilidade invulgar e a paixão por grandes ideais foram as qualidades fundamentais da sua alma nobre. Amou apaixonadamente as Sciências e quando, como mulher, amou um homem, amou-o com afecto ideal e amou-o, porque via nêle grandeza».

Para com Sofia Kowalenski, que Gomes Teixeira assim retrata num generoso impulso de bondade, aparece enternecida a sensibilidade do grande Mestre da Sciência: «Causa dó ver uma mulher de tanto valor, depois de ter sacrificado à sciência a beleza, a saúde e a alegria e já tão perto, nova ainda, do fim da vida, lastimar-se por não ter sido verdadeiramente mulher e exclamar como um grito de dor que a sciência lhe não deu a felicidade».

É admirável o *Final* do livro de Gomes Teixeira, pela profundeza filosófica do sábio, pela observação penetrante do psicólogo e pela viveza da sua imaginação poderosa, manifestando-se em vôos alterosos, em cânticos triunfais à Natureza, em acentos plangentes à dor humana, em preces ardentes de uma alma cristã, dirigidas a Deus, e ainda na exaltação sublimada da pobreza e da humildade dos grandes Santos.

No desenvolvimento da tese que no seu livro se propôs

demonstrar, ao terminar o seu trabalho, congloba a Religião, a Sciência, o Génio e a Santidade na mulher, e diz-nos: «Ás faiscas do génio no pensamento correspondem no sentimento ânsias heroicas de amor ao Bem e sem aquelas faiscas e sem estes heroismos, ninguém sobe às grandezas na sciência nem às grandezas na santidade».

... «o papel primordial da mulher é dirigir o lar e cuidar dos filhos e para isso precisa principalmente de bondade; ao homem competem as ralações da família com a sociedade em geral e, para isso, precisa principalmente de inteligência e energia, a fim de poder sustentar, defender e nobilitar a sua casa».

«Às mulheres dotadas por Deus com a luz do génio ou com o calor da santidade parece muitas vezes estreita esta sociedade (a família) e querem ir mais longe, procurando sociedades mais amplas, para o exercício da superabundância de vida do espírito ou do coração. São excepções estas mulheres e devem ser admiradas, mas não podem ser imitadas, porque vôam alto de mais para o geral da humanidade. Estão nestes casos Clara de Assis e Sofia Kowaleuski. Para a santidade de Clara e para o génio de Sofia, o meio de família era estreito e foram ambas procurar família mais extensa, a primeira ao convento, como Mãe de muitas filhas, a segunda à Universidade, como mestra de muitos discípulos».

Depois de um estudo profundo sôbre o papel da mulher nas sciências, caracterizando o seu espírito através das modalidades mentais, na História, nas Letras e nas Artes, conclui:

«A Providência destinou a mulher a ser o anjo da família, o encanto do lar, a educadora amorável dos filhos».

«Bendita seja a mulher virtuosa que, como anjo descido do Céu sabe fazer do seu lar um paraíso de confôrto, um ninho de amor e uma escola de sã educação para os filhos que Deus lhe deu.

E bemdito seja também o homem honrado e bom, que, depois de sair de casa a procurar pelo trabalho recursos para a vida da família, ali volta alegre para gozar com a esposa e filhos o repouso que bem merece».

*

É instintiva no homem a procura da felicidade; ¿mas o que é a felicidade? Para a maior parte dos homens não vai além do contentamento pelo que toca ao corpo e à alma.

Para um materialista a suprema e única directriz da vida é poder realizar as solicitações do seu instinto, forma de actividade cega e inconsciente. O espiritualista precisa de um horizonte mais amplo, tendo aspirações que é impossível realizar na vida, sonhando um mundo melhor, onde possa unir-se aos que amou e onde encontre a Verdade, a Justiça e a Bondade, sem limites, êle tem necessidade de nortear a sua vida moral por meio de princípios filosóficos menos estreitos. Áquele que cogita neste horizonte ilimitado do pensamento, a vida depara-se-lhe como um mundo incomensurável, que se move em torno de um eixo, cujos polos são os limites superiores da vida humana: santidade e génio.

Como base do seu trabalho, Gomes Teixeira parte de dois princípios, a existência de Deus e a alma imortal. A Deus se associa a Santidade e o Génio. Estudando estes dois atributos nas duas mulheres, Santa Clara e Sofia Kowaleuski, elaborou os dois romances *filosóficos,* pois assim os consideramos, em que mostra que a felicidade da mulher é mais obra do sentimento do que da inteligência, ainda quando esta atinja as alturas do Génio. «Os sábios ensinam e convencem; os santos sugestionam, arrastam. Deus fala pela bôca de ambos e diz o mesmo por modos diversos. Os primeiros aproximam-nos de Deus pela sciência, os segundos pelo coração. Mas na cabeça da mulher fica melhor o nimbo da san-

tidade do que a coroa de louros da sciência. E podemos mesmo ajuntar que geralmente a religião a torna mais feliz do que a sciência».

O livro de Gomes Teixeira tem ainda um alcance social e vem também contribuir para se pensar com seriedade na educação da mulher portuguesa, que, talvez mais por espírito de irritante imitação do que pela sua índole própria, anda tão distanciada das virtudes da antiga mulher portuguesa e até revoltada contra a missão sagrada que Deus lhe impôs na família.

Diremos ainda que quando um dia os colectores de selectas para as nossas escolas se libertarem do uso pernicioso de educar a mocidade por meio de trechos que raras vezes falam à alma e são muitas vezes censuráveis ou ridículos pelo exotismo da sua arte sem sinceridade, há-de fazer-se vasta colheita nos *Santuários de Montanha,* no *S. Francisco de Assis,* em *Uma Santa e uma Sábia* e ainda nos *Panegíricos e Conferências* do grande Mestre», e para exemplificar, não poderiamos terminar melhor estas anotações do que deixando aqui exaradas as palavras com que resume e termina o seu livro, palavras de um pensador que como poucos sabe engrandecer os assuntos que versa com mão de Mestre e de um sábio, que, ou descrevendo-nos as belezas da Natureza ou falando das belezas da Matemática, consegue sugerir-nos as suas tão nobres e originais emoções, cheias de calor e poesia.

«A vida é uma luta permanente, com vitórias e derrotas, com alegrias que pouco duram e tristezas que duram muito, com esperanças e desalentos, com ilusões fugazes, com trabalhos, com doenças, com dores... e um mistério no fim. Como os crepúsculos do mundo físico, a aurora da vida é geralmente risonha, o seu ocaso melancólico e seguido da escuridão da noite.

No intervalo dos dois crepúsculos, oscila ela, como uma

pêndula, entre alegrias e tristezas. Os inúmeros relógios espalhados pelos campanários do mundo inteiro, ao bater as horas, recordam a quem as conta, uma vez que se aproximam momentos apetecidos, outras vezes momentos receados. Aos velhos lembra aquele bater compassado, quebrando o silêncio da noite, que se aproxima, com a morte, a escuridão misteriosa, que temem, ou a paz perpétua, que desejam.

Para a luta da vida, mais do que as teorias da sciência, vale, geralmente falando, ao homem e à mulher uma sabedoria prática, diferente para os dois sexos e apropriada aos seus papéis sociais. Mas isto não lhes basta. É ainda necessária a ambos a fé religiosa, que lhes dê ânimo para o combate, fortaleza para a adversidade, consôlo para a tristeza, constância para o trabalho, paciência para a doença, alívio para a dor... e as leve a esperar sem pavor o seu misterioso final.

Há nesta luta guias: são os sábios e os santos, apóstolos da verdade e do bem, que ensinam o homem a viver no meio das fôrças físicas, morais e sociais, que sôbre êle actuam, de modo a obter o máximo da calma, de alegria e de confôrto, procurando para isso estudar as fôrças físicas, a-fim-de as aproveitar em benefício da humanidade e procurando harmonizar as fôrças morais e sociais no sentido do bem comum. O homem e a mulher desempenham na luta papéis diversos, que harmònicamente se conjugam e completam, aquele entrando principalmente com a razão, esta com o sentimento. E bem necessário é o recurso ao sentimento no nosso tempo, em que por tôda a parte se está materializando excessivamente a vida.

Ligados pelo amor, cada homem a cada mulher formam juntos uma árvore maravilhosa, cujos frutos são os filhos, que ambos sustentam, amparam e educam pelos meios diversos que a natureza lhes deu; e esta árvore, reproduzin-

do-se de geração em geração, vai perpetuando a humanidade pelos séculos dos séculos.

E a humanidade caminha no Mundo, entre a sciência que a guia e a religião que a ampara, de progresso em progresso, desvendando mistérios e descobrindo harmonias, reflexos de uma harmonia geral, manifestações de uma energia suprema, para que apontam a religião e a filosofia. O Mundo é com efeito uma Bíblia sublime, que sábios e santos ensinam a ler e em cujas páginas se revela brilhantemente Deus.

Dêle vimos e para êle vamos, e dêle vem a luz espiritual que nos ilumina, a bondade que nos ampara e a esperança que nos anima na nossa luta da vida».

Lindo Vale, Pôrto, Janeiro de 1930.

Evaristo Gomes Saraiva.

A RELIGIÃO GREGA (1)

Da vida pastoril dos primeiros tempos à vida da cidade dos séculos v e iv houvera um imenso progresso, a libertação contínua do espírito, o desenvolvimento incessante de cultura e civilização. Tudo se fizera sob a protecção dos deuses e por êles os homens tinham conseguido realizar a Beleza na Vida.

Porém, um mal terrível sôbre todos ameaçava a civilização brilhante que deuses e homens, colaborando no mesmo ideal, tinham criado: a guerra. Nela o grego sabe distinguir entre a guerra pela guerra, pelo prazer brutal da luta, e a guerra em defesa da Pátria, a guerra em que os cidadãos marcham disciplinados, unidos no mesmo espírito de amor à terra e ao lar, a guerra que é ainda uma manifestação de Beleza. E, de facto, entre as hordas dos Persas, avançando tumultuosamente pela planície de Maratona, e a marcha rítmica dos hoplitas helénicos, havia uma separação nítida, como a que existia entre Ares e Palas, as duas divindades da guerra.

Ares, cujo culto foi sempre pouco importante na Grécia, é um Deus brutal que se alegra com os gritos de agonia e o bárbaro tumulto das batalhas; armado da sua grande lança, percorre as fileiras dos combatentes e todo êle se inunda do sangue dos mortos; os homens caem uns após outros e cada vez maior é o prazer de Ares. Nenhuma cidade, a não ser na Beócia, lhe confia a sua protecção; depressa a levariam ao

---

(1) Cont. do vol. 79.º, pág. 614.

combate e à ruína a sêde de sangue, o amor da brutalidade, da fôrça que caracterizam Ares, a cidade teria de abrigar nos seus muros todo o séquito do deus — Deimos, o mêdo, Fobos, o terror, Eris, a discórdia.

Mas, em defesa da terra natal, a guerra é sagrada; nenhum cidadão a ela se deve eximir e maldito dos deuses será o que o fizer; todo o que, ao primeiro perigo, estiver pronto a bater-se pela sua Pátria poderá contar com a protecção e a benevolência dos imortais; se voltar do campo de batalha, será querido dos seus concidadãos, respeitado por todos, deixará um nome glorioso e sentirá a íntima alegria de ter oferecido à Pátria o sacrifício do seu sangue; e, se morrer, morrerá belamente, verá, na agonia, fixar-se sôbre êle, doce e claro, o olhar glauco de Atena, será elogiado pelos oradores e cantado pelos poetas.

Atena era a deusa desta guerra inteligente e bela pelo seu espírito de sacrifício e de amor; no alto da Acrópole, empunhando a lança que faïscava ao sol, ela assegurava a sua protecção a Atenas, ao espírito grego, contra todos os bárbaros e tôdas as barbáries.

III

Antígone, jovem e bela, sacrifica-se ao amor fraternal, cobre com a leve terra o corpo de Polinice e não recua diante da morte a que o tirano a condenara; mas lamenta que o seu corpo belo e inviolado assim desapareça do mundo, que nunca mais tenham os seus olhos a felicidade de contemplar a curva dos céus, a beleza da terra, o esplendor do sol...

Assim é o grego em face da morte; a serenidade helénica diante do além-túmulo não existe; as estelas do Cerâmico, tão cheias de pura calma e de resignação, representam iniciados nos mistérios; e fazer que o «doce sono, irmão da

Morte» tome nos seus braços o que morreu é ainda uma tentativa de cobrir com uma ficção poética o horror da sepultura. O que o grego não tem é o mêdo de morrer e, embora amando entranhadamente a vida, que para êle não é um «vale de lágrimas», não recua diante da provação extrema: Alcestes sem hesitar se sacrifica pelo marido.

Para suavizar a saüdade que os mortos possam ter da vida e para assegurar a sua protecção à família, os parentes prestam-lhes culto, oferecem-lhes sacrifícios, chamam-nos a participar dos festins sagrados; as almas, em recompensa, velam pela casa, defendem-na dos perigos, castigam a adúltera que macula a pureza do lar, estão com a família em tôdas as tristezas e tôdas as alegrias.

Como a casa possuía os seus mortos e os venerava, a cidade tinha os heróis a que se prestava um culto público; o herói era um antepassado, o fundador da cidade, divinizado pelos seus descendentes, adorado pelos habitantes da *polis*. Cada cidade tinha os seus heróis: em Tebas, Cadmo, Édipo, Anfião; em Corinto, Belezofonte, em Argos, Perseu; na Ática eram numerosos: Erecteu, rei de Atenas, Cécropes, o chefe duma colónia egípcia, Teseu, o destruïdor de monstros, vencedor do Minotauro, Academos, o protector do terreno em que Platão se reünia com os seus discípulos; Atenas, pròpriamente, não tem herói fundador: é a cidade que surgiu pela vontade dos deuses, a divina cidade do Espírito.

A concepção da Grécia como uma unidade, com um herói nacional, encontra-se no mito de Hércules; êle é o herói de tôda a Hélade, o que depurou a terra dos monstros que a devastavam, ensinou aos homens a virtude, sofreu por amor da Beleza e, finalmente, purificado pelo fogo, se sentou no céu, à mão direita de Zeus.

De Alcmena, a forte, e do deus supremo nascera em Tebas o herói; com êle nascia também Euristeu, filho de Anfi-

trião, mortal ilustre, marido de Alcmena. Dum lado há o filho do deus da inteligência e da sabedoria, do outro o filho dum homem, com todos os defeitos, todos os vícios da sua condição mortal. Hércules deverá ser um dia recebido no Olimpo, mas para que lhe seja concedida a imortalidade é necessário que se resgate do que tem de humano e que se resgate pela prática do bem, pelo sofrimento por amor dos homens.

O herói deverá, pois, escolher entre o caminho do prazer e o caminho da virtude que leva ao bem supremo, ainda que através de trabalhos penosos; e, no apólogo de Pródico de Céos, Hércules sofre a tentação: a Voluptuosidade oferece-lhe a estrada fácil de trilhar, a graça dos belos corpos em flor, o perfume dos vinhos, Risos e Jogos; a Virtude mostra-lhe o caminho áspero do bem, todos os sacrifícios que terá de fazer, depois a recompensa que o espera; e Hércules, heroicamente, escolhe a virtude e, sob as ordens de Euristeu, realiza os doze trabalhos.

Mata o leão de Nemea que devastava os campos, devorando rebanhos e pastores, a hidra de Lerna, a das nove cabeças, as aves de Estínfalo, as éguas de Diomedes; limpa as cavalariças de Augias, destrói tudo o que era na terra bruto e feio; alivia Atlas do pêso do mundo e êle próprio o sustenta nos seus ombros, desce aos infernos com Teseu, liberta Alcestes da morte. Passa fazendo o bem, reparando injustiças, defendendo os oprimidos, abatendo os maus com a sua fôrça invencível; caminho de sofrimento, de rochas onde os pés se rasgam, de espinhos onde a carne sangra, êle o percorre até o fim, corajosamente, sem um recuo, sem um desânimo. Merece que os deuses lhe dêem a imortalidade.

Ela só virá depois duma última purificação — a do fogo; a túnica de Nessos, manchada do venenoso sangue do centauro, cola-se-lhe à carne, enloquece-o de dor, o herói

sofre a sua Paixão; êle próprio arranca os pinheiros e carvalhos do Eta e os acumula para a pira colossal em que o seu corpo vai arder; já o fogo crepita, as chamas envolvem os grandes membros de Hércules — e logo uma núvem desce do céu e o transporta em si para o convívio dos deuses.

O herói deixava aos gregos uma grande e nobre lição de virtude, de coragem, de espírito de sacrifício; êles a saberão ligar à alegria da identificação, da harmonia completa com a Natureza e a Vida; e por elas se eternizará a Religião que soube comunicar a sua Beleza a tudo o que a serviu — templos e sacerdotes, estátuas e jogos, dansas e poesia, ritmos de linhas e ritmos de palavras.

CAPÍTULO TERCEIRO

I

Antes de o grego ter um lar perfeitamente organizado que pusesse sob a protecção da divindade e de ter chegado à forma superior da *polis,* já tinha entrado em íntimo contacto com a Natureza e já os grandes deuses o tinham impressionado. Os primeiros a serem adorados pelo grego foram os que representavam as fôrças e elementos naturais; Zeus, Demeter, divindades do céu e divindades da terra, desde muito cedo o homem lhes prestara culto; e, embora os adorasse no seu conjunto e aprendesse a sua revelação em todo o extenso céu e em tôda a terra, o culto, por uma necessidade óbvia de limitação e concentração, era-lhes dado em lugares pequenos.

As grutas e os bosques sagrados foram as primeiras sedes de culto; nem entre os egeus, nem entre os povos de civilização micénica se encontram vestígios de templos; os deuses são ainda adorados em contacto com a Natureza. Mas a gruta teria desde logo dado ao grego a noção de abrigo

para a divindade, o bosque ter-lhe-ia mostrado, com o tronco esbelto dos pinheiros, dos plátanos, das acácias, a beleza das colunatas que um dia hão-de correr em volta do templo. A idea de abrigar simulacros ainda rudes da divindade transporta-se da gruta para o bosque: e Homero já fala de templos que tinham por cobertura a ramaria entrelaçada das árvores que lhes serviam de colunas.

A certa altura, porém, o grego consagrou o seu lar; a chama do lume familiar tornou-se Héstia, o muro que limita a casa Zeus Herkeios; agora os deuses punham bem clara a idea de habitação e de abrigo: a chama do lar, sobretudo, precisava de ser bem guardada para que se não apagasse; ainda na época clássica os altares domésticos estavam sempre fora do alcance do olhar indiscreto do transeunte e das intempéries que o poderiam prejudicar.

Da junção das famílias surge pouco a pouco a cidade; como as primeiras tinham um lar que unia os seus membros em volta da mesma chama, a cidade precisava de ter o seu fogo colectivo e, portanto, um local em que o abrigasse; não podia ser, evidentemente, a casa de qualquer cidadão, o que seria humilhante para o deus e podia suscitar a discórdia entre aqueles que, exactamente, o fogo tinha por missão unir; como não surgiu a idea de uma casa independente para a divindade, esta foi abrigar-se na da mais importante personagem da cidade: o rei.

Tendo abandonado no continente o palácio cretense, cheio de influências orientais, no colear dos seus corredores e no labirinto das suas câmaras, o grego substituíra-o por um edifício de plano mais lógico que já exprimia necessidades de ordem e de equilíbrio; nesse edifício, a sala principal, a sala de honra, aquela em que o rei ou os nobres se reüniam em banquetes com os hóspedes e em que os rapsodos cantavam os seus poemas, era chamada o *mégaro*.

O mégaro, rectângulo de proporções variáveis, impõe-se

pela lógica das suas linhas; ao contrário dos palácios de Cnossos e de Festos que exprimem o sonho, o devaneio oriental, o mégaro, todo em rectas, com linhas que resultam matemàticamente umas das outras, traduz o espírito de abstracção harmónica e simétrica que iremos encontrar, plenamente realizado, na arquitectura dórica.

No mégaro ficara abrigada a Héstia colectiva; estão juntos os dois protectores da cidade, rei e deusa, e ambos se baterão para que ela prospere, ambos impedirão que os inimigos a destruam; e o grego, por séculos, acostumara se a ver no mégaro senhorial o lugar próprio para ter, já não sòmente Héstia, mas todos os deuses que fôssem os protectores da cidade.

A sociedade, porém, não fica sempre organizada nas mesmas bases; diversas causas a pouco e pouco levaram os gregos da monarquia à democracia; o mégaro, como palácio do rei, é inútil, mas não desaparece porque serve de abrigo aos deuses, porque só êles, protegendo os cidadãos, substituïrão o rei. E do mégaro proveiu o templo dórico.

Êste templo dórico primitivo é rudimentar e apenas a consagração aos deuses da grande sala dos palácios; tem o *pronaos,* o vestíbulo, o *naos*, a parte interior que ocupará a divindade, mas não possui ainda a colunata em volta do edifício: é o «templo de antas» que constitui o núcleo, o centro de formação do templo dórico da época clássica.

O templo de antas, derivado directamente do mégaro, representa o tipo máximo, o último estádio da evolução sem influências estranhas, do templo familiar, a casa; outro templo, porém, como vimos, existia entre os gregos: o templo vegetal dos bosques sagrados; nenhuma experiência se perde para o grego, nenhuma aquisição êle despreza: dêste templo vai aproveitar as colunas e assim aparecerão os edifícios dípteros ou perípteros; e, se o elemento vegetal desaparece

na ordem dórica, êle vai surgir, bem marcado, com os iónios e, sobretudo, com o capitel coríntio.

*

Duas grandes correntes artísticas se definem através de tôda a evolução da arte helénica: dum lado as criações iónicas, do outro as dóricas; embora tivessem exercido, como era natural, influências mútuas, mantiveram, no entanto, caracteres que permitem diferençá-las uma da outra.

O iónio, espírito aberto a tôdas as influências, inteligente, amigo da novidade e sabendo, ao mesmo tempo, colher no passado as realizações úteis, herdou tendências e processos dos artistas egeus e, em contacto com os asiáticos adoptou certas características da sua arte.

Como os egeus, o iónio é naturalista; a arte dos belos vasos em que o polvo estendia os seus tentáculos, vivo e real, ou se sucediam em largas zonas as palmetas e as flores, a arte dos frescos dos palácios cretenses tão cuidadosa na observação de animais e vegetais, passara directamente para o iónio; êste tem um verdadeiro culto pela Natureza, admira a graça, a elegância dos elementos das plantas, dispõe também no bojo das ânforas e das taças filas de animais observados com exactidão e executados com um grande sentimento de vida.

Amigo da Natureza, de tudo o que represente movimento e elegância, o iónio não tem, no entanto, o amor da nudez humana; as roupagens das suas estátuas e dos seus relevos serão finos e transparentes, colar-se hão às formas, mas nunca desaparecerão por completo; pesam sôbre o iónio as influências dos orientais que não sentem a beleza do corpo do homem ou têm escrúpulo em o reproduzir nas suas obras de arte.

A arte iónica é, sobretudo, uma arte de movimento e de elegância; duas das suas criações no-lo mostram plena-

mente: o friso e o capitel; o primeiro, que se não encontra sòmente nos templos mas corre também nos vasos, é a expressão da continuidade, do movimento sem repouso, da partida constantemente renovada; é a concepção dum povo de marinheiros, de viajantes sempre curiosos, a criação artística bem representativa da raça a que pertenceram Tales e Heródato; e, se o friso é partida para as regiões distantes da terra ou do pensamento, êle é também a narrativa dos que voltavam, negligente, ao sabor da conversa, sem uma ordem que fixe geomètricamente cada parte e faça suceder-se, em lógica perfeita, as aventuras e as concepções.

O capitel dá-nos um outro aspecto do espírito iónico; prende-se o olhar na base da coluna, o fuste estreito e alto parece querer conduzir às mais elevadas esferas do pensamento religioso; mas, de súbito, eis que as volutas suspendem a ascensão, se enrolam sôbre si próprias e a si prendem os que as contemplam; a curva das volutas não é mais do que a expressão do exame de si mesmo que o iónio fazia; admirador da Beleza, êle queria encontrá-la em si e o esfôrço para essa realização conduz à elegância e ao culto do indivíduo.

Como para o grego a Beleza e a Divindade se identificavam, o amor do Belo leva naturalmente ao amor de Deus; o iónio mostra o estudando tão cuidadosamente a natureza, pormenorizando os movimentos dos animais, decompondo os elementos das plantas; amor de Deus era ainda o desejo de conhecer o mundo, de o explicar pelas grandes hipóteses dos físicos de Mileto, de, como Heródoto, o desvendar aos outros homens; o sorriso esteriotipado das *Korai* arcaicas, a sua face alegre de quem está satisfeito com o mundo e a vida, é ainda uma forma de agradecer aos deuses a imensa graça de tôdas as coisas que são belas.

No entanto, o iónio não era completo no estudo do homem; neste interessa-lhe sobretudo a alma, as actividades

que cultivam e libertam o espírito, a poesia, a prosa belamente ritmada, a dansa, a música, a filosofia. O horror pelo nu não é grego, e os deuses, que têm forma humana, gostam que os mortais lhes saibam agradecer a dádiva admirável dos corpos perfeitos.

E, se é inegável que os iónios souberam analisar, a síntese na arte faltou-lhes; o friso é a negação da síntese, na sua sucessão de imagens sem fim, a composição dos grupos é feita por justaposição, sem nada que intimamente os ligue. Além disso, em arte, como em filosofia e como em história, o iónio não revela um pensamento lógico, é dominado pela intuição, pela estética; ora Atena é uma deusa e os deuses amam a lógica.

A arte dórica, pelo contrário, é verdadeiramente divina. Desde muito cedo os dóricos reproduzem no mármore ou no bronze a nudez harmoniosa e forte dos atletas; observam cuidadosamente o corpo humano, a disposição anatómica dos músculos, sabem cinzelar com precisão, vigor e sobriedade, as formas bem definidas pelo exercício físico. Embora se afaste do culto que o iónio tem pelos animais e pelas plantas, o dórico substitui-o pelo amor da mais bela floração dos seres animados: o homem.

Não há neste estudo do homem o gôsto pela elegância voluptuosa do grego asiático; ao escultor dórico agrada trabalhar as carnes duras do atleta, a forte e radiosa castidade dos efebos que lançam o disco, se preparam para a corrida ou para a luta; no culto do corpo humano, como em tôda a sua arte, ao passo que o iónio apenas mostra o desejo de agradar, o dórico tem o respeito de si próprio, o sentimento inato da dignidade; a sua arte exprimia, em oposição ao abandono gracioso do iónio, uma tensão contínua: será êste *tonos* o que, unindo-se à graça iónica, produzirá a arte dos atenienses.

Obrigado a analisar, a fazer a decomposição dos movi-

mentos dos atletas, a estudar anatòmicamente o corpo, o dório, no entanto, considera êsse trabalho uma simples preparação: a êle seduz sobretudo a abstracção e a síntese.

Ao contrário do estilo animalístico e vegetal dos vasos iónicos, o dório caracteriza-se pela cerâmica de estilo geométrico: são combinações de triângulos, de losangos, de círculos, de linhas quebradas, estilizações florais, o que constitui a principal decoração da cerâmica dórica; tudo é simples e sóbrio, sem ornatos que dão por vezes, como no iónio, a impressão de sobrecarga, mas também sem denunciar pobreza de ideal ou falta de imaginação.

Nos campos delimitados pelas figuras geométricas o dório incluía por vezes scenas de figura humana; a própria natureza da decoração o impedia de estender essas representações em cortejo, como no friso; é obrigado a limitar-se, a aproveitar o espaço restrito que se lhe oferece; desta decoração em campo reduzido, entre as linhas ordinàriamente rectas, nascerá a concepção da métopa.

Se a fantasia se pode dar livre carreira no friso e dispor as figuras sem cuidar das suas relações rítmicas, na métopa o artista é obrigado a equilibrar as personagens para que não pendam tôdas a um ou outro lado do rectângulo ou se não acumulem desordenadamente, destruindo o efeito de simplicidade que o artista dório procurava atingir. Daqui surgem as noções de ritmo, de equilíbrio de composição, de antítese das figuras; tôdas elas se unirão na idea suprema de simetria que não é mais que a adaptação perfeita duma decoração ao espaço a utilizar.

Estas qualidades revelam-se sobretudo no frontão; o artista adquirirá uma habilidade extrema em dispor as figuras aproveitando o campo triangular, o mais difícil de todos; saberá, nos extremos, colocar as figuras que se correspondem deitadas, depois irá elevando-as pouco a pouco, com naturalidade, sem esfôrço, até atingir as grandes figuras que, em

pé, a meio do frontão, dominam todo o quadro; foi o dório que descobriu e fixou as leis da decoração triangular e o frontão será o fecho ideal do templo helénico.

Os grandes elementos da divindade, amor da Beleza de formas e amor de abstracção, revelam-se na arte dórica; plenamente? de-certo que não, mas em grau superior ao que tinham conseguido atingir os iónios: e estes vão fornecer ao artista dórico o que lhe faltava para completamente realizar o ideal divino: a elegância e o riso; a Zeus, cheio de sabedoria, vão juntar Afrodite, cheia de graça.

Aos atenienses caberia fundir as duas correntes num todo harmónico e, dando sempre a preponderância ao dórico, o tornarem, sob a influência iónica, mais elegante e mais leve; o defeito do dórico estava exactamente nas suas proporções um pouco pesadas, no aspecto maciço dos seus edifícios. Atenas elevará as colunas, adelgaçará os fustes, não desprezará a decoração naturalista, fará correr em volta do *naos* o friso iónico; a base do edifício ficará, no entanto, essencialmente dórica.

Sôbre o terreno, no desejo de altear o edifício, elevavam-se alguns degraus e, logo em seguida, sem qualquer base, as colunas dóricas subiam no espaço; as suas linhas não eram rígidas, duramente rectas: a sua secção parabólica, com tendência para a recta nos extremos, assegurava a prisão mais fácil do olhar; sem esfôrço, as caneluras das colunas conduziam a vista à parte superior do edifício.

A passagem da vertical para a horizontal, da coluna para o entablamento, sem transição alguma, seria difícil e penosa; o grego sabe que a harmonia é o mais seguro caminho para a divindade — e logo o capitel dórico, em sucessivo alargamento, leva o olhar à contemplação das decorações do entablamento. Até aqui a visão de Deus foi apenas intelectual e geométrica: os sentidos e o culto da forma vão agora aparecer nos relevos das métapas; ao lado, dividindo-as, as ra-

nhuras dos tríglifos nunca deixam que do espírito do homem fuja a idea de abstracção e esperam que êle admire a Beleza das métopas para o levarem a contemplar o frontão.

Nas métopas o artista representa episódios de mitologia, combates de Centauros e de Lápitas, lutas de deuses e de gigantes, glorifica as acções heroicas dos homens; o pequeno rectângulo, limitado, preciso, ficava para sempre gravado no espírito de quem o contemplava como uma lição de arte e de teologia: uma e outra são, em verdade, para os gregos Amor e Beleza.

Do entablamento se passa ao frontão, pelas ranhuras dos tríglifos; e no frontão se condensa todo o significado do templo grego. A sucessão das figuras que, acompanhando o progressivo subir dos lados do triângulo, se vão erguendo cada vez mais, conduz à parte central, onde se ergue, majestosa, e calma, a figura de um deus; ela é a divindade venerável e grande, a representação a que tendem tôdas as outras, o fecho admirável das duas ordens de relevos que sobem dum lado e outro do templo; o deus central é o resumo da impressão de repouso e movimento alternados que deixam no olhar e na alma as figuras que o escultor dispusera no frontão; nela o espírito se embebe e a pouco e pouco se enche, se penetra de Deus e em Deus totalmente se perderia, abandonando por completo a terra, se o grego não considerasse a ascese um perigo para quem tem o dever de adorar, como uma grande deusa, a Mãe-Terra; as linhas superiores do frontão limitam êsse ascender, — mas, dentro do espaço percorrido, pela Beleza, pelo ritmo das linhas, pela inteligência que preside a todo o edifício, tomou uma plena e intensa comunhão com a divindade.

Exactamente porque é um edifício de Beleza, o templo grego é uma obra de inteligência; todos os elementos tendem para o mesmo fim, para o bem comum, não apertando-se, premindo-se uns aos outros, como nas abóbadas cristãs, mas

numa impressão de liberdade, de vida própria e individual, de colaboração voluntária, como na democracia de Atenas; e, como os oradores na assembleia do povo, o arquitecto foi a inteligência profunda e a palavra encantadora que ergueram pedra sôbre pedra, levantaram as colunas, lançaram o entablamento, organizaram o frontão; ao som da lira de Anfião as pedras se moveram a si próprias e, colocando-se umas sôbre as outras, formaram as muralhas de Tebas.

O interior do templo é a moradia do deus; à volta do *naos* corre o friso que conta nas suas inúmeras figuras a glória dos deuses ou das cidades, ou diz nas flores, nas palmas, nas fôlhas, o inexgotável amor da Natureza. Dentro, no templo dórico perfeito, é a dupla fila de colunas que dividem o espaço rectangular em três naves e levam o olhar direito à estátua do deus que está ao fundo do templo; em volta brilham as armas, as espadas, as lanças, os capacetes, as cnémides, que soldados venturosos ofereceram à divindade; resplandece o oiro das taças, das fíbulas, dos braceletes, dos colares; figuras negras e vermelhas vivem no bôjo das ânforas, dos lecitos, das crateras, são as companheiras das estatuetas que lembram ao deus a piedade do oferente; e há, em grandes vasos, loiro azeite da Ática, bom vinho de Quios ou de Lesbos, mel das abelhas do Himeto.

Depois é o tesouro do templo, o logar em que se acumulam tôdas as preciosidades que o reconhecimento dos crentes foi acumulando em volta do deus; daí saïrá o dinheiro para as grandes festas e para a conservação do templo; efectivamente, se êste, na sua estrutura, apenas pode ser destruído pelo próprio homem, há, no entanto, que reparar contìnuamente o que contìnuamente o tempo vai delindo: a pintura exterior.

O problema da policromia é um dos mais importantes na história da arte helénica; os primeiros que sustentaram a existência do colorido no templo grego e nas estátuas foram

considerados bárbaros pelos que supunham que, compatível com a beleza do edifício, só havia a nobre candidez do mármore; e imaginavam-se os templos resplandecendo, brancos e puros, sob o azul da Grécia... As provas, no entanto, são incontestáveis, tanto para a arquitectura como para a escultura.

A idea de uma estatuária branca, tendo por si a beleza do mármore imaculado e a luz que modela as formas e cria a oposição da sombra e claridade — é uma idea de museu e não de ar livre, de norte e não de sul. A violência da luz meridional destruiria completamente o modelado da sombra, tôda a figura se apresentaria banhada de uma luz radiosa, intensa, mas uniforme; a sombra é hoje a côr da escultura, mas a sombra não existia para os gregos: e, lògicamente, são levados à policromia.

De-certo há convencionalismo na pintura das estátuas, as côres não são por vezes aquelas que vemos na Natureza; não nos devemos, no entanto, esquecer de que os impressionistas trabalharam com essas «côres irreais» e que, além de tudo, se é convencional a pintura duma estátua, convencional é também, no mesmo ou maior grau, deixar-se a escultura completamente branca, representar do mesmo modo olhos e cabelos, lábios e dedos.

Na arquitectura há ainda outra razão que levava os gregos ao colorido, sobretudo na decoração do entablamento e do frontão; na altura a que os relevos estavam colocados, os pormenores perdiam-se, os filetes desapareciam, os intervalos encurtavam-se, corria-se o perigo de só aparecerem as figuras principais sem ligação e sem vida; então intervinha o pincel do decorador e os próprios escultores se lhes mostravam reconhecidos pela colaboração prestada.

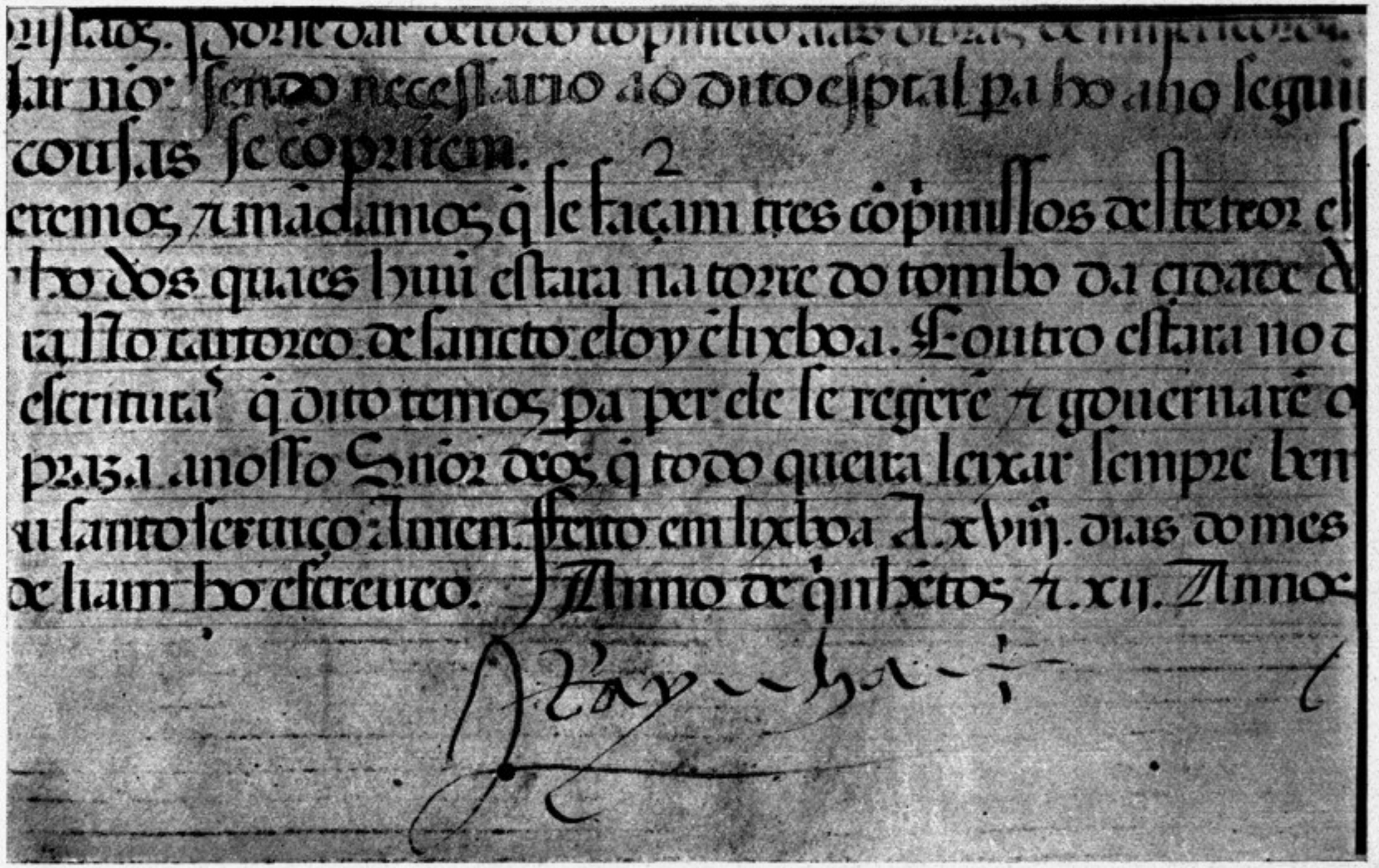
Se atendermos também às caracteristicas do espirito grego, a prática da policromia não nos parecerá estranha e imprópria do pensamento helénico; êste quis sempre realizar

a união do intelectual e do sensível, da abstracção e da realidade; ora, de tôdas as artes, a escultura é a mais intelectual e, para que se não perca na abstracção da linha, o grego junta-lhe em íntima união, a arte que mais se dirige aos sentidos: a pintura.

(Continúa)

AGOSTINHO DA SILVA.

(Subsidiado pela Junta de Educação Nacional)



ASSINATURA DA RAINHA D. LEONOR NO FIM DO COMPROMISSO DO HOSPITAL DAS CALDAS

COMPROMISSO DO HOSPITAL DAS CALDAS DADO PELA RAINHA D. LEONOR SUA FUNDADORA EM 1512

A QUEM LER

A publicação do *Compromisso do Hospital das Caldas,* documento sob todos os pontos de vista interessante para os estudiosos, vem dar ideia a um tempo do estado de adiantamento da assistência na doença em Portugal no começo do século XVI e da importância que era dada já nessa época à terapêutica termal na mais famosa de tôdas as estâncias termais portuguesas — as Caldas da Rainha.

Médicos, filantrôpos, historiadores, curiosos de coisas dos velhos tempos, em especial da época em que o brilho das nossas descobertas ofuscou tantas provas do nosso avanço na civilização, todos lerão com prazer os *item* do velho manuscrito.

O Hospital das Caldas — que fôra começado a construir em 1485, começou a funcionar logo. Mas só em 1512 a Raínha D. Leonor entendeu que tinha elementos para lhe dar um *Compromisso*, em que, com uma meticulosidade e previdência admiráveis, se apontam os mínimos detalhes da vida do balneário-hospital, de modo a poderem beneficiar com as águas sulfurosas caldenses o maior número de doentes, nomeadamente pobres, que de todo o país sempre vieram ali tratar-se, à custa das rendas que a mulher de João II para isso legou, tendo para o fazer vendido joias e terras que possuía a seu irmão D. Manuel.

Redigiu em grande parte o *Compromisso* D. Jorge da Costa, o Cardeal de Alpedrinha, que em Roma, servindo-se da sua altíssima influência, conseguiu não só a sua aprovação, como indulgências para os doentes que morressem no Hospital das Caldas e lhe deixassem bens.

O *Compromisso* é ainda hoje um regulamento modelar não só para balneários como para estabelecimentos de beneficência, salvos os arcaismos inevitáveis e de impossível adaptação.

Com o Compromisso da Misericórdia de Lisboa, recentemente reeditado, forma um conjunto deveras interessante para o estudo da notável figura da Rainha D. Leonor e de dois dos seus colaboradores: — Frei Miguel Contreras e D. Jorge da Costa.

A história crítica da nossa civilização precisa de ser feita sôbre elementos que muitos deles estão dispersos por bibliotecas e arquivos difìcilmente manuseáveis.

O pergaminho onde foi escrito o *Compromisso das Caldas* está guardado, aliás cuidadosamente, no cofre do *Hospital Raínha D. Leonor*, podendo nêle lêr-se no fim a assignatura autógrafa da fundadora das Misericórdias.

Trazendo-o à estampa, pretendemos não só focar mais uma vez o perfil inegualável de D. Leonor de Lancastre, mas evitar que se perca a memória das suas disposições, como se perdeu uma cópia do manuscrito que por mandado da Raínha fora feita na ocasião.

Respondendo pela exactidão da cópia, abstêmo-nos de fazer qualquer estudo crítico por o julgarmos superfluo: A leitura do *Compromisso do Hospital das Caldas* dispensa todos os comentários.

Maio de 1930. FERNANDO CORREIA.

COMPROMISSO DO HOSPITAL DAS CALDAS DADO PELA RAINHA D. LEONOR SUA FUNDADORA EM 1512

Em nome da ſancta trindade padre e filho e ſp̃to ſancto tres peſſoas e hum ſoo deos verdadeyro. principio e fim de todo bem em ſeu louuor deregido e ordenado. Quanto as obras de miſericordia feytas em os proximos cõ caridade aſy eſpirituaes como corporaes. ſejam acceptas a ihũ xp̃o noſſo Sôr. Quiſnolo por ſua piedade manifeſtar e encomendar per ſam matheos aos xxv capitolos pera q̃. mais effetuoſamẽte nos eſforçaſemos a comp'las. E portanto nos a Rª dona lianor molher del Rey dom Joham meu Snõr que ſãcta gloria aja. O ſegundo que foy de portugal. Deſeiando dar a execuçam as taes obras tanto per noſſo ſnõr emcomẽdadas e conſirando nos como se poderiam pfeytamẽte a ſeruiço de deos em alguũ lugar inteyramẽte cõprir: Detirminamos e ordenamos em louuor de deos e de noſſa ſenhora a V'gem glorioſa mª ſua madre. e por vſarmos de quaridade cõ os proximos Mandar fazer hũa igreia da invocaçã de noſſa ſñar de populo e hum esp'tal dentro em a noſa villa das caldas em que q̃remos que ſe cumpram as ditas obras de m̃ia esp'tuaes e corporaes quanto poſſiuel for polla alma del Rey dõ ioham meu Sõr e minha e do principe dom afonso Noſſo filho que a ſancta gloria aiamos. Por bem do qual mandamos fazer eſte cõp'miſſo e Inſtituyçã ſeguinte.

Capitulo dos oficiaes que ſempre avera no dito esprital e de ſeus mantimentos

Item p'meiramente hordenamos que em ho dito Sprital aia os ofiçiaes abayxo declarados pera o ſeruiço delle os quaes mandamos que ſe poſeſſem no começo deſte comp'miſſo e Regimento delle E aſy ſeus mantimẽtos que a quada hum

ordenamos e ſeram obrigados a ſeruir no dito Sprital ſegundo ha cada hum em ſeu capitulo. e ẽ a ordem da cura dos enfermos largamẽte declaramos.

Item ordenamos que aia na dita igreiha de noſſa Sñar de populo hum perpetuu vigayro. Segundo ho ſancto padre nos tem conçedido. Que ſera homẽ oneſto e de bôa vida e boõ eccleſiaſtiquo e letrado ſe ſe poder aver. O qual auera em cada hũu año pollas Rendas do dito ſp'rital quinze mil reaes pagos aos quartees do anno de que tera Noſſa carta. E aſy auera toda oferta de mano beijada. ſ. dinheiro e pam cozido e vinho e trigo e offertas de enterramẽtos e saymẽtos e mays nam e as offertas das yndulgẽcias ſeram Repartidas na fabrica da ygreiha e eſp'tal aſi como ho ſancto padre mãda.

Item queremos e Ordenamos que aja hi na dita egreiha tres capellaes que seram homẽes de bõa vida. e oneſtos custumes. E que ſaibam bem cantar e Rezar e fazer o oficio divino. E aueram cada hum de ſeu mãtimẽto por ano Noue mil reaes pagos aos quartees do anno pollas Rendas do dito Sp'tal.

Item queremos e ordenamos que aja na dita egreiha hum tiſoureiro que ſaiba e poſſa bem ſeruir em ſeu ofiçio E auera em cada hũ ãno pollas rendas do dito ſp'tal quatro mil reaes pagos aos quartees do anno E aſy avera feys alqueyres de trigo e ſeis almudes de vinho e ſera obrigado a dar hostias e vinho e agoa a todalas miſſas e comunhomes.

Item Queremos e mãdamos que aja no dito eſptal hum proueedor homẽ diſcreto e virtuoſo que cõ muita quaridade cump̃. e faça comprir eſte noſſo cõprimiſſo e Regimẽto ho qual ſera clerigo ou leygo qual deles ſe achar mays perteẽcente pa ho dito hoficio. Porem nã queremos que ſeia frade nẽ quomẽdador nẽ peſſoa poderoſa que paſſe de caualeyro pera çima. E pidimos por merce aos ſanctos padres que em ninhũ tempo lhes praza neſta parte mudar noſa vontade por

ninhũas razones que lhes pellos Reys nem proveedores nem officiaes deſte ſprital lhe ſeiham alegadas porquanto eſta he noſſa vltima vontade e aſy lhe ſuplicamos que numq̃ o queira mudar. E rogamos afectuoſamẽte. ao arçebispo de liſboa que polos tempos for q̃ quãto em elle for fauoreça e aiude a ſe comprir eſta noſſa vontade ſendo pera ello Requerido como pertençe a ſeu ofiçio. O qual proueedor avera pollas Rendas do dito eſprital pagos aos quartees do anno trinta mil reaes. De q̃. tera Noſſa carta.

Item queremos e mandamos Que aja no dito esp̃tal hum almoxarife que ſeja omẽ fiel e auto pera tal carrego. Ho qual ſera comprador e deſpenſeyro. E tera ſẽpre hum ſeruidor fiel e diligẽte que ſayba leer e eſcrever q̃ ho aiude no ſerviço da deſpẽſa. e auera de mantimẽto o dito almoxarife pollas Rendas do dito eſp̃tal oyto mil Reais. E o ſervidor tres mil reaes. De que tera noſſa carta.

Item Queremos e mandamos que aja no dito ſp̃tal hum eſcrivam homẽ de muyta verdade e boa conçiẽcia. E avera em cada hum anno pollas Rendas do dito eſp̃tal pagos aos quartees do anno oyto mil rs.

Item Queremos e mandamos que ho dito eſp̃tal tenha ſempre em as noſſas villas dobidos e aldea galega Aqueles almoxariſes e omẽs do almoxarifado e escriuães q̃ nos ſempre em elas tiuemos Os quaes aueram cõ os ditos officios aq̃les mantimẽtos que ate aq̃ tiveram.

Item Queremos e mandamos q̃ aja no dito eſp̃tal hum fiſiquo e çelurgiam que cure os emfermos ſegundo em ſeu Regimẽto mandamos. O qual auera pollas Rẽdas do dito eſp̃tal por ſeis meſes que em cada hũm anno he obrigado nelle seruir. Quinze mil Reaes.

Item Queremos e mandamos que aja no dito eſp̃tal hum buticayro o qual ſera homẽ que ſaiba muy bem ſeu ofiçio e a pratiqua delle por ſer couſa perigoſa ſe pollo contrairo for O qual auera pollas Rendas do dito eſp̃tal pollos ditos ſeis

meſes ſegundo ho fiſico. Em quada hum anno oyto mil Reaes. Afora ho que ſe lhe montar das meezinhas que pera os pobres e enfermos der.

Item Queremos e mãdamos que aja no dito eſp̃tal hum Sp̃taleyro e hũa Sp̃taleyra os quaes averam em quada hũ anno. De ſeu mantimẽto ſeis mil Reaes quada hum. Pagos pollas Rendas do dito eſprital.

Item Queremos e mandamos que. aja no dito eſp'tal tres enfermeyros. ſ. dous enfermeyros e huma enfermeyra. Os quaes averã cada vm ſeis mil Reaes pagos polas Rendas do dito eſp'tal.

Item Queremos e mandamos que aja no dito eſp'tal hum barbeyro e ſangrador ho qual auera em quada hũ ano pollas Rendas do dito eſprital quatro mil Reaes.

Item Queremos e mãdamos que aja no dito eſp'tal hũa Criſtaleyra a qual avera em cada hũ ano. de ſeu mantimẽto quatro mil Reaes pagos polas Rendas do dito eſp'tal.

Item Queremos e mandamos que aja no dito eſp'tal huũa eſcrava amaſſadeyra do pam pera os enfermos pobres e ſeruidores da dita caſſa.

Item Queremos e mandamos que aja no dito eſp'tal hum eſcrauo ou eſcraua Cozinheyra pera fazer de comer aos pobres enfermos e a eſſes a que a caſa der de comer. ha qual ſera dada outra eſcraua que a aiude.

Item Queremos e mandamos que aia no dito eſprital duas eſcrauas lauandeiras pera a Roupa do eſp'tal e fatoçuiho dos pobres.

Item Queremos e mandamos que aja no dito eſp'tal hum eſcrauo que ande cõ hum carro a carretar todalas couſas neceſarias pa ſerviço do dito eſp'tal.

Item Queremos e mandamos que aja no dito eſp'tal outro eſcravo ortelão q̃. tenha cuydado da orta. e eſttilador das agoas pa a botica da caſa.

Item Queremos e mandamos que aja no dito eſp'tal dous

eſcrauos. ſ. hum pera andar cõ as vacas e outro com as cabras e ovelhas que o eſp'tal teuer.

Os quaes eſcrauos e eſcrauas que do dito eſp'tal forem ſeram bem tratados e proveidos ha acuſta do dito eſp'tal do comer beber veſtir e calçar ſegũdo o proueedor vir que ho am meſter e aſy per ele caſtigados quando comprir. E teram ſeus veſtidos dos domingos pera yrem a igreiha e ſerem enſinados por que ſaibam e mereçã poys que em ſerviço de deos ham de ſeruir.

Item Queremos e mandamos que ſe os enfermeyros ou enfermeyras cozinheyros e ofiçiaes ſemelhantes adoeçerem ou nam poderem seruir ſeus carregos que o dito proueedor poſſa tomar omens ou molheres aſoldadados que ſiruam e aiudem a ſeruir os ditos ofiçios ſegundo que uir aneceſidade. E tambem os paçeyros adegeiros carreteiros e outros quaesquer carregos que forem neçeſarios em os ditos almoxarifados dobidos e aldea galega aſy no por deles como em a paga de ſuas ſoldadas. q̃remos q̃. ſe faça ho q̃. o dito proueedor ordenar.

Capitolo dos livros e Inventayrros que ſempre auera no dito eſp'tal

Item Queremos e mandamos q̃. aja y ſempre hum livro do tonbo de todolos bens de Rayz e propedades que o dito eſprital tiuer no qual ſe fara mençam que beẽs ſã. ſ. erdades ou vinhas. oliuaes. Caſas ou outros quaesquer beẽs que ſejam. Os quaes ſe poram cõ ſuas demarquações e confrontações e medidas de longo e de largo. E os nomes das peſſoas que os deixarõ. e das villas lugares aldeas caſaes vales e ſytios onde eſteuerem e aſi os nomes das peſſoas q̃. os trouuerem aforados ou a Rendados ou em outra qualquer maneyra dizendo a era e dia em q̃. lhe aſy foram dados e os preços por que os tem e ho tempo em que ſam obrigados a pagar e onde am de fazer as pagas. das quaes o dito proueedor

mandara fazer aſento em quada hũ ano pera ſe ſaber a fauta q̃ cada hũ faz ou cãdo caẽ ẽ comiſſo.

Item Auera y outro liuro de tombo de todalas eſcripturas. ſ. bullas previlegios padrões cõfirmações Doações Cartas de compras e vendas aforamẽtos Esquanhos e contratos que o dito esprital fizer e tiuer.

Item Queremos e mandamos que em quada hum anno quãdo o dito eſp'tal acabar de curar ſe faça hũ invẽtayro de todolos beẽs moues e couſas q̃. na dita igreja e ſp'tal ouuer As quaes ſeram carregadas em Receyta aos oficiaes que cõ elas ouuerem de ſeruir. ſ. as da igreja ao vigairo dela. E as do eſp'tal aos eſpritaleyros. E as da deſpensa cõ todolos gados ao almoxarife e aſi as dos outros ofiçios aos ofiçiaes deles. e porque deſtas couſas algũas ſam taes das quaes os ditos ofiçiaes que as tem ſe podem lograr os ſeis meſes que o dito eſp'tal nã cura. Queremos que os meſmos ofiçiaes as tenham neſte tempo fechadas da ſua mão na caſſa da deſpensa em almarios que pera yſo auera. dos quaes cada hũ tera ſua chaue e o proueedor mandara fechar a dita deſpenſa cõ duas chaues das quaes ele tera hũa e o eſcriuão tera outra e peſte inventayro o dito proueedor tomara cõta a todos eſtes ofiçiaes das ditas couſas em cada hũ anno e as que achar pdidas ou danificadas mandara pagar a quada hũ ſegũdo achar que he direito a cuſta de ſeus mantimẽtos.

Item Auera y ſempre outro liuro de todolas peſſoas q̃. no dito eſp'tal faleçerem declarandoas ſe ſam omẽs ou molheres leygos ou Religiosos. Solteyros ou caſados e os nomes alcunhas deles e do pay e da mãy molher ou marido ſe caſados forem e dos Reygnos çidades villas e lugares donde forem naturaes e o dia e era em q̃. foram reçebidos e outroſi faleçerem. E ſe foram cõfeſſados e comũgados e omgidos e ſe fizeram teſtamẽtos. ẽ maneyra q̃. em todo tempo que as partes q̃. rezam tiuerem cõ oos ditos defuntos. poſſam ſer ynteyramẽte emformados de todo ho que delles q'ſerem ſaber.

Item ſe fara cada ano hũ canhenho de todolos enfermos pobres e ricos de qualquer condiçam que ſe ao dito eſp'tal vierẽ curar. No qual ſe fara declaraçã das ſuas enfirmidades e dos nomes de eles e dos lugares donde forem e do tẽpo em q̃. os receberã. e ſe ſam proues ou Ricos e aos proues eſcreuã em ele os veſtidos dinheyro e couſas que trouxerem. e oſ uestidos ſeram logo entregues aos enfermeyros pera que lhos façam logo lauar e alimpar. E os dinheiros serã metidos na arqua q̃ pera yſo avera na rouparia do dito eſp'tal e entregues ao eſp'taleyro dele da qual o dito eſp'ritaleyro tera hũa chaue e o eſcriuã outra e tanto q̃ os enfermos forem acabados de curar os ditos enfermeyros e eſp'taleyro lhe tornaram entregar p'ante o eſcriuão pello dito canhenho todo. o que dele reçeberom. E faleçẽdolhe algũa cousa. ho proueedor lhe fara logo pagar a cuſta de ſeus mantimẽtos.

Capitulo da prata
e ornamẽtos que ſempre auera na igreja

Item Queremos e mandamos q̃. aia y ſempre da Igreia do dito eſp'tal. hũa cruz de prata dourada. que peſe quinze marcos.

Item mays auera hy hum Calez de prata cõ ſua patana dourado pa as feſtas principaes. Que peſara çinquo marcos e m.º

Item auera outro calez de prata cõ ſua patana dourado pa as outras feſtas e domingos. Que peſara tres marcos e m.º

Item auera tres calezes de prata branqua cõ ſuas patanas ou dourados pera ſeruir de cote de marquo e mº cada hum.

Item humas galhetas de prata brancas ou douradas de marco e mº cada huma.

Item hũa cuſtodia de prata dourada de ſeys marcos e meyo.

Item hũ tribulo de prata dourado. de quatro marços,

Item huma naueta de prata dourada cõ ſua colher de dous marcos e meyo.

Item hũs caſtiçaes de prata brancos. de tres marcos quada hum.

Ornamentos

Item Queremos e mãdamos q aja hy ſempre na dita ygreja. hum pontifical de brocado ſ. hũa capa e manto almaticas e frontal. Pera aſ feſtas prinçipaes.

Item auera hy outro pontifical doutras taes peças pera aſ feſtas menos principaes de veludo ou damaſquo ou çetim de cores.

Item auera hũa capa e manto de veludo damaſquo ou çetĩ preto cõ ſeus ſabaſtos pa'os domingos do auẽto e coreſma.

Item outra capa e manto de cores pera os outros domingos do ano.

Item hum manto de chamalote preto pa'dizerem a myſſa do dia no tempo do auẽto e coreſma.

Item Outro manto da meſma ſorte de cores pera todo outro tempo do ano.

Item quatro veſtimẽtas pera ſeruirẽ de cote.

Item hum pano de ſeda preto pera ſeruir na eſtante no avento e coreſma.

Item Outro pano deſttante de çetim ou damaſqo de cores pera todalas festas.

Item hum palio de veludo ou damaſquo de cores pera leuar ho ſacramẽto aos enfermos.

Item Panos de Ras pa'armar a Igreia.

Item Alcatifas ou tapetes pera os degraos dos altares.

Item todalas outras peças mevdas q̃. o proueedor vir que ſam neçeſarias pera ſerviço da dita igreja fiçara em ſua deſpoſiçam.

Capitulo das camas veſtidos e couſas q̃ avera ſempre no dito eſp'tal pera seruiço dos enfermos

Item Queremos e mandamos que aja y ſempre no dito eſp'tal çem camas de Roupa das quaes as ſeſenta ſeruiram nos dormitorios dos homens e molheres enfermos ſegundo for neſceſaryo. E tera cada huma hum enxergam de palha e hũ almadraq̃ de trez cheo de lãa. e hũ colcham de linho avinquado. yſſo meſmo cheo de lãa e hũ cabeçal de trez cheo de pena e huma almofada tudo ẽfronhado e mea duzia de lãçoes de linho auincado e hũ feltro q̃ cubra eſta roupa e dois cubertores hũ de chaꝑſtal brãco ou de pano ſemelhãte e outro de q'cheira ou ilhandia.

Item das coarẽta q̃ ficam as vinte ſerviram cõ peſſoas onradas e cõ Religioſos e Religioſas e teram outras tantas peças ſaluuo q̃ os colchomes e lençoes ſeram mays delgados e aſy toda a outra roupa milhor e ho cabeçal ſera enfronhado cõ ſua almofada outro ſy enfronhada.

Item As outras vinte ſeruiram cõ os pereg'nos e ſervidores e eſcrauos da caſſa e tera quada hũa hũ almadraq̃ cheo de lãa e hum cabeçal cheo de pena e quatro lençoes deſtopa. e hũa manta da terra.

Capitulo de vestidos e couſas neçeſarias pa'os ẽfermos

Item auera no dito esp'tal. cincuẽta mantos bermos pera ſe cobrirem os enfermos enquãto ſe curarẽ e tomarẽ banhos.

Item auera ſenpre no dito eſp'tal l ſayos e xxx ihaq̃tas e l carapuças de pano branco de lãa pera ſeruiço dos ditos enfermos.

Item Auera duzentas camiſſas de linho ſ cxx domens lxxx de molheres pera trazerem os ditos enfermos e enfermas ẽquãto ſe curarẽ.

Item Auera doze carapuças de pano de linho Redondas e xx *i m*º de pernas e xx *i m*º byatilhas. pera ſeruiço dos ditos enfermos e enfermas.

Item Auera trinta pares de meas çeroylas pera levarẽ os q̃. ouuerẽ de tomar banhos.

Item Auera no dito eſp'tal. Cinquenta pares de pantufos. ſ. xxx pares de homẽs e xx de molheres p'a trazerẽ os ditos enfermos quãdo ſe curarẽ.

Item Auera doze pares de calções e hũa duzia de faxas de pano de lãa branquo p'a çiniherẽ os enfermos ſe for neçeſario.

Item Avera ſempre duzentas e xx toalhas das meſas dos pobres. de hũa vara q̃da hũ.

Item auera quatro lemçoes da copa. e ſeys toalhas de quatro varas quada hũa pera as meſas dos Religioſos e homens homrados e mea duzia de mãtens p'a ſervidores e eſcrauos e todalas outras toalhas de mãos e panos de linho e eſtopa que forẽ meſter p'a ſeruiço da caſa.

Item Auera ſeſenta vaſos de pao p'a beberẽ os ditos enfermos.

Item Aucra ſempre no dito esp'tal todalas couſas da cozinha e deſpẽſa copa amaſſaria muyto fornidas. e de quaesquer outros ofiçios a q̃. fizerem meſter. As q̃es miudezas nõ declaramos aqui por eſtar tudo no q̃. bem parecer ao bito proueedor q̃. inteyramẽte fara q̃. tudo ande cõcertado e como deve.

Capitulo das Rendas ordenadas pera as deſpeſas do dito eſp'tal

Item Pera q̃. no dito eſp'tal aja ſempre per onde se poſſa cõprir eſte noſſo cõp'miſſo e regimẽto lhe ordenamos todalas rendas das Jugadas e direytos reaes das noſſas villas dobidos e aldea galega. As quaes lhe cõpramos ao ſñor Rey dõ ma-

nuel meu Irmão op'meyro deſtes Reygnos de portugal e lhe temos de tudo feyta doaçã e aſy outros bẽes erdades q̃ lhe temos cõpradas de q̃ outº ſy lhe temos feytas doações e bem aſi outros quaesquer bẽes q̃ o dito eſp'tal agora tem e ao diante tiuer q̃ per qualquer maneira tenha auidos e ao diante ouuer. E ſe pola ventura os bẽes do dito eſp'tal em algũ tempo vierẽ entãto creçimẽto q̃ paſſem de ſeteçentos mil Reaes de Renda q̃ he a cõtia de q̃ lhe temos auydo carta de liçẽça do dito Sñor Rey meu Irmão pera que poſſa ter bẽes de Raiz que lhe rẽdam os ditos ſeteçentos mil Reaes ſegũdo ſe nela cõtem. Queremos e nos praz que ho proveedor que entam for os poſſa vender. Nõ ſendo eles daqueles q̃ lhe nos temos feyta doaçã nẽ dos outros. peça que valha de vinte mil Reaes pa'çima, por que pera eſte lhe nom damos lugar de os poder vender ſem liçẽça e cõſentimẽto dos Reys q̃ entam forẽ e quando quer que ſe ouuerẽ de vẽder aſy hũs como os outros. Queremos e mãdamos que ſe vendã em pregã nas praças das vilas e lugares onde eſteuerẽ cõ toda a ſolenidade q̃ ho direyto requere e as taes vendas ſara o dito proueedor ſempre perãte o eſcriuão do dito eſprital e outros algũs ofiçiaes dele prinçipaes por que nã poſſa hay auer algũa ſoſpeita dele. e ſendo os ditos bẽes ẽ lugares qu'os ſobre ditos proueedor e ofiçiaes nam poſſam ſer preſentes as taes vendas ou ſendo algũa couſa de pouqua ſuſtançia entam o dito proueedor dara poder a hũ dos ofiçiaes do dito eſprital q̃ lhe mays pertẽçẽte pera yſſo pareçer q̃ vaa as ditas vendas guardãdo em elas todo ho que dito he. e fazendoas ſempre p'ante algũ tabaliam pruuico e Juiz ou Juizes daq'la vila ou lugar onde ſe as taes vendas fizerẽ e de todo ho q̃ aſy fizer e preço que Reçeber e deſpeſas q̃ ſobre yſo ouuer fara certo ao dito proueedor p'eſtormẽto puruico feyto polo tabaliam p'ante quẽ ſe as ditas vendas fizerem e p'autoridade do Juiz ou Juizes q̃ aas taes vendas preſẽtes forẽ.

Item aſi lhe damos liçẽça e poder q̃ ſe o dito esp'tal tiuer

algũs bens tã lõihe ou lhe forẽ pouquo proueytoſos que ele os poſſa esquãbar por outros mays perto e que venham mays em proveyto ao dito eſprital. Fazendo ſẽpre os ditos esquãbos perante o dito eſcriuão e oficiaes como ençima he declarado.

Capitulo daq'las couſas a q̃ o vigairo e Capellães ſam obrigados a ſervir na dita Igreja e eſp'tal

Item Queremos e mãdamos q̃ na dita ygreja de Noſſa Sñar depopulo o dito vigairo e capelães digam quada dia p'a ſempre tres miſſas rezadas polas almas del Rey dõ ioam meu ſñor e minha e do prinçipe dom afonſo noſſo filho q̃ a ſancta gloria ajamos. ſ. hũa da terça a qual ſera do ſãto de que rezarẽ aq̃le dia na ygreia ſegũdo ſeu cuſtume cõ comemoraçã da aſunçam de noſſa Sñar E eſta miſſa entodolos domingos e feſttas de guardar ſera cantada Entrando a q̃ ſan frãçiſquo e ſancta clara e ſam ſilueſtre E as outras duas miſſas hũa ſera de noſſa Sñra cõ comemoraçã de ſam Joam bautiſta e de ſam Joam avangeliſta e outra ſera dos finados per toda a ſomana. e ao domingo de ſancto antonio cõ comemoraçã dos finados e em todas tres acabada cada hũa ſayram ao meyo da ygreia cõ Reſponſo e agoa benta e diram a oraçam por noſſas almas.

Item ſera o dito vigayro obrigado dizer ẽ quada hũ ãno na dita igreia duzentas e çincuẽta e cinq̃ miſſas. ſ. em os ditos domingos e feſtas ſegũdo dito temos. dira as miſſas cantadas e as outras Rezadas, e os outros dias do anno tera de eſtatuto p'a ſeu deſcanſo.

Item ſera mays obrigado o dito vigayro aminiſtrar os ſanctos ſacramẽtos a ſeus fregueſes e aos que ſe vierem a curar ao dito eſp'tal de noyte e de dia ſegũdo for neçeſario.

Item ſera o dito vigayro obrigado Requerer aos ẽfermos q̃ confeſſar q̃ façam ſeos teſtamẽtos em quanto eſteuerẽ em

deſpoſiçam pera yſſo. e os viſitar cõ palabras cõſolatorias e eſpiçialmẽte os q̃ eſtiuerẽ em artigo de morte pa'os eſforçar e cõſolar quãto a elle poſſiuel for.

Dos Capellães

Item ſeram obrigados os capellães a dizer as duas miſſas Rezadas. ſ. cada hũu dira em quada hũu ãno duzentas e oytenta miſſas e os outros dias terã deſtatuto pera ſuas neçeſidades. E en tal maneyra ſe repartiram as ditas tres miſſas aas ſomanas antre o vigayro e capellães que cada dia ſe digam per obrigaçã Na dita ygreia tres ſegundo dito temos e em ninhũa maneyra nõ fiquẽ por dizer e pera que se cũpra aſy noſſa vontade mãdamos ao noſſo proueedor que agora he e aos q̃ ao diante forem que façam ſempre escrever a Regra e ordenãça q̃ ſe agora tem acerqua do dizer das miſſas em hũa tauoa a qual mãdara ſempre poer no coro da dita ygreja pera ſe p'ela regerẽ ho vigayro e capelães e a ordenãça e eſta que ſe ſegue.

A regra da tavoa pa' ſe Regere as miſſas

Item ho primeyro dia dagoſto ho vigayro dirá miſſa e dous capellães mays antigos que nomeamos per p'meyro e 2º e o terçeyro ficara de fora pera dizer qualquer miſſa de devaçam que hy ouuer. e no ſegũdo dia dira outroſy ho vigairo dira miſſa e dous capellães. ſ. p.º e 3º e ſegũdo ficara de fora. E no 3º dia dira o dito vigayro miſſa e os dous capellães. ſ. 2º e 3º e o p'meyro fiquara de fora e no quarto e quinto dia diram miſſa os tres capellães e o vigairo ficara de fora e no sexto dia tornara a Roda ao dito vigayro e dous capellães. ſ. p.º e 2º e o terçeyro ficara de fora e por eſta maneyra proſiguira ate xxv dias de nouẽbro que ſe acaba ẽ dia de ſan Clemẽte e dali en diante nõ tera o dito vigayro mays de hũ

dia em quada Roda ate afin do anno q̃ ſe acabara no derradey' dia de iulho. E no p'meyro dagoſto começarã ſempre eſta Roda.

Regimẽto de como ſe am de cõtar e apontar os ditos capellães e vigayro. Quãdo p'derẽ

Item ho que nõ dixer miſſa no dia que for hobrigado mãdamos q̃ ho proueedor a mande dizer logo neſſe dia ou ho mays cedo q̃ poder. a cuſta do ſeu mãtimẽto. E o que nam for preſente ao miniſtrar dos ſacramẽtos ou enterramẽtos dos deffuntos do eſp'tal. Ao vigayro ſera deſcõtado. dez Reaes por quada vez. E a quada vm dos capelães. VI. reaes. E o q̃ nõ vier as miſſas cantadas. p'dera ſeis reaes e outros VI nõ vindo aſ beſp'as cantadas. e o q̃ non vier as matinas Rezadas perqua dous r̃s e por veſp'as outros dois. E por quada hũa das outras oras hũ Real. E entẽderſe a nõ vir a miſſa. Nõ vindo ate o quabo do Introyto. E a todalas outras oras Nõ vindo ate o fin do p'meyro ſalmo. E ſera apõtador hũ dos capellães ou o tiſoureyro da dita ygreia qual deles o proueedor ordenar. Ao qual dara juramẽto dos ſanctos auangelhos q̃ bẽ e verdadeyramẽte aponte as fautas q̃ quada um fizer. E ho q̃ aſſi perderẽ ho dito vigairo e capellães ſera repartido por aq̃'les q̃ forã preſẽtes: —

Item q̃remos e mãdamos que o dito vigayro e capellães ſeiam obrigados a Rezar en coro na dita Igreia a todalas oras canonicas. Com muyta devaçã e oneſtidade. E a cantar as miſſas de todolos domingos e feſtas do ãno q̃ forẽ de guarda como dito he. e outroſy todalas veſp'as p'meyras das feſtas principaes de noſſo Sñor e de noſſa ſñra e de ſam Joam bautiſta e ſan pedro e ſan paulo e dos outros apoſtolos ſe poderẽ.

Item ſeram obrigados os ditos capellães a aiudar ao dito vigayro aminiſtrar os ſanctos ſacramẽtos da comunhã e vnçã

aſy aos enfermos do eſp'tal como aos freegueſes e a todolos enterramẽtos e ſaymẽtos dos ſobre ditos em fermos e freegueſes e bẽ aſy ſerã obrigados a virẽ quada dia a iantar e çea benzer as meſſas aos ditos ẽfermos e lhe rogamos muyto e ẽcomẽdamos e ao dito vigayro q̃ en quada hũ dia digã a ſalue Regina cãtada a trindade em quãto o eſp'tal curar. E ho capellão q̃ bẽzer as meſas auera aq̃le dia raçã de pã e vº e carne.

Capitulo Do q̃ o tiſoureyro he ſegũdo bẽ pareçer [ ] obrigado fazer na dita igreja

Item ſera o tiſoureyro obrigado ajudar a offiçiar todalas besp'as e miſſas cãtadas e rezadas e aſy as outras oras canonicas q̃ ſe dixerẽ na dita igreia e tera cuydado de a ornamẽtar varrer e alimpar e as couſas dela: Cantas vezes cõprir. e temperara o Relogio e fara quaesquer couſas q̃ o vigayro vir q̃ ſã neçeſarias a dita ygreia. E ſera obrigado a yr polo olyo a çidade de liſboa no tẽpo em q̃ ſe der e o proueedor lhe mãdara dar a deſpeſa pa o caminho.

(Continua.)

ENSAIO SOBRE OS LATINISMOS DOS «LUSÍADAS» (1)

PARTE IV

Semântica

Ao falar-se em latinismos *semânticos* dos *Lusíadas* uma distinção ocorre logo ao espírito: há no poema por um lado *latinismos semânticos pròpriamente ditos* e por outro *latinismos lexicais em que é o aspecto semântico que mais interessa;* por outras palavras, vocábulos populares que no Renascimento readquiriram tal sentido, hoje insólito, que tinham tido outrora em latim clássico (v. g. *idade = vida*, cfr. lat. *ætas*, *claro = ilustre*, cfr. lat. *clarus*); e vocábulos literários — porque alheios às leis fonéticas da língua — portanto latinismos lexicais, — embora provàvelmente anteriores a Camões, — em que o que mais interessa é tal sentido alatinado que então tiveram e hoje ou já não têm ou só excepcionalmente terão (v. g. *ministro = pessoa que está às ordens de outro*, cfr. lat. *minister*; *generoso = nobre*, cfr. lat. *generosus*).

Feita esta grande divisão, impõe-se uma sub-divisão de ambos estes grupos de latinismos semânticos em substantivos, adjectivos e verbos. E assim chegamos ao seguinte esquema:

- Latinismos semânticos dos *Lusíadas*
  - I — Latinismos semânticos pròpriamente ditos.
    1. Substantivos.
    2. Adjectivos.
    3. Verbos.
  - II — Latinismos lexicais em que o que interessa é o aspecto semântico.
    1. Substantivos.
    2. Adjectivos e advérbios.
    3. Verbos.

(1) Cont. do vol. 79.º, pág. 690.

I — Latinismos semânticos pròpriamente ditos

1) Substantivos:

Conselho = resolução, desígnio (consilium).

Ocorre nos *Lusíadas:*

> Assi o quis o *conselho* alto celeste,
> III, 73, 7.
>
> Por isso vos ò Rey, que por diuino
> *Conselho* estais no regio solio posto,
> X, 146, 5-6.

E. D., que interpreta III, 73, 7 no sentido de «resolução, vontade derivada duma resolução», regista como latinismo X, 146, 6, onde o vocábulo tem significado idêntico, mas restringe-o aí ao sentido do «providência divina».

No francês clássico da século XVII, *conseil* teve significado idêntico na língua de Bossuet, v. g.:

> «Dieu qui rapporte tous ses *conseils* à la conservation de sa sainte Eglise...».
>
> «C'était le *conseil* de Dieu d'instruire les rois à ne point quitter son Eglise...» (1).

*

Fins = confins, territorio (fines).

> La pera o grande lago, que rodea
> Temistitão, nos *fins* Occidentais:
> X, 1, 3-4
>
> Mas ja chegado aos *fins* Orientais,
> X, 13, 1 (2).

(1) Oração fúnebre de Henriqueta de França, rainha de Inglaterra, *passim;* cfr. Bossuet, *Oraisons funèbres*, ed. Flammarion, págs. 10 e 26.

(2) E. D.

Temos a reviviscência do latim *fines*, freqüentíssimo v. g. no *De bello gallico*.

Moraes regista o plural «*fins*» com êste sentido em João Franco Barreto.

*

Idade = vida (ætas)

Nos *Lusíadas* ocorre:

> E la vos tem lugar no fim da *idade*,
>
> I, 17, 7 (1).

> Quando chegado ao fim de sua *idade*,
> .....
> O spirito deu, a quem lho tinha dado:
>
> III, 28, 1-4.

> Do trabalho, que incurta a breve *idade*:
>
> IX, 20, 4 (2).

cfr. em latim clássico:

> «... quo tempore *ætas* nostra perfuncta rebus amplissimis, tamquam in portum confugere deberet, non inertiæ neque desidiæ, sed otii moderati atque honesti;»
>
> Cic. *Br.* II.

> «... annis, quibus juvenes ad senectutem, senes prope ad ipsos exactæ *ætatis* terminos per si lentium venimus».
>
> Tac. *Agricola*, III.

Em port. clássico, M. cita um ex. análogo em Vieira:

> «mininos, moços, velhos, todos ali enchem a sua *idade*».

---

(1) Registado por E. D. Todavia não diz pròpriamente que se trata dum latinismo.

(2) Idem.

*

Infante = criancinha (infans)

Consigo traz o filho, bello *Infante,*
VI, 23, 3 (1).

Quanto à curiosa evolução semântica de *infans* em latim (1. o que não fala, mudo; 2. a criança, porque não fala; 3. o orador «pato mudo», porque não junta duas palavras), cfr. Quich., s. v.

Infante perdura com êste sentido na língua literária, cfr.:

Lisa estrada que andei débil *infante*
T. Ribeiro (2).

E o substantivo afim *infância* generalizou-se na língua culta.

*

Louvor = glória, mérito (laus)
(o que dá motivo para louvar)

Que celebrando va com tuba clara
Os *louuores* da gente nauegante,
IX, 45, 2-3.

cfr. *laus* em latim clássico:

«Pericles, qui cum omni genere virtutis floreret, hac tamen fuit *laude* clarissimus».
Cic. *Br.* VII, 28.

Quich. cita êste mesmo passo para exemplificar o sentido que *laus* tem de «mérite, actions d'éclat». M. é que não regista êste sentido, aqui evidente, da nossa palavra «louvor».

---

(1) E. D. regista o sentido, sem se pronunciar sôbre a sua latinidade.

(2) *D. Jayme*, 11.ª ed., pág. 3.

*

Luz = dia (lux)

Porem como a *luz* crastina chegada,
Ao mundo for,

II, 88, 1-2 (1).

Na *luz* que sempre celebrada & dina
Sera da Egipcia sancta Caterina.

X, 43, 7-8 (2).

Já F. e S. notara no com. a II, 88 a imitação de «Crastina *lux*)» (Verg. *En.* X, 244).

Cfr. também:

Romulus obsequitur, *lucemque* Remuria dixit
Illam, qua positis justa feruntur avis.

Ov. *Fast.* V, 479-480.

*

Menores = descendentes (minores)

(adjectivo substantivado)

Escuros deixão sempre seus *menores,*
Com lhe deixar descansos corrutores.

VIII, 40, 7-8.

E. D. registou êste latinismo. Cfr. o passo de Vergílio por êle citado (*En.* I, 733).

---

(1) Em VIII, 80, 3-4 ocorre: «*a luz crastina do dia futuro*» (pleonasmo provável).

(2) Registado por E. D. e M.

*

Milagre = maravilha (miraculum)

Tão grande era de membros, que bem posso
Certificarte, que este era o segundo
De Rodes estranhissimo Colosso,
Que hum dos sete *milagres* foy do mundo:

v, 40, 1-4 (1).

Cfr. em latim o sentido etimológico que tinha *miraculum*, v. g. na expressão «hoc mihi est *miraculo* = isto maravilha-me» (v. Quich. s. v.).

Perdura com êste sentido lato na língua literária, cfr.: «*Milagre* da natura» (G. Crespo, *Miniaturas*) (2).

*

Noite = sombras da morte, morte (nox)

Porem despois que *a escura noite eterna*,
Affonso apousentou no Ceo sereno,

IV, Co, 1-2.

Provàvelmente êste latinismo semântico foi também haurido em Vergílio. Já F. e S. registara *nox* com êste sentido na *En.* x, 746, onde se lê: *in æternam... noctem.* Registei por outro lado, *nox atra* com êste mesmo sentido na *En.* VI, 866.

*

Parentes = pais

Porem como a esta terra entam viessem,
De la do seyo Arabico outras gentes,

---

(1) Registado por E. D.

(2) 6.ª ed., pág. 140.

Que o culto Mahometico trouxessem,
No qual me instituirão meus *parentes*,

VII, 33, 1-4 (1).

cfr. Quich. s. v. (regista o vocábulo com êste sentido em Cic. e Verg.)

*

Partes = partido, causa.

Mas Marte que da Deosa sustentaua,
Entre todos *as partes* em porfia,

I, 35, 1-2 (2).

E que se ouuer alguem com lança & espada
Que queira sustentar *a parte* sua,

VI, 45, 1-2 (3).

Cfr. em latim:

«Igitur ad sollemnia pietatis profectus Agricola nuntio affectati a Vespasiano imperii deprehensus ac statim in *partes* transgressus est».

Tácito, *Agrícola*, VII.

*

Partes = regiões

Que nunca veja *as partes do Oriente*:

I, 76, 4.

Pelos illustres feitos que esta gente,
Ha de fazer nas *partes do Oriente*.

II, 44, 7-8.

Em que tres reis das *partes do Oriente*,

V, 68, 2.

E. D. (com. a I, 76, 4) viu nesta expressão a tradução literal da expressão ciceroniana *Orientis partes*.

---

(1) Registado por E. D.
(2) Idem.
(3) Idem.

Quanto ao singular «*pars*» com sentido idêntico, cfr.:

«dum Intimilios (Liguriæ *pars* est) hostiliter populatur...»
Tac. *Agricola*, VII.

*

Seio = gôlfo, sinuosidade (sinus)

Vários ex. nos *Lusíadas:*

E se Antenor os *seios* penetrou,
Iliricos,...
II, 4^5, 3_4

... & no *seio*,
Onde Antenor ja muros leuantou,
III, 14, 1-2.

Porem como a esta terra entam viessem,
De la do *seyo* Arabico outras gentes,
VII, 33, 1-2 (1).

La no *seio* Eritreo, onde fundada
Arsinoe foi do Egipcio Ptholomeo,
IX, 2, 1-2 (2).

Tal, antes que no *seyo* de Cambaya
Entre Francisco irado...
X, ^{3}4, 5-6 (3).

Onde do mar o *seo* faz entrada,
X, 105, 6 (4).

Os latinos é que chamavam *Sinus Arabicus* ao Mar Vermelho, *Sinus Persicus* ao Gôlfo Pérsico, etc. E áliás já

(1) E. D.
(2) Registado por E. D.
(3) Idem.
(4) Idem.

F. e S. registara que em *Lus.* II, 45, 3-4 há imitação patente de:

> Antenor potuit, mediis elapsus Achivis,
> *Illyricos*, penetrare *sinus*...
>
> Verg. *En.*, I, 242-243 (1).

*

Virtude = valentia (virtus)

> ... o animo valente
> Perde a *virtude* contra tanta gente.
>
> IV, 35, 7-8 (2).

> Porque elles com *virtude* sobre humana,
> Os deitarão dos campos abundosos
>
> VII, 70, 1-2 (3).

> Aqui de dom Felipe de Meneses
> Se mostrarâ a *virtude em armas* clara,
>
> X, 104, 1-2.

É corrente o emprêgo de *virtus* em latim com êste sentido.

Virtude = merecimento (virtus)

> Das honras, & dinheiro, que a ventura
> Forjou, & não *vertude* justa, & dura.
>
> VI, 98, 7 8 (4).

> So me falece ser a vos aceito,
> De quem *virtude* deue ser prezada:
>
> X, 155, 3-4 (5).

---

(1) Note-se que Barros (1, 9, 1) emprega com êste mesmo sentido o latinismo fonético *sino* (*sinus*), forma alotrópica de «seio», que não aparece nos *Lus.*: «Jaz aquelle mui celebrado *sino* Gangetico».

(2) Registado por E. D. como latinismo.

(3) Registado por E. D.

(4) Idem.

(5) Idem.

cfr. em latim clássico:

«... post (fuit) Pericles, qui cum floreret omni genere *virtutis* (1), hac tamen fuit laude clarissimus».

Cic. *Br.* VII, 28 (2).

«. . in pristinæ *virtutis* insignibus mori.»

Tito Lívio.

*

2. Adjectivos.

Claro = ilustre, célebre (clarus)

É dos latinismo semânticos mais freqüentes no poema; registei 25 ex.:

.. a *clara* Dea,

I, 34, 3.

O *claro* descendente de Abrahão:

I, 53, 6.

Assi o *claro* inuentor da Medicina,

III, 1, 5.

. . o *claro* estreito,
Aonde Hele deixou, co nome, a vida,

III, 12, 1-2.

... os peitos eloquentes,
E os juizos de alta fantasia:
Com quem tu *clara* Grecia o Ceo penetras,

III, 13, 5-7.

Tem o Tarragones, que se fez *claro*,
Sujeitando Partênope inquieta,

III, 19, 1-2.

Mas ja o Principe *claro*, o vencimento,
Do padrasto & da inica mãy leuaua,

III, 33, 1-2.

---

(1) Beauchot (*Cicéron — Oeuvres complètes*, 7.ª ed. pág. 618) escreve em nota: «Au sens, fréquent en latin, de: *mérite* (en général), et non de: vertu».

(2) O adj. «virtuosa» ocorre nos *Lus.* com o sentido que actualmente têm «virtude» e os seus derivados em IV, 88, 5.

Dalem do *claro* Tejo deleitoso :

III, 42, 4.

Scabelicastro, cujo campo ameno,
Tu *claro* Tejo regas tam sereno.

III, 55, 7-8

Por onde o Zaire passa *claro* & longo

V, 13, 3.

Outro estrago & victoria *clara* & bella

VIII, 29, 6.

Conceito digno foi do ramo *claro*
Do venturoso Rei,...

VIII, 71, 1-2.

A Noz, & o negro crauo, que faz *clara*
A noua ilha Maluco,

IX, 11, 6-7 (1).

Tomando aquelle premio, & doçe gloria
Do trabalho que faz *clara* a memoria.

IX, 39, 7-8.

Que celebrando va com tuba *clara*,
Os louuores da gente nauegante,

IX, 45, 2-3.

E fareis *claro* o Rei, que tanto amais,

IX 95, 1.

Mas ja o *claro* amador da Larissea

X, 1, 1.

Està co a bella Deosa o *claro* Gama:

X, 3, 4 (2).

& na memoria
Recolheo logo a Ninfa a *clara* historia.

X, 7, 7-8.

---

(1) Registado por E. D.

(2) Em III, 1, 2 ocorre:... «o *illustre* Gama:»

Nenhum *claro* barão no Martio jogo,
x, 19, 5.

Que elle seja entre a gente *illustre & claro*
x, 25, 7.

Vos Europa Christaã mais alta & *clara*
Que as outras em policia, & fortaleza:
x, 92, 1-2.

Nesta remota terra, hum filho teu
Nas armas coutra os Turcos serâ *claro,*
x, 96, 1-2.

Pellas ribeiras, que inda serão *claras*
Quando as gales do Turco, & fera armada
Virem de Castel branco nua a espada.
x, 101, 6-8.

Aqui de dom Felipe de Meneses
Se mostrarâ a virtude em armas *clara,*
x, 104, 1-2 (1)

Paralelamente, ocorre com sentido análogo o vb. *esclarecer:*

Muitos, pera na guerra *esclarecerse,*
III, 23, 7.

Esoutro que *esclarece* toda Ausonia,
V, 87, 5.

e o particípio passivo *esclarecido:*

Sereis entre os Heroes *esclarecidos,*
IX, 95, 7.

---

(1) *Claro* em sentido duvidoso ocorre em x, 7, 3 (*claras ideias* = ilustres imagens?). *Claro* no sentido próprio, ainda hoje corrente, ocorre v. g. em IV, 67, 6; 75, 5; VII, 29, 2. — *Claro* pode ainda considerar-se como latinismo fonético, visto que houve restauração, mas, como a forma popular ou antes semi-literária *craro* não ocorre nos *Lus.*, dêle não me ocupei na Fonética, onde tratei apenas de formas alotrópicas registadas no poema (v. g. «contrario» e «contrairo»).

Em latim clássico, *clarus* tem freqüentemente êste sentido; cfr.:

«... quotienscumque de *clarissimo* et beatissimo viro cogitemus...».

Cic. *Br.* 1, 4.

«.. similisque fortuna *clarorum* virorum».

Cic. *Br.* x, 41.

«... de *clarorum* virorum laudibus».

Cic. *Br.* xix.

«*Clarorum* virorum facta moresque posteris tradere...»

Tac. *Agric.* 1.

Em português clássico Camões não foi o único autor que empregou o adj. «claro» neste sentido alatinado; cfr.:

«A Baçorâ he cidade *clarissima*... na Mesopotamia».

Arraes, *Dialogos*, 1, 12, (1).

*

Igual = à altura de (par)

Daime *igoal* canto aos feitos da famosa
Gente vossa, que a Marte tanto ajuda:

1, 5, 5-6.

Igual aqui estabelece uma equação entre dois termos *quodam modo* díspares. Como diz E. D., que viu neste emprêgo do têrmo um latinismo, «igual» equivale aqui a «correspondente a», ou, como se diz modernamente, «à altura de».

Em latim clássico, afora os ex. concisos e típicos de Tito Lívio e Juvenal citados por E. D., encontrei um numa leitura pessoal:

«... ad spem consulatus revocatus est, comitante opinione-

(1) Citado por E. D. no com. a *Lus.* IV, 100.

Britanniam ei provinciam dari, nullis in hoc suis sermonibus, sed quia *par* videbatur».

Tac. *Agric.* IX.

*

Nobre = célebre (nobilis)

Eis a *nobre* Cidade, certo assento,
Do rebelde Sertorio antigamente,

III, 63, 1-2.

Todo o Reino que foy do *nobre* Iuba.

III, 77, 8(1).

O tu Sertorio, o *nobre* Coriolano

IV, 33, 1 (2).

A *nobre* ilha tambem de Taprobana,

X, 51, 1 (3).

Olha da grande Persia o imperio *nobre*

X, 103, 1.

A *nobre* ilha Samatra ..

X, 124, 3.

Era êste o sentido etimológico de *nobilis* em latim: *nō-bilis = nō* (cfr. *nō* + sc + o, *nō* + vi, *nō* + tum) + — *bilis* (cfr. amā + *bilis*, delē + *bilis*) (4). Significação: «que pode ser conhecido» ou «digno de ser conhecido»; donde: «conhecido»,

---

(1) E. D., sem dizer que é um latinismo, pensa que «o epíteto *nobre* alude, como é provável, à fama de que Juba gozava como escritor».

(2) Cfr. III, 71, 1:

O *famoso* Pompeyo não te pene.

(3) Os versos seguintes justificam êste sentido:

la pello nome antigo tão famosa,
Quanto agora soberba, & soberana,...

(4) Quich. afirma que *nobilis* é uma forma sincopada de *novibilis*. Não vejo em que dados concretos se baseia, e, hipótese por hipótese, acho esta mais racional.

«célebre». Era êste o sentido próprio de *nobilis* em latim; (cfr. Quich.); afora os ex. que êle cita, registei alguns em excavações pessoais:

« .. si, in leviorum artium studio, memoriæ proditum est poetas *nobiles* poetarum æqualium morte doluisse ..»

Cic. *Br.* 1, 3.

«Fortunam Priami cantabo et *nobile* bellum».

Hor. *Epist. ad Pisones*, 137.

«Hæc est *nobilis* ad Trasumenum pugna atque inter paucas memorata populi Romani clades».

T. Livio, *Histor.*, l. XXII, c. VII.

«... qua de re Catulli *nobile* epigramma est».

Quintiliano, *Instit. orat.* 1, 5, 20(1).

Nobre ocorre nos *Lusíadas* com o sentido medieval e actual, v. g. em IV, 25, 3; 39, 2; 41, 2; 84, 2; V, 91, 8; 92, 3; VI, 44, 2.

*

3. Verbos.

Arar os mares = *cortar os mares* (æquor arare)

E nauegar meus longos *mares* ousas
Que eu tãto tempo ha ja que guardo, & tenho.
Nunca *arados* destranho, ou proprio lenho.

V, 41, 6-8.

Por *mares* nunca doutro lenho *arados*,

VII, 30, 7.

Do venturoso Rei, que *arou* primeiro
O *mar*,

VIII, 71, 2-3.

---

(1) Apud Niedermann, *Historische Lautlehre des Lateinischen*, 2.ª ed. Heidelberg 1925, pág. 48.

Com tôda a probabilidade deve ser latinismo semântico. Regista-se em Vergílio a expressão *æquor arare*, cfr.:

> Longa tibi exsilia et vastum *maris æquor arandum:*
>
> Verg. *En.* II, 780.

Consentir = estar de acordo (consentire)

> O padre Baco, ali nam *consentia*
> No que Iupiter disse,
>
> I, 30, 5-6 (1).

> *Consentem* nisto todos, & encomendão
> A Veloso que conte isto que aproua,
>
> VI, 42, 1-2 (2).

Era êste o sentido próprio do vb. *consentire* em latim. Cfr. Quich., s. v., 1.º (3).

*

Ferver = trabalhar com afan

> ... *ferue* a gente yrada,
>
> II, 24, 3.

e com sentido um pouco diferente:

> Vião-se em derredor *feruer* as prayas
> Da gente, que a ver so concorre leda,
>
> II, 93, 1-2.

E. D. (4) observa: «*ferver*», empregado quando se fala de trabalho afanoso, tem origem no uso poético de *fervere* em

---

(1) Registado por E. D. Cfr. igualmente I, 41, 2-3.
(2) Idem.
(3) Em port. clássico M. regista êste mesmo sentido em Arraes.
(4) Comentário a II, 24, 3.

opere omnis semita fervet (Verg. *En.* IV, 407); *fervet opus* (id. *Georg.* IV, 169), etc.».

Esta observação parece-me tanto mais verosímil quanto é certo que o passo da *Eneida* a que E. D. se refere fôra — já F. e S. o pusera em relêvo — imitado por Camões na estância anterior à primeira das citadas, II, 23.

Ferver aparece com êste mesmo sentido poético noutra epopeia quinhentista:

> Com manso mouimento *ferue* a gente;
> As timidas criadas nam repousam.
>
> J. Côrte-Real, *Naufr. do Sep.* c. 1 (1).

(Continua).

C. E. Corrêa da Silva.
(Paço d'Arcos)

(1) Pág. 4 da edição rollandiana de 1783.

SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DA MUSICA EM PORTUGAL(1)

LISBOA (AFFONSO DE)

Cantor de D. Affonso V e D. João II. Foi nomeado para varios officios de justiça. Em 1480 era nomeado tabellião perante os juizes do civel de Lisboa, por fallecimento de Affonso Fernandes. No mesmo anno lhe era permittido fazer-se substituir no cargo de tabellião e no de inqueridor e distribuidor dos feitos. A 17 de setembro de 1487 D. João II o nomeava um dos escrivães dos contos de Lisboa.

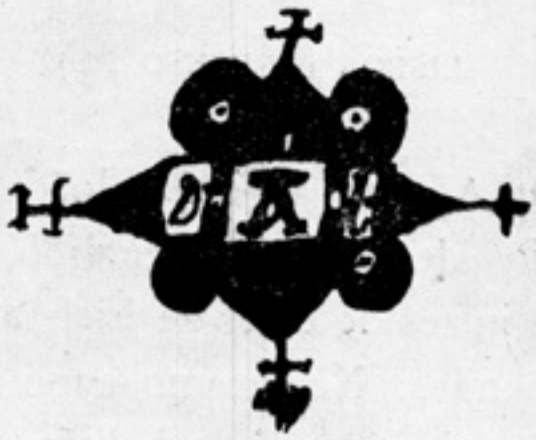
Affonso de Lisboa concertou-se com Antão Garcia, escudeiro da rainha D. Leonor, e n'elle renunciou os officios de distribuidor dos feitos e de tabellião. As cartas de D. João II nomeando Antão Garcia nos respectivos logares são de 10 e 15 de março de 1486 e acham-se registadas na sua *Chancellaria*, liv. 1, fol. 58 v.

« Dom A.º &c Carta dAafonso de Lixboa, nosso camtor, per que o damos por taballiam damte hos juizes do ciuell da nossa cidade de Lixboa, assy e pella guissa que o era Afonso Fernandez, que se ora finou, a quall mercee lhe fazemos assy visto huũ nosso assynado cujo theor tall he : « Dom Aluaro sobrinho amiguo, mandamosuos que mãdes fazer carta em forma a A.º de Lixboa, nosso camtor dos oficios que tinha Afonso Fernandez na audiencia do ciuell da nossa cidade de Lisboa, por quanto lhe fazemos de todo mercee segundo ho elle de nos tinha na dita cassa, o que assy compry sem outra duuida nem embarguo que a

(1) Cont. do vol. 79.º, pág. 655.

ello ponhaacs. Feito em Viana primeiro dia dabrill de 1480. E porem vos mamdamos &c carta em forma. Dada em Viana a par dAluyto xbij dias dabrill ElRey ho mãdou pello doutor J.º Teixeira seu vice chanceller. Diogo Velho por Fernaõ dAllmeida a fez anno de mill iiij^{c}lxxx.

« Era do nacimento de nosso Senhor Ihũ X.º de mil iiij^{c}lxxx anos em Viana dapar daluito elRei nosso Senhor fez mercee a mim Afonso de Lixboa deste tabaliado suso scripto e por que he verdade esto escpreui per minha maão e aqui meu sinall fiz que tall he ».



« Dom A.º &c a quantos esta nosa carta vyrem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee A.º de Lixboa, noso cantor, e tabeliam dante os juyzes do cyuill da nosa cydade de Lixboa, e enqueredor e estrebuydor dos feitos e escreturas dante os ditos juizes, teemos por bem e nos praz que sendo quer que elle vier a nosa corte por noso seruiço ou em elle por noso madado for acupado elle posa leixar e leixe e ponha no dito oficyo de tabalyado um tabaliam quall elle quiser e por bem tiuer que seja tabaliam dante os ditos juyzes do cyuill que por elle e em seu nome sirua o dito oficyo de tabalyado e bem asy ponha e posa poer nos ditos ofycyos de enqueredor e estribuydor hum homem quall a elle aprouuer que seja tall que bem o faça e como a seruiço noso e bem do poovvo compre : outrosy nos praz que elle nom traga farpas (?) segundo per nosa ordenaçom ha obrygado a trazer per bem do oficyo de tabalyado que asy de nos tem, com tanto que elle nom traga coroa aberta nem feita. E porem mãdamos a todos nosos corregedores, ouuydores juizes e justiças oficyaees e pesoas a que o conhecimento desto pertencer per quall quer guisa que seja e esta nosa carta for mostrada que leixem asy poer ao dito Afonso de Lixboa pello modo sobredito nos ditos oficios quem os sirua por elle tendo asy o cupado em nosso seruyço eso mesmo o nom costrangam nem mandem costranger que traga as ditas farpas trazendo elle coroa çarada çomo dito he sem outra

nenhũa duuyda nem embarguo que lhe sobre ello ponham antes lhe comprem e guardem e façam muy bem comprir e guardar esta nosa carta na maneira que se nella contem por quanto asy he nosa mercee. Dada em Uyana dapar dAluyto vynte hum dias dabrill. D.º Tello espriuam por Fernão dAlmeida, fidalguo da casa do dito senhor escpriuom da sua chancelarya a fez ano do nacymento de noso Senhor Ihũ X.º de mil iiij^{c} e oytenta anos». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 32, fol. 125).

« Dom Johã &c a quantos esta nossa carta virem fazemos saber que comfiando nos da bondade e descrissam dAafonso de Lixboa, nosso escudeiro e cantor, que ho fara bem e como a nosso seruiço pertence, e querendolhe fazer graça e merce, teemos por bem e damollo daquy em diante por huũ dos escpriuaaẽs do numero hordenado dos nossos contos da nossa cidade de Lixboa assy e pella guisa que ho atee quy foy Ruy Miz, escudeiro de dona Filipa, minha mui amada e prezada tya, que ho dito hoficio tinha e ho renũciou em nossas maaõs pera delle fazermos o que nossa mercee fosse, segundo que pareceo por huũ pubrico estormento de renũciaçam que parecia seer feto em a villa da Castanheira per Aluaro Roiz Gago tabeliam em a dita villa a xii dias de setembro desta era de lxxxbij, pello qual certeficaua elle ho renuciar assy em nossas maaõs pera delle fazermos o que nossa mercee fosse, E porem mandamos ha ho nosso contador moor da dita cidade e a quaaes quer outros nossos hoficiaaes e pessoas a que esta nossa carta for mostrada e ho conhecimento della pertencer que ho metam logo em posse do dito hoficio e o leixem seruir e hussar delle e auer em cada huũ ano os cinquo mill rs de mantymento em cada huũ anno a elle ordenados, seem duuida nem embargo alguũ que lhe a ello ponhã, porque asy he nossa mercee. O quall A.º de Lixboa jurou em a nosa chancelaria aos sanctos auangelhos que bem e verdadeiramente e como deue hobre he husse do dito oficio guardando a nos nosso seruiço e ao pouoo seu direito. Dada em a uilla dAlanquer a xbij dias de setembro elRey ho mandou pello conde dAbrantes &c veedor de sua fazenda. Antonio Carneiro a fez ano de mill iiij^{c}lxxxbij anos ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João II*, liv. 15, fol. 27 v.).

Antão Garcia sucedeu, por morte de Affonso de Lisboa, n'um dos officios de justiça.

LISBOA (JOÃO DE)

Escrivão da cosinha e mestre da capella de D. Affonso V, que em 26 de agosto de 1476, lhe passou carta de privilegio de fidalgo, visto estar prompto a servil-o na guerra com armas, homens e bestas. D. João II lh'a confirmou em 27 d'abril de 1484.

Vide *Cultura intellectual de Affonso V.*

LOBO (MESTRE)

No *Céo aberto na terra* (liv. 2.º, pag. 377) ao descrever-se o convento de Villar de Frades, lê-se o seguinte trecho:

« O orgão grande dizem os que entendem na materia que é o melhor de Hespanha e contam os nossos velhos que da egreja de Santiago de Galiza se mandou offerecer por elle quanto os Padres pedissem. Foi obrado por certo homem insigne naquella arte chamado Mestre Lobo ».

LOBO (DUARTE)

No catalogo das obras de Rubens que se encontra na sua *Histoire* por André van Masselt, há a seguinte verba:

« 1104 Lupus (Edouard), musico distincto de Lisboa. Gravado por um anonymo ».

LOPES (ANDRÉ)

Cavalleiro da casa real e musico da camara de D. Filipe II, que em 1594 lhe concedeu que elle podesse deixar os tres moios de trigo que tinha de tença a uma sua filha, qual elle designasse em seu testamento, para ajuda do seu consorcio. André Lopes falleceu a 9 de agosto de 1603 e a 7 de janeiro de 1604 foi mandado passar carta de padrão da dita tença de tres moios de trigo a sua filha Guiomar de Araujo, casada com Jeronymo Requeixo,

« Dom Filipe &c aos que esta minha carta virem faço saber que por parte de Guiomar dAraujo, filha de Andre Lopes, que foi meu musico da camara, e molher de Jeronimo Requeixo, me foi presentado hum aluara delRei, meu senhor e padre que Deos tem, por elle asinado e pasado por sua chancelaria, por que fiz merce ao dito Andre Lopes, que por seu fallecimento podesse testar os tres moios de trigo, que tinha de tença, do qual aluara o treslado he o seguinte: « Eu ElRei faço saber aos que este aluara uirem que auendo respeito aos seruiços de Andre Lopes, caualeiro fidalgo de minha casa e meu musico da camara, ey por bem de lhe fazer merce que posa testar por seu falecimento de tres moyos de trigo, que tem de tença de minha fazenda, em huã de suas filhas, que elle nomear, pera seu casamento; pello que mando a dom Duarte de Castello Branco, comde meirinho mor destes reinos e hum dos gouernadores nelles, do meu conselho do estado e uedor de minha fazenda, que presentandolhe hũa das filhas do dito Andre Lopez nomeação do dito seu pay em quem asi nomear os ditos tres moios de trigo e o padrão que delles tem, lhe faça fazer padraõ delles em seu nome, como dito he, riscandose primeiro os assentos dos ditos tres moios de trigo, e este se cumprirá assi e da maneira que se nele contem. Matheus de Carnide o fez em Lixboa a oito de junho de mil quinhentos nouenta e quatro. Sebastião Perestrello o fez escreuer. Pedindome a dita Guiomar dAraujo que por quanto o dito Andre Lopez, seu pai era falecido e por seu falecimento nomeou nella os ditos tres moyos de trigo de tença por ja dantes lhos ter dotados em dote e casamento com o dito Antonio Requeixo seu marido como constaua per certidaõ de justificação que presentaua ao doutor Antonio Diniz, do conselho de minha fazenda, juiz das justificações della, lhe fizesse merce de lhe mandar passar carta de padrão em seu nome dos ditos tres moios de trigo de tença para os auer em sua vida, e visto per mim seu requerimento e o aluara de lembrança acima incorporado, e certidaõ de justifficaçaõ e o padraõ que o dito Andre Lopez, seu pai, tinha dos ditos tres moios de trigo, que tambem apresentou, lhe mandei dar esta carta, pella qual hey por bem e me praz que a dita Guiomar dAraujo tenha e aja de minha fazenda de tença cada ano em dias de sua vida os ditos tres moyos de trigo, os quaes começara a uencer de janeiro deste ano presente de mil seis centos e quatro em diante, e mando ao conde de Linhares, meu muito amado sobrinho, do meu conselho do estado e uedor de minha fazenda, que lhes faça asssentar no liuro della e despachar cadano para lugar honde delles aja bom pagamento, e por quanto o dito Andre Lopez

falleceo a noue de agosto do ano pasado de seis centos e tres, como era declarado na dita certidaõ de justificação, do qual dia em diante a dita Guiomar dAraujo começou a uencer a dita tença, e por virtude deste padrão não ade auer della pagamento, senaõ de janeiro deste ano presente em diante, como acyma he declarado, e os ditos tres moios de trigo foraõ na folha do assentamento do almoxarifado de Benauente do dito ano pasado, em nome do dito Andre Lopez, lhe foi pasado mandado para delles se lhe pagar o que lhe montou dos ditos noue dias de agosto ate fim de dezembro do dito ano pasado, e o dito aluara e padrão, que o dito Andre Lopez tinha da dita tença e certidaõ da justificaçaõ foi tudo roto ao assinar desta, que para firmeza de todo lhe mandey dar por mim assinada e asellada com ho meu sello pendente. João Aluarez o fez em Lixboa a sete de janeiro de seis centos e quatro, e nas costas desta apresentará certidão de Ruy Diaz de Meneses, fidalgo de minha casa e escriuaõ de minha fazenda e da fazenda das ordeẽs de como fica riscado o assento dos ditos trez moios de trigo, que estaua em nome do dito Andre Lopez por ser fallecido, e outra certidaõ de Marçal da Costa, outro si fidalgo de minha casa, de como no liuro das merces que tem em seu poder, no registo do aluara acima incorporado, fica posta verba do conteudo nesta carta. Sebastiaõ Perestrello a fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 13, fol. 83).

LOPES (ANTÃO)

Capellão-cantor da capella real. Em 29 de outubro de 1591 lhe foi concedida a tença de 3 moios de trigo. Foi servir, de certo chamado pelo seu merecimento, na côrte de Madrid, onde, por alvará de 19 de outubro de 1593, lhe foi estatuído o ordenado dotal, por diversas verbas, setenta e seis mil e quinhentos reaes, que era outro tanto como os demais cantores portuguezes que serviam na capella d'aquella côrte.

« Dom Filipe &c aos que esta minha carta virem faço saber que eu ey por bem de fazer merce a Antaõ Lopez, que tenho tomado por meu capelaõ cantor por respeito de sua voz e sufficiencia, de tres moyos de trigo de tença em cada huũ anno, os quaes comecará a vencer de xiiij dias deste mes de outubro deste anno presente de b^{e}lRj em diante, em que lhe fiz esta merce, e lhe seraõ pagos com certydaõ do

adayaõ de minha capella de como serue autualmẽte em ella. E portanto mando a dom Fernando da Noronha, conde de Linhares, do meu conselho do estado e vedor de minha fazenda, que no liuro della lhe faça assentar os ditos tres moyos de trigo dos ditos catorze dias de outubro em diante despachar cada anno pera lugar onde lhe sejaõ bem pagos e por firmeza do que dito he lhe mandey dar esta por mym assinada e sellada do meu sello pendente. Mateus de Carnide o fez em Lixboa a vinte e noue de outubro do anno do nacimento de nosso Senhor Ihu Xp̃o de mil b^{e}lRj — eu Ruy Dias de Meneses a fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv, 24, fol. 136).

«Eu elRey faço saber aos que este meu aluara virem que eu ey por bem de fazer merce a Antaõ Lopez, meu capelaõ e cantor, que ora tenho mandado que me sirua na minha capella em Castella, tenha e vença nella o mesmo que vencia em Portugal, que são trinta mil rs de ordenado de cantor, oito mil rs de vestiaria e vinte e tres mil e quinhentos rs de destribuyção e quinze mil rs de merces ordinarias, em que ao todo se montão setenta e seis mil e quinhentos rs., que he outro tanto como tem e haõ os mais capelaes portugueses que nesta corte de Madrid no seruiço da dita capella: os quais lhe seraõ pagos no thesoureiro Esteuaõ da Gama ou em quem o dito cargo seruir com certidaõ do bispo meu capelaõ mor de como serue na dita capella e os começará a vencer do primeiro dia do mes de setembro deste anno presente de b.^{e}lRiij em diante, que he o dia em que se apontou na dita capella como constou por certidaõ do apontador della, pello que mando a dom Christouaõ de Moura, comendador mor dAlcantara, meu gentil homem da camara, do meu cõselho do estado e vedor de minha fazenda, que faça lançar ao dito Antaõ Lopez nas folhas que em cada huũ anno se passarem pera o dito thesoureiro os ditos setenta bj rs e para por ellas auer seu pagamento do dito dia acima em diante a razaõ de trezentos setenta e cinco marauedis por cruzado como se paga aos ministros e officiais do conselho da coroa de Portugal. E nos liuros da matricolla dos moradores de minha casa e nos liuros de minha capella em Lixboa nos assentos do ordenado do dito Antaõ Lopez se poraõ primeiro verbas de como do diro primeiro dia de setembro deste dito anno em diante o naõ hade aver mais no Reynno por lho mandar pagar no dito thesoureiro Esteuaõ da Gama ou em quem o dito cargo seruir e outra tal verba se porá nos assentos da prouisaõ que o dito Antaõ Lopez tem per onde avia oyto mil rs de vestiaria grande e de como as ditas verbas ficaõ postas passaraõ os officiaes que a puserem suas certidois nas costas deste meu al-

uara que ey por bem que valha &c Antonio dAragaõ o fez em Madrid a xix de outubro de mil bᵒlRiij. Janaluarez Soarez o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 31, fol. 100).

LOPES (BERNARDO)

Capellão cantor de el-rei D. Sebastião. Dois alvarás de 1574 lhe concediam oito mil réis cada um para uma vestiaria e sustento de uma mulla.

«Eu elRei faço saber aos que este meu aluara vyrem que eu ey por bem e me praz fazer merce a Bernardo Llopez, meu capellaõ e camtor de oito mill rs em cada hũu anno pera mantimento de hũa mulla, que ha de ter pera me milhor poder seruir, os quaes biij rˢ lhe seraõ pagos no meu thesoureiro mor, ou em quem seu cargo seruir, da feitura deste aluara em diamte, com certidaõ de hũu dos apomtadores de minha capella de como elle Bernardo Llopez tem mulla, que naõ a temdo, naõ auera os ditos biij rˢ. E por tanto mando aos veedores de minha fazenda que lhos façaõ asẽtar no liuro della com esa declaraçaõ e despachar cada anno no dito thesoureiro mor; e este aluara quero que valha e tenha força e uigor como se fose carta feita em meu nome por mym asinada e pasada pela chancelaria sem embargo da ordenação do 2.º liuro, titulo xx,º que diz que as cousas cujo efeito ouuer de durar mais de huũ anno pasem per cartas e pasando per aluaras não ualhaõ. Simaõ Borralho a fez em Almeyrim a xiii dabril de jbᵒlxx iiij. E eu Duarte Diaz a fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 31, fol. 318).

«Eu elRei faço saber aos que este aluara vyrem que eu ey por bem e me praz fazer merce a Bernardo Llopez meu capellaõ e camtor de biij rs em cada huũ anno pera sua vestiaria gramde. que lhe serã pagos no thesoureiro de minha casa da feitura deste aluara em diamte asy e da maneira que se pagaõ as taes vestiarias, e portamto mamdo aos veedores de minha fazemda que lhe façaõ asemtar os ditos biij r.ˢ de vestiaria no liuro das ordinarias della e despachar cada anno no dito thesoureiro comstandolhe primeiro por certidaõ do contador mor dos meus comtos ou quem seu cargo seruir de como no liuro das vestiarias que nellas amda no titulo do dito Bernardo Llopez fica posta verba de que naõ hadauer mais a vestiaria pequena que tinha por lhe fazer merce

destes biii r^{s} cada anno de vestiaria gramde pella maneira acima declarada. E este aluara quero que valha e tenha força e uigor como se fose carta feita em meu nome por mym asinada e pasada por minha chancelaria sem embargo da ordenaçaõ do 2.º liuro titulo xx que diz que as cousas cujo efeito ouuer de durar mais de huũ anno pasem por cartas e pasando por alluaras não valhaõ. Symaõ Borralho o fez em Almeyrim a xiii dabril de jb^{e}lxxiiij ^{e}. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique*, liv. 39, fol. 318).

LOPES (DIOGO)

Cantor na capella de Santo Antonio de Lisboa em 1563. Vide *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, pag. 547, VI, pag. 33.

«Dom Manoell &c A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que confyando nos da bondade e descripçam de D.º Lopez noso cantor e escpriuaõ das malfeyturyas em nosa corte, que nisto nos seruira bem e como compre a noso serviço e bem das partes, e querendolhe fazer gr aça e merce, temos por bem e o damos daquy em diante por scprivão da execuçam das sentenças de nosa corte e casa da sopricaçam, que ora ordenamos que ouuese oficiall apartado pera as ditas emxecuçoẽs e esta merce lhe fazemos per vertude de hum noso alluara per nos asynado que pera ello de nos ouve, do qual o trelado e o seguinte — segue o alvara de 8 de janeiro de 1515 (tem *bx* por *xb*) —... dada em a nosa villa de Santarem aos dez dias do mes de janeiro elRey o mãdou pello doutor Alluaro Fernandez do seu desembarguo e corregedor com alçada em sua corte dos feytos crimes que ora tem careguo de chançarell moor — Baltazar Mẽdez por P^{o} dafonseca a fez — ano de noso Senhor Ihũ X^{o} de mill e quynhemtos xb anos». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Manuel*, liv. 15, fol. 191).

Vide *Chancellaria de D. Manuel*, liv. 25, fol. 164.

«Dom Johaõ a quamtos esta minha carta virem faço saber que eu pasey hum meu aluara a Dioguo Lopez, meu camtor, do quall o theor dele de verbo a verbo he o seguinte: «Eu elRey faço saber a vos oficiaes da minha fazenda do negocio do Reino que eu ey por bem que Dioguo Lopez, meu camtor, aja pagamento de quaes quer dinheiros que

lhe forem deuidos na casa da Imdia nos beẽs abayxo declarados que foraõ tomados pera meus propios a Gomçallo de Pomte, morador em Albofeira, remdeiro que foy das sysas da dita vyla os anos pasados, em comtia de setemta e sete mill e tantos rs, e esto na propia comtia em que asy foram tomados pera meus propios, os quaes beẽs sam -s- hũa erdade de figeirall na patã, termo da dita vyla dAlbofeira em comtia de sesemta e tres mill e tamtos rs pella perda da dita remda do ano de b^{e}Riij, e hũa vynha e teras omde chamaõ o poço arunhado no termo da dita vyla em comtia de xiiij rs pella perda do anno de b^{e}Rbj, mãdouos que apresemtãdouos ele dito Dioguo Lopez certidaõ em forma do feitor e oficiaees da dita casa da Imdia da dita comtia que lhe nela seja deuida como erdeiro de Bernaldo Draguo e outra certidam do comtador da comarqua de Tauyla dos ditos beẽs e confrontaçoẽs deles em cõtia per que asy foram tomados e metidos em meus propios, lhe mãdees fazer carta de vemda deles na maneira que dito he, e per este mando aos ditos feitor e oficiaes da casa da Imdia que lhe pasem a dita certidaõ em forma, mostramdo como lhe pertemcem os ditos dinheiros e sendo liquidamente deuidos e pomdo as verbas e ao dito comtador da comarqua de Tavilla que pase a dita certidaõ, e este nã pase pella chancelaria. Ayres Fernandez o fez em Lixboa a xxj dias de janeiro de b^{e}lbiij, o quall aluara o dito Dioguo Lopez apresemtou aos oficiaes de minha fazemda e asy hũa certidaõ em forma do feytor e oficiaes da dita casa da Imdia em que costaua lhe ser deuido na dita casa sesemta e tres mill rs -s- xxx bij iij^{e}lxb rs no segumdo lamço das quimtaladas da pimemta fls 212, e xbij ix^{e}lxb rs no segumdo lamço dos soldos dos defumtos fls 193 e os bij bij^{e}lRiij rs no terceiro das fazendas fls 52, os quaes lhe pertenciam erdar da fazemda do bacharell Bernaldo Dioguo por parte de sua molher Joana de Lemos, erdeira na metade da dita fazemda, que primeiro foy casada com ho dito Bernaldo Dioguo, segundo o dito Dioguo Lopez fezera certo per certidaõ de justificaçam e asy huã certidaõ do L.^{do} Dioguo Gastaõ, que lha pasou seruindo de corregedor e comtador da comarqua de Tauila, de cujo almoxarifado he a dita vyla dAlfarobeira, em que costaua que per Gonçallo Perez, almoxarife do dito almoxarifado, fora tomado ao dito Gomcallo de Pomte hum figeirall e casa que esta no termo da patã, termo da dita vyla dAlbofeira, que parte com Dominguos Lourenço e com Ruy Diaz e com os erdeiros dAluaro da Veigua e com moor da pomte, o quall figeirall e casa lhe fora tomado e metydo em meus propios em cõtya de sesemta e sete mill e seis cemtos e sesemta e seis rs pella perda que teuera nas remdas do gerall e carnes da da dita vyla, de que fora remdeiro o ano de b^{e}Riij, segundo mais lar-

guamente era comteudo no dito alluara e certidaõ, de que acima faz memção, que tudo foy visto na dita minha fazemda, per vertude dos quaes os meus oficiaes dela vemderaõ ao dito Dioguo Lopez pera sempre pera ele e todos seus erdeiros e decemdemtes o dito figeirall e casa na dita comtia de lxbj bj^{c}lxbj rs em que foy tomado pera meus propios e lhe tomaraõ o pagamento delles nos sesemta e tres mill rs que lhe asy eraõ deuidos na dita casa da Imdia comforme ao dito aluara e os tres mill e seis cemtos e sesemta e seis r^{s} pera comprimemto dos ditos lxbj bj^{c}lxbj r.^{s} pagou e ẽtregou a Bastiaõ de Moraes recebedor dos dinheiros do Reino, sobre o quall foram caregados em recepta como se vyo per seu conhecimento em forma feito per Alu^{o} Piż filho dAndre Piž scprivaõ de minha fazenda e do careguo do dito Bastiam de Moraes, que ora serue per meu mãdado o dito Alu^{o} Piž, e o dito conhecimento em forma era asynado per ambos, a quall vemda eu ey por boa e valiosa asy como aquy he comteudo. E por tamto mãdo per esta carta ao comtador da dita comarqua de Tauilla que mostrãdolhe nas costas dela certidaõ dos ditos feitor e oficiaes da dita casa da Imdia de como no asemto da dita diuida fiquou posta verba que ouue o dito Dioguo Lopez pagamento da dita comtia pella dita maneira o meta loguo em pose do dito figeirall e casa pera o ter e lograr e pesoir e fazer dele e em ele todo o que lhe aprouuer como de sua cousa propia asy de como os ditos seus erdeiros e decemdemtes, pomdo o dito comtador primeiro verba no liuro dos ditos propios da comarqua no asemto dos ditos beẽs de como sam do dito D^{o} Lopez pellos asy comprar, no quall para registar esta carta e riscara o dito asemto dos ditos beẽs do dito liuro pomdo a dita verba como dito he, de que pasara sua certidaõ nas costas desta carta, que por firmeza delo lhe mãdey dar per mim asynada e aselada do meu selo pemdemte, e o dito alluara e certidoẽs e conhecimentos em forma de Bastiaõ de Moraes foraõ rotos ao asynar dela. Amador Pirez a fez em Lixboa a xxbij dias do mes daguosto ano do nacimẽto de noso Sor̃ Ihũ Xp̃o de j̃b^{c}Rbiij. E eu Damiam Diaz a fiz scpreuer ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III*, liv. 70, fol. 79 v.).

« Dom Manuel per graça de deus Rey de portugall e dos alguarues daquem e dalem maar em africa senhor de guynee etc. — mandamos avos Ruy leite Recebedor do noso thesouro e ao espriuaõ dese oficio que dees a diogo lopez noso camtor e espriuaõ das malfeitorias tres myll e dozemtos setemta seis reaes que lhe mandamos dar e de nos hadaver de suas vestearjas ordenadas deste ano presemte de b.^{c}xiiij dos dinheiros lhe vos fazey boõ pagamemto e por esta nosa carta seu conhe-

cimento mandamos aos nossos contadores que vollos leuem Em comta dada em Lixboa aos vymte dias doutubro — ElRey o mandou per o comde de tarouqua prioor do crato etc. — mordomo moor de sua casa — amtonio salgado a fez — anno de ĵb°xiiij — O comde prior moordomo moor. — Recebeo o dito diogo lopez de Ruy leite os tres mjll dozemtos setemta seis reaes acima conteudos em xbiij dias de março de ĵb.°xbj annos — jorge correa — diogo lopez — īīĵij°lxxbj reaes a diogo lopez camtor de suas vestearjas ordenadas deste anno de b.°xiiij — a saber īĵiij°lxxbj de camtor e ix reaes de vestearja despriuão das malfeitorias no thesouro». (Torre do Tombo, *Corpo chronologico*, parte 2.ª, maço 52, doc. 125).

(Continúa).

Sousa Viterbo

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$00

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho:

Vols. I, e II cada ..... 20$00

Vol. III ..... 25$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25$00
Número avulso	10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERARIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 80.º

4.ª SÉRIE — VOLUME 9.º

NÚMERO 2

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1930

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

Três Cartas de Herculano, por Amadeu Ferraz de Carvalho 153
Os estudos germânicos em Portugal, por L. Saavedra Machado .. 159
A religião grega, por Agostinho da Silva 175
Comentários de António do Couto Castelo Branco sôbre as campanhas de 1706 e 1707 em Espanha, por Gastão de Melo de Matos 195
Subsidios para a Historia da musica em Portugal, por Sousa Viterbo..... 223
Compromisso do Hospital das Caldas dado pela Rainha D. Leonor sua fundadora em 1512, por Fernando Correia 241
Ensaio sôbre os latinismos dos «Lusíadas», por C. E. Corrêa da Silva 266
Gomes Freire de Andrade, por João Jardim de Vilhena..... 277

TRÊS CARTAS DE HERCULANO

No número consagrado pelo *Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses* à celebração do centenário do nascimento de Alexandre Herculano escrevia Sousa Viterbo:

«Se Alexandre Herculano não nos deixou as suas *Memórias*, que deveriam ser preciosíssimas, de algum modo, até certo ponto, se poderia compensar essa falta. A sua correspondência não deixaria de fornecer elementos de superior alcance, que muito contribuiriam para satisfazer a nossa justa curiosidade. Segundo ouvi, as cartas que lhe eram dirigidas, extraviaram-se ou foram extraviadas. É uma perda verdadeiramente digna de lástima. Devem, porém, existir muitas das cartas por êle dirigidas a diversas pessoas e que mereciam bem ser colecionadas e dadas a público...; a sua colecção seria sem dúvida uma das mais belas homenagens, que se poderia prestar à memória do eminente escritor».

Assim o cremos também e por isso vamos juntar mais três cartas inéditas à correspondência de Herculano já publicada (1).

Como muitas outras já dadas a lume não são notáveis nem pelo

---

(1) Hoje é ja numerosa e de grande valor a parte publicada da sua correspondência. Além dos dois volumes de Cartas publicadas pela Livraria Bertrand e das que em grande número apareceram nos jornais por ocasião do centenário, há o folheto que A. F. Barata publicou com várias cartas de Herculano; as valiosas colecções publicadas por Gomes de Brito no *Arquivo Histórico* em 1910, pelo sr. dr. António Baião no seu opúsculo *Homenagem ao Mestre*, pelo sr. A. F. Barata no seu folheto *Homenagem da cidade de Évora a Alexandre Herculano*, pelo sr. Júlio Brandão no seu livro *Bustos e Medalhas;* a série publicada em 1913 na *Revista de História* pelo sr. Fidelino de Figueiredo e a que há cêrca dum ano, em elegante edição, nos deu o sr. Augusto Cardoso Pinto sob o título *Algumas Cartas e Papéis de Alexandre Herculano.*

Ainda assim estamos longe duma colecção metódica e, quanto possível, completa da sua correspondência.

assunto nem pelo seu mérito literário; todavia, ainda que não seja senão como documento biográfico, nada do que nos deixou Herculano é destituído de valor.

A êste título as publicamos.

O seu destinatário, Caetano de Seixas e Vasconcelos, foi no seu tempo um homem muito relacionado e que gozou de vivas simpatias pelos primores do seu carácter e pela lhaneza e afabilidade do trato. Como político, prestou valiosos serviços ao partido histórico, de que foi o organizador em Coimbra quando governou êste distrito de 1862 a 1865 e, em recompensa dêsses serviços, foi nomeado ajudante do Procurador Geral da Coroa, lugar que exerceu até à sua morte em 1878.

Nasceu na Mêda, na quinta dos Cancêlos, a 4 de Novembro de 1811, filho de Manuel de Seixas Moutinho e Vasconcelos e de D. Rosa Maria Monteiro. Durante o agitado período das lutas civis, para fugir a perseguições políticas, teve de abandonar a casa com a família e vivia oculto perto de Lisboa quando desembarcou Terceira, altura em que pegou em armas, batendo-se ao lado dos constitucionais. Em 1843 matriculou-se na Universidade de Coimbra, completando a sua formatura em Direito em 1849. Entrou depois na política, foi deputado em várias legislaturas; mas o lugar público em que mais se evidenciou, foi o de Governador Civil de Coimbra, que exerceu, como já se disse, durante três anos, ocupando-se muito a sério de questões de administração e publicando notáveis relatórios sôbre estradas, arborização e obras do Mondego. E foi nesta cidade que veio a morrer: já muito doente, de passagem para a sua casa de Cancêlos, parou em Coimbra para consultar o seu amigo Dr. Lourenço. Êste, vendo a gravidade do seu estado, não consentiu que êle voltasse para o hotel, recolheu-o em sua casa, onde poucos dias depois veio a falecer.

Sobretudo, depois que veio para Lisboa, manteve as mais estreitas relações com Herculano. Nas cartas, que assìduamente escrevia a seu irmão mais velho Luís de Seixas, freqüentes vezes alude ao seu ilustre amigo e êste, que nos lembre, pelo menos numa carta a João Pedro da Costa Basto, de 27 de Outubro de 76, também fala dêle: — «Sei que passou por Santarém com o Seixas (1) na ida e volta da sua digressão ao Gavião. Sinto que não riscassem as coisas de modo que pudessem parar no caminho e virem provar os melões de Val de Lobos, que êste ano foram muitos e bons».

---

(1) Numa carta a seu irmão Luís Caetano de Seixas fala desta digressão.

O sr. António Adolfo Maldonado, a quem por herança de família veio a caber a casa de Cancêlos e graciosamente nos facultou a publicação destas cartas, refere-nos que lhe disseram existir entre os papéis de Caetano de Seixas um volumoso maço de cartas de Herculano que infelizmente se extraviou, sendo encontradas apenas as três que publicamos.

*

As duas primeiras relacionam-se com a viagem que Herculano, comissionado pela Academia das Sciências, fêz pela Beira no verão de 1853, em companhia de José M. da Costa Basto, a fim de proceder a investigações nos arquivos eclesiásticos. Desta viagem deixou uns apontamentos publicados por P. de Azevedo no *Arquivo Histórico* (1), simples nótulas dos factos que mais o impressionam e que êle depois se propunha desenvolver, como fêz com outras viagens análogas.

Dêsses apontamentos consta que já estava em Coimbra, em casa do seu amigo Ferrer, e já havia começado os trabalhos nos arquivos dos conventos, quando escreveu a primeira carta que publicamos — 6 de Julho. Demorou-se em Coimbra até ao fim do mês; no primeiro de Agosto pôs-se a caminho do Buçaco para Viseu, sendo acompanhado a partir da Guarita, de casa dos Serpas, por João Mendes, que era na época um dos homens mais prestigiosos de Viseu.

Desta cidade escreveu duas cartas para Caetano de Seixas, a primeira a 4, a qual não teve resposta, e a segunda, a que adiante vai publicada, a 10, ante-véspera da sua partida de Viseu.

Esteve no mosteiro de Ferreira de Aves e daí passou à Senhora da Lapa, Granjal, Sernancelhe e foi ter à Prova a casa do médico Lacerda, que por engano tomou pelos Cancêlos.

Chegou finalmente a 14 a casa do seu amigo e lá se demorou até ao dia 19, passando o tempo em excursões ao monte de S. Colombo, ao Castelo de Numão, a Penedono e a Marialva, e em longas conversas sôbre questões agrícolas, que já para êle nesse tempo tinham interêsse singular — sementeira de pinhais nas alturas, prados artificiais, arroteamento de baldios, cultura da vinha, cultura dos prodigiosos nabos da Mêda, criação de sirgo, tratamento da oliveira, madeiras de construção, irrigação, etc.

No dia 19, com o seu amigo, sai dos Cancêlos, vão hospedar-se em

---

(1) Vol. IV, 1914.

casa do grande lavrador António Maria, do Rabaçal (1), ainda hoje lembrado na Beira pela sua afabilidade e pelo seu génio franco, o qual os levou no outro dia à sua casa dos Falachos — a casa mais confortável do distrito, diz Herculano, mas sem opulência, verdadeira casa do lavrador abastado» — onde passaram o fim do dia junto ao tanque, rodeado de castanheiros.

No dia 21 despede-se Herculano e sai dos Falachos para Celorico.

I

Ill.mo Snr.

Caetano de Seixas e Vasconcellos

Pelo correio de Trancoso

Meda Cancellos

Ill.mo Am.o e Snr.

Nem me podia ter esquecido dos amigáveis offerecimentos de V. S.a nem da minha promessa. Vindo à Beira não deixaria de ir à Meda ùnicamente para o ver e dar-lhe um abraço. Tractei por pouco tempo com V. S.a, mas êsse bastou para eu apreciar o seu caracter. Tencionando ir a Trancoso e d'ali à Guarda, disse logo ao Ferrer que iria também vê-lo à Méda. Os incitamentos que a sua carta me dá confirmam a minha resolução, mas não são ainda, como não eram d'antes, a causa principal della.

A minha viagem é em serviço publico: trouxe uma comissão da Academia das Sciencias para examinar aquelles archivos da Beira que me fosse possivel nestes meses de verão, levando notas de tudo quanto achasse conveniente para uma publicação de monumentos historicos, para o que me acompanha um habil rapaz empregado na mesma academia.

---

(1) António Maria da Silveira Sampaio e Melo, sogro do antigo lente de Direito, Fernandes Vaz.

Conte pois com dous hospedes; mas hospedes que exigem que não se altere um apice no modo de viver ordinario do lavrador de Cancellos. É condição *sine qua non* da hospedagem, e a mesma com que se aceitou a de Ferrer.

Para acabar o que tenho que fazer em Coimbra ainda gastarei 15 ou 20 dias, e em Viseu é muito provavel que gaste 15 ou 20. D'alli escreverei q.^do^ estiver para partir, seguindo provavelmente o itinerario que marca na sua carta ao Ferrer.

Entretanto aqui ou n'outra parte disponha de boa vontade de quem é

De V. S.ª

am.º obrig.^mo^

Coimbra Julho 6

A. Herculano.

II

Illmo Snr.

Caetano de Seixas e Vasconcellos

Meda Cancellos

Illmo Am.º e Snr.

Escrevi a V. S.ª de Coimbra e ultimamente de Viseu no dia immediato áquelle em que cheguei avisando-o de que ia ter o gosto de lhe dar um abraço. Como não tenho tido carta, estou em dúvida se as minhas ahi chegariam, ou se V. S.ª por qualquer accidente inesperado teria sahido de Cancellos. Na duvida entendi que o melhor era mandar um próprio que deve vir com a resposta a Ferreira d'Aves onde na sexta-feira passarei a força do calor examinando se ha

algum pergaminho velho no mosteiro das freiras. No caso de não o encontrar o portador desta em Cancellos tomarei o caminho de Trancoso e dali para Celorico; no caso contrário procurarei alcançar nessa tarde Meda.

De V. S.ª

am.º e C. obrig.mo

Viseu 4.ª f.ª 10

A. Herculano

Caetano de Seixas foi um ardente propugnador da conservação do concelho da Meda sempre que qualquer projectada reforma administrativa punha em jôgo a sua existência, e no fim da vida teve a grande satisfação de lá criar uma comarca. Esta terceira carta é preciosa, pois revela bem o feitio de Herculano. É pena não trazer a indicação do ano em que foi escrita. O futuro diplomata Nogueira Soares devia estar então no comêço da sua carreira política, talvez no tempo em que escrevia na *Revolução de Setembro*. Note-se pela diferença do tratamento empregado como se haviam estreitado as relações de Herculano com Caetano de Seixas.

III

Am.º

Escrevo duas palavras a avisá-lo do resultado da minha descompostura. O Nogueira Soares acaba de me dizer que em attenção a ella ficava incolume o concelho da Méda.

Esta gente é assim: ou servi-los de narizes, ou dar-lhes tozas monumentaes. Os meus humores accomodam-se melhor com o segundo methodo.

Am.º e C.

Ajuda 11 outubro

Herculano

Amadeu Ferraz de Carvalho.

OS ESTUDOS GERMÂNICOS EM PORTUGAL(1)

Por vezes o comércio, naquelas eras de prepotência e de violências, era prejudicado por actos de pirataria recíproca, e navios inglêses eram atacados por Portugueses, o que levava os Inglêses a exerceram represálias, e vice-versa. É assim que Eduardo I de Inglaterra confirma em 30 de Outubro de 1255 a licença concedida pelo Duque João da Bretanha, seu lugar tenente na Gasconha, para se tomarem aos Portugueses tantos bens quantos fossem necessários para indemnizar Bernardo Dongressili, mercador de Baiona, do que lhe haviam apresado em Lisboa (2). Em 1293 novamente o rei de Inglaterra remete uma nota «Dionysio Portugalliæ Regi, de Mercatoribus Baionæ, per subditos ejus expoliatis(3)», e para tratar dêste caso envia o monarca português à Grã Bretanha os embaixadores João Soares ou Soeiro e Pedro Martins, ao que faz referência o documento «De discordia sedanta inter homines Angliæ & Baionæ, & gentes Portugaliæ», publicado também na obra de Rymer (4). Enquanto não se resolveu o incidente, o que só sucedeu em 1295, continuaram a conceder-se recìprocamente salvo condutos aos mercadores (5). Depois de concluído o acôrdo entre

---

(1) Cont. do vol. 79.º, pág. 548.

(2) Rymer, *Foedera*, II, 691: Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 16.

(3) Idem, *ibidem*, II, 609; Santarem, *Quadro elementar* XIV, 8; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 418.

(4) Idem, *ibidem*, II, 632; (2.ª ed. 1727); *Commercial relations*, pág. 32.

(5) *Commercial relations*, pág. 33.

os dois países, o rei de Inglaterra ordenou a entrega em Londres das mercadorias que tinham sido apresadas aos Portugueses nos navios de um tal Tomás Sely e de outros Ingleses, e de um navio que estava retido em Portsmouth (1).

No reinado de D. Denis, como se sabe, a marinha portuguesa realizou um grande progresso, tendo sido contratado para almirante das frotas reais um genovês, Micer Manuel Pezagno ou Pessanha, que consigo trouxe vários peritos na arte naval; o contracto facultava áquele estrangeiro utilizar os navios em seu interêsse pessoal para comerciar em Genova e na Flandres, quando êles não fossem necessários ao serviço do rei (2). Para obviar aos prejuízos ocorridos no mar, devidos à pirataria, a tempestades e outros riscos, e para facilitar e intensificar as nossas relações comerciais com a Inglaterra, Flandres. Normandia, Rochela e Bretanha, aprovou D. Denis pela provisão de 10 de Maio de 1923 a instituïção de uma espécie de bolsa de comércio na Flandres, determinando: «que todalas Barcas que fossem de Cen Tonéés acima e carregassem nos portos dos meus Reynos pera en Frandes ou pera Engraterra, ou pera Lormandia ou pera Bretanha, ou pera Arrochella que paguẽ vijnte soldos destillijs no frete. E as outras Barcas que forẽ de Cem Tonéés afundo que pagassem dez soldos destillijs. E outrossj que se Algũa Barca for fretada dos Mercadores de mha terra pera alẽmar ou pera Seuilla ou pera os outros lugares e que uaam pera en Frandres ou pera cada huũs destes lugares de suso ditos paguẽ cada hũa dessas Barcas assj come de suso dito. E destauer deuẽ teer en frãdes esses mercadores Cen marcos de prata ou a ualia deles e o outro em mha terra en aqueles logares hu eles teuerẽ por bẽ. E

---

(1) *Commercial relations*, pág. 34; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 420.

(2) Aires de Sá, *Frei Gonçalo Velho*, II, X; Castilho, *Ribeira de Lisboa*, pág. 16.

esto fazẽ esses mercadores per razõ que quando alguns negocios ouuerẽ ou entẽderẽ aauer assj en Frandes come en cada hũa das outras terras que sejã seus preytos e seus anegocios e façã despesas dessauer e outrossj pera aquelas cousas que eles uirẽ que seera aprofeytamẽto e onrra da terra (1). A fundação dessa bôlsa, para ocorrer às necessidades dos mercadores portugueses no estrangeiro e a outras supra indicadas, mostra que naquele tempo o nosso comércio externo, já era considerável, e que para a sua eficácia e para «aprofeytamẽto e onrra da terra» era urgente contar com uma reserva de capital para fazer face a qualquer eventualidade. O país escolhido para séde dêsse depósito monetário devia ser naturalmente o mais freqüentado e o mais propício para transacções comerciais, e naquela época era a Flandres que estava nestes casos e que oferecia mais garantias, poisque também viviam lá bastantes Portugueses, e porque em Bruges existia, talvez já antes do século XIII, uma feitoria portuguesa (2).

Sabe-se que em 1281 ou 1282, como se indicou atrás, os nossos mercadores estantes em Bruges, apoiados pela cidade comercial de Lubeck e por outras do Norte da Alemanha, representaram ao conde Gui de Dampierre contra os prejuízos que sofriam ali no peso das mercadorias e na percentagem com que as sobrecarregavam para pagamento de certo impôsto, denominado *telonio* (3). Mais tarde, em 20 de Maio de 1295 (1333 da era de Cesar) passou Martim Gonçalves, em Lisboa, uma procuração para receber 2578

---

(1) *Arch. Hist. Portug.*, VI, 323 e 461: Saraiva, *Obras*, III, 183; J. P. Ribeiro, *Dissert. chronol.*, III–2, 170; Rebêlo da Silva, *Hist. de Portugal*, IV, 509; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 196 e 408.

(2) Lúcio de Azevedo, *Epocas de Portugal economico*, pág. 29, onde cita Van den Buschen, *Flandre et Portugal*, pág. 27.

(3) *Arch. Hist. Port.*, VI, 325 e Cantineau, *Origine des rel. etc.*, in *Bol. da Soc. de Geog. de Lisboa*, 18.ª série (1900), pág. 25–26.

libras provenientes de dois empréstimos que fizera ao município de Bruges (1).

A actividade comercial e industrial no século XIV atinge em quási tôda a Europa um enorme desenvolvimento em parte proveniente das conquistas políticas realizadas pela burguesia de diversos países, composta na sua maioria de artífices, comerciantes, agricultores e industriais. A formação das confrarias e das corporações congregava por vezes interêsses particulares com interêsses nacionais ou gerais, e assim vemos a cada passo os grémios medievais arrancar das mãos dos soberanos e dos potentados privilégios e liberdades outrora quási inconcebíveis (2). As bôlsas, companhias de seguros, as ligas de cidades e as corporações de mesteirais são aspectos do espírito corporativo medieval plenamente consciente do valor da associação para a luta multisecular da conquista das liberdades públicas. E na Idade Média, em pleno desenvolvimento da tirania feudal, era tanto mais vantajosa a associação, quanto mais ferozes e brutais eram os senhores a quem o acaso, a fortuna ou a audácia tinham distribuído os privilégios de casta senhorial e dominadora. Das ligas ou confederações de cidades comerciais, a mais importante foi a Liga Hanseatica, que teve origem, segundo parece, no tratado de aliança e de comércio que em 1241 concluíram as cidades de Lubeck e Hamburgo. A estas duas se aliaram outras cidades, não só da Alemanha, mas também de outros países, como da Flandres, da França,

---

(1) *Arch. Hist. Port.*, VI, 338.

(2) Os mesteirais e artífices tinham as suas lojas em ruas próprias que tomavam o nome das profissões que êles exerciam, o que se verificava nas cidades alemãs e outras ainda há pouco tempo. Em Portugal sucedia o mesmo, e dessa tradição restam bastantes vestígios ainda em Lisboa, sem dúvida provindos do século XVI e dos seguintes, como v. g. *Rua do Ouro, da Prata, dos Correeiros, Sapateiros, Ferreiros, etc.* Cfr. Roux de la Rochelle, *Villes Anséatiques*, pág. 72.

de Portugal, da Espanha, da Itália, etc., e Lisboa, Marselha, Cadis, Livorno, Barcelona, Messina, Nápoles, etc., parecem ter feito parte, pelo menos durante algum tempo, daquela poderosa conferederação comercial do Norte da Europa (1). Outras ligas de cidades se formaram posteriormente à semelhança da Liga Hanseatica, tôdas elas com o intuito de protegerem os seus mercadores, industriais, agricultores etc., associados na mesma luta de defesa e de expansão da sua actividade, dentro e fora das regiões a que pertenciam (2). Os comerciantes e artífices, pedindo a protecção do estado para as suas empresas e para o seu modo de vida adentro de um país ou região, originavam por vezes concessões idênticas a estranhos que pretendessem vir negociar com êles, e isto vimo-lo já exarado em forais e outros documentos de séculos anteriores. A protecção dispensada num país a um mercador estrangeiro era retribuída em geral do mesmo modo pelo país de origem dêste, pois os filhos de uma nação viajam em geral a coberto da sua bandeira, cujo respeito e privilégios são mantidos pela cordealidade de relações provenientes, na maioria das vezes, da harmonização de inte-

---

(1) *Dicc. d'Histoire et Geographie*, s. v. «Anséatique», e Roux de la Rochelle, *Villes Anséatiques*, págs. 56 segs.

(2) Por exemplo, em 24 de Abril de 1325 as cidades de Magúncia, Estrasburgo, Worms, Spira e Oppenheim fizeram uma confederação para a segurança dos caminhos terrestres e marítimos, e para a conservação do comércio, confederação renovada sucessivamente em 1332 e e 1351: vide os textos dos tratados (em alemão) Dumont, *Corps Universel Diplomatique*, 1-2, págs. 74, 134 e 261; em 29 de Junho de 1331 as cidades de Esslingen, Reutlingen, Rothweil, Heilbron, Gmundten, Weyl, Wuisperg celebraram, para sua comum segurança e por ordem e vontade de Luís de Baviera, um tratado, cujo texto, em alemão, vem in *Corps Univ. Diplom.*, 1-2, pág. 126; em 1351 celebra-se uma «Alliauncie tusschen Dort, Delft, Haerlem, Leyden, St. Gertruydenberg, Amsterdam, Alckmaer, Oudemater, Schiedam Anno 1351». *Corps Univ. Diplom.*, 1-2, 268 e outras mais *passim*.

rêsses económicos. Assim vemos mercadores e artífices portugueses receberem com freqüência facilidades e regalias de monarcas estrangeiros, retribuídas generosamente pelos reis de Portugal com idênticas e outras concessões.

O nosso tráfico mercantil com outros povos continua a intensificar-se neste século, em que aparecem documentos portugueses comprovativos dos privilégios concedidos aqui aos estrangeiros. Depois das rivalidades e conflitos entre mercadores ingleses e portugueses em Londres serem solucionados em 1300, o rei de Inglaterra (Eduardo I) concedeu aos estrangeiros novos privilégios para os atrair ao comércio dos portos ingleses, visto que estes, mal situados pela sua distância e mal afamados pelo perigo da sua zona marítima e pelos actos de pirataria, eram muitas vezes deixados com preferência pelos da Flandres e da França (1). O soberano inglês, depois de negociações com os comerciantes alemães, franceses, espanhóis, portugueses e outros, outorgou-lhes concessões idênticas às que deu aos Gascões em 1302, e em 1303 publicou a conhecida *Carta Mercatoria,* pela qual lhes garantia completa segurança nos seus domínios, os isentava de certas taxas com que contribuíam para concertos de muros, pontes e calçadas, lhes permitia a residência em qualquer parte do reino, apenas com sujeição às leis civis e municipais, se comprometia a não se apoderar de suas fazendas sem os indemnizar, e lhes concedia outras regalias, exigindo em compensação um aumento de 50 por cento (tributo designado por New ou Petty Custom) sôbre os direitos das lãs e dos coiros, o pagamento de dois soldos sôbre cada tonel de vinho, e uma percentagem de três dinheiros por libra de outras mercadorias importadas ou exportadas (2). Estas condições variavam segundo a política dos soberanos era ou

---

(1) *Commercial relations*, págs. 36-37 e 81.

(2) *Idem*, pág. 38; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 421.

não favorável aos estrangeiros, e estes ainda tinham de sofrer as conseqüências da animosidade dos mercadores ingleses que operavam as mais das vezes com a cumplicidade das autoridades régias (1). À sombra da protecção do soberano inglês, os Portugueses prosseguiam na sua actividade comercial, enviando para Inglaterra as suas mercadorias, principalmente vinhos, cujo comércio aumentou em virtude do estado de guerra entre Franceses e Inglêses, pois estes passaram a comprá-los aos mercadores de Portugal, quando anteriormente os obtinham também dos Gascões. Em 1304 alguns comerciantes de Baiona carregaram em Lisboa um navio com vinhos, especiarias e outras coisas no valor de 312 marcos, com destino a Inglaterra (2), e em 1310 um outro navio que transportava um carregamento de uvas e outros géneros de um comerciante português naufragou em Hove (3).

A protecção comercial mútua de Inglêses e Portugueses era continuação de concessões da mesma natureza feitas já em reinados anteriores, como se viu, e aqui não se fará mais do que resenhar os seus tópicos principais, e bem assim os sucessos que por vezes obscureceram as boas relações existentes desde longa data entre os dois povos.

Por volta de 1307 D. Denis apresou aos corsários um navio de que estes se haviam apoderado, e, julgando que era inglês, pretendeu restituí-lo áquela nação, pelo que Eduardo II agradece em documento oficial (4). Em Julho de 1308 o monarca lusitano escreveu ao rei de Inglaterra enviando-lhe salvo-condutos para Ingleses que viessem a Por-

---

(1) *Commercial relations,* pág. 38; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 421.

(2) *Idem,* pág. 47.

(3) *Idem,* pág. 48.

(4) «Ad Dyonisium Portugalliæ Regem. Responsoriæ ad Litteras per dictum Regem Edwardo Patri destinatas», in Rymer, *Foedera,* III, 12 e Santarém, *Quadro elementar,* XIV, 18; *Comm. rel.* pág. 5.

tugal, e solicitando idênticas regalias para os Portugueses que fôssem às Ilhas Britânicas (1). Em 3 de Outubro de 1308 Eduardo II escreve a D. Denis a respeito dos ajustes e tratados celebrados entre os mercadores dos dois países, concedendo aos vassalos do rei de Portugal autorização de passarem a Inglaterra e ali se demorarem e negociarem (2). Em Novembro do mesmo ano é o soberano português que envia uma nota ao rei de Inglaterra informando-o das facilidades e bom tratamento dado aos Inglêses em Portugal e reclamando contra a apreensão de um navio lusitano realizada em Garnesey (Guernesey) pelos Baionenses (3). Um ou dois anos mais tarde, em 1309 ou 1310 o rei de Inglaterra enviou um certo Peter Barde, seu agente, a Espanha e Portugal, encarregado de uma missão comercial (4). As concessões e privilégios não evitavam porém que surgissem às vezes incidentes motivados por actos de corso, naufrágios, e por constantes infracções de convenios estabelecidos, o que tudo era próprio daquelas épocas de rudeza e de prepotência em que o direito era ditado pelas necessidades de ocasião, por conveniências particulares, e muitas vezes completamente abafado pela fôrça das armas. Em Inglaterra, como noutras nações, na Idade Média, havia o costume de se considerar a carga dos navios perdidos como *salvados do mar*; e embora a lei estabelecesse que o carregamento de qualquer navio naufragado ou encalhado fôsse guardado pelo corregedor, juiz ou bailio do lugar em que o caso ocorresse, perante o qual podia ser reclamado dentro do prazo de um ano e um

---

(1) *Commercial relations*, págs. 5 e 6.

(2) «Ad Dyonisium Regem Portugalliæ, de Foedere inter Mercatores utriusque Regni», in Rymer, *Foedera*, III, 107 e Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 21.

(3) *Commercial relations*, pág. 5 e documento a pág. 298.

(4) *Idem*, pág. 6.

dia, desde que ao sinistro sobrevivesse qualquer ser, «homem, mulher, cavalo, cão, gato, galinha», ou outros — o que é certo é que as populações da beira mar não seguiam esta determinação, e, em vez de socorrerem os naufragos, deixavam operar os elementos, apoderando-se depois dos destroços e lançando mão da carga, ainda mesmo quando a tripulação conseguia salvar-se (1). O recurso dos sinistrados era apelarem para o rei, para serem indemnizados, o que várias vezes fizeram também mercadores portugueses a quem aqueles casos sucediam. Por exemplo, em Novembro de 1313 dois comerciantes de Lisboa, saídos da Flandres, em um navio, encalharam num banco de areia junto do pôrto de Romney, e ali desembarcados, combinaram dar aos homens de Romney, de Lede e de Winchelsea um quarto da carga salva; os Inglêses depois pediram um têrço, e, não chegando a acôrdo, apoderaram-se de metade da carregação, o que causava um prejuízo de mais de mil libras aos naufragos. A solução do caso foi entregue a um comissário real em 1314 (2). Factos análogos se passaram em 1318, em Padstow, com um barco que ia para Flandres, o que motivou uma reclamação de D. Denis (3), e com um certo Martim de Beck (?) do Pôrto, que encalhou em Brighteston, na ilha de Wight, para o que se fizeram inquéritos em Novembro do mesmo ano de 1318, em 1320 e 1322, até que em 1336 Martim apelou para o rei (4).

---

(1) *Commercial relations*, págs. 76-77; Roux de la Rochelle, *Villes Anséatiques*, págs. 84 e 169. Em 1294 Eric VIII da Noruega celebrou com as cidades hanseáticas um tratado, segundo o qual, entre outras coisas, os navegadores naufragados nos domínios das referidas cidades conservavam o direito à carga e ao navio: *Villes Anséatiques*, pág. 83.

(2) *Idem*, pág. 78.

(3) *Idem*, pág. 78.

(4) *Idem*, pág. 79.

Noutra ocasião dois mercadores portugueses, Piers (Peres? ou Pero?) Garcia e Martym Domingues contrataram um capitão inglês para lhes levar uma carga a Flandres, mas o capitão conduziu o navio para Yarmouth, onde êste, entregue a mãos inexperientes, naufragou; o capitão exigiu a maior a maior parte do carregamento como compensação, pelo que os Portugueses reclamaram justiça no seguinte requerimento:

«Piers Garcie et Martyn Domynges marchaunts de Portyngal, qe come ils urent affrete la nef qe est appelle le Nicolas de Jarnemue et charges en le port de Loyre en Normandie de aveyr de peis et des vyns et des autres marchandises, e quant ele fust charge le mestre de la nef, qe ad nom Richard Wadetley, e ses compaignons lour promistrent daler en Flandres a descharger, e la devoient rescevoir £ 15 sterling pour fret de la nef. Et eux qi avaient bon vent e bon temps daler en Flandres maliciousement il pristrent le chemin vers Jarnemue, e mistrent a Dovre une partie des ditz marchantz a terre, e les autres amenerent ovesques eux contre leur volonte fesantz entendant a eux qe ceo fu le chemyn de Flandres. E quant il furent a Crileerska pres de Jarnemue le mestre e les mariners sen alerent a terre e laisserent la nef a deux mariners e un garson, donc la nef ove les marchandises se perist par defaute de eux. E les marchantz sauverent partie de lour biens e les menerent a Jarnemue. E vindrent Symon seigneur de la nef e le mestre avant dit e firent arrester les petitz biens qe furent sauvez, cest a savoir le seigneur demandant la value de la nef e le mestre le fret. Le remanent de lour biens qe vient a la terre ce qe furent pris parforce en la nef a la montante de £ 600 sterling vindrent les gents du pais e empristrent chescun sa part. E vient Richard Cold mestre de la nef qe est appelle le Peter de Westminster e ses compaignons e pristrent des biens de ditz marchantz a la montante de £ 200 sterling. Par quoi prient

les ditz marchantz pour Dieu qe remedie de ceste chose lour soit fet (1)».

Afirma um autor moderno que no tempo de D. Denis já os nossos portos despachavam mercadorias para os portos da Alemanha, não documentando porém a sua afirmação (2). No entanto, se é verdadeira a interpretação dada por Braancamp Freire a alguns passos da lei de 1253 referentes a panos de *frisa,* que êle considera como da Frísia (3), região da Germânia septentrional, aí temos um indício do nosso comércio com alemães ainda em época mais antiga, quer êle se tenha feito directamente, quer por intermédio da Flandres, o que seria mais provável. Em Bruges e Londres por exemplo havia bancos, bolsas ou feitorias (comptoirs) da Liga Hanseatica, e é natural, como já vimos em relação ao último quartel do século anterior (1281 ou 1282), que os nossos mercadores estivessem muitas vezes em contacto com os traficantes da Hansa, que em 1315 obtiveram privilégios do duque João de Brabante (4). Milita ainda em favor do intercâmbio mercantil luso-alemão nesta época um facto importante: é a menção do pôrto de Lisboa no código marítimo da Liga, o *Regulamento de Wisby* (séc. XIII-XIV). Êste código ou regulamento, que tirou o seu nome da cidade norueguesa de Wisby, entrepôsto comercial do Báltico muito freqüentado pelas frotas de vários países, era uma espécie de código marítimo internacional adoptado pelos mercadores que ali aportavam para efectuarem as suas transacções. No artigo 15.º dêste Regulamento diz-se o seguinte: «Um navio arribado a Eclusa, Bordéus, Rochela, Lisboa ou outra

---

(1) *Commercial relations*, pág. 80 e o doc. a pág. 299 de onde é transcrito.

(2) Aires de Sá, *Frei Gonçalo Velho*, II, X.

(3) *Arch. Hist. Portug.*, VI, 332.

(4) Roux de la Rochelle, *Villes Anséatiques*, pág. 171.

parte não pode ser vendido sem o consentimento dos proprietários; mas se tiver necessidade de víveres, o capitão pode empenhar uma parte dos aparelhos do navio (1)».

Diz o historiador das cidades da Hansa, de onde extraímos êste artigo do código, que êle publica na íntegra, que entre os portos freqüentados pelos Hanseáticos se contavam Bordéus, Baiona, Marselha, Lisboa, Cádis, Sevilha, Barcelona, Livorno, Nápoles, etc. (2). Veremos mais adiante como é nêste século que nos aparecem também alemães ou flamengos residentes em Portugal, aos quais foi dada uma capela.

Em 7 de Maio de 1325 Eduardo II escreve a Afonso IV recomendando-lhe um certo Bernardo de Payusolio, e tratando de algumas providências sôbre comércio (3). De Inglaterra continuavam a vir panos para Portugal, como anteriormente; um documento de 1331 diz que D. Vasco, Bispo do Pôrto, doou à igreja de Bouças, diocese do Pôrto «Unum frontale Altaris fodrato de pano viridi.. auro contexto de Opere Anglicano» (4). Em 1338 quatro Portugueses alugaram em Southampton um navio para levarem de Espanha e Portugal para Inglaterra vinho, azeite e outras mercadorias, tendo-lhes Eduardo III concedido a sua protecção desde Janeiro até o Pentecostes (5). Nesta mesma época, entre 1337 e 1339 o soberano inglês fêz correr algumas proclamações que concediam facilidades a mercadores de Portugal, Espanha e outros países amigos da Inglaterra, para evitar os actos de

---

(1) Roux de la Rochelle, *Villes Anséatiques*, pág. 76, e também págs. 86 e 112.

(2) Idem, *Ibidem*, pág. 91.

(3) «Ad Regem Portugalliæ, de Providentiis faciendis & cariandis in Vasconiam» in Rymer, *Foedera*, IV, 146 e Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 23.

(4) Fortunato de Almeida, *Hist. da Igreja em Portugal*, II, 328.

(5) *Commercial relations*, págs. 39 e 48.

violência cometidos pelos Inglêses contra os mareantes estrangeiros que viajavam em águas britânicas ou outras incluídas na zona de guerra entre a Grã-Bretanha e a França, envolvidas por êste tempo na guerra dos cem anos (1). No ano de 1338 Afonso IV concedeu a um subdito inglês da Gasconha, que parece já vivia em Portugal havia 5 ou mais anos, a garantia de realizar o seu comércio sem receio de represálias contra um incidente passado com barcos portugueses que iam para a Normandia e para a Flandres (2); um diploma português, aduzido por Gama Barros, refere-se com efeito a um Pes de Lascar que alegava morar havia mais de quinze anos em Lisboa como mercador (3). Em 15 de Fevereiro de 1342 Eduardo III envia uma circular, em latim, às autoridades de vários portos sôbre as providências que se deviam tomar para proteger os mercadores portugueses e espanhóis contra os corsários (4). No mesmo ano surge um incidente entre as duas corôas: um navio português carregado de panos ingleses foi apresado ao largo de Winchelsea e levado para Dermouth (Dartmouth), em virtude do que Afonso IV reclama a Eduardo III, que dá satisfação em carta de 24 de Junho de 1343 (5). Por seu lado o soberano português dá instruções em 1344 para que nenhum dos nossos navios vá a corso contra os Inglêses (6). A 8 de Janeiro do mesmo ano, Eduardo III, envia uma carta a Afonso IV

---

(1) *Commercial relations,* pág. 81.

(2) *Idem,* pág. 39 e G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 422.

(3) *Hist. da administ.*, IV, 422 onde cita *Chancellaria de D. Affonso IV*, liv, IV, fôlha 32.

(4) Figanière, *Manuscriptos portuguezes do Museu Britanico,* pág. 41.

(5) «Littera missa Regi Portugaliæ», in Rymer, *Foedera,* V, 372; Santarém, *Quadro elementar,* XIV, 28; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 422; *Commercial relations,* pág. 82.

(6) Santarém, *Quadro elementar,* XIV, 29; *Comm. relations,* pág. 82; G. Barros, *Hist. da administ.,* IV, 422.

àcêrca dos danos causados pelos Inglêses aos Portugueses no pôrto de Brest (1), e em 24 do mesmo mês e ano é publicada uma outra carta a favor dos vassalos portugueses (2). O estado de guerra tornava, a maioria das vezes, improficuas estas proclamações e facilidades em favor do comércio, pois os desacatos e feitos de pirataria continuavam saltando desenfreadamente por cima de convenções e acôrdos. Navios portugueses foram saqueados por marinheiros de Baiona, e um certo João Afonso de Tavira, que foi apresado com um carregamento de frutas quando se dirigia para Flandres, foi obrigado a ir para Sandwich e a assinar um documento em que se declarava que aqueles actos eram legítimos feitos de guerra por ser o rei de Portugal inimigo do de Inglaterra. Depois foi dada satisfação ao mercador português (3). Pouco depois da rotura das negociaçõns do casamento de D. Leonor, filha de Afonso IV, com o filho de Eduardo III, para o que vieram a Portugal em 1345 os embaixadores ingleses André de Oxford, Ricardo de Sahan e Felipe de Barton (4), como já se disse, o rei de Inglaterra concedeu autorização a um mercador português para embarcar directamente para Portugal dezoito peças e meia de pano que tinha comprado em Southampton com o produto da venda de nove cascos de azeite (5). Em 25 de Julho de 1352 o soberano inglês envia aos seus almirantes uma carta patente a favor dos Portu-

---

(1) «Littera missa Regi Portugalliæ», in Rymer, *Foedera*, v, 402; Santarém, *Quadro elementar*, xiv, 29; *Comm. relations*, pág. 82; G. Barros, *Hist. da administ.*, iv, 422.

(2) «Præceptum de Proclamatione pro Subditis præfati Regis» in Rymer, *Foedera*, v, 402; Santarém, *Quadro elementar*, xiv, 31; *Comm. relations*, pág. 82; G. Barros, *Hist. da administ.*, iv, 422.

(3) *Commercial relations*, págs. 83–84.

(4) Rymer, *Foedera*, v, 482, 573 e 574; Santarém, *Quadro elementar*, xiv, 33–35; Vila Franca, *D. João I e a aliança ingl.*, pág. 32.

(5) *Commercial relations*, pág. 40.

gueses que fossem negociar a Inglaterra, e nela vem citados os nomes dos mercadores e de alguns navios, que são os seguintes: «Domyngus Clericus, Magister Navis vocatæ la Seint Marie de Port; Gunsalus Alfonsi, Magister cujusdam Navis de Lysbone; Petrus de Seynt Martyn, Magister Navis vocatæ la Seinte Clare de Lysbone; Johannes Rodryges, Magister Navis vocatæ la Seinte Salveur de Portugalia; Salvador Ferrero, Magister Navis vocatæ La Seinte Esprit de Port Portugal; Johannes Ordelo, Magister cujusdam Navis de Lysbone; Gunricius de Lynpas, Magister Navis vocatæ la Seint Johan, de Lysbone etc.» (1). Em 1 de Agôsto de 1352 Eduardo III enviou uma nova carta a Afonso IV, com a qual pretende entrar em negociações para um tratado de mútua amizade e comércio entre os dois países (2), certamente o de 1353, tratado que viria legalizar o tráfico que particularmente e a coberto de privilégios ocasionais se realizava já entre negociantes de ambas as nacionalidades. Estas negociações tinham sido abertas por intermédio de dois mercadores portugueses, Gomes de Limpas — certamente o mesmo «Gunricius (*sic*) de Lynpas, Magister Navis vocatæ la Seint Johan de Lysbone» de que se fala na carta patente supra citada — e Affonso Aylo (Alho), do Pôrto, o negociador do tratado, os quais tinham sido portadores de uma carta de Afonso IV em que êste assegurava protecção aos subditos ingleses que viessem a Portugal, por terra ou por mar, e em que pedia idênticas regalias para os subditos portugueses. Estes dois mercadores informaram o monarca britânico de que pelo Natal chegariam a Inglaterra enviados régios para

---

(1) «Pro Hominibus de Portugalia» in Rymer, *Foedera*, v, 740; Santarém, *Quadro elementar*, xiv, 24 e 36; *Commercial relations*, pág. 41; G. Barros, *Hist. da administ.*, iv, 423.

(2) «Ad Regem Portugalliæ Responsalis super mutuæ Benevolentiæ & Amicitiæ Foedere», in Rymer, *Foedera*, v, 741; Santarém, *Quadro elementar*, xiv, 37; G. Barros, *Hist. da administ.*, iv, 423.

negociarem o tratado, mas verificou depois Eduardo III que êles iam comissionados pelos mercadores de Lisboa e Pôrto, e não pelo rei, o que não obstou a que se concluisse o tratado (1). Pouco antes da publicação dêste ainda o soberano inglês concedeu em 15 de Julho de 1353 um salvo conduto a todos os mercadores portugueses que passassem por Inglaterra (2) e anteriormente já alguns navios de Lisboa e Pôrto iam pescar às costas inglesas e francesas a coberto da benemerência régia britânica (3).

(*Continua*). L. Saavedra Machado

---

(1) *Commercial relations*, págs. 41 e 42; G. Barros, *Hist. da adminis.*, IV, 423.

(2) «Pro Mercatoribus Portugalliæ & Algarbiæ, consideratione Alfonsi Regis» in Rymer, *Foedera*, V, 756 e Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 38.

(3) Rebêlo da Silva, *Hist. de Portugal*, IV, 481.

A RELIGIÃO GREGA (1)

Esta mesma necessidade de suporte sensorial de que partirá depois para uma concepção ideal fêz que o grego, desde a época arcaica, modelasse estátuas de deuses; tendo no templo uma moradia, como os homens, o deus precisava de se lhes assemelhar. As estátuas dos deuses não deviam ter, a princípio, excedido as proporções humanas; e a rudeza da sua técnica, embora não se tenha conservado nenhuma das ξόανα primitivas trabalhadas em troncos, evidencia-se através dos mármores quási ainda se ressentem do talhe na madeira.

São como que cortadas a enxó numa trave, braços colados ao corpo, pernas juntas e, quando o vestido cai até os pés, as pregas quási se não desviam da vertical; no rosto mal se acusam as feições, mal se cavam os relevos, nada faz prever o brilhantismo da escultura posterior.

Entre os actos de culto havia as festas atléticas; era costume que o vencedor dos jogos, em reconhecimento ao deus que lhe dera a vitória, depusesse no templo a sua própria estátua; ali ficaria para sempre, adorando o deus, trazendo-lhe a oferta, sôbre tôdas querida, das linhas harmoniosas e bem desenvolvidas do seu corpo.

Como as estátuas votivas eram a recordação dos atletas, as estátuas funerárias eram a recordação do morto e ao mesmo

---

(1) Cont. do n.º 1, pág. 106.

tempo, decerto, a maneira de fixar determinadas influências mágicas.

Para reproduzir um atleta ou um morto, o grego era obrigado a estudar o modêlo humano; para o atleta, porque isso interessava em especial, a disposição das linhas corporais, a resolução dos problemas anatómicos do repouso e do movimento; para a estátua funerária, a semelhança fisionómica era indispensável; pelo estudo dos corpos e pelo estudo das faces, o escultor grego, à medida que ia adquirindo uma maior habilidade técnica, ia também seleccionando os elementos de Beleza com que executaria as estátuas ideais das divindades.

Nem o atleta, porém, visto no movimento da palestra, no esfôrço físico do lançamento do disco ou da corrida, nem o morto, cuja máscara traduzia em si alguma coisa do horror da agonia, da incerteza do além-túmulo, da saüdade da vida — podiam dar ao escultor o meio de realizar a serenidade, a calma majestosa que eram atributo dos grandes deuses.

É ainda a religião que vem em seu auxílio e, mais uma vez inspiradora da arte, lhe ensinará a atingir essa nobre serenidade por que anseiam os artistas, lha mostrará perfeita, absoluta, na face dos iniciados nos mistérios; êsses não tinham medo da morte, consideravam-na um bem e não um mal, porque lhes daria um mais íntimo e profundo contacto com a Natureza. Os tipos das estelas do Cerâmico são os inspiradores dos artistas para a realização das estátuas divinas.

Em face do morto, já divinizado, os vivos são bem pequenos; suas representações simbólicas serão as estatuetas de Tanagra e de Mirina, as dansarinas de leves véus que volteiam no bailado gracioso, as virgens que, piedosamente, com uma melancolia na face pendida, levam na ânfora o leite e o mel que derramarão sôbre o túmulo querido, os

efebos que recordam ao morto a sua mocidade distante, as mil figuras que lhe dizem que os vivos pensam nele perpètuamente, carinhosamente.

Mas, se o morto ou o atleta, ambos heroificados, têm as proporções humanas, os deuses devem-se distinguir dêles pela estatura elevada; vem então o desejo de fazer as estátuas de deuses de proporções colossais, a Atena do Partenône, o Zeus de Olímpia. Estas duas estátuas criselefantinas, enormes, no esplendor fulvo do ouro e no polido ebúrneo do marfim, deviam dar a quem entrava no templo uma extraordinária impressão de magnificência, de riqueza e de majestade. ¿De que valia, no entanto, a aparência? O grego, que tem, ao contrário do que pretendeu Spengler, o sentido e o amor da duração, depressa viu o defeito das estátuas criselefantinas, essa limitação no tempo que pairava como uma ameaça sôbre o deus, e condenou-as.

Estátuas de deuses e estátuas de homens... Tôdas nasceram inspiradas pela religião, em tôdas pela Beleza se revela o divino, por elas desceu a divindade até o homem; animou-se a estátua que Pigmalião esculpira, por todo o fervor que o artista pôs no seu trabalho, por todo o agrado dos deuses ao contemplarem a obra de Perfeição.

E não falemos de feiticismo, nem de idolatria; reconhecendo em todos os domínios a superioridade do espírito helénico, não queiramos, esmagando Verdade e negando Beleza, continuar a seguir cègamente as opiniões que tiveram diante das estátuas gregas certos Padres da Igreja, embuídos do espírito judáico, inimigo da Arte.

II

Os deuses revelam-se pela arte, na perfeição duma estátua, no conjunto rítmico e harmónico dum templo. Para se dirigir aos imortais e apreender tôda a sua divina Beleza o

homem tem de possuir uma alma pura, limpa de todo o crime, digna de entrar em comunhão com os deuses.

Quando o homem se tornava culpado, os Erínias saíam dos reinos subterrâneos e vinham persegui-lo contínuamente, não lhe deixando um momento de repouso, agitando em sua volta a cabeleira de serpentes; impelido de logar em logar, prêso do remorso do crime, o culpado sofria a suprema tortura de se ver privado da calma serenidade da Beleza.

Mas um deus tivera piedade do homem e ensinara-lhe os ritos que purificam; Apolo, luz sem mancha, pura e boa, acolhia os criminosos, para todos tinha perdão e esquecimento. Não bastava, porém, que o rito fôsse observado em tôdas as suas minúcias para que a indulgência do deus descesse sôbre o criminoso; era necessário que o arrependimento lhe tivesse enchido a alma e que estivesse pronto a fazer o sacrifício expiatório, com sinceridade, não cuidando de palavras e de actos, mas da sua profunda significação.

A κάθαρσις, a purificação, aparece-nos entre os gregos como um acto de inteligência e de sensibilidade, colocado sob a protecção de Apolo, o deus que as reünia; o homem purificado é aquele que poderá sentir a Beleza; a tragédia, diz-nos Aristóteles é uma forma de κάθαρσις.

Pela κάθαρσις, o deus concede ao homem que se maculou a possibilidade, essencial para o grego, de compreender e de sentir a Beleza; o rito é inútil, desde que se não atinja êsse estado de alma, desde que se continue indiferente diante duma esbelta colunata iónica, das divinas formas de Afrodite ou da curva do céu; o castigo continua incidindo sôbre a alma do culpado e serão infrutíferas tôdas as preces e todos os sacrifícios; só quando êle, interiormente, pelo esfôrço de ascensão para Deus, atingir o sentimento da Beleza é que se pode considerar perdoado pelos imortais.

De tôdas as concepções da religião grega esta é das mais nobres e mais puras: o homem toma como castigo

não sentir a sua alma em estado de Beleza e só se encontra plenamente justificado perante os deuses, quando, pela sua actividade íntima, a sua alma se liberta e, em face das obras de arte, lhe acodem as reminiscências das Ideas puras.

Alma liberta de todo o pecado, porque ama a Beleza, o grego pode então dirigir-se à divindade pela prece; mas antes que o faça êle deve testemunhar ao deus o seu desejo de comungar com êles e o seu amor pelos outros homens; amor de Deus e amor do Homem, eis tôda a significação do sacrifício.

É possível que a princípio o sacrifício simbolizasse a queda por um alimento animal, a expiação da morte da primeira rez; por qualquer circunstância, o homem, primitivamente frugívoro, teria sido obrigado a alimentar-se com a carne de animais, até aí sagrados para êle; abatera o primeiro e logo sentira todo o horror do seu crime: matara um companheiro, um amigo, e o seu primeiro movimento foi de fuga; depois, para que os deuses lhe perdoassem, fazia-os tomar parte no festim. O rito estranho das Bufónias, antiqüissimo, reproduzia com pormenorização a scena primitiva: havia a fuga do sacrificador, a acusação de todos os que tinham tomado parte na cerimónia, finalmente a condenação dos instrumentos que tinham servido para cometer o crime.

Mas o ritual das Bufónias já não era cabalmente compreendido pelos antigos; o sacrifício perdera êste carácter de dramatização das tradições àcêrca da troca do alimento vegetal pelo alimento animal e passara a ser um acto que testemunhava a reverência do homem pelos deuses e o seu desejo de união com os outros homens.

Sacrifícios propiciatórios, encarregados de chamar sôbre o oferente a atenção dos deuses, e sacrifícios expiatórios que aplacam a sua cólera — ambos entram no mesmo simbolismo da mais larga comunhão; nos primeiros, o homem

mostrava-se merecedor dos favores da divindade, no segundo, digno de perdão, porque, se o crime fôra contra os deuses, êle vinha no desejo sincero de comunicar com êles, se contra os homens, a sua reconciliação ficaria firmada pelo repasto em comum.

Ao contrário dos povos orientais, o grego não faz consumir pela chama tôda a vítima que abateu ante os altares; apenas uma parte é lançada ao fogo e sobe, na chama que para o céu tende a erguer-se, até a moradia dos deuses, completamente purificada pelas virtudes do lume; a outra parte é dividida entre o sacrificador e os assistentes à cerimónia.

Todos êles ficam sendo simultâneamente convivas do deus e convivas dos homens; comer com os deuses era a garantia de que se era puro e se estava na sua graça: na idade de ouro, quando a virginal Astrea, não tinha ainda partido para os céus e todos viviam numa inocência primitiva, os deuses muita vez vinham sentar-se à mesa dos homens e tudo resplandecia de imortal claridade; comunicando com os deuses, por meio do alimento que subira de material a místico, o homem renovava êsse estado de primitiva pureza.

Já vimos, porém, a propósito do significado do frontão no templo, como o grego foge da ascese, da completa absorpção em Deus; e, se os seus templos não possuíam essa fuga gótica para o céu, também a sua comunhão se não desprendia completamente da terra; nem os deuses o quereriam: o homem deve ser amigo do homem, criação divina; daí o repasto com os parentes, os convidados, os amigos.

Como para abater a vítima sagrada apenas era preciso estar puro e nenhuma fórmula secreta se tinha de conhecer, qualquer homem podia oferecer o sacrifício aos deuses e elevar até êles as suas preces.

Estas, efectivamente, ao contrário do que acontecia na Judeia e se dará mais tarde em Roma, e das duas origens

passará para outras religiões, não eram um conjunto de fórmulas rígidas, sempre as mesmas, sucedendo-se absolutamente na mesma ordem, o que conduz ao ritualismo puro. Em nenhum acto de culto se mostrava, talvez, mais claramente o amor da liberdade, da αἵρεσις que se nota em tôdas as manifestações do espírito helénico; αἵρεσις era o direito de escolha de que nenhum grego abdicaria: da αἵρεσις, graça dos deuses, se fêz a «heresia», inspiração do diabo.

Só o sentimento do homem ditava a prece; nada imposto, nada obrigatório, apenas a expressão da vontade individual; e, se a prece grega nos aparece ordinàriamente dividida em três partes — a invocação, a sanção e a prece pròpriamente dita —, isso resulta da lógica interna do acto e não da subserviência a um modêlo.

Na invocação, o grego chamava o deus, com os epítetos que lembravam os serviços prestados ao homem e que, mais que outros, podiam ser gratos à divindade; na sanção recordavam-se as boas acções praticadas pelo suplicante, ou, o que era uma forma inteligente e delicada de prender a divindade, o amor que sempre o deus tinha mostrado por êle; na parte final da prece, na εὐχή, o pedido, indicava-se ao deus o desejo que se queria ver satisfeito.

É evidente que, para o homem comum, nem sempre os pedidos feitos estariam dentro duma alta moralidade e que os filósofos têm razão quando condenam o modo como se faziam certas preces; ¿mas qual será o povo que lance a primeira pedra ao grego? E as preces colectivas, como as preces dos espíritos superiores, são duma Beleza tal que redimem plenamente os pedidos imorais que acaso se faziam à divindade; em Atenas, nas festas públicas, rogava-se aos deuses que «dessem bem-estar e saúde aos cidadãos atenienses, a suas mulheres e seus filhos, a tôda a região, a todos os aliados» (Arist., *Aves,* v. 879); Esparta pedia o Belo e o Bem (Platão, *Alc.* II, p. 148 *c*); e Xenófanes, o filósofo de

Colofonte, τὰ δίκαια δύνασθαι πρήσσειν, «poder realizar o Bem» (*Eleg.* I, 15-*b* — Zielingky).

Não havendo fórmulas que necessitassem aprendizagem, os sacerdotes não eram, como no Egipto, na Judeia, na Mesopotâmia, uma corporação de indivíduos educados desde muito cedo para desempenharem a função de intermediários entre os deuses e os homens; qualquer cidadão podia ser sacerdote, desde que não tivesse defeito físico, que fôsse ἀσφαλής: sempre a suprema condição de Beleza grata aos deuses.

Embora certos sacerdócios fôssem hereditários em algumas famílias, a dos Eumólpidas, a dos Butades, a dos Asclepíades, não houve na Grécia, dentro da sociedade, uma casta fechada, com uma vida diferente da dos outros cidadãos, com mais autoridade do que qualquer outro para falar da divindade, com mais seguros processos de fazer que esta atendesse os suplicantes.

Dêste modo, a Grécia, onde a religião exercia uma tão grande influência sôbre todos os actos da vida pública, soube evitar uma teocracia que teria destruído, sufocando-as, as suas mais belas qualidades de iniciativa, de audácia, de amor do novo. As funções dos sacerdotes limitavam-se a sacrificar as vítimas e a cuidar do templo, administrar o tesouro, preparar as grandes festas religiosas, assistir, com o sacerdote de Dioniso no teatro de Atenas, às cerimónias em honra do deus que serviam.

Se o homem comunica com os deuses por meio do sacrifício, a cidade também presta o seu culto aos imortais por meio das grandes festas em que todos colaboram e se unem no mesmo movimento de gratidão e de amor. Nelas se levavam à divindade, mais do que as hecatombes, as oferendas que lhe provavam quanto os homens a venerava e gratamentc cuidavam das suas dádivas: a glória dos corpos e a glória das almas, os músculos equilibrados dos atletas e os rítmicos

versos dos poetas, os jogos de Olímpia e as tragédias das Dionisíacas.

CAPÍTULO QUARTO

I

O culto da cidade ia naturalmente para o seu protector, para o deus que afastava os inimigos das muralhas e não deixava que a discórdia dividisse os cidadãos. E, representando a sua gratidão pelos favores do deus, faziam-se entrar nas festas todos os elementos pelos quais prosperava a cidade.

Dentre tôdas as festas do culto cívico eram notáveis as Panateneias que se realizavam em Atenas, no terceiro ano de cada Olimpíada, no mês de Hecatombeône (Julho-Agôsto).

Durante alguns dias tôda Atenas estava cheia de ruído e de vida; das aldeias da Ática chegavam os camponeses envolvidos nos amplos mantos, na cabeça o pétaso que os protegia do sol; traziam os seus carregamentos de figos, de azeite puríssimo, de bolos de mel; logo se perdiam entre os cidadãos de Atenas que, fechadas tôdas as oficinas e tôdas as lojas, enchiam as ruas e as praças da alegre e harmoniosa música da sua fala.

Começavam os jogos; uma multidão ansiosa pelos resultados da luta, interessada em cada pormenor, cobria as bancadas do vasto estádio. Primeiro corriam os carros e lembrava-se o bom rei Erictónio que pela primeira vez organizara o certame; passavam galopando os fogosos cavalos; as rodas, na velocidade da carreira, eram apenas um disco brilhante, mal se distinguia entre a poeira o condutor; iam num relâmpago junto do marco que indicava a volta e, na curva rápida, os carros todos se inclinavam a um lado: o momento de perigo passava e de novo, num turbilhão, os cavalos galopavam ante os degraus apinhados de povo; e,

quando o carro vencedor cortava a meta, uma imensa aclamação rompia do estádio, reboava até as encostas dos montes, ia sôbre o mar dizer a Poseidône que os atenienses continuavam amando e cultivando a sua dádiva.

Depois eram os jogos gínicos; havia, sob o sol claro, a brilhante parada dos corpos dos atletas, perfeitos na sua nudez, modelos de artistas; silvavam os discos e os dardos, com emoção se acompanhavam as fases da luta, e, como mármores vivos e divinos, correndo bem, rìtmicamente, os jovens de Atenas passavam, disputando com ardor o vaso de azeite, prémio da vitória.

Á noite havia as corridas de fachos; cada corredor levava na mão um facho que não devia deixar apagar-se pela velocidade da carreira; habilidade e presteza marcham conjugadas nesta corrida em honra dos deuses, símbolo perfeito, realização completa do ideal de justo-meio que sempre possuíu o espírito helénico.

Também o mar era lembrado nas grandes festas de Atenas; cada tribo tinha aparelhado as suas trirremes e sôbre as ondas azuis, ao bater concertado dos remos, elas pareciam querer libertar-se das águas, voar até os deuses, levar-lhes o tributo que a cidade devia por assim lhe terem concedido os músculos fortes dos remadores, o segrêdo das construções náuticas, a inteligência e a habilidade dos pilotos.

Se apenas, porém, se tivesse glorificado o corpo, os jogos das Panateneas não teriam exprimido todo o reconhecimento do homem pelos bens que os deuses lhe deram; a inteligência e o espírito tinham o seu logar marcado nestas grandes festas religiosas. Os rapsodos cantavam, diante do povo reünido, os poemas de Homero; iam passando episódios do cêrco de Troia, um largo entusiasmo palpitava e fremia em todos os peitos quando Aquiles, o de rápidos pés, soltava o seu grande grito de guerra e o exército de Troia vacilava

na planície do Ecramandro; depois o canto, de onde a onde sustentado pelas notas graves das cítaras, dizia a longa saüdade de Ulisses prisioneiro de Calipso, as aventuras extraordinárias do herói, os trabalhos do mar... E Atena, a grande deusa de olhos claros, aparecia sempre junto de Ulisses, inspirando-lhe estratagemas, consolando-o na sua dor, combatendo no palácio de Ítaca contra os pretendentes.

No Odeon, os mais hábeis auletas e citaristas tiravam dos instrumentos as harmonias que embalam a alma, lhe dão o entusiasmo que transporta aos céus; alternadamente, ouviam-se a voluptuosidade, a elegância, o gracioso sorriso do modo iónico, a severidade, a tensão espiritual, a nobreza do modo dórico. Depois, belos corpos femininos e efebos de esplêndida formosura vinham dansar: e eram as curvas sempre renovádas e sempre harmoniosas, a marcha cadenciada e serena, de súbito um entusiasmo dionisíaco que agitava os corpos nus ou fazia esvoaçar os véus finíssimos; a espaços se elevava, duma garganta fresca e juvenil, o canto que dizia a glória e a beleza de Atenas «coroada de violetas», a sabedoria de Palas, a formosura de Apolo e o desejo, o amor, a embriaguez de viver, tendo na alma o azul do céu e a pureza dos mármores pentélicos. E, vendo a dansa e ouvindo os cantos e a música, o grego adorava, em todo o recolhimento da sua alma, num supremo amor pela Beleza, a Trindade sacratíssima do rítmo, a Corea divina.

No último dia realizava-se o cortejo das Panateneas. Já nove meses antes, no mês de Pianópsio (Outubro-Novembro), as raparigas e as mulheres de Atenas mais hábeis na arte de tecer tinham começado, sob a vigilância e direcção da sacerdotiza de Atena, a trabalhar no *peplos,* o véu sagrado que, em procissão, todo o povo da cidade iria oferecer à deusa protectora.

Sôbre o véu estavam bordadas figuras que lembravam a história da deusa e as glórias da cidade; nêle se viam a luta

de Atena com o gigante Encélado, um dos que tentaram escalar o céu, a sua disputa com Poseidône e a oliveira sagrada que surgia do solo pela vontade da deusa; depois, eram proezas de Erictónio e de Teseu, combates com monstros, lutas com os inimigos da cidade, os retratos dos atenienses que nunca tinham esquecido a sua Pátria e haviam contribuído para a sua grandeza.

O cortejo formava-se no Cerâmico, o bairro industrial de Atenas, a parte mais próspera da cidade; todo o povo vinha admirar o véu sagrado que, suspenso das vêrgas duma trirreme, desenrolava sob o sol que o enchia de oiro e de lucilações, a glória dos deuses e dos homens. Tôda a cidade resplandecia de brancura, sentia-se que, do grande céu, tão azul, tão puro, os deuses assistiriam ao marchar do cortejo; ao longe o mar brilhava e as Nereidas, os Tritões elevavam sôbre as ondas a cabeleira de espuma. Iam chegando as canéforas, com os vasos de sacrifício, os magistrados, os sacerdotes, os velhos que, escolhidos entre todos pela sua beleza, levariam os ramos de oliveira; impacientes, escarvavam o solo os cavalos montados pelos efebos.

Punha-se finalmente em marcha o cortejo; a trirreme deslizava sôbre as rodas, o vento leve, cheio de perfumes de mar e de flores, vinha, cariciosamente, ondular o manto da deusa; à frente caminhavam os sacerdotes, belos nos seus vestuários de festa, depois os magistrados que o povo encarregara da administração dos tesouros sagrados; em seguida, as canéforas, as mais belas e puras virgens de Atenas, envolvidas nas pregas elegantes dos mantos, amplos, mas deixando adivinhar tôdas as linhas finas e belas dos seus corpos, avançavam, a passos lentos, levando nas mãos os vasos com as libações do sacrifício; ainda hoje, no friso de Fídias, as canéforas gentis passam inclinando a cabeça, no seu nobre pudor de virgens; iam entre alas de povo, recolhido e reverente: e as bênçãos dos cidadãos subiam para a deusa por-

que ela lhes dava aquela floração de corpos virgens e concedera à mocidade de Atenas o previlégio da Graça e da Beleza.

Graça e Beleza que não estavam ausentes da própria velhice; a-pesar-dos cabelos brancos, os velhos atenienses marchavam esbeltos e elegantes, a levarem à deusa os ramos de oliveira, na recordação dos benefícios que a árvore sagrada trouxera a tôda a Ática; alguns, mais presos à tradição, levavam, segurando os cabelos, uma cigarra de oiro — e todos, de espírito eternamente jovem e seduzido pela Beleza, agradeciam aos deuses, do fundo da alma, que mais uma vez lhes tivessem permitido tomar parte no cortejo sagrado.

Ao lado das vítimas que tinham vindo das colónias e dos demos atenienses e a que se juntavam as da cidade, caminhavam auletas e citaristas; quando os animais fôssem imolados ante o Partenône, a melodia dos seus instrumentos cobriria os gritos de dor e impediria que na cerimónia houvesse uma só nota de tristeza.

O cortejo era longo e vinham ainda as filhas dos metecos que, não podendo levar, por não terem direito de cidade, os vasos sagrados, transportavam ânforas, as cadeiras em que se sentariam as canéforas, os guarda-sóis de cores vivas que, durante a cerimónia na Acrópole, cobririam as virgens; e de novo os atenienses bemdiziam os deuses, porque a sua cidade era tão brilhante, tão próspera e bela, que de todos os lados acorriam os estranjeiros e nela se fixavam como industriais e comerciantes; alguns mesmo rivalizavam com os cidadãos no culto das Musas divinas.

No fim da procissão, a flor dos jovens de Atenas, firmes sôbre os cavalos, fazia-os caracolar e voltear; eram a esperança da pátria, a sua mais segura defesa; sucediam-se os homens armados e os carros de guerra e Atena, vendo-os junto do seu templo, estaria tranqüila pela sorte da cidade.

Vindo do Cerâmico, o cortejo passava pela porta de Dí-

pilo; estavam fechadas tôdas as lojas, não se ouvia o girar das rodas dos oleiros, nem o bater do ferro, nem o repicar dos cinzéis; todos os artistas assistiam com a alma penetrada de Amor e de Beleza à passagem das virgens e dos efebos; depois, no labor da oficina, seria a fixação nos vasos e nos relevos da marcha gloriosa e admirável.

A ascenção da Acrópole começava pelo lado de oeste, o único acessível; por meio de máquinas, a trirreme subia a rampa e o cortejo entrava pelos Propileus, o muro de mármore que cinco largas portas atravessavam; dum lado e doutro, pórticos elegantes levantavam graciosamente as suas colunas. Logo a seguir, o templo de Atena Νική, a Atena da Vitória, relicário da mais pura graça iónica, aparecia, com os seus relevos de inexcedível finura; na balaüstrada, em volta, uma Vitória atava a sandália e tôda se curvava numa elegância suprema, na delicadeza harmoniosa das pregas do vestuário, outra coroava um troféu, uma terceira conduzia um touro ao sacrificio...

Pela Via Sagrada, o cortejo desenrolava-se em todo o seu esplendor magnífico; começavam os cantos e as músicas, mais vivamente pareciam agitar-se no véu as figuras dos deuses e dos heróis; para a esquerda, a Atena Prómaco, forte e alta, guardava a cidade, e a cimeira do capacete, brilhando ao sol, coroava a deusa dum halo de oiro.

Então o Partenône surgia em tôda a sua Beleza: as oito colunas da fachada, admiráveis de proporções e de elegância, as decorações perfeitas das métopas que representavam as lutas dos Gigantes, os combates de Teseu com as Amazonas, o frontão em que o escultor contava o nascimento de Atena, na majestade dos deuses que se agrupavam dum lado e doutro, — tudo contribuía para uma impressão de imponência, de sumptuosidade, de eurítmica grandeza.

A porta monumental estava aberta de par em par e, embora os fiéis não penetrassem no templo e as cerimónias se

fizessem ao ar livre no recinto sagrado do *témenos,* via-se por ela, entre a dupla fila de colunas, ao fundo do *naos*, a grande estátua criselefantina da deusa, a obra-prima de Fídias, resplandecer no ouro, no marfim, nas pedras preciosas que representavam os olhos.

À volta do *naos*, todos os que tinham tomado parte no cortejo viam a sua própria representação, no mármore do friso; centenas de figuras se sucediam umas após outras, sem acumulação, no mais belo conjunto; os deuses aguardavam a chegada da procissão e a graça de Afrodite unia-se à severa castidade de Artemísia; e vinham as ἐργαστῖναι que tinham tecido o *peplos* sagrado, as canéforas e os talóforos, os metecos e os cidadãos, os magistrados e os cavaleiros, tôda a glória, tôda a riqueza, tôda a magnificência de Atenas. E em todos palpitavam a mesma piedade, o mesmo fervor religioso, grave e alegre, a mesma comunicação com os deuses imortais.

A chama dos sacrifícios elevava-se aos céus, soavam as flautas e as cítaras, ouvia-se o canto das virgens; em tôdas as almas o mesmo anseio de Beleza e de Amor; e até que se renovasse, quatro anos depois, a cerimónia sagrada, cada ateniense, cada colono, cada estrangeiro, levava dentro de si a mesma lição admirável de civismo, de amor da Pátria, dos Deuses, da Vida.

*

Não era, porém, esta a única festa em que Atenas agradecia aos deuses a sua benevolência; Enéforas, crianças de sete a onze anos, iam agradecer aos deuses, numa cerimónia misteriosa, o orvalho que apaga a sêde da terra; no mês de Targélio durante dez dias, purificava-se o templo e os objectos de culto, a procissão ia até o Erecteio levar, como oferenda à divindade, um prato de figos, dos doces figos da Ática; nas Antestérias, a festa das flores, na véspera dos

belos dias da primavera, os atenienses recordavam os seus mortos e as almas vinham assistir a banquetes e espectáculos.

A tôdas se sobrepunha pela sua magnificência e pelo seu significado, a festa de Dioniso, as grandes Dionisíacas urbanas. Celebravam-se um mês depois das Antestérias, em plena primavera, na embriaguês do renôvo da terra.

Atenas enchia-se de colonos, de estrangeiros, de camponeses, que vinham admirar o cortejo sagrado de Dioniso e assistir às representações dramáticas. O cortejo ia do Leneu até a Academia, atravessando o Cerâmico, percorrendo assim a parte mais bela de Atenas; os coros cantavam os ditirambos dos maiores poetas líricos da Grécia, os Sátiros e os Silenos dansavam em volta da imagem do deus coroado de heras; e os cidadãos iam oferecer a Dioniso grinaldas de violetas e as primeiras flores da primavera.

Em seguida tôda a multidão se dirigia ao teatro de Dioniso, situado na encosta da colina da Acrópole; das bancadas viam-se ao longe brilhar ao sol as ondas de Salamina, mar de glória; o anfiteatro regorgitava de homens que tinham vindo de Esparta, da Iónia, de cidadãos e de habitantes dos demos atenienses; a pouco e pouco um grande silêncio descia sôbre o teatro, o sacerdote de Dioniso sentava-se na sua cadeira de mármore, o côro entrava em scena e a representação começava.

A origem da tragédia, a-pesar-de todos os estudos feitos, não se encontra ainda perfeitamente aclarada; mas, dum modo geral, podemos derivá-la do ditirambo dionisíaco; nas festas do deus cantar-se hiam as suas aventuras, muitas delas dolorosas, todo o côro lamentaria a sorte de Dioniso; a esta base primitiva juntar-se hiam depois lamentações trágicas como as que se usavam em Sicíone, na comemoração do herói Adrasto — e o quadro de temas alargara-se pela influência dos poemas homéricos.

Menos interessa, porém, conhecer a origem da tragédia, evidentemente religiosa, do que a sua significação e o seu papel na vida espiritual dos gregos; ¿qual a razão porque o grego a considera como uma das grandes criações do seu génio, qual a razão por que Aristóteles a apresenta como uma κάθαρσις, uma purificação?

Vimos como a religião grega era essencialmente uma religião de Alegria; os deuses amavam as festas e elas eram para o cidadão as solenidades de que tôda a tristeza estava ausente; dansas e cantos, grandes cortejos cheios de beleza, templos claros e de vivo colorido, estátuas de rítmico corpo — tudo dizia o amor, a alegria de viver.

¿Mas viver de que modo? ¿Apenas a vida comum, com seus prazeres e suas dores, apenas a vida que dura umas dezenas de anos, a vida limitada e individual? De modo algum: o que dava ao grego êsse sentimento extraordinário de Alegria era a compreensão de que a verdadeira vida é a Vida de tôda a Natureza e de todos os indivíduos unidos nela e com ela; a Vida plena em que homens e estrêlas, planetas e deuses, terras e céus, palpitam no mesmo ritmo de Beleza e de Amor; Vida universal estendida a tôdas as coisas, à água das fontes que as Ninfas animam, aos fortes carvalhos que habitam as Dríades, às rochas escalvadas, domínio das Oréades; a Vida que embriagava Pan e os Sátiros e fazia que nas suas flautas reproduzissem o canto dos pinheirais — não por imitação, mas por uma íntima e profunda identidade de natureza. Era a consciência de se sentir irmão da terra e das ondas que dava ao grego a Alegria jovem que sempre estava na sua alma.

Dois grandes perigos ameaçam esta Vida plena; uma é a vida de sociedade que define e limita o indivíduo, não deixando, para próprio interêsse e conservação da colectividade, que a sua vida seja livre como a da Natureza; o outro é a limitação imposta pelo tempo à vida hu-

mana, é a morte, com a sua aparência de aniqüilamento total.

Na vida social a moral surge como uma necessidade e uma conseqüência do agrupamento de homens; e a moral, para o grego, é contrária à Vida, à grande Vida do mundo, limita-a, destrói-a. Certos actos, que eram para o grego actos de Beleza, a moral os condena: tal sucede, por exemplo, com o amor dos efebos.

Daqui um conflito no espírito helénico entre o amor da Vida total e, por outro lado, o constrangimento a que obriga a sociedade. A religião grega, na sua última essência é a adoração desta Vida plena, sem o cuidado do mundo. ¿Que importava que Zeus fôsse adúltero, se o era para se unir à Sabedoria e à Justiça? ¿Que importava que Apolo fôsse um violador de virgens se o era para unir a sua Inteligência luminosa à Graça do corpo das Ninfas? Para se conformar por completo à lei divina, o homem teria de fazer como os deuses e considerar a moral como a morte da Vida. No entanto, seria impossível fazê-lo dentro do grupo humano, família ou *polis;* leis, costumes, tudo se opunha ao livre curso da grande actividade vital; e o grego, piedoso, reverente da divindade, era obrigado a ser menos religioso, a ter menos amor de Deus do que queria a sua alma.

A lição dos deuses não era plenamente seguida sôbre a terra pelos homens; então os gregos sentiram a necessidade de expiar a culpa, de viver a Vida divina, de, por um momento, se integrar no Universo. E a tragédia não é mais do que a provocação do estado de espírito que o levará a abandonar a vida social pela Vida plena; a tragédia é ainda uma orgia de Dioniso, a agitação interior que rompe todos os laços que prendem a alma e a impedem de se unir a Deus.

¿Como o conseguia o grego? Pela representação de todos os conflitos que se deram pelo choque entre a aspiração

do homem e as necessidades da vida social; não é outra a significação da luta constante que há na tragédia entre a Moira, a Fatalidade, e os heróis; dum lado as grandes leis da Natureza, doutro lado o homem que pretende libertar-se delas; tôda a acção trágica deriva naturalmente deste embate.

Uma das fábulas dramáticas mais tratadas pelos gregos — a de Édipo — mostra-nos com clareza o conflito; Édipo, insultado numa estrada, mata, num ímpeto de fôrça juvenil e de pundonor, o homem que o ultraja; liberta o território de Tebas da Esfinge que o devastava e pratica, a um tempo, um acto de inteligência e um acto de piedade; como recompensa natural casa com a raínha da cidade; até aqui a Vida — agora a sociedade e a moral; Édipo arrancava os olhos porque matara o próprio pai e casara com a própria mãe: desde que intervieram normas de viver colectivo a tragédia apareceu. Assim todo o conflito da *Orestíade*, tôda a razão de ser do *Prometeu*.

Os espectadores da tragédia viam o conflito produzir-se na scena; a pouco e pouco, a maravilha dos versos, a fôrça do diálogo, a beleza dos coros, a estatura dos actores, iam produzindo nêles o entusiasmo orgiástico; por reacção contra o que via e ouvia, o espírito libertava-se das leis sociais, subia à Vida, abandonava as preocupações morais, purificava-se: a tragédia era a κάθαρσις.

A Dor, para o grego, estava na fragmentação da Vida e era essa fragmentação que aparecia sôbre o teatro de Atenas; Dioniso sofre quando o não deixam viver em tôda a plenitude das fôrças naturais; nos mistérios órficos, Zagreus era despedaçado e comido pelos Titans — daí a existência da Dor na terra pela individuação do grande deus total.

Ora a religião da Alegria manda que o grego se liberte da Dor; e é pela adoração das coisas supremamente belas

e imorais que o grego cumpria a ordem dos deuses e se abandonava ao anseio da sua alma; a contemplação amorosa dos belos corpos nus que depois, com o triunfo completo da moral, o cristianismo proïbirá, é para os gregos uma condição de Vida; dêste sentimento nasceram os jogos gínicos.

(Continúa)

AGOSTINHO DA SILVA.

(Subsidiado pela Junta de Educação Nacional)

COMENTÁRIOS
DE ANTÓNIO DO COUTO CASTELO BRANCO SOBRE AS CAMPANHAS DE 1706 E 1707 EM ESPANHA (1)

«Em 31 do mesmo mes deMarço, se mandou que às quatro horas da menhaã se tocasse a arvorada, às cinco e meya se tocasse a recolher, e às seis se metesse todo o exercito em marcha pello lado esquerdo em tres columnas; aprimeira linha fará aprimeira columna, epassará Caya a Infantaria pella primeira ponte; a Cavallaria pello Vau; a segunda linha passará Caya, a Infantaria pella segunda ponte, a Cauallaria pello vau que està a esquerda da dita ponte. A Artelharia, Vedoria, e Bagagens que seguiraõ às Vedorias faraõ aterceira linha aqual passarà pella ponte depedra chamada de Caya deixando a direita a Atalaya de Segouia, tambem deixaraõ a direita Campo Mayor, e as outras duas à esquerda de Campo Mayor. As Tropas de Tras os Montes tomarão a mesma marcha passando o Caya sobre a ponte depedra, antecipandose aterceira columna á primeira linha antes que a Artelharia chegue aella; duzentos cavallos e todos os Turricés com as bandeirolas do Exercito se hão de achar pellas cinco horas na frente dos Dragoens Holandezes do Barão de Bentrefeld (2); a vedoria e bagagens do exercito

---

(1) Cont. do n.º 1, pág. 61.

(2) Provàvelmente Winterfeldt; personagem não identificada; o seu regimento fêz parte do corpo comandado pelo conde de Puebla no Aragão, no fim da campanha de 1706.

se hão de juntar pellas seis horas detras da Artelharia para tomar sua marcha, e as bagagens dos Generaes, aestas lhe farão a retaguarda quinhentos Cavallos, eterão cuydado que não fique nada atras; cem cavallos farão a retaguarda atodo o exercito eteraõ o mesmo cuydado; daraõ pam para cinco dias; tanto que alguma linha passar se avizará ao cappitaõ das barcas para que as levante e as conduza à Artelharia donde hiraõ tambem. Foy campar o Exercito ao campo do Rey Salvador (1) sobre a ribeira de Botova (2), tendo feito a marcha pella esquerda.

«Em o 1º de Abril marchamos ao campo do Carriaõ (3) junto a Albuquerque (4) pello lado esquerdo com legua e meya de marcha donde sepassaraõ ordens sobre aconservaçaõ do exercito, e economia delle porque era païs inimigo. Dali fomos ao campo da Mayorga (5) com legua e meya de marcha pella esquerda, e deste campo fomos ao de Villide, e S. Vicente (6) com tres legoas de marcha Em 4 fomos ao Campo de Membrilho (7) com tres legoas de marcha disfillando pella esquerda. Tem este campo muytas forragens e gados.

---

(1) No têrmo de Campo Maior (8 km. a E.N.E.) junto ao rio Xevóra, há um ponto chamado Salvador (S. Salvador na carta-$^1/_{100\cdot000}$) onde o exército estivera acampado em 29 de maio de 1705, e que julgo ser o mesmo de que aqui se fala.

(2) Botoa, afluente do Xévora, com o qual conflue ao sul de S. Salvador.

(3) Nossa Senhora de Carrion ao S. de Albuquerque.

(4) Alburquerque, cidade da Extremadura espanhola, estava em poder dos portugueses.

(5) Mayorga, aldeia no caminho de Alburquerque para S. Vicente.

(6) San Vicente de Alcântara, vila da Extremadura espanhola, a 2 léguas da fronteira.

(7) Membrio, logar da Estremadura espanhola, a 5 léguas ao S. de Alçântara.

«Em 6 marchamos ao campo do Rio Solor (1) com duas legoas de marcha disfillando pella direita. Este Rio tem maos passos per que tem huã aspera serra, a qual se cortou e abrio para se ffazer caminho para se passar pellos disfilladeiros com as bagagens, e Trem, que tudo gastou tres dias e duas noites, continuando em huã linha: para este expediente, e segurança, me nomearaõ com o meu Terço, edous mais todos à minha ordem que eraõ o de D. Christovaõ José da Gama (2) que gouernava o sargento mor Antonio Luis Bandeira, e outro que tambem gouernava o sargento mor que era de Matheus Alvres Galè (3). O Sargento Mor de Batalha D. Francisco o Faroel que se achaua da outra parte do Rio meavisou que o inimigo tinha sahido da parte de Solorino (4), que vinha a atacarme, em cujos termos deuia eu salvarme com os Terços eos gados, ao que respondi, que eu me intrincheirava a esperar o inimigo, fazendo passar tudo oque havia de leuar ao Exercito athe o ultimo Carro, ou perderme pelejando; com effeito levey tudo ao Exercito, e me encorporei a elle junto a Brossas (5) com tres legoas de marcha, esta Villa he notavel, tem castello, foy rendida e queimada, estando o inimigo no bosque deSanta Anna detraz da Villa, donde os atacamos, e se poz em retirada com perda degente de huã e outra parte, ficando prezioneiro o Sargento Mor de Batalha D. Diogo de Monroy eo Ajudante Rial ... *(falta no ma-*

---

(1) Salor, rio de Espanha, afluente do Tejo; corre por terreno difícil.

(2) D. Cristóvão José da Gama (1664-1724), filho do 2.º marquês de Niza; comandava o têrço de Caminha.

(3) Comandava o têrço de Valença; foi morto na batalha de Almanza; seria provàvelmente parente de António Alves Galle, natural de Viana, que figura no *Inv. dos L. de matr. dos mor. da C. R.* I, 359.

(4) Salorino, lugar de 5 léguas S. O. de Alcântara.

(5) Brozas, vila, 3 léguas a S. E. de Alcântara.

nuscrito)(1) eoutros muytos mais que ficaraõ prezioneiros; e a nos nos mataraõ o Sargento Mor de Batalha o Conde de S. Vicente, que com arrojo quis romperlhe hum esquadraõ; foy acçaõ da Cavallaria que tinha destacado a mayor parte della çom doze terços com que carregaraõ. O General dos inimigos era Milord o Duque de Beruyck (2).

[9 de Abril de 1706. Aqui comeca a pr^{a} operaçaõ do sitio de Alcantara] Em 9 marchamos a sitiar a Praça de Alcantra, fazendose a marcha ao campo da quinta dos Freyres (3) atres legoas de marcha. Mandouse logo fazer fachinas, e foy ganhar os postos o sargento mor de Batalha D. João Manoel de Noronha com os Terços dos Mestres de Campo Sebastião de Castro (4), e D. Luis Manoel da Camara (5) e hum Regimento Ingles (6) Foraõ ganhados estes postos com

---

(1) A *Prim. Rel.* indica como prisioneiros no choque de Brozas «o Marichal de campo D. Diogo de Monroy pelo Capitão de cavallos Gonçalo Pirez Bandeyra, & o Conde de Canillejas»; na *Seg. Rel.* está entre os prisioneiros «D. João Joseph Duran, Ajudante mayor»; mas só acêrca de D. Diogo Monroy refere que foi «prizioneiro no choque de S. Anna» Gonçalo Pires Bandeira Pereira era coronel de cavalaria em 1715 (*Cons. de G.*, maço 74, doc. 18) e foi brigadeiro de dragões de Aveiro (F. M. Alves, *Mem. do distr. de Brag.*, VI, 722).

(2) James Fitz-James (1671-1734) duque de Berwick em 1687; duque de Liria e Jerica em 1707, duque de Fitz-James em 1709, capitão general do exército espanhol em 1704, marechal de França em 1706.

(3) Quinta pertencente à Ordem de Alcântara.

(4) Sebastião de Castro Caldas (?); segundo Manso de Lima, serviu na guerra da Liga como tenente-general de cavalaria do Minho (*Caldas*, 70).

(5) D. Luís Manuel da Câmara (1685-1723) 3.º conde da Ribeira Grande em 1711, Mestre de Campo General e Governador da Artilharia do Alentejo em 1712, Governador de Campo Maior no mesmo ano, Embaixador a França em 1715; comandava o têrço de Viana.

(6) Regimento de Blood. Segundo a *Seg. rel.*, 5, compunham êste destacamento o Têrço do Conde de Aveiras, o de D. Luís Manuel da Câmara, o de Blood e um batalhão holandês.

valor e sciencia militar, perdendose gente pella muyta guarniçaõ q̃. tinhaõ os inimigos com que faziaõ a defença (1).

« Em 10 anoite foy para a trincheira osargento mor de Batalha o Conde de Soure com os Terços dos Mestres de Campo o Conde da Ilha (2), eo Conde de Aveyras (3), que ficou na bataria de Murteiros [neste dia 10 entre os Terços que seachavaõ era hum o do Mestre de Campo Antº de Saldanha (4), q̃. sustentou com valor o impeto dos inimigos q̃. fizeraõ huã surtida, e estava de dia o sargento mor de Batalha oConde de Tarouca], e hum Regimento Holandes e o de Bargança de que era Mestre de Campo Henrique Lopes de Oliveyra que foy assistir aos trabalhadores; esta noite fizeraõ os inimigos huã sahida, fazendo muyto fogo, mas foraõ rebatidos de sorte que os obrigou a retiraremse à Praça.

« Em 11 anoite foy montar a trincheira o Sargento Mor de Batalha Conde de Serman com o meu Terço que foy para agrande bataria para a cabeceira datrincheira, eo Terço do Mestre de Campo D. Bernardo de Vasconcellos (5) que foy para os trabalhos, que eram somente os de fazer as batarias na bataria grande eos parapeitos com sacos de terra, por que ali saõ os ataques naturaes; esta bataria tinha ... *(falta no manuscrito)* peças ... de ... e ... (6) forma-

---

(1) 10 batalhões ennumerados na *Seg. rel.*, 15. Cf. Berwick, *Mem.* I, 309.

(2) Francisco Carneiro de Sousa (?-1708), 2.º conde da Ilha do Príncipe; comandava um têrço do Minho.

(3) Luís da Silva Telo de Meneses (1682-1741), 4.º conde de Aveiras; comandava o têrço de Moura; tenente general de Cavalaria da Côrte em 1707; brigadeiro em 1708; sargento mor de batalha em 1713.

(4) António de Saldanha de Albuquerque Castro de Mesquita Lôbo de Andrada e Ribafria (?-1723) brigadeiro em 1708; comandava o têrço de Olivença.

(5) Bernardo Vasconcelos e Sousa (?-1719), filho do 3.º conde de Castelo Melhor; comandava o têrço novo de Setúbal.

(6) Tinha 8 meios-canhões e 6 morteiros, segundo a *Seg. rel.*, 6.

ramse as canhoneiras que comessaraõ pella menhaã ajogar muyto, eos inimigos querendo fazer huã sahida acravar a Artelharia, eu os esperey no lado da trincheyra, eos fiz desistir com huns pelotoens, e toda anoite estive a vegia para segurar os trabalhos athe amanhecer; de dia tiue agente tirando para a brecha a impedir o tirarem para as nossas batarias adesmintir aos artelheiros as pontarias elhe fiz muyta perda, que se soube depois perderem mais de oitenta homens entre mortos e feridos; a mim me feriraõ alguns, eo cappitaõ Joaõ Gomes Barbosa [oje thenente coronel] com huã balla pellos peitos; os mais Terços foraõ para a bataria dos morteiros que eraõ à esquerda da grande bataria, e tinhaõ seis morteiros reaes ... *(falta no ms.)* granadeiros; a mais gente foy para abataria dos Ingleses; adireita da grande bataria se compunha de seis peças, de seis, equatro libras. Tinhaõse mandado fazer muytas fachinas para a bataria que se começou aaperfeiçoar a mesma noite; tinhaõ ido de trabalho duzentos eoitenta gastadores, que levavaã oitenta seirinhas para conduzirem a terra, eduzentos massos para baterem as estacas das fachinas; eu estaua de escolta, que fiquei na cabeça da trincheira eos mais Terços que eraõ os dos Mestres de Campo Francisco José de Sampayo (1), e D. Henrique Henriques (2).

« Toda aopposiçaõ que fiz ao inimigo foy tanto á impugnaçaõ, como na continuaçaõ do fogo para dismintir as

---

(1) Francisco José de São Paio Melo e Castro (1682-1723) brigadeiro no exército do Alentejo em 1708; sargento-mor de batalha no mesmo exército em 1710; comandava o têrço de Miranda.

(2) D. Henrique Henriques (1688-1713), filho dos oitavos senhores das Alcáçovas; comandava o têrço velho de Bragança; no cêrco de Badajoz, em 1705, foi ferido D. Henrique Henriques; mas não sei se se trata dêste, se de D. Henrique Henriques de Almeida, coronel de cavalaria e autor de uma das cartas publicadas no 2.º vol. das *Mem. mil.*, de António do Couto.

suas pontarias aos nossos trabalhos. O Mestre de Campo D. Bras da Silveyra (1) com o seu Terço foy ao convento (2) de guarda; epara trabalhar na bataria delle os Terços dos Mestres de Campo Francisco de Abreu Pereira (3) e Bento de Moraes (4).

«Em 12 veyo renderme o Mestre de Campo Antonio Carneiro de Sousa (5) com oseu Terço, etomar o posto da grande bataria, a tempo que me tinham nomeado para hir ganhar o Fortim que os inimigos tinhaõ defronte da brecha da Praça, querendo hir a esta acçaõ, dizendo, tinha ganhado oposto, e que eu já estava rendido, e dizendolhe que a mim me tocava pois tinha recebido as Ordens, se recorreo aos Generaes, que determinaraõ que amim me competia o hir, para o que me puz em marcha repartindo os destacamentos do Terço que haviaõ hido avançados; echegando ahum Valle vimos que os inimigos carregavaõ as peças, suppondo seria de balla meuda, para nos receber; vendo os Generaes que o risco era evidente, mandaraõme ordem que fizesse alto, como fiz, elogo foy outra ordem para que me retirasse, tendo o meu Terço agloria da disposiçaõ com que hia buscar os inimigos àsua brecha, sendo pellas quatro horas da tarde.

«Feita a bataria dos Ingleses que ficava à direita da grande bataria detras do convento, que constava de seis peças de quatro eseis, intentou o inimigo fazer huã sortida de dia,

---

(1) D. Brás Baltazar da Silveira (1674-17 ?). Era sargento mor-de batalha em 1709 e mestre de campo general em 1711; comandava o têrço velho de Setúbal.

(2) De S. Francisco.

(3) Suponho que seja Francisco de Abreu, filho de Leonel de Abreu e Lima, o Cego, e de Ana Pereira que «morreu na de Almança» (Manso de Lima, *Fam.*, *Abreus*, 170).

(4) Talvez Bento de Morais Sarmento (F. M. Alves, *Mem.* VI, 11).

(5) António Carneiro de Faro e Sousa (?-1724), 3.º Conde da Ilha do Príncipe em 1708.

para oque pegou todo o exercito nas Armas; o Terço do Baraõ de Vesouza Brigadier eo meu tomaraõ as Armas, e marchamos aos Ataques, chegando a elles, mandey dar parte ao General da Artelharia Pedro Mascarenhas, que estaua ali para acudir ao que fosse necessario, ecomo tudo se achava ja socegado, se me havia de retirar ou persistir e ordenoume que ficasse. O Exercito se socegou porque os Terços que estavam no convento, e na bataria os receberaõ com valor, fazendo recolher os inimigos à Praça; eraõ os Terços o de D. Pedro Josè de Mello (1) [e humseu Capitaõ Ant° José de Vas.cos sigio os inimigos com asua companhia matoulhe algũs soldados, e hũ Capitaõ] eo do Porto, e na bataria dos Inglezes estaua o Mestre de Campo Bernardo de Vasconcellos com o seu Terço, e outro do Minho.

«Em 15 de noite se resolveo ganhar o Reducto que ficava á direita da Praça, para oque se fes hum destacamento de companhias dos Terços, á ordem do ... *(falta no ms.)* do meu dey cem homens com o Cappitaõ Simaõ Moreyra. Ganhouse aos inimigos o Reducto, que lhefes grande prejuizo por que os naõ deichava chegar aos parapeitos que lhe levavaõ tudo com ofogo; foy o meu Terço, e tres mais (sendo hum o de Bargança) destacados para hum Valle detras da bataria dos Ingleses, para o assalto da brecha que havia de ser com breuidade, por estar capaz de se montar e dar assalto, o que obrigou aos sitiados afazerem chamada pella menhaã, do que se deu parte na Corte, e mandou o Marques das Minas, que se lhe respondesse; o que se fes,

---

(1) D. Pedro José de Melo Homem, filho de D. António José de Melo; mestre de campo do têrço de S. Gião (S. Julião da Barra); fôra antes mestre de campo do têrço de Penamacor e morreu em 1740 com 60 anos (M. L., *Melos*, 1330).

(2) Filho de André de Azevedo de Vasconcelos, capitão-mor do Crato (Almada, *Dicc.* II, 12-13) em 1716 era ajudante de ordens do duque de Cadaval (M. L., *Vasconcelos*, 858; *Cons. de G.*, maço 75, doc. 6).

tocandose achamada e se mandou parar com as batarias. Sahio da Praça hum Offlcial que veyo a bataria, donde propoz o recado que trazia, de que se lhe deu a reposta, e replicando contra a rezaõ, se mandou continuar com as batarias da Artelharia, de que elle sequeixou, dizendo era contra a Regra Militar o tirar à Praça em quanto estava com negociaçoens, ao que se lhe respondeo, que elle propunha cousas que se naõ deuiaõ aceitar e davaõ inteligencia dequererem ganhar tempo para aperfeicoarem asua cortadura, o que naõ podiaõ conseguir em quanto laborava a nossa Artelharia, e ja com evidencia se entendia ser verdade a sospeita pois se viaõ andar alguas pessoas na Cortadura, o que era contra a fidelidade de quem fazia achamada, termos em que naõ estavamos obrigados a uzar com elles os estilos militares, principalmente tendo tanta guarniçaõ, que em pouco tempo adiantariaõ muyto o trabalho, eterem feito varias sahidas de dia e noite, fazendo hum grande fogo em que ouve muytos feridos e mortos em quanto tinha durado o sitio; epedindo licença para voltar à Praça adar esta reposta, a qual se lhe deu, e voltando com outra ordem do seu Governador, se mandou ao Sargento Mor de Batalha o Conde de Tarouca para a Praça em quanto se faziaõ as capitulaçoens e para [a porta foy o Mᵉ de Campo Antonio de Saldanha com o seu Terço, e querendo os inimigos fechala, e guarnecendo a muralha ao mesmo tempo, o dito Mestre de Campo lho impedio, eo socorreraõ com o 3º do Porto. E para] a brecha foy o Mestre de Campo Bernardo de Vasconcellos de Sousa com o seu Terço a estar de guarda nella para que naõ sahisse, nem entrasse ninguem, edestacou huã companhia para a porta que ficava perto da brecha, que se nos entregou logo, completo o tempo determinado para sahir a guarniçaõ da Praça na forma da Capitulaçaõ.

«Em 18 de Abril pella menhaã em que haviaõ de sahir os rendidos, pegou todo o Exercito nas Armas, ficando o

Terço que estaua na brecha, junto a ella, eos mais Terços fizeraõ duas linhas por entre as quaes foy sahindo aguarniçaõ que constava de dez Terços de Infantaria, soldados veteranos, e muytos reformados; os Coroneis eraõ os de melhor reputaçaõ que tinha aquella Coroa (1), todos muy luzidos, eos Soldados e Officiaes muyto bom fardamento. Começou a sahir o primeiro Regimento formado, com as bandeiras levantadas, tocando a marcha, eos Officiaes todos nos seus troços com as insignias, athe chegarem defronte da porta em que estaua a nossa guarniçaõ, adonde largaraõ os Soldados e Officiaes as Armas, Caixas, bandeiras, e todas as Muniçoens de guerra na forma da Capitulaçaõ; ao primeiro Regimento se seguiraõ os mais que sahiraõ todos pela brecha athe o lugar donde largaraõ as Armas que foy no corpo da Infantaria com estendarte, sendo o ultimo regimento que sahio o das guardas da Raynha (2) com cinco bandeiras, e na sua retaguarda os Coroneis ou commandantes dos Regimentos, sendo ultimo deste espetaculo militar o Gouernador da Praça que tinha patente de Sargento Mor de Batalha e chamado Dom Migel Gasco (3) hia vestido de preto montado no seu Cavallo, que se lhe naõ tomou, nem nem aos Officiaes as suas bagagens, que tinham sahido pella porta, e se lhes deraõ depois de os terem desarmados. Deuselhe escolta para os conduzir athe a Beyra, de donde os remeteraõ a Santarem, donde estiveraõ athe se acabarem os seis mezes que haviaõ de estar sem tomar armas. Sahida a guarniçaõ da Praça, entrou nella o Mestre de Campo Bernardo de Vasconcellos de Sousa a tomar a guarda, eos Officiaes da Fa-

(1) Figuram os seus nomes na *Seg. rel.*, 15. Cf. San Phelipe (*Com.*, 206).

(2) Do Rei segundo a *Seg. rel.*, 10; suponho que se trata das Guardas Espanholas.

(3) Era marechal de Campo, pôsto equivalente ao de sargento-mor de batalha.

zenda atomar conta de todas as muniçoens e Armas assim delRey, como dos Paysanos que se lhe mandaraõ tomar todas, e desarmalos.

« O Governador das Armas da Beyra o Marques de Fronteira do Conselho de Guerra, que tinha sido Governador do Reyno do Algarve passou com o General da Cavallaria da mesma Provincia D. Joaõ Diogo de Attayde com as Tropas da dita Provincia pellas pontes que fizemos no Lagam para hirem da outra parte da praça de Alcantara impedir que naõ pudesse entrar socorro na praça pella ponte (1), e dos altos que ficavaõ eminentes à Praça com os tiros da Artelharia meuda incommodavaõ a gente da praça; tambem tinhaõ ordem para passar em pellas pontes aincorporarem-se com o Exercito no cazo que o inimigo intentasse forçar as nossas linhas de circumvalaçaõ, por que andava perto (2).

« Em 18 (3) dia em que se evacuou a Praça, tomamos

---

(1) A dar crédito à *Seg. rel.*, 6, êste destacamento reüniu-se na outra margem com tropas vindas da Beira sob o comando do 2.º visconde de Fonte Arcada, Manuel Jaques de Magalhães (?-1708), General de Artilharia da Beira; essas fôrças eram 14 tropas de cavalaria, 8 têrços e algumas peças. Se assim foi, essas tropas devem ter regressado à Beira, visto que, segundo a *Terc. rel.*, 5, o mesmo visconde ficou governando as armas da Beira na ausência do Marquês de Fronteira, e foi com 6.000 homens reünir-se ao exército principal no cêrco de Ciudad Rodrigo. A êste refôrço refere-se António do Couto. Berwick (I, 313) diz que nesta margem do Tejo os aliados apenas tinham 2 regimentos de cavalaria; mas fá-lo para acusar o governador de Alcântara. Quincy (V, 227) copiou evidentemente a *Seg. rel.*

(2) Estava em Arroyo del Puerco (Berwick, *Mem.*, I, 312), a 7 léguas de Alcântara.

(3) A descrição do cêrco de Alcântara concorda nas linhas gerais com a da *Seg. rel.*, mas difere nas datas. Segundo esta, a capitulação assinada a 14 preceituava a evacuação da praça a 16, e assim se executou. Creio esta data a verdadeira, não só porque a *Seg. rel.*, reproduz a capitulação, mas porque Berwick diz que a praça se rendeu a 14 (*Mem.*, I, 314); é possível uma confusão entre as datas da capitulação e de

posse della; nessa noite se fes huã descarga de toda a Artelharia assim da Praça, como do Exercito e todas as bocas de fogo delle, com Viva ElRey no fim, a que se seguiraõ duas semelhantes descargas, eos soldados em demonstraçaõ do seu gosto fizeraõ grandes fogueiras das fachinas que puderaõ ajuntar. Na menhaã seguinte se cantou o Te Deum Laudamus na Igreja Matriz, assistindo todo o Clero, dandose graças a Deos pella felicidade de ganhar aquella Praça custando tam pouco sangue tendo huã guarniçaõ taõ avantejada eluzida. Em 20 se enterrou na Praça o Conde da Attalaya Governador das Armas do Minho, sendo geral o sentimento de todo o Exercito pellas virtudes e prendas de que era dotado, que o constituiaõ hum grande General. Recebeo huã bala na trincheira [dos morteiros (1) de q̃ faleceo em poucos dias estandojunto a elle o Ajudante deThenente Paulo Caetano de Albuquerque (2) foi no dia ... *(falta no ms.)*].

«Esta Praça de Alcantara se achava com mais de cinco mil homens nos dez Terços de Infantaria, e muytos reformados, ficando todos prezioneiros por seis mezes, e dentro nelles naõ poderem tomar Armas. Achouse nesta Praça muyta Artelharia de bronze, dous Morteyros muytas armas de sobrecelente, muniçoens de guerra e boca (3). A fun-

---

entrega. O decreto mandando celebrar a tomada de Alcântara diz «que ... as minhas armas ... renderam aos 14 deste mez». (Freire de Oliveira *Elem.*, X, 315).

(1) A *Seg. rel.*, 5, diz que o conde da Atalaia foi ferido no reconhecimento da praça no dia 10.

(2) Paulo Caetano de Albuquerque (?-1732), comandou um regimento na Catalunha em 1708; sendo sargento mor de batalha em 1712, comandava um socôrro a Campo Maior, e foi feito governador de Elvas, como recompensa dos seus serviços.

(3) A *Seg. rel.*, inclui uma «Relaçam das Muniçoens de Gverra, e Boca, que se acharaõ na Praça de Alcantara». As armas de infantaria

daçaõ della é muyto antiga por que no tempo do Emperador Trajano se lhe fabricou a ponte, que he toda de Cantaria, e tambem ajustadas as pedras, que se lhe naõ conhece material, que sirva para a sua uniaõ; No meyo da ponte está huã Torre, e nella huã caza que tem huã grande pedra com hum letreiro que diz assim: Maria hilando tuvo aqui este canto. Nesta caza está huã portinha pequena, ehe tradiçaõ dos naturaes, que enserra as ferramentas com que fabricaraõ aquella ponte. Esta se funda em hum grande penhasco que tem grande despenhadeyro para o Tejo que lhe pasa por baixo. Tem esta Praça muyta nobreza com familias antigas, bastantes cazas, e alguns edificios, dos quaes o mais sumptuoso (ainda que naõ acabado) he o convento dos freyres da Ordem de Alcantara de que he Cabeça; as suas commendas sendo alguas grandes, ficaõ nas vezinhanças. Tem mais hum Convento de Padres da Ordem de Calatrava, donde se guarda o corpo de S. Pedro de Alcantara, honra e gloria daquella Praça, na qual naceo; e tres conventos de freyras. Tem esta praça duas portas, huã para aponte, outra para o Campo; a fortificaçaõ della é irregular, e muy defeituosa

---

(espingardas, arcabuzes, espadins, espontões) não são em número exagerado para a guarnição. A artilharia compreende 47 peças de vários calibres e 1 morteiro. Uma cópia existente na Bibl. Nac. (F. G. cód. n.º 439) apresenta números muito superiores; embora não ofereça garantias de autenticidade comparáveis, está de acôrdo com alguns autores espanhóis contemporâneos, citados por Lafuente; essa nota fala em 12:000 casacas, o que parece indicar a existência de depósitos de sobrecelente em Alcântara, que Berwick esperava que resistisse mais tempo (*Mem.*, I, 312-315), contra o parecer dos generais espanhóis; era provàvelmente essa a opinião dos portugueses: o «Livro de varias plantas»... de João Tomaz Corrêa diz acêrca da «Furtificação de Alcantara que mandou fazer o Duque de saõ erman ... Esta praça esta toda condenada pellos montes que Acircunuallaõ». (Bibl. Nac. de Lisb., F. G. 740, fol. 36). O cód. n.º 8062 do F. G (tradução das memória de D. Luís da Cunha) diz também que os armazéns do exército eram em Alcântara.

tanto pellas regras, como pello material por que he de Lagens e barro, cercada de pedrastos que adominaõ, muyto, ainda que naõ estejaõ atiro forte de canhaõ, fazem as ballas ruina nas cazas, e incommodaõ os deffensores; as sahidas naõ saõ boas por que a do Tejo he decida, ea do campo subida. Tem hum convento da Ordem de S. Francisco a tiro de mosquete, he dominado do baluarte que se lhe atacou, mas sempre nossivo á Praça, meya legoa desta fica huã nobre quinta com bastante caza, que he dos Freyres da Ordem de Alcantara, mas o sitio he doentio.

«Em 20 pegou todo o Exercito nas Armas, ese pos em Marcha, ficando de guarniçaõ na Praça o Mestre de Campo Antonio de Saldanha de Castro e Ribafria com o seu Terço e selhe entregou o gouerno da Praça em attenção ao seu grande valor e actividade, e outras partes de que he dotado [eesteve athe 16 que entregou o Gouerno ao Mestre de Campo Martim Lopes de Saldanha (1) e seueyo emcorporar ao exercito aò Campo de Coria, e ao chegar deu huã queda deq̃. quebrou hum braço, eassim continuou as marchas do Exercito em hum esquife] Foy o Exercito no mesmo dia a campar no campo de pedras alvas (2) com duas legoas de marcha; he abundante de Caça, e falto de Agua e Lenha.

«Em 22 fomos campar ao Rio de Gayata (3) com quatro legoas de marcha; o campo he muy ameno com muyta forragem, e quasi todo o Exercito ficou debaixo de Arvoredos, com muyta agoa do Rio, e fontes.

---

(1) Martim Lopes Lôbo de Saldanha (1660-1718), filho de António Lôbo de Saldanha, mestre de campo do têrço de Extremoz (talvez têrço de auxiliares, visto não fazer parte do exército principal), foi governador de Extremoz (M. L., *Lobos*, 244).

(2) Piedras Albas, logar da Extremadura, a 1 légua de Alcântara.

(3) Gata, afluente do Alagon.

«Em 25 fomos ao campo do Mosinho (1) sobre o Rio Lagam (2), ea huma Legoa de marcha vieraõ dar obediencia os da Cidade de Coria, e antes de amanhecer marchou o Marques de Fronteira com as tropas da Beyra atomar a Praça de Moraleja (3) que nos ficava na marcha para o Campo de Coria; chegou o Marques ao amanhecer á costa da Praça, que intentou resistir, eo fizera se naõ tiuera noticia, que todo o Exercito marchava sobre ella. O Marques (General de igual reputaçaõ assim no militar como no politico) vendo a sua determinaçaõ, se valeo de huas peças de Campanha que levava, pondoas sobre os alicerses de hum Reduto que os inimigos tinhaõ principiado; sobre hum padrasto, ainda que naõ era grande, ficava melhor defendido; e deitandoselhe alguas ballas na Praça, se resolveo o Gouernador della a fazer chamada para capitular com o Marques. Foy entregue a Praça naõ se lhe fazendo damno nenhum aos Paysanos [Ficou g^or^ Luis Botelho Froes (4) irmaõ meyo do Dez^or^ Belxior do Rego e 100 homens do 3º da Beira (5) e o seu cap^am^ ... Carualho], nem serem prezioneiros mais que os que se achacem serem militares, ficando tambem prezioneiros os Officiaes de Guerra, eo Gouernador, que era hum Frances Thenente de Rey chamado Monsr de Genete.

«Esta Praça de Moraleja he situada junto ao Rio Gaeta (6)

---

(1) Morcillo, aldeia a 2 léguas de Cória; fica a leste desta cidade; mas é possível que a marcha fôsse ordenada para ali.

(2) Alagon, afluente do Tejo.

(3) Moraleja, vila a 7 léguas de Alcântara; na Bibl. Nac., caixa 63, n.º 20 há cópia de uma carta do corregedor de Moraleja ao Marquês de Fronteira tratando da rendição, e uma relação do que se achou na praça.

(4) Filho de Miguel Fróis, o Índio, e de D. Madalena Maria de Lamirante; era provàvelmente sargento-mor de um terço de Almeida em 1704.

(5) Havia no exército 4 têrços da Beira: o novo e o velho de Almeida e o novo e o velho de Penamacor.

(6) Gata.

hum quadro fortificado a Holandeza com as Muralhas de formigaõ naõ muyto altas, com sua *(falta no ms.)* ajudandoa adefender um fosso aquatico, o qual toma a agoa do mesmo Rio quando querem. Achou dentro alguãs fardas completas, e muniçoens de guerra e boca, e tres peças; ficou guarnecida [com huã comp^{a} deinfantaria] e marchamos ao dito campo (1); junto a este ficava a Cidade de Coria, que he pequena, mas com muralhas antigas com que se pode fazer defença. Tem huã pequena cidadela, mas bem fortificada. A Cathedral é muy magnifica, etem hum Convento de freyras, e outro de frades. Tem huã grande Veyga de muytas Lavouras e Olivaes, banhada de huã Ribeira que passa junto a ella. Nesta Cidade ficou o Sargento Mor de Batalha D. Francisco o Faroel, e hum Terço de Infantaria de que fizeraõ Mestre de Campo a Luis Pereyra de Saa (2). Aclamouse Carlos Terceiro na See, e cantouse o Te Deum.

«Em 26 marchamos com duas columnas para o Campo de Mongil (3), que he muy grande, e fertil com muytas forragens, etem duas Ribeyras. Aqui se deo refresco á gente; quarenta carneiros, vinte ovelhas, edinheiro acada Terço, e meyo arratel de Arros a cada Soldado; fizemos... *(falta no ms.)* Legoas de Marcha.

«Em 27 marchamos tres legoas ao Campo da Villa de Galisteo (4), hindo sempre junto ao Rio Lagam, que he grande, ese lhes fes huã ponte detrinta ecinco barcas por donde

---

(1) O de Morcillo?

(2) Filho de José de Sousa Pereira, o *Açúcar Rosado;* era sobrinho de Martim Lopes de Saldanha, antes referido; nasceu em 1689; foi coronel (M. L., *Pereiras*, 17 e *Lobos*); em 1712 comandava o regimento de Juromenha, que tomou parte na defesa de Campo Maior.

(3) Próximo de Galisteo há um ribeiro chamado Arroyo de las Monjas, e em Holguera, a 3 léguas de Galisteo, passa outro ribeiro; o acampamento deve ter sido neste local, entre os dois ribeiros.

(4) Galisteo, vila a 5 léguas de Cória.

passou a Infantaria. Tem grandes Veigas de pam. A Villa he dos Condes de Galisteo de quem toma o nome, he pequena; o palacio he no Castello, a fortificaçaõ da Villa he antiga, e muyto alta; fora della ha hum convento de frades Domenicos, no Claustro delle estaõ os Ossos de hum Gigante, tem huã galante calçada de Ossos toda fabricada [A calssada no claustro em Lugar de pedre he de ossos bela construcaõ].

« Em 28 marchamos ao Campo da Cidade de Placencia (1), fazendo a marcha formados em batalha, ao chegar ao campo levamos a Artelharia na frente da Infantaria, por estarem ali os inimigos impedindo a obediencia, eos hiamos desalojar deixando no campo de donde tinhamos sahido as barracas e bagagens athe as dez horas. O inimigo tinha-se retirado, e nos campamos ali, fazendo tres legoas de marcha, e depois chegaraõ as bagagẽs. Aclamouse Carlos Terceiro na Cidade, e nasua Cathedral se cantou o Te Deum Laudamus. Eu fuy para ella com o meu Terço para agouernar; logo destribuhi as guardas necessarias sem embargo da fortificaçaõ ser antiga evelha; corria toda para ver o que era mais arriscado. He Placencia Cidade grande; tem cinco Conventos de freiras, e quatro de frades, e hum de meninos Orphaõs; tem quatro Collegios, e nobre Cathedral. Junto da Cidade passa o Rio Xerte (2) o qual tem quatro pontes; huã dellas mandou fazer ElRey D. Fernando ea Raynha D. Isabel a quem chamaraõ os Catholicos, como consta de hum Letreiro, ainda que alguã parte delle se naõ leya; em cima tem hum nicho com a Imagem da Senhora da Cabeça. Este Rio forma ali huã Ilha muy plaina etoda chea de Arvoredos que afaz muy deliciosa; ali custuma agente da Cidade hir recriarse, com merendas, musica, e instrumentos, aque tam-

(1) Plasencia, cidade da Extremadura espanhola.

(2) Jerte, afluente do Alagon.

bem acompanhaõ com a sua armonia, a variedade de passaros, que ali saõ infinitos. O Rio corre ali muy sereno, o qual tem o seu nacimento entre duas serras, chamada huã da Lobeira de Placencia, e a outra, Berca (1), distantes daquella Cidade seis legoas. No alto que faz huã Lagoa chamada Degredos (2), que em todo o Inverno està jelada de sorte que não lança fora agoa. Ha nesta Lagoa Trutas com pintas vermelhas, a que chamaõ asalmonetadas; ha uns bichos dentro nella chamados monstros, e naõ tem outro nome, e comem todo o animal que cahe nella. As seis legoas que vaõ do nacimento do Rio athe a Cidade, saõ cultivadas de Ortas, e pumares, em que saõ singulares as Jinjas, ea Ortaliça admiravel, etudo faz o paiz summamente agradavel.

« Em quanto estiue nesta Cidade governando fiz dar obediencia as Villas de Tortavacas (3) e Xerte (4) dez legoas distantes, e vindo os da gouernança dar obediencia, me quizeraõ dar joya, que eu lhe naõ quis, e só lhe asseitey huãs Trutas. Tambem mandey prender os que andavaõ inquietando, ealterando aos da parte que seguião Felippe Quinto. Em quanto estiue naquella Cidade assesti no palacio dos Carvalhaes, os quaes me mandaraõ vizitar como parente, edos muytos moveis que ali havia, somente tomei huã meza, por ser de raro feitio [q̃. me fes apetite, mas naõ concenti selhe fizesse perda]. •

« Em *(falta no ms.)* marchei da Cidade de Placencia a incorporarme com o Exercito, fazendo ali primeiro mantimentos para elle, deque carregaraõ mais de quinhentas carretas, e com quatro legoas de marcha fuy campar ao Campo de Mazagona (5) junto ao Rio Tete [Em este rio Tete he cau-

---

(1) Bejar.
(2) de Gredos.
(3) Tornavacas, vila a 8 léguas de Plasencia.
(4) Jerte, vila a 7 léguas de Plasencia.
(5) Bazagona.

delozo estaua o Duque de Berbik da outra parte com 7ⱬ000 Cavallos em batalha com aespada na mam, e hum Corpo de Paizanos; porem forssose opasso com a nossa Cavallaria, e infantaria, eo pos em ritirada sedendonos oterreno, e os Dragoes q̃. cobertos defendiaõ o Rio; porem as poeiras eraõ m^tas q̃. Levantauaõ os inimigos q̃. nos encumudauaõ por m^a quatidade dellas. Passando as nossas Tropas ficaraõ naquelle Campo q̃. ocupauaõ os inimigos, mas de noute nos encumodauaõ m^to com tocarem arma, cauzandonos Rebate grande e o pior era a grande quantidade de Alacraos q̃. ali auia na quelle sitio] (1), de donde se tinhaõ desalojado os inimigos, passando a nossa Infantaria o Rio com agoa pellos peitos para os atacarem, mas logo se puzeraõ em retirada desamparando oposto que guarneciaõ. Deste Campo foy (em o primeiro de Mayo) o Sargento Mor de Batalha o Conde de Soure com hum destacamento de dous Terços, e quatro Esquadroens de Cavallaria, a render a Caza telhada (2), estando o Duque de Beruyck com o seu Campo duas legoas distantes. Ouve entre as duas partidas hũ choque vindo observar o grosso do destacamento; tomamoslhe dous soldados que disseraõ, nos vinhaó atacar; intrincheiramos ali, engrossando as partidas que estavaõ sobre o inimigo, e nos cobrimos em hum Azinhal, edande parte ao Nosso Exercito, marchou a incorporarse com o destacam^to na menhaã seguinte. He este campo junto ao Rio donde tinhamos ponte de barcas com guardas, e reductos na cabeça della. Eu continuey na minha marcha, depois de marchar o Conde de Soure com o destacamento e cheguey a Val passos (3) com quatro legoas de marcha, que fica junto ao Campo de Almaraz, donde me

---

(1) Cf. Berwick (*Mem.*, I, 319-320). Deve referir-se a esta acção o que diz de maneira pouco clara a *Terc. rel.*, 4.

(2) Casa-tejada, vila a 1 légua de Almaraz.

(3) Valdecañas (?) é na outra margem.

encorporei com o Exercito, que estava mandando minar a ponte para a fazer voar; he junto adous Montes perto da Villa de Almaraz (1). Tem de comprido seis centos eseis palmos geometricos, etrinta e cinco de largo; tem dous arcos de cento equarenta palmos de largo, ecento ecincoenta devolta, sendo de tres fiadas de cantaria; por hum só passa o Tejo, que ali leva dose braças de fundo. Em cima faz huã meya laranja, donde tem huã inscripçaõ, que diz: Acabada à custa da Cidade de Placencia, anno mil equinhentos cincoenta edous; mandada fazer por Sua Magestade Cezaria o Empera dor Carlos Quinto, e fabricada pello Mestre Pedro Doria.

«Athe qui deraõ obediencia todos os Lugares, Villas, e Cidades por donde passamos, esuas vezinhanças, e da outra banda do Tejo, em que entrou a Cidade de Caceres. Hum destacamento queimou a ponte de madeira chamada Ponte de Bispo (2) por donde tambem passa o Tejo.

«No Campo de Almaraz ouve Conselho, se passariamos a Madrid; ponderaraõ se varias rezoens, sendo as mais fortes, o naõ saberse o sucesso que em Catalunha teria Carlos Terceiro, que sabendo o tivera bom, podiamos hir. Que na quellas vezinhanças andava hum Corpo de Tropas, que mandaua o Duque Milorde Beroyck; Que retrocedessemos a marcha, e fossemos Citiar Ciudad Rodrigo; e nisto se assentou (3).

---

(1) Almaraz, vila junto ao Tejo; a ponte não foi destruída por pedido da cidade de Placência (Aff. da Gama Palha, *Rel.* 53) e também segundo o códice n.º 8062, porque «no era aquel el intento de Galoway» o qual queria marchar para Talavera de la Reina com a cavalaria, 6 batalhões portugueses e a infantaria estrangeira, esperando que o resto do exército fôsse obrigado a segui-lo.

(2) Poderia ser referência a Puente del Arzobispo; esta ponte não era porém de madeira; nem encontrei notícias de uma ponte de madeira nesta região.

(3) Como se vê, não há referência à destruïção dos armazéns e das colheitas feita pelo exército franco-espanhol para dificultar a marcha

«Em 11 de Mayo se poz o Exercito em Marcha fazendo quatro Legoas the o Campo de Mazagona, donde Campamos.

«Em 12 fomos ao Campo da Cidade de Placencia com quatro legoas de Marcha. Neste dia ouve o grande Eclipse de Sol (1) [eu ia com o meu 3º de guarda â artilharia com o Gal dela a Cauallo q.do vimos o eclipce] A noite correo voz deque se tinha retirado Felippe Quinto do Sitio de Barcelona; [hade hyr a Relacam mas q.do sahimos de Chadraque] esta voz sahio dos Baageiros, sem se saber o principio; e assim tinha succedido naquella hora, deixando hum escrito o Marichal de Feècè (2), em que pedia se usasse de clemencia com os doentes, e deixou toda a Artelharia pella preça com que se retirou.

«Em 13. fizemos tres legoas de Marcha athe o Campo de Galisteo donde Campamos.

«Em 14. Marchamos tres legoas the o Campo de Coria, ficando na quella Cidade hum Terço com o Sargento Mor de Batalha D. Francisco o Faroel com o 3º que se deu naquele tempo a Luis prª de Sa por espar patente veyo de *(falta no ms.)*.

«Em 16. com tres legoas e meya de marcha fomos ao

---

dos invasores, Berwick também não se refere a tal. É essa, todavia, a explicação que para o movimento retrógrado do exército da Liga dá a *Terc. rel.*, 5, seguida por todos os historiadores portugueses, que se não referem à falta de notícias de Barcelona; o cód. n.º 8062 do F. G., diz: «los Portugueses no querian afastarse tantas Leguas de sus fronteras sin la noticia del succeso de Cataluña». Cf. Mahon, *War of the Succ*, 188. Ainda segundo aquele cód., D. Pedro II mandou ordem ao seu exército para ficar em Almaraz, mas o correio encontrou-o em Cória, tendo já a bagagem marchado.

(1) Êste eclipse deu-se das 9 para as 10 da manhã.

(2) Renato de Froulai, conde de Tessé (1650-1725), que comandara em 1705 o exército franco-espanhol da Extremadura, e em 1706 o exército que cercou Barcelona.

Campo de Porto Mor (1), ou Arroyo, hindo a Artelharia e bagagens pello caminho de Guinaldo junto ao Rio Aragu, e o Exercito passou a Serra de Gati por hum defilladeyro que sahe ao lugar de Chinchon.

« Em 17. fizemos marcha de tres legoas emeya ao Campo da Rabadella em duas Columnas por ser largo o terreno, e muy fertil de Vinho, Azeite, egados; tem muytos lugares e Villas pella Serra.

« Em 18. fomos ao Campo de Descarga Maria (2) com tres legoas emeya de marcha; fomos emhuã linha por ser terreno apertado, e desfiladeiro da Serra perto do Rio (3).

« Em 19. fizemos tres legoas de marcha pello campo de Martiaga (4), de donde fomos passar o Rio Agueda pello porto de Catalarena; campamos junto ahua grande Quinta que ali tem os frades de Santo espirito. [Nella acharaõ os meus soldados, e oſes mto dro patacas, e dobroes onde se em cheraõ algũns].

« Em 20. seprincipiou a sitiar a Praça de Ciudad Rodrigo, elogo se formou o Campo junto amesma praça e se fizeraõ fachinas com destacamento de todo o Exercito.

« Em 21 à noite se ganhou o Convento de Santo Antonio, que he de Padres Recoletos, eo Arrabalde, cujos postos ganhou o Sargento Mor de Batalha Dom Joaõ Manoel de

---

(1) Embora não pudesse identificar algumas das localidades referidas, creio que esta passagem deve ser interpretada da forma seguinte: A artilharia e bagagens seguiram por Moraleja, Hoyos, Porto de Perales, Fuente Guinaldo, para o que tinham que atravessar logo no comêço o rio Arrago, afluente do Alagon; o exército seguiu o caminho de Guijo de Cória, Descarga Maria, Pôrto de Gata, Martiago; para se reünirem à artilharia, tiveram portanto que atravessar o Águeda.

(2) Descarga Maria, vila da província de Salamanca, no desfiladeiro de Robledillo.

(3) Arrago.

(4) Martiago, lugar a 3 1/2 léguas de Ciudad Rodrigo, próximo do Águeda.

Noronha, a quem huã balla ferio em huã perna; levou quatro Terços, o do Conde da Ilha ... *(falta no ms.)*.

«Em 22. se começou a abrir a bataria (1), que pegaua do Convento, e continuava com hum Ramal para huã Colina à direita do ataque donde se fes abataria dos Morteyros; para se ganhar esre terreno foraõ os Terços dos Mestres de Campo o Conde da Ilha, o Conde de Aveyras, o de D. Luis Manoel da Camara (hoje Conde da Ribeyra) eo de D. Braz da Silveyra [q. oje he Me de Campo Gal e Consilheiro de Guerra tinha sido Gor das armas da Beyra tambem foy cappam Gal das minhas na America Portugueza] que escoltaraõ aos Gastadores; do Terço do Mestre de Campo Dom Henrique Henriques duzentos homens; dos Terços dos Mestres de Campo Dom Christovaõ Josè da Gama duzentos; do de Antonio Carneiro de Sousa cincoenta homens; do de Francisco de Abreu Pereira cem homens; um Cappitaõ, hum Alferes, e hum Sargento de cada Terço; o Sargento Mor Joaõ Fialho (2), eo Sargento Mor Joaõ de Saa (3) foraõ encarregados de hirem ao parque da Artelharia apedirem a ferramenta necessaria para esta gente trabalhar, os quaes se acharaõ na frente do Regimento do Porto Mor; cada hum dos Terços que foraõ aTrincheira levavaõ cem Granadas e Seis peças de Artelharia, quatro de quatro, eduas de doze, para oque se

---

(1) É provàvelmente por só neste dia terem começado os trabalhos das baterias que a *Terc. rel.*, 5, diz que «en vinte & dous de Mayo, se poz o Exercito Portuguez sobre a Praça de Ciudad Rodrigo». Berwick marca o comêço do cêrco em 20 (*Mem.*, I, 322).

(2) É provàvelmente o mesmo João Fialho que, sendo coronel do regimento de Pinhel foi morto num motim militar (Tavares, *Disc. sobre a discip. mil.*, 70). O facto deve ter-se passado em S. Felices, pelos meados de 1707. (B. N. L., F. G., cod. n.º 512, fol. 72 v.).

(3) João de Sá Vilhena, coronel de infantaria na Catalunha, filho de Jerónimo de Sá, Governador de Valência de Alcântara e Portalegre (M. L., *Sás*, 233).

offerecesse, ehum petardo atacado [o Sargento Mor de Batalha era D. Joaõ Mel de Noronha] Nesta mesma noite se ganhou o Arrabalde, ese meteo agente no Convento da Trindade.

«Em 23. foraõ quatro Terços para guarda dos Ataques com seis centos trabalhadores, que se acharaõ ao lado da Infantaria Inglesa, com muytas Estacas, ferramentas, emchadas, pàz, seis centas seirinhas, e fachinas possiveis. Levaraõ dez canhoens grandes para o Convento com os pranchoens necessarios, e se continuaram as fachinas.

«Em 24. Montaraõ a trincheyra o Conde Donà com dous Regimentos Inglezes, e dous Holandezes; mil auxiliares levaraõ a mayor parte da fachina. O Terço do Mestre de Campo D. Bernardo de Vasconcellos foy rendido pello Terço do Mestre de Campo D. Pedro Josè de Mello; foraõ rendidos a hora competente os cincoenta soldados que estavaõ no caminho de Salamanca, eos cincoenta que estavaõ na direita do Arrabalde. Mandouse, que aesquerda do Exercito se cobrisse de guardas epatrulhas da Cavallaria com mayor numero do que tinha os dias antes; que fosse hum Thenente com trinta cavallos avançados diante do Reducto, para fazer aguarda, etomar a Ordem do Cabo Mayor, que estivesse nelle. Que todo o Exercito tomasse pam para dous dias. E que do meu Terço fosse render os cincoenta homens da esquerda do Arrabalde.

«Em 25 Montou atrincheyra o Sargento Mor de Batalha Pedro de Vasconcellos e Sousa, e mandouselhe que assaltasse o fosso a ganhalo com o meu Terço, eos dos Mestres de Campo Dom Henrique Henriques, de Francisco José de Sampayo, eo de Matheus Alvres Galè, que o gouernava o seu Sargento Mor. Dos mais Terços foy toda a fachina possivel, e Estacas; e a Cavallaria foy conduzida ao lugar costumado. As fachinas foraõ quatro mil eoito centas estacas. Neste dia pegou fogo em dois barris de polvora

junto da Artelharia no ataque das bombas, que levou tres Arcas de foguetes, e alguas Granadas; morreraõ onze homens dos quaes naõ apareceraõ mais que sette pernas, ou braços.

«Em 26. de Madrugada marcharaõ dous Terços para servirem de escolta aos gastadores dos Auxoliares.

«Em 27. continuouse o fogo de huã eoutra parte com grande vigor; pellas bocas das Ruas nos mataraõ alguma gente, e feriraõ outra.

«Em 28. Achandose ainda na trincheira o Sargento Mor de Batalha Pedro de Vasconcellos e Sousa, com os Tercos com que tinha entrado no dia vinte cinco, por naõ perderem agloria que com tanto valor tinhaõ adquirido, fes a Praça chamada para capitular, por estar com brecha aberta, esem esperança de soccorro. Os mesmos Terços se meteraõ de guarda na Praça em quanto se fazia a capitulaçaõ, rendendo-os depois o Mestre de Campo Dom Braz da Silveyra com o seu Terço. Gouernavaa Dom Antonio de la Veyga (1) que tinha patente de General da Artelharia. Aguarniçaõ da Praça era o Terço das Asturias com alguas milicias; acharaõ-se nella muytas muniçoens de guerra, eboca. Capitularaõ, que sahiriaõ pella brecha com Caixa batida, bandeiras largas, balla em boca, e dous mascarados que hiriaõ immediatos às bandeiras. Ao sahir a guarniçaõ da Praça se formaraõ na brecha os Terços dos Mestres de Campo o Conde da Ilha, o meu, eo de Bernardo de Vasconcellos e Sousa, todos formados em batalha com a direita na brecha, epella frente passaraõ os rendidos, formados com os Officiaes em seus postos, eos nossos tambem o estavaõ apè com as suas insignias na maõ, eos Mestres de Campo com os seus espon-

(1) D. António de la Vega y Acebedo era o governador de Marvão quando esta praça foi retomada em 1705; pouco depois da revolução de Ciudad Rodrigo era Governador das Armas de Castella a Velha.

toes; fizeraõ todos os Officiaes cortezias huns aos outros, ese lhes deu escolta athe os porem em seguro. A cada Soldado dos Nossos se lhes deu quatro centos eoitenta reis de Refresco (1).

«Da Provincia da Beyra chegou a este sitio de Ciudad Rodrigo o Bisconde de Fonte Arcada Manoel Jaques de Magalhaes General da Artelharia, que trouxe alguas Tropas da mesma Provincia (2); tambem veyo o Terço de detras os Montes do Mestre de Campo Felix Josè Machado Eça Castro e Mendonça (3) Senhor de Entre homem e Cadauo com

---

(1) A capitulação da praça, que António do Couto coloca a 28, foi a 26, segundo a *Terc. rel.*, 5. Berwick (*Mem.* I, 322) diz que a praça se defendeu «jusqu'au 26 au soir, & ne se rendit que la breche faite : elle obtint même une capitulation honorable»; esta frase pode colocar a capitulação a 27, data mais provável que 26 ou 28; é o que concluo de dois certificados passados ao alferes Domingos Moutinho de Carvalho (existentes numa colecção de manuscritos que foi de Félix José Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos, colecção hoje em meu poder). O primeiro, que não está assinado e é passado pelo mesmo Félix Machado, mestre de campo do têrço velho de Chaves, diz que foi com o seu têrço «aguanhar esegurar o arabalde e ponte que esta de baixo da Artelharia de Sidª Rodrigo o que com efº guanhey em 23 de mº (maio) a donde estiue the 27 do dtº... hauendo nodis cursso destes dias muy continuado fogo...». O segundo, assinado pelo «capªm Com Mandante do 3º uelho da gornicam da praca de Chaues» João Pissarro de Vargas Morais diz: «... e no mesmo Dia—27 serendeu A dtª praca Auendo no des Curso desses dias (23 a 27) Muy Continuado fogo...». Da mesma colecção fazem parte mais certificados, prontos para serem assinados por Félix Machado, em que se repete a mesma afirmação. Estes certificados são datados do «Campo de guada La gara» em Agôsto de 1706 e de «Valenca» em Novembro de 1706. Afonso da Gama Palha também diz (*Rel.* 54) «Ciudad Rodrigo se entregou na seguinte quinta feira 27 do dito mez» (27 de Maio de 1706 foi realmente uma quinta feira).

(2) Eram 6.000 homens e artilharia grossa para bater, segundo a *Terc. rel.*, 5.

(3) Félix José Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos (1677-1731), como antes disse comandante do têrço velho de Chaves. Segundo os certificados acima citados, êste têrço recebeu ordens do sargento-mor de batalha Conde de Serman.

alguas Milicias; Vierañ alguns Canhoens ecousas pertencentes ao Trem da Artelharia. Todos estes ficaraõ da outra parte do Rio Agueda aimpedir que não entrasse socorro na Praça pello porto das Carretas (1).

« He esta Praça circular feita a obra de seixo redondo com argamassa [q̃. a pos mui forte, e as balas da artilharia se abriaõ em duas metades sendo de ferro coado]. Tem hum grande Arrabalde em que ha hum convento de frades Trinos, e outro de Franciscanos com huã trincheira que odefende. Da outra parte tem o Rio Agueda, que ali tem ponte, e junto a ella hum pequeno Arrabalde. Tem duas portas, huã da ponte, e outra do Arrabalde grande com boas defenças.

« A Cidade tem Cathedral, e dous Conventos de freiras. Tem huã capella, que chamaõ dos Curas, fundada por hum Cardeal, que a deixou aos [do apelido do] Coutos [ou Quetes] de que saõ os Marquezes de Sarralvo, senhores da Calçada, parentes deste Cardeal, q̃. era da familia dos Coutos.

« Deste Campo se foy tomar a Praça de S. Felices (2), que he hum Castello muyto forte ainda que pequeno [ficoulhe huã Companhia por Guarnicaõ]; ali se faz louça como a de Estremos. Athe qui deraõ obediencia todos os Lugares, Villas, e Cidades deste Continente.

« Em 3 de Junho deixando guarniçaõ nas duas Praças, fomos em tres legoas de Marcha ao Campo de Santo Espirito (3), oqual tem muytas forragens e agua, e hum lugar pequeno.

---

(1) Segundo o cód. n.º 8062 do F. G. Da Bibl. Nac. de Lisb. o exército, depois da tomada de Ciudad Rodrigo, estava reduzido de 22.000 homens a 16.000.

(2) Trata-se do forte da Conceição junto de San Felices de los Gallegos, vila a 6 léguas de Ciudad Rodrigo.

(3) Santi Espiritus.

«Em 4 [de Junho] marchamos quatro Legoas ao Campo de Rio Minhoz (1), e Castellejo (2), donde hauia muytas forragens, e Lenha, com duas Ribeyras.

«Em 5 [de Junho] marchamos quatro legoas athe o Campo de Castilhon (3).

«Em 6 [de Junho] com quatro legoas de Marcha fomos ao Campo de Calçadilha (4), que tem perto hum Azinhal no lado de hum Rio; saõ terras playnas, muy abundantes de criaçoens. Deste Campo se mandou um bolatim a Salamanca para que viessem dar obediencia, entrou a tempo que faziaõ huã procissaõ.

(*Continúa*)

GASTÃO DE MELO DE MATOS.

---

(1) San Muñoz, vila a 8 léguas de Salamanca.

(2) Castillejo de Huebra, despovoado entre os rios Matilla e Huebra, a 7 léguas de Ciudad Rodrigo.

(3) Castejon, casal a 3 1/2 léguas de Salamanca.

(4) Calzadilla de la Valmuza, casal a 2 léguas de Salamanca, regado pelo rio Valmuza.

SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DA MUSICA EM PORTUGAL(1)

LOPES (FERNÃO)

Vigario de Nossa Senhora da Conceição de Lisboa, a quem o recebedor do convento de Christo de Thomar pagou 20 mil riaes por livros de canto d'orgão. Não sei se este Fernão Lopes seria copista musical ou se simples vendedor de livros que possuia.

LOPES (FRANCISCO)

(Cantor)

« Dom Joham &c A quamtos esta minha carta virem faço saber que avemdo eu respeito ao seruiço que tenho recebydo de Framcisqo Llopez, camtor de minha capella e asy aos que ao diamte espero que me faça e querẽdo lhe fazer graça e mercee tenho por bem e me praz que elle tenha e aja de mim de temça cadaño em sua vyda, de janeyro que pasou em diamte, quatro moyos de trigo -s- tres moyos como tem os outros camtores e huũ moyo por Respeyto de huã terra que trazia nas llyziras de Villa Framca, omde se chama Albacetim, de que pagaua o terço e noue quarteyros de trigo dalça, a quall terra me ora deyxou por respeyto desta mercee e os alluaraas meus que della tinha foram rotos ao asynar desta. E porem mãdo aos uedores... Amdre Diaz a fez em Evoraa a xbiij dias de março de mill e quinhẽtos xxxbij Jorge de Fygeyredo a fez escpreuer. Diz de janeyro que pasou deste anno de xxxbij ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III, Doações,* liv. 24, fol. 70).

« Dom Joham &c a quamtos esta minha carta virem faço saber que comfiamdo eu de Framcisco Lopez, meu camtor, que he tall que o fara

---

(1) Cont. do vol. 79.º, pág. 655.

como a meu seruiço e a bem das partes compre, tenho por bem e o dou ora daqui em diamte por esprivaõ das malfeitorias e das execuções da corte asy e pela maneira que o elle deue ser e o era Pero da Mata, per cujo falecimento vagaram os ditos oficios, a qual merce lhe faço per vertude de hum meu aluara que lhe pera elo pasey per mim asynado e pasado pella minha chancelaria, de que o theor tal he: «Chanceller moor, amiguo, eu ey por bem de fazer merce a Francisco Lopez, meu camtor, dos oficios desprivaõ das malfeytorias e das execuçoẽs em minha corte que vaguaram per falecimento de P.º da Mata asy e da maneira que os elle tynha, mandovos que lhe paseis carta em forma dos ditos oficios, sendo auto pera os seruir, e pagamdo primeiro os direitos ordenados, e o mantymento que o dito Francisco Lopez ha daver com os ditos oficios sera outro tamto como com eles tynha o dito P.º da Mata, de que tyrara outra carta de minha fazemda, e o dito Francisco Lopez tinha hum meu aluara de lembrãça, feito a iiij dias dabrill do ano de b°xxx, per que me aprouue de lhe fazer merce de huũ oficio de esprivam dos que soem dandar em os meus camtores, que foy roto ao asynar desta. Manuel da Costa o fez em Lixboa a b dias dabril de ȷb°xxxbiij. E porem mando ao meu Regedor da Casa da Sopricação e chanceler mor e chanceler da dita casa e bem asy aos corregedores de minha corte, oficiaes e pesoas, a que esta minha carta for mostrada e o conhecimento della com direito pertemcer que metaõ ao dito Francisco Lopez em pose dos ditos oficios e lhos leixem seruir e aver todo ho a eles direitamente ordenado e o avia o dito P.º da Mata sem lhe ser posto duuida nem ẽbargo algũu, por que asy me praz, o qual pagou dordenado em a minha chancelaria ao recebedor della biij b° rs (sete mil e quinhentos reaes), os quaes foram sobre ele carregados em recepta, omde jurara aos samtos avamgelhos que bem e como deue os syrua, guardamdo em todo a mim meu seruiço e as partes seu direito e Regimento ordenado ao dito oficio. Dada em a cidade de Lixboa aos xxbij dias dabrill. ElRey o mãdou pello doutor Aluaro Fernandez, do seu conselho e chançarel mor em todos os seus Regnos e senhorios — Bernaldym Beleagoa a fez ano de noso Senhor Ihũ X.º de mill b°xxxbiij». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III, Doações*, liv. 49, pag. 72).

«Eu elRey faço saber a quamtos este meu aluara virem que eu ey por bem e me praz de fazer merce a Framcisco Lopez, meu camtor, de hum lugar de morador da cidade de sam Jorge da Mina com o ordenado contheudo no Regimento na vaguamte dos prouidos amtes deste pera a pesoa que casar com Luisa Dinis, sua filha, e amtes que a dita pesoa

asy casar com a dita Luisa Dinis se apresemtara primeiro ao comde da Castanheira, vedor de minha fazenda, pera elle ver se he auto pera seruir o dito lugar de morador e semdoo lhe fara fazer sua prouisaõ em forma e pera sua guarda e minha lembrãça lhe mãdey dar este, que ey por bem que se cumpra inteiramemte como nelle he contheudo. Adriaõ Lucio o fez em Lixboa a xxij dias de junho de ȷbºRix. Amdre Soarez o fez scprever». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III*, liv. 70, fol. 177).

«Eu elRey faço saber aos que este alluara virem que havendo respeito ao que diz na pitiçaõ scripta na outra mea folha Guiomar Denys, vyuva, molher de Francisco Lopez, que foy meu cantor, ey por bem e me praz de fazer merce a Luisa Denis, sua filha, de doze mill rs de prouisaõ cada ano, no oficio de scprivam damte os corregedores do cyuel de minha corte, de que ora fiz merce Afomso dOlyueira, os quaes $\overline{xij}$ rs lhe começara a paguar o dito Afomso dOlyueira do primeyro dia de janeyro que pasou deste anno presente de bº sesemta e quatro em diante, e isto em dias de sua vyda, e os ditos $\overline{xij}$ seraõ pagos ha dita Guyomar Denis sua may em quamto ella for vyua, e semdo caso que a dita Luisa Denis faleça primeyro que ella, ey por bem que os ditos $\overline{xij}$ rs fiquem ha dita Guyomar Denis sua may, e lhe sejaõ paguos pella maneyra acyma decllarada, e mãdo as justiças e oficiaees, a que este alluara for mostrado e o conhecimento delle pertencer pella maneyra sobredita façaõ paguar os ditos $\overline{xij}$ rs cada ano as ditas Guyomar Denis e Luisa Denis e lho façaõ he cumpraõ inteiramente comprir (sic) como se nelle contem, o quall ey por bem que valha como se fose carta per mim asinada e pasada pella chancelaria sem embarguo da ordenação do 2.º liuro, titolo 20 que diz que as cousas cujo efeito ouuer de durar mais de hum ano pasem per cartas e pasando per alluaras naõ valhão. Dyogo Fernandez o fez em Lixboa a biij de janeyro de mill bºlxiiij. Balltesar da Costa o fez scprever». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 14, fol. 89 v.).

LOPES (FRANCISCO)

«Dom Felipe &c Aos que esta minha carta virem faço saber que auẽdo respeito aos seruiços de Francisco Lopez, meu cantor tipre, e a sua suficiẽcia e voz que tem, ey por bem de lhe fazer merce de dous moios de triguo em cada hum anno e que o vẽça do primeiro de janeiro deste presẽte de nouẽta e sete em diante, e que lhe sejaõ pagos com

certidam do adaiam de minha capella de como serue autualmente nelle. E mãdo aos veadores de minha fazenda que lhos façaõ asẽtar no liuro della e do dito janeiro em diante leuar cada anno nas folhas do asẽtamento em parte onde lhe sejaõ bem pagos com a dita certidão, e por firmeza de todo lhe madei dar esta minha carta por mym asinada e asellada do meu sello pẽdente. Dada em Lixboa aos xb de julho — Francisco Martinho a fez — anno do nascimento de nosso Senhor Ihũ Xp̃o de j̃b^{e}lRbij. Sebastiaõ Prestello a fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 2, fol. 115).

«Dom Filippe &c aos que esta minha carta virem faço saber que avendo eu respeito a ter feyto merce a Francisco Lopez, cantor de minha capella, de quize mil rs de tença por tempo de tres annos em quanto naõ fosse prouido da pensaõ de trinta mil rs e a lhe prorogar a dita merce por outros tres annos, que acabaraõ a dezasete dias doutubro do anno de bj^{e} e cinco, sem ser prouido da dita pensaõ, ey por bem e me praz de lhe fazer merce que elle tenha e aja de minha fazenda daqui em diante os ditos quinze mil rs de tença cada anno so limitação de tempo em quanto não for prouido da dita pensaõ de trinta mil rs e que os comece a vencer por este padraõ do primeiro dia de janeiro que passou deste anno presente de bj^{e} e sete em diante e lhe sejaõ pagos com certidaõ do meu capelaõ mor e em sua ausencia do dayaõ de minha capella de como he contino no seruiço della e naõ he prouido da dita pensaõ. E portanto mando a dom Duarte de Castello Brãco, conde do Sabugal, meirinho mor destes Reinnos de Portugal, do meu conselho do estado e vedor de minha fazenda, que lhos faça asentar no liuro della e do dito janeiro em diante despachar cada anno em parte onde aja delles bom pagamento, e porquãto lhe eu fiz merce dos ditos $\overline{xb}$ rs de tença do tempo em que acabou a vltima perrogação que foi aos ditos xbij dias doutubro de bj^{e} e cinco e por este padraõ os começa a vencer do primeiro de janeiro deste anno presente em diante como nelle he declarado, eu lhe mandei dar prouisaõ para o meu thesoureiro mor lhe pagar dezoyto mil trymta e noue rs que lhe montaraõ aver dos ditos xbij doutubro de bj^{e} e cinco ate fim de dezembro do ano passado de bj^{e} e seis a razão dos ditos quinze mil rs de tença e por firmeza do que dito he lhe mandei dar este por mim assinado e selado do meu sello pendente. Antaõ da Rocha o fez em Lx.^{a} a ix dias de maio anno do nacimento de nosso Senhor Ihũ Xp̃o de mil bj^{e} e sete. Sebastiaõ Perestrello a fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 17, fol. 186 v.).

« Eu elRey faço saber aos que este alvara virem que avẽdo respeito a boa imformação que tenho dos seruiços e suficiẽcia de Francisco Lopez, tiple de minha capella, ey por bem de lhe fazer merce de quinze mil rs de tença em cada hum anno por tempo de tres annos sómẽte com declaração que sendo prouido de trinta mil rs de pensaõ se lhe naõ proroguara mais o dito tempo, e estes tres annos se começaraõ de dezasete dias de outubro do anno passado de quinhẽtos nouẽta e noue em diante, em que lhe fiz a dita merce. E mãdo aos vedores de minha fazenda que lhe façaõ asẽtar os ditos $\overline{xb}$ rs no liuro della e despachar cadanno pello dito tempo de tres annos pera lugar omde delles aja bom pagamento, com declaração que lhe seraõ pagos com certidaõ do dayaõ de minha capella de como naõ he prouido da dita penção, e este aluara ey por bem que valha como carta feita em meu nome per mym asinada e passada pella minha chancelaria sem ẽbargo da ordenação do 2.º liuro que o contrario dispoem. Joaõ Aluarez o fez em Lixboa a dezoito de maio de mil e seiscentos. Sebastiaõ Perestrello o fez escreuer ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 2, fol. 373).

Segue-se outro alvará da mesma data fazendo-lhe mercê de um moio de trigo por anno, por provisões passadas de tres em tres annos.

LOPES (GABRIEL)

(Cantor)

« Dom Phelippe &c faço saber aos que esta minha carta uirem que auendo respeito a Grauiel Lopes, cantor de minha capella real, me ter seruido nella mais de desoito (?) annos com boa satisfação, e ora hir a corte de Madrid por meu mandado e tornar a continuar no seruiço da capela desta coroa, hey por bem de lhe fazer merce de trimta mil rs cada hanno de seu acresentamento, conforme ao Regimento, do naõ pagara mea annata pello comisario della julguar que a naõ deuia, os quaes lhe seraõ consignados em hũa das cazas desta cidade e paguos com sertidaõ do meu capelaõ mor de como autualmente esta continuando no seruiço da capella, e os comesara a uenser de quinze de ferureiro deste anno prezente, em que lhe foi passado a portaria delles em diante, por se ordenar assi por despacho do Conselho de minha fazenda, pelo que mando ao presidente dela que lhe fasa asentar os ditos trinta mil rs de acresentamento nos liuros da ditta fazenda e do ditto tenpo em diante

despachar em cada hanno ao ditto Grauiel Lopes aja delles bom pagamento. E por firmeza de todo lhe mãodei dar esta carta por mim asinada e sselada do meu sselo pendente. Antonio de Barros a fez em Lixboa a vinte e quatro de maio de mil e seis sentos e trimta e quatro. Fernaõ Guomes da Gama a fez escreuer. Posto que nesta carta se declare que Grauiel Lopes nella contheudo naõ paguou meia annata dos trinta mil rs que por ella ha de auer consta por sertidaõ do escriuão das meas annatas que pagou de mea annata dos dittos trimta mil rs de temça quatorze mil e quatro senttos e setenta rs ao tisoureiro della, sobre quem se carregaraõ no liuro de seu recebimento a folhas setenta sette, como se uio por sertidaõ do escriuaõ das dittas meas annatas, que se rompeo ao asinar desta». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe III, Doações,* liv. 32, fol. 231 v.).

Vide *Antonio Fernandes Galveas,* que por seu fallecimento lhe succedeu.

«Dom Phelipe &c Aos que esta minha carta virem faço saber que auendo respeito a Gabriel Lopez, cantor de minha capella real, me ter seruido nella mais de dezoito anos com boa satisfaçaõ, e ora ir a corte de Madrid por meu mandado e tornar continuar no seruiço da capella desta coroa, hei por bem de lhe fazer merce de tres moios de trigo cada anno de seu acrecentamento conforme ao Regimento, do qual naõ pagou mea anata pello comisario d lla julgar que a naõ deuia, os quaes lhe seraõ consinados nas juguadas de Santarem, e pagos com certidaõ do meu capelaõ mor de como autualmente esta continuando no seruiço da capella, e os começara a uencer de quinze de feuereiro deste ano prezente, em que lhe foi pasado a portaria delles em diante por se ordanar assi por despacho do conselho de minha fazenda: pello que mando ao prezidente della que lhe faça asentar os ditos tres moios de trigo nos liuros da dita fazenda e do dito tempo em diante leuar cada anno na folha do asentamento das ditas jugadas de Santarem, e por firmeza de todo lhe mãdei dar esta carta por mim asinada e selada com o meu sello pendente. Bar Ferreira a fez em Lixboa a uinte e quatro dias do mes de maio de mil seis centos e trinta e quatro anos. Fernaõ Gomes da Gama a fes escreuer. Posto que nesta carta se declare que Grauiel Lopez nella conteudo não pagou mea anata dos tres moios de trigo de tença que por elle ade auer constou por certidaõ do escriuaõ das ditas meas natas que pagou da mea anata dos tres moios de trigo nella declarados dez mil duzentos sesenta rs que se carregaraõ em receita ao

thesoureiro della no liuro do seu recebimento, como se uio por certidaõ do escriuaõ das ditas meas natas que se rompeo ao asinar desta». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe III, Doações*, liv. 26, fol. 223).

LOPES (MANUEL)

(Cantor)

«Dom Filipe &c faço saber aos que esta minha carta virem que eu ei por bem de fazer merce a Manoel Lopes, natural da villa de Tomar, que ora tomei por cantor de minha capella de hum moio de trigo de tença cada anno, que comecara a vencer de trinta de abril que pasou deste anno prezente de quinhentos nouenta e dous em diante em que eu lhe fis esta merce que lhe sera pago com certidaõ do adaiaõ de minha capela de como serue autualmente em ella, e mando a dom Fernando de Noronha, conde de Linhares, do meu conselho do estado e veedor de minha fazenda, que lhe faça asentar o dito moio de trigo no liuro dela e dos ditos trinta dabril em diante despachar cada anno pera lugar onde delle aja bom pagamento, e por firmesa de tudo lhe mandei dar este per mim assinado e aselado do meu sello pendente. Mateus de Carnide o fez em Lixboa a vinte oito de julho de ȷbºlRiij. Pero Gomes dAbreu o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 27, fol. 100 v.).

LOPES (MANUEL)

(Corneta e tiple)

«Dom Filippe &c aos que esta minha carta de padraõ virem faço saber que eu ey por bem e me praz de fazer merce a Manuel Lopez, corneta de minha capella, que foi aceitado pera me seruir nella em hum lugar de hum tiple, de hum moyo de trigo cada anno em quãto seruir em minha capella, o qual começará a vencer de seis dias doutubro deste anno presẽte de seis centos e noue em diante, em que lhe delle fiz merce e lhe sera pago com certidaõ... Antaõ da Rocha o fez em Lixboa a x dias de nouembro anno do nascimento de nosso Senhor Ihũ Xp̃o de mil bjᵉ e noue. Sebastiaõ Perestrello o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 21, fol. 81).

LOPES (SIMÃO)

(Cantor)

«Dom Joham &c a quamtos esta minha carta virem faço saber que comfiamdo eu da bomdade e descriçã de Symaão Lopez, meu camtor, que nesto me seruira como a meu seruiço e bem das partes compre, e queremdolhe fazer graça e merce, tenho por bem e o dou ora daqui em diamte em minha corte e casa da sopricaçã por espriuã do desembargo do paço e pitiçoẽs e dos agrauos, asy e pella maneira que ho elle deue ser e o tee qui foy Dº Llaso, que ho dito oficio tinha e se finou, e esta merce lhe faço por vertude de huũ meu alluara que pera ello de mim ouue, de que ho trellado he ho seguinte: etc Dada em a Villa dAldea Gallega de Riba Tejo aos xi dias do mes de dezembro — ElRey o mamdou pello doutor Aluaro Fernandez do seu desembargo e corregedor em sua corte dos feitos crimes que per seu espicial mandado tem cargo de chanceler moor. Bento Glz Banha a fez anno do nacimento de noso Senhor Ihuũ Xpo de mill bc xxbj». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III, Doaçõe*s, liv. 36, fol. 189 v.).

«Dom Joham &c A quamtos esta minha carta virem faço saber que a mim apraz e ei por bem dar lugar e licemça a Symão Lopez, meu camtor, que nos seus oficios de escprivam dos agrauos e do desembarguo do paço, em cada huũ delles posa poer huã pesoa auta que os por ele sirua, quamdo a cassa da sopricaçam estiuer apartada de minha corte, e o que fizer a pesoa que por elle em sua cassa escpreuer sera sobescripto por ele. E porem mamdo ao chamçarel moor que semdo as ditas pesoas autas pera yso lhes faça dar juramemto na chancelaria e nam lhe ponha a yso duuida por quamto por ele ser doemte dos olhos o ey asy por bem e he minha merce. Dada em a cydade de Lixboa aos xiij dias do mes de janeiro — Gomez Eanes a fez anno do nacymemto de noso Senhor Ihuũ Xº de myll bc xxix». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III, Doações*, liv. 50, fol. 10 v.).

LORCA (JOÃO DE)

(Cantor)

«Dom Joam &c faço saber a quamtos esta minha carta virem que avemdo respeito aos seruiços que tem feytos Lorca meu cãtor, ey por

bem e me praz fazer merce a Maria Pirez, sua molher, dos tres moios de trigo que de mim tinha o dito seu marido que vagarã por seu falecimẽto, os quaes ey por bem que os aja em sua vida e os comece a vẽcer de janeiro que vem em diãte em cada huũ anno de temça. E porem mãdo... Cosme Annes a fez em Lixboa aos iiij dias de mayo anno de mill b^{e}xxix Fernaõ dAluarez o fez escreuer. E ey por bem que ha molher do dito Lorca vemça e aja os ditos tres moios de trigo de janeiro que pasou deste ano presemte de b^{e}xxxix em diate. Cosme Anes o fez em Lixboa aos xiij dias do dito mes e anno». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III*, *Doações*, liv. 48, fol. 20).

Vide *Armário da casa da Coroa*, fol. 43.

LOURENÇO (JOÃO)

Era cantor de D. Manuel.

Veja-se o meu opusculo *Os mestres da capela real nos reinados de D. João III e D. Sebastião*, onde publiquei os respectivos documentos.

«Dom Mannuell etc. A quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que avemdo Nos respeito aos seruiços que Joam Lourenço cavaleiro da nosa casa e noso camtor me tem feito e a diamte esperamos que faça e querendo lhe fazer graça e mercee teemos por bem e lhe damos darrendamento em sua vida o terço da terra que está na nosa lizira dAlcoelha de Villa Franca de Xira que Ruy Lopez trazya arrendada e ora acabou seu arrendamento da quall terra nos pagou o terço de todo o que nella ouuer asy e da maneyra que pagaua o dito Ruy Lopez e esto com tall condiçam que elle apresente laurador ao nosso almoxarife das nosas liziras da dita villa que laure a dita terra toda em cada hũu anno e nos pague o terço de todo o que nella ouuer e asy e da maneyra que pagava o dito Ruy Llopez e o pagam as outras terras do terço e nom laurando ha dita terra toda nos pagara a estimaçam della ou daquella parte que ficar por laurar e querendo a elle dito Joam Lourenço lancar per sy pagará o dito terço na maneyra que dito he e porem mandamos etc. em forma — dada em Lixboa aos xbij dias de outubro. Dioguo Vaaz a fez anno de mil b^{e}xbj annos. Porem elle nam laurara a dita terra senam dara a laurador a ella que se obrigue a laurar na maneira que dito he». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Manuel*, liv. 26, fol. 109).

LUIS (DIOGO)

Era tangedor dos orgãos da capella real. D. Sebastião lhe deu de tença, em sua vida e em cada um anno, dois moios de trigo, em carta de 17 de setembro de 1565.

Em 28 de julho de 1575 lhe foi accrescentado outro moio.

D. Henrique o nomeou, em carta de 4 de junho de 1579, recebedor das terças do reino na corte. N'esta carta é tambem designado moço da camara. Foi authorisado a renunciar este emprego na pessoa que casasse com uma de suas filhas.

Tendo Antonio Camello casado com Isabel Reinel, filha mais velha de Diogo Luis, foi-lhe dado aquelle logar em 1600.

Em 31 de julho de 1592 lhe foi concedido poder testar 2 moios de trigo, dos 3 que tinha, a sua mesma filha. Em 1604 era feito padrão d'estes dois moios de trigo a Isabel Reinel, por onde se prova que Diogo Luis teria morrido pouco tempo antes, talvez em 1603. Em 1584 tivera Diogo Luis oito mil reaes para sustento de uma cavalgadura.

Isabel Reinel parece que teve tenção de entrar na religião e por isso lhe foi dada provisão para poder renunciar o cargo de thesoureiro das terças em Manuel Teixeira, cavalleiro da casa real e servidor da toalha, e como se não realisasse aquelle intento foi feita mercê ao dito Manuel Teixeira de serventia do cargo por 3 annos, não prejudicando o proprietario, quando lhe coubesse. Alvará de 18 de fevereiro de 1598.

Isabel Reinel pertenceria porventura, por parte de sua mãe, á familia dos cosmographos Reincis, de quem tratei nos meus *Trabalhos Nauticos?*

Em 1563 Domingos Luis era tangedor dos orgãos da capella de Santo Antonio.

Vide *Elementos para a historia do Municipio de Lisboa,* tom. 3.º, pag. 545.

« Dom Sebastiaõ etc. Aos que esta minha carta virem faço saber que avendo respeyto aos seruiços que tenho recebidos de Dioguo Luis, tamgedor de minha capella, e por lhe fazer merce, ey por bem e me praz que elle tenha e aja de minha fazenda, de terça, em cada hum anno, em sua vida, dous moyos de triguo, de janeiro do anno que vem de bᵐlxbj em diãte, e mando aos veedores de minha fazenda que lhe façaõ asentar os ditos dous moios de triguo no liuro della e despachar em cada hum anno pera llugar onde delles aja bom pagamento, e per que o dito Dioguo Luis avya de vencer os ditos dous moios de triguo de janeiro deste anno presẽte de ȷbᵐlxb em diante e por este padraõ naõ ha daver pagamento delles senaõ do anno que vem, como acima he declarado, eu lhe mandey pagar os ditos dous moios de triguo deste dito anno presẽte a dinheiro em Francisco Serraõ, que serue de thesoureiro dos dinheiros do Reyno a preço de seys mill rs o moyo, e pera frimeza de todo lhe mandey dar esta per mym asinada e asellada com o meu sello pendente. Dada na cidade de Lisboa aos xbij dias de setembro. Joaõ Alvez a fez anno do nacimento de noso Senhor lhũ Xp̃o de ȷbᵐlxb, e posto que diga que lhe mandey pagar os ditos dous moyos de triguo deste anno presẽte no dito Francisco Serraõ a dinheiro, mandeylhos pagar em triguo na alfandega desta cidade de Lixboa. E eu Aluaro Pirez o fiz escreuer ».

Tem ao lado a seguinte verba:

« Dy.º Luis conteudo neste padram testou de dous moios de trigo de tença, dos tres que tinha por este padram e por huã apostilla por prouisam que tinha em sua filha Isabel Reinel, a quem se passou delles padram a 4 de feuereiro (?) de 604 asinado por S. Mag.º sobscrito por Sebastiam Perestrello, de que pus aqui esta uerba em Lx.ª a 24 dabril 604. Luis dAluarenga Froes ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações,* liv. 15, fol. 224 v.).

« Treslado de hũa postilla de Dy.º Luis que se pos ao pe de hum seu padrão que pasou pela chancelaria em Lixboa a xxbij de outubro de jbᵐlxb e registada por Roque Vieira.

« Ey por bem de fazer merce a Dy.º Luis, tangedor de minha capella, de hum moyo de trigo de tença cada anno em sua vida, alem dos

dous moyos que tem por este padrão, pera que tenha e aja tres moyos em cada hum anno asy como tem cada hum dos meus cantores, e isto com declaração que avendo eu mister pera despesa de minhas armadas lho poderei tomar e lho mandarei pagar a dinheiro todo juntamente como valler pella baixa ao tempo da nouydade. E portanto mando aos vedores de minha fazenda que lho façaõ asẽtar no liuro della e despacharem em cada hum anno de janeiro deste anno presente de b^{c}lxxb em diante em parte donde aja delle bom pagamento e esta postilla ey por bem que valha como se fose carta feita em meu nome sem embargo da ordenação do 2.º L.º, titulo xx que o contrario dispoẽ. Antaõ da Rocha a fez em Lixboa a xxbiij de julho de jb^{c}lxxb. Sebastiaõ da Costa a fez escreuer e com declaraçaõ que hadauer o moyo de trigo contheudo nesta apostilla tera Dy.º Luis os dous moyos de trigo contiudos na carta *acima* ».

Ao lado a seguinte cota:

« S. M.^{de} fez merce a Dy.º Luis conteudo no registo desta apostilla que podese nomear por sua morte dous moios dos tres que tem de tença per esta apostilla per hum padraõ em sua molher ou filha, e por os nomear em Isabel Reinel sua filha e se lhe pasar delles padraõ feito a 4 de feuereiro de 604 sobscrito por Sebastiam Peres e asinado por S. M.^{de} que manda por aqui esta verba a pus em Lixboa a 24 dabril de 604. Luis daluarenga Figueira ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique*, *Doações*, liv. 35, fol. 111).

« Dom Amrique etc aos que esta minha carta virem faço saber que auẽdo respeito aos seruiços de Diogo Luis, meu moço da camara, tangedor dos orguãos de minha capella, e por confiar delle que no officio de recebedor das terças do Reino em minha corte se sirua bem e fielmente como a meu seruiço cumpre, ey por bem e me praz fazerlhe merce que elle sirua de recebedor do dinheiro das ditas terças do Reino alternate de dous em dous annos com a pessoa a que fizer merce do dito officio, o qual seruira pela ordem que he dada acerqua darqua e chaues della em que se hade meter o dinheiro das ditas terças e ẽquanto asi seruir o dito officio auera de mantimento com elle em cada hum anno xxx r.^{s} que he outro tanto como com elle saõ ordenados de mãtimento por anno e como com elle tinha Bertolomeu Xara, de que avera pagamento em si do dinheiro das ditas terças: notefiquo o asi a dom Manuel de Portugal, meu muito amado sobrinho, que tenho ẽcarregado

de prouer e ẽtender na gente da ordenãça destes Reinos e nas forteficaçoẽs e rendas das terças dellas, e mando que lhe de a posse do dito carguo e lhe faça tomar fiança do dito recebimento cõforme do Regimento de minha fazenda e asẽtar o dito mãtimento no L.º dos mãtimentos dos officiaes da prouedoria mór do Reino e o dito Diogo Luis jurara na minha chancelaria aos santos euãgelhos que bem e verdadeiramente o sirua, guardando em todo meu seruiço e as partes seu direito, e pera firmeza de todo lhe mãdei dar esta carta por mym asinada e passada por minha chancellaria. Dada em Lixboa aos quatro dias do mes de junho — Baltesar Feras a fez — Anno de jb^{e}lxxix. Francisco dAlmeida o fez escreuer. E largara outro officio de que lhe tiuer feito merce».

Tem á margem:

«ElRei noso senhor que Deus tem fez merce a Diogo Luis que podese renunciar este officio de thesoureiro das terças dalternate na pessoa que casasse com huã de suas filhas e por Antonio Camello por quanto elle era casado com Isabel Reinel, filha mais uelha do dito Diogo Luis, se lhe pasase carta como passou asinada por S. M. e sobscripta por Sebastiam dabreu feita a ... dagosto de 600 e se mandou por verba do conteudo nesta carta que fiz em Lixboa a 7 de nouembro de 600. Luis de Aluarenga». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações,* liv. 42, fol. 286 v.).

«Padrão de 20:000 r.^{s} a Isabel Reinel, filha de Diogo Luis, tangedor dos orgãos de minha capella.

«Estes 20:000 r.^{s} faziam parte de uma tença de 40:000 r.^{s} que os governadores do Reino deram a Margarida de Serpa, molher do dr. Diogo da Silva, que foi do meu desembargo, que renunciou e nomeou em Isabel Reinel os ditos 20:000 .^{s} Lix.^{a} 10 d'agosto 1595». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 1, fol. 50).

«Eu elRey faço saber aos que este meu alluara vyrem que havemdo respeito aos seruiços de Diogo Luis tãgedor dos orguaões de minha capella, ey por bem de lhe fazer merce que dos tres moyos de triguo que tem de temça em cada hum ano posa testar de dous moyos delles por sua morte em sua molher ou filha, e mamdo a dom Fernando de Noronha, comde de Linhares, do meu Conselho do estado he vedor de minha fazenda, que hapresemtamdolhe sua molher ou filha sua nomeação e padrão que ho dito Diogo Luis tem dos ditos tres moyos de triguo lhe

faça fazer padrão dos ditos dous moyos de triguo como dito he, pomdose primeiro as verbas necessarias. Mateus de Carnide o fez em Lixboa ao derradeiro de julho de jb°lRij. P.° Gomez dAbreu o fez escpreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 28, fol. 36 v.)

«Dom Filippe &c faço saber a quantos esta minha carta de padraõ virem que por parte de Isabel Reynel, filha de Dy.° Luis me foi presemtado huũ aluara de lembrança pera o dito Diogo Luis poder testar de dous moyos de trigo dos tres moyos que de mim tinha de tença cada anno, do qual aluara o trelado he o seg.te: — segue o alvará feito em Lixboa ao derradeiro de julho de mil b.°lRij — Pidindome a dita Isabel Reynel que por quanto o dito Dy.° Luis, seu pay, era falecido e em seu testamento a nomeara nos ditos dous moyos de trigo como por bem do dito aluara podia fazer segundo constaua de huã certidaõ de justificaçaõ que presentaua do doutor Antonio Denis do conselho de minha fazenda e juiz das justificaçoẽs della em que vinha incerta a verba da dita nomeação lhe fezesse merce mandarlhe passar padraõ em seu nome dos ditos dous moyos de trigo conforme ao dito aluara e visto por seu requerimento, aluara de lembrança acima incorporados, certidaõ de justtificação e hum padraõ que juntamente me foi presemtado, por onde o dito Dy° Luis seu pay tinha dous moyos de trigo de tença cada anno em sua vida feito a dezoito dias de setembro do anno de quinhentos sessenta e cinco com huã apostilla nelle escrita per onde o dito Diogo Luis tinha mais outro moyo de trigo para serem os tres declarados no dito aluara, ey por bem e me praz que a dita Isabel Reynel tenha e aja de minha fazenda do primeiro dia de janeiro que passou deste anno presente de seis centos e quatro em diante os ditos dous moyos de trigo de tença cada anno em sua vida... Antaõ da Rocha a fez em Lixboa a quatro dias de feuereiro anno do nacimento de nosso Senhor Ihũ Christo de mil seis centos e quatro. Sebastiaõ Perestrello a fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 11, fol. 70 v.).

«Eu elRey faço saber aos que este meu aluara virem que avẽdo respeito aos seruiços de Diogo Luis, tangedor dos orgaõs de minha capella, ey por bem e me praz de lhe fazer merce de oyto mil r.s cadanno pera mãtimento de hũa caualgadura ẽquanto a tiuer e seruir em minha capella, os quais começara a vẽcer de sete dias deste mes de março do anno presente de b.c lxxx iiij em diãte e lhe seraõ pagos com certidaõ do

capelluõ mór ou dayaõ de minha capella de como serue nella e tem a dita caualgadura, e por tanto mãdo aos veadores de minha fazenda que lhe façaõ asẽtar os ditos $\overline{\text{biij}}$ r.ˢ no liuro della e do dito tempo em diãte dispachar cadanno em parte omde delles aja bom pagamento. E este aluara ey por bem que valha tenha força e vigor como se fose carta feita em meu nome por mym asinada e passada pela minha chancelaria sem ẽbargo da ordenação do 2º L.º titollo 20 que diz que as cousas cujo efeito ouuer de durar mais de hum anno passem por cartas e passando por aluaras naõ valhaõ. Antaõ da Rocha o fez em Lixboa aos dez de março de jbᵉlxxxiiij. E eu Manuel dAzeuedo o fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 7, fol. 338).

«Eu ElRey faço saber aos que este aluaraa virem que auendo respeito a ter feito merce a Isabel Reinel, filha de Diogo Luis, per huã minha prouisaõ que podesse renũciar o cargo de thesoureiro das terças, que tinha para seu casamento, entrando em relligiaõ, com Manoel Teixeira, caualeiro fidalgo de minha casa e seruidor da toalha, e a naõ auer atee ora effecto per algũs respeitos entrar no moesteiro, ey por bem de fazer merce ao dito Manoel Teixeira da seruenthia do dito cargo por tempo de tres annos, naõ perjudicando ao propietario delle quando lhe couber, e em quanto o assi seruyr auera com elle trinta mil rs de ordenado em cada hum anno; que he outro tanto como ouueraõ as pessoas que antes delle o seruiraõ, o qual ordenado lhe sera pago na forma em que ategora se pagou: pello que mando aos vedores de minha fazenda que dem a posse da serventhia do dito cargo ao dito Manoel Teixeira, dando primeiro fiança ao recebimento conforme ao regimento e elle juraraa na chancelaria aos sanctos euangelhos que bem e uerdadeiramente sirua, guardando em tudo meu seruiço e has partes seu direito, de que se faraa assento nas costas deste aluaraa que valera como carta sem embargo da ordenaçaõ do segundo liuro titolo xx que o contrario despoem. Diogo de Sousa o fez em Lixboa a xbiij de feuereyro de lRbiij. Sebastiaõ dAbreu o fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 29, fol. 374).

LUIS (FRANCISCO)

(Cantor)

«Dom Sebastiaõ &c Aos que esta carta virem faço saber que auendo respeito ao seruiço que me faz em minha capella Francisco Luis, meu

cantor, e por lhe fazer merce, ey por bem e me praz que elle tenha e aja de minha fazenda do primeiro dia de janeiro do anno que vem de setẽta e sete em diante dez mil rs cada anno em quanto seruir em minha capella, que lhe seraõ pagos com certidaõ do mestre da capella de como serue, e portanto mãdo aos veedores de minha fazenda que lhos fação assentar no L.º della e despachar em cada hum anno em parte onde aja delles bom pagamento e por quanto lhe eu fiz esta merce dos ditos dez mil rs a xxbiij dias dabril deste anno presẽte de setẽta e seis e por este padraõ os começa a vencer do primeiro de janeiro do anno que vem em diante como nelle he declarado lhe mãdei dar aluara para Rui Gomez da Carualhosa, meu thesoureiro mor, lhe pagar seis mil sete centos quorẽta e noue rs que lhe montarão dos ditos xxbiij dabril ate fim de dezembro do dito anno, e por firmeza de todo lhe mãdei dar este por mym asinado e asellado com o meu sello pendente. Antaõ da Rocha o fez em Lixboa a quatro dias de mayo anno do nascimento de nosso Senhor Ihũ Xp̃o de jbºlxxbj. E eu Andre Pirez o fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 38, fol. 7).

«Dom Henrique &c Aos que esta minha carta virem faço saber que avemdo respeito aos seruiços de Francisco Luis, meu cantor, ey por bem e me praz fazerlhe merce de tres moyos de trigo de tença cada anno em dias de sua vida, assi como tem os outros cantores, os quais começará a vencer de janeiro deste anno presẽte de b.ºlxxix em diante. E portanto mando aos veedores de minha fazenda que lhos façã assentar no liuro della e despachar cada anno em parte onde lhes sejaõ bem pagos, e por firmeza disso lhe mandei dar esta por mim assinada e sellada do meu sello pẽdente. Antaõ da Rocha o fez em Lixboa aos dous de mayo de mil bºlxxix, e eu Aluaro Pirez o fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 44, fol. 219 v.).

«Dom Felipe &c faco saber aos que esta minha carta vyrem que avemdo respeito aos seruiços de Francisco Luis, meu camtor, ey por bem e me praz, por lhe fazer merce, que elle tenha e aja de minha fazemda, do primeyro de janeyro deste ano presemte de quynhemtos oytemta e tres em diamte, oyto mill rs de temça cada ano em dias de sua vida, seruindo autuallmente em minha capella, que lhe seraõ paguos com certidaõ do capellaõ mor e em sua ausemcia do adayaõ de minha capella de como serue autuallmente, em ella, e semdo caso que em allguũ

tempo adoeça de ifermidade ou velhyse que lhe impida o seruiço de minha capella, ey por bem que os ditos $\overline{\text{biij}}$ r^{s} de temça lhe sejaõ paguos com ha dita certidaõ de como pella dita causa deyxou de seruir; e por tamto mãdo aos veedores de minha fazemda que lhos façaõ asemtar no L.º della e do dito janeiro em diamte despachar cada ano em parte homde lhe sejaõ bem paguos, e por firmeza de todo lhe mãdey dar este por mim asinado e asellado do meu sello pemdemte e ao pasar della pella chancelaria naõ paguara nella direitos allgũs desta temça que pertemçaõ ha minha fazemda, por quãto lhes faço delles merce. Amtaõ da Rocha a fez em Lixboa a x dias de feuereiro, ano do nacimento de noso senhor Ihũ Xp̃o de mill b^{c}lxxxiij, e eu Aluaro Pirez a fiz espreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 9, fol. 82).

«Eu elRey faço saber aos que este aluara virem que avendo respeito aos seruiços de Francisco Luis, cantor de minha capella, ey por bem de lhe fazer merce que por seu falecimẽto possa testar dos tres moios de triguo que tem de tença em cada hum anno em sua molher ou filhos só mente que elle mais quiser e naõ em outra pessoa algũa pera que a pesoa que pella dita maneira elle nomear os aja cadanno em sua vida, pello que mando aos vedores de minha fazenda que apresẽtamdolhe a dita sua molher ou filhos este aluara e sua nomeaçaõ como dito he que lhe façaõ fazer padraõ ou padrois em seus nomes dos ditos tres moyos de triguo pera os auerem do dia seu falecimento em diante e pera sua guarda e minha lembrança lhe mandey dar este, que mandarey comprir quando for tempo. Dy.º Figeira o fez em Lixboa a xxb dabril de mil e b.^{c}lRbj, dos quais tres moios de trigo sera pasado padraõ ou padrois á dita sua molher ou filhos em que os assy nomear per seu falecimẽto como dito he, apresẽtando juntamẽte como dito he o padraõ ou prouisaõ que delles tem, como dito he. Sebastiam Perestrello o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II*, liv. 2, fol. 2 v.).

«Dom Felipe &c Aos que esta minha carta virem faço saber que avendo respeito aos seruiços de Francisco Luis, cantor de minha capella, ey por bem de lhe fazer merce de o auer por escuso do seruiço della e de o apousẽtar com coreta sete mil rs de tença em cada hum anno em dias de sua vida pera que com dezoito mil rs que ja tem aja sesenta cinquo mil rs, o que tudo vencerá sem embargo de naõ auer mais de seruir na dita capella e os começara a uençer de dezoito dias

do mes de março deste anno presẽte de nouẽta e seis em diante em que he o tempo em que lhe fiz esta merce, pello que mando aos vedores de minha fazenda que lhos façaõ asentar no liuro della e do dito tempo em diante leuar cadanno nas folhas do asẽtamento em parte omde lhe sejaõ bem pagos e por firmeza de todo lhe mandei dar esta por mim assinada e asellada do meu sello pemdente. Dada em Lixboa aos xxiiij dabril. Diogo Figeira a fez anno do nascimento de nosso Senhor Ihũ Xp̃o de j̃b.ºlRbj. Sebastiaõ Perestrello o fez escreuer ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 2, fol. 2).

(Continúa).

Sousa Viterbo

COMPROMISSO DO HOSPITAL DAS CALDAS DADO PELA RAINHA D. LEONOR SUA FUNDADORA EM 1512(1)

Capitulo do Regimẽto e obrigaçã do proveedor

Item O proueedor ſera obrigado hyr as viſitações dos enfermos duas vezes no dia e mais se cõprir. Nõ ſendo ocupado ẽ ſeruiço do eſp'tal e prouera sobre elles e ſobre todolos ofiçiaes. Rendas foros e quaes quer outras couſas que ouuer na dita ygreia e eſprital fazendo repayrar e correger o que pera iſo for.

Item ſera mays o dito proueedor obrigado mandar meter ẽ pregam todalas prop'dades que ſam e forem do dito eſp'tal. E as aforara en tres peſſoas ou aRendara por ano ou anos. ſegũdo lhe bem pareçer e for ſeruiço de deos e proueyto do dito eſp'tal. E as que aforar em peſſoas ſe pagara o foro por natal e paſcoa. E os taes aforamẽtos e cõtratos fara ſempre perante o eſcriuão e algũs dos ofiçiaes principaes q̃ entã ſe acharẽ.

Item ſera mays o dito proueedor obrigado mãdar ſazer todolos liuros e inuẽtayros q̃ neçeſarios forẽ ſegũdo he cõteudo no capitulo dos liuros q̃ ſenpre auera no dito eſp'tal.

Item ſera ho dito proueedor obrigado hyr de dous ẽ dous anos viſitar as ditas prop'adades do eſp'tal fazendo correger as que eſtiuerẽ danificadas.

---

(1) Cont. do n.º 1, pág. 123.

Item ſera o dito proueedor obrigado mandar trazer em pregã as Jugadas das ditas villas dobedos e aldea galegua e começara no mes de mayo ate o tempo da a Rematação ſegũdo ho cuſtume pera ſer notorio aos q̃ nellas q̃ſerem lançar e perante ho almoxarife e o eſcripuão as a Rematara pera depoys de a Rematadas ho almoxarife tomar ſuas fianças abaſtantes pera que tenha ſeguras as Rendas do dito eſp'tal.

Item ſera obrigado o dito proueedor. mandar Reçeber e a Recadar ao almoxarife ou a quẽ pertẽçer todo o q̃ ſe ofreçer e der aa dita ygreia e eſp'tal. ſ. dinheyros, ornamẽtos joyas de ouro e prata trigo e gados e todalas ppriedades moues e de Raiz que quaes quer peſſoas per ſeus falecimẽtos ou en vidas deixarẽ aa dita ygreja e eſp'tal fazendo quaregar todo ẽ Reçeyta a quẽ ho Reçeber e o que for pera deſpender ſe deſpendera cõ os pobres ẽfermos do dito eſp'tal por quãto as ditas couſas aſy ofreçidas e dadas aa dita ygreja e eſp'tal ho ſancto padre por ſua bula Da qual ho trelado ẽ p̃p eſta no quabo deſte noſſo cõp'miſſo conçede que todo fiel xpiſtão homẽ ou molher q̃ de ſua fazenda lhe leyxar ou ofreçer algũa couſa ſegũdo ſua faculdade e ſuſtãçia pera Repayro dos ditos pobres ẽfermos q̃ ſe a ele vierẽ curar poſſam ſer abſolutos no artigo da ſua morte a culpa e pena de todolos ſeus pecados cõtritos e cõfeſſados e iſſo meſmo cõçede de qualquer naçã que falecer em ho dito eſp'tal poſto que nõ leyxe q̃ ſeiã abſolutos.

Item Mandara o dito proueedor yſo meſmo Reçeber e poer recado ẽ as offertas dos dias das indulgẽçias do dito eſp'tal que ſegũdo forma da outra bula do ſancto padre aq̃ tambẽ traſladada. ſeram pera a fabrica de noſſa Sñar de populo Na qual fabrica o dito proueedor as mãdara deſpẽder quãdo neceſario for.

Item ſera obrigado o proueedor mandar pagar acuſta das rendas do eſp'tal ẽ quada hum anno q̃nhẽtos Reaes ao arçe-

biſpo ou a ſeus viſitadores pera hum Jãtar quãdo vierẽ viſitar a Igreia e aſy ao ſeu eſcriuão. E iſſo meſmo mãdara pagar a deſpeſa q̃ fizer quẽ for pollo oleo.

Item tera cuidado ho proueedor deueer e aſinar as Reçeptas cõ ho fiſico as q̃ forẽ pera os pobres enfermos que p'noſſa hordenãça mandamos curar. E aſy de veer e aſſinar quada dia a deſpeſa do deſpenſeiro e comprador aſinãdo ao pee de quada folha pera que ſe lhe tome conta çerta da deſpeſa que fizer.

Item Tera cuydado ho proueedor tanto q̃ o eſp'taleyro lhe der Recado q̃ veyo algũu enfermo hyr viſitalo e ſaber quẽ he e de q̃ calidade e de q̃ emfermidade ſe quer curar. E cõ ho fiſico fara ſua examinaçã ſegundo enteyramẽte no regimẽto e ordem da cura dos ẽfermos ſe vera agaſalhandoos ou deſpedíndoos segũdo nelle ſe contem.

Item Tera cuydado ho dito proueedor faleçẽdo o vigayro ou vagando o dito beneficio per qualquer maneyra. De apreſentar outro cõ conſentimẽto dos Reys q̃ ẽtã forẽ e ſera ydoneo ſegũdo as cõdiçoẽs q̃ dito temos.

Item yſo meſmo tera cuydado ſe algũu dos capellães ou ofiçiaes do dito eſp'tal faleçerẽ deſta vida ou nõ quiſerem ſeruir ſeus offiçios ou capellanias ou forem deſoneſtos e fizerẽ ho que nõ deuẽ. Sendo p'meyro amoeſtados, queremos e mãdamos q̃ elle os poſſa Remouer e tirar de ſuas capellanias e offiçios e dallos a taes peſſoas q̃ tenham as cõdições q̃ em ſeus offiçios mãdamos. E quanto aos almoxarifes e eſcriuães. Queremos e mandamos que fazendo eles taes erros per que percam ſeus ofiçios que ho dito proueedor os poſſa ſoſpender delles e poer outros em ſeus lugares até nolo fazer ſaber ou aos Reys q̃ depois de nos vierẽ e achando nos q̃ mereçẽ ſer p'uados dos ditos ofiçios. O dito proueedor ſera obrigado poer outros autos e pertençentes pa'os ſeruirẽ. Com noſſo conſentimẽto ou dos Reys q̃ entã forem e yſſo meſmo per seos falecimẽtos.

Item ſera obrigado ho proueedor a gouernar as neçeſſidades do dito eſp'tal ſegũdo os tempos forem aperçebendoſe de mantimẽtos pam e vinho carnes peſcados aves meezinhas e todalas outras couſas q̃ aneçeſſidade do eſp'tal req̃rer e meſter for.

Item per ſeu mandado ſe faram todalas deſpeſas do eſp'tal. ſ. grandes e peq̃nas e os almoxarifes aſy do eſp'tal como das Jugadas de obedos e aldea galega e aldea gauinha. Deſpenderam per ſeus mãdados aſynados E pollos ditos mandados cõ ho aſẽto do eſcriuão em ſeu liuro. Mandamos que lhe ſeja todo leuado em deſpeſa.

Item Queremos e mandamos q̃ ho dito proueedor conheça e poſſa conheçer de todolos feytos q̃ dante os almoxarifes da noſſa villa dobidos e aldea galega a ele vierẽ p'apellaçã e agrauo dando elle iſſo meſmo deles apellaçã e ag'uo pera os Juizes dos feytos del Rey ſegũdo a forma da carta q̃ pa'yſſo temos avida do dito ſñor Rey meu irmão.

Item ſera obrigado ho dito proueedor ffazer cõfeſſar e comũgar todo enfermo q̃ ſe ao dito eſp'tal vier curar ante de nenhũa cura lhe ſer feyta.

Item ſera obrigado o dito proueedor hyr viſitar ou mãdar aos enfermos antre dia cõ algũas cõſeruas e leytuayros principalmẽte aaq̃les que ho ouuerẽ meſter.

Item ſera obrigado ho proueedor e fazer correyçam ſobre todolos offiçiaes quada dia ſe fazem e cumprem todo o q̃ lhes foy mandado. ſ. ſobre as meezinhas e cozinha e despẽſa compras e diligençias que ſe mandarẽ fazer e aſi ſobre toda alimpeza dos leytos e dormitorios caſſas e neçeſſareas Roupas veſtidos eẽc. Mandando repayrar e aſoelhar ſegũdo lhe bem pareçer. E sobre tudo lhe encomendamos muito e mãdamos q̃ proueja ſobre ho vigairo e capellães e tiſoureyro da dita Igreia ſe dizẽ em quada hum dia as miſſas que ſam obrigados a dizer. E ſe Rezam e cantam os ofiçios divinos como ſam obrigados e em ſeus tempos e ſe ſam diligentes ao miniſtrar

dos ſacramẽtos aos enfermos. Fazendo tudo fazer e cõprir ho mays ſolenemẽte e onRadamẽte q̃ ſer poſſa cõ toda oneſtidade e deuuaçã. E outro ſi fazendo ſempre alinpar ornamẽtar e conçertar a dita Igreia em maneyra q̃ aſy ande tudo limpo e cõçertado q̃ noſſo ſñor ſeja em ela ſeruido e os q̃ a ella vierem bem edificados.

Item Porq̃ nos capitulos dos offiçiaes. Aſi da igreia como do eſp'tal nõ ſe pode tanto pollo meudo dizer ho q̃. quada hũ he obrigado fazer nẽ yſo meſmo ſe podem aſi Repartir os ſerviços e carregos per elles q̃ nõ ſeja neçeſario muytas vezes hũms ſeruirẽ polos outros. Queremos e mãdamos que as taes couſas fiquẽ em deſpoſição e ordenãça do proueedor e tudo ho que elle aſy ordenar e mãdar por ſeruiço do eſp'tal aos ditos ofiçiaes elles cumprã en todo ſeu mãdado.

Item por q̃. ſobre o dito proueedor carrega todo bõo Regimẽto e ordenãça do dito eſprital em comprir e fazer comprir e guardar eſte noſſo Regimẽto atodolos outros ofiçiaes ho que ele nõ poderia bem fazer nõ lhe hobedeçẽdo eles no q̃ lhe ele mãdaſe ho que nõ ſeria ſeruiço de deos nẽ noſſo. Queremos e mandamos a todos em jeral e a cada hum em eſpiçial grandes e peq̃nos aſy vigayro e capellães almoxarifes e eſcriuães como a todolos outros q̃ em tudo cumpram e guardem ſeos mãdados no q̃ lhe ele mandar por ſeruiço do dito eſp'tal guardando ele eſte noſſo Regimẽto e os viſitara fazendo sobre todos coreição que alli lho emcaregamos como ẽ os mais.

Item Tera cuidado o dito proueedor de proueer a fabrica da dita igreja e eſp'tal e demãdar correger todo o q̃ neceſſario for e podera deſpẽder na dita fabrica quada anno ate trinta mil Reaes e mais nam e ſe nam abaſtarẽ ho fara ſaber aos Reis q̃ entã forem e per ſeu mãdado fe faça.

Item ſera obrigado o dito proueedor de mandar abrir o dito eſp'tal e banhos pera curar os ditos enfermos o primeyro dia dabril e os mandara varrer e alimpar e cayar ſe cõprir.

E em ho derradeiro dia de ſetembro os mãdara çarrar por ſer ja o tẽpo frio pa'os q̃ ſe nelle ouuerẽ de curar.

Item ſera o dito proueedor obrigado elle cõ todolos outros offiçiaes do eſp'tal quãdo algũu emfermo faleçer hyr por ele e mãdalo enterrar cõ toda ſua ſolenidade. ſ. miſſa ladaynha e hum noturno de finados tudo cantado. E mandar leuar ſeis tochas açeſas e hum alqueyre de pão cozido e ſeis canadas de vinho pera a oferta da miſſa de ſeu enterramẽto e iſto a acuſta do eſp'tal.

Item deſpois de çarrados os banhos ſegundo dito temos o dito proueedor tomara cõta ao vigairo e almoxarife e deſpẽſeiro e aſi a todolos outros ofiçiaes do eſp'tal de todo o q̃ lhes foy entregue pera ſeus ofiçios ſeruirẽ pera todo ſe uer ſe anda arrecado aproueitado e guardado como deue. E achando algũua couſa menos q̃ por culpa do ofiçial ſe perdeſſe ou danificaſe o dito proveedor a cuſta de ſeu mantimẽto ho mãdara comprar e correger e depois de tomada a conta cõ entrega lhe ſera outra vez tornada a entregar e carregar em receyta. pera o ãno ſeguinte eſtarem preſtes nõ ſe aproueytãdo dellas ele nẽ outrẽ.

E aſi ſera ob'gado tomar a cõta das buticas e a todolos offi'aes do dito eſp'tal e dala anos ou aos Reys q̃ ao diãte forẽ.

Capitulo Do q̃ he obrigado fazer ho almoxarife

Item ſera hobrigado ho almoxarife a uiuer ſempre Na noſſa villa das Caldas e Reçebera e arrecadara todalas Rendas foros gados e quaes quer outras couſas q̃ o dito eſp'tal teuer e lhe leyxarẽ ou derẽ ſegundo dito temos per mandado do proueedor. E per ſeu mandado cõprara aſi en groſo como pello meudo todalas couſas que neçeſſarias forẽ pera prouiſam do dito eſp'tal e enfermos.

Item iſſo meſmo deſpendera per mandado do dito proueе-

dor aſi en groſſo como pollo meudo. ſ. Dinheyros pam vinho azeyte vinagre e todalas outras couſas q̃ o eſp'tal teuer de ſuas Rendas ou de cõprar as quaes despeſſas fara per aſinados e mãdados do dito proueedor pera lhe ſer leuuado em cõta. ſ. Aſi aſ tenças e mãtimẽtos dos ofiçiaes do dito eſp'tal como quaes quer outras deſpeſas q̃ p'ſeu mãdado fizer.

Item ſera hobrigado ho dito almoxariſe tomar todalas fianças de todolos a Rendamẽtos e arrematações q̃ forẽ feytas pollo dito proueedor.

Item yſſo meſmo ſera obrigado quãdo os Rendeyros ou fiadores nõ pagarem aos tẽpos diuidos de fazer execuçã em ſeus bens ſegũdo ſuas obrigações.

Item Outroſi Reçebera e tera em ſeu poder dentro na deſpenſa todalas couſas neçeſſarias hao ofiçio de deſpẽſeyro de que tera ſua chaue. E ſera obrigado a hyr a todalas viſitações dos enfermos pa' eſcreuer ẽ ſua tauoa todalas couſas q̃ pera ho gantar e çea dos emfermos ho fiſiquo lhes ordenar fazendo declaraçã do nome do ẽfermo e do leyto em q̃ jaz e do que hade comer. ſ. ſe carneyro frãgão galinha ou dieta e aſi mãdara cozer as agoas q̃ os enfermos ouuerẽ de beber.

Item ſera obrigado mãdar a amaſſadeira q̃ alimpe ho trigo e mãdalo ha fazer ẽ farinha todo per medida mãdando quada dia amaſſar aq̃les alqueires q̃ vyr q̃ ſam neceſſareos ſegũdo forem os enfermos poucos ou muytos. e poera tal diligençia na dita amaſſaria q̃ todo fielmente e como deue ſe faça.

Item ſera o dito almoxarife obrigado tanto q̃ for feito de comer pera os enfermos mandar fazer preſtes e dar aa campaã aaq̃llas oras que ẽ ho Regimẽto da cura dos enfermos ſe dirã. e tera aq̃lla ordem e maneira ſegũdo nelle ſe cõtẽ.

Item ſera o dito almoxarife ſoliçitador das demandas e couſas do dito eſp'tal quãdo pello proueedor lhe for mãdado e a deſpeſſa q̃ ſe nellas fizer ſera a cuſta do eſprital.

Capitulo do eſcriuuão

Item ſera o dito eſcriuuão obrigado a eſcreuer todo o q̃ ſe reçeber e cõprar e deſpẽder no dito eſp'tal aſy ẽ groſſo como pollo meudo fazendo titolos de quada ofiçial per ſi ſegũdo o q̃ Reçeber e do oficio q̃ teuer.

Item ſera o dito eſcrivão tabaliam geral ſegũdo pa' iſſo temos carta do Sñor Rey meu irmão por q̃ em qualquer lugar do Regno poſſa eſcruer pruvico naquellas cousas q̃ cũp'rẽ ao dito eſp'tal.

Item ſera mais obrigado de eſcrever todolos arrẽdamẽtos e afforamẽtos dos bẽes e Rendas do eſp'tal q̃ ſe ẽ quada hũ anno fizerẽ e aſi quaes quer outras eſcrituras q̃ ao dito eſp'tal p'tẽçerẽ. e bem aſy todolos liuros e inuẽtayros q̃ neçeſſarios forẽ.

Item ſera obrigado o dito eſcriuão fazer hũ liuro dos omiziados moradores p'uilegiados que na dita villa ouuerẽ de viuer ſegũdo lhe for mãdado pollo proueedor o qual aſinara no aſento de quada hũu omiziado ou morador ſegũdo ſe cõtem nos p'uilegios q̃ el Rey meu ſenhor. Que ſancta gloria aia. E o ſñor Rey meu irmão derã a eſta villa das caldas os quaes ora ho dito ſñor Rey meu Irmão tẽ cõfirmados.

Item ſera obrigado fazer todolos teſtamẽtos e aprobações delles de todolos enfermos que ſe ao dito eſp'tal vierem curar e os ſara cõ toda ſua ſolenidade e teſtimunhas ſegũdo ho direito mãda. os quaes teſtamẽtos ſe lançarã em hũa arca da qual o proueedor tera hũa chaue e o dito eſcriuão outra. E ſe o tal enfermo faleçer abryra o dito proueedor cõ o eſcriuão o dito testamẽto p'ante algũas teſtimunhas. E ante de ſe cõprir o faram ſaber aos herdeyros q̃ o venhã ver pa'ẽ todo ſe cõprir a vontade do dito deſunto. e ſe dara a elles mays çedo q̃ poder ſer diuida enxecuçã. E ficando aynda

nelle algũa couſa q̃ ſe cõprir nõ poſſa o dito proueedor o tornara a mãdar lançar na dita arca pa'quãdo a algũ feu erdeiro releuar fazer ou auer per elle algũa couſa ſe lha leixar. E nõ auendo hy nelle couſa algũa por cõprir. o tal teſtamẽto fazendo p'meyro ſaber aos ditos ſeus herdeiros. ho poderam Romper. E ho dito eſcriuão fara aſento ẽ ho liuro dos finados do dito defunto como ho tal teſtamẽto foy comp'do e ſe rompeo.

Item ſera o dito eſcriuão obrigado ſer ſempre preſente ao gantar e çea dos enfermos pera lhes cortar e ver ho q̃ ſe deſpẽde aquele dia cõ elles pera todo aſentar ẽ ſeu liuro das deſpeſas. do qual dara viſta ao proueedor cada dia fazendo declaraçã q̃ tantos arratens de carneyro tantas galinhas e franguãos tantas canadas de vinho e tantos alqueyres de pam cozido ſe gaſtarã cõ tantos pobres aq̃le dia pa' polo dito aſento ſe tomar cõta ao almoxarife de todo ho q̃ cõ eles ſe deſpẽder.

Capitulo. Dos Almoxarifes eſcriuães e omẽs do almoxarifado aſi das noſſas villas dobedos e aldea galega como das caldas

Item Queremos e mãdamos q̃ os almoxarifes das noſſas villas dobidos e aldea galega conheçã de todolos feitos e demãdas q̃ a ſeus ofiçios pertençẽ aſi e pella maneyra q̃ o atee aq̃ fizerão per noſſo mãdado e de todolos feitos q̃ ouuirẽ e julgarẽ darão apellaçã e agrauo pera o dito noſſo proueedor.

Item Queremos e mãdamos aos ditos almoxarifes dobidos e aldea galega q̃ nã dem ninhũas terras de ſeſmarias da q̃ endiante aninhũas peſſoas ſen cõſentimẽto e liçẽça do dito proueedor ao qual faram p'meiro ſaber q̃ terras ſam e quẽ as pede e que foro lhe fazẽ ou ẽ que maneyra as dam ho q̃ tudo lhe aſi faram çerto per çertidã feita pelo eſcriuão do dito almoxarifado em ha qual ho dito proueedor poora ſeu

cõſẽtimẽto ſe vir q̃ he bem de ſe darẽ. E quãto he a algũas prop'edades do dito eſp'tal ſe as ahy ouuer pera ſe auerẽ daforar ou dar ẽ qualquer maneira q̃ ſeia. Queremos e mandamos q̃ nẽ os ditos almoxarifes nẽ outros ninhũs ofiçiaes do dito eſp'tal o poſſam fazer. ſomẽte o dito proueedor ou aq̃le a quẽ elle cometer eſpiçial poder pera iſſo.

Item Queremos e mandamos a todolos almoxarifes do dito eſp'tal q̃ nõ reçebam nẽ arrecadẽ ninhũas Rendas dele ſenam p'ante os eſcriuães de ſeus ofiçios os quaes lhas carregarão em Reçeita e ſe as taes rẽdas q̃ aſi ouuerẽ de receber forem inçertas aſi como ſam das prop'dades dadas a terço e a quarto ou em qualquer outra maneira. Queremos e mandamos alẽ de as nõ poderẽ reçeber nẽ a Requadar ſenã perante os ditos eſcriuães como dito he. q̃ as nõ Reçebam nẽ a Requadẽ dos lauradores e peſſoas q̃ as taes prop'edades trouuerẽ ſem lhe darẽ conhecimẽto de todo ho q̃ delles Reçeberẽ e aos ditos lauradores e peſſoas mãdamos q̃ lhas non dẽ ſem cobrarẽ p'meiro delles os ditos conhecimẽtos.

Item Queremos e mãdamos aos ditos almoxarifes q̃ nã Reçebã t'go vinho azeite nẽ outras quaes quer couſas do dito eſp'tal em q̃ couber medida ſenã pellas medidas afilladas do cõçelho pellas quaes outroſi ſeram obrigados a entregar e aſi mandamos a todalas peſſoas q̃ lhas ſobreditas couſas ouuerẽ de dar q̃ lhas nã dem ſenão pellas ditas medidas afiladas. E ſeram hos ditos almoxarifes eſcriuães e omẽs do almoxarifado obrigados a ſeruir ſeus offiçios aſi e p' maneira q̃ os ate qui ſeruirã e cõprem ẽ todo os mãdados do dito proueedor.

Item Queremos e mãdamos q̃ o dito almoxarife do eſp'tal ou almoxarifes das iugadas em cada hum ano dem conta de todo o q̃ Reçeberẽ e deſpẽderẽ ao dito p'uedor e ele anos ẽquãto viuermos e depois de nos ao Sõr Rey meu irmão e di en diante aos Reis ou Raynhas q̃ forẽ de portugal. q̃ apos elle vierẽ.

Item Aos quaes pedimos por merçe q̃ por ſeruiço de deos e por obrarem de miſericordia que deos haia cõ elles queiram tomar carrego de proueer o dito eſp'tal. Se ſe cumpre todo ho em eſte noſſo cõp'miſſo cõtheudo. E mãdem tomar cõta em quada hũ anno ao dito proueedor como dito temos pa' ſe ſaber ſe ſe deſpendẽ e cumprẽ Inteiramẽte ſegũdo nelle mãdamos e achãdo que o nõ faz bem e como deue lhe tire ho dito offiçio e ponha outro que ho milhor faça o q̃ tãbẽ faram quãdo o dito prouedor faleçer.

Capitulo da obrigaçã e Regimẽto do fiſiquo

Item ho fiſico ſera hobrigado a eſtar no dito eſptal ſeis meſſes do anno cõtinuos. ſ. do p'meiro dia dabril ate o derradeiro de ſetembro ou mays ſegũdo ho proueedor vir que he neçeſſario pera curar dos ẽfermos q̃. fiquarẽ dos ſeis meſſes E de curar todolos enfermos pobres de graça. ſ. aq'les que per noſſa hordenãça mãdamos q̃ ſe curẽ e Recebã no dito eſp'tal ſegũdo a peſſoa q̃ for e a ẽfermidade q̃ tiuer.

Item ſera o dito fiſico obrigado fazer examinaçã em os enfermos cõ o proueedor pera ſe ſaber ſe ſe receberã ou nã ſegũdo as cõdições da dita ordenãça e cura dos ẽfermos ẽ q̃ largamẽte o declaramos.

Item ſera o dito fiſico obrigado viſitar os pobres ẽfermos duas vezes no dia. ſ. pella manhã çedo e a veſpera e mais quãtas vezes for neçeſſario aſi en geral como ẽ particular.

Item ſera obrigado o dito fiſico dar ẽ quada uiſitaçã Regimẽto a quada enfermo do q̃ ouuer de comer e beber. E lhes receitara as meizinhas pera ſua cura aſinadas per elle e pollo proueedor. E lhes mandara fazer todolos remedios q̃ ouuerẽ mester pera ſuas enfermidades. ſ. os mãjares e remedios mãdara fazer a cada oficial ſegundo o ofiçio que tiuer.

Item ſera o dito fiſico obrigado de ſempre proueer a ẽmẽta

das Reçeitas e meezinhas pera ſe ſaber ſe ſe derão ou gaſtarã todas por que as vezes ſe mãda fazer hũa meezinha e ẽfermo a nõ toma aſi por eſqueçimẽto ou negligẽça dos oficiaes como por o ẽfermo nã poder.

Capitulo do buticayro Que maneyra tera ẽ dar as meezinhas e o preço dellas e da ſua obrigaçã

Item O buticairo ſera obrigado ter ſua butica muy bem abaſtada de todalas meezinhas q̃ forem neçeſſarias pera os enfermos do dito eſp'tal as quaes dara aos enfermeyros per Reçeytas aſinadas polo fiſico e polo proueedor pera per ellas lhe ſer feita ſua conta e pago o q̃ lhe mõtar as quaes meezinhas lhe ſerã cõtadas e pagas ſegũdo bem pareçer e for couſa Razoauel e ſegũdo o tẽpo e a valia dellas.

Item ſera obriguado o dito buticayro a eſtar no dito eſp'tal ſeis meſſes do ãno cõtinuos. ſ. do p'meiro dia dabril ate o derradeiro de ſetembro ou mais ſegũdo o proueedor vir q̃ he neçeſſario aos enfermos q̃ ficarẽ dos ſeis meſſes.

Item ſera o dito buticairo obrigado a hyr a todalas viſitações dos ẽfermos. ſ. duas vezes no dia cõ o fiſico pera ſe milhor enformar nos Remedios e meezinhas q̃ ouuer de fazer. E por quãto o dito buticairo ſera ocupado as vezes ẽ fazer meezinhas pa' os ẽfermos. q̃remos e avemos por bem q̃ mãde o ſeu liuro per hũ ſeu criado aa dita viſitaçã pera ſe eſcreuer nelle as reçeytas q̃ o ffiſico ordenar.

Capitulo dos eſp'taleiros e do q̃ ſam obrigados

Item ſeram obrigados os eſp'talleiros ſeruirẽ quada hum ẽ ſeu dormitorio. ſ. o eſp'taleyro aos omẽs e a eſp'talleira aas molheres ſe ouuer neçeſidade.

Item teram ẽ ſeu poder todalas couſas. ſ. Roupa feltros e veſtidos camiſſas bernios e pantufos pera os enfermos q̃

mandamos q̃ ſempre aia no dito eſp'tal. E aſy teram todalas couſas q̃ pertẽcerẽ a ſeus ofiçios. E o proueedor vyr q̃ pera ſeruiço dos ẽfermos cumprẽ q̃ lhes ſerã carregadas todas ẽ Reçeita pello eſcriuão per medida e peſſo e cõto çerto.

Outroſy os ditos eſp'taleiros terã carrego da butica da caſſa. ſ. das meezinhas vaſilhas e todalas outras ſuas pertenças e cõſeruas legumes e todas as outras couſas q̃ em ella ſoem de andar as quaes Reçeberã e deſpenderã per mãdado do proueedor per cõto peſſo e medida por que tudo ande a bon Recado.

Item ſeram os ditos eſp'taleiros obrigados tratar e guardar toda a dita roupa muyto bem e limpamẽte aſoelhandoa e Repayrandoa ẽ maneira que ſe nã dane.

Item darã e ẽtregarã os ditos eſp'taleiros a dita Roupa e couſas q̃ em ſeu poder teuerẽ per mandado do dito proueedor e ſem ſeu mãdado nõ darã couſa algũa.

Item ſerã os ditos eſp'taleiros obrigados ſerem preſentes ẽ todalas viſitações dos pobres enfermos cada hũ ẽ ſeu dormitorio quão forẽ neçeſſarios.

Item ſera ho eſp'taleiro obrigado tanto q̃ chegar qualquer ẽfermo pera ſer curado no dito eſp'tal logo ho fazer ſaber ao proueedor pera ho hyr viſitar e ſaber quẽ he o q̃ quer.

Item ſera o dito eſpritaleiro obrigado a guardar todo dinheiro dos pobres ẽquãto ſe curarẽ o qual lhe ſera todo ẽtregue perante ho eſcriuão.

E dẽpoys de toda ſua cura feita lhes tornara a entregar perante ho dito eſcriuão todo o q̃ delles Reçebeo.

Item Nom cõſentiram os ditos eſp'taleiros q̃ ninhũ homẽ durma no dormitorio das molheres Nẽ molher no dormitorio dos homẽs.

Item fechará cada noute as portas dos dormitorios e caſas das molheres e banhos pera todo andar a Recado e como deue.

Item os dito esp'taleiros ſeram obrigados proueer mui a

meudo as enfermarias e ao menos duas vezes no dia pera verẽ ſe os ẽfermeyros cumprẽ e fazem todo o q̃ ſam obrigados. E achando algũa negligẽçia os amoeſtem ate o fazerẽ ſaber ao proueedor.

Item ſeram os ditos eſp'taleiros obrigados proueerẽ a Roupa das camas pa' verẽ ſe ſe dana cõ algũa vmidade ſuores ou mao trajo aſoelhandoa e fazendoa aſoelhar e tratar q̃ ſe nõ dane.

Item ſerã obrigados ter carrego da caſſa dos pereg'nos ſãos e de os agaſalhar pella p'meira noute ou mais ſegũdo mãdamos.

Capitulo dos enfermeiros. e o q̃ ſam obrigados a fazer

Item os enfermeiros ſeram obrigados ſerem preſentes ſempre a todalas viſitações dos pobres enfermos. ſ. os dous enfermeiros no dormitorio dos homẽs E a enfermeira no dormitorio das molheres.

Item ſeram obrigados os ditos ẽfermeiros curarẽ dos pobres ẽfermos cada hum em ſeu dormitorio cõ muita diligençia e paçiençia. E teram tam bõo cuidado de cõprir e fazer todo o q̃ lhes o fiſico mandar como a tal ofiçio pertẽçe. ſ. lauatoreos vnturas ẽpraſtos e quaesquer outras diligençias q̃ de ſeu ofiçio forẽ.

Item ſeram obrigados os ditos enfermeiros fazer as camas aos ditos ẽfermos e varrerẽ os dormitoreos duas vezes no dia ou mais ſe cõprir. ſ. as camas ante de comer e o varrer depois de comer aſi do gantar como da çea.

Item ſerã obrigados açẽder as alampadas e vazar e aljmpar os banhos Quada noyte e tornalos a tapar pa' q̃ ſe encham e aja quada dia nelles agoa limpa e freſca.

Item ſeram obrigados a uelarẽ quãdo hi ouuer neçeſſidade dos ẽfermos velãdo a ſeos giros.

Item queremos e mãdamos q̃. hũu deſtes ẽfermeiros faiba

leer e eſcreuer e ſera obrigado hyr a butica cõ as reçeitas pa' trazer as meezinhas por q̃ aviſadamente e ſem ẽlheo ſaiba dar a quada hũu enfermo o q̃ lhes pollo fiſico foy mãdado.

Item ſeram os ditos ẽfermeiros obrigados terem os ourinoes e baçios muy bem lauados e os pucaros dos enxaropes e purgas.

Item ſeram obrigados moſtrarẽ ao fiſico em ſuas viſitações as agoas e os baçios dos enfermos dando-lhe certa enformaçã dos açidentes e ſinaes q̃ lhe virã e ſentirã e de como eſteuerã de dia e de noyte.

Item lhe daram certa enformaçã dos que ſam enxaropados ou purgados e dos banhos q̃ tem tomados e quãtos pera tomar o q̃ tudo terã eſcrito ẽ fua tauoa.

Item ſeram obrigados a uelarẽ ſobre os ditos ẽfermos q̃ nõ tomẽ mais banhos nẽ jaçã mais oras das q̃ lhe forã ordenadas.

Item ſeram obrigados os ditos ẽfermeiros aleuarẽ e trazerem as coſtas todolos ẽfermos que por ſeu pee nõ poderem hyr aos banhos.

Item ſeram obrigados apreſentar as yguarias aos ẽfermos quãdo comerẽ ſeruindo e aiudando en todo o q̃ puderẽ.

Item ſeram obrigados os ditos ẽfermeiros amortalhar quaes quer finados q̃ no dito eſp'tal falecerẽ. ſ. os ẽfermeiros aos homẽs e a enfermeira as molheres. E aſi ſerã abrigados a ir chamar o vigairo de noyte ou de dia quãdo cõprir aos enfermos.

Capitulo do barbeyro e ſãg'dor

Item ho barbeyro e ſang'dor ſera obrigado quãdo pollo proueedor ou fiſico for mãdado. fazer as barbas e troſqiar ſangrar E lançar ventoſas aos pobres enfermos de graça ſem lhe leuar por iſſo ninhũa couſa pera ho qual fera muy diligente de noute e de dia cada vez q̃ lho mandarẽ. E aſi aos

ẽfermeyros e ſ'uidores de caſa e amolar e alimpar toda a ferramẽta do dito eſp'tal.

Capitulo da criſtaleyra

Item a criſtaleyra ſera obrigada fazer todo ſeu ofiçio p' ordenãça do fiſico aos pobres enfermos aſi omẽs como molheres todo de graça o q̃ fara cõ muita diligẽcia quada vez e a quaes q̃r oras aſi de noyte como de dia que lhe for mãdado ou Req̃rido.

Capitulo da amaſſadeira cozinheira e outros eſcrauos

Item a amaſſadeira cozinheira ou cozinheiro e aſi outros eſcrauos do dito eſp'tal faram em ſeus ofiçios e carregos todo o q̃ lhes o proueedor mãdar ſegũdo vyr q̃ cumpre e ſe deue fazer. E por iſſo nelles nõ poemos. Regimẽto nem çerteza do q̃ ham de fazer pois en todo o q̃ lhes mãdarẽ ſam obrigados ſeruir.

Capitulo do Regimẽto e cura dos enfermos q̃ todolos ofiçiaes ham de ter e daq'las peſoas que deuẽ Receber pera ſe curarẽ no dito eſp'tal

Item p'meiramẽte. mandamos q̃ em cada hum anno o dito proueedor ſegũdo dito he mande abrir o dito eſprital e mandara apreçeber todolos ofiçiaes q̃ pa' a cura dos ẽfermos ſam neçeſſarios. ſ. vigairo capellães fiſiço e buticairo almoxarife e eſcriuão eç̃. E todolos outros ofiçiaes e ſeruidores q̃ pera iſſo forẽ neçeſſareos E ſe ajuntarã dentro na igreja e ho proueedor ſe aſentara e fara aſẽtar quada hũ em ſeu lugar. E ali fara ler ao escriuão todo eſte noſſo comp'miſſo e Regimẽto pera cada hum ſaber o q̃ en ſeu ofiçio he obrigado fazer. E iſſo meſmo mandara aos ditos ofiçiaes q̃ ſe façam

preſtes daq'le dia endiante cõ ho q̃ teuerem de ſeus ofiçios pera ſeruirẽ aos proues ẽfermos. Por que quando vierem achem caridade e Remedio. e ſe cumprã cõ eles as obras de miſſericordia.

Capitulo. que maneira ſe tera cõ os ẽfermos quando chegarẽ ao eſp'tal

Item todo omẽ ou molher de qual quer cõdiçã q̃ ſeia q̃ ſe uier curar ao dito eſp'tal tãto q̃ chegar. ho eſp'taleiro ho fara ſaber ao proueedor o qual cõ diligẽçia ho hyra ver e trabalhara honeſtamẽte de ſaber quẽ he e ſe he peſſoa q̃ tenha de ſeu. e depois de ſaber quãto puder. ho mãdara agaſalhar por amor Jhũ xp̃o cõ muyta caridade ſegũdo ao diante declaramos.

Capitulo das peſſoas q̃ ſe deuem Reçeber no dito eſp'tal e das ẽfermidades que ſe ham de curar

Item queremos e mandamos q̃. no dito eſp'tal nõ ſeia Reçebido nenhũ enfermo pobre nẽ rico q̃ ſe ao dito eſp'tal vier curar ſaluo q̃ p'meiro ſeia viſto pollo dito proueedor cõ o fiſico do dito eſp'tal os quaes faram examinaçã da peſſoa q̃ he e da doẽça ou neceſſidade q̃ tem pera ſer reçebido e curado a acuſta do eſp'tal ou nã. Ou ſe ſua doença he de calidade q̃ pareça Incurauel por q̃ aq̃les q̃ forem Incuraues e ſem remedio avemos por bem q̃ nom ſejam no dito eſp'tal recebidos.

E ſe ao dito proueedor cõ conſelho do fiſico pareçer q̃ deue ſer Reçebido ho tal ẽfermo e q̃ as agoas e banhos lhe podem aproueitar ou ſem eles p' fiſica e Remedios podera ſer ſão. avemos por bem q̃ o mãde Reçeber e agaſalhar no dito eſp'tal ſegũdo a peſſoa que for. ſ. homẽ ou molher. Clerigo ou frade ou freira e de qualquer calidade que forem os

mandara agaſalhar ẽ aq'las caſſas dormitorios e leitos q̃ pera iſſo ſam ordenados.

E ſe a tal peſſoa enferma homẽ ou molher teuer de ſeu e ſe q'ſer curar ou tomar banhos ho dito proueedor ho mandara apouſentar en ſeus apouſẽtamẽtos ſegũdo a calidade e Infirmidade de quada hum.

E as meezinhas e fifico e todo o q̃ ouuerem meſter averã a ſua cuſta e per ſeos dinheiros. Somẽte pouſadas e camas auerã do eſp'tal por amor do Sõr Deos.

E nõ achãdo porem as ditas peſſoas algũas coufas pera ſeus remedios e meezinhas e ho proueedor ſouber bẽ çerto que as nõ ha na terra ou as nõ podẽ achar por ſeus dinheiros. Queremos que auendoas no dito eſ'ptal lhe ſeiam dadas de graça.

E ſe o tal enfermo for clerigo ou frade ho dito proueedor o mandara agaſalhar nas caſſas dos Religioſſos apartada por ſua oneſtidade. E ſe o clerigo tiuer de ſeu curarſe a a ſua cuſta de todo ho q̃ lhe cõprir ſegũdo dito temos. E ſe for frade mãdamos q̃ o proueedor ho mande curar e fazer-lhe todo ho neçeſſareo acuſta do eſp'tal.

Capitulo da maneira q̃ ſe tera com os pobres ẽfermos

E ſe o tal enfermo for pobre. homẽ ou molher feita a examinaçã aſi de ſua doença como de ſua pobreza ho dito proueedor ho mandara agaſalhar dentro do eſp'tal e depois de agaſalhado ho deſpirã os enfermeiros preſente o eſcriuão do dito eſp'tal q̃ logo eſcreuera os taes enfermos e todo ho cõteudo no capitulo atras eſcripto do liuro q̃ o dito eſcriuão he obrigado fazer de todolos ẽfermos q̃ ſe no dito eſptal vierẽ curar.

E tanto q̃ o dito enfermo for deſpido dos ditos veſtidos ho tomara ho ẽfermeyro ou ẽfermeira ſe for molher e ho leuara cuberto cõ hũu mãto e huũs pãtufos nos pees a lauar

aos banhos e o alimpara cõ hũa toalha grande por nõ ſermos do ſenhor Reprendidos como foi ho fariſeu. lucc. vii.º dizendo aquam pedibus meis nõ dediſti eç.

E depois de lauado lhe veſtiram os enfermeyros ou ẽfermeira hũa camiſa lauada e hũ ſayo ou ſaya brãca e carapuça cõ os ditos pantufos e manto e ho leuarã a ſeu leito. E enquãto ho dito enfermo curar trazera o dito veſtido do eſp'tal E p'meiro de ninhũa fiſica lhe ſer feita o dito proueedor o fara cõfeſſar e comũgar ſegũdo dito temos ſe pera a dita comunhã empedimẽto nõ teuer E bem aſi fara fazer teſtamẽtos aos q̃ for neſçeſareo e viuendo lhos fara entregar quãdo os eſpedirẽ e falecẽdo mãdalos ha meter na arca q̃ pera iſſo he ordenada e farſea ho cõteudo no capitulo do eſcriuão q̃ fala da diligẽçia q̃ ſe ade fazer açerca dos taes teſtamẽtos. E di en diante mandamos q̃ cõ muita diligẽçia e amor do ſõr deos todolos ofiçiaes q̃ pera iſſo temos hordenados ſe eſforcẽ cõ muyta caridade ẽ os ſeruir e curar e fazer todolos Remedios q̃ pera ſua ſaude lhe poderẽ buſcar ſegũdo o Regimẽto do fiſico por ſer eſte ho fin prinçipal de noſſa vontade a ſeruiço de deos.

E depois de ſer ſão o dito enfermo lhe tornaram os ditos ẽfermeiros todo ſeu veſtido e o q̃ lhe foi achado perante o eſcriuão E ſe o ſeu veſtido for tal q̃ lhe pareçã as carnes o proueedor o cubrira cõ ho que hy ouuer dos finados q̃ no dito eſp'tal falecerẽ ſe for da caſſa ou nõ tiver erdeiros.

E ſe o tal enfermo for ẽtrevado e en tal deſpoſſiſão pa' ſe nã poder ir e pareçer ao fiſico q̃ as agoas nẽ outro Remedio lhe nõ aproueyta e que ſua ẽfermidade he cõfirmada depois de lhe ſer feyta caridade e Remediado quãto poſſiuel for ho proueedor lhe mãdara alugar hũa beſta a acuſta do eſp'tal e ho ẽuiara ate ſantarẽ ou leiria vila franqua ou ſintra ao eſp'tal dos ditos lugares pera dali auerem ſeu Remedio e deſpejarem ho lugar aos outros q̃ tambem vierẽ buſcar caridade.

E lhe mãdara dar pera comer no caminho vinte ou trinta Reaes ou mais ſegundo for aneçeſidade do enfermo.

E ſe o tal enfermo ẽtrevado tever de ſeu e for dos q̃ ſe curã a ſua cuſta e lhe for feita toda ſua cura e lhe nõ preſtar por ſer ſua Infirmidade cõfirmada ho dito proueedor oneſtamẽte e ſem ninhuũ eſcãdalo ho deſpejara pera outros que tambẽ viram buſcar Remedio e caridade.

Capitulo da maneira q̃ ſe tera cõ os pobres pereg'nos e cõ os frades menores

Item Se algum pobre pereg'no ſãoo q'ſer dormir e Repouſar no dito eſp'tal. ho dito proueedor ho mandara agaſalhar na caſa dos pereg'nos principalmẽte os Romeiros q̃ vam pera ſantiago E lhe mãdara dar cama e comer e beber p'lla p'meira noyte e mays não acuſta do eſp'tal e iſto ẽ todo o tẽpo da cura dos enfermos.

Saluo ſe uier ẽ ſabado ou ẽ veſp'a dalgũa feſta de noſſo ſnõr ou noſſa ſnr̃a vindo a tal ora q̃ nõ poſſa ir onde poſſa ſer agaſalhado entã avera gaſalhado p'duas noutes e ſe yra em paz. E ſe for frade de ſan frãciſco da obſeruãçia. Mandamos q̃ o agaſalhem e lhe dem ho neçeſareo ſão ou doẽte ẽ todo tẽpo ſegũdo dito temos.

Capitulo. Da ordem e maneira q̃ ſe tera ẽ a uiſitaçã dos ẽfermos

Item Cedo pella manhã. as oras q̃ ho proueedor cõ ho fiſico ordenar ſe ajuntaram os ofiçiaes na caſa da copa e começaram de viſitar ẽ ho dormitoreo dos homẽs e depois ẽ ho dormitoreo das molheres e viſitãdo vm a huũ ẽfermo de leyto en leyto per ordem tentãdo e pregũtandolhes por ſuas enfirmidades. per pulſos agoas e ſinaes e ẽ tal maneyra que ſem nenhuũ erro ſe conheça e açerte a fiſica e meezinhas pera

ſua ſaude detendoſe huũ pouquo cõ quada huũ enfermo por os eſforçar. E os enfermeyros lhe moſtrarã as ourinas e baçios e lhe daram certa ẽformaçã de como paſſarã de noute. E os que tomarã ẽxaropes e os que ſam ja ẽxaropados.'

E os que tem purgados e quãtos banhos tẽ tomados e quãtos pera tomar. Dando o dito fiſico Regimẽto do q̃ acada huũ ſe hade fazer pera ſua ſaude.

Outroſi o dito fiſico na dita viſitaçã de cada huũ enfermo ou ẽferma Reçeptara todalas meezinhas q̃ lhe forem neçeſſareas. de q̃ tera cuidado hũ dos ẽfermeiros q̃ pera iſſo temos ordenado cõ ſua tauoa hyr por elas a butica e de as dar aos ditos enfermos aaq̃las oras que o fiſico mandar. E as meezinhas q̃ forẽ pera as molheres ele as dara a ẽfermeira aviſandoa e amoeſtandolhe o q̃ a cada hũa ade dar e as oras a q̃ ho ade fazer. E bem aſy eſcreuuera na dita tauoa os xpiſtees e ſang'as q̃ o fiſico ordenar a quada hũ ẽfermo. Apercebẽdo a xpriſtaleira e ho ſangrador das oras a q̃ ãde vyr cõ os ditos xpriſtees e ſang'as.

Outro ſy o dito fiſico dara Regimẽto aos ditos enfermeiros dos banhos q̃ quada enfermo ouuer de tomar e de quãtas oras ſegũdo vir ſua deſpoſiçã e ẽfermidade e os q̃ nõ poderẽ hyr per ſeu pee os ditos enfermeiros os leuuaram e trazeram aſcoſtas os quaes vigiarã ſobre os enfermos q̃ nõ tomẽ mais banhos nẽ jaçã mais oras das que lhe o fiſico mãdar. E enquãto os enfermos eſteuerem ẽ os banhos lhes farã as camas polla manhaã e atarde por q̃ quãdo ſayrem achem ſuas camas limpas e pa' ſeus ſuadoyros.

Outro ſy o dito fiſico dara Regimẽto ao deſpenſeyro do q̃ quada huũ dos ẽfermos ouuer de comer e beber. O qual eſcreuera todo em hũa tauoa declaradamẽte ſegũdo he cõteudo no capitulo do almoxarife atras eſcripto.

E feita a dita viſitaçã os eſp'taleyros e enfermeyros cada huũ en ſeu dormitoreo e aſi os outros Ofiçiaes ſatiſfaram e cõp'rão cõ muyta diligẽçia e cuidado de todo o q̃ lhes o

fifico mandar fazer. ſ. aſy ho comer e beber como dietas purgas e ſang'as banhos lauatorios e vnturas empraſtos e ventoſas e quaes quer outras meezinhas que per Regimẽto ouuerã.

Item ho deſpenſeiro hira a acozinha pera dar logo auiamẽto. E per ſua tauoa mãdara fazer de comer aos enfermos aſado ou cozido amẽdoadas ou epiſtos e q̃es quer outros manjares e aguoa cozidas e dara aviamẽto ao cozinheyro ou cozinheira de todo ho neçeſſareo pa' ho gantar e çea dos ditos enfermos. E yra a a deſpenſa fazer preſtes o vinho e agoalo pera o gantar.

E yſo meſmo fara na viſitaçã da tarde pa' fazer preſtes pa' a çea o q̃ lhe o fifico Receptar.

Item Tanto q̃ forem IX oras o dito deſpenſeyro armara acopa cõ hũa toalha grande e ençima dous baçios dagoa as mãos e duas albarradas cõ agoa e duas toalhas de mãos e tera hi preſtes dous ceſtos de pam e doos pichees de vinho aguado cõ agoa cozida. e ſaleiros cutelos e vaſos e todo ho neçeſareo.

E depois diſto tudo preſtes o dito deſpenſeiro dara a campãa q̃ eſtara jũto cõ a copeira pa' todollos cóvalecẽtes q̃ andarẽ aleuuãtados acudirem a ſeos leitos e aſy todos juntos iram os ẽfermeyros cada hũ ẽ ſeu dormitoreo poendolhe as meſas os quaes lhe darã agoa as mãos. ſ. os ẽfermeiros aos omẽs e a enfermeira as molheres. E as meſſas poſtas yra ho deſpenſeiro cõ ho çeſto do pam e vaſſos e poera ẽ q̃da meſa ſeu pam e ſeu vaſo cõ vinho ou agoa ſegũdo lhe for ordenado.

E iſto todo feito viram os ditos capellães e benzeram as ditas meſſas ẽ ambos dormitoreos a q̃ todos eſtaram cõ grande acatamẽto e deuuaçam e antre tanto ho deſpẽſeiro repartira per ſua tauoa as yguarias e o eſcriuão cortara e os enfermeiros as apreſentarã aos doentes de ſeos dormitorios e viſitaram as meſas pera todo o q̃ ouuerẽ meſter lhe faze-

rem os quaes lhe lãçaram o vinho e agoa em os vaſos q̃ pollas meſſas vazios acharem. ſ. tres vezes a cada huũ.

E acabado o comer tangerã̃ out'vez a campam pera os ditos capellães acudirem aos dormitorios a darem graças e os enfermos Rezaram tres vezes ho pater noſter e ave m.ª cada huũ polla alma del Rey meu ſñor e minha e do p'ncipe dõ aº noſſo filho. E eſta maneyra e ordẽ q̃ ſe teve no gantar ſe tera na çea dos ditos pobres ẽfermos.

Capitulo. de como velarã̃ de noyte os enfermos q̃ eſteuuerẽ ẽ artigo de morte

Item Quãdo algũ enfermo ou enferma eſteuerẽ t'balhados q̃ ajam meſter quẽ os velle e eſforçe de noyte ho velarã̃ p'eſta maneira. ſ. farſeam duas velas en anoyte. ſ. huũ dos enfermeiros velara ate meya noyte e tera cuidado de dar de çear a algũs doentes q̃ por eſtarẽ cõ febre ou per ſuas doenças ficaram por çear E fara quaesquer vnturas e empraſtos e outras couſas q̃ a tal enfermo o fiſico mãdar q̃ de noyte ſe façã̃.

A ſegũda vella da mea noyte por diãte

Item da meya noyte por diante chamara o dito ẽfermeiro ao outro ẽfermeyro q̃ vellara ate polla manha o qual teera cuydado de dar os ourinoes aos doẽtes e lhes fara fazer as agoas e dara os emxaropes e meezinhas q̃ forẽ ordenadas pollo fiſico. E polla manhã̃ na viſitaçã̃ q̃ o fiſico fizer lhe daram todos muyto çerta enformaçã̃ do q̃ viram e ſentirã̃ ẽſuas vellas de noyte aos ditos enfermos. E ſe mais de um doẽte eſteuer ẽ eſte artigo ordenara o proueedor quem ho velle de noyte e o q̃ ele mãdar ſe faça.

Capitulo q'ndo de todo parecerẽ ẽ os ẽfermos ſinaes mortaes q̃ chamẽ ho vigayro q̃ os venha aſoluer e vngir

Item Quãdo en algũ dos enfermos pareçerẽ ſinaes mortaes os ẽfermeyros cõ muyta diligẽçia chamarã ho vigairo q̃ o venha vngir e abſoluer ante que faleça por q̃ quãdo ho tal enfermo deſte mũdo partir vaa proueyo dos ſacramẽtos da ſancta Igreiha. e abſoluto de todos ſeus pecados plenariamẽte ſegũdo a bula do ſancto padre ao dito eſp'tal cõçedida.

E quãdo o dito enfermo eſteuer aſy em paſſamẽto ho dito vigairo eſtara cõ elle e lhe poera huũ çirio aceſo na mão direita e ho cõſolara e eſforçara q̃ tenha firme eſperãça na miſericordia de deos todo poderoſo e em a vertude da ſua ſacratiſſima paixam q̃ lhe perdoara ſeos pecados e dara ſua gloria E rezara o dito vigayro e os q̃ ſouberẽ rezar cõ ele os ſete ſalmos cõ ſuas ladaynhas e outras algũas orações e os que nõ ſouberẽ leer diram cõ deuaçã o pater noſter e aue maria O credo e lançarã agoa benta ſobre ele e por todo o leito.

F depois de o dito enfermo dar alma ao Snõr deos os enfermeiros ho lauaram e amortalharã ẽ huũ lençol do dito eſp'tal.

E ho poeram ẽ huũ atavde ẽ acaſa da copa por eſtar mais deſpjada. e ſe eſteuer hy de noyte ho velarã os enfermeiros ate polla manhãa.

Capitulo de como ẽterrarã os pobres q̃ no dito eſp'tal faleçerẽ

E depois vira o dito vigairo cõ os capellães e tiſoureiro eo encomẽdarã. E acabado de encomẽdar ho proueedor e ofiçiaes do dito eſp'tal ho leuarã aa igreja cõ ſeis tochas aceſas as quaes leuarã ſeis pobres.

E fairã pollo alpendere fora. E leuarã de oferta vinte quatro pães ẽ q̃ aja huũ alqueire de farinha. e feis canadas de vinho e dopoſto na eg'ia dirlheã hũa miſſa cõ hũ oficio de finados e ladainha cõ os reſpõſos acoſtumados tudo cãtado e ſe nã for oras pa' ſe dizer eſte officio dirſea no dia ſeguĩte.

Capitulo Que depoys de todo ſer cõp'do e acabado e as deſpeſas feitas ẽ quada hũ ano. q̃ todo o q̃ ſobejar ſeja pa' tirar cativos

Item pidimos por merçe ao Snõr Rey meu Irmão e aſy aos Reys ou Raynhas de portugal que ao diante vierẽ. Que depois de mãdarẽ tomar cõta ao dito prouedor ſegũdo dito temos. Que todo o q̃ en cada huũ ano ſobejar. Mandẽ dar pera ſe tirarẽ alguũs catiuos portugueſes pobres deſemparados moços ſe os hy ouuer. E quãdo nom ouuer catiuos portugueſes ſeiam caſtelhanos E di en diante quaes q̃r xpriſtãos. por ſe dar de todo cõp'mẽto aas obras de miſericordia. E entẽderſea ſobejar nõ ſendo neçeſſario ao dito eſp'tal pa' ho ano ſeguĩte ou pera algũas couſas ſe cõprirem.

Item Queremos e mãdamos q̃ ſe façam tres cõp'miſſos deſte teor eſcriptos ẽ purgaminho dos quaes huũ eſtara na torre do tombo da çidade de lixboa e outro eſtara no cartoreo de ſancto eloy ẽ lixboa. E outro eſtara no dito eſprital ẽ a arca das eſcrituras q̃ dito temos pa' per ele ſe regerẽ e gouernarẽ os ditos ofiçiaes. O q̃ praza a noſſo ſñor deos q̃ todo queira leixar ſempre bem fazer e comprir a ſeu ſanto ſeruiço. Amen. Feito em lixboa a xviii° dias do mes de março Jheronimo de liam ho eſcreueo.

Anno de q'nhẽtos e xii Annos

a.) *L Raynha* .:.

ENSAIO SÔBRE OS LATINISMOS DOS «LUSÍADAS» (1)

Levar = levantar (levare)

As vellas dando, as ancoras *leuamos.*

v, 64, 8.

Em latim, o sentido próprio de *levare* é *levantar;* cfr. Quich., s. v.

Em port. M. regista esta mesma expressão «levar âncoras» com o sentido de «desaferrar do pôrto» nos Comentários de Af. de Albuquerque.

*

Pintar = matizar (pingere)

... cuja branca area
Pintou de ruiuas conchas Cyterea

IX, 53, 7-8.

E. D. observa: «*pintou = matizou;* é latinismo». Com efeito, Vénus não andou a pintar conchas na areia. E por outro lado em latim *pingere* tinha também êste sentido especial; cfr. Quich., s. v., 4.º.

O subst. correspondente *pintura* tem sentido análogo em:

Olha por outras partes a *pintura,*
Que as estrellas fulgentes vão fazendo.

X, 88, 1-2 (2).

---

(1) Cont. do n.º 1, pág. 140.

(2) Registado por E. D.

*

Ter = habitar (tenere)

E os que o Austro *tem*,
I, 21, 7.

E. D. registou o paralelismo entre o sentido que aqui tem o vb. *ter* (= *habitar*) e o de *tenere* em «quique Rufras Batulumque *tenent*». (Verg. *En.* VII, 739). Em todo o caso, *tenere* com êste sentido é excepcional em latim. Em grego é que ἔχειν o tem freqüentemente; cfr. v. g. *Od.*, VI, 123, 150.

II — Latinismos lexicais em que é o aspecto semântico que mais interessa

1. Substantivos.

Copia = abundância (copia)

Chamando te senhor com larga *copia*
Da India, Persia, Arabia, & de Ethiopia.
IV, 101, 7-8.

Tudo tem no seu Reino em grande *copia*.
VII, 61, 8.

Era êste em latim o sentido etimológico do sing. *copia* (*coopia*) (1). Em port. clássico, o vocábulo teve êste sentido (2), que se conservou no adj. *copioso*.

---

(1) Cfr. Niedermann, *Historische Lautlehre des Lateinischen*, 2.ª ed.ª, pág. 43.

(2) M. regista-o em Diogo do Couto e Jer. Côrte-Real. Ainda aparece no século XIX, cfr.: «No trato da mais ilustrada sociedade lisbonense e nas viagens em que acompanhara o barão, seu falecido marido,

*

Hospicio = hospitalidade.

(Substantivo abstracto)

> Não tens aqui se não aparelhado,
> O *hospicio* que o cru Diomedes daua,
>
> II, 62, 1-2.

> Que não vedem os portos, tam somente:
> Mas inda o *hospicio* da deserta area?
>
> II, 81, 3-4.

> Ve ca a Costa do mar, onde te deu
> Melinde *hospicio* gasalhoso & caro
>
> X, 96, 5-6.

Já F. e S. registara que em II, 81 Camões imitara um lugar de Vergílio onde se lia entre outros versos: «*Hospitio* prohibemur harenæ». (*En.* I, 540) (1).

*

O vocábulo *licor* em sentido lato.

Licor é latinismo lexical (E. D. considerava-o como uma das «palavras que a nossa literatura antiga tomou do latim») (2). Ocorrendo várias vezes nos *Lus.*, o que tem de

---

adquirira uma variada *cópia* de conhecimentos»... (Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, 4.ª ed., v. I, págs. 166–167). «. . . e trazia já na mão uma variada *cópia* de flores» (*ibid.* v. II, pág. 146). Por outro lado M. já regista o vocábulo com o seu sentido actual.

(1) M. regista o emprêgo do vocábulo com êste sentido em Diogo do Couto e João Franco Barreto.

(2) *Reg. filológico* da sua edição dos *Lusíadas*, s. v. *grandiloco*. Quanto à grafia diferente da do lat. «liquor», cfr. id., *ibid.*; em alguns casos a grafia «*c*» ascendia mesmo ao latim.

interessante em relação à língua de hoje é o sentido lato em que é empregado, à semelhança do seu étimo, o subs. latino *liquor* (da mesma família que «*liqueo*» e «*liquidus*»).

a) *Licor = águas dum rio.*

... & do Gentio,
Que inda bebe o *licor* do sancto Rio.
I, 8, 7-8.

(Onde o *licor* mestura & branca area
Co salgado Neptuno o doce Tejo:)
IV, 84, 3-4 (1).

b) *Licor = água de fonte.*

Que veja & saiba o mundo que do Tejo
O *licor* de Aganipe corre & mana,
III, 2, 3-4.

c) *Licor = vinho.*

Do *licor* que Lieo prantado auia:
I, 49, 6 (1).

Da lhe conserua doçe, & dalhe o ardente
Não vsado *licor* que dâ alegria.
I, 61, 5-6.

O *licor*, que Noe mostrâra aa gente:
VII, 75, 6.

d) *Licor = cânfora.*

Olha tambem Borneo, onde não faltão
Lagrimas, no *licor* qualhado, & enxuto,
Das aruores, que Cânfora he chamado,
X, 133, 5-7.

---

(1) Registado por E. D. Vê no emprêgo do vocábulo com sentido lato uma imitação poética do latim.

(2) Registado por E. D. como imitação poética do latim.

e) *Licor = benjuim.*

Do cheiroso *licor*, que o tronco chora,
x, 135, 4 (1).

*

Milícia = guerra, serviço militar (militia).

E folgaras de veres a policia
Portuguesa na *paz*, & na *milicia.*
VII, 72, 7-8.

Era o sentido corrente do vocábulo em latim, cfr.:

«... more juvenum qui *militiam* in lasciviam vertunt».
Tac., *Agric.*, V.

Em port. clássico também o vocábulo foi usado com sentido lato por Rodrigues Lôbo (2). Depois morreu, porventura devido a um monopólio feito pela expressão «regimentos de milícias», que veio matar a de «têrços auxiliares» e que por seu turno também morreu (3).

*

Ministro = subordinado, servidor (minister).

Eis-nos chegados ao mais curioso dos latinismos semânticos que no poema se registaram.

Nos *Lusíadas* ocorre:

Isto dizendo, manda os diligentes
Ministros amostrar as armaduras,
I, 67, 1-2.

---

(1) Identificado pelo Conde de Ficalho (*Flora dos Lusíadas*, Lisboa, 1880, pág. 82).

(2) Citado por M.

(3) Correspondiam, como é sabido, a determinadas unidades do nosso exército na organização que subsistiu até 1834. Cfr. M., s. v. Durante a guerra ressurgiu o adjectivo derivado «miliciano».

Com hum redondo emparo alto de seda,
Nũa alta & dourada astea enxerido,
Hum *ministro* aa solar quentura veda,
Que não offenda & queime o Rei subido:

II, 96, 1-4.

. . . as mãos lhe estava atando,
Hum dos duros *ministros* rigurosos.

III, 125, 3-4.

Seus *ministros* ajunta, porque leue
Exercitos conformes aa peleja,

IX, 29, 5-6.

Em que acepção está nestes passos o vocábulo *ministro*? Não na actual, evidentemente. Não eram «ministros» — no sentido moderno do têrmo — os assassinos de Inês de Castro, muito menos os inferiores a quem Vasco da Gama ordenava que mostrassem as armas ao xeque de Moçambique ou o moleque que empunhava o sombreiro oriental para resguardar do sol o rei de Melinde. Também não eram «ministros» — *sensu stricto* — os «mininos voadores» que trabalhavam sob as ordens de Cupido no palácio fantástico de Chipre (1).

Em todos estes passos, como notou E. D. (a propósito de I, 67 e II, 96), *ministro* está no sentido geral de «pessoa que está às ordens de outra». Era êste o *sentido etimológico* do vocábulo (*minus: minister; magis: magister*). Era êste o sentido próprio que êle tinha em latim, cfr. êste ex. típico de Tácito:

«Nec Agricola umquam in suam famam gestis exsultavit: ad auctorem ac ducem, ut *minister*, fortunam referebat».

Tac., *Agric.*, VIII (2).

---

(1) Segundo F. e S., foi a descrição de Claudiano que inspirou Camões neste lugar do poema (IX, 30-32).

(2) Devo dizer que quem me chamou a atenção para êste ex. foi o

E era êste igualmente o sentido que três séculos depois o vocábulo ainda mantinha no Novo Testamento (trad. latina da Vulgata), cfr. v. g.:

«Et *ministri* (1) alapis eum caedebant».

Marc., XIV, 65 (2).

«Dicit mater ejus *ministris* (3): Quodcumque dixerit vobis, facite».

Joan., II, 5.

«Haec autem cum dixisset, unus assistens *ministrorum* (4) dedit alapam Jesu».

Joan., XVIII, 22.

e para os vocábulos cognatos cfr. ainda êste ex. típico:

«... qui major est in vobis fiat sicut *minor;* et qui præcessor est, sicut *ministrator.* Mas, quis major est, qui recumbit, an qui *ministrat?* Nonne qui recumbit?»

Luc., XXII, 26-27.

Vê-se bem que era êste o sentido usual em latim (5).

Mas deu-se com êste vocábulo uma *nobilitação semântica,* freqüente nos vocábulos que entram para a linguagem religiosa (6). Essa nobilitação vinha já do paganismo: Cicero;

---

sr. Cândido Pamplona Forjaz, aluno do 4.º ano da Faculdade de Letras de Lisboa e então meu explicando, a quem eu expusera dias antes a evolução semântica do vocábulo.

(1) O texto grego diz: οἱ ὑπηρέται.

(2) Contràriamente ao meu plano, não excluí desta vez os ex. do latim eclesiástico por não se poder prescindir dêles para a inteligência da evolução semântica da palavra.

(3) O texto grego diz: τοῖς διακόνοις.

(4) O texto grego diz: εἷς τῶν ὑπηρετῶν.

(5) Cfr. Quich, s. v.

(6) Cfr. sôbre o assunto em geral um artigo do sr. Dr. João da Silva Correia, *Notas filológicas,* in *Diário da Tarde,* ano de 1926, 3.º trimestre. — Note-se de passagem que o Dicionário de Bailly regista uma evolução semântica semelhante nos vocábulos gregos ὑπηρέτης e ἀμφίπολος.

Lucrécio e Ovídio (1) tinham empregado o têrmo com o sentido de «ministro duma divindade, sacerdote». Depois o Cristianismo deu-lhe uma nova amplitude. E o reflexo desta ideia sôbre o mundo pagão vê-se já em Plínio-o-Môço, contemporâneo e amigo de Tácito, na célebre carta a Trajano sôbre os Cristãos da Bitínia:

> «Quo magis necessarium credidi, ex duabus ancillis, *quæ ministræ dicebantur*, quid esset veri et per tormenta quærere» (2).

Até aqui a evolução semântica do vocábulo em latim.

Vejamos agora a sua *importação* para português.

É vocábulo literário, pois, se tivesse obedecido às leis fonéticas, o «*i*» breve teria dado «*e*» e o «—*n*—» (inter-vocálico) ter-se-ia elidido. Provàvelmente, data do Renascimento. Acabámos de ver que *surge nos Lusíadas com o sentido etimológico que tivera em latim clássico* e com êsse mesmo sentido se regista pela mesma época no latim dos humanistas, cfr. Barclay:

> «& dum equum *ministri* admovent» (3).

Mas a nobilitação semântica que em latim se realizara acompanha-o provàvelmente *ab initio,* pelo menos no campo da linguagem religiosa. M. quási só regista êste sentido nobilitado, roçando de leve pelo sentido etimológico. Que o vocábulo, com sentido nobilitado, no campo da linguagem religiosa, já tinha raízes em português clássico, prova-o a seguinte observação com que êle remata: «*Ministros do*

---

(1) Cfr. Quich., s. v.

(2) *Ep.* x, 97.

(3) Jo. Barclaii, *Argenis*, edição elzeviriana, Amsterdam, 1671, pág. 24 (o livro é do comêço do século XVII).

culto: é frase trazida do Francês com repreensível afectação: *no nosso bom e antigo Português* dizemos *Ministros do Altar, da Igreja, da Religião,* etc.». «*Ministros da Igreja*» regista M. em António de Castilho (1565–1596).

E a introdução do vocábulo na linguagem política?

É mais recente. M. já regista como primeiro sentido «O que exerce emprego e officio de Justiça, ou Politico, ou de Fazenda, ou Evangelico;» e acrescenta (o que é um vago vestígio do sentido etimológico): «debaixo da *subordinação* aos Soberanos, e Prelados». Já antes, no século XVII Alexis Collot de Jantillet(1) escrevia ao conde de Villar Maior, Manuel Telles da Sylva:

> «... miles prætoriæ custodiæ advenit cum Indice novo epistolarum, quæ & Regis & Comitis ab arcanis puritatis *Ministri* nomine scriberem» (2).

Mas, para Português ver, o poderoso conde de Castelo Melhor era *escrivão da puridade,* do mesmo modo que em França Colbert era «contrôleur général des finances»; nem um nem outro eram *ministros.* Depois no século XVIII só se falava em *secretários de Estado* e Pombal nunca foi outra cousa. A Constituïção de 1822 ainda só se referia a «secretários de Estado». A Carta Constitucional de 1826 é que introduziu *oficialmente* a palavra *ministro,* imitada depois pela efémera Constituïção de 1838 e pela da República Portuguesa.

Conclusão: Que nos apresenta a língua de hoje em relação ao passado? O último sentido do vocábulo a matar os

---

(1) Fidalgo francês que viveu na côrte portuguesa durante o reinado de D. Afonso VI.

(2) Alexii Collotis de Jantillet *Horæ subsecivæ,* pág. 70 (carta XXXI). Livro raríssimo de que existe um exemplar na biblioteca do sr. dr. J. Leite de Vasconcellos.

outros; (e por isso é que para nós hoje os textos citados dos *Lusíadas* só se tornam inteligíveis à luz da etimologia e do latim clássico). *Ministro* no sentido primitivo, tal qual se regista nos *Lusíadas*, é hoje *puro fóssil filológico. Ministro* na linguagem religiosa rareia cada vez mais (1); e na língua popular pode-se dizer que só tem vida na boca da população protestante das grandes cidades, «o nosso *ministro*»), com estranheza manifesta do resto do povo. *Ministro* na linguagem política é que se vulgarizou a ponto de entrar verdadeiramente no domínio da língua popular e de exercer um *monopólio semântico;* mais ainda: a proclamação da República, tornando os ministros independentes do facto em relação ao chefe do Estado, veio desatar o último elo que prendia o vocábulo ao seu sentido etimológico e para a psicologia popular os «*ministros*» são hoje o que foram os *cônsules* em Roma quando a cidade encontrou o seu equilíbrio político «*post exactos reges*».

*

Restituidor = restaurador (restitutor)

... & o grande & raro
Castelhano, a quem fez o seu Planeta,
Restituidor de Espanha, & senhor della,
III, 19, 5-7.

E. D. registou êste emprego do termo como latinismo. Com efeito, em latim era êste o sentido etimológico do verbo «restituere» e dos seus derivados: *statuere = estabelecer; re + st(a)tuere = restabelecer, restaurar.*

Em latim encontrei em leituras pessoais vários ex. do vb.

---

(1) Na língua literária do século XIX ainda tinha certa vida, cfr. v. g. Malhão, *Oração fúnebre do conde de Barbacena:* «*Ministro* da Religião de Cristo, olha por mim e por ti».

com um sentido próximo: «restituere (in patriam) = chamar do exílio», cfr.:

> «... signum dedit ut ad me *restituendum* Romam concurrerent».
>
> Cic., *Pro Milone*, xv, 39.

> «... P. Popilium, vi C. Gracchi expulsum, sua rogatione *restituit*».
>
> Cic. *Br.* xxxiv.

> «Nam sicut mandatis tuis cautum est, ne *restituam* ab alio aut a me relegatos, ita de iis quos alius relegaverit et *restituerit* nihil comprehensum est».
>
> Plínio-o-Moço, *Ep.*, x, 64.

Em português êste sentido alatinado e etimológico do vb. «restituir» e seus derivados ainda se mantinha na língua literária do século xix; cfr.:

> «... só uma sisuda *restituição* das Ordens Religiosas pode atenuar os tristes efeitos da sua extinção».
>
> Pedro Dinis(1).

(Continua).

C. E. Corrêa da Silva.
(Paço d'Arcos)

---

(1) *Das ordens religiosas em Portugal*, cap. i.

GOMES FREIRE DE ANDRADE

ADITAMENTO

A páginas 462 do volume 79.º do *Instituto* inserimos uma relação de documentos achados no *Arquivo dos Feitos Findos* e respeitantes àquele ilustre general.

Ultimamente encontrámos o processo em que a Condessa de Schaffgotsch, viúva de Ambrósio Freire de Andrade e Castro, nosso Ministro Plenipotenciário na Côrte de Viena de Áustria e pai de Gomes Freire, requereu perante o *Juízo das Habilitações do Reino* tudo o que se ficou devendo a seu marido nos almoxarifados de Lamego, Três Casas, Aveiro e Paço da Madeira, e o pagamento dos soldos que vencia como marechal de campo dos exércitos de Sua Majestade.

Entre os documentos dêsse processo está um treslado da certidão do baptismo de Gomes Freire, passado pelo Cônsul de Áustria em Lisboa e que é do teor seguinte :

« Francisco Xavier Stocqueler, Cavaleiro profeço, na ordem de Christo, e Consul Geral de Sua Magestade Imperial, e Real Apostolica, do Grão Ducado da Toscana, e das Cidades Hanciaticas, nesta Corte e Dominios de Sua Magestade Fedelicima etc., etc.

« Testefico que me foy aprezentada hua certidão de Baptismo em forma paçada na Corte de Vienna da Austria em os vinte do mes de Fevereiro do anno de mil sete centos secenta e seis pello Reytor da Parrochia de Santo Estevão

da mesma Corte Domingos Benedino, cuja certidão reconheço por verdadeira, e por ser escripta na lingua latina, e della se me requerer um tresllado legal, e de seu reconhecimento fiz de tudo a tradução fiel e verdadeira pella maneira seguinte:

« Eu Domingos Benedino, Mestre da Curia, e Coro Archipiscopal de Santo Estevão na Igreja Metropolitana de Vienna, e Reytor tambem da mesma Parrochia, Concilheiro Sinodal do Eminenticimo e Reverendicimo Arcebispo de Vienna, Cardeal Presbitro da Santa Igreja de Roma, e Principe do Sacro Romano Imperio ».

« Pella prezente attesto em como fora Baptizado no dia vinte e sete do mes de janeiro do anno de mil sete centos sincoenta e sete pello Cura da sobredita Igreja Archipiscopal hum menino filho legitimo dos Illustricimos e Excelenticimos senhores Dom Ambrosio Freire de Andrade e Castro Menistro Plenipotenciario do serenicimo e Pederosicimo Rey de Portugal na Corte Cezaria, e de Donna Izabel sua mulher Condeça nata de Schaffgotsch do Sacro Romano Imperio, e se lhe pos por nome *Gomes José Joaquim Antonio Francisco Xavier João Nepumoceno* e forão Padrinhos Gaspar Maulhars, e Catherina Pollhamil, pessoas pobres, em fé de que passey a prezente certidão tirada do livro dos Baptizados sobscripta, e asignada de meu proprio punho, e sellada com o sello do meu officio. Dada em Vienna de Austria na Camara Archipiscopal em Santo Estevão aos vinte dias do mes de Fevereiro de mil sete centos secenta e seis» Domingos Benedino o mesmo que assina ».

« Eu abaixo asignado Notario Publico jurado attesto pella prezente, e porto por fé publica certa, o mesmo em outro tempo o Reverendicimo Domingos Benedino, que sobrescre-

veo a certidão acima, hé de seu proprio punho por eu conhecer muito bem o seu signal, e que hé tambem firmada com o sello costumado de seu officio no dia vinte do mes de Fevereiro de mil sete centos secenta e trez, e que como citei hera como diz Mestre da Curia, e Coro Archipiscopal de Santo Estevão na Igreja metropolitana de Vienna, tambem Parrocho da mesma, Concilheiro Sinodal do Eminenticimo, e Serenecimo Senhor Arcebispo de Vienna Cardeal Presbitro da Santa Igreja de Roma e Principe do Sacro Romano Imperio e outro sim atesto, que conheci muito bem naquele tempo a dita Pessoa, a cujas escripturas, e certidoins em forma, como a prezente sempre e lhe dei em toda a parte plena e inteira fé, e justamente the o dia de hoje, e como tambem se lhe deverá dar sem duvida de futuro em fé de que... Vienna de Austria no dia vinte e dois de Agosto de mil sete centos setenta e nove, Miguel Costunger Notario Publico jurado em Vienna pella Authoridade Apostolica, e Cezaria, requerido legitimamente e atesto e porto por fé publica como acima ».

« No dito original a que me reporto torney a entregar com este aquem me aprezentou em fé de verdade e para que conste onde nececario for, fiz passar a prezente por mim somente asignada sellada com o sello do Consullado. Lisboa aos vinte e sete de Novembro de 1781 ». (a.) *Francisco Xavier Stoqueler*.

Nenhum dos biógrafos do General o designa com todos os nomes que lhe puseram na pia de baptismo: — *Gomes José Joaquim António Francisco Xavier João Nepumoceno.*

Eis portanto uma nota inédita, necessária e interessante para a sua biografia.

Êle, durante a sua vida, nunca usou esses nomes, adop-

tando o primeiro com os apelidos do pai, ao subscrever a primeira proclamação que dirigiu às tropas quando comandou as da Extremadura acantonadas no Alemtejo, e ao responder ao devassante no processo da conspiração de 1817.

Mas para a glória imortal da Nação Portuguesa, êle será sempre, e ùnicamente: — *Gomes Freire.*

Setembro de 1930.

João Jardim de Vilhena.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$00

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho:

Vols. I, e II cada ..... 20$00

Vol. III ..... 25$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25$00
Número avulso	10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERARIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 80.º

4.ª SÉRIE VOLUME 9.º

NÚMERO 3

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1930

O INSTITUTO

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇAO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

D. João VI e D. Miguel, por João Jardim de Vilhena 281
A religião grega, por Agostinho da Silva 289
Artistas portugueses do século XVIII — Subsídios documentais para a biografia de António Joaquim Padrão seguidos de uma nota relativa a um quadro da sua autoria, por Júlio Jesus 304
Ensaio sôbre os latinismos dos «Lusíadas», por C. E. Corrêa da Silva 333
Os estudos germânicos em Portugal, por L. Saavedra Machado .. 355
Subsidios para a Historia da musica em Portugal, por Sousa Viterbo..... 370
Comentários de António do Couto Castelo Branco sôbre as campanhas de 1706 e 1707 em Espanha, por Gastão de Melo de Matos 384

D. JOÃO VI E D. MIGUEL

Logo que se espalhou em Lisboa a notícia de que o Infante D. Miguel havia partido para Vila Franca, à frente de um esquadrão de cavalaria, e dali para Santarém, onde estabelecera o seu quartel-general, o pânico foi enorme.

As ideas de absolutismo impostas por êle ao pai para a governança de um Portugal livre dos mações e dos liberais, tinham-no animado a dar aquele passo que os ardores da mocidade lhe mostravam ser um acto heróico, mas que a gravidade das circunstâncias poderia tornar numa guerra civil, de terriveis conseqüências.

Assim, sem pensar nem reflectir, amimado pela mãe, cega no seu amor ao filho predilecto, instigado pelos seus áulicos, apaixonados na sua admiração ao redentor, apoiado por três membros do Govêrno, traidores à confiança real, êle abalara no firme propósito de tentar o acesso ao trono pela abdicação forçada de D. João VI.

Mas se alguém houve que o incitou a revoltar-se mais uma vez contra a soberania paterna, fazendo-lhe antever que a marcha para Vila Franca traria a conseqüência fatal da sua ambição, houve também alguém, — e êsse, com muito mais tacto político que o outro, — que incitou D. João VI a seguir para aquela vila, como único remédio capaz de dominar a situação e desarmar a rebeldia infantista.

E na verdade, El-Rei D. João VI, depois de ter dirigido ao povo uma proclamação assim concebida:

« Meu filho o Infante D. Miguel fugiu dos meus Reaes Paços e uniu-se ao Reg.to n.º 23. Eu já o abandonei como

pae e saberei puni-lo como Rei. Fiel ao meu juramento, fiel à Religião de nossos paes, eu saberei manter aquela Constituição que livremente aceitei...», partiu para Vila Franca onde se demorou quatro dias.

¡Aí, organizando outro ministério e querendo inutilizar as esperanças dos absolutistas, antes animando-as, chamou o filho, que chorava um pranto copioso, conversou com êle, e desmentindo a severidade do castigo que lhe queria impor como Rei, nomeou-o generalíssimo do exército! E como era preciso justificar a nova fase do seu carácter, outra vez proclamou ao povo nestes termos:

«Em lugar de uma Constituição que sustentasse a monarquia, e em lugar de Representantes escolhidos por nós, appareceu debaixo daquelle titulo sagrado um tecido de maximas promulgadas com o fim de encobrir principios subversivos insubsistentes, que tinham o fim oculto de sepultar com a Dynastia Reinante a Monarquia Portuguesa; e apparecerão Representantes quasi todos eleitos pelas proprias maquinações e subornos... Portuguezes, o vosso Rei vae dar-vos uma Constituição...».

Tanto esta proclamação como a outra nada valiam para a paz e tranqüilidade da gente portuguesa.

Sabiam todos que D. João VI era um versátil, dominado pela mulher, governado pelos áulicos, ameaçado pelo filho. As proclamações eram redigidas pelos ministros, discutidas pela côrte, e é muito possível até que nem lidas fôssem pelo próprio D. João VI, que lhes punha contudo a sua rubrica ou guarda. Assim, elas não convenciam os timoratos, nem animavam os esperançados, e, como bagatelas, sujeitas a irrisórios comentários, iam parar ao limbo das coisas inúteis. E o povo cantava sempre:

Nós temos um rei,
Chamado João!
Faz o que lhe mandam,

Come o que lhe dão,
E vai para Mafra,
Reger cantochão.

No seu regresso de Vila Franca, em todo o trajecto, El-Rei D. João VI foi aclamadíssimo, mas a grande surpresa, essa surpresa que havia de dar brado por tôda a nação e que exaltaria a Régia Majestade às culminâncias de um triunfo oriental, estava-lhe reservada no subúrbio de Arroios, onde um comandante de um regimento, um tenente-coronel comandante de outro, dois tenentes-coroneis de milícias, oito majores, onze capitães, nove tenentes, onze alferes, um capelão, um cirurgião-mor, um ajudante de cirurgia, um cadete, um capitão de mar e guerra, um coronel de Pernambuco, um capitão de Angola, um 2.º tenente da Madeira e um tenente de Pernambuco, alheados dos mais rudimentares princípios de bom senso e atacados pela epidemia de estultícia que dominava a sociedade portuguesa dêsse tempo, desatrelaram os animais que puxavam a carruagem real e a arrastaram entre festivas aclamações até à Sé, e daqui até ao Palácio da Bemposta.

E como era preciso que não houvesse dúvidas sôbre a identidade de quem havia tido a honra de puxar pela carruagem, — não fôsse a plebe ignara e crassa, incapaz de grandes feitos, reclamar a soberania de tal honra, e tornar-se digna de figurar no Panteão das glórias portuguesas —, o n.º 138 da *Gazeta de Lisboa* de Junho de 1823 inseria a lista completa dos oficiais com os nomes por extenso e a efectividade das suas categorias.

Mas a ironia popular vingativa da honra e do carácter português espreitava tudo isto.

E como um látego cortante, incisivo de troça, de escárneo e de nojo, apareceu no mesmo número 138, êste anúncio, que abalou de indignação as esferas governativas, as vaidades

militares e fez rir às escâncaras desde as tavernas até aos paços reais:

« Para o dia 24 do corrente se ha-de arrematar em hasta publica umas parelhas de bestas que puxaram o carrinho d'ElRei, quando mudou de bestas a Arroios ».

Pode bem imaginar-se a revolta de indignação que êsse anúncio produziu. Foi logo preso o director da *Gazeta* — Diogo de Góis Lara de Andrade, filho de José de Góis Ribeiro Lara e de D. Rita Tiburça Barreto Falcão, *natural de Lisboa, com 39 anos de idade, morador na Rua dos Remolares, de estatura ordinaria, cabelo e barba ruça, olhos castanhos, rosto comprido,* e logo metido no segrêdo do Limoeiro, onde entrou tal qual fôra encontrado e preso, *sobrecasaca azul, colete branco, calças escuras de cotim,* tendo declarado, logo de entrada, ser cavaleiro da Ordem de Cristo e do Lis. E, como um azougue, o Intendente Geral da Polícia não descançou. Organizou logo uma devassa e um sumário de testemunhas.

Lara de Andrade fundou a sua defesa em uma carta que recebera redigida nestes termos:

« Senhor Redactor! Por ordem de S. M. mandará inserir no seu periodico o incluso aviso. — O Marquez de Loulé que serve d'Estribeiro Mor. — *Agost. Dom.os de Mendonça* ».

¡O aviso era o anúncio publicado!

O Intendente Geral da Polícia, Simão da Silva Ferraz de Lima e Castro, mandou imediatamente convocar os tabeliães de Lisboa. Tratava-se de saber se a letra da carta era do Marquês de Loulé, ou de quem era. E durante algum tempo êles, confrontando os seus livros de notas, esfalfaram-se em querer adivinhar quem tinha escrito essa carta e uma outra que o corregedor de Beja havia recebido:

« Participo a V. S.a q. o leilão das bestas da Casa Real que se avia fazer no dia 24 do corr.te fica transferido p.a o dia 21 do proximo mez de julho p. causa de estarem as dittas

Bestas doentes dos pés procedidos da jornada q fez Sua Mg.ᵉ no dia 5 o q avizo V. S.ª para que fique na serteza q ade. fazer conta. — *B. D. S.* ».

Entretanto, os oficiais maiores das Secretarias de Estado, muito mais indignados que os próprios oficiais militares, davam conta, numa representação ao Rei, das medidas que haviam tomado para *sufocar a sua profunda mágua pelo atroz libelo do anúncio*. E depois de dizerem que haviam destruído a maior parte dos números da *Gazeta,* onde êle vinha, clamavam:

« Isto, porem, Senhor, não basta, aquelle execrando insulto he sem duvida parte da raiva e agonia com que os inimigos do throno e do altar exhalão o furor que lhes causou a feliz restituição da Nação Portugueza ao seu benigno Monarca e assim à estrada da honra e da gloria donde as suas perfidas machinações a tinhão, vai para tres annos, desgraçadamente, desencaminhado. E como esses inimigos do throno, da ventura e da tranquilidade da nação portugueza não querem deixar amortecer o tição revolucionario, — êles pedem as providencias que um caso tão grave parece exigir ».

A devassa nada apurou. Os tabeliães não conheciam a letra. Os empregados da tipografia haviam cumprido a ordem do senhor Lara de Andrade. Devia ter sido ouvido o Marquês de Loulé, visto a sua assinatura, falsa ou não, ter aparecido numa peça do processo, mas êsse depoïmento falta. E como nada se apurava, os oficiais militares deliberavam representar a El-Rei D. João VI pedindo a liberdade do director da *Gazeta de Lisboa,* a sua restituïção à efectividade do emprêgo e que fôsse ilibado de tôda a culpa.

Assim finalizava um processo cujos resultados interessaram a opinião pública, abrindo um intervalo de sossêgo nas lutas politicas, mas que alimentara com mais fôrça as más vontades e os ódios entre absolutistas e constitucionais.

Luz Soriano diz que foi um capitão do 19 que tivera a *triste* idea de se substituir por homens os animais que puxavam o régio coche, mas o que é certo é que essa idea não era original, porquanto no n.º 139 da *Gazeta* aparece a notícia de que quando D. João VI esteve em Vila Franca, em um daqueles quatro dias, lembrou-se de ir passear à Castanheira do Ribatejo com as Sereníssimas Infantas. Ali foi recebido pelo povo, que empunhava ramos de oliveira e de loiro, e na volta puxaram à carruagem o Dr. Juiz de Fora, José Joaquim Sequeira, Henrique Aiala, Rodrigo Rafael Sequeira, Henrique e Francisco de Faria, António Rufino de Almeida, seu irmão Sebastião de Almeida e mais gente, e, quando chegaram a Povos, dali o conduziram para Vila Franca na distância de quatro quilómetros, por entre filas de tantos archotes que parecia dia claro.

Esta lembrança dos povos da Castanheira deu origem à resolução dos oficiais militares em Arroios, e mais tarde, à vontade do povo em querer também puxar o Coche de Estado em que iam D. João VI, D. Carlota Joaquina e as duas Infantas D. Isabel Maria e D. Antónia de Jesus Maria, quando todos foram à Sé visitar a Senhora da Conceição da Rocha e agradecer-lhe a *restituïção do mais feliz monarca ao trono de seus maiores.*

E se o povo não teve essa grande honra de puxar pelo Coche de Estado, foi porque D. João VI não consentiu,— *por ser muito pesado!*

A *Gazeta* não se esqueceu, depois de tantos elogios ao Rei, da Raínha a quem chamou *a nova Judite, porque com a recusa do seu aplauso à Constituïção lhe deu um golpe mortal* e que como *Heroína Augusta*, a *Posteridade mais remota ha de venerar e apontar como modêlo de constância e de tôdas as virtudes!*

D. João VI foi para Vila Franca Rei constitucional. As tropas nesta vila gritavam debaixo das janelas: *Viva El-Rei*

absoluto e êle rejeitava aqueles vivas dizendo em voz alta: *¡Não, não quero o poder absoluto, não é assim que quero reinar,* e contudo na volta de Vila Franca, animado pela mulher, manietado pelo filho, mostrava bem que era Rei absoluto, porque reintegrou a Raínha nos seus direitos civis e políticos, levantou o sequestro feito aos bens do Conde de Amarante e de tôdas as pessoas que o haviam seguido, libertou os presos políticos, distribuiu benesses e condecorações aos partidários do Infante, e alimentou daí por diante os ódios que estes nutriam pelo Marquês de Loulé, que, passados nove meses, era assassinado traiçoeiramente nos corredores escuros do palácio real de Salvaterra e pagava como vítima expiatória as fraquezas do seu rei!

*

Êste artigo é todo baseado em dois números da *Gazeta de Lisboa* de Junho de 1823 e em um processo de devassa arquivado no *Arquivo dos Feitos Findos*, pasta n.º 8, e até hoje *inédito,* porque nem Soriano, *História da guerra civil*, nem Alberto Pimentel na *Ultima córte do absolutismo em Portugal*, nem Martins de Carvalho nos *Apontamentos para a história contemporânea* nos falam das cartas que deram origem à devassa, nem da intervenção de Lara de Andrade, nem da indignação dos oficiais móres das Secretarias de Estado, nem da indiferença dos oficiais militares perante o anúncio.

Vários escritores portugueses têm transcrito o anúncio de diferentes maneiras. Ignoramos onde êles as fôram buscar. A sua verdadeira redacção é a que nós apontamos porque assim está no número da *Gazeta de Lisboa* apreendido e apenso ao processo.

Não nos lembra qual fôsse o escritor que disse *que durante cinco dias* a *Gazeta* inseriu o anúncio. Pelo que dizemos acima, vê-se que essa informação não é exacta.

O único número da *Gazeta* que o inseriu é o n.º 138, que não existe em tôdas as colecções daquele jornal, visto ter sido destruído em parte. Consta-nos que a colecção da Imprensa Nacional tem êsse número, tendo-o também a colecção da Biblioteca Nacional de Lisboa.

É interessante que a colecção da Academia das Sciências tem o n.º 138, sem o anúncio, donde se deve concluir que dêsse número se fêz uma segunda edição, que não conseguiu a-pesar de tôdas as providências, fazer esquecer que tinha havido alguém que soubera, com o látego do ridículo, castigar os heróis de uma página grotesca da História de Portugal.

Maio de 1930.

JOÃO JARDIM DE VILHENA

A RELIGIÃO GREGA (1)

Se as Panateneias eram o tipo das festas de cidade, os Jogos Olímpicos são a expressão mais alta do pan-helenismo, da união de todos os gregos no mesmo amor da Beleza.

Segundo a tradição, os Jogos de Olímpia tinham sido fundados por Hércules, o herói libertador; caídos em desuso, a Grécia encontrara-se um dia dividida pelas discórdias e dizimada por uma peste terrível; então Ifiloto de novo os pusera em vigor e desde essa data todos os quatro anos se realizava o certame.

Já meses antes da abertura dos jogos, arautos tinham ido pelas cidades da Grécia proclamar a trégua sagrada, ao abrigo da qual todos os helenos se poderiam dirigir a Olímpia; suspendiam-se as lutas entre as cidades e de todos os lados os gregos acorriam: vinham pelos caminhos ásperos, através dos montes, e, nas grandes estradas, a dureza do dórico misturava-se à música doce do dialecto iónico; e as trirremes traziam de longe os colonos, espectadores e atletas, da grande Grécia, das cidades distantes da Gália e do Ponto Euxino.

No estádio de Olímpia ou de uma cidade vizinha os concorrentes faziam os seus treinos de preparação; antes de começar os jogos eram obrigados a jurar que, pelo menos durante dez meses, tinham freqüentado o ginásio e realizado os exercícios físicos que formam o bom atleta. A vitória

---

(1) Cont. do n.º 2, pág. 194.

nos jogos não era para o grego uma causa do treino, mas uma sua conseqüência; o que se glorificava no vencedor não era a última corrida ou o último lançamento do disco que lhe dava a vitória, mas o esfôrço contínuo e persistente que lhe disciplinava os músculos, lhe desenvolvia harmònicamente o corpo, o tornava digno do favor dos deuses.

A idea de atleta não envolve para o grego a nodosidade de músculos e a brutalidade de espírito; atleta é apenas o que entra na luta, ἆθλον, e a desproporção não agrada à divindade, não cria Beleza, não leva o espírito a viver a Vida total.

Feito pelo concorrente o juramento de que era puro de raça, sem mistura de sangue bárbaro, puro de vida, e de que não usaria de fraudes nos jogos, estes começavam; durante dias, sucediam-se as corridas de carros, as corridas atléticas, o pugilato, o dardo, o disco, a luta. Os vencedores recebiam a coroa de oliveira e os arautos proclamavam, enchendo-os de eterna glória, os nomes da família e da cidade a que pertenciam; depois iam em procissão ao templo de Zeus e todo o caminho estava coberto de flores; maiores louros os esperavam ainda: os escultores tomá-los iam como modelos, os poetas cantavam-nos em odes sublimes, os seus nomes seriam gravados em letras de ouro sôbre o mármore dos templos.

De todos os jogos gregos, Olímpicos e de Nemea, Píticos ou Ístmicos, se desprende a mesma radiosa claridade de Beleza; as formas perfeitas dos atletas, o equilíbrio ideal entre o corpo e a alma, as atitudes elegantes e musicais, tudo contribui para elevar o espírito e lhe dar o puro prazer estético; cultivando o corpo, dádiva dos deuses, o grego tornava-se querido dos imortais, comungava com êles no mesmo ideal de Perfeição e de Harmonia; pela mocidade maravilhosa dos corpos atléticos, o grego liberta-se da idea de velhice e de morte, a sua alma penetra-se de juventude, da Vida universal.

Mas, com a representação de tragédias e com os jogos ginásticos, o grego não destrói por completo a Dor, suspende apenas o seu império temporàriamente; ela poderá reaparecer nas circunstâncias vulgares da vida e ameaça o contìnuamente com a Morte. Pela adivinhação e pelos mistérios o grego saberá limitar a sua acção.

II

Como vimos, se o homem se conformasse plenamente às leis dos deuses e não se tivessem estabelecido as regras da vida social, a Dor não existiria; ela diminuïrá, portanto, se os imortais revelarem aos homens a sua vontade e êles lhes obedecerem; duas ideas, por conseqüência, dominam na μαντική, a arte da adivinhação: a da possibilidade e desejo dos deuses comunicarem com o homem e a da obediência ou desobediência dêste aos preceitos divinos.

Os deuses, omniscientes, conhecem todo o futuro, a vida de todos os homens, sabem quais os actos que lhes poderão ser úteis ou prejudiciais, e ninguém melhor os poderá guiar no caminho da existência; possuïdores da Vida em tôda a plenitude e assistindo a tôdas as acções do «homem social», êles sabem como se poderá dar o conflito entre a Natureza e a colectividade e qual a maneira de evitar que a Dor surja, eliminando-lhe a causa. Por outro lado, os deuses são fundamentalmente bons, protegem o homem, dão-lhes o alimento, êle sente-os a seu lado, vigilantes e carinhosos, em tôdas as circunstâncias da sua vida. Sabendo que o homem tem interêsse em conhecer o futuro não deixam de lho revelar, pela profecia ou pela adivinhação.

Na profecia não existe arte ou sciência; não é preciso conhecer os sinais por que se manifesta a vontade divina, observar o vôo das aves, o sangue ou as entranhas das vítimas imoladas ante os altares; o profeta é possuído pelo es-

pírito divino, inspirado por Apolo, e num delírio, como Cassandra, ou reflectidamente, como Tirésias, comunica a vontade e as intenções dos deuses.

A profecia é, por vezes, hereditária numa família; se as diferentes gerações eram responsáveis, em conjunto, pelo crime de um dos membros da família, também a graça divina passava de pais a filhos, e, sucessivamente, os profetas iam tendo, como os seus antepassados, a intuïção das determinações dos deuses.

Se o homem, que é uma criação divina, é digno de que o espírito de Deus nele venha por vezes habitar, a Natureza, tôda cheia de divindade, possui em mais alto grau o dom da profecia; a terra diz o futuro no oráculo de Delfos, os carvalhos agitados pelo vento em Dodona dão a conhecer a vontade de Zeus.

Os oráculos têm uma importância extraordinária na vida helénica; as cidades consultam-nos sôbre o modo de se libertarem das calamidades que as assaltam, as fomes, as secas, as pestes, sôbre a política externa, sôbre a guerra e a paz; o oráculo salva os atenienses de serem mortos pelos persas, mandando-os defender-se com as muralhas de madeira dos navios; os mais altos espíritos os consultavam e seguiam as suas determinações; pelas palavras do oráculo Sócrates interroga todos os homens, em obediência aos deuses marcha serenamente para a morte.

É certo que, por vezes, a Pítia filipizava; mas os gregos sabiam distinguir entre o que no oráculo havia de inspirado pela divindade e o que provinha dos manejos políticos dos sacerdotes; e, até os últimos anos da Hélade, o oráculo de Delfos foi o ponto a que convergiam as deputações de todos os estados gregos; o santuário estava cheio de estátuas e de monumentos, os Tesouros encerravam as oferendas das diferentes cidades, pela Via Sagrada contìnuamente passavam as procissões esplêndidas.

Nas profecias como nos oráculos só certos indivíduos podiam conhecer a vontade dos deuses; mas um santuário havia na Grécia em que a revelação se fazia a todos: o santuário de Arclépios, em Epidauro. O grego tinha o horror da doença e da deformidade física: elas quebravam a esbelteza, o vigor das linhas do corpo humano, tinham geralmente gravíssimas influências sôbre o espírito; mais uma vez os deuses socorriam o homem, e Asclépios, no seu templo de Epidauro, fazia as curas maravilhosas. Depois de submetidos a um regime de purificação, os doentes deitavam-se em grandes dormitórios, sôbre a pele dos animais que tinham sacrificado, e, em volta dêles, havia silêncio e obscuridade; entre os leitos rastejavam as serpentes sagradas, em sonhos o deus aparecia a cada um dos peregrinos e revelava-lhe o tratamento a seguir.

Se em tôdas estas formas de comunicação com a divindade ela se faz directamente, por intuïção, por um acto estético, digamos, outras havia em que o estudo intervinha, em que o adivinho era obrigado a raciocinar, a deduzir; a adivinhação baseia-se sôbre a observação atenta dos fenómenos repetidos e das suas conseqüências: postula uma sciência.

Conhecida do homem a vontade divina, feita a revelação do futuro, não se segue que êle seja obrigado a seguir as determinações dos deuses; as catástrofes ou os bens anunciados só virão no caso do homem realizar ou não determinados actos. O homem e a natureza não são fôrças distintas, irredutíveis em face uma da outra; a vontade individual é um elemento da Natureza, agindo por si, mas vencido se contra êle se ligarem todos os outros; os deuses revelam o fim a que tendem as outras fôrças da Natureza: se o homem quiser conformar com elas a sua vontade, terá o bem, no caso contrário, o mal.

O velho Laios, na véspera do nascimento de Édipo, in-

terroga um oráculo sôbre os destinos do filho; os deuses aconselham-no a que mate a criança: se o não fizer, inúmeras desgraças enlutarão a sua família e a cidade; a condição foi enunciada claramente e Laios não obedece; então será assassinado pelo filho, que virá a casar com Jocasta; Laios pôs acima da vontade da Natureza a moral — e a Dor implacável surgirá.

Podendo conhecer o futuro, o homem tem na profecia e na adivinhação um guia seguro para a vida; desde que saiba dominar as suas veleidades de desobediência à Natureza, desde que haja na sua alma o desejo de ser uma parte da harmonia do grande todo do Universo, diminuïrá na sua existência as probabilidades de sofrimento.

Um espectro, porém, o còntinua perseguindo e acompanhando à medida que vão passando as horas e os dias: a Morte. ¿A Morte é a quebra do contacto com a Natureza? ¿Nada haverá para além do túmulo? ¿Terá o homem de se resignar a não ser? A estas preguntas, que punham uma angústia na alma do grego, vão responder os ritos misteriosos de Elêusis e do Orfismo; êles lhe darão a confiança na Vida perpétua, a serenidade, a alegria inquebrantável, mesmo ante a Morte.

*

Em Elêusis, perto de Atenas se celebravam os grandes mistérios de Demeter. Quereríamos hoje saber em todos os seus pormenores os ritos dos mistérios, conhecer tôdas as minúcias e o sentido dos diferentes actos de culto à grande deusa da Terra; mas os antigos apenas nos transmitiram escassas informações, o bastante, no entanto, para nos dar o sentido geral dos mistérios.

Efectivamente, o iniciado ficava sob a imposição do mais completo silêncio acêrca das cerimónias em que tinha tomado parte e era-lhe absolutamente defeso revelar a significação de

determinados ritos; e assim nos autores clássicos apenas se encontram de onde a onde vagas alusões, veladas sob um simbolismo que o profano não compreenderia mas que seria perfeitamente inteligível a todo o iniciado.

Duas características essenciais tinham os mistérios gregos: o segrêdo e a iniciação; pelo primeiro se impunha aos adeptos a obrigação de nada revelarem aos outros homens, pela segunda era impossível chegar à parte principal do mistério sem ter atravessado uma série de purificações e de provas. Parece que sendo os mistérios destinados a dar aos homens a certeza da Vida futura, a convicção de que, além-túmulo, realizarão a grande Vida total, êles poderiam revelar uns aos outros a maneira de atingir êsse estado de espírito que os levava a encarar serenamente a morte; era como que um dever de solidariedade humana — e é exactamente essa solidariedade o que se opõe à revelação dos mistérios; a solidariedade não é mais do que a expressão máxima da vida social, do que a mais elevada qualidade moral do colectivo; e nós vimos já como êste impede que o homem se integre na Vida Universal e o mantém preso a fórmulas e a contactos que o afastam da Alegria; a idea de sociedade não deve entrar nos mistérios: embora, todos juntos, os homens assistam à representação sagrada, cada um dêles, porque tem o espírito aberto por completo à divindade e se desprendeu do mundo, não cuida do seu vizinho, quebra os laços que a êle o poderiam prender; a ninguém será permitido revelar o que viu ou ouviu, porque trazer para os mistérios o colectivo seria um sacrilégio, destruïria o anseio de integração na Vida plena.

Por outro lado, o homem tem uma vida impura e a sua alma está demasiado presa às leis do viver social; é necessário que, antes de contemplar a grande visão do Futuro, se purifique, procure libertar o espírito de tudo o que lhe pode impedir o vôo forte e largo para as regiões de eterna e im-

perturbada Alegria; daí as cerimónias prévias dos mistérios.

Estas cerimónias estavam ligadas ìntimamente a divindades ctonianas: Demeter e Perséfone para os mistérios de Elêusis, Dioniso para os de Orfeu. De tôda a Natureza, a terra é que melhor pode dar ao homem o segrêdo da vida e o segrêdo da morte, dizer-lhe porque nascem as searas, para onde vai o corpo que lhe confiaram; ela lhe revelará a maneira de participar da Vida eternamente renovável que anima as plantas, na Vida intensa que nunca deixa a Terra e, mesmo sob a neve do inverno, faz, misteriosamente, germínar as sementes.

Por um momento tinha sido roubada a Demeter um pouco da si própria, Core, a filha querida; ela também conhecera um dia a dor de não ser completa, de não poder realizar a grande Vida a que tendia a sua natureza; Core descera aos infernos, ficara conhecendo todos os mistérios de além túmulo e, como boa deusa, os revelaria ao homem. Dioniso, o turbilhão da embriaguez da Vida, o grande deus da Alegria, o Libertador, tinha sido despedaçado pelos Titans, sofrera, como o homem, a Dor da divisão. Nenhum outro deus melhor do que êste poderia dizer os segredos da morte e levar os iniciados, os puros, à certeza de que um dia, libertando-se da sociedade pela Morte, chegariam a ser um elemento da Vida.

As cerimónias dos mistérios compreendiam, esquemàticamente, uma parte de purificação e iniciação, outra parte de comunicação com a divindade; a primeira era gradual, por vezes com intervalos grandes entre os diversos ritos; à segunda só eram admitidos os que mostravam o sincero desejo, o anseio profundo de não ficarem para sempre retidos na vida social.

Antes de se iniciarem as cerimónias, o homem devia submeter-se à purificação, à καθαρμός. Não sabemos perfei-

tamente qual a natureza da καθαρμός; parece, no entanto, que ela se destinava a afastar os indignos da revelação divina; assim, ao célebre Apolónio de Tiana, mesmo já numa época em que os Mistérios de Elêusis não guardavam a pureza primitiva, foi recusada a admissão aos ritos, porque praticava a magia.

Admitido aos Pequenos Mistérios em que, segundo parece, via o nascimento de Dioniso e a sua união com Perséfone e meditava na perpétua ressurreição da Natureza, o iniciado passava depois aos Grandes Mistérios de Elêusis, o mais alto acto espiritual que podia realizar um antigo.

As cerimónias eram no mês de Boedrómio (Setembro-Outubro) e duravam doze dias; os mistos, a princípio apenas atenienses, depois todos os gregos e, em época mais adiantada, os próprios bárbaros, reüniam-se em Atenas, no pórtico Pecilo, e aí ouviam as recomendações sôbre o segrêdo a guardar; no dia seguinte, ao grito de «¡Ao mar os mistos!», todos se banhavam num rito de purificação, não nas águas tranqüilas duma piscina, mas nas ondas que dão a idea do movimento incessante, do eterno fluxo da Vida. Depois do sacrifício dum porquinho, da oferta de frutas a Dioniso e dum sacrifício público a Asclépios, cerimónias de que não conhecemos a exacta significação, e duma última purificação pela Música, o cortejo dos mistos punha-se em marcha para Elêusis, a uns quinze quilómetros de Atenas.

Transportavam a Imagem de Iaco e todos os mistos levavam ramos de mirto carregados de frutos; iam dansando e a dansa era a um tempo reverente, sagrada e cheia de alegria e liberdade; todo o caminho estava alumiado pela luz vacilante dos factos — e das aldeias o povo corria a ver passar o cortejo dos iniciados; e aquelas luzes, os cantos e as dansas, passando assim, entre os campos silenciosos, enchiam as almas de um imenso respeito religioso.

Chegados a Elêusis, pelo meio da noite, os mistos assis-

tiam depois aos ritos que os elevariam à categoria de *epoptos*, os videntes. Estes ritos consistiam principalmente na contemplação das scenas e objectos sagrados; entre estes últimos estavam os emblemas misteriosos que cuidadosamente se encerravam em cálatos ou cestas, a espiga de trigo que tinha sido ceifada em silêncio e era como o símbolo da vida humana em silêncio ceifada pela morte, para sempre acabada, se os deuses não revelassem a maneira de a tornar perpétua.

A parte mais importante dos mistérios estava na representação, espécie de tragédia sagrada, que renovava ante os olhos dos iniciados o mito de Demeter e Core; os mistos assistiam ao rapto da virgem, à dor ardente da mãe, à sua peregrinação trágica por tôda a Grécia, sentiam correr nos seus próprios olhos as lágrimas de Demeter; tôda a Natureza era desolada e só: secavam as searas, morriam os gados, gemiam os homens; era o despedaçar da Vida alegre e fecunda, o espectáculo pungente dum mundo morto.

Os mistos tinham mais viva na alma a tristeza da pobre vida humana, inferior e fragmentada, a saudade da Vida plena de Demeter, o anseio de a realizarem; mas Hades retém a virgem, prosseguem os lamentos dolorosos, a vagabunda carreira da deusa. E nem uma palavra, apenas a mímica do drama, os gritos agudos de Demeter, subindo vibrantes no fundo silêncio, pondo em cada alma um arrepio de horror.

A pouco e pouco se ia tornando mais espêssa a obscuridade; já os mistos se não podiam distinguir, as figuras da scena iam-se apagando na treva crescente; depois era o negrume total e só os soluços revelavam a grande multidão que enchia o teatro sagrado. Assim seria a vida do homem, treva e dor, se a sua alma não comunicasse com Deus e por Deus não realizasse, fora da sociedade e da moral, a Vida plena; ¿e viria ela um dia? A obscuridade pa-

recia não querer romper-se, a angústia ia pesando cada vez mais sôbre as almas; «treme-se de terror, gela-se em suor frio» (Plut. *Da alma,* II, 5).

De súbito ouviam-se vozes, ressoavam harmonias sagradas, uma intensa claridade alumiava tôda a scena; Core voltava, voltava a Vida; caía o véu de luto da face de Demeter, Perséfone surgia radiosa, na claridade divina, os mistos contemplavam a alegria das deusas — e uma imensa e íntima alegria descia à sua própria alma. A ressurreição era um facto, havia a possibilidade de libertação da vida comum depois da morte, esta não era a destruïdora implacável, mas a amiga que seria benvinda.

Não é de crer que estas representações fôssem seguidas ou precedidas de qualquer ensino dogmático por parte dos sacerdotes: o dogmatismo é inconciliável com o espírito grego; cada iniciado interpretava as scenas do drama místico; a conclusão a tirar derivava duma experiência pessoal, não duma revelação dos sacerdotes. O que os mistos sabiam era o sentido geral da visão, porque para ela tinham sido preparados pelas cerimónias rituais dos Pequenos Mistérios; nelas lhes seriam possìvelmente contadas as lendas divinas e, pelo conhecimento dos nomes secretos dos deuses, o iniciado descobria a significação íntima do mito.

Para os não iniciados, a morte só poderia trazer a tristeza e a pena; para além dela esperavam-nos as trevas eternas, para sempre estariam mergulhados numa lama espêssa e, como símbolo e castigo da vida inútil que tinham levado sôbre a terra, encheriam incessantemente vasos sem fundo. Ao contrário, tudo será Alegria e Beleza para o iniciado: êle contemplará os deuses imortais, possuïrá o segrêdo da Vida, será coroado das mais fragrantes flores; viverá na eterna claridade, na harmonia e na graça, puro e feliz.

As conseqüências morais da iniciação eram muito importantes; os autores antigos por diferentes vezes aludem à vida

honesta e piedosa dos que tinham ido a Elêusis; pode parecer que isto está em contradição com o que dissemos sôbre o sentido íntimo dos mistérios, mas, de facto, tal não se dá: o homem a quem foi revelada a Vida total tende, cada vez mais, a desprender-se da vida social, ao desejo de não sentir a prisão das leis morais; e, como elas existem, o iniciado procura não cair sob o seu domínio, para que se não produza, violento, o conflito doloroso entre a sua natureza de «homem político» e o conhecimento que os mistérios lhe deram da grande Vida.

A influência moral dos mistérios de Eleusis é confirmada exactamente pela oposição que lhes fêz o cristianismo na sua obra de apologética; êles eram um obstáculo à sua rápida difusão e os Padres da Igreja incluíram-nos entre as horríveis coisas pagãs que o diabo estabelecera entre os homens e de que a doutrina de Cristo os vinha libertar; mas, quási insensìvelmente, os mistérios influíram sôbre o cristianismo e a essa influência se deve, em grande parte, o seu triunfo: tão alto e tão nobre era o sentido dos Mistérios de Eleusis.

*

A par dêles, aparecem-nos com uma grande importância no mundo antigo os mistérios órficos; ao passo que os primeiros eram apenas celebrados em determinada localidade, os segundos obtiveram uma mais rápida difusão porque eram possíveis desde que existisse uma comunidade órfica.

O mito que os mistérios tomavam por base era o de Dioniso-Zagreu devorado pelos Titans. Zeus unira se a Demeter ou a Core e dessa união nascera Dioniso-Zagreu, filho do Céu e da Terra; quando era ainda criança os Titans tinham-no atraído e despedaçado, lançando os bocados do corpo divino numa caldeira de água fervente; depois tinham-nos comido e só o coração fôra salvo por Palas, só a

Inteligência conseguira perservar o núcleo de formação dum novo Dioniso; Zeus reconstituiu-o porque a natureza divina de Dioniso não morrera, apenas se transformara e ficara prêsa nos Titans.

Dêstes tinham nascido os homens e os pedaços do corpo de Dioniso nos seus próprios corpos ficaram presos; daqui a tendência que sente o homem para uma Vida mais elevada, mais pura, e por outro lado, como herança dos Titans, para a individuação, a prisão à terra; então impõe-se a todo o homem a obrigação de libertar a partícula de Dioniso em si contida para que seja finalmente completada a grande Natureza divina e, nela integrado, gozar a Alegria completa e impertubada.

Todo o sentido dos mistérios órficos está na libertação dessa scentelha divina que faz parte da nossa alma, que nos leva à compreensão da Beleza e que tão duramente contende com a natureza titânica que vem das fôrças brutas dominadas por Zeus.

Se essa libertação depende do sentimento, depende muito também da inteligência: foi Palas, deusa da Abstracção, quem salvou o coração de Dioniso; os números pitagóricos serão expressão perfeita da libertação órfica.

Pedindo um tão grande esfôrço de inteligência e de pureza, a libertação da alma dionisíaca raras vezes se pode fazer no curto espaço duma vida: mas os deuses dão aos homens a possibidade de voltarem tantas vezes à terra quantas as necessárias para a completa libertação; homem ou animal, êle sentirá o mesmo anseio e, como as almas podem vir habitar os corpos dos animais, Pitágoras prègava a abstenção da carne; e ao fim das vidas necessárias, quando o coração de Zagreus chamasse a si mais uma partícula do corpo despaçado, o homem unir-se ia à Natureza divina, integrar-se-ia na grande Vida do mundo.

Como aconteceu com os mistérios de Elêusis, foi grande

a influência dos órficos; as suas concepções morais e escatológicas encontram-se em poetas e filósofos. Platão dever-lhes há algumas das suas páginas mais belas; e, por intermédio da filosofia e do povo, o orfismo exercerá a sua acção sôbre o cristianismo nascente.

CONCLUSÃO

Com facilidade se poderiam determinar todos os pontos de contacto entre o cristianismo e a religião grega, mostrar como a filosofia e a teologia helénicas influenciaram profundamente o novo movimento religioso.

Embora hoje já a crítica histórica nos não mostre os Padres da Igreja como bárbaros alheios a todo o movimento do helenismo, certo é que êles foram os adversários irredutíveis das mais belas criações do génio helénico; e, no entanto, era tão poderosa a claridade de Beleza que se desprendia do paganismo grego que, insensìvelmente, os olhos se foram voltando para elas e o cristianismo, a princípio tão cheio de características judaicas, a pouco e pouco se foi helenizando. Dos gregos veiu tudo o que hoje faz belo o catolicismo; e só muito tarde um frade de Alemanha poderá reencontrar o primitivo cristianismo, nu e sêco.

Mas na época em que essas influências da religião grega se produzem ela era apenas uma sobrevivência; a Grécia morrera desde Alexandre, imperador e guerreiro, desde as bibliotecas eruditas de Alexandria, desde que os poetas apenas cantavam uma natureza artificial e bem cuidada ou as graças das heteras.

Os templos caíam, dentro em pouco um fanatismo destruïdor os derruiria por completo, partiria as estátuas, faria desaparecer as ofertas sagradas; e nunca mais a flauta de Pan vibrou no ar ardente, nunca mais as Ninfas gentis disseram os cantos de Alegria e Amor... Mas por todo o

tempo ficará no Homem a saüdade, o anseio de reencontrar essa Grécia divina onde se adoravam, sôbre todos os deuses, a Beleza e a Vida.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

Bouché-Leclercq — *Histoire de la divination grecque* — Paris, 1879--1880.

A. Boulanger — *Orphée* — Paris, 1925.

Ch. Clerc — *Les théories relatives au culte des images chez les auteurs grecs du IIe siècle après I. C.* — Paris, 1915.

P. Decharme — *Mythologie de la Grèce antique* — Paris, s. d.

—— *La critique des traditions religieuses chez les Grecs des origines au temps de Plutarque* — Paris, 1904.

P. Foucart — *Les mystères d'Eleusis* — Paris, 1904.

J. Girard — *Le sentiment religieux en Grèce d'Homère à Eschyle* — Paris, 1887.

O. Gruppe — *Grieschische Mythologie und Religionsgeschichte* — Iw. Müller, *Handbuch*, V, 2 — Munich, 1906.

W. Halliday — *The religion and mythology of the Greeks* — *Cambridge Ancient History*, T. II, cap. XXII — Cambridge, 1926.

G. Lauzani — *Religione Dionisiaca* — Turim, 1923.

V. Magnien — *Les mystères d'Eleusis* — Paris, 1929.

F. Newton de Macedo — *A luta pela liberdade no pensamento europeu* I — Coimbra, 1930.

Fr. Nietzsche — *L'Origine de la tragédie* — Trad. fr. — Paris, s. d.

R. Petazzonni — *La religione nella Grecia antica fino ad Alessandro* — Bolonha, 1921.

J. Teixeira Rego — *Nova Teoria do Sacrifício* — Pôrto, s. d.

S. Reinach — *Cultes, mythes et religions* — Paris, 1905-1924.

—— *Orpheus* — Paris, 19.

E. Rohde — *Psyché. Le culte de l'âme chez les Grecs et leur croyance ä l'immortalité* — Trad. fr. — Paris, 1929.

S. Wide u. M. P. Nilsson — *Grieschische Religion* — Gercke U. Norden, *Einleitung*, II — Leipzig, 1922.

Th Zielinsky — *La religion de la Grèce antique* — Trad. fr. — Paris, 1926.

—— *La Sibylle* — Paris, 1924.

ARTISTAS PORTUGUESES DO SÉCULO XVIII

SUBSÍDIOS DOCUMENTAIS PARA A BIOGRAFIA DE ANTÓNIO JOAQUIM PADRÃO SEGUIDOS DE UMA NOTA RELATIVA A UM QUADRO DA SUA AUTORIA

Há homens que vieram ao mundo por tal modo desfavorecidos da sorte, que na curta tracjetória dêsse meteoro que se chama vida, não conseguiram legar à posteridade mais que uma densa névoa, na qual o seu nome lampeja amortecidamente, não pela inicial intensidade do mesmo, mas pelas camadas de variadíssimas espécies que se lhes antepõem.

Nascidos na miséria de uma família decrépita, a quem os meios de subsistir vão arruïnando a progénie, êsses sêres, criados num bêrço de martírios, palidamente atravessam uma adolescência que devia ser de esperanças, para chegarem ao estado de adultos, sem fôrças nem capacidade para reagirem contra os encarniçados embates que constantemente minam pelo sopé, a existência dos que poderiam ser úteis à terra que os viu nascer.

Como materialmente nada representam e como mòrmente as sociedades os consideram como simples verbos a quem se concede a graça de vegetar, muitos os olham sim, mas com a hipócrita bonomia da compaixão, que é tão aviltadora como o mais fundo dos insultos. É que em geral as



RETRATO DE FR. MANUEL DO CENÁCULO (DETALHE)

EXISTENTE NA ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

Quadro de A. J. Padrão.

Fot. do Ex.mo Sr. E. Costa

sociedades só vêem os seus semelhantes pelo aspecto exterior esquecendo-se da fisionomia moral que pode ser cristalina, abrigando os mais conspícuos dotes de virtude e inteligência, mas cujo envólucro franzino, é destituído dêsse insinuante dom que tanto agrada às multidões.

As figuras que assim nascem considera-as as gerações coevas como tácitamente aleijadas, embora pùblicamente o não confessem. Mas em verdade, são muitos dêsses entes que humildemente atravessam a existência, que contribuem para a vida mental dos povos, que na ingratidão de sempre os esquecem, chegando às gerações subseqüentes na palidez de traços, que desespera quem os deseja chamar à luz da história. Êsses espectros são na maioria dos casos o sublime dessas sociedades que os desprezaram.

Que rol enorme, que imenso corolário de nomes teríamos a validar o compungente desta nota, frizante sempre em tôdas as épocas, e ainda mais, na geração pròximamente nossa avoenga.

O valor supremo no vulgo das sociedades, é o insinuante da palavra, é o arrôjo das afirmações, muitas das quais impossíveis de fundamentar, é em resumo, a crápula, que domina por ser o único meio de chegar a essas regiões a que o homem tanto aspira; dominar, ser grande, eis tudo.

Tudo se corrompe, tudo folga nesse voltear macabro em que ódios se sobrepõem a ódios, valendo-se da fácil mas poderosa arma da deslealdade para atingirem o que sòmente à custa do seu próprio mérito jámais conseguiriam alcançar, por lhes faltar aquilo que ao mísero, ao pensador, o que nasceu na mesquinhez de um lar humilde, a natureza tão pródiga nas compensações o dotou.

Nesses paroxismos de luta pelas situações brilhantes, tudo se esquece, nada é grande se não a ambição própria. Aqueles com quem se lida são aleivosamente feridos no mais obscuro da sua simplicidade no intuito de serem alija-

dos, não vá alguém ler no fundo da alma a perscrutar o ignóbil dêsses sentimentos pútridos, mas que se pretendem fazer passar por modelares espécimens de virtude.

A inteligência, a competência em quaisquer ramos de actividade derivada de delongadas aplicações mentais nada valem, são como que o chocalhar impertinente com que se fere os ouvidos das sociedades. O homem de sciência na generalidade não procura fazer progredir os seus conhecimentos da especialidade, abandona-os, detesta êsse meio moroso para o preenchimento das suas ambições. Não é na cátedra em que pontifica aos factores das sociedades de amanhã, que êle espera saciar o descomedo das suas vaidades, é na tribuna, arrostando impùdicamente os olhares de centenares de concidadãos, mentindo-lhes, demonstrando-lhes com a falsidade o grandioso de uma causa ignominosa, causa que êle perfilhou, prostituindo-a se era honesta, valendo-se dela para fins inteiramente pessoais.

À sociedade não repugnou ouvi-lo, tinha condições para vencer, impondo-se pela palavra, pelo gesto, pelo ousado das suas afirmações. Êsses homens são os que premeditadamente maculam as civilizações, êles, os que os seus nomes atravessam a posteridade, despresando os que querem ùnicamente trabalhar, os que pelas suas condições especiais de honestidade poderiam ser reconhecidos como verdadeiros valores a quem os povos deviam proteger para se dignificarem, assinalando assim as épocas em que viveram; êsses marcos miliários, chamemo-lhes assim, são em resumo as verdadeiras coroas de glória que as gerações deviam ambicionar.

Contudo todos os ramos de actividade humana tendem a cair nessa procela desoladora em que o homem luta com o próprio homem, não para fazer vencer a honestidade mas para a vencer, inventando-se os mais nefastos processos, tendentes a explicar tôdas essas hediondas acções e apagar

os que têm valor, colocando-os numa obscuridade aparentemente casual, não fôssem as gerações futuras por intermédio das coevas laurear a modéstia e o valor dêsses homens, que era necessário fazer desaparecer.

Um dêsses exemplos bem frisantes foi o pintor António Joaquim Padrão.

Mas quem era António Joaquim Padrão?

Ninguém o sabe.

Se não fôra alguma coisa da sua obra a atestar os seus grandes valimentos, essa macerada figura de artista nada era no conceito das gerações presentes.

Deveria ter nascido pobre, deveria à custa de sacrifícios ter atingido um lugar entre os artistas seus contemporâneos, mas foi infeliz, ninguém pensou em o arrastar ao plano da posteridade, morrendo numa miséria física, acabando assim o compungente erradio de longos sofrimentos.

Volkmar Machado, na sua *Colecção de Memórias*, dedica-lhe duas dúzias de linhas, secamente buriladas, a que os êrros não são estranhos; e nada mais era conhecido biogràficamente do vigoroso artista, um dos poucos que em Portugal abriram a água-forte com a mais robusta segurança, desprezando os mesquinhos processos que tornavam a especialidade como aparentemente saída da mesma mão.

Dos arroladores dos nossos artistas passados ninguém, a não ser Volkmar, reparou nessa figura que pouco a pouco se ia apagando minado por uma tísica pulmonar, morrendo novo, diz-nos o mesmo Volkmar no embaciado da sua notícia.

Contudo uma individualidade como a de António Joaquim Padrão era invulgar, não era ùnicamente o homem inclinado superficialmente a coisas de arte, que ao cabo de alguns teimosos anos de estudo conseguisse reproduzir sofrìvelmente um fácil perfil, embrenhado nos arrastados lemas preconi-

zados pelos tratados de Leornado de Vinci, ou ainda pelo tratado-poema de Du-Fresnoy (1) um dos guias então mais vulgarizados.

---

(1) Carlos Afonso Du Fresnoy medíocre pintor francês, nasceu em Paris em 1611, falecendo em Villiers-le-Bel em 1665. Discípulo de Perrier e de Vanet, seguiu em 1632 para Itália aonde permaneceu 24 anos. As suas obras, parece, não fizeram grande sucesso em França, tendo colaborado com o seu amigo e colega, o intriguista Mignard nas pinturas de Val-de Grace.

Depois de tolhido por uma paralisia entregou-se à elaboração de uma obra em verso que o tornou célebre, dedicando-a ao astuto financeiro Colbert. Êsse poema escrito em latim tem o título: *De arte Graphica Liber,* sendo a sua publicação póstuma, (1668). Em português conhecemos duas traduções desta obra, conservando-se os seus manuscritos na biblioteca do Conselho de Arte e Arqueologia, — 1.ª circunscrição. Na primeira, que não teve publicidade, lê-se: «Arte da Pintura composta por Carlos Afonso de Fresnoy traduzida por Fr. Martinho da Costa Monge de São Bernardo, (sem data). Êste manuscrito, segundo se depreende duma nota final fôra oferecido pelo seu tradutor ao pintor Domingos da Rosa; é uma versão pouco correcta em virtude do seu adaptador nada conhecer de pintura, sendo algumas equivalências deploráveis.

O outro trabalho, tradução feita pelo pintor Jerónimo de Barros Ferreira é um folheto de 59 páginas incluindo o índice; o seu título é: «Arte da Pintura de C. A. Do Fresnoy, traduzida do Francez em Portuguez, e exposta aos candidatos e amadores desta Bella Arte, debaixo dos auspicios, e ordem de sua Alteza Real o principe Regente N. S. por Jeronimo de Barros Ferreira Professor de desenho e Pintura Historica nesta Corte. Lisboa na Typographia Chalcographica, Typoplasta, e Litteraria do Arco do Cego. MDCCCI».

O original desta obra que, como referimos, igualmente se guarda na já citada biblioteca, difere bastante do trabalho impresso, lendo-se: «A Arte da Pintura do C. A. do Fresnoy, Traduzida do Latim em Francez, e deste em Portuguez. Dedicada aos Amadores seus pelo Vassalo Portuguez amante da gloria da Nação e profeçor de Desenho Jerónimo de Barros Fer.ª» (sem data).

Dêste poema conhecemos também uma edição francesa (não a

António Padrão era um artista vigoroso, um innovador, e não é preciso longa documentação para o provar.

A época que Padrão atravessou foi talvez uma das mais tristes para a história da arte portuguesa. A despeito de tôda a aparência tudo era miséria, mas essa miséria doirada, como se por si só fôra uma situação vergonhosa.

Padrão deveria ter nascido à roda dos anos de 1731-32 supondo que morreu com 39 ou 40 anos, época em que Portugal exauria as imensas somas vindas do Brasil e os recursos do seu empenho erário, com caprichos já ridículos aos olhos da civilização. Corria mundo que o rei de Portugal era um nababo, e o Brasil um filão inesgotável de fabulosas riquezas; dizia-se mais, que a nossa nacionalidade caminhava agigantadamente para um progresso cimentado nos mais consolidados alicerces. Contudo as casas fidalgas hipotecavam-se; queriam competir em magnificência com o ofuscador do brilhante e desequilibrado Rei-Sol, edificando palacetes, mandando executar trabalhos de decoração, obras essas em que os artífices parca e difìcilmente eram remunerados. Dentre os artistas havia mesmo quem trabalhasse por arrastado preço, existindo verdadeiros empreiteiros na execução de quadros, tendo de baixo da sua direcção um número considerável de aprendizes, cujos mais hábeis eram ridìculamente pagos a título de gratificação. Domingos Nunes,

---

inicial) seguida das respectivas anotações por de Piles, — está datada de 1753.

Edições italianas temos consultado:

1.º — *L'arte della Pintura di Carlo Alfonso du Fresnoy*, Tradotta in Italiano Da G. R. A.... etc. Roma, 1713.

2.º — Edição de Giuseppe Monte Riosecco, Roma, 1775.

3.º — Ainda outra edição, traduzida em verso Toscano por Innocenzio Ansaldi-Pescia, 1782.

Os dicionários bibliográficos franceses citam outras edições, uma delas em inglês; mas limitamo-nos ùnicamente a enumerar aquelas que tivemos ocasião de manusear.

André Gonçalves, Bernardo Pereira e outros, foram dos muitos arrematadores das obras de pintura que enxameavam, como era moda, tôdas as edificações, quer particulares quer religiosas.

Na luta pela vida, os artistas, — como tôdas as classes de resto — intrigavam-se, difamando se, vencendo nesta ladainha demolidora aqueles possuïdores de menores escrúpulos e que mais simpatia inspiravam.

Os fidalgos gostavam de ser adulados, fazendo-lhes os interesseiros acólitos fartas referências as glórias das suas casas, à inteligência ou feitos próprios, sem que êsses dementes, vencidos pela tara de muitas gerações apreciassem o que ia em todos êsses floridos de lisonja que pouco a pouco lhes incutiam no espírito, para os cantores de tão cativantes fastos obrarem depois da maneira mais adequada aos interêsses próprios. Daí o facto de grande parte das casas fidalgas sustentarem um pintor um padre e um poeta.

É deliciosamente ridícula tôda essa vida de mesuras, de aparentes deferências, em que os artistas e os poetas alcovitavam e os austeros sacerdotes rascunhavam ou emendavam as cartas dirigidas pelos fidalgos a damas recolhidas em várias espécies de clausura.

Tudo erão bênçãos, tudo exalava àquela santidade de oratório de velha beata que, a seguir aos espasmos de fé católica, gravita na intriga, desfazendo impiedadamente reputações, criando o mau estar e fumentando a vingança. Assim se vivia, e infeliz daquele que, possuidor de sentimentos alevantados repugnasse tais processos.

António Padrão seria um dêsses entes sobranceiros às baixezas, que retinem sonoramente ao tocar-se o século XVIII.

Inteligente, ávido de instrução, procurava mais as proveitosas relações dos livros que o convívio sempre duvidoso dos seus semelhantes, predisposição funesta, tristemente coroada de uma morte permatura.

Contudo instantemente se pregunta:

Quem era António Joaquim Padrão?

Pouco se sabe, repetimos, e oxalá que essa ignorância não siga inalterável o caminhar dos séculos.

Outros de menor valia viverão eternamente na memória dos homens, mas êsses soberam viver, beijolaram ou a imbecilidade das camadas elevadas ou abusaram da boa fé das classes menos favorecidas. Os fins são os mesmos, as formas é que variam.

A tutela de protecção que minguava as asperezas do viver no século XVIII era para os intelectuais da época, o ideal das aspirações; ter um fidalgo que alarvamente risse dos ditos mais ou menos espontâneos do protegido, era quási que uma Canaan, nova terra de promissão em que os homens de talento (hipotético que fôsse) se queriam lançar, para gozo de uma vida fácil, que doutra forma lhes seria vedado aspirar. Para isso praticavam se baixezas, vivia-se nesse tolerado alcoice gravemente acomodado ao século, para ilibar as consciências mais escropulosas dessa repulsa natural, que é costume qualificar-se com variada adjectivação.

A estrema também era compungente. Ou se revolvia nesse moral truanesco, bastamente fétido, pela aleivosia intriguista e demolidora, ou se vegetava famélico, mas cheio de sobeja dignidade, de fisionomia contristada, amarelecida, esperando o momento em que a sociedade os reconhecesse como modelares exemplos de virtude.

Miséria doutra espécie?... Será.

António Joaquim Padrão seria um pugnador dos sãos princípios, a sua figura tuberculizada erraria por entre os seus contemporâneos como uma sombra apagada, discreta, vendo perpassar pavoneando-se outros seus colegas, ressumbrados daquele místico orgulho, pedra de toque por onde se aferem as incompetências; mas todos tinham bom partido. Dos peraltas caíam de quando em quando algumas escassas

dobras ávidamente apanhadas por êsses mesteirais da lisonja que passo a passo acompanhavam o rastro dos seus apoderados.

Numerosos artistas seguidores dêste vulgar processo de vencer na vida teríamos a registar; desde os patrocinados pelos soberanos, até àqueles que tiveram apenas como amparo um simples desembargador; desde Diogo Pereira protegido pelo patriarca D. Tomás de Almeida a Arcângelo Fosquini adolador de D. Leonor de Almeida Portugal, marquesa de Alorna.

A lista é assás longa, mas de que vale recordar os nomes dêsses míseros que há muito subsidiaram a terra com o húmos das suas carnes. Grupa-los seria contristador; conclave de alcaiotes, — genuínos frutos da época, — queriam o que sempre quiseram e hão-de querer os homens, elevar-se à custa do detrimento do próximo.

*

António Joaquim Padrão nasceu em Lisboa na paróquia de São Julião. Era filho de Manuel Fernandes, natural da freguesia de Sande (lugar de Bouças) bispado do Pôrto, e de Clara dos Anjos, açoreana, nascida na freguesia de São Mateus de Ponta Delgada (Ilha de São Miguel). Da infância e adolescência de António Padrão nada conseguimos saber, principiando as nossas informações com o decorrer do ano de 1757.

António Padrão habitou durante 15 anos uma casa da rua da Bela Vista à Lapa, casa essa que lhe colheu o último alento, sendo aí segundo cremos, que êle executou parte da sua obra. Padrão a certa altura enamorou-se duma rapariga residente na freguesia de Santos-o-Velho; chamava-se ela Maria de Jesus, nascida em Lisboa, na paróquia da Encarnação, no dia 29 de Julho de 1732, e baptizada na

mesma igreja a 6 de Setembro de referido ano, tendo sido padrinhos Manuel Francisco da Silva e Bernardina Maria de Jesus, (segundo julgamos, tia da neófita) fazendo-se esta representar por procuração passada a favor de José da Costa Silva.

Foram pais de Maria Jesus, Baltasar dos Reis Couto e Teresa de Jesus, igualmente nascidos na freguesia da Encarnação; como consta do seguinte registo, lançado a fôlhas 377 do Livro de Baptismos da referida paroquial — anos 1720-1732:

«Aos Seis dias do Mês de Setembro de mil Sette Centos, trinta e dous baptizei a Maria filha de Balthezar dos Reys Coutto, e de sua Mulher Thereza de Jezus baptizados nesta freg.ª e recebidos na de S.ta Cn.ª do Monte Sinay e m.es na Rua Larga de Sã Roque, a qual nasceo em os Vinte e nove dias do Mes de Julho deste presente anno. Pad.º M.el Fr.º da S.ª, e Mad.ª Bernardina M.ª de Jhs foi seu Pro.or José da Costa S.ª

«O Coadjutor Joseph Peado da Costa».

Mas antes de prosseguir-mos vale a pena fazer uma pequena observação:

Volkmar Machado na sua já citada *Collecção de Memorias* pág. 91, (Coimbra, 1922) diz que Padrão «morreo moço e tisico pelos annos de 1760».

Ora bastou a indicação, de ter falecido «pelos anos de 1760», para que todos quantos têm falado ou citado o artista, asseverassem que êle morreu em 1760 inclusivè, o que se não pode depreender do texto citado. Muitos autores e dicionaristas caíram neste êrro, o que não abona sobremaneira as suas observações.

O primeiro a singrar nesta enexactidão, foi, — se nos não

falha a memória — Raczynski (1), autor que no louvável intento de esclarecer da arte portuguesa, conseguiu ennovelar alguns dos seus pontos, querendo fazer prevalecer uma erudição por vezes deficiente; mas referíamos, Raczynski no seu *Dictionnaire* pág. 216 começa por dizer (reportando-se a Padrão):

> «Suivant Cyrillo, peintre et graveur, mort jeune en 1760... etc.».

A passagem é categórica, mas o que é certo é que Volkmar não foi tão peremptório.

A seguir a Raczynski autores vários têm sustentado semelhante afirmação, mas não vem ao caso falar nos seus nomes, alguns estão vivos e certamente já arrependidos de o terem feito.

Contudo por 1760 António Padrão ainda gozaria de razoável saúde, e mesmo se tivesse falecido no decorrer do decénio de 1760, Maria de Jesus, já mais teria sido a desvelada consorte do nosso artista.

António Joaquim Padrão casou na tarde do dia 22 de Dezembro de 1770, ou sejam dez anos depois de o terem dado por morto, realizando-se solenemente o acto na ermida da Nossa Senhora dos Prazeres, situada segundo Baptista de Castro, *Mappa de Portugal,* 3.º vol., pág. 297, 2.ª edição, na quinta dos Condes da Ilha, junto à ribeira de Alcântara, tendo assistido à solenidade como testemunhas, os padres Lucas Manuel Duarte e Bento Ferreira, sendo de presumir encontrar-se entre os assistentes Manuel Fernandes pai de Padrão que com êle residia, sendo ao tempo já sua mulher falecida.

---

(1) Sousa Viterbo na *Notícia de Alguns Pintores,* etc., 1.ª Série, pág. 1, escreve erradamente «Racksynski».

Eis o registo, lavrado a fôlhas 14 do 1.º livro dos casamentos da freguesia da Lapa 1770-1782:

> «Em o dia vinte e dois de Dezembro de mil Sette Centos e Setenta de tarde nesta Hermida de Nossa Senhora dos Prazeres por despacho de Sua Eminencia, e na minha prezenca se receberão por marido e molher na forma do Concilio Tredentino, e Constituissões deste Patriarchado Antonio Joaquim Padrão baptizado na Freguezia de São Julião desta Cidade: filho legitimo de Manoel Fernandes baptizado na Freguezia de Santa Maria de Sandes Lugar de Bouça Bispado do Porto, e de Clara dos Anjos já defunta baptizada na Freguezia de São Matheos da Cidade de Ponta Delgada Ilha de São Miguel Bispado de Angra e Maria de Jezus Filha Legitima de Baltazar dos Reiz, e de Thereza de Jezus já defuntos todos baptizados na Freguezia da Incarnação desta Cidade moradores ella contrahente na Freguezia de Santos o velho e elle Contrahente na Rua da Bella Vista desta Freguezia foram Testemunhas o Reverendo Padre Bento Ferreyra e o Reverendo Padre Lucas Manoel Duarte, e os mais que presentes estavao de que fiz este termo e asignei com as ditas testemunhas era ut Supra.
>
> «O Par.º Nuno Henriquez Dorta
> «O P.e Lucas Manoel Duarte
> «O P.e Bento Ferr.ª».

Os cônjuges foram habitar a casa da rua da Bela-Vista, casa essa situada ao lado direito, vindo da Lapa, e onde até ali António Joaquim habitara em companhia de seus pais, de uma tia pelo lado materno e de outros indivíduos que variaram conforme as épocas.

O primeiro ano que temos notícia de Padrão habitar a citada rua é o de 1757, residindo na moradia Manuel Fernandes, Clara dos Anjos, — genitores do nosso artista — e um indivíduo chamado também Manuel Fernandes, mas com a ocupação de «moço».

No ano seguinte os moradores da referida casa não sol freram alteração; só o môço aparece nas desobrigas que vamos seguindo, com o nome de Bento Fernandes, devendo ser o mesmo que vimos no ano anterior. Em 1759, tudo na mesma, salvo a substituïção do môço por uma criada, chamava-se Leonarda Rosa. No imediato a única alteração constou da mudança da referida serva, chamando-se a que a substituiu Maria Catarina.

Em 1761 a família aparece aumentada; além de António Padrão e seus pais, encontramos uma tia do nosso pintor, Francisca Clara, solteira, e um padre, António José Veiga que não sabemos se fazia ou não parte da família; a criada desaparecera. No ano de 1762 deparamos com o tal padre à cabeça da derrisca, o que é de estranhar pois o dono da casa era Manuel Fernandes, mantendo-se os restantes componentes pela forma do ano anterior.

O ano imediato, sem alteração, salvo o nome do padre que volta para o fecho da lista. Em 1764 tudo como anteriormente, tendo em 1765 desaparecido o reverendo António José Veiga.

Em 1766 a família de Padrão volta a ter criada, sendo esta uma tal Damiana, que por sua vez desapareceu do rono ano seguinte.

Aqui, acabam os apontamentos extraídos dos róis dos confessados da freguesia de Santos-o-Velho, pelo motivo de ter sido encorporada a rua da Bela-Vista na nova freguesia da Lapa, criada — salvo êrro — em 1769.

O ano de 1768 foi de luto para a família de António Joaquim Padrão. Clara dos Anjos mãe do nosso artista, fa-

lecera no dia 4 de Maio, sendo sepultada na igreja de Santos-o-Velho, conforme consta do respectivo termo (1).

> «Aos quatro dias do mes de Maio de mil sete centos, e secenta e Oito faleceu com os Sacramentos, Clara dos Anjos, molher de Manoel Fernandes moradora na rua da Bela Vista desta freg.ª não meconstou fizesse Testam.to; efoi Sepultada nesta Igr.ª de que fis este assento, q̃ asignei era ut Supra».

É de calcular que semelhante golpe ferisse fundamente o nosso pintor, prejudicando-lhe a abalada saúde, e daqui, mesmo, o facto de Padrão ter procurado consorciar-se, suprindo assim os cuidados da falecida.

Passando agora a guiar-nos pelas derriscas da nascente freguesia da Lapa (cujo cartório se encontra desde 1788 encorporado na igreja da Estrela) o primeiro nome incluido nestas desobrigas, na parte respeitante à família de Padrão — ano de 1770 — continua a ser o de Manuel Fernandes mas com a designação de «viuvo», seguindo-se o nome de António Joaquim Padrão, que precede as abreviaturas — F.º Solt. (filho solteiro), alinhando-se seguidamente os nomes de Francisca Clara, a quem já nos referimos, e mais dois indivíduos, Maria Josefa e Manuel Alves, ambos solteiros, desconhecendo se teriam determinado grau de parentesco com os donos da casa. No seguinte ano — 1771 — o rol dos confessados traz umas sensíveis alterações na lista dos habitantes da residência de Padrão.

Manuel Fernandes, pai do nosso pintor já era falecido, precedendo o seu nome (o terceiro da lista) a designação «Obiit». O rol principia por António Joaquim Padrão ano-

---

(1) Óbitos da freguesia de Santos-o-Velho, liv. 10, fôlha 230 verso — anos, 1762-1769.

tado com a palavra «casado», seguindo-se o nome de sua mulher, Maria de Jesus que antecede as abreviaturas de S. M. (sua mulher). A terceira linha é preenchida como dissemos, pelo nome de Manuel Fernandes, sucedendo-se os de Francisca Clara, tia de Padrão, Josefa de Sousa, que supomos ser a mesma Maria Josefa a que se reporta a derrisca anterior, Francisco Rebolo e João Roiz ou Rodrigues, todos êles solteiros.

Em face do que fica apontado e desconhecendo se entre êstes indivíduos e o dono da casa existiria quaisquer laços de parentesco, somos levados a pensar que a moradia de António Padrão seria ao mesmo tempo albergue de hóspedes, coisa que aliás nos não interessa.

A saúde do nosso recem-casado parece ter peorado consideràvelmente, vindo talvez, mesmo a influir, o abalo moral que lhe teria causado a perda de seu pai, ocorrida no dia 25 de Março de 1771, conforme consta do assento, livro I dos óbitos da freguesia da Lapa, folha 14 verso:

> «Em Vinte Sinco de Março de mil sete Centos e Setenta e hũ faleceo Manoel Fernandes Viuvo de Clara dos Anjos com todos os Sacramentos e sem Testamento morador na rua da Bela Vista desta Freguezia e foy a Sepultar ao Snr. Jezus dos Navegantes distrito desta Freguezia em fé do que me asigney era ut supra o Par.º Nunes Henriques Dortas».

Padrão pela época seria um desalentado, em que as hemoptises mais e mais lhe abateriam as energias, como se depreende de uma carta por êle enviada ao beneficiado João Baptista de Castro, o conhecido autor do Mapa de Portugal; a carta ei-la:

> «R.mo S.r B.do João Baptista de Castro. — Dezejo

que Vm.ce viva com m.tos alivios, eu vou do mesmo modo e sem já mais poder adquirir forças de exceder o Cam.º da Missa, ou na Estrela, ou na Lapa; por isso não tenho ido aos pes de Vm.ce, como m.to desejava.

«Agora lhe peço o favor de me por em huma tirinha de papel se o Devoto Peregrino que trata da viagem da Terra S.ta he de 4.º etc. se he portugues como collijo, poes Vm.ce o cita na V.a de C.º (1) em portug.s, se mui antigo ou raro; porq quero procuralo. Perdoe Vm.ce a impertinencia, e lhe offereço o meu prestimo de borrador se necessitar de alguma porta, ou janela dadas de tinta (2). — V.or e inutil Creado — *Ant.º Joaq.m*

A carta não está datada mas atribuímo-la ao último período da vida do seu autor.

Mais outras cartas de António Joaquim Padrão temos a registar, igualmente enviadas ao padre João Baptista de

---

(1) Deve tratar-se da obra de J. B. de Castro *Vida de Jesus Christo Senhor Nosso, reduzida chronologicamente a um corpo de historia*, etc. impressa em Lisboa em 1751. Desta obra há mais três edições, tendo nós consultado a 4.ª que saiu com o seguinte título: *Vida de Jesu Christo Senhor Nosso* conforme a mais exacta harmonia dos Sagrados Evangelistas, e literal intelligencia dos Santos Padres, onde se tocão, e explicão as principaes difficuldades da Historia Evangelica. Lisboa na officina de Simão Thaddeo Ferreira ano de MDCCXC. 2 tomos. — Quanto ao «Devoto Peregrino que trata da Viagem da Terra Santa» quererá Padrão referir-se ao *Intenerario da Terra Santa* por Fr. Pantaleão de Aveiro, citada a páginas 157 do 1.º vol. da edição que consultámos?

(2) Devemos a cópia da presente carta e das três restantes, à amabilidade do Ex.mo Sr. Professor António Joaquim Lopes da Silva, ilustre Director da Biblioteca de Évora, a quem fundamente agradecemos a gentileza.

Castro, missivas essas também sem data, mas que devem corresponder à época da carta anterior.

«R.mo S.r B.do João Bapt.a de Castro. — Não procuro a Vm.ce, porque tenho continuado defluxo, deq agora fico peor: estimarey q Vm.ce esteja livre de toda a molestia.

«Neste correio mando ao S.r V.ra huma prova do S.mo Patriarcha Jose p.a q a sençure, ao mesmo tempo (remeto) essa a Vm.ce, p.a se quizer consultar com o d.o S.r a satisfação, q ambos Vm.ces devem ter na d.a gravadura: eu fizlhe a delig.a, e cuido q̃ alguma couza esta explicado o dessenho; o ponto esta q. Vm.ces digão o mesmo. Remeto o dessenho; porq no caso q̃ o S.r V.ra note alguma couza, a prova q lhe mando hade ser o modelo; a chapa não vae ainda; porq a ahaver retoque, nella hade ser, concluida q seja, o que não pode ser sem resposta do d.o S.r, logo a remeterey a Vm.ce a q.m dez.o todas as felicid.es e q D.s G.de m. an Sat.o... etc. — De Vm.ce M.to V.or e obrig.do servo — *Antonio Joaquim Padrão.*

A gravura a que se refere esta carta foi feita, segundo se depreende do texto, sôbre um desenho de Francisco Vieira Lusitano, existindo, segundo nos consta, na Biblioteca de Évora um exemplar tirado pela referida gravura.

Padrão não quis enviar a chapa a Baptista de Castro sem que Vieira a aprovasse ou indicasse quaisquer alterações, facto êste que na verdade sucedeu.

Seguidamente Padrão escreve:

«R.mo S.r B.do João Bap.ta de Castro. — Eys ahi concluída a chapa do S.r S. Jose com as ultimas emendas do S.r V.ra, q se destingue vendo a ante-

cedente prova, que remeti: estimarey q Vm.ce se contente: eu trabalhei por fazer huma gravadura de genio, mas concertado, q desse a conhecer a maneira do dessenho sem sogeição; q.do Vm.ce as fizer imprimir não se esqueça das propinas do S.r V.ra, e minha, elle ainda não tem alguma. De premio de meu trabalho são *14400,* e quero que Vm.ce saiba q senão merecião menos de quatro moedas; porq he mui cuberta de golpes, e cança a imitação de hum tal dessenho.

«Dezejo q D.s continue perfeita saude a Vm.ce e g.de m. a. etc. etc. — De Vm.ce Servo, e m.o V.or — *Antonio Joaq.m Padrão*».

Segue outra carta:

«R.mo S.r B.do João Bap.ta de Castro — Não pude logo responder á carta, e favor de Vm.ce por estar com gente, e não demorar o bom cego. Agora agradeço a Vm.ce não so a dadiva, mas tãobem o cuid.o q.do eu so pertendia o aviso de q.do sahia o d.o livro a lus, eu o estimo como obra q tanto se destingue, e era tão necessaria à nação portuguesa: Certo q he hum livro bem do meu genio, e gosto, e q elle so pesa maes q m.tos volumes portugueses q vejo estimar, e não posso sofrer.

«Digame Vm.ce se sabe do S.r V.ra em q.m tenho m.to cuid.o poes em maes de hum mes q lhe tenho escrito não vejo letra sua. Q.do Vm.ce quizer tirar algumas estampas de S. Jose queria me avisase p.a ou serem por m.a via, ou dizer o... onde hade ser; porq tenho esperança q havemos ver mui diferentes provas da d.a chapa q athe aqui, mas não quero q o impressor q̃ athe agora as tirou saiba desta m.a adevertencia.

«Fico desejando a Vm.ce todas as felicidades; D.s g.de a Vm.ce m. a. b. 4.ª fr. etc.

«De Vm.ce Servo m.to v.or — *Antonio Joaq.m Padram.*

Aqui termina a correspondência de Padrão dirigida ao beneficiado João Baptista de Castro, cartas estas existentes na Biblioteca Pública de Évora, tendo lá existido outra, enviada a Fr. Manuel de Cenáculo, mas hoje infelizmente extraviada.

Por estas cartas pode adivinhar-se quanto eram amistosas as relações entre António Joaquim Padrão e Francisco Vieira Lusitano, seu mestre, como o fora André Gonçalves, no dizer de Fr. Manuel do Cenáculo no «Elogio, ou Estudos do P.e doutor Fr. Joaquim José Pimenta, da Ordem Terceira de S. Francisco, e Litteratura de seus dias» — manuscrito existente na Biblioteca Pública Eborense — publicada parcialmente em *O Panorama,* vol. 2.º, 2.ª série, (7.º volume da colecção) págs. 261-266-277; (a passagem que nos interessa vem a págs. 278, 2.ª coluna).

Quanto aos mestres de Padrão é tudo quanto encontramos de mais positivo, conservando silêncio, José da Cunha Taborda — *Regras da Arte da Pintura,* Coimbra, 1922, sendo o testemunho de Volkmar Machado — *Colecção de Memórias,* Coimbra, 1922, pouco coerente com a opinião de Cenáculo, fazendo-o Volkmar Machado a despeito de tôda a boa vontade, não discípulo de Vieira, mas seu imitador.

Na obra e página acima apontadas lê-se:

«Vieira teve alguns discípulos, e bastantes imitadores.

«Estes forão Joaquim Manoel da Rocha... Antonio Joaquim Padrão, Pedro Matheus, e outros.

«Entre os seus discípulos podemos contar sua Irmã Catharina Vieira, e o Morgado de Setubal».

O texto parece claro, fazendo Volkmar nítida distinção entre os imitadores e os discípulos; contudo, cada um tem o direito de interpretar o que lê como melhor lhe aprouver ou convier; nós interpretámos assim, fora de tôda a ideia de capricho ou conveniência.

Das imensas lacunas que falham a biografia de António Joaquim Padrão, uma há que nos parece primacial; a que envolve o nascimento do artista.

Os registos que se guardavam no cartório da igreja de S. Julião, freguesia em que o artista nasceu, foram destruídos pelo terremoto de 1755, existindo no arquivo dessa paroquial, registos, anteriores à data indicada, mas averbados nos livros que tiveram princípio em Dezembro de 1755.

Como os averbamentos anteriores à data do início dos novos livros não constituíam matéria obrigatória, podendo os indivíduos baptisados anteriormente a Novembro de 55 requererem ou não novo lançamento das datas do seu nascimento, conforme se podia fazer mediante autorização do Patriarcado, resultou que só aqueles que por determinadas circunstâncias necessitavam de provar a sua idade é que requereram para que novo lançamento fôsse feito, sendo para muitos desnecessária tal obrigação, em virtude de — ao que parece — em múltiplos casos ser dispensada a certidão do registo de nascimento, como complemento da organização dos processos de casamento. Daqui resultou que António Joaquim Padrão não sendo coagido a provar documentalmente a sua idade, não teve necessidade de abrir novo têrmo de baptismo, o que bastante atrapalha quem pretenda saber da época em que Padrão veio ao mundo. Contentar-nos-hemos pois, com o princípio de que Padrão morreu novo, princípio êste que nos custa não fundamentar.

Contudo, tentámos consultar o processo de casamento do nosso artista, arquivado no cartório da igreja da Estrêla. A despeito das dificuldades levantadas pelo respectivo prior, que, digamos de passagem, nos tratou duma forma um tanto brusca, conseguimos dêste senhor, já que formalmente nos inibiu de consultar o referido processo, o seguinte documento:

> «Antonio Joaquim Padrão, filho legitimo de Manuel Fernandes e de sua mulher Clara dos Anjos, requereu a S. Em.^{cia} dispensa de proclamas e de certidão de seu baptismo, que teve logar na Egreja de S. Julião de Lisboa, não existindo o termo por se terem queimado os livros da referida freguesia de São Julião por ocasião do terremoto, para casar com Maria de Jesus, filha legitima de Baltasar dos Reis e de Teresa de Jesus.
>
> «O despacho auctorisando o casamento tem a data de 12 de dezembro de 1770. — Lisboa e P.^{al} de N. S. da Lapa, 21 de Fevereiro de 1930 — Prior — *Domingos Nogueira*».

Neste simples ensaio biográfico, deveras lamentamos a lacuna, como principal, mas estamos tranqüilos.

Contudo em nosso critério damos António Padrão como nascido pelos anos de 1731 ou 32, assentando que tivesse mais ou menos a mesma idade que sua mulher. Como esta nasceu em 1732, — o que atrás tivemos ocasião de verificar — tendo 38 anos quando casou, não será descabido atribuir a António Joaquim Padrão a mesma idade, tanto mais que há a indicação de ter falecido «moço», adjectivo êste, tão vago e tão maleável, que tanto pode ser aplicado a um rapaz de 18 anos como a homem de 40.

Joaquim Padrão, minado pela tuberculose, exausto pelos

fartos deflúvios hemoptóicos, caiu nessa arrastada agonia tão dolorosa nas tísicas pulmonares, vindo a falecer em 30 de Dezembro de 1771.

Padrão acabara, e com êle um dos cultores mais vigorosos da água-forte em Portugal.

No dia seguinte, o cadáver do grande artista era levado à ermida do Senhor dos Navegantes, aonde para sempre repoisou.

Nas nossas visitas a esta ermida, nada colhemos que nos podesse indicar qual o carneiro em que foi mergulhado o espólio de António Padrão. Tudo trevas; contudo, se um dia se revolver a terra dêsses sepulcros, entre as ossadas amarelecidas, alguma há que tivesse pertencido ao modesto artista, que foi um respeitoso nome na história da arte portuguesa.

O registo do óbito de Padrão lançado a fôlhas 22 verso do «Livro primeiro dos Assentos dos Defuntos desta Parochial de Nossa Senhora da Lapa da Corte e Cidade de Lisboa», hei-la:

> «Em Trinta de Dezembro de mil Sete centos e Setenta e hũ faleceo Antonio Joaquim Padrão, Cazado com Maria de Jezus, com todos os Sacramentos e sem digo com Testamento, morador na Rua da Bela Vista desta Freg.ª foy a Sepultar a Irmida do Snr. dos Navegantes destrito desta Freg.ª em fe de que me asiney era ut Supra. — O Par.co *Numo Henriques Dorta.*

Quanto ao testamento deixado por Padrão, desconhecemos não só o seu conteúdo, como o destino que levou, não se encontrando registado nos competentes arquivos.

É possível que se pense que Padrão tivesse alguns bens de fortuna, e que a sua vida não fôsse tão modesta como

se pode deduzir. Para nós é ponto de fé que o nosso artista pouco teria que deixar, fazendo testamento ùnicamente para legalizar o que inteiramente devia caber a sua mulher em virtude de ter mais pessoas de família; mas em todo o caso podemos estar enganados.

Da vida de Padrão nada mais conhecemos, desejando ardentemente que alguém, movido pelo respeito que se deve tributar a homens que honraram determinados ramos de actividade nacional, prossiga no intento de chamar até nós a figura tristemente apagada de António Joaquim Padrão, e que êsse intento seja animado pela probidade que tentamos sempre dar aos nossos apontamentos, embora sem valor.

Outros trabalhos a que há anos nos estamos dedicando não podem ser preteridos por novos e fundos afazeres; por isso, esperamos, alguém desenvolverá as notas aqui esparsas.

Vamos tentar agora analisar um quadro de Padrão; o retrato de Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, quadro êsse outrora pertencente à colecção Mayne e presentemente propriedade de Academia das Sciências de Lisboa.

*

D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas era um homem de estatura regular, fisionomia inteligente, rosto delgado amarelecido, que pouco a pouco, à custa de extraordinários equilíbrios na vida, conseguiu atingir um dos mais elevados cargos eclesiásticos portugueses.

É extremamente difícil historiar o carácter e temperamento do mais avultado religioso do século XVIII, no nosso país, pois as suas biografias foram escritas por indivíduos que estavam debaixo da sua poderosa acção, e que o adulavam no intuito de lhe captar os bons desígnios, recorrendo

a êle a propósito de quaisquer dúvidas, simples que fôssem, ao que o bom frade repostava, parecendo não desconfiar dos ocultos fitos dos seus admiradores.

Cenáculo era o homem da moda; de tôda a parte, indivíduos das mais variadas categorias lhe pediam conselhos; desde o manso cenobita da Ordem Terceira de S. Francisco, ao grão velhaco que teve o título de D. José I de Portugal.

Copiosas epístolas seguiam diàriamente a caminho do poiso do grande prelado, rogando-lhe que resolvesse tal ou tal questão, mendigando outras o favor de uma resposta, que Cenáculo não deixava de enviar, aconselhando, dispondo, criticando, como grande homem que o faziam; daqui o estímulo das virtudes e a expressão seráfica que de todo não ocultava a máscara em que desagradàvelmente transparecia um nadinha de hipócrita bondade.

Mas Fr. Cenáculo sabia viver. A fidalguia deveu-lhe bastos obséquios, servindo o frade de empenho junto de outros seus validos, como por exemplo Fr. Vicente Salgado, para que fôsse dado o título de Marquês ao Conde de tal..., como tivemos ocasião de constatar lendo alguma da sua correspondência particular, arquivada na Biblioteca da Academia das Sciências de Lisboa.

Mas, longe de nós o estarmos a debicar na personalidade de Cenáculo. O tempo passa, e nesse perpassar, historiadores de fôlego hão-de aparecer que ponham em confronto todos êsses documentos, dando à luz da verdade os caracteres dêsse homem que, sem dúvida alguma, foi prestável, quer sob o ponto de vista geral, quer em exclusivo daqueles com quem permutou favores.

Inteligência viva, temperamento que perfeitamente se moldou às exigências da época, Cenáculo foi sob o ponto de vista de instrução o braço direito de Carvalho e Melo, pensando, arquitectando as reformas que deram aparente

desenvolvimento ao tão falho ramo denominado cultura nacional. Como prémio dos serviços prestados à política do Conde de Oeiras, foi por êste nomeado confessor e seguidamente preceptor do príncipe D. José, neto do rei. Cenáculo chegara ao auge de tôdas as grandezas, não sabemos se de longe aspiradas pelo astuto filho do modesto e obscuro ferreiro.

Após a grandeza do valimento surgem as homenagens à grandeza espiritual; esta nunca precede aquela. Era então Cenáculo a mais formidável figura religiosa da côrte, sendo, depois dessa positiva influência de alguns grandes do paço — de todos não — que várias colectividades lhe mandarão pintar o retrato, não com o intuito de o perpetuar mas com o fito de lhe excitar a vaidade, captando-lhe os favores. Assim se executaram os retratos existentes ao presente, respectivamente, na Academia das Sciências de Lisboa, Biblioteca Nacional e na Biblioteca de Évora. Mais deverão existir, mas referimo-nos ùnicamente àqueles que tivemos ocasião de ver.

Dêsses quadros o mais interessante é o que se guarda na Academia das Sciências, retrato êsse pintado por Padrão.

A tela fazia parte da antiga colecção de pinturas organizada pelo padre Mayne, conjunto a que nos referimos num trabalho que espera publicidade.

O retrato de Cénaculo pintado por Padrão mede $2,^{m}10 \times 1,^{m}12$, reproduzindo o prelado de pé, um pouco voltado à esquerda, mão direita junto ao peito, a sestra apoiada num livro — *Evangelia* — que poisa sôbre um plinto. O retratado veste roupeta negra cingindo-lhe os ombros o *pallium*.

O aspecto geral do quadro é vulgar, o fundo banal, as roupas e as mãos estudadas sem interêsse, parecendo até pintadas de cór. O que na obra impressiona é a fisionomia,

trabalhada com uma técnica segura e até pouco vulgar na época em que o quadro seria executado.

É uma cabeça modelada por planos, bem desenhada, em que abundam os tons frios, mas é preciso notar que o aspecto acentuadamente clorótico, chamemos-lhe assim, é devido a uma funda alteração dos tons, que o artista se não lembrou de evitar fugindo a determinadas combinações de côres, que ao caso não interessa citar.

A-pesar-das alterações que visìvelmente maculam o colorido inicial, ainda nos encontramos em presença duma bela cabeça, cheia de vigor e de vida.

Tècnicamente não é fácil encontrar, revolvendo o maneirismo do século XVIII, trabalhos que se lhe assemelhem, não como ponto culminante de beleza pictural, que os há melhores, mas como à-vontade e simplicidade na maneira da construção e na forma de pincelar.

Neste quadro adivinha-se bem a personalidade de Cenáculo; moreno — não trigueiro,— fronte espaçosa, sobrancelhas carregadas, nariz alongado, bôca fina caprichosamente desenhada, mandíbula forte um tanto aguçada no queixo, cabelo escuro rebordando superiormente uma orelha de inferior factura; eis a traços largos o que se observa dessa fisionomia que, como dissemos, deixa transparecer um tanto de irónico, máscara em que difìcilmente se lerão as cogitações de momento, que tanto podem ser de homenagem a Deus como ao Demónio.

Na frente do plinto em que descansa a mão esquerda do frade, lê-se um longo arrazoado, descritivo das ocupações de tão preclaro sacerdote, substituindo êsse letreiro, um outro anterior, o que sem dúvida fôra pintado por Padrão, mas Cenáculo, desde a feitura do quadro, subira desmedidamente na escala do valimento quer eclesiástico quer temporal, e foi preciso acrescentar o rosário das atribuïções do douto frade, sendo apagada a primitiva inscrição, e pintada de novo

por artista que desconhecemos. Quem tiver empenho na leitura do inicial dístico podê-la-há obter sem grande dificuldade, colocando o quadro de forma que a luz lhe bata de raspão, vendo-se assim, com sofrível nitidez, o que foi escrito quando da elaboração do retrato.

O que se lê na moderna inscrição é o seguinte:

> «Retrato do Ex.mo e R.mo S.r D. F.r Manoel de Cenaculo Villas Boas Bispo de Beja Eleito em 5 de Março de 1770, e trasladado P.a a Metropolitano d'Evora em 5 de Março de 1802 do Con.co de S. Mag.e, Confessor, e M.e do Sereni.mo S.r D. Joze principe da Beira, Prez.e da Rial Meza Consoria Capellão Mor das Armadas Reaes consultor do S.to Of.o e de Cruz.da Exam.or Sinodal do Patriar.co e das Ordens Militares M.e Jub.o o D.or Conimb.ce Socio da Real Academia das Sciencias de L.xa e da Real Acad.ma de Historia de Madrid Def.or G.al de Toda a Ordem de S. Francisco Prov de Chron.a da Ordem da Penitencia».

O quadro não tem assinatura, pelo menos vivemos nessa impressão, mas temos a identificá-lo, a conhecida passagem do já referido livro de Volkmar Machado, na parte respeitante a António Joaquim Padrão:

> «Tambem soube pintar com magisterio paizes, e retratos e faz-lhe muita honra o de D. Fr. Manoel do Cenaculo Arcebispo de Evora, que está em Jesus».

Eis o que atesta a autoria da pintura a que nos reportamos; quanto ao resto, tudo são trevas, impenetrável noite em que tantos homens de talento têm mergulhado.

Há pouco mais de cento e cinqüenta anos que Padrão

deixou de existir, mas, a pesar-de tão diminuto espaço de tempo, grande dificuldade tem apresentado o delimitar-se documentalmente a sua vida.

Os elementos que conseguimos colher, aqui vão lançados, desprovidos de encómios retóricos, coisa com que a natureza nos não dotou; e que a memória de António Padrão nos perdoe.

A vida que corre presente, é o triste arrastar do melodrama que teve início na época de D. João III. Anterior a êsse período, as personalidades grandes pelo espírito, mas insignificantes por nascimento, eram ofuscadas pelo brilho fulgurante das grandes situações, que, com raríssimas variantes, eram entregues ùnicamente a figuras de lustrosa linhagem; por isso os nomes dos artistas que por essa época floresceram chegaram até nós por simples fortuitidades, mesmo na maioria dos casos dificilmente se poderão conjugar as obras com os pretendidos autores, facto tristemente frisante com os quadros atribuídos a Nuno Gonçalves.

De D. João III a nossos dias, aqueles que têm falado da nossa arte ou dos nossos artistas, compulsam primeiramente o valimento dêstes, quanto ao trato tributado pelas figuras gradas, as relações pessoais de amizade, o grau de inclinações políticas ou religiosas, e assim os incorporam nos seus escritos. O debatido ideal de trespassar à posteridade os contemporâneos que se distinguiram em quaisquer ramos de actividade artística scientifico-literária, faz parte das utopias com que as gerações matraqueiam, para terem sempre alguma coisa a dizer; de resto, em globo, que lhes importa se estes ou aqueles indivíduos foram notáveis, e se os bisbilhoteiros de amanhã virão ou não a interessarem-se por êles?

Para a história dos artistas portugueses, António Joaquim Padrão, no pensar dos seus contemporâneos, seria um efémero, nulidade que não valia a pena tratar, devendo-se

ùnicamente à benemerência de Volkmar Machado, não apontamentos biográficos, com que de futuro se podesse reconstituir a vida do artista, mas a citação de parte da sua obra.

Uma e outra ficaram para sempre despedaçadas, mas, a-pesar-de tudo, o nome de Padrão será imorredoiro.

Júlio Jesus.

ENSAIO SÔBRE OS LATINISMOS DOS «LUSÍADAS» (1)

2. Adjectivos e advérbios.

Curioso = cuidadoso (curiosus)

Naos arma, & nellas mete *curioso*
Mercadoria que offereça rica,
Pera yr nellas a ser religioso
Onde o propheta jaz, que a lei pubrica:

VII, 34, 1-4 (2).

Ia lhe pergunta prompto & *curioso*,
Se tem noticia inteira, & certa proua,
Dos estranhos quem sam...

VII, 67, 5-7.

Era êste o sentido próprio e usual do adj. *curiosus* em latim; cfr. Quich. s. v.

*

Experto = experimentado (expertus)

Tais palauras tirou do *experto* peito.

IV, 94, 8.

Destarte as aconselha o Duque *experto*,

VI, 50, 1 (3).

---

(1) Cont. do n.º 2, pág. 276.

(2) Registado por E. D.

(3) Registado por E. D. Cfr. VI, 53, 4: «... do Duque Ingles *esprimentado*». (E. D.)

Nem quem sempre com pouco *experto* peito
Razões aprende, & cuida que he prudente,
Pera taxar com mão rapace & escassa,
Os trabalhos alheios, que nam passa.

VII, 86, 5-8.

Assi lho aconselhàra a mestra *experta*,

IX, 65, 1.

Que posto que em cientes muito cabe,
Mais em particular o *experto* sabe.

X, 152, 7-8.

Em latim era êste o sentido usual do adj. *expertus*, primitivamente particípio pretérito do verbo depoente *experiri* (cfr. Quich. s. v.).

Em português perdurou bastante êste sentido na língua literária. È o primeiro significado que M. regista. Cita, na transição do século XVI para o XVII, a «*Monarquia Lusitana*» e Rodrigues Lobo, que o empregaram. No século XVIII, encontrei um ex. em José Basílio da Gama: «. . . o *esperto* general» (1). E até mesmo no século XIX, ainda ocorre em Pedro Dinís: «esta primeira produção de pena pouco *experta*» (2).

*

Exquisito = requintado (exquisitus)

Não cos manjares nouos & *exquisitos*,

VI, 96, 1.

---

(1) *O Uraguay*, c. II.

(2) *Das ordens religiosas em Portugal*, 2.ª ed. (1854), pág. 5. — Embora o tenha incluido nesta categoria, não tenho a certeza de que *experto* seja um latinismo lexical; se o é, penetrou depois na língua popular, embora com outro sentido; se o não é, é único sobrevivente dum verbo que se perdeu na passagem do latim para o português; temos então um caso análogo ao do particípio *findo* (< *fĩido* < lat. *finitum*), que subsiste isolado em face do desaparecimento do verbo a cujo sistema pertencia e que ainda se registava em português arcaico (*fĩir* < lat. *finire*).

Era êste em latim o sentido etimológico e usual do adjectivo *exquisitus,* na origem particípio pretérito passivo do vb. *exquirere.* Com êste sentido o encontrei em leituras pessoais:

«Nam mihi, Brute, in te intuenti, crebro in mentem venit vereri ecquodnam curriculum aliquando sit habitura tua et natura admirabilis, et *exquisita* doctrina et singularis industria».

Cic. *Br.* VI.

«Fuit Gracchus diligentia Corneliæ matris a puero doctus et Græcis litteris eruditus; nam semper habuit *exquisitos* e Græcia magistros».

Id., *ibid.,* XXVII, 104.

*

Generoso = nobre de estirpe (generosus, genus)

Mas despois de ser tudo ja notado,
Do *generoso* Mouro, que pasmaua,

II, 107, 1-2.

As nouas Ilhas vendo, & os nouos ares,
Que o *generoso* Enrique descobrio:

V, 4, 3-4 (1).

Não nego que â com tudo descendentes
Do *generoso* tronco, & casa rica
Que com custumes altos & excellentes
Sustentão a nobreza que lhe fica:

VIII, 42, 1-4 (2).

Quando o Gentio, & a gente *generosa*
Dos Naires, da nao forte se partia

VIII, 44, 5-6 (3).

---

(1) Registado por E. D.
(2) Idem.
(3) Idem.

Generoso = nobre de sentimentos.

Porque o *generoso* animo, & valente,
Entre gentes tam poucas, & medrosas,
Não mostra quanto pode...

I, 18, 5-7.

Nam soffre muito a gente *generosa*,
Andar lhes os cães os dentes amostrando.

I, 87, 5-6 (1).

Se a peitos *generosos*, & excellentes,
Dos fracos satisfaz a fera morte.

III, 39, 3-4 (2).

Eram estes os sentidos habituais (3) do adj. *generosus* em latim. Cfr. êste ex. que achei numa leitura pessoal:

«Pater ejus Neocles *generosus* fuit».

C. Nepos, *Themist.*, 1, (4).

No port. moderno o significado desta palavra restringiu-se muito, pois já não designa «nobre, de estirpe», nem mesmo «nobre, de sentimentos», *em geral*, mas *um determinado* sentimento, sentido que já transparece em *Lus.* III, 39, 3-4 (5). Todavia, ainda no século XVIII se registava na língua literária o sentido etimológico hoje antiquado, cfr.:

... na cera encarnada impressa vinha
A Aguia Real do *generoso* Almeida

José Basilio da Gama (6).

---

(1) Registado por E. D.

(2) Em I, 74, 6; III, 79, 6; VIII, 37, 2 são possíveis ambas as interpretações, embora a primeira seja mais provável.

(3) O primeiro sentido é mesmo o etimológico (cfr. *genus = raça*).

(4) Júlio Moreira interpretou neste mesmo sentido: «*genero.us* = nobre, da nobreza».

(5) Nos *Lusíadas* os vocábulos que parecem corresponder ao sentido actual de *generoso* e *generosidade* são *liberal* (vocábulo que mais tarde adquiriu um sentido político), e *liberalidade*; cfr. *Lus.* II, 71, 2 e V, 46, 2.

(6) *O Uraguay*, c. I. Também M. regista em primeiro lugar o sentido etimológico.

Hoje, do sentido etimológico em que Camões empregou o termo apenas resta a expressão isolada «vinhos *generosos*» (1).

*

Humano = civilizado, polido (e seus compostos e derivados).

a) *Humano*

Gente mais verdadeira, & mais *humana*
Que toda a doutra terra atras deixada.

II, 74, 3 4

Doa pouos de Mombaça pouco *humanos*.

V, 84, 8.

b) *Inhumano*

... aquellas gentes *inhumanas:*
Que.....
.....
O Imperio tomarão a Constantino.

I, 60 (2).

c) *Humanamente*

... & *humanamente*,
O Capitão sublime os recebia.

I, 49, 3-4 (3).

Estes como na vista prazenteiros
Fossem, *humanamente* nos tratarão,

V, 64, 1-2.

---

(1) Supus tratar se dum galicismo da terminologia enológica, pois em francês tambêm se diz «*vins généreux*». Mas já em latim Horácio escreveu: «*generosum vinum*» e Columella «*generosa vitis*» (cfr. Quich. s. v.); e em port. clássico M. já regista a expressão.

(2) Registado por E. D.

(3) Idem.

d) *Humanidade*

Louuão do Rei os Mouros a bondade,
Condiçam liberal, sincero peito,
Magnificencia grande, & *humanidade.*

II, 71, 1-3.

Fauoreceyos logo, & alegrayos
Com a presença, & leda *humanidade,*

X, 149, 1-2 (1).

Em latim era corrente êste sentido do adjectivo *humanus* (2) e dos seus derivados, embora não fôsse evidentemente o sentido próprio. Cfr. êste ex. colhido numa leitura pessoal:

«Huc ex Asia Sulla decedens cum venisset, quamdiu ibi fuit secum habuit Pomponium, captus adulescentis et *humanitate* et doctrina».

C. Nepos, *Attic.* 4.

Em todo o caso, não era nos *Lusíadas* um latinismo de primeira mão. Já João de Barros escrevera esta frase aparentemente pleonástica:

«... e delles soube como adiante estaua hũa villa chamada Melinde cujo Rey era homem *humano*...» (3).

*

Lascivo = amigo de brincar (lascivus)

Sendo das mãos *laciuas* mal tratada,
Da minina que a trouxe na capella:

III, 134, 3-4 (4).

---

(1) Registado por E. D. como latinismo.

(2) Cfr. Quich., s. v., 2.°) e 3.°).

(3) 1, 4, 5. Transcrito por E. D. no com. a II, 70. Para mais, *é uma fonte do poema.*

(4) Registado por E. D. como latinismo.

E aquellas em que ja foi conuertida
Peristera, as boninas apanhando:
Em derredor da Deosa ja partida,
No ar *lasciuos* beijos se vão dando,

IX, 21, 3-6 (1).

Em latim o adj. «*lascivus*» era corrente neste sentido: cfr. Quich., s. v.

Em português já F. e S. registara o emprêgo dêste adj. com esta mesma significação no soneto de Camões:

Está o *lasciuo* & doce passarinho
Com o biquinho as pernas ordenando

•

Numeroso = cadenciado (numerus e numerosus)

Em versos deuulgado *numerosos.*

I, 9, 8 (2).

Quanto de quem o canta, os *numerosos*
Versos,...

V, 93, 3-4.

Vistas as cousas através do português de hoje, estes versos seriam possìvelmente interpretados em função do galicismo *numerosos,* pl. *(nombreux),* v. g. «numerosos autores», etc.

Na realidade trata-se dum latinismo semântico, como E. D. deu a entender. Em latim *numerus* tinha tambem o significado de *cadência*, *ritmo* (3), e por conseguinte o adj.

---

(1) Idem. O sujeito do vb. principal é «aquellas» (as pombas) para Garcez Ferreira, Gomes de Amorim e Epifânio Dias; portanto, nesta hipótese, que me parece a mais plausível, «se» é comp. indirecto.

(2) Registado por E. D.

(3) Cfr. Quich., s. v., 6.º.

derivado *numerosus* o de *ritmico*. Registei êste significado em vários passos de Cícero:

«Versus enim veteres illi in hac soluta oratione propemodum, hoc est *numeros* quosdam nobis esse adhibendos putaverunt»;

De oratore, l. III, XLIV, 173.

«... (Isocrates) primus intellexit etiam in soluta oratione, dum versum effugeres, modum tamen et *numerum* quemdam oportere servari».

Brutus, VIII, 32.

«... quae (sententia) cum aptis constricta verbis est, cadit etiam plerumque *numerose*».

ibid., VIII, 34.

*

Peregrino = estranjeiro, que anda por terras ou mares longínquos.

... quando aleuantarão
Hum, por seu capitão, que *peregrino*
Fingio na Cerua espirito diuino.

I, 26, 6-8 (1).

E se te moue tanto a piedade,
Desta misera gente *peregrina*,

II, 32, 1-2 (2).

.'era contar a *peregrina*, & rara
Nauegaçam, os varios çeos, & gentes,

IX, 17, 3-4 (3).

e com sentido análogo o vb. *peregrinar*:

A fortuna me traz *peregrinando*,

VII, 79, 3 (4).

---

(1) O sentido é registado por E. D. Não se pronuncia sôbre a latinidade do termo.

(2) Idem.

(3) Idem.

(4) Em III, 142, 5 («*peregrina formosura*») e V, 87, 2 («contenda *pe-*

Era êste em latim o sentido próprio tanto do adj. «*peregrinus*» como do vb. «*peregrinari*», ambos derivados dum outro adj. mais simples «pereger, egris, egre», ainda composto de dois elementos: *per* + *ager* (1). Registei o vb. com êste sentido numa leitura pessoal:

> «... ut semel e Piræo eloquentia evecta est, omnes *peragravit* insulas, atque ita *peregrinata* tota Asia *est*, ut se externis oblineret moribus...».
>
> Cic. *Br.* XIII (2).

No latim dos humanistas o adjectivo renasceu com êste sentido etimológico:

> « .. cum ad oram Siciliæ, qua fluvius Gelas maria subit, ingentis speciei juvenem *peregrina* navis exposuit».
>
> Barclay, *Argenis*, pág. 23.

No port. clássico usaram-no ainda com êste sentido Arraes, Rodrigues Lobo, J. F. Barreto e Bernardes (3).

No port. moderno, mesmo na língua dos cultos, êstes vocábulos perderam quási por completo o sentido etimológico. Apenas se escreve uma vez ou outra «beleza peregrina», «peregrino talento», e isso mesmo já no sentido translato («raro») que ocorre nos *Lusíadas* em III, 142, 5, e V, 87, 2.

---

regrina») o adj. está no sentido, já evoluido, de «raro, singular, extraordinário». Cfr. M., s. v.).

(1) Cfr. Quich., s. v.

(2) O contexto esclarece melhor o sentido que nesta frase tem o verbo *peregrinari;* segundo Cícero Atenas é a pátria da eloqüência (*ea ipsa urbe in qua et* nata *et alta sit eloquentia*); por conseguinte, a oratória, ao embarcar no Pireu, emigra e, ao vaguear por toda a futura província romana da Ásia, terra de oradores verbosos e destituídos da sobriedade ática, *anda por longes terras.*

(3) Cfr. M., s. v. Note-se que «estrangeiro, não nacional, não patrio» é o primeiro sentido que M. regista.

*

Profano = impio (profanus)

O tu Sertorio, o nobre Coriolano
Catilina, & vos outros dos antigos,
Que contra vossas patrias, com *profano*
Coração, vos fizestes inimigos:

IV, 33, 1-4 (1).

O Regedor dos barbaros *profanos*,

VIII, 84, 6 (2).

Não longe, o porto jaz da nomeada
Cidade Meca, que se engrandeceo
Com a superstiçam falsa, & *profana*,
Da relegiosa agoa Maumetana.

IX, 2, 5-8 (3).

Era êste em latim um dos sentidos, não o próprio, do adj. «*profanus*» (4).

*

Repugnantes = que lutam uns contra os outros (repugnare)

Ao grande Eolo mandão ja recado
Da parte de Neptuno, que sem conto
Solte as furias dos ventos *repugnantes*,
Que não aja no mar mais nauegantes.

VI, 35, 5-8.

Despois que a branda Venus enfraqueçe
O furor vão dos ventos *repugnantes*:

VII, 15, 3-4.

---

(1) O sentido é registado por E. D.
(2) Idem.
(3) Idem.
(4) Cfr. Quich., s. v,

E. D. registou nestes passos como latinismo o emprêgo do particípio adjectivado com êste sentido. Com efeito era êste em latim um dos sentidos, não o próprio, do vb. «*repugnare*»; (Quich. regista o em Cícero, Horácio, Quintiliano e Plínio-o-Moço). Com êste se relaciona a frase «*não repugna*» (não há contradição), usual ainda hoje na linguagem filosófica e teológica (1).

Num sentido causativo vizinho dêste também ocorre no poema:

> Entre vos nunca deixa a fera Aleto
> De samear cizanias *repugnantes*,
>
> VII, 10, 5-6.

E. D. interpreta: «que põem em guerra as pessoas umas contra as outras» (2).

*

«*Sublime*» *e* «*sublimar-se*» *no sentido material* (= que anda pelos ares, levantado)

> Ali *sublime* o Fogo estaua encima,
> ....
> Logo apos elle leue *se sublima*
> O inuisibil Ar,. .
>
> VI, 11 (3).

> Ja num *sublime* & pubrico theatro
> Se assenta o Rey Inglez com toda a corte,
>
> VI, 60, 1-2 (4).

---

(1) Segundo Quich. (s. v.), *repugnantia* era, para Cícero e para Lactâncio, o têrmo próprio que designava «os contrários» em retórica.

(2) Os sentidos alatinados do vb. *repugnar* e vocábulos derivados eram correntes nos nossos escritores clássicos; cfr. M., s. v.

(3) Registado por E. D.

(4) Idem.

Mas hum tiro, que com zonido voa,
De sangue o tingirâ no andor *sublime:*

x, 17, 3-4.

Era êste em latim o sentido próprio do adj. «*sublimis*» (1). Registei um ex. típico numa leitura pessoal:

«Romana pubes,... ubi vacuam sedem regiam vidit, etsi satis credebat Patribus,... *sublimem* raptum procella...».

Tito Lívio, *Histor.*, l. I, c. XVI (2).

«*Sublime*», no sentido translato em que ainda hoje se emprega, também ocorre nos *Lus.*, v. g. I, 15, 2; 49, 4; IV, 59, 1.

*

Urgente = opressor (urgere)

... & no torpe & escuro
Vicio da tirania infame, & *vrgente:*

IX, 93, 3-4.

Nem vendo se num cerco duro & *vrgente:*

X, 48, 4.

Nas ilhas de Maldiua nace a pranta
No profundo das agoas soberana,
Cujo pomo contra o veneno *vrgente*
He tido por Antidoto excellente.

X, 136, 5-8.

E. D. registou em todos êstes passos o emprêgo de *urgente* com êste sentido como um latinismo. Em latim *urgere* tinha

---

(1) Cfr. Quich., s. v.

(2) Riemann observa que esta braquilogia corresponde a: «raptum atque ita sublimem factum». (*Remarques sur la langue de Tite-Live*, § 27, in-*Narrationes*, 8.ª ed,, Paris, Hachette, 1914, pág. 414).

uma significação muito mais lata do que o nosso vb. pouco usado *urgir* e do que o seu particípio adjectivado *urgente.*

*

Fàcilmente = sem contestação (facile)

E tu nobre Lisboa, que no Mundo,
Facilmente das outras es princesa,
III, 57, 1-2 (1).

Em latim o advb. *facile* tinha êste sentido translato (2). Registei na prosa ciceroniana um ex. típico:

«Nam plane quidem perfectum (oratorem) et cui nihil admodum desit Demosthenem *facile* dixeris».
Cic. *Br.* IX, 35.

*

3. Verbos.

Aspirar = favorecer (adspirare)

Imploramos fauor que nos guiasse
E que nossos começos *aspirasse.*
IV, 86, 7-8.

E. D. registou o latinismo semântico; e já antes dele F. e S. registara nêste passo uma imitação dos primeiros versos das *Metamorfoses* de Ovídio: «Di, cœptis... *adspirate* meis» (3).

M. regista em Diogo Bernardez o emprêgo de *aspirar* com êste sentido alatinado.

Aspirar no sentido corrente ocorre v. g. em IV, 52, 2.

---

(1) Registado por E. D. como latinismo.

(2) Quich. regista-o com êste sentido em Plauto, Terêncio, Cícero e Tito-Lívio.

(3) Quanto a *adspirare = favorecer*, cfr. Quich., s. v., 2.°

*

Especular = contemplar, observar (specular)

Quando o tempo futuro *especulârão.*

VII, 55, 8.

Specular em latim tinha êste sentido e outros próximos. No port. moderno, *especular, especulação, especulador* têem um sentido inteiramente diferente. Todavia o sentido alatinado, também registado por M. nos quinhentistas João de Barros, Heitor Pinto e Arraes, perdura na linguagem filosófica: *sciência especulativa.*

*

Ilustrar = iluminar (illustrare)

He Japão,...
Que *illustrada* será coa Ley diuina.

X, 131, 7-8 (1).

Em latim o verbo tinha êste sentido, mais forte e mais em conexão com o étimo (2). Com sentido já um pouco translato, mas em todo o caso diferente do uso do port. moderno, registei um ex. na prosa ciceroniana:

«... hoc mihi latinis litteris *illustrandum* putavi».

Cic. *Tusc.* 1, 1.

---

(1) Registado por E. D. como latinismo.
(2) Cfr. Quich., s. v. 1.º.

*

Instituir = educar (instituere)

... o culto Mahometico...
No qual me *instituirão* meus parentes,
VII, 33, 3-4 (1)

Quanto a êste sentido de *instituere* em latim, cfr. Quich., s. v., 5.º. O francês *instituteur, institutrice* é vestígio evidente. Mesmo em português temos o termo *instituto;* hoje tende a confundir-se com *instituição* (cfr. «Instituto Português do Cancro»), mas ainda conserva êste sentido latino em alguns casos (v. g. «Instituto Superior Técnico»); no século XIX ainda Castilho escrevia:

«A ilha dos Amores só por si sobraria para os desterrar para bem longe de *institutos* de puericia» (2).

*

Moderar = conduzir (moderari)

No tempo que do reino a redea leue
Ioão filho de Pedro *moderaua*,
VI, 4 3, 1-2 (3).

Em latim Quich. regista êste sentido do vb. depoente *moderari* em Cícero, César, Lucrécio e Estácio. Em port., quer popular, quer literário (4), seria insólito. Todavia... que étimo está na base de *poder moderador?*

---

(1) Registado por E. D. como latinismo.

(2) «Conversação Preambular» do *D. Jayme* (11.ª ed., pág. LXXXIII).

(3) Registado por E. D. como latinismo.

(4) É êste ex. dos *Lus.* o único que M. cita para o emprêgo do vb. *moderar* com êste sentido.

*

Recrear-se = refazer-se (recreare)

E so co sono a gente *se recreia.*

II, 60, 4.

E despois que *se* hum pouco *recreasse,*

VII, 27, 5 (1).

Em latim era êste o sentido etimológico do verbo *recreare (re + creare).* Registei-o na prosa ciceroniana:

«Nam vestris primum litteris *recreatus* me ad pristina studia revocavi».

Cic. *Br.* III, 11.

*

CASOS DUBITATIVOS

Também nos latinismos semânticos dos *Lus.* há casos dubitativos, vocábulos que em relação à língua de hoje apresentam um sentido alatinado, mas a respeito dos quais, devido sobretudo à confusão dos dados do português clássico, só o desbravamento da semântica arcaica poderá porventura dar uma elucidação definitiva.

1. Adjectivos

Seguro = descuidoso (securus)

Ho mesmo o falso Mouro determina,
Que o *seguro* Christão lhe manda & pede,

I, 99, 1-2 (2).

---

(1) Registado por E. D.
(2) Idem.

Os Reis da India liures, & *seguros*,
Vereis ao Rei potente sojugados.
II, 46, 5-6 (1).

Desta arte Affonso subito mostrado,
Na gente da, que passa bem *segura*,
III, 67, 1-2 (2).

E. D. regista a analogia entre o significado que aqui tem o adj. *seguro* e o de *securus* na prosa clássica. Supus ser um latinismo. Porém, já depois registei em Fernão Lopes a seguinte frase:

«Como os Reis de Portugal e de Castella fezerom entre si aveença que entregassem huum ao outro alguuns, que andavom *seguros* em seus Reinos».
Cronica de D. Pedro I, 30 (3).

Não é um argumento contra definitivo. Fernão Lopes é anterior à febre de humanismo, mas não à cultura humanística, dum modo absoluto (4). Em todo o caso, uma frase destas num escritor arcaico põe o investigador de sôbreaviso.

2. Verbos

Gostar = provar (gustare)
(vb. trans.)

O mais curioso e o mais complexo dos latinismos semân-

(1) Registado por E. D.
(2) Idem.
(3) Transcrito por E. D. no comentário a *Lus.* III, 136.
(4) No próprio Fernão Lopes *(Prólogo da Crónica de D. João I)*, há referências a Cícero, a quem chama *Tullio* (como lhe chamam na antigüidade, v. g. Plínio-o-Antigo e São Jerónimo, e, na nossa literatura clássica, Jorge Ferreira e Fr. Luís de Sousa). No *Boosco delleytoso*, — que, segundo J. L. de V., (*Lições de filologia*, 2.ª ed., pág. 136), representa «uma fase lingüística dos comêços do século XV, ou ainda dos fins do século XIV», — há apreciações pessoais e de estranho sabor estético sôbre os clássicos gregos e latinos.

ticos que no poema se apresentam como *casos dubitativos*.

Nos *Lusíadas* ocorre:

> E as que o Termodonte ja *gostârão*.
>
> III, 44, 8.

> Deixamos de Massilia a esteril costa
> Onde seu gado os Azenegues pastão,
> Gente que as frescas agoas nunca *gosta*
>
> V, 6, 1-3.

> Os Cicones, & a terra onde se esquecem
> Os companheiros em *gostando* o Loto.
>
> V, 88, 6-7.

Será um latinismo semântico?

Há argumentos prò e contra. Mas, antes de os analisar, vale a pena considerar a extensão que o vb. empregado nêste sentido e transitivamente teve em português *clássico*.

M. regista-o nos comentários de Afonso de Albuquerque, em Barros, Jorge Ferreira, Arraes, Belchior Estaço do Amaral e Frei Luis de Sousa.

Afora êstes autores, ainda o registei em dois outros, em leituras pessoais:

> (Gaspar Barreiros foi um dos que) «mais *gostaram* a suavidade da nossa língua».
>
> João Pinto Ribeiro (1).

> «E cessando todos os sentidos corporaes do seu uzo, todo o soposto foi manteudo por setenta annos continuados em a doçura da alma, que d'aquelles celestiaes cantares *gostara* pellos orgãos d'aquella ave soantes».
>
> Frei Leão de S. Tomás (2).

---

(1) In *Revista Universal Lisbonense*, número de 31 de Março de 1842.

(2) *Benedictina Lusitana*, ed. de 1644, pág. 403 (apud Dr. José Joaquim Nunes, *Academia das Sciências, Boletim da 2.ª classe*, vol. XXII, pág. 393).

Pôsto isto, vejamos os argumentos prò e contra a hipótese dum latinismo semântico.

Em primeiro lugar, a favor, temos:

a) o ser com êste sentido e transitivamente que o verbo *gustare* se registava em latim clássico (1).

b) o insólito que tais frases representam em relação à língua de hoje.

Contra a hipótese dum latinismo semântico, temos:

a) a abundância de autores clássicos em que se regista a expressão (dez, contando Camões) (2).

b) o estarem entre êsses autores alguns provàvelmente menos imbuídos de cultura humanística, como o navegador Belchior Estaço.

c) o registar-se a expressão já no *arcaico* Fernão Lopes (3).

d) o confronto com as outras línguas românicas, nas quais o verbo transitivo equivalente aparece como filho da língua popular: cfr. o fr. *goûter*.

e) o testemunho do latim *infimæ latinitatis*, em contacto directo com o romanço, no qual também se regista *gustare*, vb. transitivo, com o sentido de *provar* (4).

f) o provérbio *Cada qual come do que gosta* (5).

---

(1) Cfr. Quich., s. v. Abundam os ex. ciceronianos.

(2) Caldas Aulete, s. v., cita ainda um ex. de Frei Tomé de Jesus. A frase de Frei Leão de S. Tomás já se desvia um pouco do esquema primitivo.

(3) «De guisa que os que dentro eram, que mantinham voz do Mestre, começarom de *gostar* cousas asperas de sofrer». (*Crónica de D. João I* cap. 135, in *Antologia portuguesa*, F. L., tôm. III, pág. 101). — Quanto à importância dêste argumento, cfr. o que ficou dito no § anterior.

(4) Cfr.: «Visita me in salutari tuo (Ps. 105, 4) ad *gustandam* in spiritu suavitatem tuam». (*De Imitatione Christi*, L. IV, c. 4, v. 2).

(5) É sabido que nos provérbios fica muita vez fossilizada a língua

g) emfim, o modo como estão dispostos os vários sentidos e construções no artigo respectivo de M:

> Gostar: v. at. Provar... «gostar o vinho»... § gostar alguem; ter affeição, gostar delle: v. g. «aquelle homem não me gosta, ou, não gosta de mim.»... § Gostar, n.: gostar de alguma coisa...

Parece pois que o espírito de M. a evolução semântica seguia a seguinte curva:

1. gostar (tr.) = provar; 2. gostar (tr.) = amar; 3. gostar de (intr.) = amar.

Conclusão: Trata-se ou não dum latinismo semântico? Os argumentos *contra* pesam mais do que os *a favor*, mas os dados são ainda insuficientes para uma solução definitiva.

*

Mover = comover, abalar (movere)

Nos *Lusíadas* ocorre:

> E destas brandas mostras comouido,
> Que *mouerão* de hum Tigre o peito duro,
>
> II, 42, 1-2.

---

duma época, v. g. «Não se pescam trutas a *bragas* enxutas» (quanto ao vocábulo morto «bragas», cfr. J. L. de V., *Lições de filologia*, 2.ª ed., págs. 24-25), «Odio velho não *cansa*» e «Quem corre por gôsto não *cansa*» (hoje dizemos «cansar-*se*», «eu canso-*me*», mas ainda no século XVIII D. Fr. Manuel do Cenáculo escrevia: «ninguem *cansava* de escrever boas obras»). E assim estaria estereotipado nêste provérbio o vb. trans. «gostar», tão freqüente nos nossos clássicos. Todavia não é um argumento decisivo. Para o explicar ainda é possível recorrer a uma «haplologia sintáctica»: * Cada qual come *daquilo de que gosta* > * Cada qual come *do que de que* gosta >. Cada qual come do que gosta.

Mouate a piedade sua & minha,
Pois te não *moue* a culpa que não tinha.
III, 127, 7-8.

Queria perdoar-lhe o Rei benigno,
Mouido das palauras que o magoão:
III, 130, 1-2.

Será um latinismo semântico?

À primeira vista assim parece, se se levar em conta, por um lado, o insólito que tal sentido representa em relação à lingua de hoje e, por outro, a analogia com o verbo *movere* do latim clássico, cfr:

«Quis enim est tam excors, quem ista *moveant?*»
Cic. *Tuscul.*, I, 6.

Mas não são elementos suficientes para resolver o problema e os dados de M. parecem pelo contrário favoráveis à hipótese de uma expressão popular.

*

Respeitar e *ter respeito a = fazer caso de (respicere)*

Nos *Lusíadas* ocorre:

O velho pay sesudo, que *respeita*
O murmurar do pouo, & a fantasia
Do filho, que casarse não queria.
III, 122, 6-8.

A estas criançinhas *tem respeito*,
Pois o não tês aa morte escura della,
III, 127, 5-6.

e com sentido próximo o substantivo *respeito:*

Que sempre grandes cousas deste geito
Presago o coração me prometia:
Não sey porque razão, porque *respeito*,
Ou porque bom sinal que em mi se via,
IV, 77, 3-6.

E. D. escreve no comentário a III, 122, 6-8: «*respeitar* na acepção de *atender a, fazer caso de, ter atenção a (respicere)*. É locução sinónima *ter respeito a* (III, 127)».

Será um latinismo semântico? Será a reviviscência do freqüentativo (herdado pela língua popular) com o sentido translato que tivera, assim como *respicere*, em latim clássico? À primeira vista parece, mas as informações valiosas de M. levam antes a supor que o substt. *respeito* e o vb. *respeitar* tivessem outrora em português vários sentidos, dos quais um só se teria mantido na língua popular, havendo fósseis dêste outro (v. g. *pelo que me diz respeito, respeito humano*).

C. E. Corrêa da Silva.
(Paço d'Arcos)

Êste primeiro tratado de comércio luso-britânico, celebrado em Londres em 20 de Outubro de 1353, foi negociado por Afonso Martim Alho, em nome dos mercadores, marinheiros e comunidades marítimas das cidades e vilas, de Lisboa e do Pôrto e devia ter a duração de cinqüenta anos. É notável o carácter do tratado, pois não tem da parte de Portugal a chancela régia, que sempre firmava actos diplomáticos internacionais desta natureza. Contudo foi aceite como consumado e é mesmo provável que se tivesse feito com o assentimento de Afonso IV, porque pouco depois êste reclamou à sombra dêle, como veremos (2). Por êste tratado, cujo texto damos na íntegra, comprometiam-se as partes interessadas a guardar os seguintes preceitos, de acôrco com a doutrina dos respectivos artigos:

a) conservar boa amizade e aliança em terra e no mar durante cinqüenta anos contados da data da celebração;

b) não ofender as partes em pessoas e bens, e não concluir acôrdo, aliança, ou prestar auxílio a estranhos em prejuizo das partes;

c) dar liberdade e passagem em terra e no mar nos domínios das partes; conceder prescrição a todos os recursos pendentes; dar solução justa ou compensação a qualquer dano ou recurso das partes, perseguindo os culpados em bens e pessoas;

---

(1) Cont. do n.º 2, pág. 174.

(2) G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 424.

d) não denunciar o tratado por qualquer incidente entre as partes interessadas, o qual deveria ser resolvido como se estipula no artigo anterior;

e) restituir os bens das partes, quando tomados juntamente com qualquer navio, cidade, castelo ou pôrto de inimigos, desde que não estiverem ao serviço dêstes;

f) que os Portugueses possam ir pescar às águas francesas e inglêsas pagando os respectivos direitos.

O texto do tratado, escrito em francês é o seguinte:

Conventiones, cum Hominibus de Marina Portugalliæ, per quinquaginta Annos duraturæ.

Sachent touz que,

Come les bones Gentz, Marchauntz, Mariners, & les Comunaltes de la Marisme, des Citees & Villes, de Ulixbon, & de Port du Portugal, du Roialme & de Seignurie de Roi de Portugal & de Algarbe, eient Envoye Alfonse Martyn, dit Alho, lour Message & Procuratour devers, le Tresexcellent Prince, Monseur Edward, par la Grace de Dieu, Roi d'Engleterre & de France,

De Treter des Amistes, & fermes Alliances, entre le dit Roi d'Engleterre & de France, pur lui, & pur ses Subgitz, & les Gentz, Marchauntz, Mariners, & Comunaltes de la Marisme, des Citees, & Villes, de Ulixbon, & du Port de Portugal, avaunt dites, pur eux & chescun de eux perpetuement, ou au certein tems, solonc ce q'il plerra au dit Roi d'Engleterre, & de Fraunce, a durer,

Sur quoi, pur bone Alliance & Amiste faire & Amour norir entre le dit Roi d'Engleterre, & de Fraunce, pur lui, & pur ses Subgitz, & les ditz Gentz, Marchauntz, Mariners, & Comunaltes avant dites, & pur commun Profit d'une part & d'autre, si est accorde en la Manere que s'ensuyt,

Primerement, que bone Accort & Alliance soient tenuz & par Meer, entre les Parties susdites, a durer, del jour de la Fesaunce de cestes, tanque a Cinquant Auns acomplys.

Item, que nulles des Gentz, Subgitz de dit Roi d'Engleterre & de Fraunce, ferra Mal, ne Damage, en Persones, n'en Niefs, Marchandises, n'en autres Biens, as Gentz, Marchauntz, Mariners, ne Comunaltes des dites Marismes & Citeez, de Ulixbon, & du Port de Portugal:

Ne que nul des Gentz, Marchauntz, Mariners, & Comunaltes des Marismes, & des Citees avantditz, ne ferra Mal, ne Damage, en Persones, n'en Niefs, Marchandies (*sic*), n'en autres Biens, as Gentz d'Engleterre, de Gascoign, d'Irlaund, de Gales, ne a nul autre des Subgitz du dit Roialme d'Engleterre & de Fraunce;

Ne que nul des Gentz, ne Subgitz, de l'une Part, encountre, n'en prejudice de l'autre Partie, ne ferront Alliaunce, ne durront Eide ne Succours, en aucune manere, as Enemys, contrairs, ou Adversairs de l'autre partie.

Item, Accorde est que les Gentz, Subgitz, Maistres, Mariners, de l'une partie & del autre, de quele condiction q'ils soient, puissent Seurement, Fraunchement, & Sauvement aler & passer, par Terre & par Meer, a touz les Marismes, Portz, Citees, & Villes de l'une part & del autre, & as touz autres Roialmes & Parties, ou lour plerra, oue lours Niefs, Grauntz & Petitz, & od totes Marchandises que ferront charges en les dites Niefs, de queux Pays & Gentz les dites Marchandises soient:

Et que totes maneres de Debatz, Dissensions, & Descortz, menez, & Damage donez, de l'une partie & de l'autre, de toute temps passe, tanque a la Fesaunce de cestes (si nulles y soient) cessent, & soient anientiz saunz enter action, ou recoverir avoir a tous jours;

Et, si nul Mal ou Damage soient faitz, desore en avant, par l'une partie a l'autre, soient les Mals & Damages avaunt-ditz, convenablement & duement, Redressez par les Seignurs, ou Grauntz, d'une part & d'autre;

Et eit la partie, que avera resceu le Damage, ses des-

penses, queux il ferra en la pursuyte de la Persone, qe ferra le Mal, & de ses Biens;

Et, en cas q'il n'eyt mye Biens suffisants de faire les Amendes, que son Corps soit pris, & Justice faite de la Persone, a la pursuyte de celui q'avera pris le Damage.

Item, Accorde est que, s'il aviegne que, durante cest Acord, nul Mal, ou Damage, soit fait par Gentz ou Subgitz de l'une partie al'autre, que pur ceo ne ferra mye l'Accort rumpue; einz serra fait Redresce & Reparacion par les Seignurs, & Grauntz, d'une part & d'autre, come dessus est dit.

Item, q'en cas que le Roi d'Engleterre & de Fraunce, ou ses Gentz, preigne ou gaigne de son Adversaire (qi qil soit) Ville, Chastel, ou Port, en quele Ville, Chastel, ou Port, soient trovez biens de les Gentz, Marchauntz, Mariners, ou Comunalte de la Marisme, & Citees avandites ou Niefs, en queles Marchaundises ou autres Biens, des Gentz, Marchauntz, Mariners, ou Comunalte avandites, soient trovez.

Que le dit Roi d'Engleterre & de Fraunce, ou celui que serra Capitayn pur lui, ferra sercher leur Biens, en qi mains q'il soient, & ferra son loial poair, sur l'assurance de cette Accort, de faire rendre les dites Niefs, Marchaundises, & Biens, a les Gentz, Marchauntz, Mariners, ou autres de Comunalte de la Marisme, & Citees avan dites, de queux ils serront, sur lour Serement,

Par ensi q'ils ne soient armez ou les Enemys le dit Roy d'Engleterre & de France, nene facent a eux Eide, Succour, ne Confort,

Et, si nul de eux soit Troue Armez, ou face Eide, Succour, ou Confort, as ditz Enemys le dit Roi d'Engleterre & de Fraunce, q'il garde ses Biens & le Corps, & quel nul des autres, que tiendrout loialment cette Accort, soi Damage por eux:

Et ensi, si les Gentz le dit Roi d'Engleterre & de Fraunce

preignent, en la Meer, ou en Port, nules Niefs de ses Adversairs, ou Enemys, & en les dites Niefs soient troves Marchandises, ou autres Biens, de ces de la Marisme, & Cites avandites, soient les ditz Biens & Marchandises amesnez en Engleterre & Sauvement gardes tanque les Marchantz, des queux mesmes les biens & Marchandises serront, eient provez que les Biens soient lours,

Et autiel ferront, en semblable cas, ceux, de la Marisme & Citees avantdites, as Gentz & Subgitz de la Seignurie le dit Roi d'Engleterre & de Fraunce.

Item, que Pessoners de la Marisme, & Citees avandites, puissent venir & pescher, Fraunchement & Sauvement en les Portz d'Engleterre & de Bretaigne, & en touz les autres Lieux & Portz, ou ils vorront, paiantz les Droitz & les Custumes, a les Seignurs du Pays.

En Tesmoignance de queles choses le dit Roi d'Engleterre a l'une de cestes presentes Lettres Endentes, demurante devers les Citees & Marisme avantdites, ad mys son Seal.

Et le dit Alfonse Martyn, dit Alho Message & Procuratour des Citees & Marisme susdite, a l'autre partie de cestes presentes Lettres Endentes, demurante devers le dit Roi d'Engleterre & de Fraunce, ad mys son seal.

Don. a Loundres le vintisme jour del Moys d'Octobre, l'An de grace Mill Trescentz, Cinquant & Tierez (1).

Parece que foi Portugal que teve de invocar em primeiro lugar o texto do tratado para exigir satisfação de agravos cometidos por subditos inglêses na pessoa e bens de Portugueses, porquanto em 1357, ou pouco antes, surgiu um conflito entre as duas coroas proveniente do apresa-

---

(1) Rymer, *Foedera*, v, 763–4; Dumont, *Corps Universel Diplomatique*, 1–2, 286; Quintela, *Annais da Marinha*, 1, 22; Rebêlo da Silva, *Hist. de Portugal*, IV, 502; Laranjo, *Relações*, in *Instituto*, LVI, 707; *Commercial relations*, págs. 8 e 42 segs; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 146 e 423; Câmara Manoel, *Portugal e a Inglaterra*, págs. 53-56.

mento, feito por Inglêses, de mercadorias portuguesas carregadas em navios capturados pelos Franceses. Afonso IV reclamou em face do artigo 5.º do tratado de 1353, mas o soberano inglês recusou-se a restituí-las, alegando que tinham sido apreendidas quando eram já propriedade dos Franceses, inimigos da Inglaterra; êste incidente deu origem à troca de correspondência diplomática, de que existe uma carta de Eduardo III publicada na obra de Rymer (1).

Da permanência em Portugal de artífices ou industriais estrangeiros, no reinado de Afonso IV, fala Brandão, dizendo que o soberano «por se livrar das despesas que fazia, largou tôdas as minas de prata, chumbo, cobre, estanho, pedra ume, enxofre & azeviche, q̃ parece reservou as outras a Afonso Peres mercador natural do Pôrto & a Bernal Fucara estrangeiro, para elles & successores, cõ obrigação de pagar a el Rey a quinta parte» (2), O nome dêste concessionário estrangeiro parece indicar, se me não engano, que êle seria de origem germânica, talvez alemão ou flamengo, pois é semelhante às formas *Focoro* e *Focro*, com que se designavam em documentos nossos do século XVI os célebres banqueiros alemães Fugger, com quem mantivemos activas relações financeiras e comerciais naquele século, por intermédio da nossa feitoria da Flandres. A casa Fugger foi fundada em 1370 em Augsburgo por um tecelão e tornou-se depois um dos grandes potentados financeiros da Alemanha (3).

---

(1) «Ad Regem Portugalliæ, super Bonis de Guerra Lucratis, Responsiva», in *Foedera*, IV, 14; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 46; *Commercial relations*, págs. 44–45; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 424.

(2) *Monarchia Lusitana*, V, 80, V, citado por Fortunato de Almeida, *Hist. de Portugal*, I, 451, nota 4.

(3) Braamcamp Freire, *Arch. Hist. Portug.*, VI, 379; sôbre Fugger ver Konrad Häbler, *Die Geschichte der Fugger'schen Handlung in Spanien*, Weimar 1897, passim, *Arch. Hist. Port.*, VII, *passim* e adiante no cap. II, quando se tratar das nossas relações comerciais com a Alemanha no século XVI.

Até esta época são escassos os documentos e notícias nacionais sôbre a permanência de Inglêses em Portugal, o que leva a crer que, como observam Shillington e Chapman, o comércio luso-britânico fôsse exercido quási sòmente pelos Portugueses (1). Desde os meados do século XIV, porém, os Inglêses abalançaram-se mais ao tráfico marítimo, vindo com maior freqüência aos portos lusitanos, que então começavam a coalhar-se de mercadores estrangeiros. Por êste tempo as frotas inglêsas, em grande número, freqüentavam os portos do Báltico, da Islândia, da Flandres, Guiena, Espanha, etc. para onde transportavam lãs, peles, panos, trigo, queijo e manteiga, estanho, chumbo, ferro e outras mercadorias, o que fazia dizer a John Gower que os Ingleses «travaile in every londe», e fazia designar então o soberano inglês pelo título de *Rei do Mar* (2). A actividade marítima é recordada num outro Inglês coevo, Chaucer (1340–1400), que alude indirectamente ao trato anglo-hispânico, ao dizer que um marinheiro inglês (shipman)

> ... knew wel alle the havenes, as they were,
> From Gootlond to the cape of Finistere.
> And every cryke in Britayne and in Spayne (3).

Por alguns documentos e notícias aduzidas verifica-se que o comércio externo de Portugal nesta época tinha já adquirido grande incremento e que tendia a desenvolver-se cada vez mais. As plagas lusitanas começavam a abrigar navios de muitas nações, de onde os seus naturais vinham aqui buscar os produtos do nosso território, cujos vinhos estavam sendo muito procurados nos mercados estrangeiros,

---

(1) *Commercial relations*, pág. 46.

(2) Jusserand, *Hist. littéraire du peuple anglais*, I, 257 e 258 nota 2.

(3) *Canterbury Tales*, «Prologue», vv. 409–411, pág. 424 da ed. de Skeat.

principalmente em Inglaterra, para onde se exportavam havia já muito tempo (1). Um diploma inglês de 1366 refere-se em especial à importação de vinhos da Península, que era muito grande (2); outro de 1372 menciona um carregamento de 109 toneis de vinho, realizado em Lisboa por um Genovês, e anos depois um mercador de Bruges naufragou na costa inglêsa com uma carga de vinhos portugueses que transportava para Bristol a-fim-de ali os vender (3). Em 1376 os toneis exportados de Lisboa levavam marca especial privilegiada na Flandres e em outras terras, o que mostrava a excelência e a quantidade de vinhos saídos daquele pôrto (4). Escreve Pedro Mariz, admirado do movimento que os cronistas atribuíam ao pôrto de Lisboa no tempo de D. Pedro I: «havia então em Portugal tão grande contratação de vinho, azeite, e sal, e outras cousas, que sòmente na barra da Cidade de Lisboa acontecia algumas vezes no ano acharem-se quatro centos, e quinhentos navios de carregação juntos, de que El Rey tinha grandes direitos; e estas carregaçoens se fazião cada anno três, e quatro vezes. E por serem tantos, e tão continuos os navios dos estrangeiros, ordenou a Cidade de Lisboa certos homens, que pelas ruas armados andassem vigiando de noite, e guardando a Cidade de alguma treição (5)». Antes de 1357 já viviam em Portugal comerciantes estrangeiros, como vimos em relação a um subdito inglês. Gama Barros fala de um «don Vivaldo genoes cidadão de lixboa» que habitava nesta cidade por volta de 1278, e que serviu de testemunha na doação que, em 24 de Fevereiro daquele ano, Afonso III fêz a seu filho D. Afonso da vila e castelo

---

(1) *Commercial relations*, pág. 47.
(2) Rymer, *Foedera*, III, 781 e *Commercial relations*, pág. 48.
(3) *Commercial relations*, pág. 48.
(4) G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 410.
(5) *Dialogos de varia historia*, Lisboa, 1758, vol. I, pág. 207.

da Lourinhã (1). Êste caso, como ponderou o eminente historiador, não devia ser único, tanto mais que, como já vimos, as frotas das república italianas faziam escala por Lisboa na sua rota para os portos do Atlântico (2). No ano de 1357, em 22 de Junho, D. Pedro I confirmou os privilégios dos Genoveses, Prazentins (de Placencia), e Corcins, alegando que já haviam sido outorgados por seu pai (3). Um dos mais antigos documentos que se referem a negociantes estrangeiros estabelecidos entre nós é a carta de privilégios passada pelo mesmo monarca em 7 de Março de 1363 em que se fala de Prazentins, Genoveses, Corcins (?) e Milaneses que viviam em Lisboa. A estes mercadores concede o soberano a regalia de carregarem as suas naus como costumavam, escolhendo um de entre êles para êsse efeito, sem remuneração, contra o privilégio que um certo Martim Simon tinha alcançado em carta régia. Vários autores dizem que êste documento se refere também a Inglêses, que figurariam ali com a designação de *Escoceses,* mas Gama Barros contesta essa afirmação (4). Contudo comerciantes de Inglaterra

---

(1) G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 388, onde cita a *Chancelaria de D. Afonso III*, livro I, 144.

(2) Roux de la Rochelle, *Villes Anséatiques*, pág. 4 e segs.

(3) Rebêlo da Silva, *Hist. de Port.*, IV, 5:8; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 404 onde remete para a *Chancelaria de D. Pedro I*, livro I, 3.

(4) Rebêlo da Silva, IV, 515; Santarem, *Quadro elementar* XIV, 47; Laranjo, *Relações, etc.* no *Instituto,* LVI, 709; *Commercial relations*, pág. 49; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 187–188; *Chanc. de D. Pedro I*, livro I, pág. 81. G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 188, nota 1, diz que onde se tem lido *escoceses* (como alegam Rebêlo da Silva, Santarém, Laranjo, Shillington & Chapman) se deve ler *corcins*, que eram uma casta de mercadores italianos. A correcção de Gama Barros está ainda de acordo com o que diz Fernão Lopes, *Chron. de D. Fernando*, pág. 125–126, onde se fala de «Genoeses, e Prazentijns, e Lombardos, e Catelaães Daragom, e de Maiorga, e de Millam, que chamavom Millaneses, e Corcijns, e Bizcainhos etc». A palavra de que se trata, no documento,

deviam já nesta época aportar com bastante freqüência a Portugal, como se disse, e em favor disto militam as regalias e liberdades que em seu proveito foram concedidas pouco depois, no tempo de D. Fernando.

Êste rei, tão inconstante nos seus actos, e por isso mesmo tão severamente julgado pela maior parte dos historiadores, foi um dos soberanos que maior alento deram ao progresso económico da nação portuguesa. As providências sôbre a agricultura, consubstanciadas na lei das sesmarias, a protecção dispensada à marinha, e as leis sôbre comércio e industria, além de muitos outros benefícios prestados à actividade nacional, bastariam só por si para desfazer a lenda infamante com que foi obscurecido o infeliz esposo da Frol d'Altura, a-pesar-dos conflitos a que o seu mau sestro político por vezes nos arrastou, e que foram causa da primeira crise da independência. Para proteger e salvaguardar o comércio marítimo das incertezas e riscos dos mares estabe-

---

que copiei na íntegra, parece mais na verdade *scoceijs* do que *corcins*, e Shillington & Chapman, *Commercial relations*, pág. 49, ao abordarem êste assunto, falam de «Scotch merchants» aduzindo um manuscrito do Museu Britânico (Brit. Mus, M. S., *Landsowne*, 190, fol. 4). No entanto é estranho que, na *Chancelaria* citada, entre mercadores só italianos figurem escoceses, demais numa época em que a forma *engres* era vulgar e corrente. Resta saber também se a palavra *escocês*, que hoje empregamos, tinha forma análoga no século XIV. Na *Miscellania* de Garcia de Rèsende, est. 129 (séc. XVI) aparece a forma *escorceses* e em Sá de Miranda, *Poesias*, ed. de D. Carolina Michaëlis, pág. 206 aparece a forma *escoces*. Em documentos também do século XVI encontra-se a forma alatinada *Escoto*, por ex.: Jorge Bucanano ou Buquenano Escoto (*Arch. Hist. Port.*, IV, 241 segs. e 274), e Ascanio Escoto, como ainda aparece no século XVIII no *Comp. hist. da Universidade*, pág. 41. *Corcins*, *Coarcini*, ou *Coarsini*, também designados *Lombardos*, eram Italianos que faziam o comércio bancário e se entregavam à usura: Roux de la Rochelle, *Villes Anséatiques*, pág. 112 e G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 188 nota 1.

leceu D. Fernando, entre outras coisas, o seguinte: «que se escprevessem per homeens idoneos e perteeçentes, todollos navios tilhados que em seu reino ouvesse, des çimquoemta tonees pera çima, assi os que hi emtom avia, como os outros que depois ouvesse; e esto em Lixboa, e no Pôrto, e nos outros logares omde os ouvesse. E posto assi em liuros o dia e preço por que forom comprados, ou feitos de novo, e a vallia delles, e quando forom deitados a augua, todo aquello que esses navios gaanhassem, fosse de seus donos e dos mareantes, como se sempre husou; e de todo quamto esses navios percalçassem de hidas e vijndas, assi de fretes come de quaaes quer outras cousas, pagassem pera a borssa dessa companhia duas coroas por çento; e que fossem duas borssas, huma em Lixboa, e outra no Pôrto, e teerem carrego de teer estas borssas aquelles a que elRei dava carrego de taaes estimaçoões e avalliamento, pera do dinheiro dellas se comprarem outros navjos em logar daquelles que se perdessem, e pera outros quaaes quer emcarregos que comprissem pera prol de todos: e quamdo aconteçesse que alguum ou alguuns navios pereçessem, per tormenta ou per outro cajom, e esto em portos, ou seguindo suas viageens, ou seendo tomados per emijgos, imdo ou vijmdo em auto de mercadoria, que esta perda dos ditos navios que assi pereçessem, se repartisse per todolos senhores dos outros navios, per esta guisa: veersse a vallia de todollos navios que aaquel tempo hi ouvesse, e outro si o valor daquel navio ou navios que se perdessem, ou fossem tomados, e comtarsse todo quamto montasse solldo por livra, aos milheiros ou cemtos, que cada huum navio valesse, e tanto pagar cada huum senhor de cada navio, quamdo na borssa nom ouvesse per que se podesse pagar; e que aquello fosse visto e extimado per aquelles homeens boons que per el, ou pellos Reis que depos el veessem, fossem postos por executores desta hordenaçom». Estes executores foram em Lisboa Lopo

Martins e Gonçalo Peres Canellas (1). Além d'esta instituïção do seguro contra os riscos e perigos do mar, o monarca, sempre atento ao desenvolvimento da riqueza nacional, ordenou sábias disposições para animar e aumentar a construção de navios. Assim, diz o seu cronista: «Veendo o muj nobre Rei Dom Fernando, como nom soomente desta samta e proveitosa hordenaçom que assi fezera, se seguia gram proveito a el, e a todoo poboo do reino, mas aimda das mercadarias mujtas que delle eram levadas, e trazidas outras, avia gramdes e muj grossas dizimas, e que o proveito que aviam dos fretes os navios estrangeiros, era melhor pera os seus naturaees, des i mujto moor homrra da terra, avemdo em ella mujtas naves, as quaees o Rei podia teer mais prestes, quamdo comprissem a seu serviço, que as das provemçias del alomgadas; hordenou, pera os homeens haverem moor voomtade de as fazer de novo, ou comprar feitas, qual mais sentissem por seu proveito, que aquelles que fezessem naaos de cem tonees a cima, podessem talhar e trazer pera a cidade, de quaaesquer matas que delRei fossem, quamta madeira e mastos pera ellas ouvessem mester, sem pagamdo nenhuuma cousa por ella; e mais que nom dessem dizima de ferro, nem de fullame nem doutras cousas, que de fora do reino trouvessem pera ellas; e quitava todo o direito que havia daver, aos que as compravom e vendiam feitas. Outrossi dava aos senhores dos ditos navios, da primeira viagem que partiam de seu reino carregados, todollos dereitos das mercadorias que levavom, assi de sal, come de quaaes quer outras cousas, tambem de portagem, como de sisa, come doutras emposiçoões, assi das mercadorias que seus donos das naaos carregassem, come dos outros mercadores. Dava mais aos donos das naaos ametade da dizima de todollos panos, e de quaaes quer outras mercadorias, que da primeira

(1) Fernão Lopes, *Chron. de D. Fernando*, cap. 91.

viagem trouvessem de Framdes, ou doutros logares, assi das cousas que elles carregassem, come das que outros carregassem em ellas. Aalem desto mandaua que nom tevessem cavallos, nem seruissem per mar nem per terra com comçelho nem sem elle, salvo com seu corpo; e que nom paguassem em fimtas, nem talhas. nem sisas que fossem lançadas pera elle, nem pera o comçelho, nem em outra nenhuuma coosa, salvo nas obras dos muros omde fossem moradores, e das herdades que hi tevessem, e doutras nenhuumas nom: e acontecendo que os navios assi feitos ou comprados, pereçessem da primeira viagem, mandava que estes privillegios durassem aos que os perdessem tres anos seguintes, fazendo ou comprando outros, e assi per quamtas vezes os fezessem ou comprassem; e se dous em companhia faziam ou compravam alguma naao, ambos aviam estas meesmas graças» (1).

Como conseqüência natural destas e de outras providências acertadas, neste reinado continuou a aumentar consideràvelmente o movimento do nosso comércio interno e externo, e com êle a concessão recíproca de privilégios entre portugueses e estrangeiros. Para tratar das suas questões e interêsses tinham naturalmente os estrangeiros representantes ou procuradores seus em Portugal, o que no entanto não consta, segundo parece, de documentos anteriores a 1385. Numa carta de D. João I, de 10 de Abril do mesmo ano é que se fala da existência de consules, ao revogar-se uma concessão que D. Fernando tinha feito aos estrangeiros para terem um consul que servisse de Juiz para os seus feitos (2). Os Inglêses aparecem desde agora mencionados, com certa freqüência, nos nossos documentos e diplomas. Em 29 de

---

(1) Fernão Lopes, *Chron. de D. Fernando*, cap. 90 e Fr. Manuel dos Santos, *Monarch. Lus.*, pt. VIII, livro 22, cap. 30.

(2) G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 489.

Outubro de 1367 outorgou D. Fernando aos mercadores britânicos a nomeação de um Juiz privativo para julgar as suas questões com os Portugueses, e nomeou para êsse cargo Fernão Rodrigues a-fim-de se dar rápida decisão aos processos pendentes ou que viessem a formar-se (1). Provàvelmente como compensação já um pouco tardia, ou como medida de reciprocidade de regalias Eduardo III concedeu aos Portugueses por carta de 3 de Dezembro de 1371, a faculdade de irem comerciar aos seus domínios v. g. aos portos de Bristol, Barnstaple, Exeter, Dartmouth, Fowey, Plimouth, Melcombe, Weymouth, Southampton, Chichester, Lynn, e outros, sem receio de violências, contanto que pagassem os devidos direitos e tributos, determinando mais que quaisquer haveres arrestados lhes fôssem imediatamente entregues (2). Três dias depois ordenou ao senescal do príncipe de Gales, no condado da Cornualha, a libertação de alguns mercadores portugueses que haviam sido detidos em Dartmouth e Falmouth, ao mesmo tempo que lhes permitia livre trânsito para onde quer que eles fôssem (3).

Na mesma ocasião concedeu salvo-condutos, válidos por um ano, a quatro capitães de barcos portugueses que faziam o tráfico entre Inglaterra e Portugal, os quais poderiam exercer o seu comércio livres da interferência dos oficiais régios (4). Em 1374, a-pesar-das facilidades oferecidas pelo rei

---

(1) Rebêlo da Silva, *Hist. de Port.*, IV, 516; Laranjo, *Relações, etc.* no *Instituto*, LVI, 709; Victor Ribeiro, *Privilegios de estrangeiros em Portugal*, Coimbra, 1917, pág. 27 e 37; *Commercial relations*, pág. 49–50; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 425; Lúcio de Azevedo, *Epocas de Portugal economico*, pág. 404; *Chancelaria de D. Fernando*, livro I, folha 20 v

(2) «Pro Mercatoribus de Portugalliæ», in Rymer, *Foedera*, IV, 703; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 46; *Commercial relations*, pág. 51 e 52 e nota 1; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 425 e 426.

(3) *Commercial relations*, pág. 52; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 426; ambos citam Rymer.

(4) Idem, *ibidem*.

de Inglaterra e a despeito da entrada em vigor do tratado de aliança entre as duas nações (16 de Junho de 1373), novamente alguns negociantes portugueses reclamam perante o soberano inglês contra violências praticadas pelos representantes dele. Parece que era hábito dos oficiais régios inglêses a infracção quási constante das disposições sôbre mercadores estrangeiros, visto que a cada passo se deparam reclamações contra o seu procedimento e contra os vexames exercidos, ou por eles, ou com a sua cumplicidade.

(*Continua*). L. Saavedra Machado.

SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DA MUSICA EM PORTUGAL(1)

LUIZ (JOÃO)

Musico da camara e tangedor de cravo do Infante D. Luiz, a quem D. João III, em carta de 25 de novembro de 1556, confirmou a tença de trinta mil reaes.

O sr. visconde de Castilho, na sua *Lisboa Antiga* (pag. 315 do tomo 7.º dos *Bairros Orientaes*), diz que no *Divertimento de estudiosos,* de José Marques Soares, achára menção de dois musicos do infante D. Luis: João Luis e Diogo Navarro.

Eis a carta de D. João III referente a João Luis:

« Dom Johã & A quantos esta minha carta virem faço saber que eu concedy ao Ifante dom Luis, meu irmão, que sancta gloria aja, de per seu falecimento fazer merce a pesoas a que elle deixasse em seu testamento tenças e merces, de lhas mandar dar da maneira que elle o declarasse: E porque elle deixou a Johã Luis, seu musico da camara e tangedor de crauo trinta mil rs de tença como hera declarado no liuro de seus descareguos, que hera outro tanto como tinha delle dordenado de tangedor de crauo, ey por bem, por nisso fazer merce ao dito Johã Luis que elle tenha e haja de mym de tença em cada hum anno em dias de sua vida os ditos trinta mil rs de janeiro que passou deste anno presente de quinhentos cinquenta e seis em diante E mando ao barão dAluito, veedor de minha fazenda que lhe faça asentar os ditos trinta mil rs no liuro della e despachar em cada hum ano pera luguar onde delles aja bom paguamento, constando-lhe per certidaõ feita nas costas desta

---

(1) Cont. do vol. 79.º, pág. 548.

de Manoel Coresma, escriuã de fazenda do dito Ifante, de como no liuro de seus descareguos no titolo do dito Johã Luis fica posta verba como ouue este padrã per vertude da verba do dito testamento, e pera firmeza de todo lhe mandey dar esta per mym asynada e asellada do meu sello pendente. Dada na cidade de Lixboa a xxb dias do mes de nouembro. Johã Aluarez a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jhu Xpo de mil bc cinquoenta e seis. E eu Aluaro Pirez a fiz escreuer ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III, Doações*, liv. 59, fol. 212 v.).

LUIS DA RIBEIRA (JOÃO)

Acompanhou em 1510, n'uma expedição militar a Africa, D. Francisco de Lima, 3.º visconde de Villa Nova de Cerveira. Era tocador de rebeca e irmão de Albano Gonçalves. (*Archivo Viannense*, tom. 1.º, pag. 76).

LUNA (LUIS DE)

Filho de Martim de Luna. Tomado por charamella. Alvará de 20 de abril de 1641. (Torre do Tombo, *Matriculas*, liv. 6, fol. 156).

L. V. E S.

São estas as iniciaes que firmam *A Victoria da Terceira, Hymno Patriotico, Composição de L. V. e S.*

Vem esta composição appensa a um exemplar que possuo do opusculo de Garrett, *A Lealdade em triumpho ou a victoria da Terceira. Canção. Ao general conde de Villa Flor e ao valoroso batalhão de voluntarios da senhora D. Maria II.* Londres.

(MACEDO) ANTONIO DE

Capellão-cantor da capella real. Em 5 de novembro de 1587 lhe fez el-rei mercê de tres moios de trigo. Pela

sua boa voz, de certo, foi chamado á corte de Madrid. Ali D. Filipe, por alvará de 20 de outubro de 1589, lhe fez mercê de 500 cruzados de bens confiscados aos compromettidos na rebellião de D. Antonio, Prior do Crato, afim de elle poder metter freiras duas irmãs. Em satisfação d'aquelle alvará lhe foram dadas, em 23 de novembro de 1591, umas casas no valor de 300 cruzados, sitas na rua Direita de Santana, pertencentes a Luiz Alvares de Lemos. Só passados annos, em 1600, é que lhe foram pagos.

« Dom Felipe &c aos que esta minha carta virem faço saber que avendo respeito aos seruiços de Antonio de Macedo, meu capellaõ cantor, e a boa voz e abelidade que tem, ey por bem e me praz de lhe fazer merce de trez moyos de trigo cada anno em sua vida, os quais começará a vẽcer do primeiro dia do mez de janeiro que pasou deste anno presẽte de b^{c}lxxxbij em diante e lhe seraõ pagos com certidaõ do dayaõ de minha capella como serue autualmente nella. E portanto mando a dom Fernando de Noronha, conde de Linhares, do meu conselho do estado e vedor de minha fazenda que no liuro della lhe faça asẽtar os ditos tres moyos de trigo e do dito primeiro de janeiro deste anno presente em diante despachar cada anno em parte onde lhe sejaõ bem pagos, e por firmeza do que dito he lhe mandei dar este por mim asinado e asellado do meu sello pendemte. Dado na cidade de Lixboa aos cinco dias do mez de nouembro — Antaõ da Rocha o fez — anno do nacimento de noso Senhor Ihuũ Xp̃o de mil b^{c}lxxxbij. E eu Aluaro Pirez, digo Manuel dazeuedo o fiz escreuer ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 18, fol. 26).

« Eu elRei faço saber aos que este aluara virem que eu ey por bem e me praz de fazer merce a Amtonio de Macedo, meu capellaõ e cantor, de quinhẽtos cruzados por hũa vez pagos em bens cõfiscados ou que sé cõfiscarem pella materia da rebeliam de dom Amtonio, que foi prior do Crato depois de serem julgados pera minha coroa per sẽtença de que naõ aja apelaçam nem agrauo, e isto pera ajuda de meter duas irmaãs freiras repartidos por ãtre ãbas, cem mil rs a cada hũa, pello que mando a todas as justiças e officiaes, a que o conhecimento do caso pertencer que das fazendas que forem julgadas pera minha coroa pella ditta rebeliaõ façaõ dar ao dito Amtonio de Macedo os ditos quinhentos cruza-

dos, por quanto lhe faço delles merce pera ajuda de meter as ditas suas irmaãs freiras e se repartirem por ãtre ambas, como dito he, e das fazendas que lhe asy forem dadas a cõta deste alluara se façaõ asẽtar nos autos das cõdenaçoẽs com declaraçaõ das fazendas que saõ, calidade, sorte e valia dellas, aos quaes autos se acostara o treslado deste aluara com conhecimentos do dito Antonio de Macedo pera se saber como he emtregue das ditas fazendas e outros asentos e declaraçoẽs se faraõ nas costas deste que lhe ficara por titollo das ditas fazendas pera as ter e pesuirem asy e da maneira que as pesuiaõ as pessoas condenadas, por que assy o ey por bem e mando que se cumpra e guarde inteiramente como aqui he cõtheudo e este ey por bem que valha e tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome per mym asinada e asellada do meu sello pendente sem ẽbargo da ordenaçaõ do liuro segundo, titolo 20, que o contrario dispoem. Baltesar de Sousa o fez em Madrid a xx de outubro de quinhentos oitenta e noue. Sebastiaõ Perestrello o fẽz escreuer ».

Tem as seguintes verbas ao lado :

« Ao sobredito se passou aluara asinado por sua Magestade, pello qual ouue por bem de lhe fazer merce de hũas casas que estaõ na rua direita de Santa Ana, que foraõ de Luis Aluarez de Lemos, e por sẽtença que se passou em causa julgada estaõ confiscadas pera a coroa pella rebelliaõ de dom Antonio, das quaes casas lhe fez merce em iij^{c} cruzados em que foraõ avalliadas; e isto á conta dos quinhentos cruzados conteudos neste registo, e em parte em pagamento delles, e do sobredito se pos aqui esta verba por vertude do dito aluara que esta registado no liuro de P.^{o} Castanho de 591 a fls 129 em Lixboa a xbij de dezembro da sobredita hera de 1591. Gaspar Maldonado ».

« Per hum aluara assinado por Sua Magestade feyto em Lixboa per Sebastiaõ dAbreu, sobscrito a 24 de dezembro de 604 fez S. M.^{e} merce a Antonio de Macedo, conteudo neste aluara, que os duzentos cruzados que faltauaõ pera comprimento dos quinhentos neste aluara conteudos lhe fossem pagos no dinheiro que se arrecadar das execuçoẽs dos contos, e que o licenceado Belchior Dias Preto, do seu desenbargo, deputado da mesa da consciencia e ordens, como juiz executor das dividas dos ditos contos lhos faça pagar em forma. E porque se acabou o tempo que o dito Belchior Dias Preto seruia o dito cargo sem ser pago o dito Antonio de Macedo dos ditos 200 cruzados, houue S. M.^{e} por bem

per huã postilla assinada por S. M.e em Lisboa a 4 de junho de 608 que Joaõ de Teiue, do seu conselho e cõtador mor dos ditos contos, ou outro qual quer ministro que teuer o dito cargo lhe pague os ditos 200 cruzados na forma acima, de que pus aqui esta verba por vertude do dito aluara que fiz em Lisboa de 608 a 12 dagosto. Pero de Mariz. P.o de Freitas ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 17, fol. 453 v.).

« Eu elRei faço saber aos que este aluara virem que eu ey por bem e me praz de fazer merce a Amtonio de Macedo, meu capellaõ e cantor, que serue na corte de Madrid de huãs casas que estaõ na rua direita de Santa Ana, que foraõ de Luis Aluarez de Lemos, e por sẽtença que passou em cousa julgada estaõ confiscadas pera a coroa pella rebeliaõ de dom Amtonio, que foi prior do Crato, das quais casas faço merce ao dito Amtonio de Macedo em trezentos cruzados, em que foraõ avaliadas com seis centos rs que se pagaõ de foro dellas cadanno emphateosim pera sempre a dom Aluaro de Meneses, á conta de quinhentos cruzados que por outra minha prouisaõ lhe tinha feito merce, e em parte e pagamento delles, pello que mando ao doutor Imo Vieira, desẽbargador dos agrauos da Casa da Suplicaçaõ, que por minha prouisaõ conhece das execuçõis dos beẽs confiscados, que faça dar e ẽtregar ao dito Amtonio de Macedo as ditas casas, e lhe passe sua carta asinada por elle da posse dellas, na qual carta se tresladara este meu aluara que ficara junto aos autos da execução das ditas casas, constandolhe primeiro per certidaõ de hum dos escriuaẽs de minha fazenda nas costas delle de como na propia prouisaõ dos quinhẽtos cruzados fica posta uerba que ha conta e parte do pagamento delles mãdei dar as casas de que atras fez mẽçaõ ao dito Amtonio de Macedo em conthia de trezentos cruzados como dito he, e por outra certidaõ de Gaspar Maldonado, fidalgo de minha casa e escriuaõ da chancelaria da corte, em que declara que no registo da chancelaria etc. Manoel Vaz o fez em Lixboa a xxiij de nouembro de mil e quinhentos nouẽta e hum. Eu Rui Diaz de Menezes o fiz escreuer ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 23, fol. 129).

MACHADO (ANTONIO)

Tangedor de orgão das capellas de D. Affonso IV na Sé de Lisboa, cargo que vagara por Antonio Gonçalves Arcado. A provisão que o nomeou é de 14 de junho de 1700.

«Eu ElRey faço saber aos que esta prouizã virem que auendo respeito ao que se me reprezentou por parte de Antonio Machado, em rezão de estar seruindo de organista das cappellas do senhor Rey D. Affonsso o 4.º, citas na se desta cidade, que vagou por *Antonio Glz Arcado* cappellaõ que foi das mesmas capellas, e o ter feito desde 4 de setembro the o presente com boa satisfaçaõ, nas miças cantadas que nella se dizem sem emterece algum util; providome lhe fizece merce de algum ordenado com a dita ocupaçaõ, por ser asi estillo nos mais cazos desta corte e tendo a tudo consideraçaõ e a informaçaõ e parecer que do referido se me deu pello prouedor das ditas cappellas; hey por bem e me pras fazerlhe merce de doze mil reis de ordenado em cada hũ anno pello trabalho de tanger o orgão nas ditas cappellas que lhe seraõ pagos da renda dellas: pello que mando ao dito Prouedor... Antonio da Fonseca a fez em Lixboa a 14 de junho de 1700 — Manoel Teixeira de Carvalho a fez escreuer. Rey». (Torre do Tombo, *Mesa da Consciencia e Ordens*, Registo de Provisões, de 1691 a 1719, n.º 22, fol. 39.

MACHADO (GUILHERME)

Grande musico do tempo de D. João I, a quem este se refere no seu livro de *Montaria*.

Vide *Gama Barros — Historia da administração publica em Portugal*, pag. 426 — artigo *Lisboa Antiga*, tom. 7, pag. 266.

MACHADO (LOPO)

Harpista da capella real. Parece que estava servindo na côrte de Madrid. Em alvará de 14 de maio de 1630 lhe concedeu D. Filipe III mais cem ducados para ficar com 300, como tinha cada um dos seus companheiros portuguezes.

«Eu elRei faço saber aos que este aluara virem que em comcediraçaõ dos seruiços de Lopo Machado, musico de arpa de minha capella, e das cauzas que me representou, ei por bem de lhe acresemtar cem ducados mais de gajes pella coroa de Portugal para que tenha por ella trecentos ducados como cada hum de seus companheiros portuguezes, os quaes cem ducados comesara a vencer de dezoito de agosto do ano pasado de mil e seis centos e vinte noue em diante, que he o tenpo em

que lhe fis a merce referida, de que lhe mandei pasar este aluara, que se cumprira inteiramente como nelle se cõthem sem duvida alguã, posto que o effeito delle aja de durar mais de hum anno sem embargo da ordenaçaõ que o contrario dispoem. Francisco Barbosa o fes em Madrid a quatorze de maio do anno de mil e seis centos e trinta. Gabriel dAlmeida de Vasconcellos o fes escrever». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe III, Doações*, liv. 29, fol. 23 v.).

MADEIRA (DOMINGOS)

Quando D. Sebastião embarcou para a fatal jornada de Alcacer-Quibir levou em sua companhia poetas que lhe consagrassem o triumpho, musicos que lhe aligeirassem as impaciencias e incommodos da viagem.

Entre estes contava-se um Domingos Madeira, musico da camara, que, pelo encanto da sua voz, gosava de merecida reputação. A comitiva real deleitava-se ouvindo-o, e Domingos Madeira, para satisfazer os pedidos, tomou uma vez da viola e poz-se a cantar o celebrado romance:

Ayer fuiste rey de España,
Hoy no tienes un castillo...

Talvez fosse ao fim da tarde que elle improvisasse o concerto. A melancolia da hora, o monotono acompanhamento do Oceano, como um psalmodear funebre, a tristeza do assumpto que produzia tragicas recordações, tudo isto impressionou profundamente o auditorio, que sentiu n'aquellas endexas, ecco d'uma profecia agourenta, o preludio do desastre.

— Calae-vos! lhe disse Manuel Quaresma, traduzindo o sentimento geral dos circumstantes, ou cantae-nos cousas mais alegres, que não havemos de ir tristes e amofinados, com o presagio da desgraça, para a campo da batalha (1).

---

(1) Fr. Bernardo da Cruz, *Chronica de el-rei D. Sebastião*, pag. 308.

Domingos Madeira não foi dos que deixaram o cadaver nos areaes africanos, mas foi dos que perderam a liberdade, tendo de resgatar-se, dispendiosamente, á sua custa. Parece que não foi longo o prazo do captiveiro, porque a 16 de dezembro de 1579 o cardeal-rei, attendendo aos seus serviços e á muita despeza que fizera no resgate, lhe permittia que por sua morte podesse repartir pelos filhos os quarenta mil reaes que tinha de tença annual.

Em 1585 D. Filipe I concedia-lhe quarenta mil reaes de tença por anno, dos noventa mil que haviam vagado por morte de seu sogro Jeronymo de Carvalho. Na respectiva carta o monarca intruso declara que lhe fazia esta merce em attenção a ter ficado captivo em Alcacer, a ter-se libertado á sua custa e a ter vindo de Torres Vedras para Lisboa, com sua mulher, cinco filhos e quatro irmãs para serviço do cardeal-archiduque. Ahi mesmo se affirma que se attendeu tambem a sua pobresa. Este modo de dizer parece-me, porem, mais uma phrase de chancella que a genuina expressão da verdade. O resgatar-se á sua propria custa prova que elle possuia bens de fortuna embora se possa dizer que os tivesse consumido n'esta empreza. O sogro era homem de haveres. Ora é de justiça ponderar que com tão numerosa familia, por maior que seja a riquesa, quasi que se é infallivelmente pobre.

Jeronymo Dias de Carvalho, sogro do nosso musico, havia desempenhado as funcções de mantieiro do infante D. Luiz.

Domingos Madeira, escudeiro fidalgo da casa real, exercia o cargo de musico da camara pelo menos desde 1568, pois n'este anno recebia 8 mil reaes para vestiaria. Falleceu a 15 de agosto de 1589. Á sua viuva, Antonia Dias de Carvalho, concedeu el-rei a tença de 40 mil reaes, além de 500 cruzados confiscados nas fazendas dos partidarios do Prior do Crato.

Como vimos, Domingos Madeira tinha cinco filhos, mas

não sabemos se todos lhe sobreviveram. João Alvares Pereira e Jeronymo de Carvalho, a quem elle nomeou no testamento, tiveram cada um vinte mil reaes. Jeronymo fez-se frade e renunciou a tença em sua irmã Leonor de Faria. Apparece ainda outra filha, Maria Manuel de Faria, a quem coube a tença de quatro moios de trigo e dous de cevada pagos pelo rendimento da barca do Alviella, e que D. Sebastião concedera a seu pae em carta de 2 de janeiro de 1573.

Na carta, em que foi concedida a mercê á viuva, é designado com mais um appellido — Domingos Madeira da Cunha. Tinha um irmão egualmente musico da camara, João Madeira, de quem se falla em seguida.

« Eu elRey faço saber aos que este aluara virem que avẽdo respeito aos seruiços de Domingos Madeira, escudeiro fidalgo de minha casa e meu musico da camara, e a ir com o senhor Rey meu sobrinho que Deus tem a Africa, aonde o catiuarão, e a muyta despesa que fes em seu resgate, ey por bem e me praz de lhe fazer merce que elle per seu falecimento possa repartir por seus filhos e filhas da maneira que quiser os quarenta mil rs que de mim tem de tença cada anno e a cada hum dos ditos seus filhos ou filhas, em que os elle nomear mandarei, quando for tempo, passar prouisaõ em forma conforme a nomeação que elle fizer, e pera sua guarda e minha lembrança lhe mandei dar esta por mim assinada que se comprirá inteiramente. Miguel da Costa o fez em Almeirim a xbj de dezembro de mil bclxxix. E eu Nunaluarez Pereira o fiz escreuer ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 44, fol. 324).

« Dem Felipe &c faço saber aos que esta minha carta virem que avemdo respeito aos seruiços de Dominguos Madeira, meu musyco da camara, e a ir na jornada de Africa com ho senhor Rey dom Sebastyaõ, meu sobrinho, que samta gloria aja, e se hachar na batalha de Alcacere, onde foi catiuo, e se resguatar a sua custa e se vyr per meu mãdado de Torres Vedras com sua casa, molher, cimquo filhos e quatro irmaãs viuer a esta cidade de Lixboa pera seruir ao cardial archeduque, meu muito amado e prezado sobrinho e irmaão, he ha continuação de seu seruiço e a sua pobreza e asy a vaguarem por falecimento de Jeronimo Carualho seu sogro IR rs que tynha de tença cada ano e elle ser

seu herdeiro per renũciação que nelle fez Miguel Perdigaõ, ey por bem e me praz de fazer merce ao dito Dominguos Madeira de coremta mill rs de temça cada ano pellos IIR r.^{s} que asy vaguarão pello dito seu sogro, os quaes R rs de tença começara a vemcer de xxiij dias dagosto deste ano presemte de b^{e}lxxxb em diamte, em que lhe fiz esta merce, a quall lhe asy faço alem das mais merces que lhe jaa tenho feito pellos mesmos respeitos e por tamto mamdo a dom Fernamdo de Noronha, conde de Lynhares, do meu conselho do estado e vedor da minha fazemda, que lhos faça asemtar no Liuro della e do dito tempo em diamte despachar cada ano em parte homde delles lhe sejaõ bem paguos, e por firmeza de todo lhe mãdey dar este por mim asynado e asellado do meu sello pemdemte. Amtaõ da Rocha o fez em Lixboa a xx doutubro ano do nacimento de noso Senhor Ihuũ Xp̃o de jb^{e}lxxxb, e eu Manuel dAzeuedo o fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doaçõ̃es*, liv. 15, fol. 173 v.).

«Merce a Domiguos Madeira, meu moço da camara, que ele tenha e aja de ordenado por me seruir de meu musyquo da camara vymte mill rs em cada huũ anno alem da sua moradia. Alvara de 22 de novembro de 1565». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doaçõ̃es*, liv. 13, fol. 535).

« Dom Sebastiaõ &c faço saber aos que esta carta vyrem que avemdo eu respeito ao seruiço que me tem feito e espero que ao diante faça Domyngos Madeira, meu musico da camara, ei por bem e me praz de lhe fazer merce de quatro moyos de trygo e dous moyos de ceuada, em cada huũ anno, em dias de sua vida pello rendimento da barca dAluiella, que ate ora teue e possuio a camara da vila de Santarem e per final sentença que se deu no juizo das leziras se detryminou pertencerme e podia eu fazer dela merce a quem quizese, e portanto mando... Dada na cidade dEuora aos dous dias de janeiro — Simaõ Borralho a fez anno do nacimẽto de nosso Senhor Ihu Xp̃o de jb^{e}lxxiij, e eu Duarte Diaz a fiz escreuer ».

Tem á margem a seguinte verba:

« Domingos Madeira, conteudo neste padraõ nomeou per licença delRei noso Senhor os quatro moios de trigo e dous de ceuada, que por este auia, em sua filha Maria M^{el}, como se vio per justificaçaõ de Rui Brandaõ, e se pos esta uerba per despacho do cõde de Linhares

feito em Lixboa a ix dias de nouembro de ĵb^{c}lxxxix. Xpouaõ de Benauente». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique*, *Doações*, liv. 32, fol. 207).

«Eu elRey faço saber aos que este aluara virem que avemdo eu respeito ao seruiço de Domymgos Madeira, meu musico da camara, e ao tempo que ha que serue, ey por bem e me praz de lhe fazer merce de vinte mil rs de temça em cada huũ ano, em sua vida, pello que mando aos vedores de mynha fazenda &c. Ambrosyo da Costa o fez em Almeirym a dous de janeiro de quynhemtos sasemta e noue, e eu Migel de Moura o fiz esprever».

Tem á margem a seguinte verba:

«Os R̄ rs (40 mil) que Domingos Madeira auia per este padraõ e per outro doutros x̄x̄ rs nomeou em seu testamento per licença del-Rei noso Senhor em seus filhos Joaõ Aluez̄ Pereira e Jr^{mo} de Carualho, a cada hum x̄x̄ rs, aos quaes se hade fazer padraõ delles e se pos esta uerba per despacho do conde de Linhares feito a noue dias de nouembro de 89 (?). Christouaõ de Benauente». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique*, *Doações*, liv. 25, fol. 12 v.).

«Dom Felipe &c aos que esta minha carta virem faço saber que havemdo respeito aos seruiços de Dominguos Madeira da Cunha, que foy meu musico da camara, e por seu fallecimento ficar Amtonia Dias de Carualho, sua molher, muito pobre e com filhos, ey por bem e me praz de fazer merce a dita Amtonia Diaz de coremta mill rs de temça cada ano, em dias de sua vida, os quaes começara a vemcer de quymze dias dagosto do ano passado de b^{c}lxxxix em diamte, que he o tempo em que ho dito seu marido faleceo, segundo se vyo per certydaõ do doutor Amtonio Denis, juiz dos negocios de minha fazemda, que serue de juiz das justificaçoeẽs della, ha qual merce lhe asy faço alem de b^{c} cruzados, de que lhe mais fiz merce pellos ditos respeitos nas fazemdas comfiscadas dos cullpados na rebeliaõ de dom Amtonio, que foy prior do Crato, e por tamto mamdo a dom Fernamdo de Noronha, comde de Linhares, do meu conselho do estado e vedor de minha fazenda, que lhos faça asemtar no liuro della e do dito tempo em diamte despachar cada ano pera parte homde lhe sejaõ bem paguos, e pera firmeza de todo lhe mãdey dar este per mim hasynado he asellado do meu sello pemdemte. Amtaõ da Rocha o fez em Lixboa a xbij dias dagosto de ĵb^{c}lr (1590),

e eu Ruy Diaz de Meneses o fiz esprever ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações,* liv. 16, fol. 392 v.).

« Dom Felipe &c faço saber aos que esta minha carta de padraõ vyrem que por parte de Joaõ Alluarez Pereira, filho de Dominguos Madeira, que foy meu musico de camara, me foy apresemtado o trelado de hum padraõ, que por mãdado lhe foy dado da Torre do Tombo por o propio ser perdido per homde o dito seu pay tynha $\overline{xx}$ r^{s} de temça cada ano e asy hum alluara do senhor Rey dom Henrrique, meu tyo, que D^{s} tem, per que ouue por bem fazerlhe merce que per seu falecimento podese repartyr por seus filhos ou filhas os $\bar{R}$ r^{s} que tinha de temça cada ano do qual padraõ he alluara ho trellado hun apos outro he o seg.^{to}— Seguem-se os ditos documentos 13 dagosto 1557–30 de maio 1576.

« J.^{o} Alvares Per.^{a} pede para lhe dar padraõ de 20$000 r^{s} do 1.º de janeiro de 1590 em diante começara a vencer os ditos xx r.^{s} de 15 dagosto de b^{e}lxxxix, que é o tempo em q̃ o dito seu pai falleceu.

« Jeronimo Dias de Carvalho, mantieiro do Inf.^{e} D. Luis, era sogro de Dom.^{os} Madeira». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações,* liv. 22, fol. 13).

Segue-se um padrão a favor de Jeronimo de Carvalho, filho de Domingos Madeira.

Nota ao lado — «Por alvará de Sua Magestade de 17 de julho de 607 podesse renunciar os 20$000 reaes em sua irmã Leonor de Faria, porque se metia frade».

Segue carta:

« M.ª M.^{el} de Faria, filha de Dom.^{os} Madeira — a qual tinha 4 moios de trigo e dous de cevada por anno pagos pelo rendim.^{to} da barca de Alviella ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações,* liv. 22, fol. 13 e seg.).

MADEIRA (JOÃO)

Irmão do antecedente e como elle tambem musico da camara.

« Outro tall alluara nem mais nem menos como ho hacima esprito a Johaõ Madeira e Dominguos Madeira seu irmão, musycos de camara,

de xbj rs de vestiaria -s- $\overline{\text{biij}}$ rs a cada hum. feito e sobsprito pellos ditos sprivaees em Allmeyrim no dito dia mes e ano acyma contheudo ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 24, fol. 97).

O alvará anterior refere-se a Clemente Rijão, que se refere outro sim a Gaspar Limpo.

Seguc-se uma carta nomeando João Madeira, moço da camara, feitor, alcaide-mor, provedor dos defuntos e vedor das obras da fortaleza d'Ormuz por tres annos.

« Eu elRey faço saber aos que este alluara virem que avemdo eu respeito ao seruiço de Johaõ Madeyra, meu musyco da camara, e por lhe fazer merce, ey por bem e me praz que elle tenha e aja de minha fazenda, do primeiro de janeiro do ano que vem de quinhentos setemta e hum em diamte $\overline{\text{xx}}$ r^{s} de temça cada ano, em dias de sua vida -s- $\overline{\text{x}}$ r.^{s}. de que lhe fiz merce a xbiij dias de dezembro do ano de b^{c}lxbiij, de que naõ tirou prouisaõ, e $\overline{\text{x}}$ r^{s} no de que lhe ora mais fiz merce pera serem per todos $\overline{\text{xx}}$ rs, os quaees lhe seraõ paguos no meu thesoureiro, ou quem seu carguo seruir. E por tamto mamdo a dom Martinho Pereira, do meu conselho, vedor de minha fazenda, que lhos faça asemtar nos liuros della e despachar em cada hum ano do dito thesoureiro mor, pella maneyra como dito he, e por quamto lhe eu fiz merce dos ditos $\overline{\text{x}}$ r.^{s} a xbiij dias de desembro do dito ano de j̄b^{c}lxbiij, e a xxix de março deste anno presemte de b^{c}lxx lhe fiz merce dos outros $\overline{\text{x}}$ rs, e per este alluara hade começar ha vemcer os ditos $\overline{\text{xx}}$ r^{s} de janeyro do ano que vem de b^{c}lxxj em diamte, eu lhe mãdey passar prouisaõ pera no hasemtamento do dito ano lhe serem despachados $\overline{\text{xxbij}}$ix^{c}bij rs que lhe montarão haver dos ditos xbiij dias de desembro do dito ano de lxbiij ate fim de desembro deste presemte ano de b^{c}lxx ha respeito dos ditos $\overline{\text{xx}}$ rs, de que lhe pella dita maneyra fiz merce, e este alluara ey por bem que valha he tenha força he viguor como se fose carta feyta em meu nome per mim hasynada e pasada pella minha chancelaria, sem embarguo da ordenaçaõ do L.º 2.º titolo 40 que diz que as cousas cujo efeito ouver de durar mais de hum ano pasem per cartas e pasamdo per alluaras naõ valhaõ. Amtonio Fernandez o fez em Lixboa a xx dagosto de j̄b^{c}lxx. Grabyel de Moura o fez espreuer ».

Ao lado a seguinte verba:

« O dito J.º Madeira naõ hadauer mais pagamento no thesoureiro mor dos $\overline{xx}$ r.ˢ, que tem pello alluara aqui registado, por S. A. aver por bem de lhe mudar o pagamento delles ao allmoxarifado dAllanquer, omde lhe haõ de ser pagos de janeiro deste ano presẽte de j̃bᶜlxxbiij em diante, e do sobredito se pos aqui esta verba per mandado de dom Francisco de Portugal. Em Lixboa a ij de junho de j̃bᶜlxxbiij ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique*, *Doações*, liv. 27, fol. 217 v.).

« Joam Madeira, meu moço da camara que ele tenha e aja per me seruir de musequo de camera vimte mill rˢ em cada huũ ano alem da sua moradia. Alvará de 22 de novenbro de 1565 ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 13, fol. 535 v).

MADRE DE DEUS (FR. FILIPE DA)

Mestre dos musicos da camara real. Ausentando-se do reino, foi nomeado em 1668 para o substituir Antonio Marques *Lesbio*.

Vide este nome.

Veja-se *Chancellaria de D. Affonso IV*, livs. 25 e 26, fol. 64, v., fol. 78.

(Continúa).

Sousa Viterbo

COMENTÁRIOS
DE ANTÓNIO DO COUTO CASTELO BRANCO SOBRE AS CAMPANHAS DE 1706 E 1707 EM ESPANHA (1)

« Em 7. de Junho me mandaraõ à Cidade de Salamanca com o meu Terço, eao Mestre de Campo D. Luis Manoel da Camara com oseu [Deste sitio foy o Ex^to em milhor ordem eja boa regra] Quando entramos por huã porta, sahiaõ os inimigos com alguas tropas por outra desamparando aCidade (2); havia nesta hum grande concurso dentro efora della aver os Nossos Terços, que formamos na praça, tomando cada hum ametade da Cidade para aguarnecermos com sentinellas, e Rondas [Emq.^to estiue nesta Cidade dei mesa a todos desorteq̃. som^te no forno sepagaraõ 13. patacas de asar] para que do Exercito não fizecem desordem. Estiuemos ali em quanto seaclamou e festejou Carlos Terceiro. Na Cathedral se cantou o TeDeum Laudamos com a assistencia do Marques das Minas nosso general com todos os Cabos do Exercito, eos da Governança com grande multidão de pouo, e ouve muytos fogos. Aposentaraõ-me em hum palacio, adonde vinhaõ todos os fidalgos e Cabos, que do Exercito vinhaõ ver aCidade, que he grande e tem Vniver-

---

(1) Cont. do n.º 1, pág. 61.

(2) Berwick (*Mem.*, I, 328) diz que o exército aliado chegou a Salamanca em 6, donde êle se retirara na véspera; mas pode ter ali deixado algumas fôrças que só retirassem à chegada dos aliados, que em 6 estavam a 1 légua de Salamanca (*Terc. Rel.*, 6).

sidade; na entrada tem huã ponte sobre o Rio Tormes, fundada pello Emperador Trajano. Tem vinte hum conventos de frades, e quinze de freyras. Tem vinte tres collegios; delles saõ os quatro mayor o deS. Bertholameu, o de Quenca, o de Ouiedo, eo do Arcebispo, que tem huã grande Liuraria com boas rendas para se conservar, e augmentar. Tem vinte cinco Parrochias. O Convento deS. Domingos costuma ter trezentos frades, etem bom fronteespicio. O Collegio dos Padres da Companhia tambem he muyto bom edificio, e no grosso de huã parede tem hua escada com cento e settenta e dous degraos. A Cathedral he muy magnifica, a sua fundaçaõ he do Anno de mil e cem, que entaõ a mudou D Affonso Oitavo aque chamaraõ o Emperador. Tem quatro Collegios Militares que saõ os unicos de Hespanha. Tem hum Hospital para os Estudantes, e seis para os pobres. Tem esta Vniversidade sessenta ecinco cadeiras, catorze dellas de Theologia, e nove de Artes, hua de Grego eoutra de Hebrayco. Tem tres Recolhimentos, hum delles de Arrependidas, catorze Ermidas, ehum convento deComendadeiras que podem cazar, epor isso fazem voto de guardar o que suas antecessoras guardavaõ. [em este conuento achei huã s^{ra} q̃. era dos Coutos de Ciud R^{o}, q̃. memandou ver, como parente].

« Em 12. de Junho se pos o Exercito em marcha.

« Em 13. de Junho Sahi da Cidade com o meu Terço, e o Mestre de Campo Dom Luis Manoel da Camara com o seu Leuando alguma Artelharia, e nos fomos encorporar com o Exercito ao Campo de las Ortas (1) com tres legoas de Marcha; fomos junto ao Rio Tormes por grandes Campos, ede muytas forragens. Esta marcha de 13. fizemos quatro legoas de Marcha ao Campo de Hauza (2).

---

(1) Huerta, vila junto do Tormes, a 3 léguas de Salamanca.

(2) A meia distância entre Huerta e Fontiveros fica a povoação de

« Em 14. de Junho fomos ao Campo de Anteveiros (1) com quatro legoas de marcha epassamos pella Villa de Penharanda (2) que tem grande povo e comercio [de cobretores de papa, e o principal] epor junto da Cidade de Avila (3) q̃. vimos o Bispo.

... *(espaço em branco no ms. provàvelmente destinado a ser preenchido com as noticias do dia 15).*

« Em 16. de Junho marchamos ao campo de Villa Nova de Gomes (4), fazendo quatro legoas de Marcha.

« Em 17. fomos ao Campo de Allabagos (5) com tres legoas de marcha, por donde hauia muytas forragens.

« Em 18. de Junho fomos ao Campo de Villa Castim (6), passando por dentro do bosque, efizemos tres legoas de Marcha.

« Em 19. de Junho fomos ao Campo do Espinhal (7) com tres legoas de marcha. He este campo muy falto de forragens e lenha; fica junto a Serra de Calouco (8), donde ha huã ermida em que está hum Christo crucificado na Cruz, sem Cravos, cuja Imagem he muy milagrosa. Deste Quartel fuy com os meus Officiaes a Cidade de Segovia (9) que he grande, e de muyto comercio, etem boa Cathedral. No Castello aque chamaõ Alcacer ha hum palacio dos Reys

---

Aldeayuste. Talvez se trate dela, embora a semelhança das duas palavras seja longínqua.

(1) Fontiveros ou Fontiberos, vila a 10 léguas de Salamanca.

(2) Peñaranda de Bracamonte, vila da província de Salamanca.

(3) É possível que tenham visto o Bispo de Ávila, mas a cidade fica a grande distância para o sul do caminho seguido.

(4) Villanueva de Gomez, vila da província de Ávila.

(5) Labajos, vila da província de Segovia.

(6) Villacastin, vila da província de Segóvia.

(7) El Espinar, vila da província de Segóvia, a 9 léguas de Madrid.

(8) A ermida do Christo del Caloco é no sopé da serra de Guadarrama.

(9) Segóvia dista 5 léguas de El Espinar.

que fica sobre o Rio; tem boas cazas epinturas. Alli está a fabrica de dinheiro, fazendose cada casta de moeda em caza separada, e todas tem Zimborios; he feita a força de agoa com aqual ao mesmo tempo trabalhaõ noue engenhos. Tem doze Conventos de frades, eseis de freyras. Esta Cidade deo obediencia, o que tambem fizeraõ as mais Cidades, e Villas athe aquelle Campo. Nesta ficou hum destacamento de cem homens com o Cappitaõ Manoel Nunes Leytaõ para guarnecer o Castello [ficou tambemhuã comp^{a} de Cauallos, com oseu cap^{am} Luis de Bairros Castelbr.^{o} (1), e seu f^{o} era o Thenente Diogo de Bairros Castelbr.^{o}] Tambem deu obediencia a Cidade de Seguencia (2).

« Em 23. de junho marchamos a Guadarrama (3) perto da Serra com *(falta no ms.)* legoas de marcha [o Campo Recamal diz a Cota do Marq. de Angeja].

« Em 24. de junho fomos ao Campo de Nossa Senhora de Rectemar (4), com quatro legoas de Marcha [Retamal fica passado o Porto serra].

« Em 25. de junho se fes hum destacamento com quinze Esquadroens [Neste dia fuy ao Escurial e merendei em hum jardim com o M^{e} de campo Jorge de Azevedo Coutinho (5) o Prin-

---

(1) Provàvelmente Luís de Barros Castelo Branco, cap. de guias do Alentejo (Tôrre do Tombo, *Cons. de G.*, maço 65, doc. 1).

(2) Siguenza.

(3) Guadarrama, vila a 8 léguas de Madrid.

(4) A *Terc. Rel.* diz Retamar e Berw. (*Mem.*, I, 332) diz Las Rozas; ambos indicam a distância de 4 léguas de Madrid; mas, segundo o texto, o acampamento dêste dia fica entre Guadarrama e Galapagar. Las Rozas está a meia distância de Galapagar e Madrid.

(5) Jorge de Azevedo Coutinho, filho de Bartolomeu de Azevedo Coutinho e irmão do Secretário de Estado Marco António de Azevedo Coutinho, comendador de Santa Marinha de Mata de Lôbos, na Ordem de Cristo em 1692, capitão de infantaria em 1703, foi morto na batalha de Almanza; comandava o Têrço de Penamacor; não sei se era conhecido pela alcunha de o *Principe Jorge*, se há qualquer confusão no texto;

cipe Jorge: os PP^es^ nos assistiraõ] de Cavallaria para passarmos aSerra de Guadarrama por andarem por ali os inimigos com as suas Tropas, que tinhamos trazido diante de nòs, e marchamos ao Campo de Galdegar (1) [*cota de letra diferente* Sera Retamar em 25 de junho] em duas columnas. Deste Campo fuy no dia seguinte ver o Escurial que ficava a direita huã grande Legoa, que tudo era contada dos Reys, donde ha muyta Caça grossa. O Convento do Escurial he verdadeiramente obra magnifica, eacabada com toda aperfeiçaõ. A sua fundaçaõ he delRey Felippe segundo, eo seu discenho do famoso Architecto Dom Joaõ Bautista de Toledo. Tem boa frontaria com varios Zimborios. Tem boas entradas pellas tres faces do Convento, dentro do qual ha hatreze Claustros, com jardins efontes de varios artificios, e bons pumares, com Alagoas, e Arvores Silvestres. A fachada ou fronte espicio da Igreja tem cinco Arcos, e sobre elles cinco janellas grandes; correspondentes aos arcos ficaõ cinco portas da Igreja aqual he de tres Naves fermosissimas; no meyo do Cruzeiro se levanta sobre quatro grandes pedestaes hum fermoso Zimborio. Nos lados do Altar Mor tem dous Santuarios em que se veneraõ grandes Reliquias. Na sacrestia ha huã Capella de boas pedrarias, e nesta està huã Ambula de Cristal em que se conserva huã Hostia com tres pingas de Sangue, das facadas que ha perto de trezentos annos lhe dera hum impio dos Estados de Holanda, estando nas maos do Sacerdote, que atinha consagrado. Ha muytas pinturas ea mayor parte dellas saõ riginaes dos melhores

---

em Portugal era conhecido apenas por Príncipe Jorge o príncipe Jorge de Hesse Darmstadt, que fôra Vice-Rei da Catalunha no tempo de Carlos II, e foi um dos mais decididos partidários da casa de Áustria; esteve em Portugal em 1702-4, influindo para a entrada na guerra, e foi morto na tomada de Barcelona pelos aliados em 1705. A abreviatura PP^es^ significa por certo *Padres*.

(1) Galapagar, vila a 5 léguas de Madrid.

homes professores da quella arte. Tem hum Relogio de Carilhon, que repete as horas com muytas campaynhas que fazem muy agradavel consonancia. O enterro dos Reys a que chamaõ Patheon, he de bons marmores, etem no meyo hum grande Candieyro de metal de notavel feitio. A Liuraria naõ he muyto grande por que naõ passa de onze mil livros; saõ todos bem encadernados, eas folhas douradas voltadas para fora, e nellas tem Numeros para se conhecerem. Vindo a este Convento està hum palacio dos Reys, donde costumaõ assistir pellos Santos; e em quanto ali estaõ comem no Refeitorio, por cuja rezaõ naõ comem nelle mais que pessoas Reaes. Tem outras cazas em que assistem os Officiaes da Caza Real. Ali ha hum collegio donde estudaõ certo numero de Estudantes.

« Em 27. de Junho marchamos do Campo de Nossa Senhora de Rotamar, ao Campo de Mançanares junto àCorte de Madrid, tendo marchado diante dous destacamentos à ordem do Thenente General Dom Pedro Amaça (1), para desalojar o inimigo (2). Marchou o Exercito em tres Colunas, ficando

---

(1) D. Pedro Amassa, Marquês de Assa (?-1736). O seu nome de família, a julgar pelo brazão de armas que descreve Almada (*Dic.* II, 355) deve ser Amás, Amasa, ou Amaza; o título é provàvelmente Asa (na Rioja). É talvez um dos dois comissários gerais de cavalaria, que vieram para Portugal logo depois do Almirante de Castela, em 1702 (B. N. L., F. G., 1615, fol. 258); na campanha de 1704 exerceu o posto de tenente-general de cavalaria (Tôrre do Tombo, *Cons. de G.*, maço 63, doc. 94); era considerado «hum bom off^{al} de Caualria e pratico na nossa fronteira» (A. H. M., 1.ª div., 4.ª sec., caixa 1); em 1710 era sargento-mor de batalha no Alentejo; em 1711 mestre de campo general; em 1712 governador de Elvas; em 1717 governador das armas do Alentejo; parece que deixara de o ser em 1722 pela epígrafe que António do Couto pôs à sua carta antes transcrita; mas era-o novamente em 1734 (Almada, *loc. cit*).

(2) No texto primitivamente estava *hum destacamento*, etc.; está emendado por letra de António do Couto e à margem várias cotas riscadas sôbre o segundo destacamento.

a sua direita entre aponte Segouiana ea Caza del Campo; porlongouse todo o Exercito pella margem de Mançanares da parte de cà do mesmo Rio, ficando campado entre avistoza Lameda que guarnesse as margens do Rio da parte de Madrid, fazendo-o mais ameno eplauzivel pella sua sombra efrescura; concorreo pouo todas as tardes a recriarse, eas Carruagens fazendo passeos. Veyo toda a corte festejarnos, huns pellos affectos das nossas Armas, outros pella alegria que lhes cauzava ver hum Exercito que nunca tinhaõ visto, tanto pella Naçaõ, como pella ordem delle, por que naCorte de Madrid se naõ tinhaõ visto Tropas. Damas, Cavalheros, gente popular, e Nobreza todos foraõ occupar o Campo em que hauiamos abarracar por verem deperto as Tropas, em forma que nos naõ deixavaõ campar. Todos mostravaõ grande gosto de nos verem, ou fosse lizonja, ou Realidade, mas pello que mostravaõ eraõ mais os affeiçoados, que os descontentes, por que nesta tarde se abriraõ os dous patheos das Comedias publicamente em aplauzo da nossa chegada, e nisto continuaraõ varios dias. Anoite foraõ duas Companhias de Comediantes ao Quartel da Corte, reprezentar Sainetes, bayles, e entremezes, em que continuaraõ todo o tempo que ali estiueraõ; mas foy bem satisfeita esta urbanidade da generosidade dos Officiaes Portuguezes pello muyto que lhe davaõ.

« Em 28 de Junho Mandou o Marques das Minas que se abricem os Tribunaes, e continuasse o expediente das partes como se costumava, eahum Ministro grande, que se tinha retirado o mandou buscar por huã partida de Cavallaria para exercitar a sua occupaçaõ, eos mais todos foram continuando [Passaramce ordens por hum nauio Ingles à Indias] Mandou queimar na praça Mayor o papel sellado, eque se fizesse outro em nome de Carlos 3.º para correr. e se fazerem as Ordens, e despachos somente coma diflerença, que donde dizia Fellipe 5.º, dicesse Carlos 3º. Por todos os Tribunaes

se expediraõ Ordens para todos os dominios da Coroa, assim da Europa como da America. Nesta boa suciedade se continuou todo o tempo que ali estivemos. Naõ se bolio no dinheiro dos Cofres, ficando os mesmos recebedores, delles com prouimentos nouos do Marques das Minas mudandolhe aforma de Merce, e naõ se botou contribuiçaõ alguã. Passados alguns dias que foraõ necessarios para se adornarem os lugares donde se hauia fazer acclamar Carlos 3.º, e as galas dos acclamadores. No dia deste felis projecto todas as Ruas se armaraõ, e theatros nas Praças donde se hauia publicar a acclamaçaõ delRey Carlos 3.º custozamente adornado. Sahiraõ todos os Senadores eas mais pessoas que deviaõ concorrer à quelle acto, vieraõ ao Exercito buscar o Marques das Minas, que estaua no Quartel da Corte, que acompanhado delles e dos Cabos do Exercito muy luzidos, marcharaõ à Corte de Madrid a cantar o Te Deum na Matriz.

« Em 29. de Junho detarde se ageitaraõ na Caza da Villa mais de cem Republicos todos a Cavallo cheos de joyas, eos Cavallos, tudo daua demostraçam de grande gosto. Pegaram no pendaõ, e na Varanda da Villa donde estava o Retrato de Carlos 3.º o arvoraraõ, dizendo tres vezes Real pello Senhor Dom Carlos 3.º de Austria Rey de Hespanha; marchou com opendam aquelle vistozo acompanhamento foraõ correndo a Villa em todos os lugares publicos em que se costuma facer semelhante acto para o que estavaõ feitos os tablados ditos. em cada hum o Retrato de Carlos 3º, onde se fes o mesmo que na Caza da Villa, na Praça Mayor que hea janella de donde os Reys vem as funçoens Reaes; na imediata aella esteue oMarques das Minas, tendoselhe ornado para isso na mesma forma que se fazia para os Reys, o mesmo Citial; Lançou muyto dinheyro Portugues da janella ao pouo. Todo portou por fee o Secretario. Nesta noite se mandou pegar todo o Exercito nas Armas, e se tirou fora do Campamento, posse em batalha da ponte Segouiana

pella Ribeyra abaixo; a Artelharia se poz na direita, depois das Trindades deu a primeyra descarga continuada dehuã e outra Linha; assim se repitio tres vezes, dando no fim tres Vivas Carlos 3º. Este festivo Militar, e estrondozo cauzou horror aos de Madrid, que cahiraõ em terra pella estranheza que lhe cauzou, pois naõ tinhaõ visto semelhante cousa, nem ouvido Artelharia nunca, por que he huã Corte mediterranea onde naõ seviaõ operaçoens militares (1). Deste Campo sahio o Marques das Minas Filho (2), Thenente General da Cavallaria com hum destacamento para Portugal adar a nova a ElRey Dom Pedro do que se tinha executado [Aqui se pora a copia da prª Carta de Carlos 3.º ao Marq.s das Minas dandolhe tratam.to de Primo e tratam.to de grande de pr.ª grandeza de Castella. Sahio o destacam.to do Marq.s das Minas D João de Souza, e f.º do Marq.s g.al com a noticia a Portugal a ElRey D. P.º que o estimou m.to, equis logo nomiar Duque ao Marq.s mas a imulaçaõ ofes atalhar dizendo o Confessor o P.e Sabastiaõ de Magalhaes (3) que sira bom nomialo Duque q.do elle chegasse a presença de S.magestade. Foi de alegria esta noticia direi o mais] Sahio deste mesmo Campo outro destacamento à Ordem do Conde de Attalaya (4) Thenente general da Cavallaria, foy á Cidade de To-

---

(1) A aclamação de Carlos III foi em 2 de Julho de 1706, segundo a *Terc. Rel.*, 9, que inclue uma descrição conforme com a que faz António do Couto.

(2) D. João de Sousa, 3.º marquês das Minas (1666-1722) general da cavalaria da Beira em 1707, mestre de campo general em 1708.

(3) O Padre Sebastião de Magalhães (1635-1709) tinha grande influência no govêrno; no códice 512 do F. G. da Biblioteca Nacional de Lisboa diz-se dêle: «... eueyo despois de gouernar hum Reyno a contentar-se com o gouernar huã caza...» (fol. 75) e «... morreo segda vez pª o mundo sendo a prª o esquecimto em q̃ ficou despois da morte de ElRey D. Pº» (fol 137).

(4) D. Pedro Manuel de Távora, 4.º conde de Atalaia (1665-1722), ficou comandando as tropas portuguesas na Catalunha depois da volta

ledo doze Legoas distante, acomprimentar a Raynha Veuva deCarlos 2.º (1) e Tia de Carlos 3.º etomar obediencia da mesma Cidade e seus contornos [Outro distacam^to. C.^de de Atalaya D. P.º M.^el de Tauora de gente mui luzido a Toledo. Escreueo o Marq^s das Minas por Baram de Popet (2) cap.^am de Hũgaros a Carllos 3.º quizesse abrivir a sua mas q̃. era de periuizo ... assim disse D. Luiz Saloser, e Castro (3) q̃. he q.^em escreueo a Caza de Parma, Silua e outras q̃. era de grade periuizo o nam chegar Carllos 3º] Chegaram-nos varios avizos aeste Campo da Chegada de Carlos 3.º a encorporarse com nosco com a ultima noticia que elle ficava em o Reyno de Aragaõ ese punha em caminho, juntamente anoticia que em Xadraque (4) se uniaõ Tropas ao Exercito dos inimigos que tinhamos trazido diante do Nosso Exercito epoderia cortar o passo a ElRey Carlos 3.º, Resolveuse no Nosso Exercito que se marchasse acobrir amarcha de Carlos 3.º segurala dos inimigos que se podiaõ meter em meyo a impedir a uniaõ.

« Esta Villa de Madrid, e Corte, he em hum plano eminente ao Rio de Mançanares para o qual se vem por decidas. Madrid o nouo tem boas Ruas, mas Madrid o velho temnas mas. O Palacio dos Reys naõ he grande, mas com

---

de Pedro Mascarenhas a Portugal; era mestre de campo general em 1710; passou depois ao serviço do Império.

(1) Maria Ana de Neuburgo (1667-1740).

(2) Julgo tratar se de António Francisco Popole de Vezet, nomeado capitão de «huã tropa de Vssares para servirem na Provincia da Beira» em 1705. (*Cons. de G.*, maço 64, doc. 38).

(3) D. Luís Salazar e Castro, genealogista espanhol, cronista-mor de Carlos II, cavaleiro de Calatrava (*c.* 1658-1734).

(4) Jadraque de Henares, vila a 16 léguas de Madrid; Carlos III saiu de Barcelona em 23 de Junho, com destino a Valência; mas sabendo da revolta do Aragão seguiu por Lérida a Saragoça, onde chegou a 18 de Julho.

bastante terreiro, por huã eoutra parte delle, tem cazarias ou quarteis das suas Guardas de Corpos, fronteiro ficaõ as Cavalharissas com a Caza do Cavalharisso Mor, sahe deste terreiro huã Rua que leva todo o comprimento de Madrid, que chega a Nossa Senhora da Tocha. O Palacio he sombranceiro ao Rio com hum jardim pequeno por detras, ehum bosque que chamaõ o Parque, dentro dos muros que fechaõ o palacio junto aelle fica aponte Segouiana, elhe passa debaixo o Rio Mançanares he de boa fabrica; de fronte fica a Caza de Campo Quintas de Recriaçaõ dos Reys com bons jardins. Tem huma Estatua debronze de hum Cavallo com huã Estatua de Felippe 2.º(1) que o monta; tem grande Serca com Caça grossa emeuda. Esta Corte de Madrid tem bastantes palacios ainda que de tabiques, por que somente a Caza do Duque de Vzeda defronte da Parrochia de Santa Maria he de pedraria com cunhaes; A caza da Villa he tambem de pedraria, he boa com huã varanda ao redor. Tem sette Praças, em cada huã tem hum chafaris de forma de taças com piramides; Osobejo das Aguas vay por canos ao Prado nouo dar em outros tanques dos quaes se rega o passeyo de Veraõ todos os dias às tres horas datarde; este passeyo he dilatado que chega quasi ao Pardo donde està outraQuinta delRey com hum Convento de Capuchos, tem muyta Caça de toda aCasta; nos fins para a parte daTocha fica o Prado deS. Hieronymo muyto vistozo e ameno pellas Arvores silvestres que tem com fontes; junto aelle fica o palacio do Retiro, que tem hum palacio quadrado com huã praça donde se correm Touros, obra que sefez em quarenta dias com seis mil Officiaes que trabalhavaõ; de hum lado fica o Convento de S. Hieronimo para donde tem Tribuna. Tem hum jardim e nas murtas delle as Armas de todos os Reynos que dominou aCoroa de Hspanha. No fim està huã

(1) De Filipe III de Espanha.

columna, em cima della hua estatua de bronze de Carlos 5.º (1) montado em hum Cavallo de tal architectura que se sustenta nas ferraduras dos pès e junto aos pès do Cavallo varios Tropheos militares de alguns rebeldes, obra primorosa... seguese hum paseo e em cada hum as Muzas que vem ater as Noue nas noue Ruas tendo no fim a sua estatua de Marmore. Seguese hum grande lago donde os Reys em Bargantins costumaõ andar nas tardes do Veraõ com Muzica; Continua hum braço do mesmo tanque athe o Convento da Tocha, pello qual vay o Bargantim dos Reys; no fim tem huã Leoneyra donde estavaõ Seis Leopardos, e huã Onça; ficaõ as Ortas (que chamaõ de ElRey) de ortaliças, e flores em as quaes ha tres cazas donde os Reys vaõ de tarde ver agente do passeo que fica sobre o Prado de S. Hieronymo. Mdrid naõ he murada, mas em todas as Ruas que entraõ para a Villa tem portas que se fechaõ a respeito das Aduanas para se cobrarem os direitos. Tem muytos Conventos de frades, efreyras de todas as Religioens. Ha grande concurso de Carruagens, gente de pé bastante; provida de tudo tendo os erredores estereis, todo o provimento vem ás Costas de Cavalgaduras que tem por grandeza esta despeza.

« Em 5. de Julho levantou o Nosso Exercito de Madrid fazendo aMarcha pella direita, foy campar junto a ponte de Veiroz (2) e Tarragozinzilho (3) [o Campo de Veyros eterragozinzilho sahio o destacam.to de D. Hangel de Mendoca (4)

---

(1) De Filipe IV de Espanha.

(2) Ponte de Viveros, sôbre o Jarama.

(3) Torrejon de Ardoz? vila a 3 léguas de Madrid.

(4) D. Angel de Mendoza, talvez um dos comissários gerais a que me referi na nota respeitante ao Marquês de Assa, recebeu em 1705 a patente de tenente general de cavalaria, pôsto que já exercera na campanha anterior (*Cons. de G.*, maço 64, doc. 8). Já tinha morrido em Dezembro de 1714, segundo um requerimento de seu genro D. Domingo Garzia Molano (*Cons. de G.*, maço 73, doc. 25).

com 3oo Caualos Sahio Conde de Saõ Joaõ (1) com 3oo homens pª Portugal] junto ao Rio Targo (2), passando hua Linha por dentro de Madrid, tres legoas de Marcha. Este Campo tem muytas forragens, mas pouca lenha; aqui se une Xarama (3). eo Enares no Tejo donde entraõ [fazendo fos]; detivemonos seis dias neste campo.

« Em 12. de Julho marchou o Exercito para o Campo de Alcalà de Enares (4) tres legoas de Marcha, sendo este campo de trinta eseis legoas, que he de Ita athe Talaveyra (5); he abundante de forragens, e Agoas [do Rio Inares (6) com mtos aruoredos, e das Ramas cobriamos barracas pª rizistir as grandes Calmas].

« A Cidade de Alcala de Enares he grande, tem Vniversidade, e muytos Conventos de frades e freiras com Collegios.

« Em 14. de Julho marchamos para o Campo de Guada-

---

(1) Lafuente diz que o destacamento do conde de S. João, tendo partido de Villaverde (julgo ser a localidade dêste nome próxima de Alcaraz), foi destruído e o seu comandante ferido e aprisionado, quando retirava para Portugal, por ter sido informado da restauração de Filipe V em Madrid. Não encontrei confirmação dêste facto em notícias portuguesas nem em biografias do Conde de S. João, e ignoro onde Lafuente (*Hist.*, xiii, 53, nota, ed. Barcelona 1889) colheu aquela informação. Uns números escritos nas palavras da cota parecem indicar hesitação de Antonio do Couto. O manuscrito de Fr. Domingos da Conceição, testemunha presencial, dá o conde de S. João como estando no exército em 19 de Setembro, o que mal pode ser explicado por uma troca de prisioneiros, mas conta do destacamento de D. Angelo de Mendoza que, não podendo reünir-se ao exército, foi forçado a retirar para Portugal por Cória e Moraleja, perseguido pelos habitantes, mas conseguindo atingir a fronteira. (*Diário Bélico*, 21 v.-22).

(2) Não identificado; ¿será o Torot, afluente do Jarama?

(3) Jarama, afluente do Tejo.

(4) Alcalá de Henares.

(5) Ita (ou Hita), vila da província de Guadalajara; Talavera de la Reina.

(6) Henares, afluente do Jarama.

laxara (1) quatro legoas de Marcha, onde vieraõ muytos desertores de Officiaes mais de settenta de varias graduaçoens que vinhaõ do Exercito do inimigo, tomaraõ partido, e sentaraõ praça no meu Terço por que assim opediraõ. Tambem se mandou deste Campo varios destacamentos sendo hum à Mancha a fazella dar obediencia [Destam^to à Macha à ordem do Thenente Gal da Cauallaria D.^os Per.^a de Almeyda (2); eo Comissario Gal Joaõ Marques de Crux e ambos morreraõ. e hia o Sargento Mor Fialho q. ueyo com o d.^to destacam^to] aordem do Thenente General daCavallaria Domingos Pereira de Almeyda que là mataraõ, e feriraõ mal o Comissario g^al Joaõ Marques, mas rendeuse tudo. Marchou aprimeira linha com toda a Cavallaria, ea segunda linha ficou com a Artelharia que marchou em dezoito de Julho para o mesmo Campo de Guadalaxara. D Joaõ Fernandes de Chaves chegou em vinte quatro de Julho [24 de Julho troxe a 2^a Carta de ElRey] com Carta delRey Carlos 3.º ao Marques das Minas (3) do Real punho, [dandolhe tratam^to de primo tratamento degrande de primeira grandeza] que lhe agradece o zelo aplicaçaõ em adiantar tanto as Armas. [a pr^a Carta em Madrid q.^do marchou o C^de do Prado] Este Campo he de muytas forragens, Vinhas, e Meloaes, de sorte que ficaraõ acampados em cima delles; tem o Rio Enares pello lado. Esta Cidade tem huã

---

(1) Guadalajara.

(2) Domingos Pereira de Almeida era em 1705 tenente general da cavalaria de Trás-os-Montes, onde teve com Antonio do Couto a questão referida nas *Mem. mil.*, III, 320. Em 1704 era comissário geral da cavalaria de Chaves (B. N. L., F. G., 730, fol. 38).

(3) Na *Hist. Gen*, XII, parte 2.ª, 1019, figura uma carta de Carlos III ao Marquês das Minas, que começa «Illustre Marquez de las Minas, Primo», mas que é de 27 de Julho. Também se refere a uma carta de 7 de Julho, que poderia ser a chegada em 24. Mas, sendo esta a segunda, é mais natural identificar a carta referida no texto com a que se encontra transcrita no copiador do Duque de Cadaval, vol. X, e datada de 1 de Julho; ver Apêndice II.

ponte sobre o Rio com huã Torre no meyo, tem muros antigos; ha sete Conventos de freiras, e seis de frades; tem hum bom Pantheon em S. Francisco [q̃. custou meyo milhaõ de patacas] enterro dos Condestaveis de Castella com boas pedrarias. Esta Cidade foy de huã Infante de Portugal(1); alguns palacios tem bons, sendo hum do Conde de Oropeza aonde se apozentou ElRey Carlos 3.º quando chegou em seis de Agosto. Tem noue freguezias, he fertil de Vinho, e algum Azeite. Teue-se noticia mais certa de que as Tropas dos inimigos sehiaõ engrossando em Xadraque, votouse era conveniente hilos atacar, ou tiralos daquuelle sitio [Este será o fim do 2º tratado e novltimo se copeye a Carta de ElRey de Maquines(2)].

« Em 27. de Julho marchou o Exercito para o campo de Ita seis legoas de marcha donde ficou campado perto de hum grande Convento de Padres de S. Bento, adonde tem jazigo os Duques do Infantado [Nesta pouoaçaõ os nossos soldados â comprar delles mataraõ quantidade fichandos ematandoos, q̃. este periuizo no pais alheyo sao os culpados os seus off.es e comendantes] Esta villa de Ita fica na eminencia de hum Monte que parece huã piramide torneada, tem dentro hum Convento de frades.

« Em 28. Marchou o Exercito ao Campo de Xadraque, campamos antes de chegar apouoaçaõ da qual se desalojou o inimigo que aguardava com seis Regimentos de Cavallaria; tanto que foy desenpedida obrigada pellas nossas Tropas, que os carregaraõ muyto mandadas pello *(falta no ms.)* marchou a nossa primeira linha a guarnecer todos os postos: foy

---

(1) A Infanta D. Branca, filha de D. Sancho I (?-1240).

(2) Esta nota prova que António do Couto queria dar organização diferente à sua obra; a carta do Rei de Mequinez, felicitando D. Pedro II pela tomada de Madrid, está transcrita no interessantíssimo jornal ms. de José Soares da Silva (B. N. L., F. G., cód. n.º 512).

passando todo o Exercito aoutra parte acoroar os Montes que ficavam sobre o campo dos inimigos que estava da outra parte do Rio Enares, mandouse tomar a Estrada que hia aponte pello Terço do Mestre de Campo Bernardo de Vasconcellos e Sousa, eo Terço do Mestre de Campo o Conde da Ilha, e em huã colina que lhe ficava na sua direita se puzeraõ duas peças de Artelharia que batiaõ o canpo dos inimigos. Formouse o Exercito por todo aquelle campo com varias batarias que jogavaõ sobre os inimigos; elles tinhaõ sobre aponte seis peças de Artelharia com que nos incommodavaõ muyto, e no Regimento de Penamacor matou o Alferes que levava a bandeira huã balla de Artelharia indo o Terço em Marcha [assim q̃. ca a bandeira Cahio no cham se lancou hum soldado apegarlhe, e aluorou este soldado foi nomiado Alferes no lug.r do q̃. matara a bala] Ouve intentos de se ganhar aponte para o que mandaraõ dous Terços, mas entendeuse ser infortifero, se mandaraõ retirar. Tanto que chegou anoite mandaraõ embarracar o Exercito ficando as guardas necessarias sendo de Infantaria o meu Terço, e o do Mestre de Campo o Conde da Ilha com o seu Terço, eo Mestre de Campo Josè Delgado Freyre (1) com o seu Terço, e outro mais, eos Dragoẽs de Bente Feldre (2), e seis

---

(1) José Delgado Freire era em 1701 «Cappitão Ajudante de Thenente» (*Cons. de G.*, maço 60, doc. 34); suponho que quere dizer: capitão exercendo as funções de ajudante de tenente de mestre de campo general; em 1715 foi um dos coroneis que ficaram comandando regimentos de infantaria (*Cons. de G.*, maço 741, doc. 18); era natural da Beira «enabatalha de Almança ficou formidavel. eferido com grande numero de feridas pello que odespachou elRey com o Off.º de juiz da Alfandega de Almeyda, e duas Capellas da Coroa o habito de Xpº e outras m.ces» (Rangel de Macedo, *Nob.*, *Pomb.*, cód. n.º 373); comandava um têrço de Almeida; na *Chancelaria da Ordem de Cristo* não encontrei notícia que confirmasse a de Rangel. Em 1723 era coronel na Beira (*Cons. de G.*, maço 82, doc. 7).

(2) Evidentemente o mesmo que antes chama barão de Bentrefeld.

esquadroens de Cavallaria com o Thenente General della o Conde das Galveas (1). Dali mandey huã companhia do meu Terço com o Cappitaõ Joaõ de Moraes Castro (2) a guardar o vao do Rio que naõ passacem os inimigos; ouve algum choque com acompanhia; eu acolhi eo Sargento Mor de Batalha o Conde de Soure e fizemos sustentar o fogo eo posto para donde eu atinha mandado; Estaua tambem com a Cavallaria o Thenente General della oConde das Galveas.

« Em 29, e 3o. de menhaã (3) entraraõ no Campo dos inimigos as Tropas que vinhaõ por França que estavaõ no Sitio de Barcelona, que vinhaõ de Socorro. Tinha tambem chegado ElRey Felippe 5.º Vendose a ventagem dos inimigos no numero de gente com que se achavaõ. e do terreno, o grande dano que se seguia a ElRey Carlos se se metesse entre o nosso Exercito, e elle, resolveraõ em Conselho os Generaes no dia trinta de tarde começasse a marchar a Artelharia e bagagens, ao meter o Sol se puzesse todo o Exercito em Marcha, ficando na guarda do Vao (em quanto tudo se punha em boa ordem) o meu Terço, eo do Conde da Ilha, e dous mais, sendo hũm o de José Delgado Freyre, ea Cavallaria o troço do Conde das Galveas, eos Dragoens de Bentefrelde para fazermos a Retaguarda a todo o Exercito, e nos puzemos em marcha de madrugada, fazendo os Dragoens a Retaguarda de tudo [eeu com o meu 3º fazia â Retaguarda e o Rigimto dos dos Dragoes].

---

(1) Pedro de Melo de Castro (166..?-1738), 2.º conde das Galveias.

(2) João de Morais Castro, filho de Francisco de Castro Morais, governador do Rio quando do ataque de Duguay-Trouin «serviu na guerra da Liga em vários postos até o de sargento-mor de infantaria»; casou em 1723 (M. L. *Fam., Pimenteis*, 183).

(3) Berwick diz (*Mem.*, I, 342-344) que os reforços se lhe reüniram no dia 28 e que as tentativas de passagem do Henares foram em 29; a *Quinta Rel.*, 4, marça a mesma data.

« Em 31. de Madrugada marchamos ao Campo de S. Martinho de Junqueira (1) junto ao Rio que passamos na barca e no Vao. Neste campo nos quis o inimigo forçar intentando passar o Rio, para oque se tomou as Armas, ese poz o Exercito em batalha na margem do mesmo Rio impedindolhe apassagem. Eu fuy com o meu Terço ehuãs peças segurar hum Alto. Vendo elles a nossa resoluçaõ, retrocederaõ alguã cousa a Marcha, efizeraõ o seu Campo da outra parte do Rio, tendo muyto mais gente que o nosso Exercito, e no seu Pais [q̃. dauentage gr.de].

« Em o primeiro de Agosto marchamos do Campo de S. Martinho de Junqueira para o de Guadalaxara, passamos na ponte, e nos campamos nas planicies que ficaõ Eminentes ao Rio.

« Em 2. chegou o inimigo com o seu Exercito, e se campou no campo que tinhamos ocupado fazendonos frente, intentando passar o Rio sobre nos, mas vendo que se lhe rebatia, fizeraõ o Campo onde digo que he junto do Lugar de Palomar distante de nos meya legoa, mas ficavaõ as guardas a falla de hum e outro Exercito somente com o Rio em meyo. A grande Guarda se recolhia a Noite junto da ponte donde ficava hum Terço, estando de guarda o de Bernardo de Vasconcellos de Sousa, mandaraõ-me estar de noite com o mesmo Terço gouernando-o, sem embargo de estar doente com sezoens. Na mesma Noite chegaraõ varios dezertores, que remeti à Corte.

« Em 6. chegou Carlos Terceiro acompanhado de tres Regimentos de Cavallaria, que se tinha passado dos inimigos em Catalunha fardados de branco; commandava-os o Sargento Mor de Batalha D. Pedro Morraz (2), e huns Regimen-

---

(1) Yunquera, 2 léguas ao N. de Guadalaxara, na margem direita do Henares.

(2) D. Pedro Morrás tomara parte na defesa de Barcelona em 1706;

tos de Infantaria, sendo hum de Alemaes, a farda de amarello, outro de Castelhanos de que era Coronel D. Joaõ de Omada (1), hoje Mestre de Campo General em Alemanha do Emperador Carlos 6.º e vinha General o Conde de Sifuentes (2) [ElRey Carlos 3.º nomiou seu g^al o Conde Noyelles p^a xefe das suas tropas] (3).

«Em 7. se cantou o Te Deum na Matriz com a prezença do Rey Carlos Terceiro, no mesmo dia de tarde foy correr o nosso Exercito para oque estava todo formado com

---

foi mandado em Fevereiro de 1707 pedir ao duque de Saboia que enviasse tropas a reforçar o exército da Liga em Espanha; a *Quinta Rel.*, 6, diz que Carlos III era acompanhado por 2.500 cavalos e 7.000 infantes, mas êste número é certamente exagerado.

(1) D. João de la Humada (ou Ahumada) era o governador de Cuenca quando da rendição (9 de Setembro de 1706); em 1716 figura como feldzeugmeister na batalha de Peterwaradin; parece que ainda era vivo quando António do Couto escrevia por 1720. O outro regimento era provàvelmente o regimento alemão de Colbars (Kaulbars?), que também tomara parte na defesa de Barcelona e figura com o nome de Colpach na O. B, adiante transcrita, de 11 de Agôsto de 1706.

(2) D. Fernando Meneses de Silva, conde de Cifuentes, marquês de Alconchel, alferes-mor de Castela por Carlos III, e vice-rei da Sardenha.

(3) Segundo o cód. n.º 8062 do F. G. da B. N. L., Carlos III pediu D. Pedro II que mandasse retirar do exército o marquês das Minas, a fim de que o comando supremo coubesse a um general alemão. Peterborough também o desejava (cf. Mahon, *War of the Succ.*, 207 e seg.), José Soares da Silva diz a êste respeito: «o Marquez das Minas, q̃ em todo oMar nauega e esta hoje o generallissimo detodo o exercito com beneplacito naõ so delRey emq̃. naõ hauia duuida, mas tambem de Carlos 3º edaRainha Ana q̃ agora o pedio p.^lo seu enviado D. Paulo Metuem q^do ateaqui se desia pedia q̃. o dispedissem e q.^do tambem Carlos tinha mandado hum caualhero gr.^do aesta corte e conseguir esta delig.^cia ouesta expulsaõ ainda emuida delRey D. P.º A mudança da uontade de Carlos naõ entende saluo p.^r noua amisade do Pr.^e An.^to como da Rainha Ana p.^la amizade uelha de Milord galoé». O principe António é António de Liechtenstein, ao tempo o principal conselheiro de Carlos III.

as Armas nas maos; em a noite do dia seis se deraõ tres descargas de Artelharia e mosquetaria, oque cauzou no campo do inimigo grande confuzaõ athe se desenganarem do motivo daquella festividade, oque souberaõ por hua Lingoa que tomaraõ, que lhe declarou ser chegado ElRey Carlos 3.º sendo esta de mayor sentimento para os Generaes, por que lhes desmentira a falcidade que tinhaõ publicado, que era morto, eque a esse respeito traziaõ insignias de luto, etinhaõ mandado hnm clerigo a Madrid a espalhar esta noticia com juramento e afirmava quando acabava a missa, que o vira embalcemado e enterrar em Saragoça. Felippe quinto estava nosceu Exercito defronte do nosso, e junto à sua tenda chegaraõ algumas ballas de Artelharia a caza, que elle sentio, supondo fora proposito.

« Neste Campo de Guadalaxara pario a Condeça de Arandilha Nora do Conde de Oropesa, que se tinha passado; deste filho foy Padrinho ElRey Carlos 3.º; o Conde de Oropesa Avo do nacido por seguir Carlos 3.º naõ tinha sigido a Fellipe (1).

Fesse nesta Cidade de Guadalaxara Conselho de Guerra dos Generaes na prezença delRey, ficando o Marques das Minas oprimeiro General dando as Ordens, econservando as Nossas Tropas a direita do Exercito, prefirindo às de Inglaterra, e Holanda, como athe li, e as delRey Carlos sem embargo de estar elle alli, e nos seus Reynos (2).

---

(1) A *Terc. Rel*, 12, refere êste facto como passado antes da chegada de Carlos III.

(2) A questão do logar das tropas, que foi largamente discutida e por várias vezes, tinha estado para impedir a invasão (Mahon, *War of the Succ.* 187-188). O *Reg. p.ª o Ex. quando estiver em Camp.*, etc., de 1708 regula o assunto. Nas ordens de batalha existentes na Biblioteca Nacional (*Pomb.*, 105), as tropas portuguesas ocupam a direita; apenas têm preferência os dragões da guarda de Carlos III, que nessas ordens de batalha aparecem designados também por dragões de Zintrendorf ou Dezintrendorf (conde Zinzendorf) e de Nebot, dos nomes dos seus comandantes (V. *Hist. Gen.*, XII, parte 2.ª, 1033 e B. N. L., F. G., cód. n.º 8512).

«Determinouse no Conselho de Guerra, que os inimigos se achavaõ com socorros entrados no seu Exercito que o faziaõ superior ao Nosso, e no seu paiz; que nos nos achavamos com muyta gente deminuta, e Cavallos, pella causa dos que tinhamos destacado adeichar nas praças e outros lugares (1); outros tinhaõ adoecido em Choques, outros mortos, e feridos, muytas Armas quebradas, sobre tudo achandose a Real pessoa delRey Darlos 3.º; que nos naõ haviamos de por na contingencia de dar hua batalha que podiamos perder e de que se seguiaõ as consequencias de taõ grande prejuizo á cauza comua; de mais tinha ficado o Exercito de Milor Pretemburgh (2) em o Reyno de Valença, que se tiuera vindo poderiamos atacar os inimigos, em cujos termos deviamos hir tomar quarteis, por que era chegado o Inverno, e Rios grandes de passarmos, e se os inimigos nos quizecem atacar, nos aproueitariamos da ventagem do terreno e entaõ lhe dariamos Batalha; tinhamos tambem falta de mantimentos; achavamonos cem legoas de Portugal; Rezoluto que tomassemos quarteis para que de Inverno nos viecem soccorros e descançar agente que andava taõ fatigada de tantas marchas, sitios de praças emais operaçoens militares, e fazer reclutas na Cavallaria, ver as cousas de Europa como se ponhaõ, conservando os tres Reynos da Coroa de Aragaõ, em q̃. emtraua o Reyno, deValença e quasi todo o de Murcia e Principado de Catalunha; marchamos a fazer mantimentos para podermos hir tomar quarteis na Mancha, pondo a esquerda na Cidade de Chincilha (3) no Reyno de

---

(1) As perdas foram também devidas a doenças (segundo San Phelipe, *Com*, I, 211, nos hospitais de Madrid ficaram 6.000 doentes, morrendo a maior parte; mas êste número é provàvelmente exagerado).

(2) Carlos Mordaunt, conde de Peterborough (1658-1735), comandante da expedição que em 1705 tomou a maior parte do reino de Valência e do principado da Catalunha.

(3) Chinchilla, cidade da província de Murcia.

Murcia, eo trem da Artelharia em Belmonte (1), mas como era tarde para tomar este Castello, hiriamos tomar quarteis no Reyno de Valença, Aragaõ, eparte de Murcia, Catalunha tendo portos de Mar para os soccorros e noticias. Deste Campo de Guadalaxara marchei com o meu Terço, etres Regimentos de Cavallos de Carlos 3.º que commandava o Sargento Mor de Batalha Dom Pedro Morraz. Fomos a terra de Alcarria (2) a Ordem do Conde de [La Puebla D. An.to de Portugal] (3) de donde nos viemos emcorporar com o Exercito que tinha marchado em onze de Agosto de Guadalaxara pella esquerda ao Campo de Arranqueque (4) junto ao Rio que se marchou cinco legoas junto ao Rio Lagan (5), donde tambem se emcorporou este destacamento do Conde de Sifuentes. Veyo no meu Terço hum preto, oqual mandou ElRey Carlos lho levacem àsua prezença. Foy esta marcha do destacamento por paiz aspero, mas fertil sempre aborda de hum Rio grande, que se chama Alagum, que se mete no Tejo dizem que lhe dà o nome, e rendemos varias terras grandes da terra de Alcarria.

« Em 14. marchou o Exercito ao Campo de Xinxon (6); neste Campo de Xinxon estaua o inimigo foyo desalojar o General da Cavallaria o Conde de Villa Verde *(intervalo no ms.)*. O Exercito marchou em huã coluna; esta marcha foy larga sempre pella borda do Rio entre muytos lugares; Os inimigos marcharaõ da outra parte do Rio fazendo a mesma Marcha que nos; como a marcha foy larga, e veyo escuro

---

(1) Belmonte, vila da província de Cuenca.

(2) La Alcarria, região no limite de Castela-a-Nova, onde está situada Guadalajara.

(3) Em Outubro foi enviado para o Aragão com um destacamento (regimentos Winterfeldt e Saint'Amand); era vice-rei de Aragão por Carlos II em 1707.

(4) Aranzueque, vila a 3 léguas de Araujuez, e situada sôbre o Tajuña.

(5) Confunde os nomes do Tajuña e do Alagon.

(6) Chinchon, vila da província de Madrid.

com chuva anoite, ficou o Exercito sem chegar ao acampamento detreminado; seis legoas foy a marcha, hauendo muyta desordem, por que ficou tudo sem forma por baixo de Olivaes junto á Villa de Pusuelo del Monte (1); naõ apareceraõ as bagagens aquela noite.

« Em 15. fomos para o nosso Campo que era junto da Villa de Xinxon, aqual he grande com tres Conventos de frades, edous de freiras. Tem hum castello antigo de donde tiramos dezoito peças de Artelharia de bronze, e varias Armas. Estiuemos neste campo perto devinte dias a refrescar o Exercito, fazer pam, e biscouto para a Marcha (2). Este Paiz he tam abundante, que deu ao Exercito pam, farinha, Trigo, sevada, azeite, mel, Vinho, Meloes, Melancias, Repolhos, feijoes verdes, uvas, elegumes verdes em tanta abundancia, que todo o Exercito gastou de tudo com desperdicio, eainda venderaõ aos Payzanos de fora, os Soldados; fizemos Mantimentos para a Marcha, eo Exercito dos inimigos estaua da outra parte do Rio, tendo tambem fartura; occuparaõ as pontes de Arangues sôbre o Tejo. Neste campo ouve muytos rebates, e choques sobre os forrejadores, e nas guardas de Moynhos. Em hum grande Rebate me mandaraõ com os piquetes ao Colminar (3) donde se achava o Coronel D. Joaõ de Homada, que esteue à minha ordem, e se acha hoje Mestre de Campo General no Exercito do Emperador Carlos Sexto. Carregado oinimigo, seritirou, e segurei o campo, donde estive vinte quatro horas no lado da Villa de Colminar. O General da Cavallaria D. Joaõ Diogo de

---

(1) Pozuelo de Belmonte de Tajo ou de la Soga, lugar da província de Toledo, hoje de Madrid.

(2) Parece que a intenção dos aliados era restabelecer as comunicações com Portugal por Toledo e o vale do Tejo; mas o exército das duas coroas interpôs-se sempre nos caminhos que aquele pretendia seguir. (Berwick, *Mem.*, I, 352-4; Mahon, *War of the Succ.*, 215).

(3) Colmenar de Oreja (cf. *Quinta Rel.*, 15).

Attayde tambem foy com hum groço da Cavallaria oporse ao inimigo [mas separado do q̃. eu leuei q̃era infantaria por deferentes partes, e diuersas oras; m.ta parte do destacam.to que eu leuei erad. ingleses, e olandeses, alemaes, castilhanos] Estando o Exercito na quelle Campo de Xinxon, chegou noticia que chegara o Sargento Mor de Batalha D. Francisco o Faroel com o Terço do Mestre de Campo Antonio de Saldanha com o Comboy dedinheiro para pagamento das Tropas a Villa Noua de Gomes em catorze de Julho, epor que se alterou Salamanca retrocedeu a marcha, resistindo ahum grande corpo de Payzanos, echegaraõ a por tudo em Ciudad Rodrigo em dezaseis do dito mes; eforaõ a Moraleja socegala, e botar fora o inimigo, oque se executou em quinze de Agosto pello Sargento Mor de Batalha o Faroel, e o Mestre de Campo Antonio de Saldanha (1).

« Em 9. de Setembro marchou o Exercito do Campo de Xinxon para o campo de Fuente Ydsenha (2) quatro legoas; foy esta marcha junto ao do Ilha (3), pondo Salvas guardas nos Lugares da marcha. Passamos o Tejo na Barca que ali tem, com grande trabalho, eas Bagagens, e Cavallaria passou pello Vao que era estreito, em se chegando para o lado direito daua em fundo, ealguns se afogaraõ. Ficamos da outra parte do Tejo em terreno aspero efalto de Aguas; Os inimigos fizeraõ a mesma marcha.

« Em 10. fomos ao Campo de Baragoas (4), quatro legoas

---

(1) Segundo a *Terc. rel.*, 15, o comboio era escoltado por dois têrços. De resto a narração coincide. É de supor que o comboio não fôsse tomado, porque Berwick até afirma que êle não chegou a partir (*Mem.*, I, 351). Mas Afonso da Gama Palha diz que o comboio foi derrotado matando-lhe alguns homens, e perdendo-se «muitas bestas e muniçoẽs» (*Rel.*, 63).

(2) Fuentidueña de Tajo, vila da província de Toledo.

(3) ¿Quereria dizer que na marcha o seu têrço acompanhou o do conde da Ilha do Príncipe, efectuando ambos o mesmo serviço?

(4) Barajas de Melo, vila da província de Cuenca.

foy esta marcha, sendo tudo terras pobres, muyta falta de Agoas, eas que hauia de poços ou Lagoas, era salgada.

«Em 11. marchou o Exercito ao Campo de Almaraz (1) quatro legoas de Marcha, mas como era larga ficamos no de Oucel, e Velès (2); esta marcha foy por terras de Matos montuosas faltas de Agua. Neste Campo ha hum Convento de Freyras, Cabeças da Ordem de Santiago, edificio nobre no alto de huã serra com hum Castello ao pè donde ha boas aguas, e Ortaliças, e na outra Villa Cribaldos (3) tem hum Convento de frades; Achamos muyta uva nas Vinhas; e Sevadas no Lugar. Aqui nos chegou o Mestre de Campo General Guindon (4) com Infantaria, eCavallaria das Tropas de Milord Preteburgh, e seis peças de Artelharia.

(Continúa)

GASTÃO DE MELO DE MATOS.

---

(1) Almendros (?), vila da provincia de Cuenca.

(2) Huelbes (?) e Uclés, vilas da província de Cuenca.

(3) Tribaldos, vila da província de Cuenca.

(4) Hugo Windham, tenente-general inglês, que em 1705 estivera em Portugal; segundo a *Sexta rel*, 9, era acompanhado por 3.000 homens.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Notícia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$00

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho:

Vols. I, e II cada ..... 20$00

Vol. III ..... 25$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números..... 25$00
Número avulso ..... 10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERARIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 80.º

4.ª SÉRIE — VOLUME 9.º

NÚMERO 4

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1930

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇAO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

Cícero advogado, por Luís da Silva Ribeiro 409
La Théorie des Groupes et les Recherches récentes de Géométrie differentielle, por E. Cartan 438
Os estudos germânicos em Portugal, por L. Saavedra Machado .. 454
Alguns aspectos da prosa medieval principalmente através da «Primeira Parte da Crónica de D. João I» de Fernão Lopes, por Vitorino Nemésio 469
Subsidios para a Historia da musica em Portugal, por Sousa Viterbo 498
Do valor diagnóstico da cuti-reacção à tuberculina, em clínica infantil, por João Pôrto 513
Comentários de António do Couto Castelo Branco sôbre as campanhas de 1706 e 1707 em Espanha, por Gastão de Melo de Matos 533

CÍCERO ADVOGADO

Aqueles que se têm ocupado de Marco Túlio Cícero vêem nêle o orador, o literato ou o político de preferência ao advogado; e, todavia, o advogado é talvez a feição mais saliente do seu génio.

A-pesar-da sua aversão a Cícero, viu-o Mommsen e, aliás com intuito depreciativo e manifesta injustiça, dêle diz: — «Cicéron n'avait ni conviction ni passion. Il n'était qu'un avocat, et même pas un bon avocat(1)». Increpa-o de não discutir as questões de direito nos seus discursos forenses, de esquecer com freqüência a causa para fazer valer a sua pessoa, de secura de pensamento, acusações estas que, a serem verdadeiras, dariam razão bastante para o considerar mau advogado.

Um estudo atento das obras de Cícero, em especial dos seus discursos judiciários, conduz-nos, porém, a conclusões diferentes. Foi um grande e ilustre advogado, que, salvo as diferenças de tempo e de meio, poderá ser sempre havido por um mestre e um modêlo. Nasceu advogado e advogado se manteve, mesmo como orador político, como escritor e como homem público. Daí provêm até alguns dos defeitos que podem notar-se-lhe sob estes aspectos.

Como orador político, Cícero enfermou de não dispensar a preciosa atenção às ideas gerais, e objectivar, pesonalizando-as, as questões de que tratava. Para se sentir à vontade

---

(1) *Histoire Romaine*, trad. De Guerle, vol. VII, pág. 361.

carecia de dar ao discurso a seqüência de uma alegação forense e de ter um adversário com quem discutisse. Prendia-se em excesso aos factos e às pessoas para reduzir uns e outras com o poder imenso da sua argumentação. Era no *forum,* que freqüentava quando por todos os motivos estava dispensado de lá ir, que se sentia no seu verdadeiro logar; e, se lhe notavam a sua assiduïdade, desculpava-se dizendo que a tanto o obrigava a necessidade de ser agradável aos seus amigos, que lhe pediam a sua intervenção em numerosas questões. No fundo, porém, mais certo parece que procurava ser agradável a si próprio, satisfazendo o seu gôsto pessoal e obedecendo ao natural pendor do seu espírito. É assim que o vemos defender Murena no próprio ano em que exercia o consulado e, sem embargo das graves preocupações que deviam amargurá-lo, proferir perante os juízes um discurso cheio de vivacidade e bom humor, irónico, gracioso e leve, que fêz dizer admirado ao austero Catão: — « Não sabia que tínhamos um cônsul tão alegre (1) ».

São dêsse mesmo ano, 691 de Roma, as Catalinárias e as defesas de Rabirius Postumus, L. Roscius Othon; são posteriores as defesas de Cornelius Sylla (692), de Archia, (693), de L. Cornelius Balbus e de Celius (698), de Vatinius, Messius e Drussos, M. Emilius Scaurus e A. Gabinius, e outros ainda.

Quando os anos e as circunstâncias o afastaram definitivamente do fôro, não é sem saudade que o vemos entregar-se exclusivamente ao cultivo das letras.

Tôda a actividade de Cícero foi de resto conduzida no sentido de fazer dêle um grande advogado.

Pela eloqüência a tudo se chegava em Roma, e, por isso, ela era a base de tôda a educação literária da mocidade que aspirava a, mais tarde, desempenhar cargos públicos. Numa

---

(1) Boissier, *Cicéron et ses amis*, pág. 48.

sociedade polìticamente organizada como a Roma republicana, onde a assemblea do povo e o Senado tinham uma tão grande ingerência na vida pública, onde as magistraturas eram anuais e electivas, a arte de bem falar e de convencer os que ouviam assumiu a máxima importância. Todo o perfeito cidadão devia ser ao mesmo tempo agricultor, porque a Itália, país agrícola por excelência, tinha no cultivo dos campos a sua maior riqueza; soldado, porque o país não só precisava defender-se como procurava expandir-se pelas conquistas; administrador e financeiro, porque os questores, os edis, os tribunos e os cônsules eram eleitos pelo povo; jurisconsulto, porque era advogado ou juiz nos tribunais, e legislador no Senado.

Ora, o fôro era uma óptima escola de eloqüência e, ao mesmo tempo, o melhor meio de os naturalmente bem dotados manifestarem os seus talentos oratórios. Daí o freqüentarem-no todos os mancebos que, atingida a idade indispensável para o exercício dos cargos públicos, desejavam ingressar nêles. No fôro adquiria-se ainda clientela e popularidade; e a eloqüência forense, depois da criação dos tribunais permanentes, e de Cassius, no consulado de Mancinus e Lepidus, ter introduzido o escrutínio secreto no julgamento das causas sujeitas à assemblea do povo, ganhou maior importância e prestígio (1).

Cícero, filho de uma família da ordem eqüestre da cidade de Arpinum, sem nenhuma das vantagens que davam um alto nascimento e uma grande fortuna, *homem novo,* como então se dizia, foi por êsse caminho que, arrumado ao seu incessante trabalho, alcançou a questura na Sicília, e em Roma a edilidade, a pretura e o consulado, e se tornou um dos cidadãos mais queridos e respeitados do povo romano.

---

(1) Cícero, *Brutus*, 27.

O seu grande talento era constantemente fortalecido por um estudo afincado.

Da casa paterna trouxera o amor às antigas virtudes romanas e às boas letras. A sua primeira educação fôra austera e guiada pelos velhos princípios que já só nas cidades de província subsistiam. Uma vez em Roma, quando a grande parte da mocidade dêsse tempo maltratava a saúde e a fortuna em orgias e divertimentos, Cícero, ligado por estreitas relações de amizade às mais distintas famílias da alta sociedade, freqüentando as casas do célebre jurisconsulto C. Aculeon, cunhado de sua mãe, do orador Antonius, particular amigo de seu tio Lucius, do senador M. Aem. Scaurus, do áugur Mucius Scaevola, de Strabon, de Q. L. Catulus, o qual compartilhava com Marco a glória de ter vencido os Cimbros, dos ilustres consulares e oradores Cotta, L. Cesar, Catão e L. Crassus, amigos de seu pai, o último dos quais se encarregou de dirigir a sua educação, entregava se ao estudo com o maior entusiasmo.

A casa de Crassus iam todos os mais ilustres filósofos e oradores de Roma e da Grécia, e nela foi Cícero confiado a um mestre de grego, sob a direcção do qual fêz rápidos progressos. Estudou poesia com o notável poeta Archia, mais tarde seu cliente, e direito com o áugur Mucius Scaevola, que passava por ser o maior jurisconsulto do seu tempo. Vestida solenemente no Capitólio a toga viril, Cícero foi-se exercitando a traduzir obras de escritores gregos e a assistir aos trabalhos do fôro, nos quais, cerca dos 27 anos de idade, já tomava parte.

Não sabemos qual foi a primeira causa em que interveio, mas o seu mais antigo cliente de que temos notícia foi Publius Quintius, que discutia com Sextus Nevius uma complicada questão de dividas. Nevius era defendido por Hortensius, que atingira já nessa época o máximo da sua celebridade como orador, e apoiado pelos partidários de Sylla em pleno

triunfo. Cícero pugnou pelos interêsses do seu cliente com energia e coragem; mas outra questão é que, pouco depois, o havia de levar prontamente à glória: — a defesa de Sextus Roscius.

Em meados de Setembro de 671 da fundação de Roma, foi assassinado em Ameria um rico cidadão, de nome Roscius. Dois parentes, que lhe cubiçavam a fortuna, aliaram-se, para obter a sucessão, o Chrysogonus, rico e omnipotente liberto de Sylla, que conseguiu introduzir o nome de Roscius numa lista de proscrições, a fim de os seus bens serem vendidos em hasta pública. Roscius tinha, porém, um filho, Sextus, que vivia no campo e que, a-pesar-de pouco conhecido em Roma, os dois parentes temiam, em razão de antigas relações de amizade que o pai mantinha com algumas das mais distintas famílias da aristocracia romana. Para se verem livres dêle tentaram assassiná-lo; e, como não o conseguissem, acusaram-no de parricídio.

Estava então Roma sob o govêrno da ditadura de Sylla, e a nobreza, como nunca poderosa, abusava da sua fôrça. Sylla, depois de vencido por Mário, ao alcançar pela segunda vez o govêrno, lançou mão dos meios mais violentos para consolidar o seu predomínio. Pôs em execução um conjunto de medidas e represálias contra os seus inimigos, que originaram o terror na cidade. Massacres, tumultos, assassinatos, proscrições, confiscação de bens, tudo lhe serviu. Apoiado na classe nobre, tomou um grande número de medidas legislativas ùnicamente destinadas a engrandecê-la. Despojou dos seus bens os mais ricos municípios da Itália, excluíu os cavaleiros da função de julgar, em que tinham sido investidos no tempo de C. Grachus, cerceou as atribuïções dos comícios populares, retirou aos tribunos o direito de apelação. Logo que sentiu assegurado o seu triunfo, anunciou que tinham terminado as violências; mas, a-pesar-disso, os massacres continuaram por muito tempo.

Os libertos de Sylla protegiam, mediante participação nos lucros, os facínoras que, aos bandos, se espalhavam de noite pelas vielas escuras e tortuosas da cidade, até às imediações do Palatino, e atacavam as gentes ricas que recolhiam a suas casas, assassinando-as e roubando-as, ou conseguindo, sob qualquer pretexto, que mais tarde lhes fôssem entregues os bens (1).

Ninguém estava seguro, e nas listas das proscrições figuravam nomes de pessoas que nada haviam feito para justificar a sua inclusão nelas.

Sylla não era pròpriamente o adversário que Cícero devia temer defendendo uma vítima do terror. Espírito superior, era, no dizer de um moderno historiador de Roma (2), até à sua ida ao poder, um dêsses homens solitários como é freqüente encontrar na nobreza quando um regime aristocrático se dissolve. Bastante culto e inteligente para não conservar os velhos prejuízos da sua classe e compreender a sua fatal decadência; bastante orgulhoso e sério para não alcançar as honras à custa de baixezas e dislates, de que dependem amiüdadas vezes os bons sucessos políticos numa democracia; bastante enérgico e bastante ambicioso de riquezas para se não conservar inactivo; scéptico, sensual, indiferente ao que se chama a bondade e a maldade; bastante ávido de prazeres intelectuais e dos sentidos para nunca sacrificar o seu deleite ou o seu interêsse a um ideal, não era, positivamente, o adversário mais temível de Cícero. Mas apoiava-o um partido forte e poderoso, rodeava-o uma vasta clientela que, à sua sombra, se permitia os maiores abusos e atrocidades.

Cícero, pelo seu espírito recto e moderado, sentia horror a tais violências e inclinava-se para a democracia, como con-

---

(1) Boissier, *op. cit.*, pág. 41.

(2) Ferrero, *Grandeur et Décadence de Rome*, vol. I, pág. 112.

seqüência do seu ódio à ditadura da nobreza (1). Foi nesta disposição de ânimo que, de alma, vida e coração, se dedicou à defesa de Sextus Roscius, que o estado das cousas políticas trazia aos tribunais sob uma falsa e odienta acusação de parricídio.

Falando perante aqueles que tinham consentido ou participado nos massacres, assassinatos e expoliações, Cícero deu provas da mais nobre coragem. E, se a independência é a maior virtude do advogado, temos de confessar que Cícero a possuía no mais alto grau.

Com extraordinário desassombro e altivez verbera o odioso procedimento de tôda essa gente, ataca Chrysogonus com rudeza e não poupa o próprio Sylla, a quem os amigos chamavam o *feliz*, alcunha que lhe sugere um trocadilho de espírito que é ao mesmo tempo um certeiro golpe: — « ¿Quem haverá, pregunta êle, tão feliz que tenha a felicidade de não contar, entre uma numerosa família, um servo, um liberto, que não seja um scelerado? — Huc accedit, quod, quamvis felix sit, sicut est tamen in tanta facilitate nemo potest esse in magna familia, qui neminem, neque servum, neque libertum improbus habet (2).

Sem deixar de insinuar a parte que cabe a Sylla em tantos crimes, é a Chrysogonus, justamente o adversário mais perigoso, que ataca sem piedade. Pinta o seu luxo e ostentação, a sua arrogância de homem recém-enriquecido; e mostra o recheando a sua casa no Palatino de preciosos objectos, vasos de Corinto e Delfos, pratas, tapetes, bronzes, quadros, mármores, roubados às suas vítimas, atroando os ares e incomodando os vizinhos, até altas horas da noite, com o ruído dos seus saraus, as vozes dos seus cantores e as músicas dos seus instrumentistas, passeando saltitante no

---

(1) Boissier, *op. cit.*, pág. 42.

(2) *Pro Rosc.*, 8.

forum, os cabelos luzidios de cosméticos e cuidadosamente penteados, rodeado por uma turba de protegidos trajando toga. «*Ipse vero quemadmodum composito et delibuto capillo passim per forum volitet, cum magna caterva togatorum*(1)».

Sem olhar o risco que pessoalmente corre, fala com horror das vítimas dos atrozes assassinatos, acrescentando com ironia, que era, aliás, costume atribuir sempre aos assassinados tôda a espécie de crimes.

«Matava-se por tôda a parte. ¿E quem ordenava, quem executava êsses morticínios? ¿Esqueceis porventura que aqueles que nisso se empregavam eram os mesmos que daí tiravam proveito? ¿Não sabeis, acaso, que os assassinos e os que recebiam os bens dos assassinados eram as mesmas pessoas? Em suma, aqueles que dia e noite corriam armados tôdas as ruas, aqueles que não saíam de Roma, que viviam constantemente no roubo e no sangue, acusaram Sextus Roscius das atrocidades dêsses tempos calamitosos. ¿Essa multidão de assassinatos de que êles próprios eram os autores e os instigadores, será imputada a Sextus, que não estava em Roma e que ignorava o que em Roma se passava, pois segundo a vossa própria confissão, sempre viveu no campo?» (2).

O final do discurso é, sobretudo, de uma extrema energia. Pede aos juízes que ponham têrmo a êsse estado de coisas, porque, se o não fizerem, arriscam-se a ver repetir factos que os antigos romanos desconheceram e são a vergonha da humanidade. Lembra que o mal da sua repetição não é apenas a morte de tantos cidadãos, mas o endurecimento dos homens, ainda os mais compassivos, habituando-os a presenciar tantos horrores (3).

A continuar um tal regime, melhor será ir viver nas sel-

---

(1) *Pro Rosc.*, 46.
(2) *Idem.*, 29.
(3) *Idem.*, 53.

vas, entre bêstas ferozes do que ficar em Roma: — «*inter feras satius est ætatem degere, quam in hæc tanta immanitate versari*(1)».

Não admira que êste discurso causasse em Roma verdadeiro assombro e contribuísse, desde logo, para elevar o jovem advogado a um dos primeiros logares entre os oradores do seu tempo, não obstante serem muitos e de grande valor os que então se mediam no fôro.

Na pléiade brilhante avantajavam-se, segundo o testemunho do próprio Cícero, Crassus, M. Antonius, C. Cotta e Hortensius, dos quais êle faz caloroso elogio no *Brutus*.

L. Crassus, diz Cícero que era excelente orador e jurisconsulto, levando a vida a pleitear e dar pareceres(2). Como orador, não se deslocava nem batia o pé; o seu gesto era calmo e a sua voz lenta. Mas o calor da sua alma e algumas vezes a cólera ou uma dor profundamente sentida davam paixão às suas palavras.

Sem deixar a sua gravidade, empregava com freqüência ditos de espírito.

Graças a um talento raro, reünia a brevidade de estilo às louçanias dos ornatos e nunca encontrou quem o igualasse nas réplicas e nos àpartes súbitos(3).

Jovem ainda, acusou Carbon por modo que atraíu sôbre si a admiração de Roma, e contava vinte e sete anos quando defendeu a vestal Licínia.

Antonius era o mais procurado de todos os oradores(4). Tinha um talento particular para dispor na melhor ordem os argumentos e as partes do discurso, semelhando um general que dispõe as suas tropas para um combate. Antonius dava

---

(1) *Pro Rosc.*, 52.
(2) *Brutus*, 26.
(3) *Idem*, 43.
(4) *Idem*, 37, 39.

a cada uma das suas ideas o logar que mais a valorizava. A sua memória era privilegiada e a sua linguagem correcta e cuidada. Tudo nêle era medido e calculado com arte suma; mas tudo excedia a habilidade com que coloria o seu pensamento, vestindo-o das mais brilhantes figuras. A tão notáveis qualidades juntava o mérito de uma acção original. Os seus gestos harmonizavam-se perfeitamente com as suas ideas, e a sua voz era pausada, conquanto um pouco surda, defeito de que, aliás, sabia tirar partido. O seu talento manifestava-se ainda no modo como sugeria conjecturas e dissipava desconfianças.

Cotta sobressaía pela finura da invenção, pela elocução pura e fácil. Enfermiço, dotado de constituïção débil, regulava pela sua fraqueza física o seu estilo e a sua acção. Nada havia nos seus discursos que não fôsse correcto, são e de bom gôsto. Sem violências conseguia insinuar-se no espírito dos que o escutavam e levá-los, insensìvelmente, para onde queria. Tudo conseguia por meios simples e brandos (1).

Hortensius foi o orador que mais pleiteou com Cícero. Seu adversário na acção contra Verres, seu companheiro nas defesas de Murena, de Sylla e de Flaccus, causa esta em que, segundo diz o próprio Cícero, se elevou até aos céus (2), foi durante muito tempo o seu émulo, pôsto-que sempre seu amigo pessoal. Começou muito novo a pleitear e interveio nas mais importantes questões que se julgaram no seu tempo. Sem escrever os seus discursos, meditando-os apenas, encontrava depois no tribunal, com uma facilidade única, as palavras que tinha pensado; e esta memória privilegiada permitia-lhe também ter presentes as palavras do adversário. Era um trabalhador apaixonado e incansável. Todos os dias ou orava no fôro ou estudava no seu gabinete,

---

(1) *Brutus*, 55.

(2) *Ep. a Att.*, II, 25.

quando não fazia uma e outra cousa. Tinha um modo original de dividir o discurso e de resumir os argumentos do outro contendor. Muito feliz na escolha das expressões de que se servia, com frases brilhantes e períodos harmoniosos, de uma fecundidade inextinguível, o seu talento natural era fortalecido e desenvolvido por um trabalho pertinaz. Dotado de grande perspicácia, distinguia tôdas as minuciosidades das questões e não lhe escapava um meio de prova ou defesa. A voz era forte e sonora; mas o gesto artificioso pecava por amaneirado (1), o que lhe valeu alcunharem-no de comediante e de *Dionísia,* nome de uma dançarina então célebre (2).

A par dêstes grandes oradores, muitos outros, também ilustres, discursavam no fôro no tempo de Cícero e com êle se defrontavam. Tais foram Sulpicius, cuja violência contrastava com a brandura de Cotta (3); César, que era quem melhor falava a língua latina (4); Pison, que abandonou o fôro para não sofrer as impertinências nem ouvir os dislates que nêle é forçoso aturar — *ineptias et stultitias* (5); Macer, pouco eloqüente, mas muito cuidadoso (6); Censorius, naturalmente bem dotado, mas muito preguiçoso (7).

Foi acima de todos êles que Cícero conseguiu elevar-se e, ùnicamente pelo prestígio da sua palavra, ascender às maiores honras e dignidades, para todos os cargos eleito sem luta no primeiro escrutínio, como demonstração da justiça que faziam ao seu génio e às suas virtudes cívicas.

É que Cícero não foi só um grande advogado pelo brilho do seu talento e eloqüência, pelo estudo e cuidado que pu-

---

(1) *Brutus*, 88.
(2) Théophile Baudement, *Vie de Cicéron*.
(3) *Brutus*, 55.
(4) *Idem*, 73.
(5) *Idem*, 67.
(6) *Idem*, 67.
(7) *Idem*, 67.

nha nas questões de que tratava; foi ainda um verdadeiro modêlo de advogados pela sua isenção.

A lei Cíncia *De donis et muneribus* proïbia aos advogados levar dinheiro pelos seus serviços. Obra de um tribuno, Cincius Alimentus, que a apresentou em 549 no interêsse da plebe, segundo refere Tito Lívio, esta lei concedia mais um privilégio às classes aristocráticas e fornecia-lhes uma excelente arma para a conquista de prestígio e influência, afastando do fôro aqueles que, por falta de bens, precisavam ganhar a sua vida(1).

---

(1) Boissier, *op. cit.*, pág. 86.

Ferrero, aproveitando êste carácter da lei Cíncia e o facto de Augusto ser um aristocrata, formula uma engenhosa explicação do *jus respondendi*, concedido por êste imperador a alguns jurisconsultos. Eis a doutrina de Ferrero:

«A famosa lei de Digesto (1, II, 47)... *Primus dives Augustus ut maior juris auctoritas haberetur constituit ut ex auctoritate ejus respondere*, tem uma origem obscura. Pomponius não parece ter dado conta bastante da transformação histórica que sofreu esta instituïção e mostra-o no seu início semelhante ao modêlo que tinha diante dos olhos. Não parece que o *jus respondendi* fôsse já no tempo de Augusto concedido pelo príncipe. Se o fôsse não se explicaria como Calígula tivesse a idea de tomar esta resolução: — *ne qui respondere possent, præter enim.* Por outro lado o estudo e a prática da jurisprudência era uma tradição bastante antiga na nobreza, para que Augusto, que buscava as boas graças dela, a podesse abolir bruscamente, respeitando para mais a um assunto onde não encontrava graves dificuldades políticas e a que se achavam ligados numerosos interêsses privados de tôdas as classes. Antistius Labeon *respondebat,* mas repugna acreditar que êste conservador ferrenho, que não quis aceitar o consulado por um favor de Augusto, exercesse a jurisprudência em nome e por autorização — *ex auctoritate* — daquele príncipe. Nada nos leva a supor que as respostas dos juristas que falavam *ex auctoritate* de Augusto tivessem valor legal. Isto mesmo supõe uma revolução completa na organização da justiça, e não vemos que ela se houvesse produzido nesta época. A medida tomada por Augusto só se pode explicar como um expediente a que êle recorreu para satisfazer os deveres de patrocínio jurídico que, segundo a tradição, lhe incumbiam, como qualquer patrício, e que se tornavam espe-

Mas a lei não tinha sanção efectiva, não obstante visar, segundo diz Tácito, a reprimir os abusos cometidos pelos advogados, e muitos não a observavam. O próprio Hortensius, defendendo os amigos de Sylla, não escrupulizava em receber uma parte do produto das extorsões e roubos cometidos pelos seus clientes. Cícero diz claramente na primeira acção contra Verres (1) que êste confessava que uma parte do dinheiro que trouxera da Sicília era para pagar aos seus protectores, outra parte para comprar os juízes e outra ainda para dar aos seus advogados, julgando-se feliz se conseguisse guardar para si o dinheiro que alcançara durante um ano dos três que fôra pretor: — *alterum patronis et defensoribus suis traderete*... De Verres recebeu ainda Hortensius como presente uma preciosa esfinge.

Cícero constituía uma honrosa e rara excepção.

Numa carta de Quintus, em que êste fala da candidatura de Marcus ao consulado, lê-se: — *Quoniam nulla impensa per te alii rem, alii honestatem, alii salutem ac fortunas omnes obtinuerunt.*

Quando Cícero acusou Verres, recusou os presentes que os scilianos pretendiam fazer-lhe e, quando edil, êles lhe mandaram víveres, fê-los distribuir pela gente pobre em tal

---

cialmente difíceis a um homem como êle, célebre e pouco versado na jurisprudência. Fêz para os pareceres o mesmo que os textos nos dizem ter feito para a assistência nos processos judiciais quando não podia desempenhar-se pessoalmente desta tarefa e a entregava a um amigo. É preciso não esquecer que todos os nobres romanos passavam aos olhos do povo como conhecedores das leis e, a-pesar-de só um restrito número dêles se dar a êsse estudo, quási todos eram consultados pela gente pobre sôbre questões análogas às que submetiam a Augusto. Suponho que Augusto encarregava senadores de responderem por êle, pois Pomponius salienta que Masurius Sabinus era um simples cavaleiro. Talvez até Augusto, com êste expediente, visasse auxiliar os senadores a mantarem os seus privilégios ». (*Op. cit.*, vol. VI, pág. 88, nota 1).

(1) § 14.º

abundância que os géneros baixaram de preço em Roma (1). Só a Papirius Patus não recusou o presente que êle lhe fêz (2); mas era uma bela colecção de livros gregos e latinos, isto é, aquilo que Cícero mais estimava.

Só lícita e legalmente auferia benefícios da advocacia.

Era então costume em Roma pagar as dívidas de honra por meio de legados ou disposições testamentárias, costume que chegou a converter-se num abuso. Muitos homens ilustres, como Lucullus e Alticus, alcançaram por êste meio fartos cabedais, e não admira que Cícero, defensor nos tribunais de tanta gente rica, fôsse contemplado por ela.

Efectivamente o seu nome figura entre os legatários nos testamentos de Cluvius, rico banqueiro de Puzzoles (3), do arquitecto Cyrus (4), do seu mestre Diodoto, que vivia em sua casa e cujas economias orçavam por cem mil sestércios (5). Segundo o cálculo do próprio Cícero, devia andar por mais de vinte milhões de sestércios a totalidade das somas que recebeu por êste modo — *ego enim amplius H. S. decenties acceptum hereditatibus retuli...* (6).

Também, na esperança de serem mais benévolos, quando precisava de dinheiro, pedia-o emprestado aos seus clientes.

De P. Sylla recebeu por empréstimo dois milhões de sestércios, facto de que o acusaram no Senado; mas à acusação parece não ter ligado maior importância (7). E razão de sobejo tinha para a não ligar, porque pagava escrupulosamente aos seus crèdores, como se vê de diversas partes dos seus escritos.

---

(1) Th. Beaudement, *Vie de Cicéron.*
(2) *Ad. Att.*, I, 2.
(3) *Idem*, XIII, 45.
(4) *Pro Mil.*, 18,
(5) *Ad. Att.*, II, 20.
(6) *Philippicas*, II, 16.
(7) *Ad. Gell.*, XII, 12.

Numa carta a Alticus(1), por exemplo, escrita quando saíra de Roma depois da morte de César, dizia-lhe que o dinheiro que lhe deviam chegava de sobra para pagar as suas dívidas, mas se, pela falta de numerário, êle Atticus se visse em dificuldades para o cobrar, vendesse os bens que fôssem necessários, e acrescentava: — «Não penses noutra cousa senão na minha reputação».

Esta perfeita honorabilidade de Cícero e a sua extrema isenção eram tanto mais notáveis quanto é certo que, ainda em épocas muito posteriores, os advogados romanos não gozaram de bôa fama neste sentido, e tanto, que Augusto, em 737 de Roma, se viu forçado a restabelecer a lei Cíncia, cominando à sua transgressão a pena de restituïção do quádruplo do que o advogado houvesse recebido do cliente. A despeito desta medida os abusos continuaram e a êles se referem Tácito, Suetónio, Plínio, Quintiliano. No tempo de Cláudio, um distinto cavaleiro romano, Simius, suïcidou-se ao saber que o seu advogado o traía depois de lhe haver sacado quatrocentos mil sestércios. Como o suïcídio tivesse logar na própria casa do advogado, o escândalo em Roma foi enorme e levou à equiparação legal da recepção de honorários pelos advogados ao crime de concussão. Contra esta medida reclamaram muitos advogados, alegando que a vida era então bastante diferente da dos tempos antigos, quando a guerra e outros muitos meios permitiam a todo o cidadão fazer fortuna, e o imperador, tomando em consideração estas alegações, fixou em dez mil sestércios o máximo dos honorários que um advogado podia receber em qualquer causa.

Juvenal parece dar a entender que os advogados eram mal remunerados pelos seus serviços no tempo do poeta, pois diz que a fortuna de cem advogados representava ao

---

(1) XVI, 2.

justo o valor das gorjetas de Lacerna, o cocheiro da facção vermelha...: *hunc centum patrimonia causidicorum, parte alia solum russati pone Lacernæ* (1). Do que diz o poeta, o que se vê é que a advocacia não era das profissões mais lucrativas, outras havendo que davam maiores rendimentos.

Diz Plutarco (2) que Cícero, depois da defesa de Sextus Roscius, temendo a vingança de Sylla e dos seus amigos, se ausentou de Roma em viagem pela Grécia, sob pretexto de procurar melhoras à sua saúde, bastante abalada.

Amyot, tradutor francês de Plutarco, entende, porém, que o motivo da viagem foi realmente o estado de saúde de Cícero, que, fraco e doente, se achava depauperado por um intenso trabalho. Cícero, na verdade, não se deu pressa a sair de Roma depois daquele discurso, visto que diz ter defendido outras causas-crimes logo após a defesa de Roscius (3).

Esta foi no ano de 674 de Roma, no segundo consulado de Sylla, e só no meado do ano seguinte, depois de ter feito outras defesas, entre as quais a de uma mulher de Arretium que Cotta pretendia ter perdido o direito de cidade nos termos de uma lei de Sylla (4), é que partiu para a Grécia.

Melhor se coaduna com outros factos da vida de Cícero a opinião de Amyot do que o dizer de Plutarco. Não foi só na defesa de Roscius que Cícero deu provas de uma coragem pouco vulgar. Muitas outras questões de que tratou a revelam.

A acusação de Verres foi uma delas.

Os sicilianos acusavam Verres de concussão e de ter

---

(1) *Sátira* 7.ª
(2) § 7.º e nota.
(3) *Brutus*, 90.
(4) *Pro Cacc.*, 33.

praticado violências e actos de tirania durante o tempo que fôra pretor na Sicília. Verres, realmente, cometera abusos intoleráveis que atingiam sicilianos e até cidadãos romanos que viviam na ilha, onde Cícero fôra questor com o pretor Sextus Pedeceus, e onde deixara justa fama de honradez e dignidade. Caius Niger, fazendo valer a sua qualidade de siciliano, arrogava se o direito de acusar Verres, mas com o secreto propósito de lhe facilitar a defesa. Verres tinha por si a maior parte da nobreza e, entre ela, a gente de maior valor e riqueza, na posse então do excessivo poder que lhe dera Sylla. Defendia-o Hortensius, no apogeu da sua glória, cheio de habilidade e de experiência. Cícero contava apenas com uma população distante, sem influência, e que, ainda por cima, não era unânime em acusar Verres, pois cidades havia que o defendiam e até elogiavam o seu procedimento. Tinha, porém, a sua audácia, a sua mocidade, o seu talento, que valiam mais do que tôdas as protecções. O processo, por um concurso de circunstâncias que nêle se davam, não era ùnicamente judiciário. Tinha um acentuado carácter político e nêle parecia ir decidir-se a sorte do partido aristocrático, cujo govêrno o povo e até parte da nobreza detestavam.

Cícero aproveitou uma causa contra o questor Quintus Cecilius, que se arrastava, e conseguiu um prazo de cento e dez dias para preparar a acusação. Nesse espaço de tempo foi à Sicília, onde recolheu abundantes elementos de prova.

A audiência, marcada para cinco de Agôsto, devia sofrer diversas suspensões e adiamentos, por motivo da celebração de jogos e festas públicas. Começou, porém, no dia designado.

No *forum*, em volta dos assentos dos juízes e das testemunhas, comprimia-se uma enorme multidão. Um grande número de pessoas influentes e poderosas acompanharam Verres, que, em extremo confiado na sagacidade do seu de-

fensor, se mostrava altaneiro e despreocupado. As testemunhas, hàbilmente agrupadas por modo a, no conjunto dos seus depoimentos, darem relêvo à prova de cada um dos factos da acusação, foram depondo, mas o povo, hostil à nobreza e a Sylla, ao ouvir delas a narração de certos factos mais importantes, irrompia em clamores e lamentava a sorte das vítimas de Verres. As notícias do que se passava no *forum* corriam, logo exageradas, de bôca em bôca por tôda a cidade, e, quando uma testemunha narrou com vivas côres o suplício de um cidadão romano que Verres mandara crucificar, a indignação subiu a um tal ponto que o acusado teria sido morto se o pretor não houvesse suspendido a audiência (1).

No décimo terceiro dia de julgamento, Verres, vendo que os juízes o não absolveriam, exilou-se voluntàriamente, e Cícero entrou, pela porta dêsse retumbante triunfo, no caminho das honras, que no fim devia transformar-se na via dolorosa do martírio.

Não mostrou Cícero menos coragem na defesa de Rabirius, que, acusado de ter morto Saturnius, antigo questor de Óstia, e condenado, apelou para o povo. César, desfavorável a Rabirius, e Labienus, seu acusador, haviam excitado a tal ponto o ódio popular contra o acusado, que, quando Cícero disse no seu discurso, que se Hortensius, defensor de Rabirius na primeira instância, não houvesse já demonstrado que não fôra Rabirius o assassino de Saturius, afirmaria que o tinha sido, e, por êsse modo, libertara a República de um seu inimigo (2), as ameaças ao orador, as injúrias, os gritos de furor e indignação irromperam de todos os lados.

Se entendia que devia tomar conta de uma questão, nada

---

(1) Ferrero, *op. cit.*, vol. I, pág. 211.

(2) *Pro Rab.*, 6.

o desviava do seu intento, nem afrouxava o seu ardor. Muitas vezes sucedeu defender pessoas que eram acusadas por amigos seus, como Publius Cornelius Sylla, acusado por Torquatus de cumplicidade na conjuração de Catilina; Marcus Juventius Laterensis, acusado por Cassius e Cneus Plancius de suborno do eleitorado; Murena, acusado por Sulpicius e Catão.

No estudo das causas punha Cícero a maior atenção e nunca se poupava a fadigas e trabalhos. No *De Oratore* dá-nos notícia do processo que seguia no estudo de uma questão (1), pondo na bôca de Antonius a exposição do método preferível. «Por mim, diz Antonius, procuro que o cliente me informe pessoalmente da causa; falo com êle sem testemunhas, para o pôr à vontade; faço o papel do adversário, a fim de o obrigar a defender-se e me transmitir tôdas as suas ideas. Logo que o cliente se retira, procuro colocar-me no logar de três entidades diversas, o cliente, o adversário e o juiz; e examino, com a maior eqüidade, o papel de cada uma delas. Se algum argumento favorável ao cliente se me depara, estudo-o de vagar. Se, pelo contrário, me surgem argumentos desfavoráveis, rejeito-os e afasto tudo o que me seja inútil e prejudicial. Assim, nunca defendo uma causa sem prèviamente a ter meditado. Muitos oradores, fiados no seu talento, fazem as duas cousas ao mesmo tempo; mas, sem dúvida, melhor fariam se dividissem o trabalho, consagrando parte dêle a meditar a causa e outra parte a defendê-la. Quando conheço bem a questão no seu conjunto, aplico-me a estudar com mais afinco o seu objecto principal. Tudo o que possa ser assunto de controvérsia, seja uma causa-crime, uma questão sôbre sucessões, uma deliberação sôbre a conveniência ou inconveniência de uma guerra, um elogio ou um ponto de moral, deve ser exami-

(1) II, 24.

nado por forma a conhecer o que se fêz, o que se faz ou o que se fará, qual a natureza do ponto controvertido e como se deve classificá-lo ».

Ao darmos crédito ao que conta Plutarco (1), Cícero estudava os seus discursos até ao momento de os proferir. Na defesa de Murena, que tinha três advogados, Hortensius, Crassus e Cícero, êste no desejo de exceder Hortensius, que havia sido eloqüentíssimo, pôs tanto cuidado na elaboração do seu discurso que o excesso de trabalho o prejudicou, fazendo com que se mostrasse inferior a si próprio. Refere Montaigne que Cícero, uma vez que tinha de falar no *forum,* se afligiu tanto com a falta de tempo para preparar o discurso, que, sendo já dia claro, ao fim de uma noite de vigília, deu a liberdade ao seu escravo Eros, por êle lhe vir anunciar o adiamento da audiência.

Não perdia ocasião de estudar e se aperfeiçoar. Quando, depois da defesa de Roscius, viajou pela Grécia, freqüentou os mestres mais notáveis que nela então havia. Demorou-se seis meses em Atenas para seguir as lições do grande orador e filósofo Antiochos, o Ascalonita, passou depois à Ásia a ouvir Xenocles de Adramylha, Dionísio de Magnésia, Eschylo de Cnídia, Menippo de Stratonice, modêlo da eloqüência asiática. Em Rhodes freqüentou Posidonius, o mais famoso estoico do seu tempo, e Apollonius Molon, que já tinha sido seu mestre.

Segundo Plutarco, Cícero era de constituïção franzina e doente. Para suportar, sem prejuízo da sua precária saude, um trabalho tão árduo e aturado, sujeitava se a um regime especial. Muito sóbrio, banhava-se repetidas vezes, usava massagens e dava passeios moderados durante os quais exercitava a voz.

Entre os estudos a que se entregava, contava-se o da ju-

---

(1) § 57.

risprudência, desprezado pela maioria dos oradores ou advogados romanos dessa época, talvez como conseqüência do modo como se formara a advocacia em Roma.

Emquanto o direito romano esteve na sua fase isotérica, sendo os pontífices os únicos detentores das fórmulas judiciárias e do calendário, Roma não conheceu a advocacia. Era o colégio dos pontífices que fixava os dias dos julgamentos, indicava a forma dêles e decidia muitas questões de direito. Mesmo depois da lei das *XII Táboas* continuou êste estado de cousas. Desenvolveu-se assim no seio do colégio a tradição que servia de base ao direito civil de Roma e em particular à aplicação das fórmulas a cada caso concreto. Um quadro que reünia essas fórmulas acompanhado de um calendário, tornou-se público no ano de 450 de Roma, por obra de Ápio Cláudio ou talvez do seu escriba Gneu Flávio; mas esta tentativa de vulgarizar o conhecimento da jurisprudência não deu resultados imediatos (1).

Havia, porém, uma instituïção que continha em gérmen a advocacia. Era a do *patronus*, indivíduo que tomava a defesa de outro perante a justiça. Mas o *patronus* era um resultado das relações entre os cidadãos romanos e os estrangeiros, os clientes e os libertos que não gozavam dos direitos de cidade (2).

Com o andar dos tempos o *patronus* transformou-se no *orator*, prestando os seus serviços a tôda e qualquer pessoa que comparecia perante a justiça, e assim mais se aproximava do advogado dos nossos dias.

No tempo da República a profissão de advogado tal como hoje a conhecemos, achava-se dividida por duas ordens de pessoas, os oradores, que iam aos tribunais falar pelas

---

(1) Mommsen, *op. cit.*, vol. II, pág. 68.

(2) Boucher d'Argis, *Histoire abrégée de l'Ordre des Avocats*, cap. II.

partes litigantes, e os jurisconsultos, que emitiam pareceres sôbre pontos controvertidos de direito. Só muito mais tarde, já no império, é que as duas funções se reüniram numa mesma pessoa, dando origem ao advogado no sentido moderno da palavra.

No tempo de Cícero diziam-se *advocate (ad auxilium vocate)* as pessoas que, por dever de família, de amizade ou de gratidão, segundo o costume, iam ao tribunal acompanhar os contendores, defendendo-os e fortalecendo-os com a sua presença (1).

O orador era aquele que sabia falar aos juízes e comovê-los pela sua eloqüência. A sua função era influir no espírito dos julgadores e levá-los à absolvição ou condenação do acusado, e os meios de que se servia eram, segundo Cícero, uma discussão fina e elegante e uma acção forte e impetuosa: *una subtiliter disputandi ad doceordum; altera graviter agendi, ad animos audientium permovendos* (2).

O estudo da eloqüência era tudo para o advogado romano, e se, como veremos, Cícero considerava também indispensável o estudo da jurisprudência, muitos dos seus contemporâneos pensavam de modo diverso, julgando o desnecessário. Para estes, os casos jurídicos e as questões sujeitas aos tribunais eram menos triviais do que poderia supor-se à primeira vista, e, quando surgiam, o orador tinha a faculdade de ir ouvir os jurisconsultos. Mesmo, as mais das vezes, quando apareciam questões de direito, eram tão simples que bastava o nímio bom senso para as resolver. A sciência do direito não seria, aliás, absolutamente inútil, e talvez conviesse ao orador ser jurisconsulto como, a êste ser orador;

---

(1) Neste sentido emprega Cícero a palavra *advocatus: Atquum iste attici dicunt, nommodo a corona, quod est ipsum miserabile, sed etiam ab advocatis relinquuntur. Brutus*, 83.

(2) *Brutus*, 23.

mas era indispensável como auxiliar da eloqüência, que bastava por si só. Constituída por uma longa série de casos julgados e pareceres expostos sem sistema, a jurisprudência era, no entender dos que assim pensavam, um estudo árido e difícil, de que, quando muito, seria bastante um conhecimento superficial (1).

Mommsen, com manifesta injustiça, exproba a Cícero a falta de discussão jurídica nos seus discursos forenses (2); e Boissier, que aliás se propõe emendar os erros de Mommsen, vai na corrente e diz que êle não parece ter sido muito profundo em questões de jurisprudência, preferindo rir-se dela a estudá-la (3). Chega, mesmo, a atribuir a Trebatius, jovem jurisconsulto da sua amizade, que Cícero recomendou a César, quando êste se achava na Gália, a sciência jurídica que Cícero mostra nalguns dos seus escritos (4).

Em face, porém, das obras de Cícero, não nos parece lícito fazer tais afirmações. Não seria, certamente, um profundo jurisconsulto, mas possuía os conhecimentos de direito suficientes para bem discutir as questões jurídicas.

Sem dúvida na defesa de Mureno mete a ridículo os jurisconsultos romanos com as suas fórmulas rígidas e arrevezadas; mas é preciso comparar o que aí diz com outras passagens das suas obras para ajuïzar com segurança da sua sciência e do seu amor ao direito.

O próprio Cícero nos põe de sôbre-aviso na apreciação das opiniões emitidas nos seus discursos forenses. Acoimado de ter caído em flagrantes contradições, sustentando umas vezes uma cousa, outras vezes cousa diferente, Cícero defende se dizendo: — « Engana-se quem vir na linguagem do ora-

---

(1) *De Oratore*, 49.
(2) *Op. cit.*, vol. VII, pág. 360.
(3) *Idem*, pág. 255.
(4) *Idem, loc. supracitato.*

dor a expressão das suas próprias ideas. É a linguagem da causa e das circunstâncias e não a do homem e do orador... Nós não somos chamados a expor as nossas próprias máximas, mas a fazer valer os meios que a causa nos fornece». *Sed errat vehementer, si quis in orationibus nostris, quas in judiciis habuimus, auctoritates nostras consignatas se habere arbitratur. Omnēs enim illæ orationes causarum et temporum sunt, non hominum ipsorum ac patronorum... Nunc adhibemur ut ea dicamus non quæ nostra auctoritate constituantur, sed quæ ex se ipsa causaque ducuntur* (1).

Na defesa de Murena, Cícero precisava atacar os jurisconsultos sem ferir as susceptibilidades do seu amigo Sulpicius, por isso serviu-se de um estilo irónico, visando principalmente o direito formulário. «Nada mais simples do que isto — diz êle: — A terra do país dos Sabinus é minha. Não me pertence, dito isto, julgar. Mas os jurisconsultos não querem que as cousas se passem por tal modo. «A terra, dizem êles, que está no país denominado dos Sabinos (já tem palavras a mais), pretendo que, em virtude do direito quiritário, me pertence; por essa razão te convido a vires ao logar dela para aí discutir os teus direitos». A tanto palavriado o adversário não saberia responder se o jurisconsulto, a seu lado, como um tocador de flauta, lhe não dissesse: «Convido-te por meu turno a passarmos do logar onde estamos ao campo a que me chamaste». O pretor, no entanto, imaginaria ter demasiado talento se dissesse a resposta por sua conta, por isso lhe fizeram uma resposta absurda e ôca. — «Perante as vossas testemunhas aqui presentes, eis o caminho; ide». O nosso douto jurisconsulto lá está para lhe mostrar o caminho. «Voltai, diz o juiz; e o mesmo guia os reconduz. Creio que os velhos romanos, por mais risonhos que fôssem, achariam ridículo ordenar a uns homens que dei-

---

(1) *Pro Cuent.*, 50.

xassem o logar onde estavam e onde deviam estar, para irem a outro e voltarem logo àquele (1).

Emquanto às fórmulas, continua Cicero, foram um mistério: era preciso pedi-las a quem as conhecia; mas, desde que se tornaram públicas, quem as viu logo as achou vazias e tolas. Uma grande quantidade de leis sábias tem sido corrompida pelas subtilezas dos jurisconsultos. Nossos antepassados quiseram que as mulheres, por causa da sua fraqueza de espírito, tivessem tôdas um tutor; mas os jurisconsultos inventaram uns tutores que obedecem às mulheres. Muitos jurisconsultos puseram de parte a eqüidade no direito civil para só se prenderem à letra da lei (2).

Ainda no mesmo discurso diz a jurisprudência uma sciência que está em poucos livros e depressa se aprendre. Em três dias se faz de um ignorante um jurisconsulto consumado; mas essa sciência nenhum brilho pode ter, porque assenta no estudo minucioso de distinções de letras e palavras.

É nestes termos irónicos que Cicero ataca a jurisprudência na defesa de Murena. No *De Oratore* não se serve dos mesmos meios. Censura os jurisconsultos por serem exclusivamente casuístas e não extraírem das hipóteses concretas os princípios e regras gerais de direito (3).

Na mesma obra põe na bôca de Crassus a defesa da necessidade que o orador tem de estudar o direito civil, e dá exemplos de êrros grosseiros cometidos por oradores notáveis, em razão da sua ignorância da sciência jurídica. Fala ainda na facilidade do estudo da jurisprudência, estudo que diz ser agradável pela sua variedade, e útil por conduzir à consideração e às honras públicas (4).

---

(1) *Pro Muren.*, 12.
(2) *Idem*, 13
(3) *De Oratore*, II, 33.
(4) *Idem*, 31 e 32.

É certo que, a seguir, Antonius contesta as ideas de Crassus, dizendo ser dispensável o estudo do direito, dada a facilidade, nos raros casos em que é preciso, de recorrer aos jurisperitos.

Não é lícito, indubitàvelmente, concluir desta discussão qual seja o modo de ver pessoal de Cícero; mas, confrontando-a com o que diz noutros dos seus escritos (1), fácil é ver que perfilha as ideas que empresta a Crassus.

No *Brutus* recomenda Cícero o estudo do direito como indispensável nas causas cíveis, e trata com respeito diversos jurisconsultos do seu tempo. A Rutilus chama oráculo do direito (2), de Crassus diz que estava compondo uma obra em que separava os princípios e regras gerais, baseadas na eqüidade, do conjunto desordenado de casos julgados (3), e de Q. Scevola, que, como sabemos, foi seu mestre, diz ser orador de extrema clareza e o mais hábil jurisconsulto do seu tempo, versado particularmente em direito civil. Admite a possibilidade de o orador, em casos excepcionais, poder contrariar as disposições do direito civil fazendo prevalecer contra êle as suas opiniões e argumentos; e cita o caso de Crassus, no julgamento de Curius, ter feito vacilar G. Scevola antepondo a justiça natural à lei; mas nem por isso deixa de preconizar o estudo do direito, em que, aliás, o próprio Crassus era profundo.

Cícero seguiu pessoalmente êsse parecer e estudou a jurisprudência com Scevola, tão douto jurisconsulto que as suas opiniões eram respeitadas como leis, e que, sem fazer do ensino profissão, respondia a consultas e dava lições a quem as desejava (4).

---

(1) *Brutus*, 93.
(2) *Idem*, 30.
(3) *Ibidem*.
(4) *Idem*, 89.

Pelo modo como Cícero trata de várias questões jurídicas, vê-se que possuía sólidos conhecimentos de direito.

A defesa de Cecina girou tôda sôbre o entendimento de um despacho do pretor(1). O ponto jurídico versado na questão era embrulhado e confuso; mas Cícero procurou esclarecê-lo formulando regras gerais. Nesse discurso faz a apologia do direito civil opondo distinções precisas, baseadas na lógica e na eqüidade, à chicana dos jogos malabares de palavras.

Eis um resumo da causa e do discurso de Cicero.

Marcus Fulcinius, da cidade de Tarquinones que era banqueiro em Roma, casou com Sesennia, e, tendo falecido, instituíu seu filho herdeiro de seus bens e usufrutuária sua mulher. O filho morreu deixando parte dos seus bens à sua mãe e parte a sua espôsa. Os bens da herança foram vendidos, e Cesennia encarregou Sextus Ebutius, que tratou dos seus negócios, de lhe comprar certo prédio. No entretanto Cesennia, que em segundas núpcias casara com Cecina, faleceu e deixou a êste todos os seus bens. Ebutius pretendia ter comprado o prédio em seu nome e apossou se dêle, mas Cecina, acompanhado de testemunhas, segundo o costume, foi ao campo disputar-lho, ao que Ebutius, auxiliado por gente armada, se opôs, não o deixando entrar. Cecina apresentou a sua queixa ao pretor Dolabella, que lhe concedeu o interdito para tomar posse do prédio, de que havia sido expulso pela violência e pelas armas. Ebutius alegava que não era caso de interdito, pois não havia pôsto fora Cecina de uma terra onde êle não chegara a entrar, e que Cecina, por ser cidadão de Volaterra, não podia ser herdeiro de Cesennia, visto que os cidadãos dêsse município tinham sido privados, por uma lei de Sylla, dos direitos de cidadãos romanos.

---

(1) *De Oratore*, 29.

Intentaram-se duas acções, que não prosseguiram, até que Cícero tomou conta da defesa dos direitos de Cecina. Não sabemos o resultado final da questão, mas, a ajuïzar pelas manifestações de reconhecimento que Cecina deu ao seu defensor, devia ter-lhe sido favorável.

Nas suas alegações, Cícero, depois de expor largamente os factos, discute a questão jurídica.

Os jurisconsultos romanos distinguiam duas espécies de violência: a violência pròpriamente dita *(vis vera)* e a quási-violência *(vis simulata)*. A violência podia ser armada ou não armada e tomar diversas formas, *vis expulsiva, vis turbativa, vis equietativa, vis ablativa, vis compulsiva.*

O pretor havia concedido a Cecina um *interdictum recuperanda possessionis,* conhecido usualmente por interdito *unde vi* e Cícero dirige a sua argumentação principalmente no sentido de o justificar. Nessa argumentação podemos distinguir duas ordens de argumentos: uma no sentido de demonstrar a falsidade da distinção feita por Ebutius entre pôr fora do prédio e obstar à entrada nêle; outra no sentido de demonstrar que o interdito podia ser concedido ao simples detentor. Justificada a concessão do interdito, Cícero passa a demonstrar que a lei de Sylla era inaplicável ao caso de Cecina porque ressalvara as leis romanas anteriores que lhe fôssem contrárias e entre estas estava a reguladora da sucessão.

Mas não foi só na defesa de Cecina que Cícero tratou questões de direito. Na defesa de Cornelius Balbus discute com clareza e argúcia uma questão de concessão do direito de cidadão romano a um estrangeiro.

Em 631 de Roma os cônsules L. Gellius e Cn. Cornelius apresentaram uma lei reconhecendo o direito de cidadãos romanos a todos os habitantes da Espanha, a quem Pompeu, na expedição contra Sertorius, o havia concedido. Votada a lei, Pompeus, por recomendação de Cornelius Lentulus, con-

feriu êsse direito a L. Cornelius Balbus, cidadão de Cádis, cuja fidelidade a Roma tivera ocasião de conhecer. Um outro cidadão de Cádis contestou a concessão, alegando ser esta uma cidade federada e os cidadãos de tais cidades só poderem ser feitos cidadãos romanos com a aquiescência dos outros seus concidadãos, *nisi is populos fundus factus sit.* Para mais, a lei Gellia-Cornelia exceptuava os povos cujos tratados tivessem sido consagrados, isto é, presentes ao povo romano, e nêste caso estava o tratado com Cádis. O ponto a discutir na questão era a distinção entre cidade federada e *fundos fieri.* Cidades aliadas eram cousa diferente de cidades federadas. Cidades livres aliadas eram as que se governavam pelas suas leis próprias sem estarem sujeitas ao pagamento de tributo algum. As cidades livres federadas governavam-se igualmente pelas suas leis próprias, mas estavam submetidas a um tributo, em virtude de um tratado, *ex fœdere.* Chamavam-se *fundifacti* os povos livres que adoptavam certas leis romanas, fôssem aliados ou fôssem pròpriamente cidadãos de Roma. Estes povos adoptavam as leis que julgavam convir-lhes e podiam aboli-las quando lhes conviesse. *Fundus fieri* dizia-se o povo que adoptava certas leis romanas e dava o seu consentimento ao que se fizesse ou viesse a fazer em virtude delas. Cícero, que nesta causa falou depois de Pompeu e Crassus, baseou nestas distinções a sua argumentação.

(Continua.)

Luís da Silva Ribeiro.

LA THÉORIE DES GROUPES ET LES RECHERCHES RÉCENTES DE GÉOMÉTRIE DIFFÉRENTIELLE

I

On sait, depuis F. Klein (Programme d'Erlangen) et S. Lie, le rôle important joué par la théorie des groupes dans la Géométrie. H. Poincaré a popularisé dans le grand public scientifique cette idée fondamentale que la notion de groupe est à la base des premières spéculations géométriques. La Géométrie élémentaire est au fond la théorie des invariants d'un certain groupe, le groupe des déplacements euclidiens; elle a en effet pour but l'étude des propriétés des figures qui se conservent par un déplacement arbitraire; dire que tous les déplacements forment un groupe, c'est justement exprimer en langage précis l'axiome d'après lequel deux figures égales à une troisième sont égales entre elles.

La Géométrie projective a de même pour objet l'étude des propriétés des figures qui se conservent par le groupe des transformations homographiques, et on peut également assigner à la Géométrie affine, à la Géométrie conforme ou anallagmatique, etc. un groupe correspondant. Inversement tout groupe continu donne naissance à une discipline géométrique autonome.

Dans chacune de ces Géométries on attribue, pour la commodité du langage, à l'espace dans lequel les figures étudiées sont localisées, les propriétés elles-mêmes du groupe

correspondant, ou groupe *fondamentale;* c'est ainsi qu'on est arrivé à dire: «l'espace euclidien»; «l'espace affin», etc., au lieu de l'espace dans lequel on n'étudie que les propriétés des figures invariantes par le groupe euclidien, le groupe affin, etc. Chacun de ces espaces est *homogène*, en ce sens que ses propriétés restent inaltérées par une transformation du groupe fondamental correspondant.

Plusieurs années avant le Programme d'Erlangen, B. Riemann avait introduit, dans son mémoire célèbre, «Ueber die Hypothesen welche der Geometrie zur Grunde liegen», des espaces *non homogènes*, au sens qui vient d'être donné à cette expression. Dans ces espaces le carré de la distance de deux points infiniment voisins était défini par une forme différentielle jusqu'à un certain point arbitraire, mais qu'en fait, on a toujours supposée quadratique. Ces espaces ont fait l'objet de nombreux et importants travaux, principalement en Italie. Mais ils ont surtout pris une importance considérable depuis que M. Einstein, par sa théorie de la relativité généralisée, a essayé, en identifiant notre Univers à un espace de Riemann, de réunir en une seule et même théorie la gravitation, l'optique et l'électromagnétisme. Le mouvement d'idées auquel cette théorie a donné naissance a conduit, par des généralisations importantes, à des espaces nouveaux; il suffira de citer les espaces de M. H. Weyl et les espaces de M. Eddington. Quel rôle la notion de groupe joue-t-elle, ou plutôt doit-elle jouer, dans ce champ nouveau de la géométrie; est-il possible de faire rentrer dans le cadre, suffisamment élargi, du programme d'Erlangen, toutes les géométries nouvelles et une infinité d'autres, c'est ce que je me propose d'examiner.

II

A première vue, la notion de groupe semble étrangère à la Géométrie des espaces de Riemann, car ils ne possèdent

l'homogénéité d'aucun espace à groupe fondamental. Néanmoins si un espace de Riemann ne possède pas une homogénéité absolue, il possède cependant une sorte d'homogénéité infinitésimale; au voisinage immédiat d'un point donné, il est assimilable à un espace euclidien. Mais si deux petits morceaux voisins d'un espace de Riemann peuvent être assimilés chacun à un petit morceau d'espace euclidien, ces deux petits morceaux sont sans lien entre eux, ils ne peuvent pas, *sans convention nouvelle,* être regardés comme appartenant à un seul et même espace euclidien. Autrement dit, un espace de Riemann admet, au voisinage d'un point A, une rotation autour de ce point, mais une translation, même considérée dans les effets qu'elle produit sur une région très petite de l'espace, n'a pas de sens. Or, c'est le développement même de la théorie de la relativité, liée par l'obligation paradoxale d'interpréter dans et par un Univers non homogène les résultats de nombreuses expériences faites par des observateurs qui croyaient à l'homogénéité de cet Univers, qui permit de combler en partie le fossé qui séparait les espaces de Riemann de l'espace euclidien. Le premier pas dans cette voie fut l'œuvre de M. Levi-Civita, par l'introduction de sa notion de *parallélisme.*

Voici comment, grâce à cette notion, les choses peuvent être présentées. On peut imaginer, en chaque point d'un espace de Riemann, un *espace euclidien* (fictif) *tangent* dont ce point et les points infiniment voisins font partie; la définition du parallélisme de M. Levi-Civita permet alors de raccorder en un seul les espaces euclidiens tangents en deux points infiniment voisins quelconques; autrement dit, elle confère à l'espace de Riemann une *connexion euclidienne.* Si l'on considère dans l'espace de Riemann une ligne continue AB, on peut raccorder de proche en proche en un seul les espaces euclidiens tangents aux différents points de AB: par suite aussi, aux infiniment petits près du second ordre,

tous les points de l'espace de Riemann voisins de la ligne AB viendront, par cette espèce de *développement,* se localiser dans l'espace euclidien tangent en A. Le mot *développement* est mis là à dessein. Si en effet on applique le procédé qui vient d'être indiqué à une surface ordinaire, regardée comme un espace de Riemann à deux dimensions défini par le ds^2 de la surface, le raccord de proche en proche des plans (euclidiens) tangents à une ligne AB tracée sur la surface est identique au développement classique sur un plan de la développable circonscrite à la surface le long de AB.

Comme on le voit, la notion de parallélisme de M. Levi-Civita permet d'assimiler à un vrai espace euclidien, ou du moins à une portion de cet espace, toute la région d'un espace de Riemann qui avoisine un arc de courbe quelconque AB tracé dans l'espace donné. La différence essentielle qui subsiste encore entre un espace de Riemann et l'espace euclidien est la suivante: Si l'on joint un point A à un point B par deux chemins différents, ACB, AC'B, et qu'on développe sur l'espace euclidien tangent en A les deux régions qui entourent ces deux chemins, on n'obtiendra dans les deux cas, pour le point B et le petit morceau d'espace qui l'entoure, ni la même position ni la même orientation. Autrement dit, le développement de l'espace euclidien tangent, quand on se déplace dans l'espace de Riemann, n'est pas *holonome*. Au lieu de dire que l'espace de Riemann est à connexion euclidienne, on peut dire que c'est un espace euclidien non holonome. Mais il est important de remarquer qu'il ne l'était pas par lui-même, je veux dire par son *seul* ds^2; *il l'est devenu par la définition du parallélisme de M. Levi-Civita.*

III

Cette manière d'envisager la notion de parallélisme est,

je crois, celle qui va le mieux au fond des choses. Ce serait restreindre sa portée que de n'y voir, comme on l'a fait en général, qu'un procédé de comparaison des vectenrs issus de deux points infiniment voisins; il faut y voir au contraire un moyen d'introduire dans un espace de Riemann toute la gamme des déplacements de l'espace euclidien, du moins en ce qui concerne les effets qu'ils produisent dans une région infiniment petite de l'espace.

Le point de vue habituel permet la fondation de la Géométrie affine non holonome, parce que la notion de l'équipollence de deux vecteurs a un sens dans l'espace affin; le second point de vue seul permet la fondation de la Géométrie projective ou de la Géométrie conforme non holonome, bien que la notion de vecteurs équipollents n'ait aucun sens dans l'espace projectif et que la notion elle même de vecteur n'ait aucun sens dans l'espace conforme.

Pour définir par exemple un espace projectif non holonome (ou un espace à connexion projective) on imaginera, en chaque point d'un espace supposé initialement dénué de toute propriété géométrique, un espace projectif tangent, ainsi qu'une loi permettant le raccord en un seul des espaces projectifs tangents en deux points infiniment voisins. Cette loi permet alors le développement sur l'espace projectif tangent en un point A d'une ligne quelconque AB et de la région de l'espace donné avoisinant immédiatement cette ligne. Cette loi ne sera soumise à priori qu'aux restrictions habituelles en Géométrie différentielle (linéarité des composantes de la connexion projective par rapport aux différentielles des coordonnées, existence de dérivées jusqu'à un certain ordre, etc.).

D'une manière générale, à tout groupe continu G correspond, dans la conception de M. Klein, une Géométrie holonome; dans la conception nouvelle, il lui correspond une infinité de Géométries non holonomes. La Géométrie des

espaces de Riemann correspond au groupe des déplacements euclidiens, et *ce n'est même pas* la *plus générale de cette espèce,* car, un ds^2 étant donné, on peut imaginer une infinité de lois de parallélisme autres que celle de M. Levi-Civita; toutes sont également légitimes; nous verrons dans un instant ce qui différencie celle de M. Levi-Civita de toutes les autres. Les espaces de M. Weyl constituent de même une catégorie particulière des espaces non holonomes admettant pour groupe fondamental le groupe des déplacements et des similitudes; les espaces d'Eddington correspondent au groupe des transformations affines.

En résumé, dans les généralisations précédentes, l'idée directrice est la suivante. Dans un espace holonome, au sens de M. F. Klein, tout est commandé par le groupe fondamental et ses différentes opérations. Ce sont ces opérations qui font de l'espace un tout organique. Dans les espaces non holonomes, ce sont encore les opérations du groupe qui sont un principe d'organisation, mais uniquement de proche en proche. C'est précisement en analysant ce que cette organisation a d'incomplet que nous allons arriver au rôle tout à fait nouveau que va jouer encore la notion de groupe dans les Géométries nouvelles.

IV

Prenons par exemple un espace de Riemann et considérons dans cet espace un contour fermé partant d'un point A. Développons de proche en proche, sur l'espace euclidien tangent en A, l'espace euclidien tangent aux différents points du contour. Le petit morceau d'espace qui entoure le point A prendra, suivant qu'on considère ce point comme point de départ ou point d'arrivée, deux positions différentes dans l'espace sur lequel se fait le développement, et on passera de la position finale à la position initiale par un certain dé-

placement euclidien, que nous dirons *associé* au contour fermé; c'est un déplacement, répétons-le, qui opère dans l'espace euclidien tangent en A; bien qu'il ait été dénifi par ses effets sur le point A et son voisinage, on peut évidemment l'appliquer à n'importe quelle figure (F) tracée dans l'espace euclidien tangent en A.

Considérons maintenant les différents contours fermés partant d'un point donné A. *Les différents déplacements euclidiens qui leur sont associés forment un groupe.*

Soient en effet deux contours fermés (C_1) et (C_2) partant de A. Soient D_1 et D_2 les déplacements qui leur sont associés; soient enfin (C) le contour fermé obtenu en décrivant successivement (C_1) et (C_2) et D le déplacement associé à (C). Une figure (F) tracée dans l'espace euclidien tangent en A prendra respectivement, après développement du contour (C_1) ou du contour (C_2) la position (F_1) ou la position (F_2); après développement du contour total (C), elle prendra une position (F') placée par rapport à (F_1) comme (F_2) est placée par rapport à (F); autrement dit le déplacement D qui amème (F') en (F) est la résultante du déplacement D_2 qui amène (F') en (F_1) et du déplacement D_1 qui amène (F_1) en (F). La relation

$$D = D_2 D_1$$

qui vient d'être obtenue montre bien que l'ensemble des déplacements associés aux contours fermés issus de A forme un groupe *g*.

Que se passerait-il si, au lieu du point A, on considérait un autre point A'? Imaginons qu'on relie ces deux points par un chemin arbitraire, mais donné ABA'; on peut raccorder de proche en proche, par ce chemin, l'espace euclidien tangent en A' à l'espace euclidien tangent à A. Dans cet espace euclidien unique il est facile de voir que le groupe *g'* associé à A' est *identique* au groupe *g* associé à A. Soit

en effet (C) un contour fermé partant de **A**, et (C′) le contour fermé A′BA(C)ABA′; soient respectivement D et D′ les déplacements qui leur sont associés. Soit (F) une figure quelconque de l'espace euclidien tangent en **A**, (F_1) la position qu'elle prend après développement du contour (C). Les figures (F) et (F_1) peuvent être respectivement regardées comme résultant de deux figures (F′) et de (F'_1) de l'espace euclidien tangent en A′ par le raccord fait le long du chemin A′BA. Par développement du contour fermé (C′), il est bien évident que la figure (F′) vient en (F'_1); les déplacements D et D′ sont donc identiques. À tout déplacement de g correspond donc une déplacement identique de g' et réciproquement.

En définitive, à l'espace de Riemann donné est associé un sous-groupe g déterminé du groupe G des déplacements euclidiens, sous-groupe qui peut se confondre avec le groupe G lui-même, mais qui peut aussi se réduire à la transformation identique; dans ce dernier cas il est bien évident que l'espace de Riemann est complètement holonome et ne diffère qu'en apparence de l'espace euclidien proprement dit. Il est naturel de donner au groupe g le nom de «groupe d'holonomie» de l'espace de Riemann.

Plus généralement à tout espace non holonome de groupe fondamental G est associé un sous-groupe g de G qui est son groupe d'holonomie et qui ne se réduit à la transformation identique que si l'espace est parfaitement holonome.

Le groupe d'holonomie d'un espace mesure en quelque sorte le degré de non holonomie de cet espace, de même que le groupe de Galois d'une équation algébrique mesure en quelque sorte le degré d'irrationalité des racines de cette équation.

V

Avant d'indiquer les problèmes les plus intéressants que pose la notion du groupe d'holonomie, il ne sera pas inutile de faire une remarque relative aux transformations infinitésimales de ce groupe. Il est bien évident que parmi ces dernières se trouvent les transformations associées aux contours fermés *infiniment petits* (dans tous les sens) tracés dans l'espace non holonome donné. On peut démontrer rigoureusement que si toutes ces transformations étaient nulles le groupe d'holonomie se réduirait à la transformation identique. Or les Géométries non holonomes les plus importantes dans les applications sont celles pour lesquelles les transformations infinitésimales associées aux contours fermés infiniment petits partant d'un point *laissent ce point invariant*. Comme je l'ai proposé, on peut convenir de dire que les espaces non holonomes correspondants sont *sans torsion*. Il en est ainsi des espaces de M. Weyl et des espaces d'Eddington. Il en est ainsi également des espaces de Riemann à parallélisme de Levi-Civita: on peut même caractériser complètement le parellélisme de M. Levi-Civita par *la condition de priver l'espace de toute torsion*.

On conçoît que l'absence de torsion ait sa répercussion sur la nature du groupe d'holonomie, ce groupe, dans le cas où il ne se réduit pas à la transformation identique, devant admettre une transformation infinitésimale non identique laissant invariant un point arbitraire.

VI

Je ne citerai que pour mémoire le problème de la détermination du groupe d'holonomie d'un espace non holonome donné à groupe fondamental G. Il peut être résolu complè-

tement dès qu'on connaît tous les types de sous-groupes de G.

Dans la théorie des équations algébriques, on sait qu'il existe toujours des équations algébriques admettant un groupe de Galois donné à l'avance. Il existe toujours d'une manière analogue des espaces non holonomes à groupe fondamental G admettant pour groupe d'holonomie un sous-groupe arbitrairement donné de G. Il existe par exemple des espaces à connexion euclidienne dont le groupe d'holonomie est le groupe des translations: mais ce ne sont pas des espaces de Riemann (à connexion de Levi-Civita). L'absence de torsion d'un espace de Riemann restreint en effet, comme nous l'avons dit plus haut, la nature des groupes d'holonomie possibles, et c'est un problème intéressant que de déterminer, pour chaque nombre de dimensions de l'espace, tous ces groupes d'holonomie. Je me contente d'indiquer la solution de ce problème pour $n=2$ et $n=3$. Les espaces de Riemann à deux dimensions qui ne sont pas holonomes ne peuvent admettre comme groupe d'holonomie que le groupe à trois paramètres de tous les déplacements. Quant aux espaces de Riemann à trois dimensions, le groupe d'holonomie peut être:

Soit le groupe à 6 paramètres de tous les déplacements (cas général);

Soit le groupe à 5 paramètres qui laisse invariante une direction isotrope fixe (ds^2 réductible à la forme $dz^2 + + 2dxdy + H(x, y, z)\,dx^2$);

Soit le groupe à 3 paramètres qui laisse invariant un point fixe (ds^2 réductible à la forme $dz^2 + z^2\,d\sigma^2$, où $d\sigma^2$ ne dépend que de deux variables x, y);

Soit le groupe à 3 paramètres qui laisse invariant un plan fixe ainsi que tous les plans parallèles (ds^2 réductible à la forme $dz^2 + d\sigma^2$, ou, dans le cas où le plan est isotrope, $dz^2 + + 2dxdy + H(x, z)\,dx^2$).

À côté des espaces de Riemann, deux autres catégories d'espaces non holonomes sont particulièrement intéressants. Si, au lieu de considérer un ds^2 donné, on considère une équation $ds^2 = 0$, il est possible d'une infinité de manières d'attribuer à l'espace une connexion conforme de manière que les lignes de longueur nulle de l'espace soient précisément les courbes définies par l'équation donnée. Parmi cette infinité de connexions conformes, il en est une privilégiée qui jouit de propriétés particulièrement simples et que j'ai proposé d'appeler normale; les espaces conformes non holonomes *normaux* jouent par rapport à la Géométrie conforme le rôle des espaces de Riemann avec parallélisme de Levi-Civita par rapport à la Géométrie euclidienne. En particulier les espaces non holonomes conformes normaux à trois dimensions sont caractérisés par la condition que la transformation conforme associée à un contour fermé infiniment petit partant d'un point A laisse invariant ce point, ainsi que toutes les directions qui en sont issues. On déduit facilement de là que les seuls groupes d'holonomie possible des espaces conformes normaux à trois dimensions sont:

1. Le groupe conforme général à 10 paramètres;

2. Le sous-groupe invariant a 6 paramètres du groupe qui conserve une droite isotrope fixe; dans ce second cas l'équation qui donne les lignes de longueur nulle est réductible à la forme $dz^2 + 2\,dxdy + \mathrm{H}\,(x, z)\,dx^2 = 0$, et l'on a par une quadrature un invariant intégral linéaire absolu des équations différentielles des lignes qui jouent le rôle des droites isotropes.

Une autre catégorie importante d'espaces non holonomes est liée à la considération des géodésiques d'un espace à connexion affine. Les équations differentielles de ces géodésiques sont d'une forme particulière, à savoir, pour $n = 2$, $\frac{d^2y}{dx^2} = \mathrm{A} + \mathrm{B}\frac{dy}{dx} + \mathrm{C}\left(\frac{dy}{dx}\right)^2 + \mathrm{D}\left(\frac{dy}{dx}\right)^3$. Cela posé, si on se

donne à priori un système d'équations différentielles de cette forme, il existe une infinité de connexions projectives telles que l'espace projectif non holonome qu'elles définissent admette les courbes données pour géodésiques; mais, parmi toutes ces connexions projectives, il en est une privilégiée, dite normale. Les espaces non holonomes projectifs normaux sont à un système différentiel donné de géodésiques ce que les espaces de Riemann sont à un ds^2 donné. Pour $n=2$, ils sont caractérisés par la propriété que la transformation projective associée à un contour fermé infiniment petit partant d'un point A laisse invariant le point A, ainsi que toutes les droites issues de A. D'après cela, les seuls groupes d'holonomie possibles sont pour $n=2$:

1. Le groupe projectif général à 8 paramètres;

2. Le sous-groupe invariant à 6 paramètres du groupe qui laisse invariant un point fixe; dans ce cas l'équation différentielle des géodésiques, au lieu d'être de la forme générale indiquée ci-dessus, est réductible à la forme

$$\frac{d^2y}{dx^2} = \mathrm{A}(x,y);$$

mais on peut, sans faire la réduction, obtenir par une quadrature un multiplicateur de Jacobi de cette équation.

Je citerai enfin, comme dernier exemple, le cas des espaces réels de Weyl à trois dimensions, en supposant le ds^2 défini positif. Si le groupe d'holonomie n'est pas un sous-groupe des déplacements, il est, soit le groupe de toutes les similitudes (cas général), soit le groupe des déplacements et les similitudes qui laissent invariante une direction fixe; dans ce cas, les deux formes, quadratique et linéaire, qui définissent l'espace, sont:

$$ds^2 = dz^2 + \mathrm{H}(x,y,z)(dx^2+dy^2); \quad \omega = -\frac{\delta \log \mathrm{H}}{\delta z}\,dz.$$

VII

J'aborde une dernière question, extrêmement intéressante. On sait le rôle que joue la théorie des groupes comme principe de subordination dans les Géométries (holonomes) à groupe fondamental. La Géométrie élémentaire, par exemple, se subordonne à la Géométrie projective en ce sens que les propriétés euclidiennes d'une figure sont tout simplement les propriétés projectives de la figure plus complète formée par la figure donnée et le cercle imaginaire de l'infini; la Géométrie élémentaire est au fond un simple chapitre de la Géométrie projective, et cela tient à ce que le groupe fondamental de la premièere est un sous groupe du groupe fon damental de la seconde. Il convient d'insister sur ce fait que l'espace projectif peut être, d'une infinité de manières différentes, regardé comme un espace métrique, car on peut y distinguer n'importe quelle conique non dégénérée qui sera susceptible d'y jouer le rôle du cercle imaginaire de l'infini, ou encore n'importe quelle quadrique non dégénerée (et alors on aura un espace non euclidien ou cayleyen).

D'une manière générale tout espace holonome à groupe fondamental G peut être regardé comme un espace fondamental G' si G' est un sous groupe de G.

Existe t-il quelque chose d'analogue pour les espaces non holonomes? La réponse à cette question est facile et à peu près évidente:

Pour qu'un espace non holonome à groupe fondamental G puisse être regardé comme un espace non holonome à groupe fondamental G', il faut et il suffit qui son groupe d'holonomie g *soit G' ou un sous-groupe de G'.*

En particulier un espace à connexions projectives à trois dimensions ne peut qu'exceptionnellement être regardé comme un espace métrique; il faut et il suffit pour cela que son

groupe d'holonomie laisse invariante soit une conique, auquel cas il sera en général un espace de H. Weyl, soit une quadrique.

Un espace de H. Weyl ne peut être regardé comme un espace de Riemann que si son groupe d'holonomie est le groupe des déplacements (sans homothétie) ou un de ces sous-groupes.

Sans vouloir multiplier les exemples nous pouvons indiquer une application intéressante à la théorie de la relativité. Dans l'étude de l'Univers physique, on peut porter notre attention sur le côté projectif (défini par les trajectoires d'un point matériel abandonné à lui-même), ou sur le côté conforme (défini par les lois de la propagation de la lumière, lesquelles dépendent simplement d'une équation différentielle quadratique $ds^2 = 0$).

Plaçons nous d'abord au premier point de vue. Une première hipothèse est que le système différentiel qui définit les trajectoires mécaniques est de la forme particulière signalée plus haut, c'est-à-dire qu'elles peuvent être regardées comme les géodésiques d'un espace à 4 dimensions à connexion projective. La loi de la gravitation dans le vide d'Einstein peut s'exprimer ainsi: le groupe d'holonomie de l'Univers mécanique considéré comme espace non holonome projectif normal à 4 dimensions, laisse invariante une quadrique (1re forme de la loi d'Einstein) ou une hyperquadrique (2e forme de la loi, avec constante cosmologique). Cela revient à dire, dans l'un et l'autre cas, que l'Univers est métrique, et se déduit de la seule connaissance des trajectoires.

Si l'on se place au second point de vue, la seule connaissance des lois de propagation de la lumière supposées définies par une équation de Monge quadratique, permet d'attribuer à l'Univers une connexion conforme normale bien déterminée; la loi de la gravitation dans le vide d'Einstein peut alors s'exprimer ainsi: le groupe d'holonomie de l'Uni-

vers optique, considéré comme espace non holonome conforme normal à 4 dimensions, laisse invariante une hypersphère de rayon nul (1re forme de la loi d'Einstein), ou une hypersphère de rayon non nul (2e forme de la loi, avec constante cosmologique). Cela revient à dire, dans l'un et l'autre cas, que l'Univers est métrique, et sa métrique se déduit de la seule connaissance de la loi de propagation de la lumière.

Ajoutons enfin que les deux métriques d'Univers déduites, l'une des trajectoires mécaniques, l'autre des lois de propapagation de la lumière, coïncident.

VIII

Indiquons en terminant la relation qui existe entre la notion de groupe d'holonomie et la notion de classe d'un espace de Riemann. M. J. A. Schouten a désigné sous ce nom le nombre de paramètres dont dépend la position finale du corps de vecteurs issus d'un point A transporté par parallélisme le long d'un contour fermé partant de A. Il est à peu près évident que la classe n'est autre que l'ordre du groupe qui indique comment le groupe d'holonomie g de l'espace de Riemann transforme entre elles les directions (ou les points à l'infini). M. J. A. Schouten a démontré que, dans certains cas très étendus, un espace de Riemann à n dimensions de classe peut être réalisé par une variété convenablement choisie de l'espace euclidien à $n+r$ dimensions. Il y aurait lieu de reprendre cette question et de voir si le théorème de M. J. A. Schouten est général, ou du moins dans quels cas il est vrai.

Citons encore pour mémoire le problème général de l'isomorphisme holoédrique ou mériédrique, de deux espaces non holonomes à groupe fondamental donné (1).

---

(1) V. en particulier mon mémoire: *Les espaces à connexion conforme* («Ann. de la Soc Polon. de Math.», 1923, p. 171-221).

Signalons aussi des généralisations possibles obtenues en considérant des espaces (non holonomes) *non ponctuels*, par exemple engendrés par des éléments au sens de S. Lie. C'est ainsi qu'on peut, étant donnée une équation différentielle arbitraire

$$\frac{d^2y}{dx^2} = f\left(x, y, \frac{dy}{dx}\right).$$

attribuer au plan (x, y) supposé initialement privé de toute propriété géométrique, une connexion projective telle que les géodésiques correspondantes soient les courbes intégrales de l'équation donnée: seulement l'élément générateur du plan ainsi doué d'une connexion projective est, non pas le point (x, y), mais l'élément $\left(x, y, \frac{dx}{dy}\right)$.

On indiquerait facilement nombre d'autres problèmes d'Analyse susceptibles d'être géométrisés d'une manière analogue et dans lesquels la théorie des groupes interviendrait aussi légitimement que dans les problèmes dont nous avons plus spécialement parlé.

Je ne puis enfin terminer sans signaler les remarquables recherches dans lesqueles M. H. Weyl a repris l'ancien problème philosophique de l'espace, traité autrefois par Helmholtz et Lie, pour l'adapter aux points de vue nouveaux introduits par la théorie de la relativité; la notion de groupe est, là encore, à la base même de l'énoncé du problème posé par M. H. Weyl. Mais je ne puis songer à entrer dans l'exposition, même sommaire, de cette importante question, qui exigerait a elle seule une conférence spéciale.

E. Cartan

OS ESTUDOS GERMÂNICOS EM PORTUGAL(1)

A reclamação dos Portugueses respondeu Eduardo III em Setembro do mesmo ano com providências semelhantes às que já se haviam dado em casos análogos, enviando instruções às autoridades de Londres, Southampton, Exeter, Plymouth, Dartmouth, Bristol, Farmouth etc., e a Felipe de Courtenay, almirante das frotas do Ocidente da Inglaterra, a-fim-de êste libertar os doze navios retidos ilegalmente nos portos inglêses, arrestando sòmente mercadorias no valor de umas 233 libras para satisfação de débitos a mercadores britânicos(2). Em 1381 foi dada ordem a Edmundo, Conde de Cambridge, a Guilherme Beauchamps e a outros para fazerem inquéritos acêrca do apresamento, nos portos de Plymouth, Dartmouth, Fowey etc., de navios portugueses carregados de vinhos, panos, armas e outras mercadorias(3). Em Dezembro, de 1382 deu-se um caso mais grave, nada menos do que uma provocação de naufrágio, semelhante a outro sucedido no reinado de Eduardo III, conforme o documento supra transcrito deixou antever: o navio *Santa Maria de Portugal,* carregado de frutas, vinhos, grã, cera e outras coisas, entrou no pôrto de Southampton a fim-de vender o seu carregamento. Alguns Inglêses levaram-no para

---

(1) Cont. do n.º 3, pág. 369.

(2) *Commercial relations*, pág. 52, nota 4, e pág. 84 e o documento a pág. 300; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 426; ambos citam Rymer.

(3) *Idem*, pág. 85.

fora do pôrto, na ausência do capitão, fizeram no naufragar e apoderaram-se da carga, no valor de 2.000 marcos, aprisionando ainda alguns homens da tripulação. Os lesados apelaram para o monarca inglês que nomeou uma comissão de inquérito, mas só em 1385 o principal culpado foi chamado aos tribunais (1). Como explicação dêstes incidentes alegam Shillington e Chapman as perturbações dos últimos anos do govêrno de Eduardo III († 1377), cujo falecimento ainda agravou mais o estado de indisciplina, que se continuou nos primeiros tempos do reinado do seu sucessor, Ricardo II, em que rebentou a grande revolta dos camponeses de 1381 (2). Além disso, nesta época, as indústrias e outros ramos da actividade económica inglêsa começavam a prosperar e a adquirir grande desenvolvimento, que seria naturalmente prejudicado pelos estrangeiros. E assim os comerciantes e industriais britânicos, ao verem a concorrência que se lhes fazia, influiam no ânimo dos dirigentes para lhes outorgarem a protecção que lhes era devida, e que de facto lhes foi concedida. Os conflitos não eram só com os Portugueses, que não exerciam o comércio em tão grande escala como, por exemplo, os mercadores da liga Hanseatica. A estes havia o govêrno inglês concedido privilégios de tal natureza que os próprios nacionais pequena parte tomavam nas expedições de navios que levavam as suas mercadorias para o estrangeiro. As reclamações e os protestos levaram Eduardo III a pretender livrar a economia nacional do monopólio da Liga, por meio de protecção dispensada à marinha, comércio e indústria, e de licença de poderem os mercadores inglêses exportar, durante seis anos, as lãs, peles e panos fabricados em Inglaterra. Formou-se logo uma companhia inglêsa

---

(1) *Commercial relations*, pág. 80.

(2) *Idem*, pág. 52 e 84; Jusserand. *Hist. litter. du peuple Anglais*, 1, 261.

de comércio, e em 1381 Ricardo II coroou êste empreendimento proïbindo, por um acto de navegação, a exportação de mercadorias inglêsas em navios estrangeiros. O seu sucessor, Henrique IV, renovou o trato com a Hansa, mas desta vez num pé de absoluta igualdade de parte a parte (1).

Em 1375 fêz-se em Queensborough um inquérito sôbre os salários dos marinheiros em viagem para as diferentes partes da Europa, e relativamente a Portugal dizia o *Livro Negro do Almirantado* (I, 139): «The jurymen doe say that by auncient custome a marriner is to take for hire from the Poole of London to Lisbone 20 shillings (and) the portage of a tun» (2); isto confirma que era Portugal um dos países então freqüentados ordinàriamente pelos marinheiros inglêses, como já se disse. Em 1378 o comércio de panos entre Bristol e Lisboa era muito florescente, pois cêrca de duas têrças partes dos tecidos embarcados para Portugal pertenciam a mercadores inglêses que, ou os vinham negociar em pessoa, ou os enviavam à consignação dos seus feitores já estabelecidos em Lisboa (3). Em 1379 os Irlandeses pediram ao Parlamento que, «pur profit le Roi et grant relevation de sa terre d'Irlande», os Portugueses pudessem comerciar em segurança na Irlanda, e que os mercadores irlandeses fôssem autorizados a vir livremente a Portugal (4). Em 1382 dois Inglêses solicitaram de D. Fernando licença para embarcarem em navios seus mercadorias destinadas ao seu país, e o soberano deferiu-lhes o pedido em carta régia de 2 de Março de 1383, embora em desacôrdo com a determinação

---

(1) Roux de la Rochelle, *Villes Anséatiques*, pág. 128; *Commercial relations*, págs. 53-54.

(2) Apud Shillington & Chapman, *Commercial relations*, pág. 51 e vide G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 426.

(3) *Commercial relations*, pág. 54, nota 1.

(4) *Idem*, pág. 66.

de todos os produtos de exportação serem transportados em barcos portugueses (1). Nesta época a nossa marinha e o nosso comércio haviam-se refeito dos abalos da guerra e os portos lusitanos agitavam-se de novo com uma actividade extraordinária. A respeito do movimento comercial e dos estrangeiros aqui residentes escreveu Fernão Lopes: «Avia outro si mais em Lixboa estantes de muitas terras nom em huuma soo casa, mas muitas casas de huma naçom, assi como Genoeses, e Prazentijns, e Lombardos, e Catellaães Daragom, e de Moirgua, e de Millam, que chamavom Millaneses, e Corcijns, e Bizcainhos, e assi doutras naçoões, a que os Reis davom privillegios e liberdades, sentimdoo por seu seruiço e proueito: e estes faziam vijnr, e enviavom do reino gramdes e grossas mercadorias, em guiza que afora as outras cousas de que em essa çidade abastadamente carregar podiam, soomente de vinhos foi huum ano achado que se carregarom doze mil tonees afora os que levarom depois os navios na segunda carregaçom de março. E por tanto vijnham de desvairadas partes mujtos navios a ella, em guisa que com aquelles que vijnham de fora, e com os que no reino havia, jaziam mujtas vezes ante a çidade quatro çemtos e quinhentos navios de carregaçom: e estavom aa carrega no rio de Sacavem e aa ponta do Montijo da parte de ribatejo sesemta e sateenta navios em cada logar, carregando de sal e de vinhos; e por a gramde espessura de mujtos navios que assi jaziam ante a cidade, como dizemos, hiam ante as barcas Dalmadaa aportar a Samtos, que he huum grande espaço da çidade, nom podemdo marear perantrelles. E reçeando os vizinhos de Lixboa, que ainda entom non era çercada, que gentes de desvairadas mesturas e tantas podiam fazer alguns dampnos e roubos na çidade, hordenarom que

(1) *Commercial relations*, págs. 50-51; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 427.

cada noite çertos homeens de pee e de cavallo guardassem as ruas, quando taaes navios jaziam antella» (1).

Na Pascoa de 1385 (2 de Abril) chegaram a Lisboa uma nau e uma barca inglêsas com duzentas lanças e duzentos frecheiros, além de um carregamento de quatrocentos moios de trigo, e toicinhos para abastecer a cidade (2). Os objectos de comércio anglo-luso continuavam a ser os mesmos que em épocas anteriores. Nós exportavamos alguns produtos agrícolas e recebíamos também trigo e cevada, metais e objectos manufacturados, como armas e principalmente panos (3). No reinado de Ricardo II foi proíbida em Inglaterra a exportação de trigo, mas em documentos inglêses de 1387 fala-se de autorização para embarcar aquele cereal para Bordeus, Baiona e Portugal (4).

Em 1390, de Setembro a Dezembro, partiram de Bristol para Portugal vinte navios carregados de tecidos, todos pertencentes a mercadores inglêses (5). Um documento inglês de 4 de Dezembro de 1397, de Ricardo II, fala da venda de quinhentas lanças a Portugal: «De Hastis traducendis pro Rege Portugalliæ. // Rex, Universis & Singulis Admirallis, Salutem. // Supplicavit Nobis, dilectus nobis, Garnad, Nuntius, Consanguinei nostri, Regis Portugaliæ, ut ei Licentiam concedere velimus quod ipse Quingentas Hastas Lancearum emere & providere, & eas, in portu Civitatis nostræ Londoniæ, in Navibus carcare, & eas, sic carcatas, versus partes Portugaliæ, extra Regnum nostrum Angliæ, ducere possit, // Nos supplicationi prædictæ annuentes, Licentiam illam Te-

---

(1) *Chronica de D. Fernando*, págs. 125-126; *Comm. rel.*, pág. 47; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 410.

(2) Fernão Lopes, *Chron. de D. João I*, p. 2.ª, cap. 4; Soares da Silva, *Memórias de D. João I*, III, 1188; *Comm. rel.*, pág. 13.

(3) *Commercial relations*, pág. 54;

(4) *Idem*, pág. 59.

(5) *Idem*, pág. 54 nota.

nore Præsentium, duximus Concedendam; // Et ideo vobis Mandamus quod ipsum Garnad dictas Quingentas Hastas Lancearum emere & providere, & eas, in Portu prædicto, in Navibus Carcare, & eas, sic carcatas versus partes prædictas (solutis prius Custumis, Subsidiis, & aliis Deveriis nobis inde debitis) ducere & carcare permittates. // In cujus etc. // Teste Rege apud Westmonasterium, Quarto Die Decembris. Per Breve de Privato Sigillo» (1).

O tratado de Windsor (9 de Maio de 1386) apresenta cláusulas de natureza comercial e de segurança individual para os subditos de ambos os países. O artigo 2.º diz que os mercadores, prelados etc. das partes interessadas estariam em segurança nos domínios de um e outro soberanos, devendo ser considerados como nacionais mediante o pagamento de direitos e impostos, e acatamento das leis do país. O artigo 9.º estabelece que, quando houver arrestos, roubos etc. o rei dos subditos que os fizerem será responsável e obrigado a repará-los e a punir os delinqüentes no prazo máximo de seis meses (2). Depois do tratado as relações comerciais com a Inglaterra melhoraram, tornando-se mais prósperas durante o govêrno de Henrique IV. Para comprovar isso apresentam Shillington & Chapman o aumento da exportação de panos inglêses para Portugal, assim descriminado, segundo os *Customs accounts* de Bristol: do S. Miguel de 1387 ao de 1382, isto é, antes do tratado de Windsor, a média anual de peças de panos exportadas para cá era de 750; de 1390 a 1391, depois do tratado, subiu a 2.158 (3).

A rivalidade da Flandres com a Inglaterra, a que atrás se aludiu, continuava nesta época, mais acesa agora pela

---

(1) Rymer, *Foedera*, VIII, 29: Santarém, *Quadro elementar* XIV, 121; *Comm. rel*, pág. 60.

(2) Idem, *ibidem*, VIII, 515–518; *Comm. rel.*, págs. 14 e 55.

(3) *Commercial relations*, pág. 15.

guerra que se ateara entre os dois paises. A primeira procurava atrair aos seus portos, freqüentados por navios de muitas nações, o comércio português, disputando aos Inglêses a exportação de tecidos para Portugal. No regulamento do mercado dos panos da Flandres, outorgado pela condessa Margarida do Hainaut em 1355, concediam-se privilégios aos mercadores de Castela, Aragão e Portugal (1).

Em 15 de Janeiro de 1387, Felipe II, duque de Borgonha, concedeu uma carta de seguro por um ano aos Portugueses, com a condição de estes não irem negociar a Inglaterra, e por êste tempo os nossos comerciantes continuavam a ter em Bruges uma casa onde se reüniam para tratar dos seus negócios e interêsses (2). Essa carta mostra bem a rivalidade comercial anglo-flamenga, que levou por vezes os nossos mercadores a sofrerem violências deploráveis da parte dos Inglêses, que, por seu lado, exigiam também aos traficantes lusitanos que não fôssem a Flandres (3). Nas propostas e reclamações sôbre comércio e navegação apresentadas em 1399 (?) por Pedro João, embaixador do Mestre de Avis, a Henrique IV de Inglaterra, diz-se na base 7.ª que «El rei de Portugal lhe fazia saber que os mercadores e capitães das naves e outras suas gentes lhe haviam dito que nêste presente ano alguns dêles haviam sido embargados com os ditos navios e mercadorias nos portos de Inglaterra por ordem dêle Rei de Inglaterra para não sairem sem sua licença, pôsto que êles tivessem esta licença, e lhes foi ordenado por comando dêle Rei que não fôssem a Flandres, para cujo país êles tinham sido afretados, e que antes de se lhes con-

---

(1) Cantineau, *Origine des relations etc.*, in *Bol. da Soc. de Geog. de Lisboa*, 18.ª série (1900), pág. 25.

(2) Braancamp Freire, *Arch. Hist. Portug.*, VI, 338; G. Barros, *Hist. da administ*, IV, 409.

(3) *Commercial relations*, pág. 95.

ceder licença para sair dos portos inglêses se exigia dêles que prestassem juramento de não irem a Flandres, causando lhes assim enormes prejuízos em razão de se passar a boa ocasião de venderem as suas mercadorias» etc. (1). No mesmo ano de 1399 D. João I ordenou em carta que, no caso de haver guerra entre a Inglaterra e a França, os mercadores dos partidos da Flandres, da Bretanha e doutras não fôssem retidos ou embargados em Portugal (2), contribuindo assim, a despeito da fidelidade dos tratados, para que o nosso comércio não sofresse com a beligerância dos nossos aliados. Os produtos que então serviam de objecto de comércio entre os dois países eram ouro e prata, em barra ou em pasta, sedas cruas e lavradas, grã, cereais, armas, ferro, aço, chumbo, estanho, cobre, etc. (3).

Em 1389 e 1399 concedeu D. João aos mercadores inglêses, que viessem a Lisboa e outros lugares do reino, os mesmos privilégios que tinham os Genoveses e Prazentins, confirmando-os em 1400 (4). A-pesar-da reciprocidade de regalias concedidas pelas partes, o comércio nem sempre se realizava em condições favoráveis para os mercadores dos países interessados. Eram freqüentes os actos de violência e conseqüentes represálias, traduzidos por apresamentos, embargos e confiscos de bens, quando não por outros casos mais graves.

---

(1) Santarem, *Quadro elementar*, XIV, 129, onde atribue a data de 1399 ao documento referido; *Comm. rel.*, págs. 88-89; Braancamp Freire, *Arch. Hist. Port.*, VI, 332; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 432.

(2) Idem, *ibidem*, XIV, 134, onde remete para o *Livro XI, da Extremadura*, fôlha 110 e para o *Livro de Extras,* fôlha 210, col. 2; *Comm. rel.*, pág. 59

(3) Rebêlo da Silva, *Hist. de Portugal*, IV, 603; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 408 segs.

(4) Idem, *ibidem,* IV, 516; Victor Ribeiro, *Privilegios de estrangeiros*, págs. 27 e 39; *Comm. rel.*, pág. 55; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 431 e 403-404.

Assim em 10 de Março de 1390 a cidade do Pôrto representou a D. João I, dizendo que os seus naturais e vizinhos eram presos muitas vezes na Flandres e na Inglaterra sem motivo, razão ou direito, e lhes embargavam seus bens e haveres, pelo que o Rei de Portugal reclamou junto da chancelaria inglêsa (1). Em 29 de Novembro do mesmo ano Portugal reclamou a restituïção de alguns toneis de vinho que tinham sido apresados no mar aos Portugueses; navio e prêsa, pertencentes a Vasco Vicente e Gonçalo João, foram para o pôrto de Sandwich, onde dois Inglêses se apoderaram de 28 toneis de vinho, 14 para cada um (2). Em 8 de Novembro de 1399 as reclamações são da parte da Inglaterra, numa carta de Henrique IV a D. João I, para se indemnizar o Inglês Guilherme Myrresson do dano feito por alguns mercadores de Lisboa ao navio mercante *Gabriel Lencastre,* que fora atacado e despojado pelos Portugueses, certamente como represália contra anteriores violências britânicas. O soberano inglês escreveu também a D. Felipa de Lencastre para intervir na solução do mesmo caso (3).

No mesmo ano (depois de Novembro?), como se disse, foram presentes por Pedro João embaixador Português, a Henrique IV, as seguintes propostas e reclamações sôbre comércio e navegação: 1.ª) que, em conseqüência do tratado entre os dois países, se proclamasse a paz, sob pena de prisão, em tôdas as costas e portos; 2.ª) que o Rei de Inglaterra proïbisse aos seus vassalos andarem armados, em virtude das perdas e danos causados aos Portugueses, devendo estes ser indemnizados em caso de prejuizo; 3.ª) o Rei de Portugal dava conhecimento que os Inglêses tinham causado

---

(1) Santarem, *Quadro elementar*, XIV, 115; *Comm. rel.*, pág. 88; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 431.

(2) Idem, *Ibidem*, XIV, pág. 117.

(3) Rymer, *Foedera*, VIII, 99; Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 124.

grandes perdas e danos aos seus subditos, assaltando os, roubando-os e vendendo-lhes as mercadorias; 4.ª) que os Portugueses pudessem comerciar livremente em Inglaterra, pagando os devidos direitos; 5.ª) que a êle, D. João I, se tinham queixado os mercadores seus subditos, por terem sido roubados pelos Inglêses, e que não se fazia caso das reclamações portuguesas; 6.ª) que sabia quais os Inglêses que tinham cometido êsses actos de pirataria; 7.ª) que alguns mercadores portugueses que iam para Flandres haviam sido presos e obrigados a não ir ali; 8.ª) que os direitos sôbre cada tonel de vinho haviam sido aumentados, pedindo por isso a abolição de tal imposto; 9.ª) que se castigassem todos os que delinqüissem contra os Portugueses.

O conselho do rei de Inglaterra deu resposta a estas propostas e reclamações determinando que os Portugueses cumprissem apenas as disposições a que os tratados os obrigavam (1). Algumas vezes a causa destas violências e hostilidades para com os Portugueses, depois de 1384, 1385 e 1386, residia na falta de pagamento das dívidas provenientes do empréstimo que os nossos embaixadores tinham negociado em Londres por ocasião da guerra da independência (2).

---

(1) Santarém, *Quadro elementar*, XIV, 125–133; Figanière, *Ms. portug. do Mus. Britanico*, pág. 57; *Comm. rel.*, págs. 88–89; G. Barros, *Hist. da administ.*, IV, 431–432.

(2) Êsse empréstimo, a que se aludiu no § 2.º, foi contratado em Londres pelos embaixadores Fernando Afonso de Albuquerque, Mestre de S. Tiago, e Lourenço Anes Fogaça, com os mercadores Mosse Nicol, Mosse de Londres, Anrique Vinembra e outros, para pagar às tropas inglêsas ao serviço de Portugal e para outras despesas urgentes. D. João I havia dado comissão para isso aos seus enviados e existe um documento notarial inglês de 16 de Abril de 1386 que constitui o compromisso da dívida a pagar, — em Lisboa ou outro lugar de Portugal, dentro de 2 meses depois de exigida a solvência ou no S. Miguel seguinte, o mais tardar, — a Tomás Moreaux, Henry Grene e outros mercadores de Lon-

Os Inglêses apresavam como caução ou garantia os navios e bens portugueses, e pagavam se dêste modo das somas adiantadas, chegando até a meter os proprietários e tripulantes na prisão, como se vê da seguinte petição (de 1399?) de um João de Lere (?), que se queixava de violências exercidas na sua pessoa e bens por causa das dívidas do Mestre de S. Tiago, Fernando Afonso de Albuquerque: «John de Lere de Portugale qe come ore tarde sicome le dit suppliant fust venus du dit roialme jusque a Sandewich en une nef nome la Barnabe de Bristoliæ charge de vins et autres marchandises sibien par le dit suppliant come par autres ces compaignonz en suite la nief ove les marchandises a lour venue a Sandewich furent arrestus par John Broun pur la dette del maistre de Seint Jake en Portugale e Lourenco John Fogaca par longe tempe passe fait. Apres quel arrest le dit suppliant soi passa a Loundres pursuant de avoir les ditz nef et marchandise disarrestus, et a son venue a Loundres il fust arrestus et mye en prison al suyt du dit John Brown par longe temps, deins quele temps les compaignons du di suppliant avoient harberges et mys en lostiel de John Stille de Sandwich ore mort (la femme de qi est marie a John Fairhead en Sandwych ore vivantz) certains choses et biens ci ensuiants opertants a dit suppliant certasavoir 1 shipcheste one 1 mantel, 1 chaperon a icell, lune moite noir et lautre moite vert en icell, 2 paire de chaux blanc et 2 paire de chaux de noir, et diverses autres choses et biens en icell, et 1 grand barell ferme ove une cerure, et 1 lyt, 1 peire des plates et autres choses en icel, et 1 cote

---

dres. Entre os fiadores ou procuradores dos Portugueses figurava um Richard Scrope, deão de Chichester: Fernão Lopes, *Chron. de D. João I*, p. 1.ª, cap. 48; Vila Franca, *D. João I e a aliança inglesa*, pág. 87; *Comm rel.*, pág. 86, que envia para Rymer, *Foedera*, III-3, 202 da ed. da Haia.

furre d'agnell blanc, 1 paire de botes, 1 paire des tables pur... 1 pair kemysez quex furent en autres chestes de ses compaignons des queux il ad les clefs; les queux biens tout ditz sount en l'ostiel susdit des qux le dit suppliant null deliverance ne poet avoir. Par quoi pleist a vos treshautes sieurs graunter les tresgraciouses lettres notre tres redoute seigneur de Roi... al capitayn de Dovor... lui comandant de faire deliverer toutz les dits biens a dit suppliant sans delay etc.» (1).

Estes casos continuaram no século seguinte, como havemos de ver. Por vezes surgiam também outras dificuldades de ordem interna que se opunham ao prosseguimento das boas relações mercantis entre subditos portugueses e de outros países, o que se verifica pelas leis publicadas para regularizar os actos de comércio de estrangeiros entre nós. Uma lei de 26 de Maio de 1375, reformada em 1395, estabelecia normas do exercício do comércio pelos estrangeiros que aqui vinham negociar as suas mercadorias (2), e em 26 de Junho de 1395 D. João I, sabedor de actos de hostilidade praticados nas pessoas de traficantes de fora, ordenou ao governador da casa do cível de Lisboa que os protegesse e defendesse contra os díscolos (2). Já tinham sucedido factos idênticos em 1255 e 1293, pois naqueles anos, como vimos, os soberanos inglêses reclamaram contra actos de violência praticados em subditos seus no pôrto de Lisboa, e mais tarde, como se verá adiante, surgem nas cortes reclamações de mercadores portugueses contra os estrangeiros que os prejudicavam; viu-se também que o mesmo se passava em Inglaterra com os estrangeiros que ali iam realizar os seus negócios.

---

(1) *Commercial relations*, págs. 88 e 303, de onde se transcreve o documento; G Barros, *Hist. da administ.*, IV, 427.

(2) G. Barros, *Hist. da administ.*. IV, 389.

(3) Idem, *ibidem*, IV, 396.

Nos arquivos da cidade de Middelburg (Holanda) existe um documento datado de 3 de Abril de 1390, segundo o qual o conde Alberto de Baviera concedia aos mercadores e capitães dos navios de Portugal e Algarve a facilidade de exercerem livremente o seu comércio, e também privilégios especiais no caso de aqueles estabelecerem o seu empório mercantil naquela cidade (1).

Não só o comércio atraía a Portugal indivíduos de outras nações. Artífices de varios países vieram exercer aqui a sua actividade, umas vezes chamados pelos reis que lhes concediam privilégios ou lhes davam facilidades adentro do território português, outras vezes trazídos pelo espírito de aventura ou esperançados de melhores proventos auferidos aqui pelas suas profissões. Os documentos mais antigos conhecidos a êste respeito são uma carta de D. Fernando que menciona um mestre Josepe, ourives alemão (2), e outra de D. João I, datada de 26 de Fevereiro de 1397, na qual se fala de um mestre Alberto, talvez alemão, que fora convidado por D. Fernando a vir exercer para Portugal o ofício de armeiro (3).

É dêste século, segundo parece, ou talvez ainda de época anterior, que data a fundação da confraria de S. Bartolomeu dos Alemães e Flamengos. D. Denis, ao construir a igreja

---

(1) Santarém, Ms. inéditos para o *Quadro elementar*, maço A, n.º 5 (Ac. das Sc. de Lisboa), onde citando Van Mieni, *Groot Charterboek*, III, pág. 555, transcreve o título ou cabeçalho do documento, que é o seguinte: «Privilegia ad promovendam mercaturam ab Alberto Duce comite Hollandiæ et Zelandiæ concessa mercatoribus et subjectis Regis Portugaliæ ad preces urbis Medioburgi» Vid também Marquês de Faria, *Le Portugal et les Pays-Bas*, Monte Carlo, 1909, estudo reeditado no *Instituto*, vol LXXVII, pág. 439 (vol. 6.º, 4.ª série).

(2) Fortunato de Almeida, *Historia da Igreja*, II, 400, onde envia para *Chancelaria de D. Fernando*, IV, fôlha 16.

(3) Sousa Viterbo, *Armaria*, I, 24.

de S. Julião ou S. Gião, reservou para a confraria de S. Bartolomeu a primeira capela do lado do Evangelho, originàriamente fundada por um mercador chamado Michel Overstedt, a qual foi incorporada na igreja de S. Julião com a condição dos direitos do fundador serem respeitados para sempre (1). Gradualmente se foi esta capela tornando o centro religioso dos Alemães e Flamengos residentes em Portugal. Os seus bombardeiros, aqui domiciliados, (séc. xv e segs.) vieram mais tarde a ter a hegemonia da sua administração e conservação, e depois formaram a confraria dos bombardeiros ou artilheiros com Santa Bárbara por patrono, sendo-lhes permitido exibirem a imagem dela no altar (2).

*

Nêste capítulo estudámos sumàriamente as relações de Portugal com os povos do Norte da Europa, na sua maior parte germânicos, desde os mais remotos tempos até fins do século xiv. Vimos como essas relações parecem remontar a idades ante-históricas, para se continuarem em tempos proto-históricos, em que aparecem algumas notícias ou informes conhecidos, — até atingirem uma relativa intensidade nas primeiras épocas históricas pròpriamente ditas. Desde as tentativas audaciosas de Himilcon e Pitheas, mais ou menos documentadas, até o tráfego quási constante entre os portos portugueses e setentrionais no século xiv, que obstáculos se não removeram e que progressos se não realizaram! Primeiro a conquista romana, avassaladora e fecunda; em

---

(1) *Die Bartholomäus-Brüderschaft der Deutschen in Lissabon*, pág. 4, separata dos *Hansische Geschichtsblätter*, vol. xvii; Victor Ribeiro, *Privilegios de estrangeiros*, pág. 20; Pieris & Fitzler, *Ceylon and Portugal*, i, pág. 298 segs.

(2) Pieris & Fitzler, *Ceylon and Portugal*.

seguida a desordem proveniente das migrações germânicas, aniqüiladora momentânea da civilização latina e absorvida em lutas fratricidas; depois o pseudo insulamento mussulmano natural do antagonismo de crenças e de raças; ainda a absorção sangrenta dos prélios da reconquista, e finalmente a luta pela independência da nacionalidade, — nada impediu, através de tôdas as vicissitudes, hecatombes e tragédias, êsse intercâmbio de interêsses entre Norte e Sul, cuja tradição longínqua vai mergulhar na noite dos tempos desconhecidos.

As primeiras Cruzadas que nos auxiliaram na conquista da nossa terra, as primeiras facilidades comerciais exaradas em documentos, as primeiras tentativas de alianças de sangue dinástico, tudo devia conduzir, na parte que respeita a Portugal e Inglaterra, à aliança firmada nos fins do século XIV. À nação inglêsa devemos auxílio moral e material que, em parte, nos ajudou a rebater as tentativas imperialistas de D. João de Castela; e pelos séculos além havemos de ver, com freqüência, soldados portugueses e inglêses darem-se fraternalmente as mãos, como na jornada gloriosa de Aljubarrota.

(*Continua*).

L. Saavedra Machado.

ALGUNS ASPECTOS DA PROSA MEDIEVAL

PRINCIPALMENTE ATRAVÉS DA «PRIMEIRA PARTE DA CRÓNICA DE D. JOÃO I» DE FERNÃO LOPES

PRELIMINAR

Êste opúsculo é o divertículo de obra mais vasta e profundada, que, primitivamente concebida no âmbito de tôda a prosa medieval portuguesa, onde era minha intenção pesquisar o *pitoresco* e o *retrato*, precisamente ao arripio da convicção da raridade de tais valores, veio a parar, por sucessivos encurtamentos e ampliações de plano impostos pelo próprio ritmo da investigação nos textos, em uma espécie de *enselada* ou xadrês de citas, que o fio de uma vaga crítica adensa e ajusta como pode.

Empreendido «por joguetar e por tomar sabor», como diz Fernão Lopes (1), ou, — para me servir de prosa posterior, menos pitoresca mas apropósito, — por «desenfadamento em certos dias de ferias, e ainda esses furtados ao estudo» (2), o trabalho começou a tomar corpo, ganhando

---

(1) *Primeira Parte da Crónica de D. João I por Fernão Lopes, Vassalo del Rey e Guardador das escrituras do Tombo*, ed. do «Arq. Hist. Português», (Lisboa), 1915, cap. CLXXVII, pág. 331. Daqui em diante apenas citarei, braquigràficamente, o número romano do capítulo e o arábico da página, entendendo-se que se trata desta magnífica edição devida a Braancamp Freire.

(2) António Ferreira, Dedicatória da *Comedia de Bristo,* in-*Poemas Lusitanos,* tôm. II, 2.ª ed., Lisboa, pág. 1, da segunda edição.

gravidade. Nascera em meu espírito como pretexto atractivo para a releitura (e em parte primeira exploração) do nosso património literário para além de Gil Vicente: — crescia agora como pesquisa deliberada e pessoal de vários aspectos dêsse período.

De entrada, o problema suscitava uma pluralidade de ângulos, podendo *grosso modo* definir-se como um inquérito minucioso ao *estilo* medieval, tomada a palavra em acepção latitudinária para abranger, não só o processo de composição peculiar a cada autor — na medida em que o sentimento da autoria consente, nessas eras, atribuïções pessoais de factura e carácter, — mas ainda os géneros dominantes, a particular incidência em tais e tais motivos adentro de cada género, o poder descritivo, dialogal, crítico, — fôrça de introspecção, concreção de traço, — e, em resumo, o somatório por vezes inefável de requisitos que fazem da linguagem escrita um documento literário.

A necessidade desta ordem de investigações impõe-se tanto mais, quanto é certo que a literatura medieval portuguesa tem sido pábulo quási exclusivo de estudos de carácter filológico *(stricto sensu)*, magníficos como dilucidação dos problemas da língua que falamos, mas insuficientes para a justa aspiração de não fazermos datar de Camões o emprêgo de tal língua como instrumento literário. De resto, urge corrigir, no que nos diz respeito, o exagêro de Brunetière em não conceder outro interêsse ao estudo das literaturas medievais que o da língua (evolução semântica) e costumes, chegando a afirmar que o florescimento da erudição medievalística francesa não passava de um decalque pernicioso da vocação racial dos alemães (1). Até como homenagem aos eruditos portugueses que, à sombra tutelar do Co-

---

(1) *L'érudition contemporaine et la Littérature Française au Moyen Âge*, in *Études Critiques, Première Série*, 4.ª ed., Paris 1896, pág. 54 sqq.

légio de França ou fora dêle, mas sempre sob o influxo da romanística alemã, francesa e italiana davam incremento e lustre aos nossos estudos medievais, precisamente pela época (1880) em que Brunetière lançava aquele carregado juízo; até como preito a êsses homens a nossa bel-letrística medieval é coisa de tentar.

Não se trata, aliás, de terreno absolutamente virgem, ao menos no campo da preceptiva poética e outros, com os trabalhos de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, do Prof. Dr. José Joaquim Nunes, e ùltimamente, com rara fortuna crítica e alargamento de vistas, do Dr. Rodrigues Lapa (1); sem falar nos livros de Teófilo, precursor em tudo, e nos historiadores gerais da literatura portuguesa, necessàriamente levados a traçar pelo menos um conspecto dos quadros literários da época.

Mas uma visão de conjunto sôbre cronicões, cancioneiros, nobiliários, crónicas, novelas de cavalaria e breviários de carácter moralístico e enciclopédico, obrigando à avaliação de matizes estéticos, à possível determinação de influxos mútuos e, em todo o caso, ao traçado de correntes típicas, implica uma análise miúda e parcelar, que, modelando prèviamente pontos de vista concretos, os preencha com as várias realidades estilísticas eruditamente desfibradas ao contacto directo dos textos. Êste, o método que tentei no pequeno trabalho em curso.

Procurando medir o poder criador da nossa literatura medieval, isto é, a sua lentidão ou presteza em mobilizar nos próprios quadros a realidade ambiente (em certa medida, a «madeira dos sonhos» de que falava Shakespeare), ative-me a um mostruário exíguo mas eloqüente de passos, captados

---

(1) *Das Origens da poesia lírica em Portugal na Idade-Média*, I de uma série de *História da Língua e da Literatura Portuguesa*, Lisboa, *Seara Nova* (1930).

com mão larga, cingindo-me à prosa sem desprezar inteiramente o riquíssimo acervo poético; circunscrevendo-me, no círculo daquela, a Fernão Lopes, e, adentro dos limites dêste, à *Primeira Parte* da *Crónica de D. João I,* porventura o mais animado e certamente o mais bem urdido dos seus grandes paineis de primitivo.

O meu trabalho é pois paradigmático: um ensaio de método que dá, de caminho, alguns frutos. Deixar amadurecer o fundo de verbetes sôbre que agora o construo, dilatando-o com vagar e reservando-o ao *limae labor,* foi idea que me preocupou e teve perplexo uns meses. Fecho os olhos e escrevo. Aprendiz das literaturas românicas, onde preferentemente me atraem os aspectos ideológicos ou cùltur-históricos, tenho a maior urgência em aprender a trabalhar e tôda a conveniência em fazê-lo em público e razo. A publicidade é talvez o melhor dos seminários. O leitor colabora connosco; os mestres corrigem e julgam.

I

O génio português das duas primeiras centúrias de independência exprime-se quási que exclusivamente em verso. E é preciso chegar aos séculos XIV e XV — «ce XIVe et ce XVe siècle qui sont moins le moyen âge que la décomposition du moyen âge», como diz Gustavo Lanson (1), — para que a prosa nacional se constitua e adense, dèbilmente primeiro, no tôrno ainda perro dos tradutores e sob o cálamo místico dos adaptadores de *Ortos* e *Vergeis* peregrinos; afoitamente por último, com os primeiros cronistas já fortemente individuados, como Fernão Lopes, Fr. João Álvares, e, — já no pendor do Renascimento, tufado de sábia retórica, — Zurara.

---

(1) *Histoire de la Littérature Française,* 14.ª ed., 1918, pág. 13.

Para Oliveira Martins (1), o período medieval é «cerrado explendidamente por Gil Vicente e Bernardim Ribeiro», mas a verdade é que Bernardim é já uma alma renascente, e mestre Gil só tem de medieval a configuração de cariátide. A Idade Média, em literatura, fecha entre nós o seu processo com o cronista avisiense, em cuja prosa derrama e concentra todo o seu vigor de primícia, livre «de ces longueurs, de ces obscurités, qui se rencontrent dans la plupart des ouvrages en prose du xve siècle» (2). Tal processo é longo no tempo, mas, se atentarmos na escassez de monumentos não rimados e em sua débil valia, surge-nos fulminante.

Até cêrca de 1285, nota Menéndez y Pelayo, — «la prosa gallega ó portuguesa (3) se habia cultivado muy poco», acrescentando que «vivia principalmente de traducciones del castellano, como la *Crónica general*, las *Partidas* y la *Crónica Troyana*» (4), o que não é exacto. «Textos como a *Chronica*

---

(1) *Os Lusíadas — Ensaio sobre Camões e a sua obra, em relação à sociedade portuguesa e ao movimento da Renascença*, Pôrto, 1872, pág. 36.

(2) Edith Wickersheimer, *Le Roman de Jehan de Paris. Sources historiques et littéraires*, Paris, 1925, pág. 5.

(3) Esta disjuntiva, tão cara aos espanhóis castelhanizantes do tipo de Menéndez y Pelayo, é falha de rigor, não resistindo ao seu doce sabor dominioso espíritos da lhaneza e altitude do Prof. Menéndez Pidal, que, no seu *Manual de Gramática Histórica Española* (5.ª ed., Madrid, 1925, pág. 24), escreve que «la poesia lírica en lengua gallega [*sic*] fué cultivada por los poetas castelhanos en los siglos xiii a xv; y, viceversa, los poetas portugueses», etc. E, logo adiante: «son gallegas *o* portuguesas de origem *moniñ i*, *macho*», etc. Ora, é sabido que no Noroeste peninsular se falava e escrevia o galego-português ou galaico-portugalense, cedo diferenciado numa língua culta, o português, e numa língua ou co-dialecto estacionário, o galego. Vid., entre outros, Prof. Dr. Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*, iv, págs. 623–625, e Prof. Dr. W. Meyer-Lübke, *Introducción a la Lingüística Románica*, trad. esp. do Prof. Dr. Américo Castro, Madrid, 1927, págs. 43 e 53.

(4) *Origines de la Novela*, i, pág. ccxiii.

geral, as *Sette Partidas,* o *Compendio das Leis,* — escreve D. Carolina Michaëlis (1), — vertidos por ordem do neto do auctor, são de origem castelhana. Mas a parte mais importante provém directamente de originaes em latim e francês».

De-certo, é inegável a superioridade castelhana em matéria de prosa medieval; mas uma coisa é essa superioridade inquestionável, outra o problema da prioridade pôsto para os textos que surgem nas duas línguas sincrònicamente ou a distância de tempo apodìticamente indeterminável, como *Barlaam, Crescencia, Aleixo, Tundalo* e a *Confissão do Amante.* Se uma grande parte do pecúlio comum de traduções tem ascendente em castelhano, casos como o da *Crónica de Rasis* são de prioridade portuguesa, e as vidas de *S. Telo* e *S. Vicente* traduzidas ou adaptadas exclusivamente por nós (2).

Todavia, eruditos há, nomeadamente espanhóis, que se obstinam em negar-nos todo e qualquer vislumbre de iniciativa medieval em prosa, mesmo forçados pelos factos a reconhecer-nos a prioridade de importação de certas obras, como a *Confessio Amantis* (3). Assim é que Menéndez y Pelayo se compraz (4) em verificar que Baist «niega en absoluto á los portugueses prioridad alguna en este género, [*novela de cavalaria*] y aun toda clase de originalidad en el cultivo de la prosa, tanto histórica y didáctica como novelesca. Cuanto poseen en este género es traduccion textual y

---

(1) *Lais de Bretanha — Capitulo inedito do Cancioneiro da Ajuda.* Separata da *Rev. Lus.*, vol. VI, Pôrto, 1900, pág. 29.

(2) D. Carolina, *ib.*

(3) «La *Confessio Amantis,* de Gower, que fue el primero y único libro inglés traducido en el siglo XV, primero al portugués por Roberto (Payne), canónigo de Lisboa, y luego al castellano por Juan de Cuenca, vecino de la ciudad de Huete». (Menéndez y Pelayo, *Orígenes,* I, pág. CCXX).

(4) *Op. cit.*, pág. CCXIV.

tardia de redacciones castellanas» (1). E acrescenta: «La promiscuidad en que entonces vivían ambas lenguas es un hecho indudable, y no lo es menos la inferioridad de la prosa portuguesa en cantidad y calidad, que es el más sólido apoyo en que Baist funda sus razonamientos».

Estes juízos, fundamentalmente certos, tendem, sobretudo nos bicos da pena castelhana, a diminuir a nossa personalidade medieval quanto à prosa, guiando Menéndez y Pelayo ao assêrto manifestamente erróneo de que o nosso grande prosador quatrocentista, Fernão Lopes, não passou de «evidente imitador de las crónicas de Ayala» (2).

Mais sóbrio, Bohigas Balaguer limita-se a constatar «la vida precaria que tuvo la prosa en Portugal hasta principios del siglo XIV» (3), época em que, segundo o Prof. Dr. José Joaquim Nunes (4), «o português já se encontrava apto a figurar também em obras em prosa, quer nas de simples imaginação, quer nas históricas ou narrativas e didácticas; o impulso que recebeu da poesia distanciara-o imensamente do que fôra antes — língua rude e subretudo pouco mais possuindo do que os termos indispensáveis à vida material, como evidenciam os documentos mais antigos, que até hoje são conhecidos e datam dos últimos anos do século XII (1192 e 1193)».

D. Carolina é mais severa para com o proto-português do que o Prof. Nunes, ao afirmar, em seguida à constatação

---

(1) Já D. Carolina não compreendia a razão porque Baist considerava a redacção galego-portuguesa da *Historia Troyana* posterior à castelhana, quando as duas foram simultâneamente escritas por Nicolas González, a mandado de Afonso XI. (*Lais de Bretanha*, cit., págs. 29–30).

(2) *Origenes*, I, cit., algures.

(3) *Los Textos Españoles y Gallego-portugueses de la Demanda del Santo Grial* (Anejo VII da *Rev. de Filol. Esp.*), Madrid, 1925, pág. 9.

(4) *A prosa desde o seu aparecimento até aos cronistas*, in-*História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, ed. Aillaud, vol. I, pág. 110.

enérgica de que «na idade media a penuria de obras litterarias e scientificas, produzidas por portugueses, é estupenda», que «nos documentos em prosa ostenteia-se um latim estremamente barbaro, ou de 1192 em deante, um português alatinado, de orthographia cahotica (1), de syntaxe horrivelmente desconjunctada (2) e vocabulos de feitio hybrido que querendo passar por latim são romanço. Só de 1255 para cá um vernaculo muito hesitante e irregular» (3).

Êste seu juízo, porém, atenua-se um tanto algumas vezes, como quando reduz de «muito hesitante» a «hesitante» o qualificativo da prosa dos fins do século XIII, princípios do XIV, apelidando-a de «ingénua» (4); e a sua benevolência para com uma prosa portuguesa recuada culmina na pregunta: «Se entre os poetas lyricos da epoca gallaïco-portuguesa há castelhanos, porque não há-de haver portugueses entre os prosadores» (5)?

Mas de todos os que se ocuparam do discurso amétrico português da infância nacional, o seu mais carinhoso curador — e um dos mais proficientes — é o Prof. Nunes, que, enlevado na precocidade dos textos alcobacenses e ao tratar

---

(1) A êste caos ortográfico da prosa opõe D. Carolina «a unidade de linguagem e a admirável orthographia systematica do *CA*». *Cancioneiro da Ajuda — Edição critica e commentada*, II, Halle, 1904, pág. 635.

(2) Teófilo Braga, citando o passo em que Menéndez y Pelayo (*Antologia de Poetas Líricos Castellanos*, III, pág. XV) declara que o galego, tècnicamente disciplinado (rimas, etc.) pela influência do provençal, foi o primeiro dos dialectos líricos da península, acrescenta, ecoando assim o juízo de D. Carolina: «Este aperfeiçoamento artistico deu-se na lingua portugueza cujos documentos coevos em prosa contrastam pela sua rudeza morphologica e syntaxica». *Historia da Litteratura Portugueza*, (*Recapitulação*), I, *Edade Media*, Pôrto, 1909, pág. 185.

(3) D. Carolina, *op. cit*, pág. 632.

(4) *Prefácio* a *O Romance de Amadis composto sôbre o Amadis de Gaula de Lobeira*, por Affonso Lopes Vieira, Lisboa (1922), pág. XIV.

(5) *Lais de Bretanha*, cit., pág. 30.

das versões, escreve que «a linguagem nelas usadas é clara e correntia, em nada se parecendo, quer na construção das frases, quer no estilo, com a da *Regra fragmentária de S. Bento*» (1), que, a-pesar-de obscura pelo decalque sintáctico do latim e por sua posição cronológica — possìvelmente a primeira (século XIV), segundo o Prof. Nunes — no acervo de documentos literários iniciais do português, pareceu ao ilustre Prof. Dr. Joaquim de Carvalho, juntamente com a *Vida de Santa Maria Egipciaca, Santo Aleixo, Santa Eufrosina* e *Visão de Túndalo,* exprimir «com mais frescura a sensibilidade medieval do que a própria poesia» (2).

Subscrevo inteiramente a êste juízo. À medida que entramos no âmago do século XIV, e sobretudo durante todo o decurso do XV, o *ethos* português vai ganhando em valores lógicos através da selva mística, primeiro, e logo com as traduções escriturárias, hagiográficas e moralísticas do ciclo cultural avisiense. O sabor português, a pinho e esteva, que só se deglute à saciedade nas proposições de Fernão Lopes, vai-se encorpando nesse trajecto penitencial da nossa prosa que são os apógrafos cistercienses de devoção e os preceituários éticos e monteses da «ínclita geração».

Gil Vicente proclama no *Auto da Lusitania,* pela bôca do Licenciado, a superioridade lógica da elocução livre sôbre a metrificada, quando lhe faz dizer:

> E pera claro cimento
> E a obra não ser escura,
> Direi em prosa o argumento;
> Porque a cousa que he segura,
> Procede de fundamento (3).

---

(1) *A Prosa Medieval,* in-*HLPI*, cit., pág. 116.

(2) *Traduções Medievais,* in-*HLPI,* cit., pág. 70.

(3) In-*Obras de Gil Vicente,* ed. do Prof. Dr. Mendes dos Remédios, II, Coimbra, 1912, pág. 387.

Mas não só em vigor dialéctico a prosa preleva à poesia. Tudo quanto é espontâneidade, calor genésico, primitivismo, encontra na prosa, principalmente se se trata dos vagidos sentimentais da sociedade mediévica, uma voz mais acorde e intensa. Ao contrário do que pensa Teófilo, «o predominio da cultura latina ecclesiastica» *não* «desviou a actividade litteraria das suas fontes organicas para as traducções de lendas agiologicas e erudição escholastica» (1), tomada a palavra *desvio,* como na mente de Teófilo, em lastimoso sentido. Além de que é menos rigoroso falar de erudição escolástica com vista em meras versões evangeliárias e de exemplaridade cristã quais as do tempo, não havia pròpriamente *fontes orgânicas* na incipiente actividade literária do reino portucalense. A poesia trovadoresca? Mas tôdas as literaturas têm a sua puerícia poética, e nem por isso deixam de experimentar, sob pena de morte prematura, o trânsito à única forma onde podem ganhar virilidade: a prosa.

O preconceito teofiliano contra os pergaminhos de Alcobaça estende-se, mesmo, às espécies das livrarias de mão dos Infantes, tão dêles no puritanismo sentencioso que ressumam, e tão nossas, — nossas dessa era, — pela gravidade, pela compostura, pelo rotundo dos seus períodos. Fazendo notar que «nas Bibliothecas portuguesas do seculo xv, como as de D. Duarte, Infante Santo, Condestavel D. Pedro abundam os poemas da Tavola Redonda», crê os «em lucta» com isso a que chama «o elemento erudito, moralista e historico» (2), e não passa do lastro cultural — amenizado aliás

---

(1) *Op. cit.*, págs. 155–156.

(2) *Op. cit.*, pág. 437. De resto, a prova de que não havia pròpriamente conflito de tendências entre os dois supostos elementos da prosa medieval, está na inserção de temas eclesiásticos — a pseudo «erudição escolástica», de Teófilo, — nas resenhas do ciclo bretónico. A respeito da *Queste* de Gautier de Map, escreve, por exemplo, Pauphilet (*Études,*

por graciosidade no dizer e frescura virginal no contexto inesperto, — indispensável à formação de uma linguagem sólida e geométrica, apta a narrar e a opor.

Seja como fôr, a verdade é que o movimento medieval de traduções conta seguramente por metade no esfôrço atritivo da prosa portuguesa por sair das faixas dos fólios notariais. Forma, como diz o Prof. Dr. Joaquim de Carvalho (1), um «intenso processo espiritual, que enriquecendo e aperfeiçoando a língua, educou ao mesmo tempo o espírito, sugerindo-lhe por vezes novas vias». Nas versões escriturárias, quási tôdas oriundas da *Historia Scholastica* de Pedro Comestor († 1179) (que passou às *Histórias abreviadas do Testamento Velho* dos *Inéditos* de Fr. Fortunato), certo é que, omitidos os *Salmos,* o *Cântico dos Cânticos*, o *Ecclesiastes*, Isaías e Jeremias, de entre os troços bíblicos mencionados pelo Prof. Nunes (2), ficavam fora da língua portuguesa precisamente os mais pitorescos, vivos e elegíacos trechos da *Bíblia,* — portanto os que mais poderiam dar côr e horizontes à prosa; mas lá estavam os apógrafos bretónicos trasladados, para suprir essa falta, como o *Baladro* ou *Brado de Merlim,* o *Tristão* e a *Demanda do Graal*, — os três em português nos fins do século XIV (3) e tributários do Evangelho historial de Nicodémus, de que se conhecem três versões (4).

Anteriormente, quando mesmo não fôsse conjecturável

---

pág. 193): «On y trouve le goût du temps pour les récits hagiographiques, pour l'interprétation et la traduction des Livres saints, pour la prédication en langue vulgaire».

(1) *Op. cit.*, pág. 72.

(2) *Op. cit*, pág. 115, nota 3.

(3) Menéndez y Pelayo, *Antologia,* III, pág. XLII.

(4) Publicadas em 1885 pela *Société des Anciens Textes Français* sob o título *Trois versions rimées de l'Evangile de Nicodème.* (Vid. Gastão Paris, *Merlim,* Introd., pág. XII, nota 2).

uma tradução da parte prosaica da rica *matière de Bretagne*, — como aventa D. Carolina (1) com base na divulgação dos *cantares de Cornoalha* em tempos de Afonso o Sábio, a pesada lição dos cronicões levava lentamente o português ao estilo historial, já mais sôlto e urdido nas chamadas *crónicas breves*. A distinção, estabelecida pelo Prof. Nunes (2), entre escritos *conventuais* e escritos *palacianos* do período alto-medieval, embora ligeiramente forçada se atendermos à exigüidade das coisas a distinguir, não deixa de ser útil à formação de ideas claras sôbre as *enfances* da prosa. Com efeito, há um matiz conventual nas versões empreendidas com carácter de tema, para adextrar a mão. No mosteiro agostiniano de Coimbra; no laurbanense, acoitado a uma dobra de pinhais não longe do Mondego; no cisternience de Alcobaça, de todos o mais intelectual e próspero, recolhendo os frutos da outrora *estremadura* maninha das abas do domínio ovetense-leonês, tão instável; em todos estes focos da cultura medieval os cálamos monásticos rapavam as primeiras orações da nossa língua, guiada pela mão dos romanços que tinham a primazia do tempo nas coisas do espírito e da cultura. Lorvão, como observa o Prof. Carvalho, era um retiro discreto e propiciante. As necessidades da ilustração do monacato e a doutrina a espalhar entre os senhores da gleba levava a forragear nas línguas mais ricas e acessíveis; e o sentimento de leitura, — que, como diz o citado professor (3), «não foi, talvez, em nenhuma época, tão delicado», — começava a ganhar as almas tôscas.

Mas é preciso chegar aos cronicões, aos nobiliários e, sobretudo, às crónicas breves, para descortinar os primeiros embriões de estilo, ainda proteico, balbuciado, mas já com

---

(1) *Lais de Bretanha*, cit., pág. 30.
(2) *A Prosa Medieval*, in *HLPI*, pág. 111.
(3) *Traduções Medievais*, in *loc. cit.*, pág. 60.

certa côr e um começo de fisionomia. Os livros de linhagens são, no que transcende as simples árvores de procedência para entrar nos domínios da anedota, «quadros realistas do tempo», como escreve o Prof. Nunes (1), mau grado os «processos grosseiros» (2), descabelados, da respectiva erótica. E se, como nota D. Carolina (3), extractam parágrafos inteiros da *Historia Britonum*, como o *Nobiliário* do Conde de Barcelos, nem por isso perdem uma certa graça nativa. As próprias anedotas cruas (a «graça embaraçada dos contos», no dizer do ilustre escritor Manuel da Silva Gaio, com afortunada justeza) (4), «arrojan inesperada y siniestra luz sobre la vida doméstica de los tiempos médios» (5).

Herculano, que tão bem soube aproveitar como motivos arcaicos a confabulação do espisódio da *Dama Pé de Cabra* (6), considerado por Menéndez y Pelayo (7), com o da *Mulher marinha*, como «acaso vestígios de supersticiones antiqüíssimas» da Espanha biscainha; — Herculano, chamando-lhe embora «arido catalogo», *sente viver* a Idade Média (8) nesse livro onde — diz ainda (9), — «cada geração foi lançar um memento da sua passagem na terra».

Muitas vezes acervo de patranhas heráldicas, ¿que importa isso, se, como notou com rara penetração o crítico das *Orígenes de la Novela* (10), o nobiliário medieval as dá

---

(1) *A Prosa Medieval*, in *HLPI*, pág. 125.

(2) D. Carolina Michaëlis, Pref. da redacção do *Amadis* de Affonso Lopes Vieira, cit., pág. XXIX.

(3) *Lais de Bretanha*, cit., págs. 8 e 23.

(4) *Torturados*, pág. 258.

(5) Menéndez y Pelayo, *Orígenes*, cit., I, pág. CLXXIV.

(6) *Lendas e Narrativas*, I, 12.ª ed., pág. 7.

(7) *Ib.*

(8) *Composições Varias*, pág. 247.

(9) *Op. cit.*, pág. 246.

(10) I, pág. CLXXV. Sempre obcecado pelo centralismo castelhano,

com «un sello poético, una rudeza primitiva, un bárbaro candor»?

Ao contrário das clareiras anedóticas dos livros de linhagens, as crónicas, segundo Herculano (1), «raro nos revelam» a «vida intima do solar do infação, do rico-homem e do paço real». A vida em pormenor, sim. Mas o seu encanto nem por isso é inferior.

Das *Chronicas Breves e Memorias Avulsas de S. Cruz de Coimbra* (2), a primeira é um mero cronicão fragmentário, de verbas sêcas. A segunda, menos hirta, já oferece algum encadeamento narrativo e lógico, mas nada que se compare com o movimento e colorido da terceira. É comovedora, por exemplo, a scena em que o Conde D. Henrique recomenda ao filho, à hora da morte, que guarde bem a justiça e a terra: «E despois que ouue castigado o filho destas cousas e outras muitas, que aquy nom dizemos, morreo».

Não menos patético é o lance em que D. Teresa, posta a ferros, fulmina o filho de pragas: «e porque metestes ferros em minhas pernas [,] ferros quebrantem as uossas» (3), bem como o persuasivo encontro de Egas Moniz, «bem falante e grande sabedor de guerra», com Afonso VII *Imperator*, disposto a cercar o burgo refece de Mumadona.

Ainda na *Crónica breve*, a scena da sagração de Çoleima

---

que tanto prejudicou os seus pontos de vista culturais, alicerçados aliás em formidável erudição, Menéndez y Pelayo não resiste à tentação de dizer que a «expressiva y pitoresca prosa» do *Nobiliário* do Conde D. Pedro «parece una feliz imitación del estilo de las obras historicas de D. Alfonso el Sabio». (*Orígines*, I, pág. CLXXIV). As maravilhas que quisermos, mas sempre na órbita da Meseta. .

(1) *Op. cit.*, pág. 247.

(2) *Portugaliæ Monumenta Historica, Scriptores*, pág 23 sqq.

(3) Praga aproximável a esta, atribuída a D. João I de Castela: «*Oo Lixboa! Lixboa! tanta merçee me faça Deos que aimda te veja lavrada de ferros darados!*» (Fernão Lopes, CL, pág. 276).

e a da expulsão do cardial do interdito, ao primeiro livro da manhã (1), têm sóbrio relêvo e ingenuïdade. O remate do trôço (2) destoa de tudo o mais; salvo o retrato panegírico de Afonso Henriques, com que fecha, é estilo linear de cronicão. Mas que graça e sabor se espalham antes (3)!

Claro que estas *mocedades* da prosa portuguesa, a-pesar-de promissoras, não chegam a levantar o problema da autoria. São rudes demais para implicarem uma personalidade detrás delas. São, sobretudo, como que destroços de um naufrágio, e essencialmente anónimas.

Em tempos, como os medievais, em que o colectivo tudo abarca e o homem se perde como sombra nas estruturas eclesiásticas, militares e fundiárias da grei (4), a categoria *autor* é sensìvelmente ignorada. Assim, como diz Herculano (5), «o Livro de Linhagens, não é mais do Conde D. Pedro que de dez ou vinte sujeitos diversos, de cujos nomes se duvida, e que em várias epochas o emendaram, acrescentaram»...; «não teve verdadeiramente auctor certo conhecido» (6). Pela diversidade de traslados dêle feitos, como diz ainda Herculano, é «uma especie de Protheu» (7).

O carácter manual e celular da composição dos *codices* e *volumenes* — que eram, na maior parte, pertença comunal, e assim passavam de geração a geração vinculados ao mesmo

---

(1) *PMH, Scriptores*, págs. 27 e 28.

(2) *Como elRey dom afonso açalmou santarem e tomou lisboa. Op. cit.*, pág. 29, colunas 1.ª e 2.ª.

(3) Tôdas as *Crónicas breves* têm passos comuns, nomeadamente a III e IV.

(4) Uma fina análise do sentimento sodalício que impregna o homem medieval é a de P. L. Landsberg em *La Edad Media y nosotros* (trad. esp., Madrid, *Rev. de Occ.*, IV da col. *Nuevos Hechos / Nuevas Ideas*).

(5) *Composições Varias*, pág. 248.

(6) *Ib.*, pág. 257.

(7) *Ib.*, pág. 262.

cartulário ou livraria de mão (*concatenati*) — solicitava a mão do póstero a acrescentar à prosa avoenga novas frases e verbas. Daqui, a preparação da insensibilidade para êste facto, notado, entre outros, pelo sr. Cardial Cerejeira (1): «Os escritores antigos tomavam de outros o que lhes convinha, sem as indicações gráficas que só modernamente se impuseram e generalizaram». E o ilustre escritor Agostinho de Campos, perdoando a Rui de Pina o estrago feito nas crónicas de D. Sancho I a Afonso IV, de Fernão Lopes, alega que «assim era o costume do tempo: um cronista via, na herança dos inéditos ou simples apontamentos de outro anterior, nada mais que material jacente, próprio para estabelecer trabalho novo segundo o seu livre critério» (2). Já Berceo, o ingénuo Berceo dos *Milagres,* se jactava também, sem rebuço algum, dos seus decalques (3).

Mesmo quando o letrado medieval, para usarmos linguagem parafraseada em Musset, *buvait dans son verre,* convi-

---

(1) *Do Valor Histórico de Fernão Lopes.— Esbôço crítico de «D. Pedro I e a sua época», do sr. General Moraes Sarmento,* Lisboa, 1924, por Dr. M. Gonçalves Cerejeira, Coimbra, 1925, pág. 39.

(2) *Alvorecer da Prosa Literária sob o signo de Avis,* in-*HLPI,* pág. 178.

(3) J. Fitzmaurice-Kelly, *Historia de la Literatura Española* (trad.), 4.ª ed., Madrid, 1926, pág. 22.

O Prof. Joaquim de Carvalho, no seu sólido estudo sôbre *A Erudição de Gomes Eannes de Zurara* (*Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra,* vol. VI, pág. 192), ao referir se aos plágios do sucessor de Fernão Lopes feitos sôbre o *Trauctado da Uirtuosa Benfeyturia* do Infante D. Pedro, atenua: «Estas *deflorationes,* tão vulgares na filosofia medieval, constituindo até uma das maiores dificuldades na crítica interna dêste período histórico, têm a sua explicação na atitude intelectual do escritor. Êste não tinha a preocupação da originalidade, mas a de ser completo e verdadeiro, pouco lhe interessando que a verdade, ou o que supunha tal, já tivesse sido descoberta e formulada. Apropriava-se dela, e isto o satisfazia».

nha-lhe simular — tal o desuso da *originalidade* nos escritos novelescos e outros, — que importava os seus materiais estéticos de paragens prestigiadas pela lonjura e por êsse não sei quê de hermético que sempre teve para os ocidentais o que vinha dos berços do sol. Herculano viu isto ao escrever (1) que «era quasi como lei entre os romanistas, dar uma origem mysteriosa, ou ao menos remota, ao fructo das suas imaginações». Assim, diz-se no prólogo de *El Cavallero Cifar* que essa história é traduzida do caldeu para o latim e do latim para o romance, — transfusões que ajudam a empurrar o leitor para isso a que Ortega y Gasset chama o «pretérito convencional» das novelas de cavalaria (2). O Prof. Henry Thomas vê nesse estratagema um reforço de verosimilhança e uma indução à autenticidade: «This pretence of translation was a common device for lending authority to fiction, before pure fiction was in repute. It is frequentley met with in the Spanish romances of chivalry, and we may remark that it goes back at least to the days of those veracious historians, so popular in the Middle Age, Dares the Phrygian and Dictys of Crete» (3). Martorell, por exemplo, que dedica *Tirant lo Blanch* a «Don Fernando de Portogal» (o que faz pensar a H. Thomas na possibilidade de ter havido uma versão portuguesa), declara que traduziu do inglês para português, pelo canal do catalão, o seu contributo na novela (4). E é escusado acumular alegações e exemplos.

Assente que o sentimento de autoria se diafaniza a ponto de quási se dissolver no fundo dos cartórios inominados,

---

(1) *Novellas de Cavallaria Portuguesas*, in-*Opusculos*, IX, 2.ª ed., pág. 113.

(2) *Meditaciones del Quijote*, 2.ª ed., Madrid, 1921, pág. 151.

(3) *Spanish and Portuguese Romances of Chivalry*, Cambridge, 1920, pág. 13.

(4) Henry Thomas, *op. cit.*, pág. 33.

mais fàcilmente se compreende como a prosa medieval, ao menos a mais recuada, carece de ressalto vigoroso e de urdidura complexiva. Onde falta personalidade, a riqueza de estilo não sobra. Os críticos, mesmo, não são concordes em decidir sôbre que aspecto da vida a embaraçada imaginação medieval melhor se exerce: se na vida interior, se no concreto. Emquanto uns vêem pobreza de concreção no verbo medieval e a deduzem do ideal de incorporeïdade mística (1), outros, como Brunetière (2), insistem, quanto às literaturas incipientes, em considerá-las inaptas para tôda a introspecção: «inhabiles à l'observation du dedans, [elles] s'arrêtent et se complaisent à l'observation du dehors. Incapables de pénétrer jusqu'à l'homme intérieur, elles notent avec une insatiable curiosité, quelquefois d'ailleurs avec un certain bonheur d'expression, le détail matériel, visible et tangible» (3).

E assim é, na verdade. Tôda a espiritualidade medieval não passa da compensação transcendental de um estado de rudeza permanente, *secundum naturam*. Encharcado de bruteza e vida ferina, o medieval projecta em puro trasmundo as suavidades e refinamentos de que carece. A solidariedade é a sua forma realizada de espírito, ficando tôdas as outras como que em moratória. Daí, a duplicidade da sua arte incongruente: crua e elementar nas altas centúrias — e ainda mesmo, quanto à arte que reflecte a vida circundante (venatória, bastardia, estratégia), rés-vés do Renascimento; — incorpórea e dulcificada, por exemplo, na pintura prè-rafaelesca

---

(1) Prof. Dr. Joaquim de Carvalho, *Leão Hebreu, Filósofo* (*Para a História do Platonismo no Renascimento*), Coimbra, 1918, pág. 114.

(2) *Op. cit.*, pág. 58.

(3) Gastão Paris (*Merlin*, Introd., págs. XLVIII-XLIX), criticando a aventura de Gauvain, Tor e Pellinor segundo o Pseudo-Boron, o que de preferência nota na imaginação medieval é absurdidade e immotivação nos lances novelescos, cujos personagens são para êle «des mannequins qui n'ont rien de vivant».

e na casuística amatória dos trovadores. Contra o que diz Lanson (1), na Idade Média nem sempre «la vie est triste, mesquine, limitée et comme emmurée de tous côtés». Pela ausência de riqueza de formas, sim.

Em face da prosa membranácea, resenhada anònimamente ou pouco menos que isso, ergue a poesia que cronològicamente lhe corresponde o seu rol de autores confessos, penosamente identificados através dos vetustos *linhagens* pelos romanistas modernos. Para só falar de professores portugueses, limitarei a menção a D. Carolina Michaëlis no *Cancioneiro da Ajuda* e ao Dr. José Joaquim Nunes nas *Cantigas d'Amigo* (2), que biografam dezenas de trovadores, segreis e jograis mediante frágeis indícios, quási todos despontados na análise interna das respectivas composições. Ainda aqui, a autoria é, – regra geral, – um dado que não leva implícitos grandes matizes de temperamento. Pauta de nomes razados sob a mesma métrica *canónica,* que as formas paralelísticas naturalizaram portuguesa mas a que não consentiram diferenciação pessoal que valha. Se D. Carolina (3), por exemplo, anota de «singeleza deliciosa» os cantares de amigo de João Zorro, João Servando e Pero Moogo, nem por isso os três ou outros ganham o que se possa chamar uma individualidade forte. São momentos felizes, ácumes casuais de um processo poético uniformemente caracterizado, ou seja aquilo a que Nobiling (4) chamou «estylo tradicional», ao querer distinguir sôbre o seu monótono fundo o trovador Guilhade, e Henssen (5) taxou de estilo aguado e fruste.

---

(1) *Histoire de la Litt. Française*, cit, pág. 15.

(2) .. *dos Trovadores Galego-Portugueses*, ed crítica, vol. I, (Introdução), Coimbra, 1928.

(3) *Canc. da Aj.*, II, pág. 649.

(4) Nobiling, *Guilhade,* pág. 2.

(5) *Ueber die portugiesischen Minnesänger*, cit. *apud* D. Carolina, *Canc. da Aj.*, II, pág. 97.

Sôbre êste condicionalismo paupérrimo da literatura medieval veremos como se destaca vivamente, corroendo a lousa do incaracterístico e do balbuciante a sulcos fundos, o nosso primeiro grande escritor, — Fernão Lopes.

II

Visto que a dilucidação de certos recursos estilísticos (*sensu lato*) da prosa medieval que me proponho fazer incidirá de preferência sôbre um texto de Fernão Lopes, não são descabidas algumas considerações gerais sôbre o vulto do primeiro cronista. Não vou aglomerar juízos alheios sôbre êle. Dos que o situam em lugar proeminente das literaturas românicas da época encontrará o leitor abundância na Introdução ao primeiro dos três volumes que lhe consagra na *Antologia Portuguesa* o Prof. Agostinho de Campos (1). Aí, a par de subtilíssima valoração de estilo, ceifou-se o bastante a consolidar a glória de tôda uma pléiade letrada, quanto mais de uma figura única, arquitecturada na estepe medieval com relêvo de bronze. De passagem, todavia, acrescentarei ao minucioso inventário encomiástico algumas palavras de Unamuno, precisamente aquelas em que chama ao nosso Fernão Lopes «viejo y encantador» (2). São juízos inspirados ao pensador espanhol durante uma estada em Alcobaça, frente aos túmulos gémeos de D. Pedro e D. Inês, cuja amorosa aventura encantou Unamuno através da prosa genial. Nela viu «anizada sencillez que es un encanto» e «una altísima verdad transcendente».

O que interessa considerar em Fernão Lopes num prévio

---

(1) *Fernão Lopes*, ed. Aillaud, Lisboa, 1922.

(2) *Por Tierras de Portugal y de España* (cap. *Alcobaça*), Madrid, 1911, pág. 134. Unamuno volta a falar de Alcobaça e dos túmulos em *Andanzas y visiones españolas*, 2.ª ed., Madrid, s. d., pág. 86.

reconhecimento do terreno dos seus valores é a sua estrutura de ideas em tôrno da arte que exerceu, — arte de dupla face, porquanto inscreve numa mesma medalha ideológica o conceito de história e a técnica do escrever.

Não intento, nem de leve, uma ideologia de Fernão Lopes, — que pressuporia (caso valesse a pena para escritor tão simplista) trabalho semelhante ao que empreendeu para Zurara o Prof. Carvalho (1). Zurara, embora tivesse alcançado ao seu antecessor «*velho e flaco*» (2), insere-se já no quadro cultural do prè-Renascimento (3). É um erudito, um retórico, frente ao produto do saber que flui sem se ostentar. Diz-se, é certo, «homem casy todo inorante, sem nenhuma sciencia» (4); mas logo se jacta, *paulatim,* dirigindo-se ao rei *Africano:* «caa se algum saber em mim ha, posto que seja pequeno, com as vossas migalhas o aprendi» (5).

Fernão Lopes, — também «feitura» de um príncipe avi-

---

(1) *A erudição de Gomes Eannes de Zurara,* cit.

(2) Tôrre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V,* liv. x, fl. 30. «Fernão Lopes, the Froissard of his country, and the father of Portuguese history, was still alive at the time Azurara wrote this work [*Cr. do Descobr. e Conq. da Guiné*], but had become too old and weak to carry on his history of the reign of João I, to wich it is a sequel». (Edgar Prestage, *Chronicle of the Discovery and Conquest of Guinea written by Gomes Eannes de Azurara,* trad. para ingl. por Charles Beazley e..., vol. I, Londres, 1896, págs. vii–viii).

(3) «He [*Azurara*] is indeed the connecting link between the chronicler and the historian, between the Mediæval writers and those of the Renaissance; for, while he possesses much of the sympathetic ingenuosness of Lopes, yet he cannot resist displaying his erudition and talents by quotations and philosophical reflections». (Edgar Prestage, *op. cit.*, pág. xlvi); «se com alguém temos de comparar F. L., será com Gil Vicente e seus antecessores anónimos, e não com os cronistas, que seguem noutra procissão». (Jaime de Magalhães Lima, in-*Antologia Portuguesa* de Ag. de Campos, *Fernão Lopes,* II, pág. XIX).

(4) *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses,* II, pág. 217.

(5) *Ib.*, pág. 219.

siense, o Infante Santo (1), — êsse, quási pela certa que não alardeará cultura (2). Génio virgem de letras? De-certo que não. A êste respeito pensamos com um professor espanhol eminente (3): «Puede ser agradable, románticamente, esa hipótesis brumosa del genio inconsciente; pero preferimos, frente a ella, unos quantos adarmes de prosaica claridad».

O velho cronista leu e releu; não saiu porém do património comesinho de um letrado laico do tempo: as Escrituras, um canonista ou outro, a patrística, historiadores. A sua fórmula de cita elide a autoridade, salvo casos contados, como a menção de «os que escpreverom as defferemças dos tẽpos, assi como Eusebio *de temporibus* e Beda e outros alguũs» (4), ou a citação indeterminada de «ho Propheta» (5), ou de «um certo Cristoforus» (6), aludido com mais exacção neste passo:

«E assy o afirma Chrisptoforus, decretorum douctor, fallamdo dos feitos do Meestre em huũ trautado que disto compos, no capitulo *Post-*

---

(1) Herculano, *Opusculos*, IX, pág. 102. Andrade Ferreira chama-lhe, e a Fr. João Álvares, «obra de D. Fernando» (*Curso de Litteratura Portugueza*, I, Lisboa, 1875, pág. 256).

(2) «Para Fernão Lopes, o saber não passará do feixe de lenha, destinado a erguer-se e sumir-se nas labaredas da fogueira em que o seu génio o ateia». Jaime de Magalhães Lima, *op. cit.*, III, pág. LXIII.

(3) Américo Castro, *El Pensamiento de Cervantes*, Madrid, 1925, págs. 113–114.

(4) CLXIII, pág. 307.

Ficou entendido que me limito, na exemplificação, a êste texto, esperando alargar mais tarde a investigação a tôda a obra do cronista. O meu propósito é tão sòmente oferecer paradigmas de certos aspectos do estilo. E sempre que citar apenas o número romano do capítulo e o arábico da página, entender-se há que se trata da *Primeira Parte da Cr. de D. João I*, ed. Braancamp.

(5) *Ib.*, *loc. cit.*

(6) Há Cristophoro Gnosopho, autor de *Crotalon*.

quam autem, naquell logar omde diz: *Eis propter hoc, multa bona promitentis*» (1).

E não é que não haja autores coevos ou pouco posteriores ao cronista que não estadeiem leitura. Colho em Abarbanel (2) exemplos tão discriminativos como estes:

«dis seneca nos rremedios contra fortuna»;
«mas a xxxbjjji de Isaias q̃. Seneca nã uio diz»;
«como diz tulio no liuro da velhiçe» (3);
«assi ho diz Job»;
«ensina socrates»;
«aristoteles levou outra rregra no prim.º de ethica».

Assim começava, como diz o próprio Fernão Lopes (4), a praxe de «rrezar as openioões e parte dos ditos dalguũs que ja sobresto primeiro que nos fallarom», ou seja o costume de citar, — porque «A nos [*diz antes*] he força sobre çertas cousas estoriarmos huũ pouco comprido». Se alega fontes, não é «por nos prazer de prolixidade, que aos senhores geera fastio; mas porque nom seemdo taaes rrazoões achadas em este volume lhe seja comtado por imperfeiçom».

De resto, as suas remessas para os textos continuam no vago, salvo alguma breve recidiva em individuação já feita (5), embora se sinta que explorou minuciosamente o de que convinha inteirar-se (6):

«segumdo comtã as estorias» (cap. cit., pág. 329);

---

(1) CLXXV, págs. 329 30.

(2) *Apud* Joaquim de Carvalho, *Uma Epistola de Isaac Abarbanel*, (Separata da *Rev. de Estudos Hebraicos*, vol. 1), Lisboa, 1928, pág. 13.

(3) Cícero, *De Senectute;* citado também sob o *nomen (Tulio)* por Fernão Lopes.

(4) CLXXV, pág. 327.

(5) «E diz aquell Doutor ja allegado no capitullo que dissemos, que...» (CLXXVII, pág. 332).

(6) «e buscados todollos livros que destes feitos fazem meemçom, as estorias assiinam quatro...» (CLXXV, pág. 328).

«alguũs porem teem oppeniom» (CLXXVI, pág. 330);

«as cronicas rrecontam» *(loc. cit.)*;

«e dizem alguũs (CXVIII, pág. 202);

«segumdo allguũs escprevem» (CXIV, pág. 192);

«Nom curavom emtom do texto que diz: «Que mais ajuda á egreja o rregno cõ suas oraçoões, que os cavalleiros com as armas»; nõ sse guardava alli a degratall: «Clerici arma portamtes».»

Por vezes a maneira difusa de aludir reveste uma forma de articulado, onde pulsa o escrúpulo de restaurar a justa processão e causalidade dos acontecimentos, pois «o autor da estoria nom deve de seer emmiigo, mas escprivam da verdade» (1). Sob êste aspecto, há fórmulas em Fernão Lopes de uma dialéctica rígida, que mostraremos ao leitor nos seus principais tipos:

«Huũs dizem que... Mas tall escprever he muito errado, por duas breves rrazoões:... Outros dizem que... Mas huũ outro autor, a cujas rrazoões nos mais acostamos, fallamdo neeste passo, diz assi:...» (CXXXVIII, págs. 239–40);

«Hora aqui escprevem alguũs, que... Outros enhadem sobresto e contam que... Mas examinadas taaes opinioões segumdo huũ estoriador scpreve, nom satisfazem ao rrazoado emtemdimento; e mostrasse claramente seer assi, porque... Porem deixamdo seus errados ditos, e segumdo as rrazoões dhuũ autor, que muito escodrinhou o feito de semelhãtes duvidas, devees de saber que...» (CXLVII, pág. 264);

«segumdo comta huũ estoriador... Outros dizẽ que...» (CLXXI, pág. 320);

«... a desordenãça dos estoriadores nos poem sobrello em fadigoso cuidado. Porque huũs dizem que... Outros comtam que... Hora sabee que huũ outro estoriador comtando... nom sse outorga em tall rrazoado; mas diz que... E çertamente tall fallamento he mais comforme aa rrazom, que nenhuũ dos outros; porque... E nos nom achamos estoria que diga que... Outros dizem em este passo, que...» (CLXXII, págs. 321–23).

---

(1) XCV, pág. 160.

Êste último trôço demonstra a complexidade de fontes documentais sôbre que Fernão Lopes exercia a sua atilada heurística, desembaraçando o caminho dos testemunhos mediante uma crítica sagaz e não raras vezes cominatória para o depoente desmentido. As suas fórmulas vão desde o sistema de imputar à «afeiçom» uma narrativa errónea (1), «emgeitamdo tall rrazoado» (2), porque lhe «nom damos fe, nem esta em rrazom de creer» (3), até a êste aviso aos incautos, onde dá o nome à coisa: «tall escpritura avee por patranha, e nom lhe dees ffe, por seer mui comtraira da verdade» (4).

A-pesar-de a colheita de exemplos que aí fica tender a reforçar a reputação de probidade em que Fernão Lopes é tido, não quero dilatar a contenda derimida entre o falecido General Morais Sarmento e o sr. Cardial Cerejeira sôbre os seus créditos de historiador (5). O propósito transcenderia o fim que me propus, além de que o caso me parece decidido a favor da argumentação do antigo professsor de Coimbra. Foi tal a obstinação do aliás benemérito general, que, não contente em sentenciar que «a obra de Fernão Lopes carecia absolutamente de autoridade» sob o ponto de vista histórico (6), cotou de um «talvez» ressentido a conhecida asserção de Herculano quanto ao valor poético e dramático das lau-

---

(1) «fez a afeiçom escprever a alguũs» (CXLI, pág. 250); «vemçido dafeiçom escpreveo» *(loc. cit.)*.

(2) *Loc. cit.*

(3) CXLVII, pág. 264; «nom dees ffe a tall escpritura» (CLXXVII, pág. 334).

(4) CXXX, pág. 224. O sr. Fidelino de Figueiredo diz: «Fernán Lopes inquiría testimonios y desechaba como no probados los sucesos no testificados suficientemente». (*Historia de la Literatura Portuguesa*, trad. de Marquês de Lozoya, *Labor*, Barcelona, 1927, pág. 37).

(5) Moraes Sarmento, *O Valor Histórico dos Cronistas Medievais e designadamente de Fernão Lopes* [Conferência; Acad. das Sc. de Lisboa!, Lisboa, 1923, e Dr. Gonçalves Cerejeira, *op. cit.*

(6) *D. Pedro I e a sua Época*, Pôrto, 1924, pág. XXXVII.

das do grande cronista (1), recenseando restritivamente, — «aqui ou além», — as referências elogiosas ao estilo fernanlopesco (2).

Mas a minha abstenção de aquilatar do valor histórico do cronista não me impede que tente bosquejar alguns traços da sua concepção da história, que ajudam a fixar a fisionomia do escritor, sobretudo no seu *processus*.

Claro que temos de arredar liminarmente a pretenção de ver em Fernão Lopes um verdadeiro *historiador,* no sentido de distinguir «as peculiaridades das diferentes épocas», como pretende Werner Sombart (3). Nem a matéria histórica sôbre que afoitamente se lançou se escalava remotamente no tempo para exigir subtileza ao olhar retrospectivo, nem, que o exigisse, o encontraria aparelhado para êsse difícil discernimento. A-pesar-disso, quási realizou o padrão marcado por Windelband: «dar nova vida e actualidade ideal a determinadas formas do passado com a totalidade da sua fisionomia individual» (4).

Talvez porque êsse passado lhe era próximo, — ao menos nos ligâmenes que lhe mandava sob a forma temperamental dos coevos (que reproduziam, dada a relativa homogeneïdade da psique medieval, o tipo dos *passados* imediatos), — pôde o cronista levantar a sua formidável arquitectura de caracteres sôbre um palco que parecia escorrer scenas vivas.

Mas a sua maneira de conceber a história não fica pela mera exacção e fidelidade ao evento. Tem um núcleo de claras intenções que a paleta maravilhosa supedita.

---

(1) *D. Pedro I*, pág. xxxi.

(2) *D. Pedro I*, pág. xxx, e *O Valor Historico*, pág. 31–32.

(3) *Lujo y Capitalismo*, trad. esp. do al. por Luís Isabal, ed. *Rev. de Occ.*, Madrid, pág. 37–38.

(4) *Apud* Augusto Messer, *La Filosofia Actual*, trad. esp. do al. por Joaquim Xirau, Madrid, 1525, pág. 107.

É, desde logo, a idea ciceroniana de *maestria da vida* (1), que Herculano, na sua característica atitude de reduzir tudo ao nìtidamente ético, ecoará livremente em «magistratura moral». Oiçamos o próprio cronista:

«posemos os nomes dalguũs logares que voz por Portugall teverom; e isso meesmo de çertas pessoas que forom em seu deffemdimento e ajuda; nom por tall memoria dos mortaaes trazer comssigo alguũ sprituall proveito, mas por dar aazo aos que esto ouvirem, de seguir os boõs e homrrosos feitos, per que os de seu linhagem gaanharom gramde e notavel fama. [§] Porque nom ha cousa tam çerta nẽ per que sse os homeẽs melhor avisem, daquello que aos autos cavalleirosos perteeçe, que esguardar nas obras, per que os amtiigos floreçerom, ou ouverom alguũ comtrairo; doutra guisa seemdo homem dellas inoramte, quasi çego he nas que ssom por viinr» (2).

A resenha historial não é eficiente na medida em que jorra vanglória sôbre os que dela se inteiram, mas instrumento de acção prática ou guia de *esguardança*. As obras pretéritas enchem de exemplaridade as novas: — «seemdo homem dellas inoramte, quasi cego he nas que ssom por viinr».

Connexa a esta idea da história *speculum vitae* vai em Fernão Lopes a escusa de severidade no julgamento. Como escreve um pouco *ad usum delphini* (para os do linhagem susceptível de «autos cavalleirosos»), usa com êles da leve cerimónia áulica de temperar de ante-mão a condenação dos avós:

«E porem quem muitas estorias quiser leer, moormente autemticas

---

(1) É o lugar comum da historiografia até ao século XIX. Bastará citar um exemplo: «porque (como diz Tullio 2 *de Oratore*) os livros historicos são luz da verdade, vida da memoria e mestres da vida». (Fr. Vicente do Salvador, *Historia do Brasil,* nova ed., rev. por Capistrano de Abreu, S. Paulo e Rio, 1918, *Dedicatoria,* pág. 1).

(2) CLXIV, pág. 309.

e aprovadas, achara que os autores dellas louvaram gramdes senhores e seus bõos costumes; e doutros escpreverom suas feas comdiçoões, e <desvairados>|desaventurados] feitos; e este modo teve samto Agostinho no livro da çidade de Deos, cuja obra e autoridade nom he de prasmar. E nos neesta parte seguimdo sua hordenamça, forçado he que luxemos algũas pessoas, fallamdo dellas em çertos logares, moormente pois ja seus exçessos per outros amte que nos som semeados em taaes estorias; cuja nodoa porem segumdo dereito scprito e avamgelica doutrina, nom pos magoa em seu linhagem quamdo os deçem [den]tes della nom forõ seguidores de suas perverssas peegadas» (1).

Insisto que não é aqui o lugar de construir o ideário de Fernão Lopes, mas de apontar sòmente para algumas direcções do seu pensamento que ajudem a compreensão do seu mecanismo de estilo. Vou já deter-me sôbre o que pensa o cronista da arte de compor, que é nisto o essencial. Antes, porém, fique uma amostra do grau de conformidade que manteve com as opiniões do tempo, designadamente no campo da ética, que projecta na tessitura da linguagem um sabor nìtidamente medieval, de natureza estética. Sendo o «acre» um dos valores mais próprios da sua maneira literária, ver-se há como êsse sabor vem em boa parte da atitude ideológica ante a matéria histórica. Exemplificarei com as opiniões de Fernão Lopes respeito à mulher no casamento. Nisto, como em tudo, é *canónico:* as infracções à obediência devida pela espôsa ao homem (*loco filiae; ubi tu Caius, ego Caia*) (2), provocam-lhe a pena censória, não se dispensando porém de descontar o que na conduta do ma-

---

(1) CLXXV, págs. 327-328.

(2) Na Idade Média «a mulher é reduzida pela Igreja aos limites da sua feminidade, em certo modo com uma rigidez ainda maior que a usada pela Antigüidade: deve ser ùnica- e exclusivamente mulher». (Waldemar Vedel, *Ideales de la Edad Media,* II, *Romántica Caballeresca*, trad. de Sánchez Sarto, Barcelona, 1927, pág. 22).

rido incita ao desmando feminino, — no que prova flexibilidade de espírito ante as motivações:

«A soltura que os homeens dam aas molheres que muitas vezes lhe traz desomrra e perda, emcaminhou que Enes Affomso molher de Gomçallo Vasquez, fosse veer a Rainha dona Beatriz sua cunhada» *e voltasse do encontro,* «per ligeiro siso», *pronta a dissuadir o marido de servir o Mestre, passando-se para o lado de Castela.*

E a scena desfecha com o arrolamento de Gonçalo Vasques no bando castelhano, consumada a obra de sedução «per coraçom femenino, a que as molheres chamam amavioso» (1).

Circunstância a notar a propósito é a diferença entre o rigor de apreciação do comportamento feminino no matrimónio, e a indulgência, tão medieval também, perante os desvairos com o mulherio público. No ponto de vista prefefentemente *institucional* da Idade Média, os deveres da *mulher de bençam* são tão respeitáveis e sólidos como os da *barregã* e derivados. Assim é que Fernão Lopes não tem uma palavra de reprovação quando diz que no arraial pôsto por Castela a Lisboa havia «rua de molheres mumdayras», «tamanha como se costuma nas gramdes çidades» (2). *Etcoetera.*

(Continua).

VITORINO NEMÉSIO.

---

(1) CLX, pág. 291.
(2) CXIV, pág. 194.

SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DA MUSICA EM PORTUGAL(1)

MADRIL (ANTONIO DE)

Musico da camara de el-rei D. João III, que em carta de 19 de abril de 1547 lhe fez mercê de dois moios de trigo. D'estes dois moios de trigo e de mais outro que tinha renunciou metade em sua filha Maria de Jesus.

Em 4 de setembro de 1562 o nomeava D. Sebastião tangedor dos orgãos do Hospital de Todos os Santos, na vaga que deixara, por seu fallecimento, seu irmão Francisco de Madril.

Á filha já mencionada concedia el-rei, por alvará de 15 de dezembro de 1578, doze mil reis de tença, que receberia depois da morte de seu pae.

« Dom Johaõ &c A quamtos esta minha carta virem faço saber que por fazer merce a Amtonyo de Madril, meu musyquo da camara, ey por bem e me praaz que elle tenha e ajaa de mim de temça em cada huũ anno, em quamto minha merce for, de janeiro que pasou deste anno presemte de mill e quinhemtos e coremta e sete em diamte dous moyos de triguo... Dada na vila dAlmeirym a xix dias do mes dabrill — Framcisquo de Varguas a fez anno do nascimento de noso senhor Ihũ Xp̃o de j̃b Rbij, e eu Amdre Pirez a fiz escprever e sobscprevy ».

Tem ao lado a seguinte verba:

« Antonio de Madril conteudo neste padraõ renũciou per licença

---

(1) Cont. do n.º 3, pág. 383.

delRei moio e meio de trigo dos tres moios que auia per este padraõ e per huã postilla que no propio tinha em que lhe foi feita merce mais doutro moio em Maria de Ihũ sua filha, a qual se pasou nouo padraõ pera auer o dito trigo de b^{e}lxxiij em diante e ao dito Antonio de Madril outro do que lhe fiqua, e portanto se pos esta verba per mandado delRei noso Senhor conteudo no padraõ que se pasou que foi feito em Lixboa ao primeiro doutubro de b^{e}lxxij, a qual uerba pus eu xpouaõ de Benauente scriuaõ da Torre do Tombo». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III, Doações*, liv. 15, fol. 82).

«Eu elRey faço saber a vos prouedor do espritall de Todos Sãtos desta cidade de Lixboa, que eu ey por bem e me praz, por fazer merce a Amtonio de Madril, meu musico de camara, que elle sirua daquy em diamte de tamgedor dos orguaos do dito espritall, asy e da maneira que seruia Francisco de Madril seu irmaõ ja falecido, por quem vagou o dito cargo, com o qual avera o mantimento a elle ordenado a custa das remdas do dito espritall, o qual lhe vos fareis paguar seruindo elle como he obriguado. Amtonio Gomez o fez em Lixboa a iiij de setembro de jb^{e}lxij Ioham de Barros o fez esprever, e elle teraa o dito carego emquãto o eu asy ouuer por bem e naõ mãdar o contrario, e quero que este valha e tenha vygor como que fose carta feyta em meu nome por mim hasynada e pasada pela chancelaria sem embarguo da ordenaçaõ do liuro 2.º titulo 20, que despoem que as cousas cujo efeyto ouuer de durar mais de hum ano pasem per cartas e naõ per alluaras». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 10, fol. 92).

«Eu elRei faço saber aos que este aluara virem que avendo respeito ao seruiço dAntonio de Madril, meu musico da camara, ey por bem e me praz de per seu falecimento fazer merce a Maria de Jesu, sua filha, de doze mil r.^{s} de tẽça cadanno em sua vida pagos no Recebedor do hum por cento e obras pias e pera minha lẽbrança e sua guarda lhe mandei dar este aluara que se lhe comprira inteiramente como se nelle contem despois do fallecimento do dito seu pay. Antaõ da Rocha o fez em Lixboa a xb de dezembro de j̃b^{e}lxxbiij. E eu Aluaro Pirez o fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chnacellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 42, fol. 147 v.).

MADRIL (DIOGO DE)

Tangedor de alaude. Filho de Francisco de Madril. Em 21 de dezembro de 1547, D. João III passava carta de alforria a um preto de Benim, Pero Madril, que havia sido escravo de Diogo de Madril.

« Dom Joaõ &c faço saber a quamtos esta minha carta virem que avemdo respeito ao seruiço que me them feito P.º de Madrill, homem preto, natural de Beny, meu escpravo, que foy de Diogo de Madrill, tangedor dallaude, e por lhe fazer merce, ey por bem e me praz de o forrar e livrar da obriguacã que tem de catiueiro, e que daquy em diante seja forro e liure e posa fazer de sy ho que lhe aprouver como quallquer pesoa livre o pode fazer, e por firmeza dello lhe mandei daar esta carta per mym asynada e aselada do meu selo pemdemte. Joaõ de Seixas a fez em Lixboa a xxj dias de dezembro anno do nacimento de noso Senhor Ihuũ Xp̃o de ĵb^{e}Rbij Manoel da Costa a fez escpreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III, Privilegios*, liv. 2, fol. 173).

MADRIL (FRANCISCO DE)

Cantor de D. João III, que em alvará de 26 de abril de 1552 lhe fez mercê de um logar de morador da cidade de S. Jorge da Mina para a pessoa que casasse com uma de suas filhas.

Este logar foi provido, em 1572, em Affonso Martins Albernas, moço da camara real, que casou com Jeronyma de Castro, filha de Francisco de Madril, já fallecido, e de Isabel Lopes sua mulher.

Em 1553 concedia-lhe o mesmo monarca egual mercê para seu filho Diogo de Madril.

« Eu elRey faço saber a quantos este meu alluara virem que ey por bem e me praz de fazer merce a Francisco de Madrill, meu camtor, de huũ lugar de morador da cidade de Saõ Jorge da Mina pera a pesoa

que casar com hũa de suas filhas, qual elle nomear. . Adrião Lucio o fez em Lixboa a xxbj dabryll de jb^{c}lij. Andre Soarez o fez scprever ».

Tem á margem a seguinte verba:

« Francisco de Madril, conteudo neste aluara nam ha de seruir o lugar de morador, porquanto nomeou nelle Affonso Miž Albernaz, moço da camara delRei noso senhor, porquanto casou com Jeronima de Castro, filha do dito Francisco de Madril, ja fallecido e de Isabel Lopez, sua molher, ao qual Affonso Miž se pasou prouisaõ pera seruir o dito lugar de morador da Mina. Feito em Lixboa a 28 de setembro de jb^{c}lxxij, no qual sua A manda por esta verba, a qual pus eu Xp̃ouão de Benauẽte, scriuaõ da Torre do Tombo ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III, Doações*, liv. 68, fol. 96).

« Eu elRey faço saber a quamtos este meu aluara virem que havendo eu respeito aos seruiços de Francisco de Madrill, meu camtor, ey por bem e me praz de fazer merce a Dioguo de Madril, seu filho, de hum luguar de morador da cidade de Sam Jorge da Mina por tempo de dous anos e com ho ordenado contheudo no Regimento na vaguamte dos prouidos per minhas prouisoẽes feytas amtes deste. E portamto ho notefico asy ao feytor e oficiaees das casas da Imdia e Mina e mamdolhes que quamdo pella dita maneyra ao dito Diogo de Madrill couber emtrar no dito luguar lhe dem sua embarcaçaõ segundo ordenamça. E mamdo ao capitaõ, feytor e oficiaees da dita cidade da Mina, que lho leixem seruir pello dito tempo de dous anos e aver o dito ordenado como dito he e os proees e percallços que lhe direitamente pertemcerem. Adriam Lucio o fez em Lixboa a xxii de setembro de jb^{c}liij ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III*, liv. 57, fol. 2 v.).

MADUREIRA (D. MARIANA DE MORAES)

Foi uma das insignes cantoras do mosteiro de Lorvão, onde a musica parece ter sido o mais agradavel passatempo das enclausuradas n'aquelle apartado e longinquo recinto.

Conta-se que estando para morrer se celebrara missa na capella do claustro, fronteira á sua cella. Pelo corredor estendia-se a communidade a longa fila das freiras e noviças.

Ao *Tantum ergo,* a moribunda, como que sentindo-se renascer, galvanisada pela musica, entoou juntamente o sagrado hymno com suavidade tamanha, com expressão tão sentida, que se diria ter realisado a lenda do derradeiro canto do cysne. (Lino da Assumpção, as *Freiras de Lorvão,* pag. 144).

MAGALHÃES (FILIPPE DE)

Musico notavel. Foi mestre da capella real.

Veja-se o meu estudo *Mestres da capella real desde o dominio filippino (inclusivé) até D. José I,* separata do *Archivo Historico Portuguez,* 1908.

MAGALHÃES (LOURENÇO DE)

«A bohemia portuense, já tão limitada de boas personalidades de realce, perdeu uma das suas mais simpáticas figuras com a desapparição de Lourenço de Magalhães, tão querido pela vivacidade do seu raro espirito e pella excellencia do seu caracter de grande e honesto.

«O bondosissimo Lourenço era o tipo da intelligencia espontanea e pronta a todas as applicações. Elle era o companheiro estimadissimo dos nossos maiores vultos da sciencia, da litteratura e da arte; com medicos, com professores, com litteratos e com artistas elle convivia e discutia com tanta agudeza de percepção, com tanta segurança de competência que uns e outros esqueciam n'elle o amador, para se habituarem a ver n'elle o camarada. Modesto até no aspecto do seu corpo encolhido, insinuava em suaves modos a sua opinião, mas falava sempre e sobre tudo, apreciando o livro, a obra dramatica, o quadro, o concerto, não com a banalidade do charro palrador, mas com a opinião exacta e a vista penetrante dum critico de profissão. Vivia com toda a gente d'espirito, nos cafés, nos bastidores dos teatros, nas salas dos clubs, em verdadeira bohemia intellectual que era a alegria da sua vida de solteirão.

«Lourenço de Magalhães nascera em Braga, d'uma familia fidalga. Nunca alludia, porém, á sua origem nobre, que o não desvanecia. Nas suas variadissimas aptidões tinha elle com que mais se distinguir. Collaborou em diversos jornaes escrevendo, sobretudo, muito notaveis arti-

gos de critica musical. Pianista eximio, elle fazia todos os annos a delicia da colonia balnear d'Espinho com as suas sessõss de musica no club. Era ainda um famoso jogador de bilhar, tendo batido aqui e em Lisboa os mais illustres mestres em carambolas.

«De resto experimentou um pouco todas as profissões: foi emprezario teatral, negociou em fazendas e depois em pedras preciosas, nos intervalos de longas viagens na Europa que, com muita leitura, lhe davam a curiosissima illustração que tão interessante o tornavam a todos os homens de intelligencia.

«Desde annos, elle era guarda-livros da importantissima fabrica de cortumes de Antonio de Bessa Leite & C.ª. Os seus chefes tinham uma carinhosa estima pela sua magnifica aptidão e pela sua honradez rigidissima.

«Uma pneumonia dupla, dando n'uma organisação enfraquecida, em poucos dias anniquilou o excellente bohemio, que deixa fundas saudades do seu lucido intendimento e do seu caracter primoroso.

«O funeral de Lourenço de Magalhães celebrou-se hontem, ao anoitecer, na egreja dos Terceiros do Carmo, comparecendo uma abundante e selecta concorrencia a prestar a ultima e comovida homenagem ao tão deplorado extincto.

«Recebeu a chave do caixão o padrasto do extincto, sr. D. Francisco da Prelada» (*Primeiro de Janeiro*, Abril de 1901).

MAGRO (PAULO NUNES)

Cantor da capella real. D. João IV lhe fez acrescentamento de um moio de trigo, em carta de 22 de abril de 1648.

«Dom Yoaõ &c faço saber aos que esta minha carta de padraõ virem que tendo consideração a boa informação que tenho de Paullo Nunes Magro, cantor de minha real capella, hey por bem de lhe fazer merce de hum moio de trigo de acresentamento na forma do Regimento... Joaõ da Costa a fez em Lixboa a uinte e dous de abril de mil e seis centos quarenta e oito annos. Fernão Gomes da Gama a fes escreuer. El-Rey». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João IV*, liv. 18, fol. 361).

MALEMI (VITO)

Musico da camara no tempo de D. José. — Vide *André Marra.*

MANARCHI (VITO)

Musico da camara no tempo de D. José I. Vide *André Marra.*

MARCELY (FILIPPE)

O apelido d'este musico faz lembrar procedencia italiana. É a vez primeira que se me depara a designação de mestre director da musica das festividades das tres ordens militares. N'esta qualidade dirigiu á rainha D. Maria I a seguinte petição:

« Senhora — Diz Filipe Marcely, mestre director da musica das festividades das tres ordens militares, que fazendo-se a folha da festividade da ordem de S. Thiago do anno passado e subindo para a real assignatura ha mais de seis mezes não tem baixado e por isso P. a Vossa Magestade lhe faça mercê se reforme a sobredita folha pella secretaria respectiva. E. R. M.

« Este requerimento foi á Mesa da Consciencia e Ordens que despachou d'esta maneira:

« Reforme-se, tendo a primeira e passados seis meses. Mesa, 11 de fevereiro de 1799. Com 3 rubricas ». (Torre do Tombo, *Registos das folhas das festividades das 3 ordens militares*, liv. 42, fol. 25).

MARCHAL OU MARECHAL (PEDRO ANSELMO)

« A Real Impressão de Musica de Pedro Anselmo Marechal, que esteve no largo de Jesus, se acha agora na rua do Chiado, junto á dos *Ourives do Ouro* ». (Segundo supp. á *Gazeta de Lisboa*, n.º 28, de 18 de julho de 1795).

« Avisa de que imprime um jornal de 24 preludios ou caprichos para

cravo de forças graduaes, todos da sua composição». (Supp. ao n.º 46, de 20 de novembro de 1795).

«Senhora.—Reprezentão a V. Mag.de Francisco Dominguos Milcent e Pedro Anselmo Marchal Proprietarios de huma Fabrica de Abrir Chapas e impremir toda a qualidade de Muzica e cartas de Marinha e Estampar estabelecida nesta cidade: que tendo-a levado ao auge da perfeição em que se acha com reconhecido aproveitamento do Estado, á custa de muitas e avultadas despezas, estão nas circumstancias de verem arruinar este util estabelecimento quando V. Mag.de não haja por bem de o animar e proteger como tem feito a outras muitas Fabricas Nacionaes. Pelo que suplicão a V. Mag.de que seja servido de lhe conceder Isenção de Direitos para todos os materiaes que lhe forem necessarios na Laboração da refferida Fabrica.

«No anno de 1788, obtiverão os Supplicantes licença da extinta Junta das Fabricas do Reino, para o estabelecimento de que se trata, a qual lhes foi novamente confirmada por Provizão deste Tribunal em 10 de Dezembro do ano proximo passado; mas sendo a mesma Licença concedida em virtude do Real Decreto de 18 de Abril de 1761 expedido a favor dos artifices dos nossos inventos ou de conhecida utilidade publica, aonde se não acha especificada a Izenção de Direitos, que os Supplicantes pertendem reconhecendo a Real Junta, que elles tem solecitado e promovido *incançabelmente* o adiantamento da refferida Fabrica, e que della se pode seguir ao Estado, não so o augmento da Industria Nacional, com o estabelecimento de outras semelhantes; mas a utelidade de ficarem no Reino as consideraveis sommas, que se extrahem para os Estrangeiros por toda a qualidade de solfa e de Estampas.

«Parece ao mesmo Tribunal que a Fabrica do Recurrente se faz digna da Real Protecção de V. Mag.de para que seja servida de lhe conceder a Graça da Izenção de Direitos que suplicão para todos os materiaes que forem necessarios á sua Laboração sendo primeiro qualificados por este Tribunal na forma que se acha estabelecido e ordenado para todas as mais Fabricas do Reino. Vossa Magestade em tudo mandará o que for servido. Real Junta da Consciencia, 25 de Fevereiro de 1793.

«*Rezolução* — Como parece a VV. Ex.as da Ajuda, em 4 de Março de 1793. Com a rubrica do Principe Nosso Senhor». (Torre do Tombo, *Junta do Commercio*, liv. 25, fol. 159).

« Senhora. — Pertendem Pedro Anselmo Marchal Professor de Muzica e sua Mulher Maria Thereza por se terem aplicado a abrirem Chapas para impremir muzica, que V. Mag.de lhe conceda a necessaria licença para estabelecerem huma Fabrica de impreção de muzica, com a clauzula de que nenhuma Pessoa possa contrafazer ou mandar impremir as obras, que da dita sua Fabrica sahirem.

« Pela informaçaõ a que a Real Junta mandou proceder a vista das amostras, assim de chapar abertas como das folhas impreças, consta que o Supplicante he perito na sua arte, e tem dado milhoramento e tipografia da muzica; nestas circunstancias e nos de reduzir a clauzula com que elle pede a ditta licença, ao que lhe compete de Justiça em consequencia dos effeitos do Dominio.

« Parece ao mesmo Tribunal que o Supplicante Pedro Anselmo Marchal se faz digno de que V. Mag.de lhe conceda faculdade para o pertendido estabelecimento com a clauzula de que ninguem possa sem consentimento seu negocear em Portugal nas muzicas por elle impressas, e que forem originariamente suas, ou porque as comprou aos Auctores, ou houve delles a propriedade pelos meyos com que ella legitimamente se transfere.

« V. Mag.de em tudo mandará o que fôr servida. Real Junta do Commercio em 28 de Julho de 1794 ». (Torre do Tombo, *Junta do Commercio*, liv. 26, fol. 58 v.).

MARES (ANDRÉ DE)

Organista. Enviado ao Preste João juntamente com outros artistas e artifices.

Vide Gaspar Correia, *Lendas,* vol. 2.°, pag. 587.

No reinado de D. João III apparece na India um Manuel de Mares.

Vide carta de confirmação de cavalleiro na *Chancellaria de D. João III,* liv. 28, fol. 61 v.

MARES (MANUEL DE)

Organista que foi na companhia de D. Rodrigo de Lima, embaixador ao Preste João. Levava uns orgãos frautados e cravo.

Gaspar Correia, *Lendas,* tom. 2.°, pag. 587.

Vide tambem Francisco Alvares, *Verdadeira Informação,* cap. IV.

MARIANI (BRAZ)

Era musico da Real Capella patriarchal. Residia numas casas pertencentes á fazenda real, as quaes lhe haviam sido concedidas para sua moradia por D. João VI.

Em um requerimento sem data, mas que deve ser de 1827, dirigido á Infanta regente, queixa-se elle de que as sobreditas casas estavam damnificadas e que para não cahirem em completa ruina se ordenasse ao sub-inspector da obra do real Palacio da Ajuda, que mandasse proceder aos necessarios reparos. Este requerimento, por portaria de 29 de outubro de 1827, foi mandado informar ao sub-inspector referido Antonio Francisco Rosa, o qual por sua parte, incumbiu José Pires da Fonte e José Joaquim de Sousa, mestres carpinteiro e alvenar de procederem a uma vistoria, o que elles efectuaram, declarando no respectivo auto, assignado a 9 de novembro, que os telhados estavam damnificados, pelo que a chuva entrava na casa, devendo o seu concerto importar pouco mais ou menos em 480$000 réis.

Rosa enviou esta informação ao Ministerio, observando que lhe parecia conveniente proceder-se aos aludidos reparos, embora a consignação para as obras do paço d'Ajuda não fosse suficiente para grandes despezas fora d'elle.

Em nenhum dos tres documentos se designa o local, em que estavam situadas as casas.

Estes documentos acham-se na Torre do Tombo, na collecção dos papeis do Ministerio do Reino, maço 282.

MARQUES (ANTONIO)

Tangedor de corneta da capella real. D. João IV lhe fez acrescentamento de um moio de trigo em carta de 19 de junho de 1656.

«Dom Joaõ &c faço saber aos que esta minha carta de padrão virem que tendo respeito ao que me representou Antonio Marques, tangedor de corneta de minha capella real e pella satisfaçaõ que delle tenho, Hei por bem fazerlhe merce cada anno de hum moio de trigo de acresentamento... Manoel Gomes dOliueira a fes em Lixboa a desanoue de junho de seis centos e sincoenta e seis annos. Fernão Gomes da Gama o fes escreuer. ElRei». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João IV*, liv. 28, fol. 71).

MARQUES (GASPAR)

Capellão da capella-real, foi occupado por vezes em escrever nas musicas que se fizeram para as mercearias do mosteiro de Belem, Casa das orphãs do Castello, e Casa dos cathecumenos. Em attenção a estes serviços, D. Filipe III lhe fez promessa, por alvará de 3 de dezembro de 1621, de um dos primeiros beneficios simples que vagassem.

«Eu ElRei faço saber aos que este meu aluará uirem que auemdo respeito aos seruiços de Gaspar Marquez, capellaõ do seruiso de minha capella, e aos muitos anos que ha que serue e ser ocupado per uezes em escreuer nas musicas que se fizeraõ nas mersearias do mosteiro de Belem e na casa das orfas do castello desta cidade e casa dos catecumenos sem por iso auer mersse nem ordenado algum, ey por bem e me praz de lhe faser mersse que seja prouido em hum dos primeiros beneficios simples que uagarem da apresentaçaõ do gouerno destte Reyno, e pera sua guarda e minha lembrança lhe mandey pasar este aluara que se lhe comprira imtegralmente como nelle se contem, o qual me praz que ualha, tenha força e uigor, posto que o effeito dele aja de durar mais de hum ano sem embargo da ordenasaõ do segundo liuro tittolo coremta em comtrario. Pedraluez dalmeida a fes em Lixboa a tres de dezembro de mil e seis cemtos e uinte e hum. Manoel Fagumdes o fes escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe III, Doações*, liv. 9, fol. 63).

MARRA (ANDRÉ)
(Musico)

«P.ª Joseph Joaquim de Larre — S. Mag.de he seruido que V. m. passe as ordens necessarias para que do dinheiro mais prompto que

houuer nessa Provedoria se pague logo seis mezes de ordenados que vencerem os cinco musicos da camara do mesmo Senhor, declarados na relação incluza, assignada por João Baptista de Araujo official da secretaria de estado dos negocios da marinha e dominios ultramarinos, cobrando dos referidos musicos as clarezas necessarias para constar do referido pagamento. Deos g.de a V. M. Paço a 29 de outubro de 1763. Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

«Relação dos cinco musicos da camara de S. Mag.de, a que se mandaõ pagar seis mezes dos ordenados que vencerem.

1 — Andre Marra
2 — Vito Manarchi
3 — Vito Malemi
4 — Henrique Valentim
5 — Fernando Beancardi.

«Nossa Senhora da Ajuda a 30 de outubro de 1763 — João Baptista de Araujo». (Torre do Tombo, *Avizos do ministerio do Reino*, 1762-1764, liv. 9, fol. 157 v.).

MARTINS (ANTONIO)

Clerigo de missa, morador em Cintra. D. Manuel, em carta de 4 de novembro de 1520, lhe deu de mantimento dous mil reaes por anno, para elle ter a seu cuidado limpar os orgãos da capella e salla do seu paço de Cintra, em substituição de fr. Diogo, que se tinha ido para Castella.

«Dom Manuell &c A quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que queremdo nos fazer certa graça e merce a Amtonio Miž, clerigo de misa e morador em Simtra, temos por bem e nos praz que ele tenha e aja de nos de mamtimemto cada ano, de janeiro que vem de bc xxj em diamte, dous mill rs por ter carreguo de alimpar e comsertar os orgauos da nosa capela e da sala dos nosos paços da dita vila, asy e per a maneira que o tinha frey Dioguo, que se foy pera Castela, e porem mãdamos ao noso almoxarife, que ora he e ao diamte for do dito almoxarifado de Simtra, que em cada hum anno lhe dem paguua, per esta so carta sem mais tirar outra de nosa fazemda e per o trellado dela, que

sera registado nos liuros do dito almoxarifado per o esprivam dele com o conhecimento do dito Amtam Miż lhe seram leuados em conta. Dada em a nosa cidade dEvora aos quatro de nouembro — Amdre Diaz a fez — de mill b^{e} xx anos ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Manuel, Doações*, liv. 18, fol. 51).

MARTINS (BRAZ)

Cantor d'el-rei D. João III, que em 10 de outubro de 1551, ordenou ao corregedor do crime da cidade de Lisboa que lhe perdoasse as penas em que tinha encorrido por trazer fato, chapeu e espada em contradição com o que dispunha a Ordenação.

« Eu elRey faço saber a vos doctor Manuel dAlmeida do meu desembarguo corregedor do crime desta cidade de Lixboa, que por algũs respeitos que me a iso movem, ey por bem e me praz de perdoar e releuar liuremente a Bras Miž, meu cantor, quall quer pena em que encorreo per ser achado per o alcaide Antonyo dAbreu com o gibaõ de tafeta amarelo e os muslos forrados de tafeta preto atrocolados e o chapeo todo forrado e com a bainha da espada e talabastes de veludo que trazia contra forma da ordenaçaõ E por tanto vos mando que pello dito caso naõ procedaes contra elle e o façaes loguo soltar se por al naõ for preso e lhe mandeis tornar tudo o que lhe foy tomado liuremente ey por bem de lhe perdoar e releuar como dito he, e ao dito Antonio dAbreu que o prendeo mando que naõ pague pena algũa, posto que pela ordenaçaõ lhe pertença. Balthesar Fernandez o fez em Enxabreguas a dez doutubro de mil b^{e} e cinquoenta e hum. Joaõ de Castilho o fez escreuer ». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III, Legitimações e Perdões*, liv. 14, fol. 391 v.).

MARTINS (JOÃO)
(Musico)

Vide *Gaspar da Silva de Vasconcellos.*

MARTINS (LUIZ)

Trombeta d'el-rei D. Manuel, que em carta de 8 d'agosto

de 1513 o nomeou enqueredor ante o corregedor de Lisboa, cargo que até ali exercia Fernão Vaz e lh'o vendera.

«Luis Martȳs, noso trombeta, o damos daqui em diamte por emqueredor damte o noso corregedor de Lx.ª asy pela maneira que o ele deue ser e como o ate quy foi Fernã Vaaz, que o dito oficio tinha e lho vendeo. Carta dada em Lx.ª a oyto dagosto de 1513». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Manuel*, liv. 42, fol. 89).

Tinha uma filha casada com Gaspar Cam, pintor. Vide este nome nos *Pintores*. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III*, liv. 26, fol. 57 v.).

MARTINS (PERO)

Natural de Bicalvaro, em Castella. Cantor-tiple da capella-real. Em 22 de dezembro de 1618, D. Filipe II lhe fez mercê da tença annual de trinta mil reaes.

«Dom Felippe &c faço saber aos que esta cartta virem que havendo respeito a boa informação que tiue da voz, talento e suficiencia de P.º Miž, natural de Bicaluaro do reino de Castella, que ora tenho filhado para cantor tiple de minha real capella; ei por bem e me praz de lhe fazer merce de trinta mil rs de tença cada anno de minha fazenda, os quais começara a vencer de quinze de julho deste anno prezente de seis centos e dezoito em diante, que começou a seruir e lhe seraõ pagos emquanto seruir na dita capella com certidaõ do meu capellaõ mor ou de quem seu cargo tiuer de como serue autualmente nella e naõ hé prouido de outra cousa, pello que mando aos vedores de minha fazenda lhe façã asentar os dittos trinta mil rs de tença nos liuros della e do dito tenpo em diante despachar cada anno em partte onde haja delles bom pagamento, com certidaõ asima referida. E para firmeza de tudo lhe mandei dar esta cartta por mi asinada e selada com o meu sello pendente. Luis de Lemos a fez em Lixboa a xxij de dezembro de mil e seis centos e dezoitto. Sebastiaõ Perestrello a fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 43, fol. 163).

MARTINS (RUY)

Musico de D. Affonso V, seu tangedor. Em carta de 18 de agosto de 1464 el-rei o nomeou enqueredor da villa de Santarem e seu termo, logar que vagara por fallecimento de Luiz Martins.

«Dom Affonso &c Carta de Ruy Martins, nosso tanjedor, per que o damos por enqueredor em a villa de Santarem e seu termo, assy e pella guisa que ho era Luis Martins, que o dito oficio tynha e se ora finou &c Carta em forma dada em Coinbra xbiij dias do mes dagosto — elrrey o mandou per o doutor Ruy Gomez dAluarenga conde palatino, do seu conselho e seu chanceler mor. Gomez Fernandez por Gomez Borges a fez — ano de noso Senhor Ihuũ X.º de mill iiii^{c}lxiiij º. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 8, fol. 80 v.).

(Continúa).

Sousa Viterbo

DO VALOR DIAGNOSTICO DA CUTI-REACÇÃO Á TUBERCULINA, EM CLÍNICA INFANTIL (1)

Cùti-reacção e tuberculose pleuro-mediastinal

Se, desde o início, a pleurisia tuberculosa se distingue da pleurisia doutra etiologia, da pneumocóccica, por exemplo, pela anamenese e respectivos caracteres clínicos, já a sua distinção se torna mais difícil da de origem sifilítica e de certas formas de pleurisia reumatismal, desta sobretudo, pela maior freqüência nas crianças. Presta então neste caso um real valor o tuberculino-diagnóstico negativo pela exclusão que pode fazer da hipótese bacilar, a menos que a anergia não intervenha. De tôdas as localisações viscerais da doença reumatismal, a pleurisia é a mais freqüente depois da cardiopatia, na opinião de Bezançon e Weill (2). De facto, dizem estes autores: «se se explorar minuciosamente as betesgas pleurais do reumático; se, com maior rigor, praticarmos punções na base extrema do tórax, muitas vezes colheremos um pequeno derrame que sem isso ficaria totalmente latente. O diagnóstico diferencial torna-se tanto mais delicado quanto é certo que as artralgias são freqüentemente fugazes e benignas, não chegando mesmo a despertar atenção como elemento semiológico».

Pode ser sêca ou mais freqüentemente exsudativa; simples ou mais freqüentemente revestindo a forma de còrtico-pleu-

---

(1) Cont. do vol. 79.º, pág. 339.

(2) Bezançon e Weill, *La cortico-pleurite rhumatismale. — An. de Med.*, 1926, tom. XIX, pág. 184.

rite; uni ou mais freqüentemente bilateral e acompanhando-se de pontada muito viva; todavia nenhum dêstes caracteres constitui sinal patognomónico e permite diferençá-la da de natureza tuberculosa. Acresce que a medicação salicilada é pouco activa nas pleurisias reumatismais prolongadas, e nas de origem tuberculosa a curva térmica pode ser favoràvelmente influenciada. Claro está que em tais casos uma CR positiva pouco nos elucida, porquanto o reumatismo interessa, em regra, as crianças que pela sua idade reagem à tuberculina numa percentagem elevada, e as duas afecções podem seguir no mesmo organismo a sua marcha própria sem colidirem, uma com a outra, nos seus efeitos mórbidos. Mas se a CR é negativa, mesmo repetida, a hipótese tuberculosa deverá ser excluída, e aqui reside o seu principal merecimento.

Se os sintomas da pleurisia da grande cavidade pleural são tão evidentes que por si bastam, na maioria das vezes, para estabelecer o diagnóstico da afecção, já o mesmo não acontece com as pleurisias parciais, que têm como meio de investigação mais precioso a radioscopia e a radiografia. Sendo muito menor a freqüência das pleurisias parciais, não lembra tanto ao médico observador a pesquisa cuidadosa dos seus elementos semiológicos. Cada modalidade tem os seus sintomas próprios, dependendo da relação entre a localização do derrame (quando se trata de pleurisia exsudativa) e os órgãos vizinhos. Mas a exigüidade dos sinais é ainda maior se se trata duma forma seca, e casos há em que nenhum sintoma, físico, funcional ou geral, chama a atenção para a localização pleural duma afecção.

Na questão da freqüência, a sede interlobar ocupa o primeiro lugar. Piery (1) censura que na prática tisiológica habi-

(1) Piery, *Les localisations scisurales de la tuberculose pulmonaire et leur valeur séméiologique — Pr. med.*, 1919, pág. 95.

tual, quando se trate de doente suspeito de tuberculoso, se interrogue minuciosamente os vértices, quando muito as bases, e nunca ou quási nunca, as cisuras e bordos lobares, quando é certo que, pela importância e valor semiológico desta localização, ela deveria tomar lugar, em todo o exame completo do tuberculoso, imediatamente após a localização apexiana. A importância das localizações cisurais e juxta-cisurais na tuberculose pulmonar demonstra-a bem a freqüência com que a autópsia e a radiologia as descobrem.

Sem desconhecer que a cisura e as regiões do parênquima adjacente constituem um lugar de atracção para a tuberculose, a ponto de Sabourin se exprimir que a «pleura inter-lobar é para o pulmão o que a cisura de Sylvius é para o cérebro», quere-nos parecer que a razão do abandono a que os médicos votam a sua pesquisa reside sobretudo na sua exígua expressão clínica. Nas pleurisias ìnter-lobares exsudativas, com derrame abundante, ainda é fácil encontrar a zona de macissez suspensa, entre regiões mais sonoras e alguns sinais físicos: ralas, sopros, submacisses, etc.; sinais subjectivos, como por exemplo a pontada; sinais funcionais, como tosse, opressão, etc. Mas a limitação da zona mate é que adquire real merecimento semiológico quando o líquido ìnter-lobar tem suficiente volume. Se na pleurisia da grande cavidade a dispneia só resulta da compressão exercida por um derrame muito volumoso, por vezes superior a 2 litros, na pleurisia ìnter-lobar, mesmo limitada, um pequeno derrame pode ser causa de dispneia precoce e intensa. Mas as pleurisias ìnter-lobares tuberculosas são, na maioria, adesivas, ou contêm um derrame muito exíguo, e são pobres, em regra, como expressão clínica. Dufour, dentre as complicações da adenopatia tràqueo brônquica, encontra a pleurite infra-mamária com certa freqüência. Exprime-se à auscultação por crepitações finas nos dois têrços da inspiração; estabelece-se no lugar de maior declive da cisura inferior, na sua termi-

nação, no sexto espaço ìnter-costal, vizinhança do mamilo, e traduz-se, subjectivamente, por uma dor local, surda. Todavia muitas vezes nem tais sinais existem e é ainda Piery quem afirma que as pleurisias ìnter-lobares sêcas ou sero-fibrinosas, são diagnosticadas, quási ùnicamente, ao exame radiológico.

A cisurite tuberculosa seria mais freqüentemente encontrada se submetessemos sistemàticamente tôdas as crianças ao tuberculino-diagnóstico e se sistemàticamente submetessemos ao *écran* o tórax de tôdas as que respondessem de modo positivo à prova biológica. O diagnóstico de cisurite na seguinte observação foi uma *trouvaille* da radiologia mas esta motivada pelo resultado da prova biológica:

M. I., de 4 anos e meio. Pais e irmãos saudáveis. Há cêrca de seis meses teve perturbações intestinais e temperaturas febris 38°-39°. Desde então, dores abdominais de quando em quando; crises de diarreia alternadas com crises de constipação. Magra, pálida; tórax deprimido; pêso 15kg, altura 1m,02. Não há tosse nem expectoração. Observação clínica dos pulmões, pleura, mediastino e coração, negativa.

Não há nódulos superficiais suspeitos de tuberculose. Não há rino-faringite; ventre indolor e exame negativo, a-pesar-de os pais julgarem residir no aparelho digestivo tôda a causa dos males da criança; temperatura normal 36°,5-36°,9. Pulso 90. CR positiva, pápulo-vesiculosa.

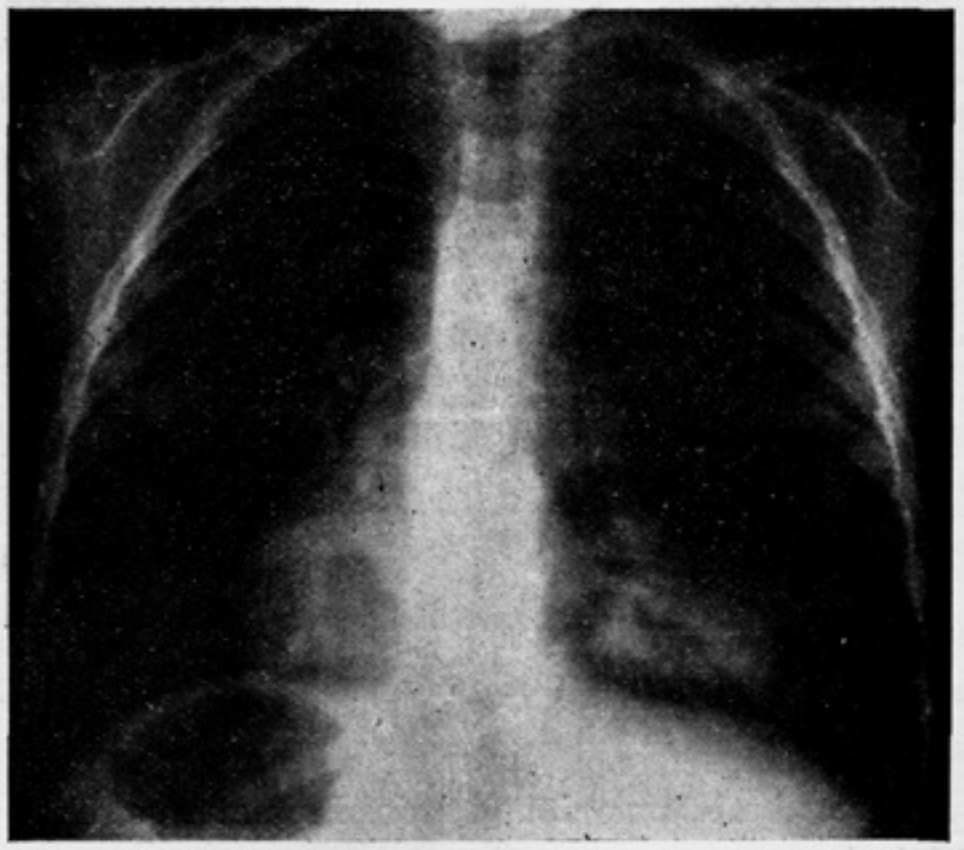
É o resultado da CR que abre o caminho para o exame radiológico, que mostra no hemitórax direito aumento das sombras hilares por adenopatia *complicada de pleurisia mediastino-ìnterlobar*, homolateral. Vê-se aí bem traçada a cisurite da cisura ìnter-lobar superior, duma maneira perfeita e pouco vulgar, e vê-se ainda que a área do mediastino se alargou para o mesmo lado. (Radiog. I).

Além da cisurite revela esta observação, fenómenos de mediastinite; contudo, observação mais interessante de mediastinite, segundo tôdas as presunções de natureza bacilar, é a que segue:

- M. P., de 9 anos. Pais saudáveis. Tem dois irmãos aparentemente

saudáveis, um de 7, outro de 4 anos, mas com CR positiva. Sempre saudável até 20 de Outubro de 1927, data em que caíu de cama com pouca tosse, febre 38°-39°, anorexia e vómitos; língua saburrosa e prisão de ventre; dias depois dá pelo aparecimento de nódulos côr de presunto, duros e dolorosos à pressão, nas pernas, com predominio na face ântero-interna, e que pela descrição feita pelos pais julgámos ter-se tratado de eritema nodoso.

Os nódulos, com fases de acalmia e de recrudescimento, duram



(Radiog. I)

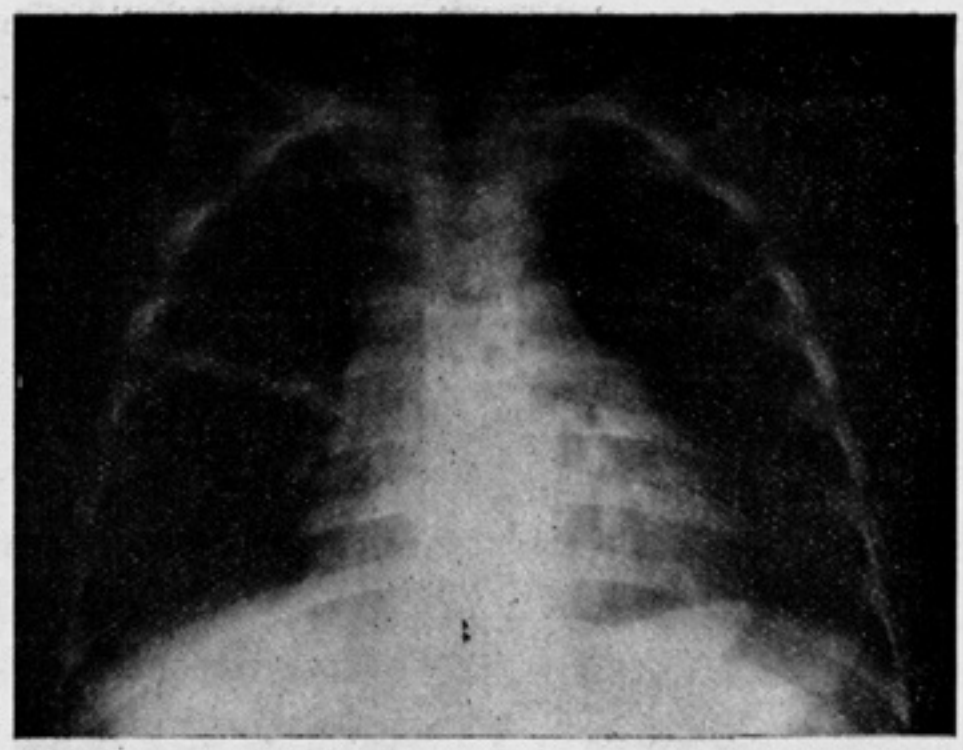
cêrca de 20 dias. Durante todo êste tempo as temperaturas oscilam entre 38° e 39°. A tosse continua, mas não impertinente. Foi-lhe feita a terapêutica intestinal. Emmagrece consideràvelmente e é assim que o vemos em 20 de Dezembro pela primeira vez. Pêso 23,200^{kg}. Altura 1^{m},24. Muito magro e pronunciadamente anemiado. Uma das coisas que, de entrada, mais fere a nossa atenção, é o choque intenso da ponta do coração, no sexto espaço inter-costal, cêrca de 2^{cm} para fora da linha mamilar, e batendo com freqüência.

Redução pronunciada das massas musculares, tórax deprimido, espáduas salientes.

Aumento pronunciado da área de macissês cardíaca; imobilidade absoluta da ponta do coração com choque nítido; ausência de lesões orificiais colhidas por auscultação; ausência de reumatismo pela ana-

menese. Freqüentemente dispneia e dores retro-externais que aumentam com o esfôrço e com o decúbito; rosto com cianose, que aumenta com o esfôrço. A tensão arterial é tão baixa que não provoca oscilações da agulha esfigmo-manométrica. Pulso 120.

Do lado do aparêlho respiratório, ausência absoluta de ralas ou atritos; aumento de vibrações, sub-macissês e sôpro expiratório na zona



(Radiog. II)

interescápulo-vertebral dum e doutro lado. Presentes os sinais de D'Espine e D'Oelsnitz.

Ventre flácido, doloroso, anascítico; fígado ligeiramente doloroso à palpação e volumoso.

Ausência de adenites sub-maxilares, cervicais, axilares ou inguinais. CR positiva, máculo-pápula; R. de Wassermann negativa.

Exames radioscópico e radiográfico dão conta duma massa patológica preenchendo todo o espaço pre-vertebral. Aumento considerável da área do coração, com quási imobilidade; bordos indistintos fazendo corpo com sombras de outros órgãos; paresia do diafragma, sobretudo à esquerda, com obscuridade dos ângulos costo-diafragmáticos. (Radiog. II).

O doente falecia semanas depois e, a-pesar-dos melhores esforços para se lhe fazer um exame necropsico não pude conseguir tal da família.

Em face desta história clínica julgámos tratar-se dum caso de mediastinite tuberculosa adesiva com participação do pericárdio e pleura, sobretudo do pericárdio. É a mediastino-pericardite que domina o quadro clínico. Apenas se nota, por emquanto, um esbôço de perturbações da circulação venosa e de cirrose cárdio-tuberculosa de Hutinel. Além doutras razões, êste exemplar clínico torna-se ainda interessante pelo facto de as publicações de mediastinite adesiva infantil dizerem, quási na totalidade, respeito a crianças de idade superior a 9 anos.

As mediastinites constituem um capítulo relativamente recente da patologia infantil, pois Hutinel, no seu tratado das doenças da infância, publicado em 1909, lho não consagra ainda e apenas umas vagas referências lhe faz no capítulo que versa sôbre a adenopatia tràqueo-brônquica. Isso não quere dizer que êste ilustre pediatra, com as suas investigações, não tivesse, por assim dizer, lançado os seus fundamentos. Na verdade, embora Kussmaul em 1873 se tivesse referido a alguns casos de mediastinite tuberculosa em adultos — os primeiros publicados, talvez, — onde menciona um carácter especial do pulso, o pulso paradoxal, — e Baréty, em 1874, igualmente no adulto, desse conta de aderências pleuro-perdicárdicas associadas a lesões ganglionares tuberculosas no mediastino, é todavia Hutinel (1) que, numa série de trabalhos em crianças, esclarece a sua sintomatologia, lhe dá todo o relêvo como entidade clínica e destaca dai alguns sindromas. Descreve as cirroses càrdio-tuberculosas; mostra o papel do bacilo de Koch em certas sinfises cardíacas; estuda as lesões do fígado càrdio-tuberculoso na

---

(1) *Cirrhoses cardiaques et tuberculeuses — Révue mensuelle des mal. de l'enfance*, Dezembro de 1893; *Symphyse tuberculeuse du péricarde et cirrhose chez les enfants — Bulletin méd.*, 22 de Fevereiro de 1908; *Médiastinite tuberculeuse infantile — Pédiatrie pratique*, 5 de Maio de 1913.

criança. Descreve, além disso, as lesões do pericárdio e do fígado e nota que o mediastino se transforma num amontoado fibroso, através do qual difìcilmente se isolam, quási sempre, vasos, brônquios e gânglios caseïficados.

Embora outros autores, como Babonneix e Bertheaux (1), Comby (2), Lambour (3), Nadal (4), Nobécourt e Paisseau (5), Sébillot (6), Sergent (7), etc., com os seus trabalhos tenham vindo estabelecer, duma maneira mais precisa, a fisionomia anàtomo-clínica das mediastinites tuberculosas puras, ou associadas, não lhes foram, contudo, indiferente para isso, os elementos de estudo já acumulados pelo mestre e confirmando dum modo geral os seus pontos de vista.

Dir-se há que um exame clínico cuidadoso lembraria a submissão do doente a um exame radiológico que, de colaboração com aquele, completaria o diagnóstico de mediastinite. Contudo, se a CR não resolve, pelo menos auxilia o problema do diagnóstico etiológico. O resultado positivo leva-nos mais directamente à investigação atenta do espaço retro-cardíaco; leva-nos a pensar melhor na possibilidade

---

(1) *Un cas de cirrhose cardio-tuberculeuse de l'enfant. Soc. de Pédiatrie,* 21 de Maio de 1927.

(2) *La mediastinite chronique chez les enfants — Arch. de méd. des enfants,* 1912, pág. 52.

(3) *La médiastinite chez l'enfant. — Tese de Paris,* 1911.

(4) *Scléroses pleuro-pulmonaires et médiastinales de l'enfant et hérédosyphylis. — Tese de Paris,* 1919.

(5) *Médiastinite tuberculeuse à évolution rapide chez un enfant de 10 ans — Soc. méd. hosp. dc Paris,* 16 de Dezembro de 1910.

(6) *Contribution à l'étude des médiastinites chroniques. — Tese de Paris,* 1912.

(7) *La médiastinite chronique dans ses rapports avec la tuberculeuse — Presse méd.,* 3 de Agôsto de 1912. *La médiastinite chronique — Études cliniques et radiologiques sur les mal. de l'appareil respiratoire,* 1922, pág. 145.

duma complicação da adenopatia tràqueo-brônquica. Bem sabemos que bacilo e treponema, algumas vezes, mais raras na criança que no adulto, cooperam estreitamente na realização de escleroses mediastinais. A reacção de Wassermann, que aqui, aliás, foi feita, torna-se uma prova necessária. Mas também se sabe que vários tumores do mediastino, principalmente a linfogranulomatose, podem dar origem a sindromas muito vizinhos da mediastinite sifilitica ou tuberculosa e e fazer acreditar, quando invadem os pulmões, numa tuberculose pulmonar associada. O diagnóstico é sempre difícil diz Comby que, para o firmar, sem desprezar, sem dúvida, a linha evolutiva da doença, atribui especiais merecimentos à R. de Wassermann e à R. de von Pirquet (1).

Dévic e Savy (2), publicando um estudo completo e detalhado sôbre mediastinites, e compilando os casos isoladamente dispersos pela literatura médica, contam apenas 25 Morin (3), como resultado dum inquérito pelas literaturas médicas francesa, alemã e americana, conclui que o número de casos publicados continua restrito, mas, seguindo a opinião que aliás perfilho, de que os casos se não apresentam não tanto porque não existem mas sobretudo porque se não diagnosticam. Na verdade o número de casos publicados nos últimos anos tem progredido, devido à maior freqüência com que se realizam os exames radiológicos. Quando a mediastinite se acompanha de grande derrame, são manifestos os sinais físicos e funcionais próprios da compressão dos órgãos mediastinais pelo liquido e que formam pròpria-

---

(1) *Traité des mal. de l'enfance,* 1920, pág. 651.

(2) Dévic e Savy, *Les pleurésies mediastines — Revue de Med.,* 1910, n.os 5 e 6.

(3) J. Morin, *Contribution à l'étude des pleurésies mediastinales — An. de Med.,* tom. XVIII, 1925, pág. 307.

mente o sindroma mediastinal: a traqueia é desviada ou comprimida donde resulta dispneia, estridor, tiragem; o esófago desviado ou deprimido conduz á disfagia; os alimentos ou não passam ou passam difìcilmente; a grande veia azigos comprimida, como a pequena azigos e as veias ìnter-costais direitas lhe são tributárias, é perturbada a circulação de retôrno, fenómeno que se exprime pela rêde venosa superficial da parede toráxica; a compressão do pneumogástrico pode produzir crises de tosse coqueluchóide; a do recorrente provoca perturbações laríngeas que se traduzem por disfonia e espasmos da glote.

Contudo o sindroma mediastinal é raro que se manifeste integral e mais raros são ainda os sintomas, podendo mesmo não existir um só, tratando-se do mediastine anterior como acontece na penúltima observação.

Cùti-reacção e afecções bronco-pulmonares

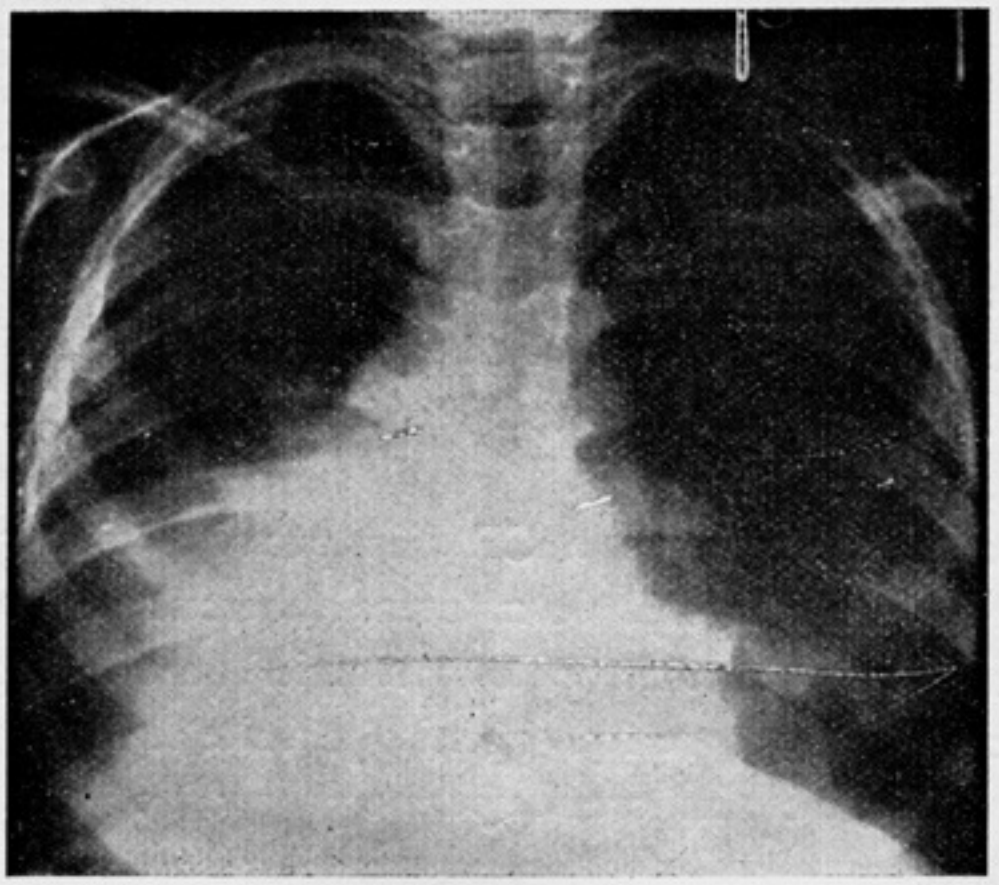
Do inquérito de Martin, a que já fizemos alusão, entre outras conclusões sobressai a de que as bronquites habituais não devem invocar logo a idea de tuberculose, pois que, na maioria das vezes, são por tal responsáveis as afecções da rino-faringe. Contudo, casos há em que um foco radioscòpicamente bem visível de tuberculose gânglio-pulmonar se oculta sob o quadro duma banal bronquite, como é exemplo frisante o caso que resumimos:

A. S., nascido a 22 de Fevereiro de 1924 e observado pela primeira vez em fins de Outubro de 1927, portanto com pouco mais de 2 anos e meio. Pais saudáveis; a criança não convive com pessoa alguma com suspeitas de tuberculose. Em começos de Agôsto houve tosse, febre, anorexia, emmagrecimento; uma ou duas semanas depois, a febre desaparecia, o apetite voltava, mas em princípios de Setembro reaparecia a tosse. Aspecto excelente, còrado, sem temperatura febril. Bom apetite. Pêso 14,700^{kg}. Altura 0^{m},94. Ausência de quaisquer sinais físicos de adenopa-

tia hilar. Sibilos generalizados em ambos os pulmões, mais acentuadamente na base do direito, e face anterior. Dispneia ligeira, sem estridor. CR fortemente positiva, màculo-vesiculosa.

A radiografia revela no lobo pulmonar inferior direito o nódulo de Parret-Küss com forte reacção perifocal. (Radiog. III).

Não se deve avançar no diagnóstico de bronquite tuber-



(Radiog. III)

culosa sòmente porque uma criança bronquitada tem positiva a CR. A mesma conclusão se torna extensiva às crianças portadoras de congestão pulmonar ou de bronco-pneumonia. Estas afecções podem estar em relação com perturbações da circulação e da ennervação dos brônquios do hilo ou de regiões distantes do hilo, ou podem mesmo estar em relação com gânglios tuberculosos, volumosos, que comprimem os vasos e irritam os nervos do plexo pulmonar. Resulta daí uma paresia da mucosa brônquica e uma diminuïção

da resistência à infecção, como observa Marfan (1). Meunier (2) pensa que a compressão do pneumo-gástrico desempenha um importante papel na patogenia desta forma.

Tais bronquites, congestões ou bronco-pneumonias, designa-as Marfan por *pàra-tuberculosas,* com quadro clínico absolutamente confundível com as que têm uma etiologia exclusivamente tuberculosa e a sua distinção muitas vezes apenas pode fundar-se na evolução e aceitar o critério de que as de natureza bacilar são muito menos freqüentes. O resultado positivo da CR não tem por isso valor. Mas justamente porque na bronco-pneumonia, em especial a sub-aguda, os sinais clínicos não permitem fazer o diagnóstico e as imagens radiográficas ficam longe de o poder estabelecer, é que o tuberculino-diagnóstico negativo, quando repetido e ao abrigo das conhecidas causas de êrro, causas anergizantes, presta um real serviço (3).

Se quando positiva a CR não permite afirmar que a bronco-pneumonia seja de natureza tuberculosa e constitua apenas nma presunção, pelo contrário, quando negativo e praticado antes do período agónico permite afastar a idea de tuberculose, facto importante para o prognóstico e para a terapeutica.

Na granúlia pulmonar (4) também a CR pode ter merecimentos.

---

(1) Marfan, *Cl. des mal. de la première enfance,* 1926, pág. 434.

(2) Meunier, *Du rôle du systeme nerveux dans l'infection de l'af. broncho-pulmonaire.* — Tese de Paris, 1896.

(3) Weill e Mouri quando consideram, na bronco-pneumonia, como sinais a favor da de natureza tuberculosa a fixidez dum foco de ralas finas não misturadas com roncos e sibilos; a rapidez do emmagrecimento com conservação do apetite, a ausência de perturbações digestivas e grau moderado de febre, mas estes sinais têm um valor muito relativo.

(4) Com Burnand e Sayé empregaremos indiferentemente as expres-

Se a eclosão da granúlia necessita a prévia existência dum foco antigo de tuberculose (lei de Brühl) compreende-se como scientificamente é ilegítima e artificiosa a divisão clássica das tuberculoses generalisadas em primitivas e secundárias.

Mas admitindo-a, afirmar que nas fórmas clìnicamente secundárias a CR não tem valor diagnóstico seria proclamar uma verdade axiomática. Nas granúlias aparentemente primitivas é que muitas vezes a CR tem reais merecimentos não só porque são mais próprias das crianças como tambem porque, mais puras na sua sintomatologia — pois que nada fazia anteriormente supor a existência duma tuberculose latente — mais freqüente e mais fácil é a sua confusão com outros estados nosográficos. A confusão pode tornar-se mais evidente com as formas de granúlia oculta e prolongada de que Nobécourt é dos primeiros a apresentar a sua descrição e de que faz parte a seguinte resumida observação: criança de 6 anos que em Maio de 1926 adoece em Braga com tuberculose generalizada de predomínio pulmonar, em Outubro do mesmo ano vem para Coimbra e onde a observamos com o sr. Dr. Cipriano Denis. Pálida, anemiada; dejecções normais e ausência de dores no ventre, anorexia. Nada de tosse ou expectoração. Temperaturas entre 37°,5 e 38°,5. Por percussão e auscultação não lhe encontramos o mais ligeiro sinal de afecção càrdio-aórtica ou pleuro-pulmonar. CR positiva.

---

sões de tuberculose miliar ou de granúlia cuja significação respectiva não foi determinada e aceite ainda pela maioria dos autores a despeito da diferença que em alguns trabalhos lhe consignam Letulle, Bezançon e Braune. Querem estes autores que se designe por tuberculose miliar a tuberculose de focos nodulares fixos com sede nos alvéolos pulmunares; por granúlia as lesões foliculares que afectam apenas o tecido intersticial do pulmão.

Do inquérito familiar conclui-se que um irmão, dois anos antes, falecera de meningite, com a mesma idade. Há, por outro lado uma irmã que sempre com êle conviveu e que é robustíssima: a mãe faleceu de gripe pneumónica em 1918; o pai é saudável, como saudáveis são as tias e a avó, com quem também convivera.

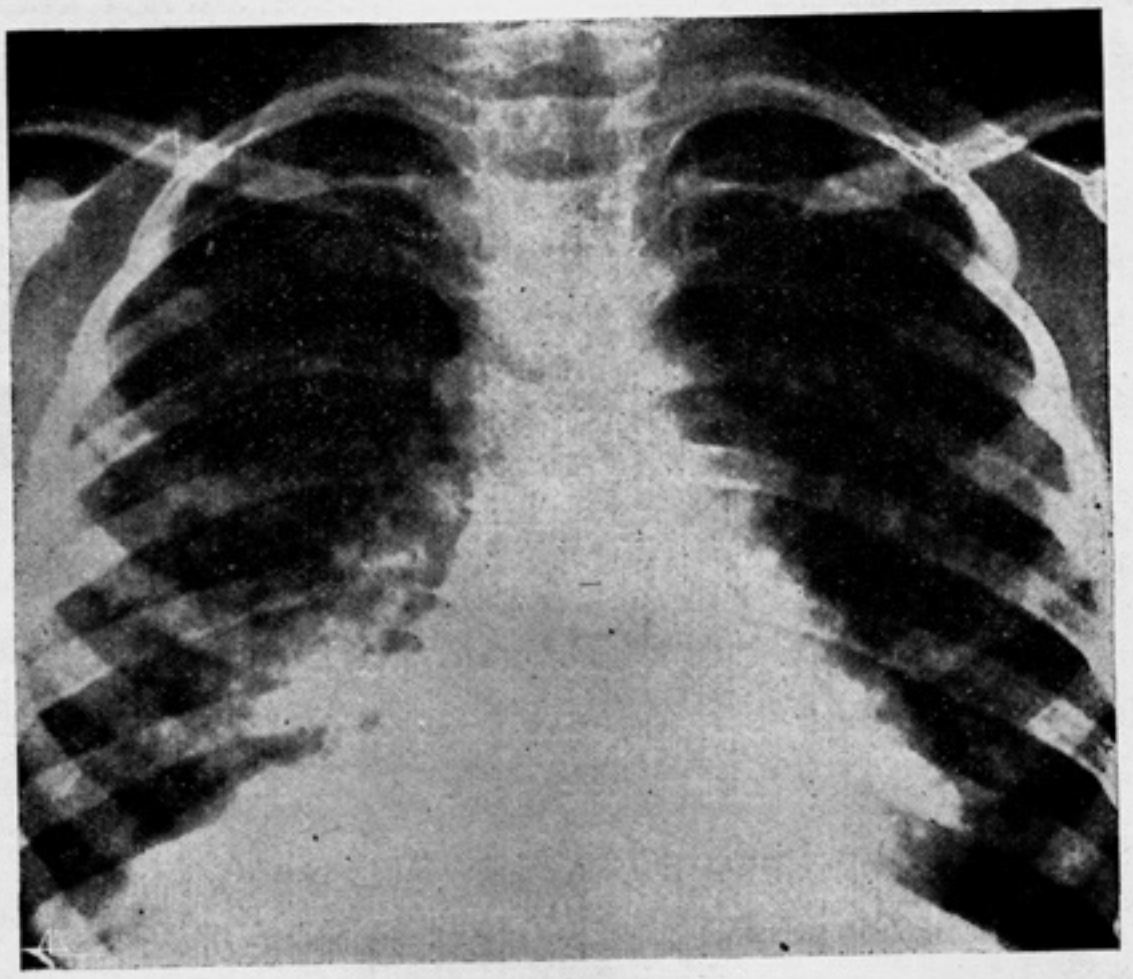
Segundo o depoïmento do médico assistente dos primeiros meses e desde que a doença se instalou, esta revestiu todo o aspecto clínico da doença intestinal do grupo tífico ou pàratífico. Se contra esta depunham um certo grau de constipação, a ausência de manchas ròseo-lenticulares, a negatividade do soro diagnóstico de Widal, contudo, a favor falavam a língua saburrosa, o dicrotismo do pulso e o demorado da doença.

A dúvida foi tão frisante e tantas foram as razões que levaram a supor uma infecção intestinal, que a terapêutica se orientou no sentido dêste diagnóstico, a-pesar-de negativos os exames sorológicos.

Só algumas semanas após o início é que, mais freqüente o pulso e por uma tosse discreta que aparece, lembra o bacilo como agente etiológico, e se faz a radiografia do tórax, que revela, na verdade, o aspecto granitado característico da granúlia pulmonar (Radiog. IV) atingindo por igual ambos os pulmões. No lobo inferior direito vê-se uma sombra mais densa, de contornos mais ou menos limitados e que deverá ser o nódulo pulmonar inicial acompanhado da respectiva adenopatia caseosa do mediastino.

Desde Outubro de 1926 jàmais a perdemos de vista, sujeitando a a muitas outras observações, até que a morte a levou em Julho de 1927 pela invasão das meninges, que é a complicação final habitual. Pois a criança manteve sempre, se exceptuarmos as duas semanas que precederam a morte, uma invulgar vivacidade, sem quaisquer sinais físicos ou funcionais que colocassem a suspeita de granúlia pulmonar.

A dois meses da morte, outra radiografia se lhe colheu e que na extensão e localização das lesões se justapõe à primeira. Trata-se pois de granúlia pulmonar, de forma sub-aguda, de duração pouco vulgar — pois durou cêrca de 14 meses — compatível com um estado geral regular, de que dois sintomas apenas se tornam manifestos: a tempe-



(Radiog. IV)

ratura febril e a anorexia. Ao invocarmos esta observação clínica num estudo sôbre a importância diagnóstica da cùti-reacção à tuberculina, não nos deslumbra a idea de que esta por si possa resolver o caso. Certamente que antes de nos decidirmos pelo diagnóstico de afecção estranha ao bacilo tífico ou pàratífico, não o deveremos fazer antes da reacção de aglutinação e hemo-cultura. Mas se estes resultados são negativos e positiva a CR, esta tem, pela sua simplicidade, uma grande importância orientadora. A questão

é de efectivarmos o princípio que defendemos: o da submissão ao *écran* radiológico de o tórax das crianças que reagiram à toxina. Se a prática aqui se não realizou, contudo o exemplo é uma lição.

As granúlias pulmonares ocultas e prolongadas, particularmente prolongadas, são muito mais freqüentes em crianças e até mesmo em adultos do que até há pouco tempo se supunha.

Quantas vezes uma granúlia discreta é mascarada sob os títulos de febre de crescimento, febre de *surménage* (Peter), de estados febris prolongados de origem obscura (Munzer), de pseudo-embaraços gástricos febris, e quantas *gripes prolongadas* não exprimem aquilo que na verdade não passa duma forma generalizada de tuberculose tendo tomado a sua origem num antigo foco de tuberculose, mas que ficou despercebido!

Não queremos já que a CR tenha prática aplicação no diagnóstico das granúlias frias e crónicas como os casos interessantes relatados por Bernand e Sayé (1), Rist, Rolland, Jacob e Hautefeuille (2) pois que, além de dizerem respeito a adultos, as mesmas observações não estavam isentas de sinais físicos e funcionais da localização pulmonar da tuberculose. É curioso notar que na discussão travada em tôrno da comunicação dos últimos autores, apenas pediatras tomaram lugar: Ribadeau Dumas, J. Huber e Armand-Delille, sobretudo para se referirem a casos de granúlia, de sua observação, em crian-

---

(1) *Granulies froides et granulies chroniques. An. de Med.*, tom. xv, 1924, pág. 365.

Burnaud, *Un cas de granulie chronique avec autopsie et examen histologique. An. de Med*, tom. xviii, 1924, pág. 64.

(2) *Quelques cas de granulie froide et granulie chronique. Soc. Med. Hosp. Paris.* — 4 de Junho, 1926, pág. 934.

ças de tôdas as idades, inclusivè da primeira infância, com atenuada sintomatologia clínica e mesmo curável. Ribadeau-Dumas refere mesmo as radiografias do tórax dum lactante, apresentadas por Haunnes, no Congresso de Pediatria de Amsterdam, em 1925, lactante que, a-pesar-de portador duma evidente granúlia, há mais de oito meses, continuava a crescer duma maneira satisfatória.

Cùti-reacção e localizações extra-toráxicas da tuberculose

Se tantas vezes a granúlia predomina no aparelho pulmonar, e com manifesta evidência, na maior parte das vezes, em crianças, ela é discreta e de maior generalização, interessando muitos órgãos quási igualmente e de modo tanto mais difuso quanto mais a criança se aproxima da data do nascimento. É a granúlia crónica de Marfan ou tuberculose crónica difusa de Aviragnet, e observa-se sobretudo em crianças de idade inferior a 18 mezes. Como prova de que ela é a forma mais comum da tuberculose no lactante basta dizer-se que Nauwelaeres, de 37 defunções por tuberculose em crianças de 0 a 24 mezes, apenas num têrço observou tuberculose localizada a um órgão. Pehu e Dufourt (1), em 34 protocolos de autópsia de crianças mortas por tuberculose de 0 a 12 mezes, verificaram que em 27 as lesões eram generalizadas. A tuberculose crónica difusa quási nunca representa uma tradução clínica evidente; mantém-se latente em cêrca de um têrço de casos e sem exactos moldes clínicos onde tal forma possa comprimir-se. O seu diagnóstico faz-se com tôdas as formas de caquexia hipotrépsica resultante duma defeituosa alimentação, duma heredo-sifilis ou duma bronco-pneumonia prolongada não tuberculosa. Mas se o

---

(1) Pehu e Dufourt, *Tub. med. de l'enfance*, 1927, pág. 247.

diagnóstico de probabilidade se fundamenta nos antecedentes, nos sintomas associados, na evolução e no exame radiológico, a certeza só será fornecida pela reacção de Pirquet. O número de observações dêste género em que, na consulta externa dos nossos serviços, a CR tem resolvido o diagnóstico, é tão avultado que nos abstemos de apresentar cada caso em especial.

Há osteítes, òsteo-artrites, linfo-adenopatias, peritonites, etc., clìnicamente semelhantes às de etiologia tuberculosa e cujo diagnóstico extranho a bacilose, só o resultado negativo e várias vezes repetido da CR pode formular. De peritonite é exemplo a seguinte observação colhida pelo assistente Dr. Nunes da Costa nos nossos serviços (Pediatria), onde a criança entrou em 29 de Setembro de 1929:

Criança de 6 anos que, de doenças, apenas a família refere ter tido sarampo e que há cêrca de 3 meses caiu na cama com diarreia ligeira, dores abdominais e temperatura sub-febril.

Foi-lhe então administrado um laxante. Dias depois a criança piorou, com dores no ventre, timpanizado. O ventre aumentava progressivamente de volume e é assim que meses depois dá entrada na enfermaria.

Estado geral mau, emmagrecido; ventre volumoso, sonoro à percussão na metade superior, e maciça na metade inferior. Por palpação reconhece-se a existência de massas dolorosas, consistentes, difusas, e fazendo corpo com a parede. Havia um pequeno derrame ascítico de que, uma pequena porção colhida por paracentese, mostrou ser turvo e levemente amarelado e cujo exame histo-químico revelou 15 gr. de albumina por litro, acentuada polinucleose.

Não foram encontradas bacterias. Reacção de Rivalta positiva. R. de W. negativa. Fórmula leucocitária normal e apenas pequena baixa de número de glóbulos vermelhos e de riqueza hemoglobínica. O exame radioscópico mostrou a sombra hilar direita volumosa, mas o resultado da CR, e repetida, foi negativo.

A temperatura que desde a sua entrada, 29 de Setembro, foi normal

até 7 de Outubro, eleva-se um pouco a partir de então com exacerbações vesperais de alguns décimos acima de 37° até ao dia de saída que foi em 21 dêste mês. Tentou-se o tratamento pelos raios U. V., que só prejudicou a criança.

Esta observação, mesmo resumida como aí fica, lembra a peritonite tuberculosa fibro-adesiva.

Não houve possibilidade duma laparatomia ou exame biópsico das suas lesões; contudo é possível que se trate duma observação da natureza das que Morquio (1) descreve, onde colocou as mesmas dúvidas e a quem a CR auxiliou a resolver o diagnóstico.

A freqüência da CR positiva cresce com a idade e exprime uma tuberculose que é tanto mais freqüentemente oculta quanto maior é a idade. Isto não quere dizer que em crianças, numa percentagem elevada, sejamos capazes de localizar as lesões tuberculosas que se traduzem por CR positiva, quaisquer que sejam os exames a que as submetemos e quaisquer que sejam os cuidados que coloquemos nesses exames. Nem por isso a CR deixa de ter merecimento.

Um Pirquet positivo em crianças que ainda não atingiram a idade escolar, particularmente nos dois primeiros anos, indica que os devemos revestir dos maiores cuidados por nos lembrarmos duma generalizada semeadura miliar de bacilos sob a mínima razão anérgica, ainda que florescente o aspecto da criança.

Se a primeira infância é a fase da vida que mais freqüentemente a bronco-pneumonia e a gastro-enterite procuram para

---

(1) Morquio, *Sur la peritonite plastique serpigineuse, Arc. de med. des enfants*, 1929, pág. 204.

se cevarem na produção de vítimas, a segunda infância é a mais própria das doenças infecciosas e infecto-contagiosas, tantas vezes provocadoras duma activação rápida de focos latentes encapsulados.

João Pôrto.

COMENTÁRIOS
DE ANTÓNIO DO COUTO CASTELO BRANCO SOBRE AS CAMPANHAS DE 1706 E 1707 EM ESPANHA (1)

« Em 12. marchamos ao Campo de Nossa Senhora de los Tontos, ou de Calmares, foy dequatro legoas esta Marcha, donde achamos muyta abundancia de gados, egrandes Varzeas de Vinhas, por donde fizemos a marcha dous dias.

« Em 14. fomos ao Campo de Nossa Senhora de las Fontes Redepardilhas (2), tem huã grande Ribeyra; passou a Infantaria na ponte junto a Palomares (3). Nesta noite nos tornamos a por em marcha por terreno muyto montuozo ao lado de Safra (4) donde hauia muytos gados, passamos o Rio cucarxar (5) ficamos campados da outra parte; foy de Sette Legoas esta ha marcha; muytos Linhos Canamos, e Arroz; aqui se divide a Mancha, do Reyno de Valença.

« Em 16. marchamos aoCampo de Villa Verde (6) com tres legoas de Marcha. Deste Campo foy o Sargento Mor de Batalha oConde de Soure, com mil e nouecentos homens

---

(1) Cont. do n.º 3, pág. 408.

(2) Nuestra Señora de Fuentes, logar sôbre o rio Záncara.

(3) Palomares, vila da província de Cuenca.

(4) Zafra, vila a 7 léguas de Cuenca.

(5) Jucar; segundo a *Sexta rel.*, 9, e a *Sétima rel.*, 3, a passagem do rio foi em 15.

(6) Villaverde y Pasaconsol, aldeia a 5 léguas de Cuenca.

a atacar o Castello de Alarcon (1); edo da Torre deste campo foy tambem outro destacamento para Quenca (2), que fica no nacimento do Tejo, aordem do Thenente de Mestre de Campo General Francisco Pimentel (3) com o Ajudante de Thenente Engenheiro José da Silva Paes (4); levaraõ seis centos homens. Estando eu denoite jà campado depois de grande trabalho de huã larga marcha, e de ter feito a Retaguarda comboyando os Morteyros, e mais hum Regimento Ingles, me levou ordem hum Thenente de Mestre de Campo General, que fosse com o meu Terço, de guarda ao Rio; Respondilhe que naõ lhe deuiaõ nomear o meu Terço por que sabiaõ muyto bem os Generaes o como estava fatigada a minha gente; Respondeume que expressamente lhe disseraõ que fosse o mesmo, com effeito fuy para o Rio à quella hora seria mais de meya noite. O Mestre de Campo Dom Braz da Silveyra com o seu Terço, eo Mestre de Campo Dom Luis Manoel da Camara com o seu Terço foraõ para o mesmo posto, no amanhacer apareceo o inimigo com Cavallaria em hum alto de fronte de huã Villa de Olivares (5); veyome ordem que fosse meterme no Lugar com o meu Terço e cem Cavallos com hum Commissario Geral à minha Ordem, que era Gaspar de Saa Queiroga de Tras os Montes; dilatouse em chegar a Cavallaria, em tanto se viraõ emgrossar o inimigo com mayor numero que eraõ jà à vista catorze Esquadroens de Cavallaria. Mandaraõme que

---

(1) Alarcon, vila da província de Cuenca.

(2) Cuença não fica sôbre o Tejo, mas sôbre o Jucar.

(3) Francisco Pimentel (1652-1706) fôra quartel mestre general na Beira em 1704; o *Dicionário Portugal* dá-o como mestre de campo general em 1705, o que deve ser confusão.

(4) Figura com o n.º 931 no *Dicc. de Arch. Eng. e Constr.* de Sousa Viterbo (III, 41). Nada refere sôbre a sua acção na guerra da Sucessão.

(5) Olivares, vila a 7 léguas de Cuenca; esta operação é descrita na *Sétima rel.*, 3-4.

suspendesse a Marcha; Veyo o Sargento Mor de Batalha o Conde de Tarouca com hum grosso de Cavallaria, oito esquadroens, etres Terços que com o meu, foraõ o do Mestre de Campo o Conde de Aveyras, eo do Mestre de Campo o Conde da Ilha, eo do Mestre de Campo Dom Luis da Camara, eo meu; carregouse ao inimigo, fazendolhe os Terços muyto fogo, que os obrigou a retirar, se fossem mais sedo que se lhes tomasse o disfilladeiro por donde se retiraraõ, os derrotariamos inteiramente. Chocaraõ algumas das nossas partidas, ese naõ começaraõ a retirarse antes de chegar a Infantaria mais perto naõ escapavam, por que selhe tomava o passo, que era hum estreito por donde sahiraõ desfilando, oque naõ poderiaõ fazer chegando a ocupalo a Infantaria, foy este em quinze de Outubro, mas saqueamos a Villa à sua vista.

« Em 18. marchamos para o Campo de Almadilha (1), terra muy falta de agoa, muytos Matos, e Montuoza; foy esta marcha de legoas.

« Em 19 marchamos ao Campo de Montilha (2) com tres legoas de marcha; ficalhe perto o Castelo de Belmonte (3), forte, eantigo, nelie tinha o inimigo a sua Infantaria, passamos à vista delles. Estando campado o Exercito neste campo de Montilha mandaraõ de noite a destacamento para Campilho de Altovoy (4), que constava do meu Terço, eo Mestre de Campo Nicolao de Tovar (5) com o seu Terço, ecento e cin-

---

(1) Olmedilla de Alarcon, vila da província de Cuenca.

(2) La Motilla del Palancar, vila da província de Cuenca.

(3) Aliás o castelo de Alarcon.

(4) Campillo de Altobuey, vila a 11 léguas de Cuenca.

(5) Nicolau de Tovar Vasconcelos e Meneses, filho de Nicolau de Tovar e Vasconcelos, comandava o têrço de Penamacor; foi mais tarde sargento-mor de batalha, governador de Olivença e interino de Trás-os-Montes; em 1701 comandava o têrço de auxiliares de Pinhel. (*Cons. de G.*, maço 60, doc. 34).

coenta Cavallos com o Cappitaõ Manoel Vidal(1), tudo à minha ordem, que fosse meterme na Villa de Campilho de Altovoy.

« Em 20. marchou o Exercito ao Peral(2), deste campo do Peral foy o destacamento para Inesta(3) o Terço do Mestre de Campo o Conde da Ilha eo Terço do Mestre de Campo Antonio Carneiro de Sousa seu filho, eoitenta Cavallos para a Villa de Inesta. Foy mais outro destacamento para *(falta no ms.)* com os Terços(4) *(falta no ms.)*.

« Em 25. marchou o Exercito para Inesta ficando junto aponte em Val de Canas. Esta Villa de Campilho de Atovoy tem muyto aÇafram de que fazem o Comercio tem muytos gados e Lavouras de pam, e Vinho, ha hum Convento de frades. Quando eu estava nella quis tirar huã contribuiçaõ Dom Pedro Morraz Sargento Mor de Batalha, de quatro mil e quinhentos dobroens; os da Villa me pediraõ os livrasse, que me dariaõ metade; naõ lhe quis nada mais que livrallos; escrevi ao Marques das Minas, e ao Secretario delRey Carlos 3º livraramnos [Os moradores de Campilho ficaraõ taõ agradados do modo q̃. exprementaraõ em mim q̃. ficandome hũ soldado pelo naõ prizionarem otiueraõ escondido dandolhe deuistir comer maes de 8 mezes, edepoes da pas vindo D. M.el Caetano(5) de Roma [oje Comissario da

---

(1) Era ajudante em 1705; em 1734 tinha já morrido, sendo tenente-coronel do regimento de Alcântara.

(2) El Peral, vila a 7 léguas de Cuenca.

(3) Iniesta ou Hiniesta, vila da província de Cuenca, no caminho de Cuenca para Valencia.

(4) É provável que se refira ao destacamento que foi mandado sob o comando do conde de Tarouca (*Set. rel.*, 4–5) para Vila Nova de Laxara (Villa Nueva de la Jara).

(5) D. Manuel Caetano de Sousa (1658-1734) voltou a Portugal com as tropas que da Catalunha recolheram sob o comando de D. Pedro de Almeida, depois conde de Assumar, marquês de Castelo Novo e de

bula pacando perto lhe procuraraõ por mim tendo gr.de atençaõ nos officios q̃. mefizeraõ] Vindo hũ Regimento de Inglezes em marcha, quizeraõ entrar pª aVilla, os moradores me disseraõ que receavaõ o mao trato, mandey ao Commandante, que naõ entracem mais que os Officiaes, eos Soldados achariaõ huã guarda para andarem com elles acomprar o que quizecem; os Inglezes naõ asseitaraõ, tendo queixa de os naõ deichar entrar todos, pusllhe as guardas para lhe impedir aque entracem, e o naõ fizeraõ. Junto a esta Villa ha huã Mina de Sal de donde se tira por conta delRey, he como Christal. Esteue nesta Villa ElRey Francisco de França quando o trouxeraõ prezioneiro da Batalha de Pavia.

« Em 24. tiue ordem para logo me por em marcha com o Terço e outro que tinha a minha ordem, eos cavallos, com carruagens depam que estivesse feito, e mais a fabrica delle que ali estaua, o que logo executei sem dilaçaõ. Tomei todas as Galeras, e bagagens da Villa, epediome o povo lhas tornasse, e eu lhe prometi que sem duvida lhas tornaria. Chegando à Villa Heneste no outro dia donde estaua o Mestre de Campo o Conde da Ilha, eo Mestre de Campo Antonio Carneiro de Sousa seu filho com os seus Terços apareceo em marcha o nosso Exercito, eo dos inimigos logo; Mandey as bagagens para Campilho, sem que se lhe faltasse podendose já fazer boa preza, por que o inimigo estava em meyo, tendo a dita Villa por sy. Vinha o nosso Exercito carregado na esquerda, pello do inimigo, o Sargento Mor de Batalha o Conde de Sermane havia de hir encorporarse ao Exercito com os quatro Terços, dilatava-se por causa dos Terços que estavaõ na Villa, e naõ sahiaõ para se formarem, ao que lhe respondi que se elle hauia dilatarse, marchava a meterme no meu posto, disseme o fizesse, hindo em marcha vi mais carre-

---

Alorna, que passaram 3 dias em Campillo de Altobuey. (D. Tomás Caetano do Bem, *Mem... da sagr. relig. dos cler. reg.*, I, 451).

gada aEsquerda; mandei dizer aos Generaes, que deichava de hir porme no meu posto, por socorrer aquelle lado. Fuime formar em Batalha junto ahum Cazaraõ, onde pus a Esquerda reforçando adireita com os Sargentos puz o Batalhaõ bem fechado com as armas apunho; fez esta operaçaõ afrouxar aos inimigos que carregavaõ aquelle lado, por que tem em muyto os Polotoens da Infantaria. Os Generaes aprovaraõ muyto esta disposiçaõ por que livrou de algum successo; passou a Cavallaria da quella esquerda, que era do Minho e Tras os Montes; disse aos Cabos que os inimigos hauiaõ de levar huã discarga boa; Os Officiaes tiveraõ suas escaramuças com os inimigos em que andaraõ muy guapos. Passou a nossa Cavallaria o Ribeiro, os Terços dos Mestres de Campo os Condes da Ilha, hindo em marcha ameterse no Exercito, tornaraõ para Inesta com o Sargento Mor de Batalha o Conde de Soure, que trazia tres peças do Exercito para guarnecer hum alto donde poz os Terços, e indo-se formando os inimigos continuaraõ as escaramuças da nossa Cavallaria, fizemoslhe alguns tiros com as peças, ajudou aos fazer retirar, matarselhe hum Brigadier da Cavallaria Monsieur *(falta no ms.)* Cabo de grande reputaçaõ(1). O tiro o tirou o Marques de Fronteira Governador das Armas da Beyra, que estaua com as peças neste alto de Inesta; mandaraome retirar com o meu Terço para o meu posto que tinha na linha depois de tudo em ordem [disseraõ os generaes, eainda nesta Corte, q̃. a mim sedeueo m.ta p.te do bom suceso] Formouse o Exercito junto da Villa de Inesta tendo vindo com a marcha de seis legoas; o Exercito do inimigo retirouse; ouve conselho ese entendeo que nos hia tomar a ponte de Val de Canhas do Rio Cabriel; isto nos precizou a por logo em marcha a

---

(1) A *Set. rel.*, 6, diz: «Don Antonio Amezaga General de Batalha». Se não há êrro de nome, houve três generais dêste apelido que tomaram parte na guerra, pertencendo ao exército de Filipe V.

ganhar aponte, tres legoas marchamos, chegamos a ella ao amanhecer ficando no Campo de Malongo (1); Eu fiquei de cà do Rio segurando que paçasse tudo, e a Artelharia que hia na Vanguarda mas de noite amarcha deu grande trabalho aconduzila, porque a Serra de Cabril (2) he muyto aspera, e nos cahio huã peça, que tiramos com grande trabalho do barranco donde estava; gastamos na Marcha epassagem da ponte vinte quatro horas.

« Em 27. fomos campar ao Campo Caudete (3), eao Campo de Malongo, marchando tres legoas, sendo a marcha por terras de pinhaes montuozas, faltas de forragens e Agua. Nesta Marcha cobri os Morteyros ealgumas peças que vinhaõ na Retaguarda, emais hum Regimento Ingles; o Rio he caudalozo.

« Em 28. marchou o Exercito a Bosil (4), fazendose huã legoa de marcha.

« Em. 29 marchamos quatro legoas ao Campo de Requena (5), que he hua praça de fortificaçaõ antiga, e por ser largo o campo e nos afastarmos das Vinhas fizemos a marcha em duas Colunas. Esta praça de Requena está cituada ao pé de huma Serra, fica fronteira do Reyno de Valença, ao de Castella Nova; tem muytas Aguas dentro, ha hum convento de frades, e dous de freiras com muytas cazas Nobres com Escudos de Armas dos donos, que teue muyta Nobreza, que era Cidade grande. Nesta Praça ficou guarniçaõ dos Inglezes e Holandezes com hum Terço Portugues de que era Mestre de Campo Henrique Lopes de Oliveyra (6).

---

(1) Moluengo, aldeia da província de Cuenca.
(2) Cabrillas (?).
(3) Caudete, logar da província de Cuenca, hoje Valencia.
(4) Utiel (?).
(5) Requena, vila da província de Cuenca, hoje Valencia.
(6) Não deve lá ter ficado muito tempo, visto que em 23 de De-

« Em 30. de Setembro marchou o Exercito volante á Raya do Reyno de Murcia, fes o Campo de Sette Aguas (1), tres legoas de Marcha. As seis horas se puzeraõ em marcha os Terços Portugueses que estavaõ nomeados para o destacamento, e Inglezes, e Holandezes, que hiriaõ em batalha na testa da primeira Linha; os seis centos Cavallos Portugueses, no lado direito, tendo a Esquerda os Estrangeiros, em duas colunas, disflando pella esquerda. Levavaõ dez peças de Artelharia no mesmo destacamento; os Terços Portuguses, Inglezes, e Holandezes eraõ quinze, o meu era hum delles; fesse a marcha; foy precizo nella fazer alto athe se reconhecer o Campo de Sette Aguas, donde se entendeo que o inimigo se tinha adiantado com a sua Marcha, o que naõ fes, mas como esta demora levasse grande parte do dia, fesse a marcha pella montalha com alguã desordem pello aspero della, e escuro da noite, athe que advertio mandar fazer fogueiras nella por donde continuava o caminho para que as Tropas vissem onde haviam de Marchar athe chegar ao dito campo, donde aquella noite acampou com bem descommodo de tudo [Pacouce por a serra artilharia abrindoa, com m.to trabalho, e se Leuou quase aõbros dos homes, ehuã peca grocaq̃. nos cahio em huã baroca auia cotos de a dechar o q̃. naõ fizemos tirandoa com m.to trabalho oq̃. pareceo emcriuel pela dificuldadeq̃. se uia].

(Continúa)

GASTÃO DE MELO DE MATOS.

---

zembro de 1706 já tinha chegado a Genoves, próximo de Jativa, (*Carta de António de Sousa Moreira a Félix Machado*, colecção referida).

(1) Siete Aguas, a 3 léguas de Requena, fica junta ao limite das províncias de Cuenca e de Valencia.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873–1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877–1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Notícia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$00

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho:

Vols. I, e II cada ..... 20$00

Vol. III ..... 25$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25$00
Número avulso	10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

(PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELA JUNTA DE EDUCAÇÃO NACIONAL)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 80.º

4.ª SÉRIE — VOLUME 9.º

NÚMERO 5

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1930

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇAO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

SUMÁRIO

«Itinerário» do Dr. Jerónimo Münzer, por Basílio de Vasconcelos. 541
O Paço de Santos-o-Velho, por D. Thomaz de Almeida Manoel de Vilhena 570
Cícero advogado, por Luís da Silva Ribeiro 581
Comentários de António do Couto Castelo Branco sôbre as campanhas de 1706 e 1707 em Espanha, por Gastão de Melo de Matos 597
De Extremoz a Aljubarrota — Quinze dias de operações de Nun'Álvares (31 de Julho a 14 de Agosto de 1385), por A. Botelho da Costa Veiga 625
Alguns aspectos da prosa medieval principalmente através da «Primeira Parte da Crónica de D. João I» de Fernão Lopes, por Vitorino Nemésio 637
Subsidios para a Historia da musica em Portugal, por Sousa Viterbo 655
Boletim do Instituto 671
Revistas e publicações periódicas 673
Livros recebidos 678

EDIÇÕES

DA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

(Coimbra — Portugal)

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA

(Colecção louvada pelo Ministério da Instrução Pública)

Publicados:

I. — VERGÍLIO CORREIA. — Um túmulo Renascença. A Sepultura de D. Luís da Silveira em Góis. Com um prefácio do Dr. Teixeira de Carvalho. 1 vol. broch. . . . . 8$00

II. — D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS. — Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal. Ed. refundida e ilustrada. 1 vol. broch. (Esgotado).

III. — INDEX DA FAZENDA DO MOSTEIRO DE CELAS. — Manuscrito de Fr. Bernardo d'Assunção, publicado e revisto pelo Dr. Teixeira de Carvalho. 1 vol. broch. (Esgotado).

IV. — JOSÉ DA CUNHA TABORDA. — Regras da arte da pintura com breves reflexões críticas sobre os caracteres distintivos das suas escolas, vidas e quadros dos seus mais célebres professores. Escritas na língua italiana por Michael Angelo Prunetti e acrescida duma Memória dos mais famosos pintores portugueses e dos melhores quadros seus. 1 vol. broch. (Esgotado).

V. — CYRILLO VOLKMAR MACHADO. — Colecção de Memórias, relativas às vidas dos pintores, e escultores, arquitectos, e gravadores portugueses, e estrangeiros, que estiveram em Portugal. Revista e anotada pelos Drs. Teixeira de Carvalho e Vergílio Correia. 1 vol. broch. (Esgotado).

VI. — VERGÍLIO CORREIA. — Sequeira em Roma (Duas épocas). . . . . 10$00

VII. — HENRIQUE FERREIRA LIMA. — Joaquim Rafael, pintor portuense . . . . . 10$00

VIII. — ANTÓNIO AUGUSTO GONÇALVES. — Estatuária lapidar no Museu Machado de Castro, de Coimbra. Com ilustrações.

Em papel de linho. . . . . 40$00

Em papel de algodão. . . . . 16$00

IX. — PEDRO FERNANDES TOMÁS. — Canções da Beira. 15$00

X — D. JOSÉ PESSANHA. — O Cális de Ouro do Mosteiro de Alcobaça. A Porcelana em Portugal . . . . . 12$00

XI. — VERGÍLIO CORREIA. — Artistas de Lamego . . . . 12$00

XII. — JULIETA FERRÃO. — Rafael Bordalo Pinheiro e a Crítica. . . . . 6$00

XIII. — VERGÍLIO CORREIA. — Vasco Fernandes, Mestre do Retábulo da Sé de Lamego . . . . . 15$00

XIV. — ANTÓNIO CALDEIRA PIRES. — História do Palácio Nacional de Queluz. Com ilustrações, vol. I . . . . . 30$00
Vol. II. –
Em papel de linho. . . . . 35$00
Em papel de algodão. . . . . 20$00

XV. — LUÍS CHAVES. — Os Barristas Portugueses (Nas escolas e no povo). . . . . 12$00

XVI. — HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA. — Joaquim Machado de Castro, Escultor Conimbricense — Notícia biográfica e compilação dos seus escritos dispersos . . . 20$00

XVII. — HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA. — Princesas Artistas (As filhas de El-Rei D. José) . . . . . 8$00

XVIII. — PEDRO VITORINO. — José Teixeira Barreto, Artista Portuense (1763-1810) . . . . . 10$00

XIX. — J. C. RODRIGUES DA COSTA. — João Baptista, Gravador Português do século XVII (1628-1680) . . . . . 15$00

XX. — EDMUNDO CORREIA LOPES. — Cancioneirinho de Fozcôa. Contribuïção para a história e crítica da música do povo português.
Em papel de linho. . . . . 25$00
Em papel de algodão . . . . . 15$00

XXI. — MANUEL PEREIRA CIDADE. — Memórias da Basílica da Estrêla. Publicadas e prefaciadas pelo Dr. António Baião.
Em papel de linho. . . . . 25$00
Em papel de algodão. . . . . 15$00

XXII. — VERGÍLIO CORREIA. — Livro dos Regimentos dos oficiais mecânicos de Lisboa. (1572) 1 vol.
Em papel de linho. . . . . 25$00
Em papel de algodão. . . . . 15$00

XXIII. — D. JOSÉ PESSANHA. — Arquitectura prè-românica em Portugal. (S. Pedro de Balsemão e S. Pedro de Lourosa) 1 vol.
Em papel de linho. . . . . 15$00
Em papel de algodão. . . . . 10$00

XXIV. — LUÍS CHAVES. — Subsídios para a história da gravura em Portugal.
Em papel de linho. . . . . 25$00
Em papel de algodão . . . . . 15$00

XXV. — EMANUEL RIBEIRO — Anatomia da Cerâmica Portuguesa.
Em papel de linho. . . . . 10$00
Em papel de algodão. . . . . 5$00

XXVI. — VERGÍLIO CORREIA. — Pintores Portugueses.
Em papel de linho. . . . . 30$00
Em papel de algodão . . . . . 15$00

XXVIII. — EMMANUEL RIBEIRO. — La vertu de l'Osier et du Genêt.
Em papel de linho. . . . . 15$00
Em papel de algodão. . . . . 10$00

XXIX. — PEDRO VITORINO. — Os Museus de Arte do Pôrto.

Em papel de linho. . . . . 25$00
Em papel de algodão. . . . . 15$00

No prelo:

XXVII. — Dr. ANTÓNIO GARCIA RIBEIRO DE VASCONCELOS. — A Sé Velha de Coimbra.

Em papel de linho. . . . . -$-
Em papel de algodão. . . . . -$-

A sair:

D. JOÃO IV. — Defensa de la musica moderna contra la errada opinion del obispo Cyrillo Franco. Rev. pelo Sr. Viana da Mota.

ANTONIO CALDEIRA PIRES. — Historia do Palácio Nacional de Queluz, vol. III.

PEDRO FERNANDES TOMÁS. — Canções Portuguesas. (Do século XVIII à actualidade).

VERGÍLIO CORREIA. — Santa Cruz de Coimbra. — Artistas e obras de arte.

—— — O azulejo em Portugal nos séculos XV e XVI.

—— — Artistas portugueses em Itália.

SCRIPTORES RERVM LVSITANARVM

SÉRIE A)

Publicado:

FERNÃO LOPES DE CASTANHEDA. — História do descobrimento, e conquista da Índia Ed. revista pelo Sr. Pedro de Azevedo, vol. I, II e III.

Em papel de linho. . . . . 100$00
Em papel de algodão. . . . . 40$00

Vol. IV no prelo.

DAMIAM DE GOES. — Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanvel. Conforme a ed. princeps: Rev. pelo Dr. David Lopes, 4 volumes. 100$00

FERNÃO GUERREIRO. — Relação anual do que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas suas missões do Oriente, da África e Brasil nos anos de 1600 a 1610. Pref. por Artur Viegas, vol. I.

Em papel de linho. . . . . 120$00
Em papel de algodão . . . . . 60$00

No prelo:

DAMIÃO DE GOES. — Chronica do principe Dom Ioam. Conforme a ed. princeps.

DUARTE GALVÃO. — Crónica de D. Afonso Henriques. Revista e prefaciada por Tomás da Fonseca.

JOÃO DE BARROS e DIOGO DO COUTO. — Décadas. Ed. conforme a ed. princeps, revista pelo Dr. António Baião.

FERNÃO GUERREIRO. — Relação anual do que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas suas missões do Oriente, da África e Brasil

nos anos de 1600 a 1610. Ed. completa das cinco Relações, dirigida e prefaciada por Artur Viegas.

FERNÃO LOPES. — Crónica de D. João I. (2.ª parte) Ed. revista pelo prof. W. J. Entwistle.

Em preparação:

PAPÉIS RELATIVOS À GUERRA DA RESTAURAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL.

SÉRIE B)

Publicados:

I. — HIERONYMO OSORIO. — De rebus Emmanuelis gestis. 3 vols. . . . . 60$00

II. — ITINERÁRIOS QUINHENTISTAS DA ÍNDIA A PORTUGAL. — Rev. e prefaciados pelo Dr. António Baião, vol. I . . . . . 18$00

III. — COMENTÁRIOS DO GRANDE AFONSO D'ALBUQUERQUE. — Conforme a 2.ª ed. Rev. e prefaciada pelo Dr. António Baião, vol. I (Partes I e II) e II (Partes III e IV). . . . . 35$00

No prelo:

ANTÓNIO GALVÃO. — Tratado dos diversos e desvairados caminhos por onde nos tempos passados a pimenta e especiaria veio da India as nossa partes, e assim de todos os descobrimentos antigos e modernos que são feitos em a era de 1550. Rev. pelo Dr. Joaquim da Silveira.

SÉRIE C)

No prelo:

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO. — Epanaphoras de varia historia portugueza. Ed. dirigida pelo Dr. Edgar Prestage.

Em preparação:

História Trágico-marítima.

BIBLIOTECA DE ESCRITORES PORTUGUESES

SÉRIE A)

Publicados:

BERNARDIM RIBEIRO e CRISTÓVÃO FALCÃO. — *Obras.* Conforme a ed. de Ferrara. Edição preparada e revista por Anselmo Braamcamp Freire e prefaciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. 2 vols. (Esgotado). 2.ª edição no prelo.

CANTIGAS D'AMIGO DOS TROVADORES GALEGOS-PORTUGUESES. Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário pelo Dr. José Joaquim Nunes. 3 vols.

Vol. I e III:

Em papel de linho. . . . . 90$00

Em papel de algodão . . . . . 45$00

Vol. II (texto):

Em papel de linho. . . . . 25$00

Em papel de algodão . . . . . 15$00

FR. PANTALEÃO DE AVEIRO. — Itinerário da Terra Santa. Rev. pelo Dr. António Baião.

Em papel de linho. . . . . 35$00
Em papel de algodão . . . . . 20$00

SÁ DE MIRANDA. — Comédia dos Vilhalpandos. Conf. a 1.ª edição Rev. pelo Dr. A. J. Lopes da Silva. 1 vol.

Em papel de linho. . . . . 15$00
Em papel de algodão . . . . . 7$50

No prelo:

SILVIA DE LISARDO.

CANTIGAS D'AMOR DOS TROVADORES GALEGO-PORTUGUESES. Edição crítica pelo Dr. José Joaquim Nunes. 1 vol.

SÉRIE B)

No prelo:

BALTAZAR ESTAÇO. — Sonetos, canções, églogas e outras rimas. Rev. e pref. pelo Dr. António Baião.

Em preparação:

GABRIEL PEREIRA DE CASTRO. — Ullyssea ou Lisboa edificada.

SÉRIE C)

Publicados:

P. ANTÓNIO VIEIRA. — CARTAS. Ed. revista e anotada pelo Sr. J. Lúcio de Azevedo.

Vol. I e II, em papel de linho, cada vol. . . . 60$00
Vol. I e II, em papel de algodão, cada vol. . . 30$00
Vol. III:
Em papel de linho. . . . . 80$00
Em papel de algodão . . . . . 40$00

DISPERSOS, de Camilo Castelo Branco. Compilação e notas do Dr. Júlio Dias da Costa.

Vol. I, II, III e IV, em papel de linho, cada vol. . . 50$00
Vol. I, II, III e IV, em papel de algodão, cada vol. 25$00
Vol. V.
Em papel de linho. . . . . 40$00
Em papel de algodão . . . . . 20$00

RODRIGUES LOBO. — Églogas. Ed. Revista, prefaciada e anotada pelo Dr. José Tavares.

Em papel de linho. . . . . 40$00
Em papel de algodão . . . . . 20$00

HERNANI CIDADE. — A obra poética do Dr. José Anastácio da Cunha, com um estudo sôbre o Anglo-Germanismo nos Proto-Românicos Portugueses.

Em papel de linho. . . . . 35$00
Em papel de algodão. . . . . 20$00

No prelo:

ELOY DE SA SOTO MAIOR — Ribeiras do Mondego. Rev. pelo Sr. Martinho da Fonseca.

Camões. Rimas. Ed. dirigida pelos Drs. José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira.

A História dos Cavaleiros da Mesa Redonda e da Demanda do Santo Graal. — Ed. completa e crítica segundo o ms. da Biblioteca Nacional de Viena, revista pelo Dr. José M. Piel.

Em preparação:

ALMEIDA GARRET. — Discursos parlamentares.

RUY GONÇALVES. — Dos previlégios e prerogativas que o genero feminino tem por direito comũ e ordenações do reino mais que o genero masculino.

ESTEVAM RODRIGUES DE CASTRO. — Rimas.

DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA EXPANSÃO ULTRAMARINA DOS PORTUGUESES

No prelo:

Vol. I — Cartas dos Vice-Reis da Índia. Coligidas e revistas pelo Dr. António Baião.

Vol. II — Documentos relativos ao descobrimento e colonização do Brasil durante o século XVI existentes em arquivos portugueses. Coligidos e revistos pelo Sr. Pedro de Azevedo.

BIBLIOTECA DO SÉCULO XVIII

Publicados:

I. — CAVALEIRO DE OLIVEIRA. — Discours Pathétique au sujet des calamités présentes, arrivées en Portugal. Nova ed. seguida duma notícia bibliográfica pelo Dr. Joaquim de Carvalho. 1 vol.

Em papel de linho. . . . . 12$00

Em papel de algodão. . . . . 6$00

II. — RIBEIRO SANCHES. — Cartas sôbre a educação da mocidade. Ed. prefaciada e revista pelo Dr. Maximiano Lemos.

Em papel de algodão. . . . . 12$00

III. — CAVALEIRO DE OLIVEIRA. — Reflexoens de Felix Vieyra Corvina de Arcos, Christan Velho Ulissyponense Sobre a Tentativa Theologica, composta pello Reverendo e douto Padre Antonio Pereyra da Congregaçam do Oratorio de Lisboa.

Em papel de linho. . . . . 15$00

Em papel de algodão. . . . . 7$00

Em preparação:

M. MENDONÇA. — Apontamentos para a educação de hum menino nobre.

RIBEIRO SANCHES. — Metodo para aprender a estudar a medicina, ilustrado com os apontamentos para estabelecer-se huma Universidade real...

BIBLIOTECA DEMOCRÁTICA

Destinada a coligir a obra dos que, já falecidos, concorreram para o progresso das ideas democráticas em Portugal e, mais particularmente, para a proclamação da República Portuguesa.

Publicados:

JOSÉ FÉLIX HENRIQUES NOGUEIRA. — Estudos sôbre a reforma em Portugal . . . . . 5$00

A sair:

J. F. HENRIQUES NOGUEIRA. — O Municipio no século XIX.

Em preparação:

Obras de José Falcão, João de Meneses, Manuel de Arriaga, Alexandre Braga, etc.

BIBLIOTECA LUSO-BRASILEIRA DE HISTÓRIA DE MEDICINA

I. — Dr. AUGUSTO DA SILVA CARVALHO. — Prodigiosa Lagoa descuberta nas congonhas das minas do Sabará, que tem curado a varias pessoas dos achaques, que nesta relação se expõem. . . . . 5$00

Dr. AUGUSTO DA SILVA CARVALHO. — O culto de S. Cosme e S. Damião em Portugal e no Brasil — História das sociedades médicas portuguêsas.

Em papel de linho . . . . . 60$00
Em papel de algodão . . . . . 30$00

ESTUDOS DE HISTÓRIA E LITERATURA PORTUGUESA

Publicados:

ANTÓNIO JOSÉ TEIXEIRA. — António Homem e a Inquisição. 20$00

—— Documentos para a história dos jesuítas. . . . . 20$00

Dr. M. E. DA MOTA VEIGA. — Esbôço histórico e literário da Faculdade de Teologia, 1872, 1 vol. . . . . 10$00

Dr. B. A. SERRA MIRABEAU — Memória histórica e comemorativa da Faculdade de Medicina, 1872, 1 vol. . . . . 10$00

Dr. FRANCISCO DE CASTRO FREIRE. — Memória histórica da Faculdade de Matemática, 1872, 1 vol. . . . . 6$00

Dr. JOAQUIM AUGUSTO SIMÕES DE CARVALHO. — Memória histórica da Faculdade de Filosofia, 1872, 1 vol. . . . . 6$00

LUÍS T. DE SAMPAIO. — O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Subsídios para o estudo da história da diplomacia portuguesa . . . . . 10$00

J. T. DA SILVA BASTOS. — História da Censura intelectual em Portugal. Ensaio sôbre a Compressão do pensamento português, 1 vol. 20$00

MARTINHO DA FONSECA — Aditamentos ao Dicionário Bibliográfico Português de Inocêncio Francisco da Silva. . . . . 20$00

CONDESTÁVEL D. PEDRO DE PORTUGAL. — Tragédia de la insigne reyna doña Ysabel. Rev. e prefaciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. . . . . 12$00

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS. — Estudos Camonianos. — I. — O cancioneiro Fernandes Tomás. Indice, nótulas e textos inéditos . . . . . 12$00

—— II. — O Cancioneiro do P.e P. Ribeiro. 1 vol . . . . . 10$00

—— — Nótulas relativas à «Menina e Moça» na edição de Colónia. (1559).

Em papel de linho. . . . . 6$00
Em papel de algodão. . . . . 3$00

EDGARD PRESTAGE. — Portugal, Brasil e Grã-Bretanha. Trad. do inglês. . . . . 5$00

—— — Fr. Domingos do Rosário, político e diplomata. 1 vol.

Em papel de linho. . . . . 12$00
Em papel de algodão. . . . . 6$00

—— — As Relações Diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668, tradução de Amadeu Ferraz de Carvalho. . . . . 25$00

Dr. QUEIROZ VELOSO. — O Arquivo Geral de Simancas. — Sua importância capital para a História Portuguesa. . . . . 4$00

Dr. TEIXEIRA BASTOS. — Iniciativas Académicas. — A Sociedade filantrópica. . . . . 2$00

ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE. — Livro 1.º dos Brasões da Sala de Sintra. (Esgotado). Livro 2.º. Em papel «vergé». . . . . 60$00

Livro 3.º.

Em papel de linho. . . . . 120$00
Em papel «vergé». . . . . 60$00

Causa sôbre a nulidade de matrimónio entre a raínha D. Maria Francisca Isabel de Saboya e el-rei D. Afonso VI. Publ. e revisto pelo Dr. António Baião . . . . . 12$00

Livro Commemorativo da fundação da cadeira de estudos camonianos da Universidade de Lisboa. (Com a colaboração de Afrânio Peixoto, José Maria Rodrigues, Sousa Costa, Manuel de Sousa Pinto, Pedro José da Cunha e J. M. de Queiroz Veloso. . . . . 20$00

Cartas de Teófilo Braga e Inocêncio Francisco da Silva. (Anotadas por Álvaro Neves com uma notícia preliminar do Prof. A. Prado Coelho).

Em papel de linho . . . . . 25$00
Em papel de algodão. . . . . 10$00

JOAQUIM DE VASCONCELOS. I — Albrecht Dürer e a sua influência na península. — 2.ª ed.

Em papel de linho . . . . . 30$00
Em papel de algodão. . . . . 15$00

RICARDO SEVERO. — Origens da nacionalidade Portuguesa, 2.ª edição. . . . . 3$00

JOAQUIM DE VASCONCELOS. — A Pintura Portuguesa nos séculos xv e xvi. — 2.ª ed.

Em papel de linho . . . . . 10$00
Em papel de algodão. . . . . 5$00

JOAQUIM DE VASCONCELOS. — Luisa Todi. Estudo Critico.
Em papel de linho. . . . . 30$00
Em papel de algodão. . . . . 15$00

TRATADO DA VIDA DOS CINCO MÁRTIRES DE MARROCOS. Nova ed. conforme a 1.ª de 1568, revista e prefaciada por A. G. da Rocha Madahil.
Em papel de linho. . . . . 30$00
Em papel de algodão. . . . . 16$00

J. LÚCIO DE AZEVEDO. — Os Jesuitas no Grão-Pará. . . . . 30$00

No prelo:

AUBREY F. G. BELL. — Literatura portuguesa. Tradução do inglês.
CAROLINA MICAËLIS DE VASCONCELOS. — Obras Completas.
LUCIANO PEREIRA DA SILVA. — Obras Completas.
JORDÃO DE FREITAS. — O Cavalheiro de Oliveira.
DR. J. M. DE QUEIROZ VELLOSO. — Estudos históricos. I — A crise da Independência. Com numerosos documentos inéditos.
HENRY THOMAS. — Romances peninsulares de Cavalaria. Trad. do inglês.
JOAQUIM DE VASCONCELOS. — Goësiana.
J. FERREIRA MARTINS. — Os Vice-reis e Governadores da India.
ALFREDO DE ALBUQUERQUE FELNER — Angola.
A. F. G. BELL. — Fernão Lopes. Trad. de A. Doria.
MANUEL DA SILVA GAIO — Os vencidos da vida.

VÁRIA

MANUEL DA SILVA GAIO. — O Santo . . . . . 15$00
—— — Eugénio de Castro. Traços biográficos e literários. . . . 5$00
ALBERTO PESSOA. — J. J. da Gama Machado. O Homem e a obra. — O legado à Universidade de Coimbra. . . . . 20$00
—— — Ideias Médicas de Eça de Queiroz. I — A morte de Amelia e a morte de Luísa. . . . . 5$00
JERÓNIMO OSÓRIO. — Cartas portuguesas. 1 fôlh. . . . . 3$00
—— — Opera. 7 vols. . . . . 80$00
GUILHERME DE AZEVEDO. — Alma Nova. Com prefácio de Tomás da Fonseca. . . . . 10$00
VITORINO NEMÉSIO. — Paço do Milhafre . . . . . 10$00
ANDRÉ FALCÃO DE RESENDE. — Poesias. . . . . 50$00
DR. BERNARDINO MACHADO. — Homenagens, 1903, 1 vol . . 5$00
PAIS VIEGAS. — Manifesto do Reino de Portugal. . . . . 6$00
LUCIANO PEREIRA DA SILVA. — A «Regra geral das festas mudaveis», de Gonçalo Trancoso, 1 vol. . . . . 5$00
DR. MAGALHÃES LIMA e CRUZ DE MAGALHÃES. — Rafael Bordalo Pinheiro, moralisador político e social. O Museu Rafael Bordalo Pinheiro. 1 vol. . . . . 6$00
JUAN DE VALDÉS — Dialogo de doctrina cristiana. Ed. *fac-simile* avec introduction et notes par Marcel Bataillon. 1 vol. . . . 30$00
COMPÊNDIO HISTÓRICO DO ESTADO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. 2.ª ed. 1906 . . . . . 5$00
DISCURSO PRONUNCIADO PELO REITOR DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Júlio

Maximo de Oliveira Pimentel, Visconde de Vila Maior, em 16 de Outubro de 1872, por ocasião da festa comemorativa da Reforma da mesma Universidade, 1872 . . . . . 3$00

AGOSTINHO RODRIGUES DE ANDRADE. — Corografia historico-estatística do Distrito de Coimbra . . . . . 6$00

JOSÉ INÁCIO DA ROCHA PENIZ. — Da influência do fôro sôbre a felicidade pública . . . . . 3$00

Estatutos da academia dramática de coimbra, 3.ª edição, 1860 . . 2$00

HENRIQUE DE VASCONCELOS — A Mentira Vital. . . . . 5$00

MANUEL FERREIRA DE MEDEIROS BOTELHO — O que é e o que deve ser a instrução nacional, 1872. . . . . 5$00

Sociedade das sciências médicas de lisboa. — Comemoração centenária em 1923 . . . . . 15$00

Proclamação. A junta provisional do reino aos habitantes de Lisboa, 1820 . . . . . 1$50

JOSÉ CORREIA DE MELO e BRITO DE ALVIM PINTO. — Joaneida ou a liberdade de Portugal, defendida pelo Snr. Rey D. João 1.º — Poema Epico, 1782 . . . . . 20$00

ANTONIO FELICIANO DE CASTILHO. — Epistola ao usurpador ex-infante Miguel Maria do Patrocinio, na sua saída de Portugal, 1834 folheto . . . . . 10$00

—— — Epistola ao povo nas eleições de 1834, folheto . . . . . 10$00

—— — Tributo Portuguez á Memoria do Libertador — 3.ª edição, ornada, além das outras duas lithographias, com a do quadro do Sr. Sendim, 1836 . . . . . 15$00

O Centenário do Marquez de Pombal. Número único, publicado em 1882, por uma comissão de estudantes de Coimbra. — Colaborado por Antonio Candido, Alexandre da Conceição, Carlos Lobo de Avila, Augusto Rocha, Luiz Osorio, Macedo Papança (Conde de Monsaraz), Eduardo de Araujo, Francisco Gomes do Rego Feio, Manuel da Silva Gaio, Costa Macedo, Simões Dias, Paçô Vieira . . . . . 5$00

Revista Academica. 1855, 12 numeros e um suplemento. — Colaborado entre outros por Santos e Silva, Alexandre de Meyreles, Thomaz Ribeiro, Silva Ferraz, Albino Giraldes, Barros e Cunha, Soares Franco, Antonio José Teixeira, Ernesto Marrecos, A. Filipe Simões, Teixeira de Queiroz, João de Lemos, José Joaquim de Azevedo, João de Deus, J. M. Veloso, Vicente Silveira, Sanches da Gama e J. C. A. Neill de Medeiros . . . . . 10$00

Anuário da Universidade de Coimbra. — Anos lectivos de 1867-68 a 1887-988. — cada ano . . . . . 8$00

Anos lectivos de 1889-1990 a 1921-22. — cada ano. . . 10$00

Relações dos Estudantes da Universidade de Coimbra. — Anos lectivos de 1800-801 a 1864-65. — cada ano. . . . . 5$00

GENERAL BARREIROS. — Cartas ao rei D. Pedro V. Rev. pelo Sr. Carlos Ferreira . . . . . 18$00

M. TUDE DE SOUSA. — O Gerez . . . . . 10$00

Biografia da actriz Delfina, por José Maria de Andrade Freire, ilustrada com o retrato e fac-simile, 1859. . . . . 3$00

Biografia do actor Isidoro, por Julio Cesar Machado, ilustrada com o retrato e fac-simile, 1859 . . . . . 3$00

PEDRO VITORINO. — O Grito nacional em 1808 . . . . . 15$00

J. PERPÉTUO DA CRUZ. — Economia Nacionalista. Principios de economia pura. . . . . 12$00

MARQUÊS DE FRONTEIRA. — Memórias da sua vida. Rev. pelo Dr. Campos de Andrada.

Vols. I, II e III; cada vol. . . . . 40$00

Vol. IV no prelo.

GARCIA DE RESENDE. — Cancioneiro Geral, vol. 3.º, 4.º e 5.º, cada vol . . . . . 10$00

RUBEN LANDA. — La enseñanza secundária en Portugal . . . 10$00

G. LE GENTIL. — Les Français en Portugal. — 1 folh. . . . . 5$00

SANTANA RODRIGUES. — O Crime e a Responsabilidade. 1 vol. . 5$00

EMANUEL RIBEIRO. — O doce nunca amargou. Doçaria portuguesa. História. Decoração. Receituário. — 1 vol. . . . . 15$00

A. MARIA SEABRA DE ALBUQUERQUE. — Bibliografia da Imprensa da Universidade de Coimbra. — Anos de 1885, n.º 14; 1886, n.º 15; 1887, n.º 16; 1888, n.º 17; 1889 e 1890, n.ºs 18 e 19. — cada vol. . . . . 10$00

A. J. LOPES DA SILVA. — Cartas de D. Vicente Nogueira. . . 40$00

FIRMINO MARTINS. — Folk-lore de Vinhaes . . . . . 20$00

FORMULÁRIO DA ORTOGRAFIA NACIONAL. . . . . 1$00

DR. J. A. SERRASQUEIRO. — Elementos de Algebra. . . . . 6$00

—— — Elementos de Aritmética e Algebra. . . . . 4$00

LEITE DE VASCONCELOS. — Opúsculos. — Vol. I, Parte I (Filologia). — Vol. II, Parte I (Dialectologia). Vol. IV, Parte II (Filologia), cada . . . . . 30$00

HERNANI CIDADE. — Ensaio sôbre a crise mental do século XVIII. 15$00

JOÃO PAULO FREIRE (MÁRIO). — Alcântara. Apontamentos para uma monografia . . . . . 20$00

NEWTON DE MACEDO. — A luta pela liberdade no pensamento europeu. . . . . 12$00

DR. SOUSA REFOIOS — Relatorio duma viagem ao extrangeiro, 1891 . . . . . 10$00

JOSÉ DE ARRIAGA. — Breve notícia das novidades históricas, scientíficas, literárias e artísticas. . . . . 15$00

A A. DA COSTA SIMÕES. — O Novo Hospital da Universidade — Projecto em esboço, 1895 . . . . . 15$00

—— — Reconstruções e novas construções dos Hospitais da Universidade 1896 . . . . . 15$00

RELATÓRIO DA COMISSÃO NOMEADA PARA ASSISTIR AO CONGRESSO PHILLOXERICO DA SUISSA E VISITAR OS VINHEDOS DE FRANÇA, 1878. . . . 25$00

AULA DE ANTROPOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. — Trabalhos de alunos —, 1904 . . . . . 10$00

DR. JACINTO ANTÓNIO DE SOUSA. — Relatório duma visita aos estabelecimentos scientíficos de Madrid, Paris, Bruxellas, Londres, Greenwich e Kew, 1862. . . . . 10$00

AGOSTINHO DA SILVA. — A religião Grega. . . . . -$-

ALFREDO PIMENTA. — Estudos filosóficos e críticos. . . . . 25$00

A sair:

ANTÓNIO AURÉLIO DA COSTA FERREIRA. — Obras. Coligidas e

revistas pelos professores Henrique Jardim de Vilhena (da Universidade de Lisboa) e Joaquim de Carvalho (da Universidade de Coimbra).

ARQUIVO DE HISTÓRIA E BIBLIOGRAFIA. Revista de erudição.

SAMUEL DA SILVA. — Tratado da Immortalidade da alma. Rev. e prefaciado pelo Dr. Joaquim de Carvalho.

FRANCISCO SANCHES — Quod nihil scitur. Rev. e pref. pelo Dr. Joaquim de Carvalho.

CONDE DE LAVRADIO — Memórias, publ. pelo Dr. E. de Campos de Andrade.

BIBLIOTECA FILOSÓFICA

RENOUVIER. — Ultimas conversações. Trad. de A. Sergio 1 vol. 5$50

MEUMANN. — Estética Contemporânea, trad. do P.e Luis F. dos Santos - 1 vol.

DESCARTES. — Meditações metafísicas, trad. de A. Sérgio, 1 vol.

No prelo:

KANT. — Fundamentos da metafísica dos costumes.

DESCARTES. — Discurso do método.

LEON ROTH. — A sciência da moral.

LOCKE. — Ensaio sôbre a extensão e os limites do poder civil.

ESPINOSA. — Ética.

B. CROCE — O que é vivo e o que é morto na filosofia de Hegel.

OBRAS DE ANTERO DE QUENTAL

Publicadas:

OS SONETOS COMPLETOS. — Conforme a 1.ª edição.

Em papel de algodão. . . . . 6$00

PROSAS. — Edição revista conforme ao original, vol. I e II cada volume

Em papel de linho . . . . . 25$00

Em papel de algodão. . . . . 12$00

ODES MODERNAS.

Em papel de linho. . . . . 20$00

Em papel de algodão. . . . . 7$00

PRIMAVERAS ROMÂNTICAS. — 3.ª ed. . . . . 7$00

RAIOS DE EXTINCTA LUZ.

No prelo:

CARTAS. — Nova edição, aumentada.

PROSAS. — Vol. III.

CARTAS INÉDITAS DIRIGIDAS A OLIVEIRA MARTINS.

OBRAS DEPOSITADAS

M FERREIRA DE MIRA. — Crónicas scientíficas, prefaciadas pelo Dr. Brito Camacho. . . . . 10$00

CASTILHO E CAMILO. — Correspondência trocada entre os dois escritores. Prefácio e notas de João Costa.

Em papel de linho. . . . . 30$00
Em papel de algodão. . . . . 12$00

ANTÓNIO BAIÃO. — Homenagem a Camilo no seu centenário (1825-1925). — I. O Sangue Israelita de Camilo. — II. O Romance de Camilo «A Freira que fazia chagas» e o respectivo Processo Inquisitorial.

Em papel de linho. . . . . 12$00
Em papel de algodão. . . . . 6$00

CAMILO E CASTILHO. — Correspondência do primeiro dirigida ao segundo, coordenadas por Miguel Trancoso e prefaciada por António Baião.

Em papel de linho. . . . . 15$00
Em papel de algodão. . . . . 8$00

JÚLIO DE CASTILHO — Memórias de Castilho, 2.ª edição, tom. I. e II, cada vol. . . . . 20$00
Tom. III. . . . . 25$00
Tom. IV . . . . . -$-
Tom. V, no prelo.

REVISTA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA.

Vol. I . . . . . 50$00
Vol. II. . . . . 50$00
Vol. III . . . . . 50$00
Vol. IV. . . . . 50$00
Vol. V. . . . . 40$00
Vol. VI. . . . . 30$00
Vol. VII . . . . . 20$00
Vol. VIII. . . . . 40$00
Vol. IX. . . . . 40$00
Vol. X . . . . . 50$00
Vol. XI no prélo.

ANTÓNIO FERRÃO. — As impressões de um diplomata Português na côrte de Berlim . . . . . 25$00
—— — Gomes Freire e as virtudes da Raça Portuguesa . . . . . 10$00
—— — O Marquês de Pombal e as Reformas dos Estudos Menores. 20$00
—— — Os Arquivos e as Bibliotecas em Portugal . . . . . 35$00
—— — O Povo na história de Portugal. A Restauração de 1640. 5$00
—— — A educação intelectual e a função que nela devem desempenhar a família, o município e o Estado . . . . . 5$00
—— — O Teatro e o Animatógrafo na Educação. . . . . 5$00
—— — D. Maria Amália Vaz de Carvalho e a sua obra . . . . . 10$00
—— — A Teoria da história e os progressos da historiografia scientífica . . . . . 40$00
—— — A 1.ª Invasão Francesa. . . . . 40$00
—— — A Academia das Sciências de Lisboa e o movimento filosófico e económico da segunda metade do século XVIII. . . . . 10$00
—— — A reforma pombalina da Universidade de Coimbra. . . 15$00

M. A. H. FITZLER. — Ceilão e Portugal. O cêrco de Columbo. Últimos dias do domínio português em Ceilão. (Edição do *Instituto de Coimbra*) 1 vol. . . . . 30$00

BENTO ÁLVARES FERREIRA. — Biblioteca da gente do Campo, 1870, 1 vol. . . . . 10$00

LUIZ XAVIER DA COSTA. — Francisco Vieira Lusitano Poeta e abridor de águas-fortes, Estudo crítico dos seus versos e das suas obras gravadas, 2.ª edição. . . . . 40$00

COLLECTION PORTUGAISE

MANUEL DA SILVA GAIO. — Don Juan. Traduction de Raymond Bernard, 1 vol.. . . . . 10$00

OBRAS SCIENTÍFICAS, MANUAIS E LIÇÕES UNIVERSITÁRIAS

Publicadas:

F. GOMES TEIXEIRA. — Obras de Matemática, vols. 4.º, 5.º, 6.º e 7.º cada . . . . . 25$00

GERALDINO BRITES. — Noções de Histologia Humana, 1 vol. 20$00

M. FERREIRA DE MIRA. — Lições de Química Fisiológica, 1 vol. 25$00

—— — Manual de Química Fisiológica . . . . . -$-

J. F. DE MACEDO PINTO. — Guia do Alveitar ou «vade-mecum» do veterinário, memorial patológico e terapêutico e formulário, farmacológico. 1901, 4.ª ed. . . . . 4$00

A. X. LOPES VIEIRA. — Catálogo dos Peixes de Portugal em colecção no Museu de Zoologia da Universidade de Coimbra . . . . 5$00

A. CELESTINO DA COSTA e P. R. CHAVES. — Manual de técnica histológica, 1 vol. . . . . 25$00

J. PERPÉTUO DA CRUZ. — Os Combustíveis. Conferências pronunciadas no Instituto Superior Técnico. . . . . 20$00

M. ATHIAS e F. MIRA. — Exercícios de química fisiológica. . . 12$00

JOAQUIM DOS SANTOS E SILVA. — Elementos de Analyse Chimica Qualitativa, 4.ª ed . . . . . 7$50

—— — Noções elementares de Chimica Pratica, para uso dos alunos do Laboratorio Chimico da Universidade de Coimbra. . . . . 5$00

JOSÉ PEREIRA TAVARES. — Ortografia Portuguêsa. Manual do estudioso da língua, 1 vol. . . . . 5$00

ALBERTO PESSOA. — Guia de técnica policial, 1 vol . . . . . 15$00

QUADROS DE ANÁLISE QUÍMICA QUALITATIVA do Dr. F. P. Treadwell, traduzidos pelo Dr. Egas F. Pinto Basto. . . . . 15$00

ANTÓNIO MACHADO. — Lições de Zoologia. . . . . 35$00

J. VICENTE GONÇALVES. — Lições teóricas de cálculo integral. 1 vol.. . . . . 100$00

ALBERTO PESSOA. — A prova testemunhal.

M. PAULINO DE OLIVEIRA. — Aves da Peninsula Ibérica. . . 15$00

No prelo:

MANUEL PAULINO DE OLIVEIRA. — Reptis e Anfíbios.

—— — Tabela dicotómica para a determinação dos mamíferos.

Código Civil Português, 9.ª edição . . . . . 15$00
Codigo Penal Português, 1852, anotado pelo Conselheiro A. L. de Sousa Henriques Sêco. . . . . 5$00
Codigo Penal de 1852. . . . . 3$00
Código Penal de 1886. . . . . 7$00
Código Administrativo de 1842. . . . . 3$00
» » » **1870**. . . . . 3$00
» » » **1878**. . . . . 3$00
» » » **1886**. . . . . 3$00
» » » **1895**. . . . . 3$00
» » » **1896**. . . . . 10$00
Código de Processo Civil. . . . . 15$00
Código Comercial de 1888 . . . . . 10$00
Código de Processo Comercial . . . . . 4$00
Apêndice ao Código Comercial. . . . . 7$00
Novissima Reforma Judiciária . . . . . 5$00
Nova Reforma Penal de 1874. . . . . 1$50
Regimento de 20 de Fevereiro (Administração de Justiça no Ultramar). . . . . 1$50
Tabela dos Emolumentos e Salários Judiciais . . . . . 1$00
Manual do Processo Criminal Moderno, por J. I. D. de Carvalho. . . . . 10$00
Regulamento Consular de 24 de Junho de 1903 . . . . . 2$50
Legislação Académica, coligida pelo Dr. José Maria de Abreu. Coordenada e ampliada pelo Dr. António dos Santos Viegas, vol. 1.º (1772-1850) . . . . . 6$00
Código Civil Português, Projecto, pelo Visconde de Seabra, 1859, 1 vol. . . . . 12$00
Apostila á censura do sr. Alberto Antônio de Morais Carvalho, pelo Visconde de Seabra, 1.ª parte. . . . . 5$00
Novissima apostila, pelo Visconde de Seabra, 1859. . . . . 6$00
Resposta às reflecções do Sr. Dr. Vicente Ferreira Neto Paiva sobre os sete titulos do Projecto do Código Civil Português, por António Luís de Seabra, 1859. . . . . 5$00
Código Eleitoral de 1913. . . . . 1$00
Estudo teórico e prático sôbre a contribuïção predial em Portugal (Bases em que deve assentar, por Alberto Pinto Gouveia, 1903, 1 vol. . . . . 10$00
Manual do Escrivão de Fazenda, 1868, 1 vol. . . . . 1$50
Manual dos juizes de paz e seus escrivães, 1867, 1 vol. . . . . 1$50
Nova Reforma Administrativa (Lei de 6 de Agôsto de 1892). . . 1$00
Resposta do auctor do Código Civil às observações do Sr. Dr. Joaquim José Pais da Silva, 1859, 1 vol. . . . . 5$00
Código Comercial de 1883 e apêndice, 4 vols. . . . . 50$00
Colecção oficial de legislação, publicação mensal, contendo todas as leis promulgadas pelas Cortes, decretos e portarias do Governo, consultas do Conselho do Estado, acordãos do Supremo Tribunal de Justiça, etc:
Ano de 1855, n.os 1 a 12 . . . . . 8$00

Ano de 1856, n.os 1 a 12 . . . . . 8$50
» » 1857, » 1 a 12 . . . . . 7$50

Colecção de leis e provisões de El-Rei D. Sebastião. Com um primeiro Apendix impresso em 1818 . . . . . 5$50

Legislação Administrativa. Colecção de leis, decretos, portarias, etc., posteriores à publicação do Código Administrativo de 1886:

Volume 1.º . . . . . 6$00
» 2.º . . . . . 8$00
» 3.º . . . . . 5$00

VASCO GUEDES DE VASCONCELOS. — Compilação de Direito Administrativo Português, Códigos, Leis, Decretos, Portarias, e Circulares, com índices cronológico e alfabetico, 1.º vol. (1832-1871) . . . . . 50$00

Código Civil Português de 1867. . . . . . 5$00

Prof. A. FORJAZ. — Ecónomia Política — Programa e Compêndio do Curso de Economia Política, 1867, 1 vol. . . . . 10$00

Collecção cronologica de leis extravagantes, posteriores á nova compilação das Ordenações do Reino publicadas em 1603, desde este ano até o de 1761, conforme as collecções Vicentinas e seu Apendix, ás quaes acresceram as compiladas por F. da C. França em suas adições e apendix, 6 vols. com o index. . . . . 30$00

EDUARDO SALDANHA. — Estudos sobre o Direito Comercial Português, 1896, 1 vol. . . . . 10$00

Estatuto Universitário e demais legislação do Ensino Superior 1 vol. . . . . 2$00

Reformas do Ensino de Farmácia, 1903 . . . . . 1$00

Legislação Universitária:

I — Faculdade de Direito. Reforma dos Estudos Jurídicos (Aprovado por decreto de 18 de Abril de 1911). . . . . 1$00

II — Faculdade de Direito. Regulamentos aprovados pelo decreto de 21 de Agôsto de 1911 . . . . . 1$00

III — Faculdade de Letras. Regulamento das Secretarias Gerais e Tesourarias das Universidades. . . . . 1$00

Em preparação:

BIBLIOTECA CLÁSSICA.

Todos êstes livros se encontram à venda na

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

e nas principais livrarias de Lisboa,
Pôrto e Coimbra

«ITINERÁRIO» DO DR. JERÓNIMO MÜNZER

INTRODUÇÃO

Jerónimo Münzer nasceu em Feldkirch (Vozelberg), doutorou-se em Medicina em 1478 na Universidade de Pavia e foi viver para Nuremberg, onde exerceu a sua arte, obtendo ao fim de dois anos o direito de cidadão. Tendo-se declarado a peste nessa cidade em 1484, foi para a Itália, regressando em 24 de Janeiro de 1485. Em 1494, grassando novamente a peste em Nuremberg, Münzer resolveu visitar a Espanha e Portugal. Combinou essa viagem com três comerciantes: António Herwart, de Augsburgo, Gaspar Fisher e Nicolau Volkenstein. Visitou realmente a Espanha, onde foi recebido pelos Reis Católicos, e Portugal, onde teve várias entrevistas com D. João II, que então se encontrava em Évora. Deixou-nos uma relação da sua viagem, relação extensa, mas desordenada; é mais uma colecção de apontamentos, uma série de notas apressadas, uma espécie de diário de impressões. Como bom alemão, Münzer não deixa de pôr em relêvo a acção dos seus compatriotas onde quere que a pode vislumbrar, e por isso é minucioso em tudo o que se refere a alemães. Chega a derivar Almada de Almania e a atribuir a conquista de Lisboa aos alemães.

Münzer morreu em Nuremberg a 27 de Agôsto de 1508; ignora-se a data do seu nascimento.

*

O relato da sua viagem encontra-se na Biblioteca de

Munich (cod. lat. 231) com o título: «*Itinerarium sive peregrinatio excellentissimi viri artium ac utrisque medicinae Doctoris Hieronimi Monetarii de Feltkirchen civis Nurembergensis*»; está escrito num latim que deixa bastante a desejar. À sua relação juntou Münzer um apêndice que tem o seguinte título: «*De inventione Genee per infantem Heinri cum Portugalliae*» e que foi publicado em 1854 por Friedrich Kunstmann. Dêste apêndice, bem como de quási tôda a parte do *Itinerário,* que se refere a Portugal, vai adiante publicada uma tradução que eu fiz a instâncias do Sr. Joaquim Bensaúde, ilustre publicista que tão grandes serviços tem prestado à sua pátria, pondo em relêvo a sciência náutica dos portugueses e mostrando que a obra colossal dos seus descobrimentos não é um trabalho de aventureiros ignorantes, mas o resultado duma acção metôdica e scientífica. Foi êle que me emprestou o folheto de Kunstmann e foi êle também que mandou tirar e fêz o favor de me confiar uma cópia fotográfica do manuscrito de Munich, podendo eu assim copiar fielmente o texto latino e fazer a respectiva tradução. A sua Ex.ª deixo consignados aqui os meus agradecimentos.

Não tem essa tradução pretenção a literária: pretende simplesmente ser fiel e dar até uma ideia do estilo de Münzer; por isso chega a ser quási literal.

*

A parte do *Itinerário,* que se refere à Península Hispânica, foi publicada por Ludwig Pfandl na *Revue Hispanique* (n.º 113, Fevereiro de 1920) e dela fêz Julio Puyol uma tradução, que publicou no *Boletin de la Real Academia de Historia de Madrid.*

Tive ocasião de verificar que há erros graves na tradução de Puyol. Assim, por exemplo, a D. Jorge, bastardo de D. João II, dá-se o nome de D. Gregório; diz-se que Münzer

esteve alojado, em Lisboa, em casa dum sócio de Martim Behaim, quando a verdade é que Münzer diz que esteve hospedado, em Lisboa, em casa do sogro de Martim Behaim; etc.

Foi-me impossível consultar o n.º 113 da *Revue Hispanique,* porque está esgotado e não se encontra, vergonha é talvez dizê-lo, em bibliotecas portuguesas; mas consegui obter o n.º 114, em que Pfandl publicou um pequeno *Post-Scriptum* em alemão, dizendo que, por causa da guerra, não pôde fazer a revisão das provas tipográficas. Creio por isso que os erros de Puyol, ou, pelo menos, os mais graves, são devidos a erros do texto latino publicado por Pfandl.

*

Por que razão veio Münzer à Península, procurando além disso, e conseguindo o, avistar-se com D. João II e com os Reis Católicos? Teria sido essa viagem determinada simplesmente por uma bem legítima curiosidade, ou terá tido também outras causas? Não terá sido Münzer um emissário do imperador Maximiliano? Com que fins? São preguntas que talvez nunca possam ter uma resposta segura.

O que é certo é que Münzer foi muito bem recebido por D. João II. Êsse grande rei que, para me servir duma expressão popular, não dava ponto sem nó, foi para com êle extremamente amável: teve longas conversas com Münzer, convidou-o quatro vezes para a sua mesa, abraçou-o quando êle se despediu para continuar a sua viagem e armou cavaleiro ao seu companheiro António Herwart, de Augsburgo, presenteando o com espada e baínha dourada, esporas e capacete.

Deu também a Münzer, segundo êste diz, cartas para Lisboa para lhes mostrarem tudo. Pode ser que Münzer tome a palavra *tudo* à letra; mas, para aqueles que sabem

quem era D. João II, êsse *tudo* significa tudo aquilo que não havia inconveniente em lhes ser mostrado e sobretudo *aquilo que duma maneira especial convinha ao rei que êles vissem.*

Foi por isso que em Lisboa, na *ínclita* e *gloriosa* cidade de Lisboa, como a apelida Münzer, depois de lhes terem deixado ver as mercadorias armazenadas na Casa da Mina, se não esqueceram de lhes mostrar também imensa quantidade de magnífico material de guerra (*omnia optime facta et in maxima copia*, como diz o nosso viajante), e uma ferraria enorme, espécie de fábrica espaçosa, com muitos fornos em plena actividade e inúmeros operários pretos, na qual se fabricava muitíssimo material de tôda a espécie, desde as espadas e lanças até às peças de artilharia e ao material naval. Poderiam assim os viajantes informar em tôda a parte, e muito especialmente na Côrte dos Reis Católicos (1), que o rendoso comércio da Guiné estava em mãos que saberiam defendê-lo e que dispunham de bons elementos para essa defesa.

Em Évora teve Münzer ocasião de conversar com Cataldo Sículo sôbre as navegações e o comércio dos portugueses. Da própria bôca do rei ouviu Münzer algumas cousas interessantes, por exemplo, a respeito da Ilha de S. Tomé, tendo o rei também dissertado longamente sôbre outros assuntos, especialmente sôbre cosmografia, em que, no dizer de Münzer, era muito entendido. Por Conrado de Ratisbona e por outras pessoas, que tinham estado na África, soube êle também, segundo a sua própria confissão, muitas cousas. Um dos seus informadores foi certamente Valentim Fernandes; por êste, ou por Martim Behaim, deve êle ter tido conhecimento das narrações de Diogo Gomes, pois segue-as mui

(1) A 17 de Janeiro de 1493 chegou Münzer a Madrid, onde foi recebido pelos Reis Católicos.

de perto quando trata das expedições portuguesas à costa africana.

Do capitão da Ilha da Madeira, que êle, como médico, tratou de diabetes, e de Job Hurder e sua mulher obteve também indicações a respeito da Madeira e dos Açores. Êsse Job Hurder era capitão das ilhas do Pico e do Faial e sogro de Martim Behaim, e com êste já Münzer travara relações antes desta viagem a Portugal. Fôra até Martim Behaim o portador duma célebre carta que, algum tempo antes, Münzer escrevera a D. João II e que foi publicada no século XVI por Fr. Alvaro da Tôrre. Nessa carta, escrita de acôrdo com o imperador Maximiliano, incitava Münzer a D. João II a procurar pelo Ocidente o caminho das Índias Orientais e lembrava Martim Behaim para chefe dessa expedição.

BASÍLIO DE VASCONCELOS.

I. — A PARTE DA VIAGEM, QUE VAI DE 11 DE NOVEMBRO A 2 DE DEZEMBRO DE 1494 — ESTADA EM ÉVORA (16 A 26 DE NOVEMBRO) — ENTREVISTA COM O REI D. JOÃO II. — ESTADA EM LISBOA — PARTIDA PARA O NORTE

A 11 de Novembro, dia de S. Martinho, saímos de Sevilha depois do pôr do sol, e, seguindo por uma enorme e

---

I. Itinerarium sive peregrinatio excellentissini viri artium ac utriusque medicinae Doctoris Hieronimi Monetarii de Feltkirchen civis Nurembergensis (1)

11 Nouembris que erat dies S. Martini Yspalim exeuntes post occasum solis per maximam et fructuosissimam planiciem

---

(1) Manuscrito da Biblioteca de Munich. — Cod. lat. 431.

fertilíssima planície cheia de olivais e de granjas, planície dumas quinze milhas de comprido por cinco de largo, chegámos finalmente, ao cabo de quatro léguas, e já tarde da noite, à vila de Sanlucar (1). De manhã partimos de novo, e, cavalgando bem durante todo o dia, chegámos à praça de Niebla, condado do duque de Medina. No dia seguinte, transposta a fronteira do reino de Castela, entrámos no de Portugal e chegámos à praça de Serpa, e daí, após doze léguas bem puxadas, à cidade de Évora. De Sevilha a Évora são 42 léguas das boas. A Évora (onde então residia o Rei) chegamos nós a 16 de Novembro, já tarde da noite, tendo saído de Serpa três ou quatro horas antes de ser dia.

À porta da igreja de S. Brás vimos parte da pele duma cobra trazida da Guiné, cobra de mais de 30 palmos de comprido e da grossura dum homem. Tinha sido morta com

---

oleo et villis in longum 15 in latum 5 miliaribus magnam tandem in multam noctem ad villam salucram venimus post 4 leucas. Maneque per totam diem fortiter equitantes per opidum nebulam qui est comitatus ducis de medina: Et alio die confines regni Castelle egressi, Portugalie regnum ingredientes ad opidum Serpam venimus. Et ex illo post 12 magnas leucas ad civitatem Ebram. Sunt autem ex ispali in Eboram 42 leuce maxime quas autem labore tribus aut 4 horis ante lucem solis surgentes et in multam noctem equitantes tandem venimus Eboram (ubi tunc Rex morabatur) venimus 16 nouembris.

Ubi extra portam in ecclesia S. blasii vidimus partem cutis colubri asportati ex ethiopie genea qui coluber erat longitudinis 30 palmorum Et spissus ut homo Et interfectum cum igneis iaculis, ubi excoriabant dorsum a collo ad caudam que pars est adeo variis et pulcris coloribus ut stellis et aureis

---

(1) S. Lucar la Mayor.

dardos incandescentes e esfolada desde o pescoço até à cauda. Essa parte da pele era tão matizada de várias e lindas côres imitando estrêlas e manchas douradas que era realmente para admirar. Tinha êsse pedaço da pele 22 palmos. Disseram-me que essas serpentes podiam devorar dois homens sujeitando-os com a caúda e com as roscas, e que eram capazes de lutar mesmo com os elefantes; é por isso que eu creio no que Plínio diz dos animais da Índia e da Etiópia, que hoje se trazem da Etiópia e ilhas adjacentes para serem admirados.

Há em Évora um lindo palácio real e uma lindíssima igreja abobadada, que é sé episcopal, com um claustro de nobres proporções; passeando sôbre ela, como se fôsse um terraço, vimos a situação da cidade, que é grande, maior que Ulm. No páteo do palácio real vimos também um camelo novo e bonito, que o Rei mandou trazer da África, onde êles abundam.

---

maculis distincta, ut mirum sit. Erat illud corium 22 palmorum Et dixerunt ipsam duos homines cauda et spiris implicitos deuorare et cum elephantibus certare. Ideo bene credo quod Plinius de animalibus indicis et ethiopicis scribit que hodie miranda asportantur ex ethiopia et insulis adiacentibus. Est etiam in Ebra pulcra aula regia. Item pulcerrima ecclesia testudinata que est sedes episcopalis cum ambitu nobili supra quam (1) ut supra stratum ambulantes situm ciuitatis conspeximus que est magna maior quam ulma. Vidimus etiam camelum iuvenem et pulcrum in atrio regis, quem ex affrica asportari fecit ubi habundant.

Rex autem Iohanes 2.us homo humanissimus est: et in omnibus sagacissimus, qui regnum suum cum pace et tranquillitate gubernat: Et affabilis est valde: et multarum rerum magnus inquisitor. Quicumque eum accedit et se in bellicis,

---

(1) No manuscrito está *quem*, mas eu creio que deve ser *quam*.

O rei D. João 2.º é um homem instruidíssimo e em tudo muito sagaz; governa em paz e tranqüilidade o seu reino. É muito afável e amigo de indagar de muitas cousas. Àqueles que o procuram e se gabam de emprêsas guerreiras, de navegação ou quaisquer outras, ouve-os atentamente, manda apresentar as provas ou demonstrações, e, se os acha verídicos e valentes, não os deixa sem recompensa. Tem também uma grande habilidade para adquirir riquezas com mercadorias e outras cousas. Manda para a Guiné panos de lã de várias côres como os tapetes que se fazem em Túnis, e também tela, cavalos, várias mercadorias de Nuremberg, muitas caldeiras de cobre, bacias de latão, pano vermelho, pano amarelo, capas da Inglaterra e da Irlanda, e muitas outras cousas; de lá mandam-lhe a êle ouro, escravos, pimenta, malagueta, inúmeros dentes de elefante, etc.

Por intermédio do seu prègador, o Dr. Cataldo, é que tivemos acesso junto de Sua Majestade, que nos deu um

---

naualibus, aliisque factis iactat, diligenter audit: probas et monstras facit fieri: Et si veridicum et valentem inuenit, omnes donat. Habet etiam maxima ingenia acquirendi diuitias cum mercibus et aliis. Mittit in geneam pannos de lana varii coloris ut tapetes qui fiunt in tunnis. Item telam, equos, varias merces ex Nuremberga caldaria multa cuprea: pelues auricalceas, pannum rubeum, flauum pallia ex anglia et Irlandia et infinita alia: exportatur ei aurum, schlaui piper, grana paradisi, dentes elefantorum sine numero, etc.

Accessimus maiestatem suam per medium doctorem Cataldum oratorem regium: qui dedit nobis litteras passus ad frontes regni. Item litteras ad Lisbonam ut singula nobis monstrarentur. Item quater vocauit me ad tabulam Et de variis mihi loquebatur et humanissimum se prestitit. Item dominum Anthonium Herwart socium meum de Augusta equitem auratum in vigilia sancte Katherine in sacello suo

salvo-conduto até à fronteira e também cartas para Lisboa para nos mostrarem tudo. Sentou-me quatro vezes à sua mesa, falou-me de várias cousas e mostrou-se afabilíssimo, e ao meu companheiro António Herwart de Angsburgo, armou-o pùblicamente cavaleiro *auratus* na véspera de S.ta Catarina na sua capela e presenteou-o com espada e baínha dourada, esporas e capacete; despedindo-nos dêle no dia de S.ta Catarina depois da ceia no palácio, abraçou-me. Estava com má côr, pois, desde que seu filho Afonso morreu por ter caído dum cavalo, tem passado sempre mal, e é de recear que se trate de hidropisia. Oxalá que tenha longa vida tão grande e bondoso Rei! Tem um filho bastardo chamado D. Jorge, adolescente de 13 anos, tão talentoso e tão douto para a sua idade na recitação de poesias que não se pode exigir mais. Tem como preceptor o doutíssimo Cataldo Sículo, de Paris, orador insigne, que se me revelou um huma-

---

publice creauit: eumque gladio cum fagina deaurata, et calcaribus et galea donauit. Et valedicentes ipsum in die Katherine post cenam in aula me in ulnas recepit.

Erat autem male in colore dispositus: quia post mortem filii sui Alphonsi ex casu equi mortui semper male habuit: Et timendum est de ydropisi quod absit. Utinam diu maneret superstes in vita tantus et tam benignus Rex.

Habet etiam filium unum bastardum dominum Georgium adolescentem de 13 annis, adeo ingeniosum, adeo in recitandis poetis pro etate sua doctum ut nihil supra. Habet tamen idem Georgius doctissimum preceptorem Cataldum Siculum de parisio Oratorem maximum qui mihi infinitas humanitates exibuit. Dignus esset hic adolescens regio sceptro propter excellentiam ingenii et morum suorum. Dum iunior esset, et preceptori rebellis esset, acrius solito cataldus eum accessit minis et verberibus. Fractique in eo male mores Nunc publice dicit: Asperitas Cataldi mihi profuit. Quid

nista profundíssimo. Êsse adolescente, pela excelência do seu engenho e dos seus costumes, seria digno de ser rei. Quando era mais novo e não queria obedecer ao seu aio, mais àsperamente do que é costume Cataldo o corrigiu com ameaças e açoites, fazendo-o entrar no bom caminho, e hoje êle próprio diz: «O rigor de Cataldo foi-me proveitoso». É muito instruído em humanidades, e, para a idade, bastante conhecedor de Horácio, Vergílio e outros poetas, e até versejava também menos mal.

DE ULIXBONA, HOJE LISBOA

Tendo saído da cidade de Évora a 26 de Novembro, e tendo passado pelo castelo de Montemor, lindo e cheio de oliveiras, e por uma planície de 17 léguas e um braço de mar (1) de três, chegamos finalmente à ínclita cidade de Lisboa. Há nesta cidade um monte muito elevado, e no alto dêle dois castelos reais, e por baixo dos castelos todo o monte é habi-

---

plurimum humanissimus adolescens est: et pro etate in horatio virgilio et aliis edoctus: callebat etiam in componendis versibus.

DE ULIXBONA NUNC LISIBONA

26 Nouembris Ciuitatem Ebore exeuntes post Montem morum castellum pulcrum et oliuetis plenum et post campestria 17 leucas Et post unum brachium maris ad tres leucas tandem Ulixbonam inclitam ciuitatem venimus. Est mons altissimus. In eius sumitate duo castra regia. Et sub castris totus mons habitatus plenus domibus, monasteriis et aliis ecclesiis. Et habet ad occidentem alium montem cuius latus orientale totum habitatur. Et in medio maxima planicies usque ad mare: tota populata maior est Nuremberga et multo

---

(1) Ainda hoje o povo chama ao rio, em frente de Lisboa, o mar.

tado, cheio de casas, de mosteiros e outras igrejas; tem a ocidente outro monte, todo habitado do lado oriental, e no meio uma grande planície até ao mar, tôda povoada. É maior que Nuremberg e muito mais populosa, porque numa só casa há geralmente três, quatro ou cinco inquilinos. E são mais três cidades do que duas (1). Do lado de baixo do castelo, no sopé do monte, há para os Judeus três lugares, que à noitinha são fechados por completo. No sabado, véspera de S.to André, visitei a sinagoga dêles, e semelhante a essa nunca vi outra. Na sinagoga há um pátio coberto por uma videira enorme, cujo tronco tem de circunferência quatro palmos. Que lindo que é o recinto e a cátedra que há para prègar como nas mesquitas! Dentro da sinagoga estavam

---

populosior quia in una domo sunt plerumque 3, 4, aut quinque habitatores. Et potius sunt tres ciuitates quam duae. Iudei autem habent sub castro tria loca propria sub castro in radice montis que omnino sero clauduntur. Et sabatho que erat vigilia Andree ingressus eorum sinagogam vidi, cuius similem nunquam vidi. Et in sinagogam habent pallatium quod tegit maxima vitis cuius truncus in circuitu erat 4 palmorum. O quam pulcer est locus et cathedram predicandi ut in mesquitis Ardebant in ea decem magna candelabra et in unaquaque tamen 5o aut 6o lampades, demptis aliis lampadibus. Et mulieres habebant separatam sinagogam in qua erant etiam

---

(1) É a tradução literal do latim de Monetarius: «Et potius sunt tres civitates quam duae». A razão de Monetarius afirmar que se poderia dizer que são três cidades ou está no que êle conta logo a seguir, isto é, que, além da parte habitada pelos cristãos, há outra reservada só para habitação dos Judeus, e ainda outra dos Mouros, ou então é uma razão de ordem geográfica, isto é, derivada da própria disposição da cidade, e assim as três cidades seriam as três partes de que êle acaba de falar, constituídas respectivamente por cada um dos dois montes e pela planície.

acesos 10 grandes lampadários com 50 ou 60 lâmpadas cada um, não falando ainda de outras. As mulheres tinham uma sinagoga separada (1), na qual havia também muitas lâmpadas acesas.

Os Judeus de Lisboa são riquíssimos; cobram os tributos reais, que arrematara ao Rei. São insolentes com os cristãos. Têm muito medo da proscrição, pois o Rei de Espanha ordenou ao Rei de Portugal que expulsasse os marranos (2) e da mesma forma os Judeus, aliás teria guerra com êle. O Rei de Portugal, fazendo a vontade ao de Espanha, ordenou que antes do Natal saíssem do reino todos os marranos. Êles fretaram a nau *Raínha,* belíssimo navio, e no meado de Dezembro irão para Nápoles; aos Judeus, porém, deu o Rei o prazo de dois anos (3) para assim os

---

multe lampades ardentes. Sunt ditissimi Iudei Lisibona Et recipiunt tributa regia que a rege emerunt. Et insolentes christianis sunt. Timent etiam maxime de proscriptione. Nam Rex hispanie precepit Regi portugalie ut marranos exterminet similiter Iudeos aut bellum cum eo habeat. Rex autem portugalie morem gerens Regi hispanie precepit ut ante festum natiuitatis domini omnes marrani regnum exeant: qui conduxerunt nauem regine, pulcerrima nauem. Et iam per medium decembris Neapolim ibunt. Ad Iudeos autem Rex habet inductos per integros duos annos, ut cum moderatione eos ex regno eiiciat. Considerantes hoc Iudei continuo abeunt Et extera loca pro habitatione querunt. Habent item

---

(1) É a tradução literal do texto latino: «Et mulieres habebant separatam sinagogam».

(2) Marranos eram os conversos fingidos.

(3) Garcia de Rezende, na sua *Chronica de D. João II,* diz que o Rei concedeu aos Judeus o prazo de oito meses. Trata-se dos Judeus que tinham saído de Castela.

expulsar do reino menos violentamente. Em vista disso os Judeus vão-se retirando sem demora e procuram no estrangeiro lugares próprios para sua residência.

Também os Mouros têm junto das muralhas da cidade, do lado de baixo do Castelo, o seu bairro e mesquita, na qual estivemos.

No monte em frente ao do castelo há um mosteiro de frades carmelitas tão bem construído pelo infante D. Henrique que mais parece um castelo (1). Eu subia à tôrre e comprazia-me em contemplar a parte da cidade que dali se vê. No mesmo monte há também o mosteiro da Santíssima Trindade e o dos Frades Menores, no qual vimos um grande crocodilo pendurado no côro e uma grande árvore chamada dragão (2), da qual corre sangue de drago, que é uma seiva

---

saraceni iuxta muros ciuitatis sub castro suam habitationem Et musceam in qua fuimus.

Est in monte opposito montis castelli Monasterium fratrum carmelitarum adeo summopere ab henrico infante fabrefactum ut castellum crederes. Ascendebam turrim eorum Et situm partis ciuitatis contemplabat quod placuit. Est item in eodem monte Monasterium S. Trinitatis: similiter monasterium minorum in quo vidimus magnum crocodillum in choro pendentem. Similiter unam magnam arborem apellatam dragonem ex qua effluit sanguis draconis succus rubeus. Sunt item in monasterio S. Agustini quod supra castellum est tres arbores dracones dicti. Et una arbor magna erat cuius truncum vix duo possunt amplecti Et est alta ut pinus Et in summitate in multos ramos diuiditur magnos: et illi

---

(1) Trata-se do Convento do Carmo, cujo fundador foi o Condestável D. Nuno Álvares Pereira.

(2) Trata-se do dragoeiro comum ou gigante (dracaena draco). O mais célebre pela sua idade e tamanho é o de Orotava, na base do pico de Tenerife (Canárias).

avermelhada. Também no mosteiro de Santo Agostinho, que fica acima do Castelo, há três dessas árvores, e uma delas grande, sendo difícil a dois homens abarcar-lhe o tronco. É uma árvore da altura dum pinheiro, repartindo-se no alto em muitos e grandes ramos, que têm internódios como a raiz do ácoro; e do último internódio sai um grande tufo de fôlhas carnudas e bastas, parecidas com as do ácoro ou da espadana, e um cacho grande e compacto como os das tâmaras, que tem muitas bagas do tamanho de avelãs. Essas bagas erão côr de limão; em Janeiro, porém, quando amadurecem, são doces e avermelhadas, mas não se comem muito nestas terras.

A casca desta árvore é grossa e a madeira é branca e esponjosa como a do limoeiro ou como a polpa do rábão, muito mole na extremidade dos ramos, mas dura na raiz e no tronco. Na Guiné e noutras ilhas sustentam-se as bêstas de carga com as fôlhas dessas árvores que são tão grandes

---

rami habent internodia ut radix acori Et ex ultimo internodio egreditur magnus globus foliorum que vident ut folia acori aut iridis, pinguia et spissa, Et unus botrus magnus spissus ut dactilorum qui fert multa grana ut auelane que erant citrina: Et in Januario dum maturantur fiunt dulcia et rubea: sed non multum in terris istis comeduntur. Lignum autem arboris est ab extra cortex spissus et ab intra caro alba spongiosa ut caro citri aut rape Et in summitate ramorum est mollis multum, in radice autem et trunco dura Et in genea et aliis insulis pascuntur iumenta ex foliis illorum arborum. Et sunt in genea adeo magne ut Ethiopes ex singulis internodiis faciunt cimbas pro tribus aut 4 hominibus Et ex cauato trunco cimbam pro 5o aut 6o hominibus, quod mihi veridici dixerunt qui viderunt in partibus equinoctialibus. Est enim arbor illa de carne spongiosa et molli et leui, ut medulla sambuci Et facile cauatur; plena est paruis venulis. Et in Marcio extra-

lá que os Etíopes fazem de cada internódio uma canoa para três ou quatro homens, e dum tronco cavado uma para 5o ou 6o; foi-me contado isto por pessoas dignas de crédito, que o observaram em regiões equinociais. A madeira dessa árvore é esponjosa, mole e leve como a do sabugueiro e pode escavar-se fàcilmente; é cheia de pequenas veias. Em Março extrai-se-lhe um suco avermelhado: é o sangue de drago. É uma árvore muito bonita. Atinge enorme grandeza nas terras quentes, principalmente em lugares húmidos, porque é muito ávida de água.

No domingo, último dia de Novembro, fomos até uma milha de distância de Lisboa, a Santa Maria da Luz, que muita luz aí derrama com os seus milagres. Lá vimos o bico dum pelicano; é parecido com o bico do onocrótalo, embora menos largo. Essa ave tem um grande saco à altura do estômago; é mais pequena que o cisne e maior que o pato, e as suas penas em todo o corpo são cinzentas. Abunda na

---

hitur succus rubeus Et est sanguis draconis. Est valde pulcra arbor: Et in partibus calidis in maximam magnitudem adolescit: precipue circa aquosa loca quia aquam valde sitit.

Dominico die que erat ultima nouembris exiuimus extra Lisibonam per unum miliare ad Sanctam Mariam de Luce que ibi claret miraculis. Ubi vidimus rostrum pelicani illius auis; Et est quasi rostrum onocrotali nisi non adeo latum: sed habet magnum saccum pro orificio stomachi: Et est minor cygno, et maior ansere, Et plume cineriae per totum Et habundat in Genea. Vidimus etiam cannas quas tormentum maris ex oriente in insulas Maderam et Fayal proicit.

Et vidimus duas cannas quarum una erat 16 passuum spissa ut brachium meum circa manum Et internodia erant longitudinis ulne. Ideo credo Plinio de magnitudine cannarum libro sexto. Vidimus item lanceas paruas ex cannis factas cum acutissimis speculis quas hasagayes ethiopes

Guiné. Vimos também canas que a agitação do mar traz do lado do Oriente para as ilhas da Madeira e Faial. Vimos duas, uma das quais tinha 16 passos e era da grossura do meu pulso, sendo os internódios do comprimento duma braça; por isso creio no que diz Plínio da grandeza das canas, no livro 6.º — Vimos também pequenas lanças feitas de canas, com pontas muito aguçadas, lanças a que os Etíopes chamam azagaias. Vimos ainda arcos, bestas e pontas com pequenos ferros agudíssimos, tudo inteiramente de cana. Vimos além disso um crocodilo pequeno e também umas serras que são bicos (1) de peixes muito grandes; essa espécie de serra é feita dum ôsso duríssimo, com que êsses peixes cortam os tabuões dos navios. Tinham as tais serras durís-simas um palmo de largura e duas braças de comprimento.

No mesmo dia subimos ao Castelo e vimos dois fortís-simos leões, os mais bonitos que tenho visto. Vi também

---

vocant. Item arca balistares et spicula preacutis paruis ferris facta omnino ex cannis. Vidimus etiam paruum crocodillum. Vidimus item serras que sunt rostra piscium maximorum, sicut serra facta durissimo osse quo ille piscis asseres nauium ut serra scindit. Vidimus tales serras in latitudine palme et longitudine duarum ulnarum durissimas. Eodem die ascen-dimus Castellum et vidimus duos fortissimos leones adeo pulcros sicut nunquam vidi. Similiter cosmographiam in maxima et bene descripta tabula deaurata cuius dyameter erat 14 palmorum. Est valde regium castrum cum pallatiis, aulis et aliis factum. Descendentes autem ex castello mare ingressi sumus ad nauem magnam et preclaram cuiusdam almani nobilis ex Tantzig cui nomen Bernardus Fechter qui maximum honorem nobis fecit:

Fecit preparari unam pernam quas Westfelisch hamen

---

(1) São o bico do *peixe serra*.

uma enorme e bem feita carta cosmográfica dourada; tinha 14 palmos de diâmetro. O castelo é bem um castelo real, com palácios, páteos e outras cousas.

Descendo do castelo fomos a bordo dum grande e magnífico navio dum alemão nobre de Dantzig, chamado Bernardo Fechter, que nos recebeu muitíssimo bem. Mandou preparar uma perna daquelas a que na Westfália chamam *hamen* (1) e costeletas de carneiro assadas, tudo regado com magnífica cerveja da Inglaterra e de Dantzig, de que bebi à farta e que assentou muito bem. Êsse Bernardo Fechter uma vez em que, no mar de Inglaterra, êle e os seus companheiros estavam sendo acossados por um temporal, mandou dois tripulantes ao escaler; mas, desprendendo-se êste de repente, a tempestade afastou-o do navio, e durante dez dias e onze noites andaram à mercê das ondas sem comida, nem bebida nem remos. No undécimo dia foram encontrados por um pescador; ao dar cerveja e pão ao mais fraco para

---

vocant. Similiter spatulas mutonum assas: Et optimam ceruisiam ex Anglia et dantzig quam ad sacietatem bibi et bene contulit. Idem Bernardus Fechter in mari anglico dum tempestas maris eos premeret in barcam duos misit quos remis in nauem porrigentes ut barcam naui imponerent, soluta barca subito tempestas a naui abstulit: Et illi duo 10 dies et 11 noctes sine cibo potu et remis in mari iactati sunt Et 11.° die a piscatore inuenti qui cum ceruisia et pane debiliorem reficerent subito mortuus est. Secundum autem paulatine refocillauit et sanatus est et in londro anglie ad bernardum venit. Hunc Lisibone vidimus. Vide quod homo undecim diebus sine cibo et potu stetit. Prouisa autem erat hec nauis bombardis optimis et multis, mortariis arcubus, lanceis, telis,

---

(1) Provàvelmente *perna de carneiro* (em alemão Hammel Keule ou Hammelschlägel).

lhe restaurar as fôrças, êste morreu de repente; mas o outro restabeleceu-se pouco a pouco e está de saúde, e em Londres juntou-se a Bernardo. Vimos êsse homem em Lisboa. É digno de nota que um homem esteja onze dias sem comer nem beber. Estava a nau de Fechter provida de muitas e óptimas bombardas, morteiros, arcos, lanças, dardos, e tudo quanto diz respeito à guerra marítima. Fechter tinha cem homens sob as suas ordens. Era êsse navio em tudo e de tudo òptimamente aparelhado. Até teve um monge de Esslingen (Suábia), da ordem dos Prègadores, a quem Fechter elogiava, dizendo que êle era muito capaz nas cousas da guerra. Ó monges, em tôda a parte apareceis!

Saindo dêste navio, entramos na nau *Raínha*. Que nau tão bonita e tão bem provida de tudo! Tinha 36 bombardas grandes e 180 mais pequenas, muitos barris de pólvora, armas de arremêsso, lanças e bestas, e estava preparada para em Dezembro levar a Nápoles os marranos. Foram alistados

---

et omnibus spectantibus ad bellum maritimum. Et habebat sub se 100 viros. Et erat in singulis optime instructa nauis. Habuit etiam monachum ex eslingen sweuie de ordine predicatorum quem laudabat dicens eum paratum esse ad rem bellicam. O monache; ubique inueneris.

Exeuntes autem hanc nauem ingressi sumus nauem regine. O quam pulcram et omnibus bene instructam nauem: que habebat 36 maximas bombardas: Et 180 alias bombardas, vasa multa pulueris, missilia, hastas, balistas Et erat preparata ut in diebus decembris veheret marranos ad Neapolim. Et fuerunt in ea ordinati 30 bombardarii omnes almani quorum capitaneus grorius piet de Atzmaus villa supra Felkirch circa Salgans homo bonus et verax quem Rex valde dilexit.

Item in portu maris omnia victualia copiosissime venduntur, tot fructus, auelanas, nuces, citra, amigdalina, ficus, etc.

para ela 30 bombardeiros, todos alemães, cujo capitão era Gregório Piet, de Atzmaus, vila sôbre Felkirch, cêrca de Salgans, homem de bem e muito estimado pelo Rei.

No pôrto de mar aparecem à venda em enorme abundância todos os comestíveis, grande quantidade de frutos, avelãs, nozes, limões, amêndoas, figos, etc. Quanto a maçãs, é impossível haver em maior quantidade: vi mais do que as que se costumam vender no outono e no princípio do inverno em Nuremberg.

Enorme variedade de peixes. De arenques (1), a que chamam sardinhas, e que são pescados em Setúbal, a quatro milhas de Lisboa, há tal quantidade que chegam para Portugal inteiro, Espanha, Roma, Nápoles e Constantinopla. E já não falo dos atuns, toninhas e outros peixes.

Na véspera de Santo André, por ordem do Rei, fomos levados à casa da Mina, que é uma casa grande no pôrto de mar (2) na qual estão em enorme abundância mercadorias

---

Item tot poma ut nihil supra: maiorem quantitatem pomorum venialium vidi quam etiam in autumno et principio yemis nuremberge solet vendi. O quam varia genera piscium, allecarum que sardinas vocant que 4 miliaribus in opido maritimo septufals in tanta copia preduntur que tote Portugalie, Hispanie, Rome, Neapoli, Constantinopoli sufficiat. Taceo de tennis et delphinis et aliis piscibus.

In vigilia andree mandato Regis missi sûmus Minam suam que est domus magna in portu maris in qua sunt in maxima copia merces regis qûas in Ethiopiam mittit. Et vidimus multos pannos varii coloris distinctos quas ex tunis facit aportari. Item tapetes, telam caldarios cupreos, pelues, paternostre citrina ex vitro et alia infinita genera. Item in alia

---

(1) «Allecarum, que sardinas vocant», diz o texto latino.

(2) Isto é, junto do rio.

do Rei, que êle manda para a Etiópia. Vimos muitos panos matizados de várias côres, que êle manda vir de Túnis, e também tapetes, tela, caldeiras de cobre, bacias de metal, contas de vidro côr de limão e muitas outras cousas. Noutra casa vimos aquilo que é trazido da Etiópia: grãos do paraíso (1), muitos ramos e cachos de pimenta, de que nos deram bastantes, e também dentes de eleíante. Quanto ao ouro, foi todo amoedado então: vem já fundido e preparado, e raras vezes trazem o seu minério, que é uma terra ruiva, em geral quási dourada. No fim dêste livro, no capítulo: *De insulis meridionalibus et Ethiopiae,* trato mais detalhadamente dêste assunto.

A 20 de Dezembro saíram quatro navios como o *Raínha* com 800 marranos, e mais outro chamado *Águia* carregado com muito açúcar e 200 homens, mercadores e peregrinos, e um óptimo comandante; êste navio *Águia* nesse mesmo

---

domo vidimus que ex Ethiopia afferuntur Grana paradisi, plures ramos et racemos piperis quorum multos nobis dedit. Item dentes elephantorum. Sed omne aurum tunc monetatum fuit Et affertur aurum fusum et preparatum et raro minera eius que est terra rubea quasi ex toto aurea. In fine huius libri in capitulo de insulis meridionalibus et Ethiopie latius de ea re inuenies.

Item 20 decembris exiuerunt 4 naues ut Regina cum 800 marranis: Et alia vocata Aquila que onusta erat multo zucaro et hominibus mercatoribus et peregrinis et optimum patronum. Hec inquam Aquilla illo die 5 leucas a portu lisbonensi ob maximas tempestates subito periit. Illo die exiuimus S. Iacobum et erat maximus ventus dixique sociis meis: Ve illis qui nunc in mari fluctuant. Veniens ad Cesar augustam hec mihi dicta fuerunt. Item quidam Valentinus in Tolosa

---

(1) Malagueta.

dia naufragou sùbitamente a quatro léguas do pôrto de Lisboa, devido a um grande temporal. Nesse dia saímos nós de Santiago; estava muito vento e eu disse aos meus companheiros: «¡Ai daqueles que andam agora sôbre as águas do mar!» Quando eu ia para Saragoça me foram contadas estas cousas, e também em Tolosa um certo valenciano me disse que há muitos anos que não tinha havido no mar temporal como aquele; nessa ocasião naufragaram no mar, ou despedaçados nos portos, de Marselha até Valência, mais de 5o navios.

Voltemos ao assunto. Vimos também uma enorme ferraria com muitos fornos, onde se fazem âncoras, colubrinas, etc., e tudo o que diz respeito ao mar. Eram tantos os trabalhadores negros junto dos fornos que nos poderíamos supor entre os Ciclopes no antro de Vulcano. Depois vimos noutras quatro grandes casas inúmeras colubrinas muito grandes e lindíssimas, e também armas de arremêsso, escudos, couraças, morteiros, espingardas, arcos, lanças, tudo muito bem fabricado e em enorme abundância, sem falar do que em

---

mihi dixit quod non fuisset similis tempestas maris in multis annis. Et illis diebus a marsilia usque Valenciam plusquam 5o naues in mari et portubus allise perierunt.

Vidimus item maximam officinam cum multis fornacibus ubi faciunt anchoras, pixides, etc., et omnia spectancia ad mare: tot erant laborantes nigri in suis caminis ut Ciclopas et antrum vulcani crederes. Demum in 4 magnis domibus vidimus pixides suas maximas et pulcerrimas que erant sine numero. Item missilia, clipeos, thoraces, mortarios, springardas, arca, lanceas Et omnia optime facta: Et in maxima copia; taceo de aliis que ubique per totum mare in naues sunt disperse. Instrumenta Nurembergen nihil sunt in comparacione. O quantum plumbum, cuprum, sal nitrum, Sulphur; omnia copiosissime affuerunt. Nec mirum quia Ethiopia dat aurum in habundancia Et Rex est homo multum domesticus, nulla

tôda a parte, por êsses mares fora, se encontra espalhado pelos navios. Em comparação disto nada é o material de Nuremberg. ¡Que enormes quantidades de chumbo, cobre, salitre e enxôfre! De tudo isso chegou uma quantidade extraordinária; nem admira, porque a Etiópia fornece muito ouro, e o rei é um homem de costumes lhanos, nada pródigo, e sabe tirar proveito de tudo. Do comércio marítimo deve êle tirar anualmente um lucro incrível.

Estávamos hospedados numa grande e bonita casa do Rei, habitação do sogro do Sr. Martinho da Boémia (1), chamado Job Hurder, de Bruges, homem nobre (2) e capitão das ilhas do Faial e Pico, casado com uma senhora nobre, sensata e muito prendada, a qual me deu bolsas de almíscar de gazela e nos rodeou das maiores atenções. Essa casa fica numa grande praça, campo larguíssimo junto do convento de S. Domingos. Fomos muito bem tratados.

---

in eo prodigalitas: sed omnia in lucrum ordinat. Credo ipsum annuatim ex mercibus maritimis habere lucrum incredibile.

Erat autem nobis hospicium in maxima et preclara domo Regis, in habitacione Soceri domini Martini Bohemi, dominus Ioducus de Hurder dictus, de Brugis homo nobilis et capitaneus insule Fayal et de pico: Et habebat uxorem nobilem sapientem et in omnibus peritam que mihi testes de musco ex gasella donauit, nobisque maximum honorem exibuit. Et hec domus est in maximo et latissimo campo sita, iuxta monasterium sancti dominici: fueramus optime tractati.

---

(1) Martim Behaim.

(2) É preciso não confundir a palavra *nobre* com a palavra *fidalgo*. Todo o fidalgo era nobre, mas nem todo o nobre era fidalgo. A êste respeito diz Gama Barros: «Além da nobreza por linhagem, que era a mais considerada, chamava se nobre também ao homem notável pelo seu saber, ou por seu valor e procedimento. Fidalguia era a nobreza que vinha do nascimento». (*História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, tômo 1.º, pág. 391).

DO PÔRTO DE LISBOA

Meia milha abaixo de Lisboa há dois montes distanciados um quarto de milha um do outro; pela garganta que êles formam entra o mar em direcção a nascente até uma distância de 14 léguas, tendo três léguas de largura em alguns sítios, e menos em outros. ¡Que férteis e bem povoadas são as margens dêsse braço de mar! São abundantíssimas em azeite, sal, e todos os frutos da terra. Junto de Lisboa os navios estão abrigados mesmo contra as maiores tempestades. Em frente de Lisboa, do lado do sul, há um monte bonito, tendo no alto um castelo, chamado outrora Almania, e hoje Almada por corrução da palavra, porque, no tempo em que os sarracenos ocupavam Lisboa, os alemães, inglêses e franceses, por amor da nossa religião, conquistaram-no, bloquearam o pôrto e fizeram-lhes grande mal. Para além do cas-

---

DE PORTU MARIS ULIXBONE

Sub lisbona ad medium Miliare sunt duos montes distantes quartale unius miliaris, per quorum claustra ingreditur mare in terram, versus orientem borealem ad 14 leucas, alicubi latum tribus leucis alicubi minus Cuius brachii littora O quam fecunda sunt et bene habitata: Fecunda inquam oleo, salinis et omnibus illis terre fructibus. Sunt autem naues circa Lisibonam etiam in maximis tempestatibus securissime. Est item ex oposito Lisibone ad meridiem mons alius pulcer in cuius summitate Castelum unum olim Almania, nunc corrupto vocabulo Almada dictum, quia dum Sarraceni Lisbonam occuparent Almani et Anglici et Galli ob amorem religionis nostre hoc eis abstulerunt, portum clauserunt, et multa mala eis fecerunt. Est item post castellum Regis una ecclesia col-

telo real há uma igreja colegiada chamada de S. Vicente, onde estão sepultados os corpos de muitítsimos alemães e se mostram as caveiras dêles; são os que morreram quando os alemães cercaram Lisboa e a conquistaram aos sarracenos.

DA TERRA PORTUGUESA E DA AFABILIDADE DO POVO

As pessoas do povo, de ambos os sexos, são muito afáveis. Os alemães da Flandres são geralmente muito ricos, e moram na Praça e na Rua Nova, que foi feita à imitação das da Alemanha; empregam-se geralmente na compra de mercadorias. Há também judeus riquíssimos, que se dedicam à venda de mercadorias, e que vivem só do trabalho dos seus escravos.

DA TERRA DE PORTUGAL

O comprimento de Portugal, desde o norte até Silves, que fica ao sul do Algarve, é bem de 120 léguas; mas a

---

legiata ad Sanctum Vincencium dicta, ubi infinita corpora Almanorum sepulta sunt, Et capita eorum monstrantur qui Almani dum obsederunt Lisbonam Et eam vi sarracenis adimerent obsidionis tempore perierunt.

DE CIUILITATE POPULI ET AGRO EIUS

Populus utriusque sexus multum ciuilis est: et ditissimi ut plurimum sunt Almani ex Flandria Et morantur in platea et ruga noua que est modum ritus almanici facta: Et maior pars laborat in mercibus reperiundis, hic ditissimi Iudei qui quasi omnes merce vendunt qui ex solo sclauorum suorum labore viuent.

largura, de ocidente a oriente, será quando muito de 24. Em muitos pontos o terreno é bom; mas no Algarve, que é um recanto desde o cabo de S. Vicente quási até Setúbal, é montanhoso e pouco povoado. Abunda, porém, a orla marítima do Algarve em figos, uvas, amêndoas, etc.

DA COSTA OCIDENTAL DA ÁFRICA

Na África, junto ao estreito e colunas de Hércules, tem o Rei a cidade de Seuta, que outrora, quando os seus predecessores a conquistaram ao rei de Fez, era muito grande, mas que é pequena agora. Está muito bem defendida contra os ataques dos sarracenos. Em 1458 da era de Cristo levantaram-se os reis de Fez, de Túnis e de Oran, e vieram com mais de 40.000 homens para reconquistar Seuta; muito mal

---

DE TERRA PORTUGALIE

Latitudo portugalie a septentrione usque ad Silues quod est ad meridiem in Algarbia est bene 120 leucarum. Longitudo autem eius ab occidente in oriens vix est 24 leucarum: Et in multis locis bonum agrum habet. Sed in Algarbia que est angulus a capite S. Vincentii quasi ad setufels est montosa et male populata. Habundat autem Algarbia in ora maritima ficubus, uuis, amigdalis, etc.

DE AFRICA MARITIMA OCCIDENTALI

In Affrica iuxta strictum maris et columnas herculis habet ciuitatem Septam que olim erat maxima quam sui predecessores Regi de Fes abstulerunt. Nunc autem parua est et fortissima contra insultus sarracenorum. Anno domini 1458 surrexit Rex ex Fes, Rex de tunnis, Rex de Oran, plusquam

armados, porém, visto que traziam muitos escudos de cortiça, que é o que êles chamam *zockelholtz*, aproximaram-se das muralhas como carneiros e nada conseguiram. Havia na cidade 800 cristãos, entre os quais dois alemães, um Jorge de Echingen, do condado do Wurtemberg, armado cavaleiro em Jerusalém, e o outro Gregório Ramseidner, de Salzburgo, soldados valentes ambos. Êsse Jorge de Echingen cortou pelo meio com a sua espada um valente cavaleiro sarraceno e tirou-lhe a dêle, e por outro lado Ramseidner deixou para uso de Portugal um produto do seu engenho — umas panelas grandes de barro mal cozido, que se enchiam de cal em pó e de triângulos de ferro, a que chamam *fuseysen*, e que êle em seguida mandava atirar de cima das muralhas para o meio dos sarracenos, que ficavam cegos e feridos, sofrendo assim grande dano. Vieram em auxílio da praça uns navios de *Sancta Luca Sibiliæ* (1), pois o rei de Portugal, impedido pelo vento, não pôde socorrê-la. O comandante em chefe

---

quadraginta milibus. Venientesque ad Septam ipsam recuperare voluerunt. Inermes autem ut cum clipeis multis ex corticibus quercuum quod zockelholtz vocant: murum ut pecudes accedentes: nihil profecerunt. Erant autem octo centum christiani in ciuitate inter quos duo Almani, unus Georgius de Echingen ex comitatu de Wurtemberg, miles in Ierosolimis factus: alter dominus Georgius Ramseidner ex Saltzburga qui strenue militantes. Georgius enim de Echingem quendam Sarracenum equitem fortissimum suo gladio per medium diuisit Et ei gladium abstulit, alia portugale usibus relinquens Ramseidner autem suo ingenio amphoras magnas ex limo semiustas faciens Et eas calce puluerizata et ferreis triangulis quos fuseysen vocant implens foras muros in medium sarracenorum curre fecit. Excecati autem et vulnerati sarraceni

---

(1) Será Sanlucar de Barrameda?

dos sarracenos, chamado Lazaratisch, que era tido por êles como santo, inculpou o rei de Fez por beber vinho (o que é contra a lei de Mahomet), e, tendo-se estabelecido entre êles a discórdia, retiraram-se inglòriamente ao quinto dia, abandonando muito do material de guerra à moda dêles; da sua fuga nocturna muito se doeram os cristãos por não terem matado mais de dois mil. Nos anos seguintes o Rei de Portugal tomou-lhes três praças: Arzila, Tânger e Alcácer, fortificando-as muito bem a tôdas, e fêz tributárias as povoações circunvizinhas, impondo a cada um dos seus habitantes a contribuïção anual dum ducado, a que lá chamam *tablo*. O Rei tem em Alcácer magníficos bombardeiros alemães, entre os quais um certo Jacobus Swevus, de Waiblingen, praça do Conde de Wurtemberg, que tem praticado muitas façanhas. No passado mês de Novembro foi obrigada uma povoação rebelde a pagar um tributo de 3.000 cabras, 200 bois, e outras cousas, sendo-lhe tomados também 14 escravos. Essas povoações, já fora do estreito de

---

magna damna sustulerunt. Venerunt autem certe naues ex sancta Luca sibilie eis in subsidium. Nam Rex portugalie vento prohibitus subvenire non potuit. Capitaneus autem supremus sarracenorum Lazaratisch dictus qui sanctus ab eis reputatur Regem de Fes inculpans qui vinum (non ut Mahometismo decet) biberit: dissensioneque inter eos facta: quinto die inglorie abierunt, relinquentes multa more eorum, de quo nocturno abscessu christiani multum dolebant quia ultra duo milia non interfecerant. Sequentibus annis autem Rex portugalie alia tria opida eis ebstulit ut Arsillam, Tanger Alkasser, que omnia fortissime moniuit. Et villas circumquaque tributarias fecit: quot annis enim singula capita, singulos dant ducatos quos tablos vocant: habet item Rex bombardarios Almanos expeditissimos in Alkasser, inter quos quidam Iacobus Sweuus de waiblingen opĩdo comitis de wirtemberg, qui

Gibraltar, distam 17 léguas entre si. Daí tira o Rei mais honra que proveito.

A 2 de Dezembro, depois do almôço, saímos da ínclita e gloriosa cidade de Lisboa, e, seguindo à margem do mar (1), chegámos, ao cabo de cinco léguas e já muito de noite, à vila de Alverca; levantando nos de manhã e caminhando valentemente, chegámos, ao cabo de nove léguas, à cidade de Santarém. A duas léguas de Lisboa vimos um magnífico e enorme navio do Rei, navio a que nada faltava; parecido com êsse nenhum outro vimos depois disso. Êsse trato de terreno de Lisboa até Santarém é muito rico de todos os frutos, e principalmente de azeite, vinho, e sal em extraordinária abundância no litoral.

A cidade de Santarém está situada na margem do aurífero e célebre rio Tejo, que é maior do que o Reno em

---

multa strenue gessit. In mense enim Nouembris proximo (2) ville rebelli dare tributa tria milia caprarum, ducentos boues et alia. Item 14 schlauos abduxerunt. Distant autem hec ville extra strictum Sibilie decem septem leucis abinuicem. Rexque maiorem honorem quam commodum inde habet.

Ad 2 Decembris inclitam et gloriosam Ulixbonam post prandium exeuntes, super littore maris in multam noctem ad villam Alberkam post quinque leucas venimus. Mane autem surgentes post 9 leucas fortiter euntes ad ciuitatem Santarenam venimus. Intercidentibus autem duabus leucis a Lisbona vidimus pulcerrimam nauem et maximam Regis omnibus instructam cuius similem post non vidimus. Est autem hic tractus a Lisbone santarenam usque valde fecundus omnibus fructibus et maxime oleo vino et sale in littore ut nihil supra.

---

(1) Deveria dizer: do rio.

(2) Falta aqui uma palavra que não consegui ler.

Frankfort. O rio passa em frente dela e desagua no tal braço de mar (1).

. . . . . .

Santarena autem sita est ad ripas Auriferi et incliti fluminis Tagi qui maior est Mogano in frankfordia qui eam preterfluit.

. . . . . .

---

(1) Transcrição latina e tradução portuguesa por Basílio de Vasconcelos (feitas por uma cópia fotográfica do manuscrito mandada tirar pelo Sr. Joaquim Bensaúde).

O PAÇO DE SANTOS-O-VELHO

Segundo reza a tradição, no lugar de Santos, foram martirizados por confessarem a Fé de Cristo, três irmãos: Veríssimo, Máximo e Júlia (1). E tiveram sepultura no mesmo sítio onde lhes deram a morte (2). Em sua honra se levantou ali um templo, sob a denominação visigótica. Os moiros invasores derruíram-no (3). D. Afonso Henriques, sôbre êsse mesmo chão, erigiu uma igreja em honra dos referidos mártires (4). Em 1194, D. Sancho I doou essa igreja aos freires de Santiago (5). Á roda do templozito levanta-

---

(1) Flores, *España Sagrada*, tom. XIV, fol. 307. — Barónio. Notas ao *Martyrologio Romano*, em o primeiro de Outubro. — *Monarchia Lusitana*, 2.ª parte, liv. XV, cap. XXIII.

(2) «Aqui lhe deram os Christãos sepultura, e lhe ergueram certo genero de altar ou ermida; e os Santos como protectores nacionaes d'esta cidade a defenderam milagrosamente de um cerco apertado que lhe poseram depois os barbaros alanos». (João Bautista de Castro, *Mappa de Portugal*, tom. III, fol. 248. Veja-se também a *Monarchia Lusitana*, acima citada.)

(3) *Crucesignati Anglici Epistola de Expugnatione Olisiponis*, no *Portugaliæ Monumenta Historica, Scriptores*, fol. 396.

(4) D. Rodrigo da Cunha, *História Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, cap. XVIII. — Júlio de Castilho. *A Ribeira de Lisboa*, fol. 577. — Fr. Agostinho de Santa Maria. *História Tripartida*, fol. 225.

(5) *Historia Tripartida*, fol. 261. — Júlio de Castilho, na *Ribeira de Lisboa*, a fol. 577, transcreve na íntegra o diploma que contém esta doação e que encontrou, na Tôrre do Tombo, no *Livro dos Copos*, fol. 151.

ram-se umas casas, de singela arquitectura, aonde esses monges guerreiros viviam modestamente em comunidade (1).

Depois da tomada de Alcácer, ficaram ali a residir os spatários, mudando-se mais tarde para Mértola e finalmente para Palmela que até à sua extinção continuou sendo a cabeça da ordem (2).

Para as moradias que os freires deixaram vagas em Santos, ingressaram algumas parentas próximas dos que andavam pelejando contra os moiros (3), e que até então, durante a ausência dos que lhes eram caros, viviam vida muito recolhida num tugúrio na Arruda (4).

Algumas destas damas e ainda outras, quer por perda de pessoas queridas, quer por outros desgostos e desenganos, afeiçoaram-se ao Claustro, professaram (5) e elegeram prelada que as governasse sob o título de Comendadeira (6).

---

(1) Fr. António Brandão, *Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. XI, cap. XXV. — Júlio de Castilho, *loc. cit.*, fol. 583.

(2) Fr. António Brandão, *loc. cit.*

(3) Fr. António Brandão, *loc. cit.*, escreve: «O mosteiro de Santos em Lisboa ficou á ordem deputado para recolhimento das mulheres & filhas dos comendadores quando hião á guerra. Não se professou nesta Religião em seu principio a castidade monastica como nas outras, mas sómente a conjugal, & assi foi cõueniente deputarse casa para recolhimento daquellas senhoras». — Fr. Hieronymo Roman, *Republicas del Mundo*, II, libro septimo, cap. II.

(4) Fr. Francisco Brandão, *Quinta Parte da Monarchia Lusitana*, liv. XVII, cap. LVII.

(5) Fr. Agostinho de Santa Maria, *loc. cit.*, fol. 352, escreve: «... se lhes concedeo que vestissem o habito da Ordem, & que professassem nella, observando o que os Estatutos, & Diffinicoens mandavão, debayxo da Regra de Santo Agostinho, & na mesma fórma que o costumavão fazer os Cavalleyros da mesma Ordem de Santiago».

(6) Fr. Francisco Brandão, *loc. cit.*, liv. XVII, cap. LVII, escreve: «A mais antiga Prelada, ou Comendadeira que pude achar do Convento de Santos, foi Dona Elena, pelos annos de mil duzentos & trinta & tres».

Dentro em pouco o novo cenóbio (1) atraíu a simpatia e o respeito dos reis, dos príncipes, da aristocracia e do povo.

D. Afonso II, D. Denis, a Raínha Santa Isabel (2), a Raínha D. Filipa de Lencastre (3) fizeram-lhe doações importantes. Muitas senhoras da primeira nobreza (4) e da mais alta representação, vieram enfileirar-se entre as venerandas monjas de Santos (5).

Padeceu o mosteiro durante o cêrco pôsto a Lisboa, por D. João I de Castela (6), em 1384. Parece porém que as reparações não se seguiram imediatamente; porque só vinte e um anos depois sabemos que o príncipe D. Duarte emprestou às senhoras de Santos o seu paço de a-par-S. Martinho (7), para pousarem emquanto durassem tais reparações; e apenas se concluíram, regressaram ao seu primitivo cenóbio.

D. João II mandou construir para esta nobre comunidade uma habitação mais ampla, mais grandiosa, o Convento de Santos-o-Novo (8), para onde se trasladaram em 1490, com

---

(1) «Nesta casa havia naquelles tempos muyta virtude, & muyta reformação; porque todas aquellas Religiosas procuravão com as suas grandes virtudes, & exemplo obrigar muyto ao Senhor a quem servião». (Fr. Agostinho de Santa Maria, *loc. cit.*, fol. 366.)

(2) *Historia Genealogica. Provas*, II, fol. 35, 101, 119.

(3) Fr. Francisco Brandão, *loc. cit.*, IV, fol. 289.

(4) Ver o *Tratado Terceyro* da já citada *Historia Tripartida*.

(5) Júlio Castilho, *loc. cit.*, fol. 585.

(6) Informa Fernão Lopes que o Castelhano «mandou aposentar o arraial a par de um mosteiro de donas que chamauam Santos, da Ordem de S. Thiago que é arredado da cidade pouco mais de dois tiros de bésta». (*Chronica d'El Rei D. João I*, cap. CXV).

(7) Fr. Francisco Brandão, *loc. cit.*, IV, liv. XVII, cap. LVII.

(8) «Aos cinco dias de setembro deste anno de quatrocentos e noventa mandou el Rey mudar ou trasladar o mosteiro de Santos que estava em Santos o Velho, onde agora são os paços alem de Boavista, pera o lugar onde agora está, que he Santa Maria do Paraiso, antre o mosteiro de Santa Clara e o mosteiro da Madre Deus. O qual mos-

grande solenidade (1) as relíquias dos Santos Mártires e as Comendadeiras (2). A partir desta data e durante alguns anos, segundo se presume, ficou desabitado o convento de Santos o-Velho. Alguns autores pretendem que nêle estabeleceu um paço, para veranear, El-Rei D. João II. Carece de fundamento esta versão (3). O cenóbio continuou sendo propriedade das Comendadeiras até ao século XVIII; porém, nos últimos anos do século XV, aforaram-no ou alugaram-no a longo prazo, a um formidável ricaço, chamado Fernão Lourenço (4), cavalheiro de rasgo e bom gôsto, que transformou o austero tugúrio numa linda e mui confortável habitação.

El-Rei D. Manuel, o Venturoso, ennamorou-se da bela vivenda e do sítio pitoresco e aprazível sôbre que elá pousava, e por aluguel ou empréstimo (5) a tomou a Fernão Lourenço (6),

---

teiro é da Ordem de Sanctiago, e el-Rey o mandou alli fazer». (Garcia de Rezende, *Chronica dos Valorosos e Insignes Feitos Del Rey Dom Joam II*, cap. CXII.) — Escreve Júlio de Castilho: «Do edificio d'el-Rei D. João II, pouco resta, ou nada, creio eu, a não ser um portal da horta do mosteiro mesmo defronte do recolhimento de Lazaro Leitão... Tem muita physionomia esse formoso portal do seculo XV; é de volta abatida, historiado e florido á maneira do tempo; no alto da nesga vê-se um escudo, contendo uma espada entre duas vieiras: Santiago da Espada». (*A Ribeira de Lisboa*, fol. 587.)

(1) Fr. Agostinho de Santa Maria, *loc. cit.*, fol. 424.

(2) «Era então prelada a virtuosa D. Violante Nogueyra, filha de Affonso Furtado de Mendonça, Anadel mor dos Besteyros e de D. Constança Nogueyra filha de Affonseanes Nogueyra alcayde mor de Lisboa». (Idem, fol. 422.)

(3) Consultar Júlio Castilho na *Ribeira de Lisboa*, de fol. 588 a 597.

(4) «Era um potentado na Corte portugueza, desde cerca de meio seculo aquelle argentario, que, pela sua actividade intelligente soube erguer-se a muito alta plana, e ligar o seu nome ao aturado serviço dos Reis D. Affonso V, D. João II, e D. Manuel». (Júlio de Castilho, *loc. cit.*, fol. 592.)

(5) Damião de Goes, *loc. cit.*, parte I, cap. XXXV.

(6) «... que foi hum dos magnificos homẽs daquelle tempo, & que

mimando-o com importantes mercês (1), como consta da carta de 26 de Outubro de 1501. Desde então o pavilhão real tremulou altivo no formoso edifício que antes abrigara os spatários, recolhera as Comendadeiras, encantara o argentário, e, por fim, veiu a transformar-se em paço régio do mais feliz e porventura do mais opulento soberano de Portugal.

Matrimoniou-se êle, em Outubro de 1497, em Valência de Alcântara, com a Princesa Isabel de Portugal, viúva do malogrado Príncipe D. Afonso e filha dos Reis Católicos D. Fernando e D. Isabel (2). Passaram os recém-casados todo o mês de Novembro e parte do de Dezembro em Évora; vieram depois ao Lavradio a visitar a Raínha D. Leonor «e d'ali se passaram a Santos ho Velho», e dêste palácio fizeram a sua entrada solene na Capital (3).

Foi no Paço de Santos que El-Rei D. Manuel recebeu em 1501 (4) a brilhante embaixada que a Senhoria de Veneza, patrocinada pelo Papa (5), lhe enviou, pedindo que a auxiliasse e defendesse de uma vigorosa arremetida com que os turcos a ameaçavam (6). Em 1510, em um sarau da Côrte, representava-se no grande salão do Paço de Santos, estando El-Rei presente, a farça de Gil Vicente, intitulada *Auto da Fama* (7).

---

do seu fundou de novo hos paços de Sanctos ho velho, que depois el Rei dom Emanuel houve delle, por escãibo de bẽs da Coroa que lhe deu». *(Idem).*

(1) Júlio de Castilho, *loc. cit.*, fol 597.

(2) *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa,* tôm. III, fol. 221. — Damião de Goes, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Emanuel.* Parte I, cap. XXIV.

(3) Damião de Gois, *loc. cit.*, parte I, cap. XXVI.

(4) Idem, *Ibidem,* parte I, cap. XLVII.

(5) Pedro de Mariz, *Dialgo de Varia Historia*, tom. I, cap. XVIII.

(6) Damião de Gois. *loc. cit.*, parte I, cap. LI e LII. — *Historia Geneologica*, tom. III, fol. 183.

(7) *Obras de Gil Vicente*, tôm. III, liv. IV.

Em Fevereiro de 1514, também no Paço de Santos, teve uma recepção soleníssima a embaixada que o célebre Preste João enviou a El-Rei D. Manuel. Vinha presidida por Mateus, que, como «homem sabio, & prudente dixe mui apontadamente, & mui seguro a el Rei as cousas que trazia a cargo para com elle tratar». O embaixador e sua comitiva desembarcaram de uma nau da Índia, do comando de Bernardim Freire, e vieram acompanhados para o paço pelo Bispo da Guarda, D. Pedro Vaz, D. Martinho de Castelo Branco, Conde de Vila Nova e muitos outros fidalgos, sendo recebidos pelo Monarca «em pe fora do estrado, fazendo-lhes muita honra» (1).

Dias depois, foi convocado o embaixador Mateus, para em uma sessão presidida pelo Rei, assistido por Prelados do reino e Teólogos conspícuos, responder «acerca das Cousas da Fé & Religião que os Christaõs do Abexi, tem & usam» (2).

No mesmo ano de 1514 foi a Côrte alarmada por um infeliz trambulhão que deu de uma varanda do Paço de Santos o Príncipe D. João (ao depois rei III do nome), que primava por travêsso (3). Ficou desmaiado e com um rasgão na testa, «tão maltratado que pensaram que morria» (4). Passou cêrca de 24 horas sem dar acôrdo de si, «mas foy Deus servido que em breve tempo recebeo perfeita saude» (5).

Em Março de 1522, o travêsso principesito, já reinante a êsse tempo, o sizudo D. João III, recebeu no Paço de Santos, D. João Taveira, Bispo de Ciudad Rodrigo, na qualidade de embaixador do Papa Adriano VI, que vinha dar-

---

(1) Damião de Goes, *loc. cit.*, parte III, cap. LIX.
(2) Idem, cap. LX.
(3) Francisco de Andrada, *Chronica de D. João III*, parte I, cap. V.
(4) Fr. Luís de Sousa, *Annaes d'el-Rei D. João I*, parte I, cap. III.
(5) Francisco de Andrada, *loc. cit.*

-lhe os pêsames de Sua Santidade pelo falecimento de El-Rei D. Manuel (1).

Na mesma data e lugar recebeu D. João os embaixadores de Carlos V (2), Carlos Popeto e Mr. de Chaulx, que não só lhe apresentaram as condolências do Imperador, pelo motivo acima apontado, mas também rogaram a El-Rei, em nome do seu augusto amo, que quisesse confirmar e jurar os antigos tratados que existiam entre Portugal e Castela; e ainda o convidaram a entrar na liga com o Imperador contra a França. Decidiu-se em conselho, também reünido no Paço de Santos, que se confirmassem os tratados; porém, quanto à liga, D. João recusou-se a entrar nela, por não ter motivo para romper com a França, e antes se ofereceu para mediador entre os soberanos desavindos (3).

El-Rei D. Manuel e D. João III fizeram obras importantes no Paço de Santos-o-Velho (4).

Durante o seu reinado, o desditoso D. Sebastião pousou por vezes, com a sua Côrte no Paço de Santos. Dali partiu em Dezembro de 1576 para uma piedosa romaria a Nossa Senhora de Guadalupe, indo também encontrar-se com seu tio D. Filipe II (5). Dois dias depois da partida de El-Rei, deu-se uma terrível explosão em umas tercenas que pouco distavam do Paço, «onde havia muito pão e todo o género de vitualhas e mercadorias das naus de Allemanha, Frandres, França, e Inglaterra, e outros reinos, para commercio», e entre as quais existia um depósito de quarenta e três mil e oitocentos quilogramas de pólvora. Parece que umas crian-

---

(1) Francisco de Andrada, *loc. cit.*, parte I, cap. XI.

(2) Frei Apolinário da Conceição, *Demonstração Historica*, fol. 247.

(3) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar das Relações Politicas e Diplomaticas de Portugal*, tom. II, fol. 29.

(4) Júlio de Castilho, *loc. cit.*, fol. 599.

(5) Fr. Bernardo da Cruz, *loc. cit.*, cap. XXXVII.

ças inocentíssimas (1) tiveram a fatal lembrança de botar fogo a um dos barris de pólvora. Claro está, a explosão foi terrível, alarmando a cidade inteira e causando num largo âmbito graves desastres (2). Da chuva de pedras que brotou do improvisado vulcão, caiu uma de grande pêso no telhado do Paço de Santos e abriu a parede, junto da qual estava encostada uma solene cadeira, em que D. Sebastião costumava dar audiência (3). Ora precisamente à hora a que se produziu a catástrofe, costumava El-Rei ocupar a tal cadeira recebendo as homenagens e as petições dos seus súbditos. Muito provável parece que se em vez de andar jornadeando para Guadalupe, pousasse naquela hora fatídica, do dia 13 de Dezembro de 1576, no Paço de Santos, o jovem soberano, teria adiantado cêrca de vinte e um meses a sua retirada para o «país desconhecido, do qual nenhum viajante ainda voltou».

Naquele tempo, em que se ligava sempre um significado sobrenatural aos factos impressionantes, da explosão das tercenas e dos seus efeitos no Palácio Real de Santos, tiraram-se dois juízos perfeitamente antimónicos. O desventurado Rei quis ver na catástrofe um milagre por ela ter estalado na

---

(1) Escreve Fr. Bernardo da Cruz, *loc. cit.:* «Não se sabe ao certo como succedeu o caso, mas presume-se que huns mininos acharam aberta a logea dos barris da polvora e puzeram o fogo a hum delles, *cuja simplicidade e innocencia mostra a ignorancia do perigo*».

(2) «Tal foi o terremoto que não houve igreja nem edificio grande na cidade, que não fosse grandemente abalado, com que a gente espantada fugia fora delles... em muitas partes da cidade as pedras dos edificios foram semeadas em diversas partes, das quais huma vêo matar uma mulher ao marco da Esperança, e outra feriu hum homem na calçada do Congro: finalmente ficaram mortos e queimados alguns mercadores e trabalhadores que andavam nas tercenas». (Fr. Bernardo da Cruz, *loc. cit.*)

(3) Diogo Barbosa Machado, *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo Delrey D. Sebastião*, tôm. 4.º, liv. I, cap. X.

sua ausência; escreveu em 3 de Março de 1577, a Rui Lourenço de Távora: «parece que quiz Deus que visse o Mundo quão aceite lhe foi aquella Romaria» (a Nossa Senhora do Guadalupe)(1). Depois de 4 de Agôsto de 1578 o sinistro acontecimento (2) foi arrolado entre os muitos sinais misteriosos (3), que, no dizer dos videntes e dos astrólogos, anunciaram a derrocada de Alcácer Quibir.

Em Outubro de 1577, uma outra scena interessante houve por palco o histórico e bem histórico Paço de Santos (4).

El-Rei D. Sebastião, assistido por D. Francisco de Portugal e por Miguel de Moura, ouviu, com mal rebuçado desagrado e despeito, a judiciosa memória (5) que mui comovidamente lhe leu o honrado Pedro de Alcáçova Carneiro, apontando os inevitáveis perigos da projectada jornada a África, quando o reino não dispunha nem podia dispor de gente, *nem de dinheiro*, para se afoitar a tamanho empreendimento. Nada respondeu o Soberano (6). Levantou-se, saiu da sala (7) deixando o sincero e devotadíssimo ministro interdito (8).

Depois da tragédia de Alcácer Quibir tornou a ficar de-

---

(1) Diogo Barbosa Machado, *loc. cit.*, fol. 96.

(2) «como fatal prognostico da ultima ruina d'este Reyno». Diogo Barbosa Machado, *loc. cit.*

(3) Fr. Bernardo da Cruz, *loc. cit.*, cap. LXXV.

(4) Idem, *ibidem*, fol. 163.

(5) Êste Memorial encontra-se inserto na já citada obra de Barbosa Machado, tôm. IV, liv. I, cap. XVIII.

(6) «... Ouviu o Rei o discurso, porem como estava obstinado na sua resoulução, foram infructuosas as dificuldades que lhe propôs Pedro d'Alcaçova Camelo». (Barbosa Machado, *loc. cit.*, fol. 170.)

(7) Júlio de Castilho, *loc. cit.*, fol. 614.

(8) Escreve Rebêlo da Silva: «Surdo á voz do Ministro consummado, desprezou-a como havia desprezado os avizos de D. João de Mascarenhas, de D. Luiz de Athaide e de Martins Affonso de Souza». (*Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, tôm. I, fol. 155.)

sabitado o Paço de Santos. Venderam-no as Comendadeiras (1) nos finais do século XVI, pela quantia de dez mil cruzados, ao 2.º Comendador-Mor de Avis D. Luís de Lencastre (2), filho do 1.º Comendador-Mor de Avis, também do mesmo nome (3), e neto, pelo lado paterno, do Duque de Coimbra, D. Jorge (4).

Esta venda, porém, foi anulada (5) por se haver realizado sem autorização do Grão Mestre da Ordem, que a êsse tempo era o rei intruso Filipe II de Castela. Em 1629, D. Francisco Luís de Lencastre (6), 3.º Comendador-Mor de Avis e filho do Luís acima citado, visto na Côrte de Madrid, com melhor sombra (7) do que seu pai, obteve de Filipe IV as necessárias licenças (8) para que as Comendadeiras (9) lhe vendessem o histórico edifício. Desde então residiram ali os Lencastres (10), até aos últimos anos da primeira metade do

---

(1) João Bautista de Castro, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, tôm. III, fol. 249, ed. de 1870.

(2) *Historia Geneologica*, I, XI, fol. 261.

(3) *Idem*, fol. 195.

(4) *Idem*, fol. 1.

(5) «... mas porque a dita venda foi feita sem consentimento do grão mestre da ordem. lh'a annulou D. Manuel de Seabra bispo deão da capella real, indo no anno de 1593 visitar o mosteiro de Santos o Novo pnr ordem de El Rei Filippe II». (João Bautista de Castro, *loc. cit.*, tôm. III, fol. 249.)

(6) *Historia Geneologica*, I, XI, fol. 285.

(7) *Idem*.

(8) Por carta régia de 23 de Junho de 1629. *(Collecção de Legislação.)*

(9) Era então prelada D. Beatriz de Lencastre, filha de D. Afonso de Lencastre, Comendador-Mor da Ordem de Santiago, neta do Mestre D. Jorge e irmã do Duque de Aveiro D. Álvaro. Veja-se a sua biografia na já citada *Historia Tripartida*, a fol. 501 e segs.

(10) «Moreram no seu palacio estes Lencastres, um dos ramos da descendência do Duque D. Jorge, Condes de Figueiró, depois Condes de Vila Nova de Portimão, e por fim Marqueses de Fontes e depois de

século XIX. Por esta época deixou a família Abrantes de habitar em Santos, e em 1840 alugou por sete anos o palácio a Sua Magestade a Imperatriz Viúva Duquesa de Bragança.

D. José Maria da Piedade de Lencastre, 6.º Marquês de Abrantes, sucedendo a seu irmão o 5.º Marquês D. Pedro, voltou a instalar-se no velho solar em 1848. Ali casou em 1 de Outubro de 1849, com D. Maria Rita Correia de Sá, filha dos 6.ºs Viscondes de Asseca. Dêste consórcio nasceu um filho único, em 1864, João da Neiva. Em Fevereiro de 1870 faleceu o Marquês, dois anos e um mez depois da morte da estremecida espôsa. Nesse mesmo ano o tutor do menor, Dr. Fernando Maria de Almeida Pedroso, alugou o palácio à Legação de França, então chefiada pelo Conde Armand. Renovado com modificações em diversas épocas, durou êsse arrendamento até que o Estado Francês, representado então na Côrte de Lisboa pelo seu enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, Saint-René-Taillandier, adquiriu por compra o histórico edifício ao seu proprietário D. João da Neiva de Lencastre e Távora, como consta da escritura pública, com data de 14 de Agôsto de 1909, inserta nas notas do notário May de Oliveira.

D. Thomaz de Almeida Manoel de Vilhena.

Abrantes, pela extincção da linha primogénita dos Almeidas Condes de Abrantes, ficando a varonia sendo Lençastre». (Júlio de Castilho, *loc. cit.*, fol. 633.

CÍCERO ADVOGADO (1)

A defesa de Archia envolvia também um ponto de direito, ainda que de menor importância. O poeta grego Archia, natural de Antiochia, veio para Roma aos dezassete anos no consulado de Mário e Catulo (652 de Roma) e, pelo seu talento, relacionou se com as mais importantes famílias romanas, entre as quais a de Lucullus. Mais tarde, por intervenção desta família, foi-lhe conferido o direito de cidadão de Heraclea, cidade de Lucânia aliada de Roma.

Em 665 a lei Plantia Papiria deu o direito de cidadão romano a todos aqueles que, domiciliados em Itália, estivessem inscritos como cidadãos nos registos de uma cidade aliada e o declarassem ao pretor dentro de sessenta dias.

Archia fêz a declaração exigida e tomou do seu protector o nome de Licinius. Em conseqüência da lei Papia em 689, que bania de Roma os estrangeiros que se fizessem passar por cidadãos romanos, um tal Gratius ou Grachus acusou Archia de usurpar a qualidade de cidadão. Archia, efectivamente, não podia provar a sua inscrição nos registos de Heraclea, por terem ardido, mas Cícero tratou de suprir hàbilmente a falta, provando a declaração perante o pretor, o incêndio dos registos, a ausência de Archia de Roma no tempo em que se fizera o recenseamento, razão porque nêle não figurou o seu nome; ganhou a causa.

Esta oração *pro Archia* está escrita num estilo diferente

---

(1) Cont. do n.º 4, pág. 437.

do das outras orações de Cícero e mesmo num estilo pouco usado nos tribunais; mas Cícero defendia um poeta que fôra seu mestre, perante um tribunal presidido, ao que parece, por seu irmão Quintus, poeta também, e, por isso, se explica o elogio das belas letras que, um tanto forçadamente, em boa verdade, aí introduziu.

A Cícero têm sido feitas algumas censuras, não isentas de fundamento, mas explicáveis pelas circunstâncias do tempo e do meio em que viveu.

A sua eloqüência forense tem sido criticada por ser demasiadamente asiática, usar nela de um estilo imaginoso, ornado e difuso, às vezes em extremo prolixo pela repetição escusada dos mesmos argumentos. Mommsen acusa-o de prejudicar a causa para fazer valer a sua pessoa; outros argúem-no de se encarregar indiferentemente de tôdas as questões sem atender ao facto de serem justas ou injustas, parecendo até pôr maior empenho em fazer triunfar estas; de usar uma linguagem violenta contra os adversários e seus advogados, de não se preocupar com a verdade dos factos que afirma nem com as conseqüências dessas falsas afirmações; de se contradizer freqüentes vezes; de falar à sobreposse da sua pessoa.

Assim é, com efeito; mas não devemos perder de vista que as ideas e princípios correntes no tempo de Cícero diferiam muito dos que hoje aceitamos.

Como observou Boissier (1), hoje opomos a palavra à acção e, entre os romanos, a palavra era considerada a própria acção. Era ela que dirigia a política, inspirava as resoluções que decidem a perda ou a salvação dos povos, governava o mundo — *regina rerum oratio.*

---

(1) *Tacite*, pág. 19.

Segundo a opinião do próprio Cícero (1) o orador devia convencer e deleitar, e um dos modos de o conseguir era o emprêgo de um estilo imaginoso e ornado. Parece mesmo que o estilo asiático era o que melhor se quadrava com a índole dos romanos e melhor satisfazia o seu gôsto.

Brutus, apologista do aticismo, procurava imitar Demóstenes, a quem muito admirava; mas o seu esfôrço, ao que parece, nem sempre era coroado de bom êxito. Segundo o testemunho de Tácito, à fôrça de evitar ornamentos e movimentos patéticos tornava-se árido e frio; procurando com afinco a precisão e a fôrça, só conseguia ser rígido e sêco (2). Cícero não o compreendia e, quando Brutus lhe pediu para corrigir o discurso que pronunciara no Capitólio depois da morte de César, sem lhe alterar uma vírgula, dizia a Atticus que não era possível encontrar oração mais elegante e mais bem escrita, mas que, se tivesse de o refazer, lhe poria maior paixão (3).

Para o gôsto dos nossos dias o estilo de Cícero é talvez túrgido e prolixo em excesso. Abunda em imagens e em repetições escusadas, que só servem de pretexto a digressões e novas imagens. Não raro abandona o assunto principal, a marcha do raciocínio, para se entregar a explanações que a prejudicam. Todavia, nos séculos subseqüentes, os seus imitadores foram cem vezes piores, e tempos houve em que se tornaram quási incompreensíveis à fôrça de exagerar a abundância e prolixidade dos seus discursos.

Temos alguns factos que parecem demonstrar que Cícero, depois de proferir os seus discursos e antes de os entregar à publicidade, os trabalhava e pulia com cuidado. A segunda acção contra Verres não chegou a ser discutida no

---

(1) *De Oratore*, I, 35.

(2) *Cicéron et ses amis*, pág. 328.

(3) *Ad. Att.*, XV, 1.

tribunal, mas Cícero escreveu e publicou a oração que nela devia proferir. O discurso em defesa de Milon foi publicado e chegou até nós por forma diferente daquele por que foi dito no *forum*. O seu triunfo na causa de Flaccus foi devido, segundo refere Macróbio, aos ditos de espírito com que Cícero ornou a sua oração, ditos que não foram reproduzidos no manuscrito publicado que conhecemos. Asssim não é destituída de fundamento a suposição de Cícero não ter proferido no *forum* os seus discursos sob a forma em que os possuímos.

Seja, porém, como fôr, o que se nos afigura certo, a ajuïzar pelo resultado das questões judiciais em que interveio e que, na sua maioria, lhe foi favorável, e pelo prestígio que alcançou em Roma, ùnicamente por obra do seu talento e da sua eloqüência, é que o efeito produzido pelos seus discursos naqueles que os ouviam devia ser admirável. Era um sugestionador, um encantador das multidões, que as levava pela palavra para onde queria. Tudo na sua pessoa parecia disposto para êsse fim.

Midleton (1) reüniu as notícias que temos sôbre Cícero por forma a fazer dêle o seguinte retrato: — Era alto, magro, com o pescoço comprido, rosto másculo e feições regulares. A sua expressão era tão franca e serena que inspirava respeito e simpatia logo ao primeiro encontro. A sua memória devia ser prodigiosa e constantemente adextrada.

Com tais predicados, o efeito dos seus discursos no auditório era seguro, mesmo nas ruins causas que algumas vezes defendeu; mas não tantas como muitos pretendem.

Já Voltaire (2) mostrou quanto havia de exagêro na acusação feita a Cícero de ter pôsto a sua eloqüencia ao serviço

---

(1) Nota ao § 76 de Plutarco, trad. de Amyot.

(2) *Diccionnaire Philosophique*, vol. V, pág. 36.

de gente da pior espécie; mas, tentando justificar o facto de ter defendido causas injustas, não o explica suficientemente.

Nunca constituiu uma preocupação dos oradores romanos a justiça ou injustiça das causas de que tratavam, e assim o defeito, longe de ser pessoal de Cícero, era comum a todos os oradores do seu tempo e ainda aos de muitos séculos depois. Havia até uma certa predilecção pelas causas ingratas e difíceis, como sendo aquelas em que melhor se manifestava o talento do defensor. Cícero diz-nos que há duas espécies de causas, honestas e torpes — *genere causarum sunt honestum, turpe* (1); mas não acrescenta que se evitem estas e se aceitem aquelas, antes salienta o maior mérito do orador em defender o indefensável. Era esta doutrina a que, séculos decorridos, ainda se ensinava nas escolas de retórica, merecendo os retóricos as censuras de muitos escritores, justamente por escolherem para as *disputationes* escolares assuntos frívolos e inverossímeis.

A aspereza da linguagem, a falta de respeito à verdade, os ataques pessoais não preocupavam igualmente os outros oradores romanos.

Cícero, que no *Brutus,* no *De Oratore* e na sua correspondência tanta vez elogia Hortensius, não o poupou nas acções contra Verres, em que lhe dirigiu ataques pessoais e directos. Não poupou da mesma forma noutras questões as partes adversas e os seus patronos. Basta lembrar no processo de Sextius o seu furibundo ataque a Vantinius, simples testemunha. A propósito do seu depoïmento e no intuito de lhe atenuar a fôrça probatória, percorre tôda a vida de Vantinius, narra as violências por êle cometidas, as leis iníquas de que tomou a iniciativa quando tribuno, para só depois refutar a acusação que êle fazia a Sextius.

---

(1) *Ad. Heren.*, I, 3.

Falando dêste discurso numa carta a Quintus, diz Cícero: — «Vantinius atacava abertamente Sextius e tratei-o à minha moda, com aplauso dos deuses e dos homens... O insolente e audacioso Vantinius retirou-se confuso e humilhado» (1).

Pouco tempo depois, sem o mínimo escrúpulo, a pedido de César e Pompeu, foi defender o mesmo Vantinius, e numa carta a Quintus, procurando justificar o seu procedimento, diz não haver cousa mais fácil (2).

Ampliar e exagerar factos, sobretudo com pormenores picantes — *causam mendaciunculis adspergere* (3), era uma boa regra de retórica, não obstante os graves e injustos prejuízos daí possìvelmente resultantes para a honra e até para a vida e fortuna das partes adversas. O *De Oratore* está cheio de regras formuladas sem atenção nem respeito algum pela verdade. Assim, nas causas criminais, aconselha, em geral, a negação do facto criminoso, em especial nas de envenenamento, assassinato e peculato (4). Falando nos meios de fazer triunfar uma questão, aconselha os que previnam os juízes a favor do cliente e lhes transmitam aquilo a que o orador quer chegar (5), bem como os que desacreditam a parte contrária e levam a fazer mau juizo dela (6).

É certo dizer que ninguém pode convencer os outros de uma cousa sem primeiro dela se ter convencido a si próprio (7), mas isso só restringe muito parcialmente os meios de chegar a tal convencimento. Todos os outros oradores dêsse tempo não tinham mais escrúpulo de enganar e

---

(1) II, 4.
(2) II, 16.
(3) *De Oratore*, II, 59 (emprêgo do ridículo e da facécia).
(4) *Idem*, II, 25.
(5) *Idem*, II, 27.
(6) *Idem*, II, 43.
(7) *Idem*, II, 47.

sugestionar os julgadores. Cícero, falando de Antonius, diz que poucos juizes estavam preparados para se defenderem da sua eloqüência (1).

Se a sua linguagem era violenta, a ajuïzarmos pelos discursos que nos deixou, não o era tanto como a que, normalmente, se usava no fôro e da que Cícero se servia nos seus àpartes incisivos. Prova-o um grande número de casos narrados por Plutarco. Segundo refere êste escritor, numa ocasião em que depunha A. Publius Cotta, pessoa que se fazia passar por muito versada em jurisprudência, Cícero, que o interrogava, fêz-lhe uma pregunta à qual Cotta respondeu nada saber, pelo que Cícero lhe volveu: «— ¿Cuidas que te estou preguntando direito?».

De outra vez Metellus Nepos, cuja mãe passava por leviana, preguntava com freqüência, no decurso de uma causa em que alegava, dirigindo-se ao acusado: — «Quem é teu pai?».

Cícero, farto de ouvir repetir a pregunta, disse-lhe: «—Tua mãe procedeu de tal modo, que te seria difícil responder a essa pregunta». Numa causa de que tratara, Cícero rendeu os maiores elogios a Crassus e, pouco tempo depois, noutra causa, atacou-o com violência. Preguntando-lhe Crassus porque procedia por modo tão diferente, respondeu-lhe Cícero que era para experimentar a sua eloqüência, tratando um péssimo assunto.

E não foi só no tempo de Cícero que se usou uma tal linguagem no fôro.

Ovídio pôde escrever já no Império: *Latrat et in toto verba canina foro,* e Suetónio verbera a linguagem dos oradores forenses no tempo de Vespasiano. Um século depois de Cícero, no tempo de Augusto, a violência de linguagem dos advogados parece ter atingido ainda maior intensidade, ninguém tendo excedido Cassius Severus em tais

---

(1) *Brutus*, 37.

desmandos. As famílias nobres, divididas nesse período por ódios e rivalidades, acusavam-se recìprocamente nos tribunais, atribuindo-se a prática dos mais escandalosos e graves actos. O acusador de todos estes processos era sempre Cassius Severus, homem de origem humilde *(sordidæ originis)*, diz Tácito, inteligente, eloqüente e muito ambicioso. Para satisfazer a sua ambição e agradar aos seus clientes acusava tudo e todos, em tôdas e quaisquer questões, fôssem baseadas em factos verdadeiros ou em calúnias; e nas acusações empregava uma linguagem despejada e violentíssima. De tudo lançava mão, injúrias, ridículos, extravagantes invenções, torpezas, aleives. A-pesar-da fôrça de que ainda dispunha a aristocracia, êste modo de proceder era tão bem aceito, que ninguém conseguia calá-lo, nem sequer o próprio Augusto, que o temia (1).

Já no Baixo Império alguns escritores, como Prudêncio e Santo Isidoro de Pelusa, acusavam os advogados de fazerem prevalecer o gôsto pelas causas difíceis ao amor à justiça; e contra o emprêgo das injúrias, como meio de defesa, tornaram severas medidas os imperadores, segundo se vê do Código de Justiniano. Contra elas e contra a mentira se insurgem igualmente os moralistas cristãos, em especial Santo Agostinho e S. Jerónimo, e pelo modo porque o fazem, mesmo séculos depois, já em plena Renascença, sabe-se que nessa época tais males não haviam ainda encontrado remédio.

Por aqui se vê que os vícios de Cícero eram comuns a todos os oradores do seu tempo.

A par dêles o seu amor à justiça e a honestidade do seu carácter são-nos atestados por um grande número de actos da sua vida.

Preferia defender a acusar e sentia mesmo certa repu-

---

(1) Ferrero, *op. cit.*, vol. VI, págs. 90 e 154.

gnância pela acusação, procurando justificar-se quando a empreendia, como se mostra na primeira acção contra Verres.

O seu amor à justiça levou-o, quando pretor, a condenar o seu amigo Licinius Macer, que Crassus, outro seu amigo, defendia.

Quando apresentou a sua candidatura ao consulado, os seus escrúpulos punham em risco a eleição; por isso seu irmão Quintus, tentando evitar o insucesso, organizou umas instruções em que consignava o que era permitido fazer a um candidato, dentro da moral, para ganhar a eleição. Essas instruções afiguram-se-nos interessantes, por isso damos um resumo delas (1).

Quintus aconselha ao candidato, entre outras cousas: — «Estar sempre disposto a falar. — Solicitar sem descanso, com insistência e com energia. — Dar jantares e fazê-los dar pelos seus amigos nos diversos bairros de Roma. — Procurar os homens influentes de tôdas as classes. — Conquistar a amizade dos jovens, que, desejosos de prestar serviços, desenvolvem uma útil actividade, percorrendo as centúrias, comunicando aos outros o seu entusiasmo e colhendo informações. — Ser acessível noite e dia. — Não dispensar meio algum de triunfar, por mais insignificante que pareça, nem qualquer sufrágio, ainda que se afigure inútil. — Ter por tôda a parte numerosas relações. — Ganhar à sua causa gente hábil em cada centúria, bem como os que dispõem dos sufrágios da sua tríbu. — Fazer promessas a todos e cumprir só os que devam dar melhores resultados. — Prometer tudo e sempre, no que nada se arrisca, pois os que esperam são sempre em maior número do que os que alcançam. — Ter sempre presentes as divisões da Itália, a fim de não deixar um município, uma cidade, um canto sem assegurar o

(1) Th. Beaudement, *Vie de Cicéron*, pág. 9.

seu apoio. — Descobrir os que residem temporàriamente em Roma e insinuar-se-lhes no ânimo, tratando-os pelos seus nomes, porque êsses bons camponeses cuidam ser um amigo logo que ouvem alguém chamá-los pelos seus nomes, e se farão defensores de quem assim os trata. — Atrair os partidários dos outros candidatos. — Persuadir quem nos procura em casa que é distinguido com um tratamento diferente dos outros. — Fazer promessas aos adversários e pedir-lhes perdão de qualquer pretendida ofensa. — Parecendo que se procede naturalmente, modificar o rosto e as palavras, conforme o estado daquele a quem se fala, simulando alegria ou tristeza, segundo as circunstâncias. — Assegurar aos nobres que o seu apoio foi sempre o preferido e afirmar o contrário à multidão. — Ver em que cousa cada um é aproveitável e distribuir-lhe o papel que lhe convém. — Reünir todos os dias um grupo de homens e descer ao *forum* com êle atrás em forma de cortejo. — Exigir dos que prestam êste serviço que nunca faltem, ou que se façam substituir se não puderem comparecer. — Dispensar o escravo que segreda o nome dos cidadãos que se encontram pelo caminho *(nomenclator)* e saüdar tôda a gente pelo seu nome, por motivos de consideração que o público tem, geralmente, pelos candidatos de boa memória. — Aperfeiçoar incessantemente a arte de agradar ao povo. — Ser activo, hábil, perseverante. — Suportar a arrogância, a obstinação, o orgulho, o ódio, o ciúme, a injustiça. — Não ter mêdo de cousa alguma. — Triunfar à fôrça de prudência e arte. — Compenetrar-se de que é preciso triunfar».

Ninguém dirá que êste compêndio da arte de ser candidato é destituído de interêsse e de actualidade. Parece até que alguns políticos dos nossos dias o estudaram e observam cuidadosamente.

De notar é, porém, que Cícero só se servia de tais meios para facilitar a sua eleição no consulado. A sua enorme

clientela não foi conquistada com essas artes. Deveu-a exclusivamente ao seu talento.

Nesse tempo, quando a gente mais importante de Roma estava sujeita a ser trazida perante a justiça, sob qualquer pretexto, sem o mínimo fundamento, todos podiam ter ocasião de recorrer ao talento do grande orador. Daí proveio o ter formado uma enorme clientela e ter-se visto obrigado a tratar de muitas questões sem ter a faculdade de escolher apenas as boas entre todas.

Um dos defeitos mais salientes de Cícero, de que, aliás, é difícil absolvê-lo, era a sua desmesurada vaidade, provada pelo modo como, com tanta freqüência, falava de si e dos seus seus serviços à República. Essa vaidade levava-o a gostar de se ver acompanhado ao *forum* por uma multidão de clientes, entre os quais se contava gente de tôda a parte e de tôdas as condições: grandes personagens como Memmius Gamellus, tribuno do povo, que foi protector de Lucrécio (1); ricos romanos que voltavam dos países conquistados, onde haviam feito fortuna à custa de pilagens e violências; reis como Dejotarus e Ariobazzane, províncias como a Sicília desde a acusação de Verres; representantes de cidades como Volaterra, Atilla, Sparta, Paphos, etc. (2).

Entre as muitas causas que Cícero defendeu, uma há que merece particular referência pelas circunstâncias que revestiu: a de Cluentius. O discurso que nela proferiu é o que nos dá mais exacta medida do seu talento de advogado. O próprio Cícero era um dos que mais estimava, citando frases dêle como as melhores que havia escrito (3); e Quintiliano nas suas *Institutiones,* cita-o a cada passo como um modêlo.

---

(1) *Fam.*, XIII, 19.
(2) Boissier, *Cicéron,* pág. 120.
(3) *Orator,* 30.

Neste discurso tudo é equilíbrio e naturalidade. Caius Oppianicus acusou Aulus Cluentius Habitus, cavaleiro romano da cidade de Larinum na Apulia, de ter tentado envenenar seu pai, Statius Albus Oppianicus, cavaleiro da mesma cidade. Oito anos antes, Oppianicus pai fôra, por seu turno, condenado por ter tentado envenenar Cluentius, e morrera no exílio; mas, segundo Caius, Cluentius tinha subornado os juízes para obter dêles essa condenação, e dêste crime era agora também acusado.

Baseara-se a acusação na *lex Cornelia de sicariis et veneficiis,* e o tribunal, pôsto-que reünido para julgar a tentativa de envenenamento, podia conhecer da corrupção dos juízes no julgamento de Statius Oppianicus.

Instigava o acusador Sassia, mãe de Cluentius, e mulher de Statius, *uxorgeneri, noverca filii, filiæ pellex*, como lhe chama Cícero, a mais encarniçada inimiga do filho.

Sassia casara com o pai de Cluentius e dêle houvera, além dêste, uma filha de nome Cluentia, que casou com Aurius Melinus, depois da morte do pai. Sassia, apaixonada pelo genro, tornou-se rival da filha e conseguiu o divórcio dela para casar em segundas núpcias com Melinus. Como Cluentius tomasse o partido da irmã e se opusesse a êsse incestuoso casamento, Sassia votou-lhe um ódio tão profundo, que jàmais deixou de o perseguir pela vida fora.

Além de Cluentia, Sassia tinha uma filha do seu casamento com Melinus, e como ela fôsse requestada por Caius Oppianicus, deu-lha em casamento com a condição de êle acusar Cluentius de ter tentado envenenar Statius e corrompido os juízes para o condenarem por idêntico crime.

Ora Statius Oppianicus era um criminoso da pior espécie, cujo retrato Cícero nos pinta em traços largos e magistrais.

Assassinou seu cunhado Marcus Aurius para lhe suceder

nos bens, e perseguido judicialmente por Aulus Aurius, então marido de Sassia, refugiou-se sob a protecção de Quintus Metellus. No tempo do govêrno de Sylla, aproveitando a confusão da guerra civil, entrou em Larinum e, dizendo-se enviado do ditador, fêz executar diversos cidadãos, entre os quais Aulus, que o acusara. Não obstante isso, pensou em desposar Sassia, mas ela repeliu-o por êle ter três filhos e, para remover a dificuldade, passado algum tempo, tinha-se desembaraçado dêles, assassinando-os.

Com o fim de suceder nos bens dos assassinados envenenou sua primeira mulher, tia de Cluentius, seu irmão Cuius e sua cunhada Auria, bem como ainda um filho de Cn. Magius, seu primo.

Coligado com Avilius, fê-lo passar em Roma por Asinus, e depois de falsificar o testamento dêste para se instituir seu herdeiro, assassinou-o, crime a cuja responsabilidade conseguiu eximir-se pela protecção de Manilius.

Semelhante procedimento teve com sua sogra Dinea, que envenenou depois de lhe ter viciado o testamento.

O seu ódio a Cluentius provinha do facto de êle, a pedido dos habitantes de Larinum, o ter acusado de incitar à revolta os servos consagrados ao culto de Marte, fazendo-lhes crer que eram cidadãos livres. A êste ódio veio juntar-se, depois do seu casamento com Sassia, a cubiça dos seus bens, pois, como Cluentius não tinha testamento, se falecesse sem o fazer, seria sua mãe a herdeira.

Statius Oppianicus era amigo íntimo de dois irmãos Fabricius, criaturas de péssimo carácter, capazes de todos os crimes. Um dêstes, Caius, a pedido de Statius, tentou subornar Diógenes, escravo de Cleophanto, médico grego de Cluentius, para lhe proporcionar o veneno.

Diógenes, porém, contou tudo a Cleophanto, que, por seu turno, preveniu Cluentius. Êste, por conselho do senador Bebrius, comprou Diógenes ao seu médico e, dias depois,

um liberto de Fabricius, Scamandrus, foi apanhado a entregar ao escravo o veneno e a soma prometida.

Por êste facto, Cluentius fêz processar e condenar Scamandrus, que Cícero defendia a pedido dos habitantes de Aletrium seus patrícios, e depois Fabrícius. Como o crime fôsse, porém, geralmente atribuído a Oppianicus, único interessado na morte de Cluentius, êste fê-lo também processar, sendo condenado pelos mesmos juízes que haviam condenado os seus cúmplices.

Oppianicus, receando a condenação, tentou corromper os juízes, para o que se serviu de um dêles, C. Elius Stalenus, a quem entregou uma importante quantia destinada a ser distribuída pelos juízes susceptíveis de corrupção. Stalenus dirigiu-se a Bulbus e Gutta, a quem fêz promessas de dinheiro se absolvessem Oppianicus; mas, querendo ficar com tôda a soma que êste lhe entregara, fêz crer àqueles que Oppiniacus faltara ao prometido. No dia do julgamento a maioria dos juízes votou a condenação de Oppianicus e entre êles, além de Stalemes, que não queria descobrir-se, Bulbus e Gutta, que na suposição de Oppianicus ter faltado ao que havia prometido, estavam irritados contra êle.

Tinha transpirado que alguns juízes se tinham deixado corromper, e como o seu julgamento foi desfavorável ao acusado, criou raízes na opinião pública, a idea de ter sido Cluentius o corruptor.

O tribuno Quintus, preocupado no ressurgimento das assembleas populares, decadentes desde o govêrno de Sylla, fêz-se eco perante o povo da voz pública, e acusou Cluentius de corrupção.

Junius, presidente do tribunal que julgou Oppianicus, foi acusado e condenado, até sem ser ouvido, mas por não ter prestado juramento de observância das leis e não ter seguido os preceitos legais na chamada e sorteio de juízes suplentes, e não por se ter deixado corromper.

Bulbus, Pompillius, Guta, Stalenus, foram condenados, mas por motivos diferentes do julgamento de Oppianicus. Falcus foi absolvido.

A prova da tentativa de envenenamento era fraca; as testemunhas eram imprecisas e os seus depoïmentos pouco convincentes. Era fácil a Cícero a demonstração de que Cluentius não incorrera na *lex Cornelia*. Mas difícil era desfazer a acusação de ter corrompido os juízes para condenarem Oppianicus, facto que a opinião pública continuava a ter como verdadeiro.

Neste ponto fêz incidir Cícero, a parte mais importante do seu discurso. Nela demonstra não ser necessário recorrer a um juiz para medianeiro, nem Stalenus ter qualidades para ser escolhido para tanto numa conciliação com que a parte acusadora pretendia explicar a entrega de importantes quantias a Stalenus; refuta o argumento tirado do facto de os *censores* haverem excluído do Senado alguns dos juízes, lembrando que a exclusão se baseara noutros motivos e que, dos excluídos, muitos foram logo depois reintegrados; explica o *senatus consultus*, aliás não convertido em lei, com que o Senado verberara a corrupção dos julgadores, salientando que nêle se não afirmava que o subôrno se dera, mas apenas se condenava tal procedimento no caso de se ter dado, e Cluentius foi absolvido.

Tal é a causa de Cluentius nas suas linhas gerais.

Caso extraordinário; neste discurso, em que tudo é lógica, naturalidade, espontaneidade, pelo menos aparente, Cícero confessa a sua atrapalhação, o seu mal estar, sempre que tem de falar em público. No *De Oratore* considerava naturalmente predisposto para a eloqüência todo o orador que tremesse até ao fim do exórdio. Na defesa de Cluentius diz que nunca conseguira falar em público sem experimentar no comêço uma profunda emoção — «*Semper equidem magno cum metu incipio dicere*».

«Tôdas as vezes que pronuncio um discurso julgo estar perante um tribunal que vai julgar não só o meu talento, como ainda a minha probidade e delicadeza; por isso receio, ou ter prometido mais do que posso dar, o que seria estulta presunção, ou não conseguir dar tudo o que está nas minhas possibilidades, o que seria indesculpável negligência».

Se nestas palavras de Cícero há muito que deve atribuir-se à sua excessiva vaidade e ao seu orgulho, há também muito que deriva do seu interêsse pela causa, interêsse que é uma das mais belas e nobres virtudes do advogado.

Angra do Heroísmo, Maio de 1930.

Luís da Silva Ribeiro.

COMENTÁRIOS
DE ANTÓNIO DO COUTO CASTELO BRANCO SOBRE AS CAMPANHAS DE 1706 E 1707 EM ESPANHA (1)

« Em 2. de Outubro marchamos de Sette Aguas pella serra das Cabrilhas (2) com muyto detrimento, para o Campo de Butiel duas legoas de Marcha, tendo-se tido a resoluçaõ de hir a Chinchilha (3), Cidade de Murcia. Marchou a Artelharia na Vanguarda, seguindoselhe a Infantaria, ea ella a Cavallaria, marchamos ao Campo de Bunhol (4); foy esta marcha de tres legoas. A Villa de Bunhol he a primeira do Reyno de Valença pella qual entramos; he cabeça de Condado, onde os Condes tem hum palacio. A Villa he em hum baixo, povo grande, fertil de Mantimentos.

« Em 3. com marcha de huã legoa fomos campar a Toris (5), ficando junto dos dous Rios Cucar, e Cabriel que ali se unem athe se meterem no Mar Mediterraneo fazendo afoz na Coelheira (6). Esta Villa de Toris he grande, fica em hum

---

(1) Cont. do n.º 3, pág. 540.

(2) Cabreras, Cabrillas ou Cabrerillas, serra entre as províncias de Cuenca e Valencia.

(3) Chinchilla.

(4) Buñol, vila do reino de Valencia, num baixo junto da serra de Cabreras.

(5) Teresa (?), vila próximo de Cofrentes.

(6) O Cabriel une-se ao Jucar junto de Cofrentes; o Jucar entra no Mediterrâneo, junto de Cullera.

alto; ha nella muyta Nobreza, he muyto amena de Aguas com Amoreyras para o fabrico de seda, que he muyta. Neste Campo estivemos cinco dias; nelle se fizeraõ os destacamentos assim para as fronteiras do Reyno de Murcia a segurar os quarteis, e juntamente os que ficavaõ no sertaõ aquartelados.

« Em 8. sahiraõ deste campo de Toris noue Terços Portugueses; o meu, eos dos Mestres de Campo Dom Luis Manoel da Camara, Antonio Carneiro de Sousa, o Conde da Ilha, Felis Josè Machado, Nicolao de Tovar, Bernardo de Vasconcellos, Dom Pedro Josè de Mello, Manoel Leytaõ de Carvalho, e alguns Estrangeiros. Marchouse por hum Valle muyto ameno entre serras, que no seu circuito tem mais de quatro centos Lugares, com muytos Conventos de frades, efreyras, e muytas Villas passandolhe a agua por junto das portas pellas Ruas. Tem muyto Arros, o que lhe faz ter o campo cortado em Sequias, que saõ as que vam pellas pouoaçoens. Campamos junto de Alceria (1), efoy a marcha de seis Legoas. Esta terra he cercada do Rio Cucar, que a faz Ilha, com duas pontes de pedra por donde sepassa, obra Romana; he murada em forma circular; tem boas cazas, e muyta Nobreza, ea mais gente de bom tratamento, e muyto luzida; he muy abundante; tem noue Conventos dos quaes dous saõ de freiras, etem tres Parrochias. Esta terra naõ só a faz defençavel a fortificaçaõ, como ser Ilha, ainda que lhe fas mal o arrabalde da parte de Carcagente (2). Tem junto a celebre Serra da Murta por ter muyta, e na serra o celebre Convento de frades Hieronymos donde estaõ os Corpos dos Santos Martyres Bernardo, e suas Irmaãs filhos do Rey Mouro de Carlete, fiadores de que o Rio Cucar não destrua Alceria pella praga que lhe botou S. Vicente Ferrer, que aquelle Lobo

---

(1) Alcira, vila junto do reino de Valencia.

(2) Carcajente, vila a $^3/_4$ de légua de Alcira.

atragaria, a que S. Bernardo lhe respondeo, que naõ emquanto elle ali estivesse.

« Em 9. fomos para Xativa (1) e Binagane (2) tres legoas de marcha a fazer frente ao Castello de Montesa (3), que se intentou suprender, oque se naõ poz em execuçaõ por rezoens particulares. He este Castello fabrica sumptuosa, Cabeça da Ordem de Montesa, donde tem Convento de freires da mesma Ordem, etrazem no peito aCruz da mesma ordem, que he vermelha, Fica este Castello em huã Serra perto da Cidade de Xativa, com todas as Officinas aprova de bomba, com fosso cortado na Montanha; em algumas partes tem de alto cincoenta braças; entrase por ponte levadissa; conservouse este Castello pellos inimigos como oprojeto naõ teue effeito que se aqui intentou, marchamos para o Campo de Ontinente (4) com mais cinco Terços que se nos uniraõ, fizemos a marcha por varios lugares bons, ferteis de Vinho, Azeite, Milhos, eSeda. Esta Villa de Tinente he de muytas fontes se dirivou, está metida entre huns Montes, junto lhe vay huã Ribeyra, que chamaõ Branca, em aqual ha hum assude de Vinte cinco braças de alto, todo de cantaria para leuar a Agua aos altos, donde tem planiceas. Tem hum Convento de freiras, etres de frades; muita Nobreza com boas Cazas. Para esta Villa de Ontinente foy gouernar Dom Luis Manoel da Camara com o seu Terço, eoutros. Neste campo se achava este destacamento a ordem do Sargento Mor de Batalha o Conde de Soure, que era cabo de

---

(1) Jativa, cidade que no ano seguinte se tornou célebre pela resistência que fêz ao exército de Filipe V; Berwick mandou destrui-la, e foi depois reconstruída com o nome de San Felipe. Mahon duvida que a destruïção fôsse completa (238, nota).

(2) Valldegna? Penalba?

(3) Montesa fica a 2 léguas de Jativa; o castelo foi destruído por um terremoto, em 1748.

(4) Onteniente, vila junto ao rio Clariano.

grande distinção em tudo. Os inimigos fizeraõ outro destacamento [de 12ⁿ000 homes] deque tiuemos noticia que vinhaõ tomar Bocayrente (1), etomando-o naõ podiamos segurar os quarteis no Reyno de Valença. Mandaraõ-me com o meu Terço, eo Quartel Mestre General Mr Carli (2) para Bocayrente em o dia catorze, com preça pello risco que tinha, Carli que o entendeo se retirou da marcha, e me deixou; [este Carle q̃. mefugio indo aminha ordem esta feito Me de Campo general] eu acontinuey, e me meti na Praça à vista do inimigo, que intentou o mesmo; dei parte do que executei, estiue com as Armas athe a segurar, e fortificar o melhor que pude com paliçadas, valendome da ajuda do terreno. Os inimigos com a noticia de estar ocupada a Villa continuaraõ a marcha a ficar no Reyno de Murcia tendo tres praças na fronteira da Villa de Bocayrente, que eraõ Banheiras, Albalha, e Vilhena (3) que ficaua perto, e nella gouernava hum Brigadier Frances. Ficou o nosso Exercito tomando os quarteis no Reyno de Valença, e em parte do Reyno de Murcia, e no Reyno de Aragam, eno Principado da Catalunha, chegando a ficar alguas guardas em Lugares de França pello Lampordan (4) junto ao Roncilhon. Tudo isto se obrou ja no fim de huã campanha tam larga, etaõ gloriosa, por que tendo hauido muito trabalho em huã Marcha de mais de duzentas Legoas com passagem de Rios, disfiladeiros, Serras, marchas de noite, e grandes; fazendo pôr em obediencia tanta parte dos Rey-

---

(1) Bocayrent, vila a 13 léguas de Valencia.

(2) Pedro Carle, (1666?-1730) protestante francês que passara a servir a Inglaterra, sargento mor de batalha em 1708, mestre de campo general em 1711. Na gravura do ante-rosto do 2.º vol. do *Engenheiro Português*, de Manuel de Azevedo Fortes, figura com os condes das Galveas e de Vila Verde em frente de Alburquerque.

(3) Bañeres, vila do reino de Valencia; Alfara de Torres—Torres, id.; Villena, cidade da província de Múrcia.

(4) Ampurdan.

nos da Coroa de Castella, eganhandoselhe tantas praças, levando o seu Exercito diante, que mandava Milor o Duque de Berwick, sem poder impedir openetrarem todo o pays de tantos Reynos; eainda depois de lhe virem seccorros tam grandes que o fes engrossar, de sorte que nos ficaraõ superiores, depois de unidos os Exercitos das duas Coroas, socorro que lhe entrou de França [e os 36ⓜ mil homens com q̃. Fellipe 5º sitiava Carlos 3º ea nossa diuercaõ ajudou a liuralo](1). O nosso Exercito diminuto pellos destacamentos que fes, egente que se lhe diminuio de doenças, e nos Choques, encontros, e sitios das Praças e guarniçoens que se lhe deixou nellas e mais partes. Foi esta campanha ofenciva, e defenciva vendose nella todas as opperaçoens militares em que sepodia aprender muyto; o grande General Marques das Minas [ja falo nele em outra p.te Sirva isto no mota dos quarteis] ficou continuando o gouerno das Armas, eo do politico, recebendo as Ordens delRey Carlos 3º hoje Carlos 6º Emperador, e assim era este General o Supremo em todas as disposiçoens aquem se obedecia inteiramente, tendo conseguido huã gloria taõ felismente aque os Romanos naõ chegaraõ, nem delles athe oprezente ha exemplo igual; aesta fortuna se lhe uniraõ as mais virtudes do Marques General, que, com grande liberalidade, eluzimento, naõ só luzio, mas fes parecer(?) isto(?) aos que concorreraõ no Exercito, e nos Reynos da Coroa de Hespanha com a sua grande liberalidade e despeza geral, trabalhando incessantemente com o disvello, edisposiçaõ, sendo oprimeiro nas ocazioens a animar a gente com o seu valor, prezença e exemplo, mostrando ao Mundo que naõ bastara huma paz taõ longa para deixar de

---

(1) Na verdade, a invasão da Extremadura não teve influência no cêrco de Barcelona; de resto, essa invasão, que se limitara ao princípio à tomada de praças na fronteira, só se tornou importante depois de levantado aquele cêrco.

seaplicar no Gabinete as disposiçoens de Heroe por que ainda que seja nos animos grandes especie de desgraça o viver sem acçaõ he fortuna saber aplicar os tempos, e sujeitar ao desagrado do genio as operaçoens, que saõ ou uteis, ou necessarias.

« Este Reyno de Valença he muyto ameno, agradavel, e fertil detal sorte, que justamente se poderá chamar o Flandres da Hespanha. Esta entrada do Nosso Exercito, fes dar Italia ao Emperador, por que pucharaõ toda a gente a Hespanha, que era a Cabeça, sem o que naõ se conservaria Felippe quinto abandonando os mais dominios de fora de Hespanha para lhe juntar todas as forças à defença della.

« O Senhor Rey D. Pedro se satisfes muito do que as suas armas tinhaõ obrado por que o fes entrar em mayores projectos, querendo acodir tambem às Tropas, de sorte que mandou pagar ao Exercito no mesmo Reyno de Valença, cinco mezes, fardalo todo de nouo desde o Chapeo athe os Çapatos, tendo-se a prevençaõ athe de pentes para os Soldados se pentearem, e o mesmo se fes no qne tocava a Cavallaria, tendo os Cavallos tudo tambem nouo; finalmente tudo se pos nouo no Exercito. ElRey alem de fazer tudo oque digo, mandou de mais ajudas de custo aos Officiaes conforme os postos; de Mestre de Campo para baixo o soldo de dous mezes de ajuda de custo, sem disconto; aos Mestres de Campo mil cruzados acada hum, eaos Generaes conforme o posto. Ao Conde de Oropesa quarenta mil cruzados. ElRey tratou tambem de formar outro Exercito em Portugal para entrar em Castella, evir unir ambos em Madrid; para este effeito vieraõ dez mil homens de Inglaterra para se unirem aos Portugueses. Deste nouo Exercito que formaya ElRey D. Pedro. Estas tropas vinhaõ a ordem do General Milor Rivert (1), eas Holandesas era General del-

(1) Lord Rivers; deve ser Richard Savage, 4.º conde Rivers (1660--1712).

las L'Islle Maré (1). Conduzias a Armada Ingleza de que era Amiral Chovel (2), ea Esquadra Holandeza era mandada pello Lieutenans Amiral Alemon (3). Estas Armadas chegaram a Lisboa a tempo que faleceo ElRey D. Pedro. Com este incidente sahiraõ outra vez as Armadas Inglezas, e Holandezas com os transportes que traziaõ; as tropas de disbarque foraõ para Alicante onde desembarcaraõ algumas (4).

« Farey aqui hum capitulo inda que fora da historia, por que he reparavel: Este General Chovel em os seus principios q̃. foram de grumete vinha embarcado em huã Armada, eao entrar do Canal erraraõ o verdadeiro, e entraraõ pello falço onde he operigo infalivel aperderse toda a Embarcaçam que ali vay pellos muytos baixos de Rochedos; dizia Chovel que era taõ medonho que lhe ficou hum tal horror, que quando vinha buscar o canal era com huma tal lembrança, que concebia medo; passados muitos Annos, que sendo Rapaz e achava-se deoitenta Annos pouco mais ou menos quando veyo com esta Armada, de que era Amiral, recolhendose a Inglaterra com outra nevoa que achou, lhe fes tomar o mesmo canal falço, ese perdeo com o seu Navio, e mais alguns que o seguiraõ. Era este General de grande reputaçaõ adquirida em muitas batalhas, sendo a ultima a de Alicante no Anno de 1704 [contra o C^de de Toloza (5) f^o de ElRey de França Luis 14]. Continuouse em al-

(1) Talvez L'Isle-Marais.

(2) Sir Cloudesley Shovel (1650?-1707). Há acêrca dêle um livro intitulado: *Life and Glorious Actions of Sir Cloudesley Shovel* (1707).

(3) Filipe van Almonde (1644-1711), a quem os escritores peninsulares chamam em geral Allemond.

(4) Segundo as memórias de D. Luís da Cunha, as esquadras chegaram a Lisboa em outubro, e foi Rivers quem conseguiu ordem do seu govêrno para abandonar Portugal, valendo-se da notícia da perda de Alcântara para dar «horrorosas ideas do Estado de Portugal, segurandolhe, que seria inutil aquelle reforço».

(5) Luís Alexandre de Bourbon, conde de Toulouse, filho legitimado de Luís XIV, grande almirante de França (1678-1737).

guas operaçoẽs no Reyno de Valença hauendo alguns Choques na fronteira, deque farey mençaõ de alguns mayores que houve nesta Villa de Bocayrente, aqual he muito forte pello terreno; he antiga, o nome he dos Mouros, que quer dizer Pinha, por que assim he a Villa; tem perto huma Ribeyra entre as Serras, a da Mariola que tomou o nome dos Reys Marios; tem huã Torre antiga com o nome da Serra; ha huma coua na mesma serra, funda, com hum Rio, e nelle se achaõ algumas perolas como dizem os naturaes; tem muitas ervas de virtude. A villa he rodeada de hum foço que a Natureza creou com muyta altura; dentro na Villa ha hum convento de freyras, ede fora hum de frades; o pouo he rico, por que tem fabrica de panos, e de sedas; fica na fronteira fazendo frente ao Reyno de Murcia, junto ficalhe outra Serra, aque chamaõ do Santo Christo, por baixo tem hum palacio feito a picaõ, de dous Andares com janellas, tudo dentro na Serra, que dizem ser obra feita pellos Mouros; pode hauer dentro huã grande pouoaçam; As Luzes saõ para o foço. Em este foço tem hum moynho junto àponte; he feito este moynho em huma pedra, que lhe fica nella a caza, e cubo, ecaldeyra, tendo tambem huma fonte dentro na Caza q̃. hea mesma pedra.

« Ao gouerno desta Villa era anexo outras Villas, sendo huma a de Agrir (1), e muitos Lugares [tinha dous 3os o meu, e o de D. Pº Jose de Mello, duas Companhias de Cauallos, ehuã de Miquiletes (2)]. Eu passava os passaportes aos que hiaõ para as partes dos inimigos, e vinhaõ; Estaua de guarniçaõ mais o Terço do Mestre de Campo D. Pedro Josè de Mello que commandava oSargento Mor Joaõ de Paiva, e duas companhias de Cavallos, e huã de Miqueletes.

Hauia continuamente Rebates, e Choques com os inimi-

(1) Agrés, vila do reino de Valencia.

(2) Os miqueletes eram uma espécie de corpos francos.

gos e por segurar os Lauradares; hauia ali as inteligencias com os Confidentes para se saberem os mouimentos dos inimigos em que fazia despeza. O Sargento Mor de Batalha D. Joaõ Manoel de Noronha avizoume, que lhe mandasse o Rol do que eu tinha gasto com as espias para se me mandar, respondilhe que naõ fazia memoria do que dava, que dali por diante remeteria os aquem se hauia de pagar para lho fazerem. O estar na fronteyra tinha muitos choques com os inimigos que vinhaõ fazer emboscadas aos Gados; assim os mais dos dias tinha encontros com os inimigos no espasso de sete mezes. Entre os que ouve foy o de dez de Novembro [este prº ja esta escrito este choque de] do mesmo Anno de mil sette centos eseis. Os inimigos traziaõ trezentos Cavallos e duzentos Payzanos com Miquiletes de pè. Eu teria no campo trezentos Infantes, e desaseis Cavallos, mas dividido empartes differentes. Veyose achocar com a occaziaõ de eu subir ahuns altos com cousa deoitenta homens; dey com huma emboscada de tres esquadroens dos inimigos, que comessaram a carregarme, equerendome retirar, me carregaraõ de maneira que me feriaõ, matavaõ, eprezionavaõ alguns; eu vinha na Retaguarda da gente acavallo com a espada na maõ, disse à gente que fizecem alto, que perdiamos os camaradas que ou livralos, ou perdermonos com elles; a gente naõ fes alto, repeti-lhe segunda ves, à terceira lhes disse, alto fracos! fizeraõ logo alto, e viraraõ para os inimigos, junto ahuns barrancos, que me ajudaraõ muyto, e fuy ganhando melhor sitio, fazendolhe cara com a espada na maõ formando, e alguã cousa se dilatavaõ as partidas; tanto que formey comecei com polotoens; matouse aos inimigos logo hum official, ficandolhe o Cavallo, e dous mais de outros, e se lhes ferio mais de quarenta. Chegou o meu Sargento Mor [Mel Gomes Barboza (1) q̃

(1) Manuel Gomes Barbosa era tenente-coronel de infantaria quando em 27 de Novembro de 1709 foi mandado governar a vila de Santos com

depois foi gouernar santos, edepoes bonos ayres, uindo com boa aseitaçaõ o nomeou ElRey por g^{or} de caminha] com huã pouca de Infantaria, com que lhe carregamos fazendolhe muito fogo; mataramselhes e feriocelhes quarenta, e oito Cavallos, euperdi quarenta entre mortos e feridos, sendo doze mortos, mas fiquey senhor do Campo. Os inimigos se retiraraõ; no outro dia fomos retirar os mortos com o Sargento Mor de Batalha D. Joaõ Manoel de Noronha, que tinha chegado a ver a Praça; Vinhaõ os inimigos ao mesmo effeito, mas retiraram-se, e nos retiramos os Nossos. Estaua hum soldado meu com huã cotilada, que lhe deram na testa, levoulhe da Cabeça tudo quanto tinha Cabellos athe o toutiço, deichandolhe a Cara no Corpo somente; e outro levou outra cotilada no hombro que lhe cortou por duas partes, de sorte que lhe chegou a sintura, que lhe cahiraõ as tripas pello golpe.

« Passados alguns dias veyo o Sargento Mor de Batalha D. Joaõ Manoel de Noronha em 16. de Novembro do dito Anno com o Terço do Mestre de Campo Dom Luis Manoel da Camara, eo Terço do Mestre de Campo o Conde de Aveyras, que commandava o Sargento Mor Pedro Mendes da Silveyra (1) e o Terço do Mestre de Campo Antonio Carneiro de Sousa, ese uniraõ com o meu Terço, sahimos a tomar a praça de Banheras; Marchouse, e fesse alto perto de Banheras seriaõ duas horas da Madrugada; mandaraõ dizer aos inimigos que se entregacem sendo na madrugada; elles responderam com dilaçam, etornou outro recado, que bastou para que elles se recolhecem aos postos, eao Castello o Governador, que era hum Engenheiro Frances Monsieur

---

o pôsto e soldo de mestre de campo. Nesta data servia há mais de 14 anos. (Tôrre do Tombo, *Chancelaria de D. João V*, liv. 34, fol. 136 v.). Fôra aprisionado em Almanza.

(1) O conde de Aveiras voltara a Portugal antes do fim de Novembro de 1706.

Samartem (1); assaltouse com os Terços donde se perdeo alguma gente; tomouselhe a Villa, e se lhe queimou, e saqueou; o Castello como naõ hauia com que se lhe abrirem as portas nos retiramos; Recebeo no Assalto huã feridas grandes D. Antonio de Azeuedo que eraa Cappitam de Infantaria do Terço de D. Luis Manoel da Camara, que com grande valor chegou ás portas do Castello, eo Mestre de Campo Antonio Carneyro de Sousa tambem saltou as trincheiras com grande valor. Neste sitio eram os Choques os mais dos dias em todo o Inverno athe quatro de Abril de 1707. Fis com grande disvello, e risco o que se me encarregou; ali fardey o Terço com panos que fiz fabricar de nouo. O Gouernador Mr Samartem confessou em França que eu servira a Sua Magestade aquelle Inverno com grande cuidado e cautella, que fazendose muyta deligencia por me suprenderem, se naõ pode conseguir acharemme em descuydo.

Em este Reyno de Valença foy o Quartel de grande commodiade, e muy divertido, e resultando delle pella abundancia do paiz muyta conveniencia aos Soldados e Officiaes. Deste quartel mandey hum destacamento de cem soldados para a Praça de Requena gouernado pello Capitaõ Joaõ de Magalhaes e o Alferes Joaõ de Escovar.

O Sargento Mor de Batalha D. Joaõ Manoel de Noronha me avizou ser chegada ainfelis noua de ser falecido ElRey D. Pedro, em cujo Reynado se viraõ sempre gloriosas as Armas Portuguesas conseguindo incomparavel gloria ao seu nome. A falta de ElRey ocazionou alguma mudança nas dispoziçoens da guerra de Castella, e naõ sey se na fortuna com que se fazia; ainda que o seu Augusto successor se achava com igual espirito, em razaõ dos annos naõ tinha ainda tantas esperiencias para huã guerra contra duas Coroas tam poderosas, como ade Castella, e França que esta ultima alem

---

(1) Provàvelmente Saint-Martin.

do poder tinha ada industria do Rey Luis 14. que tanto inquietou a Europa [mas mostrou logo onoso soberano agrandeza de coraçaõ; atiuidade de Espiritu eleuaçaõ de Cabeça; porq̃. empunhando osetro, em taõ tenrros annos em tempo de huã ardente Guerra acodio atudo, como seja seachaçe cheyo de Experiencias, e contendendo com as maquinas dehũ Rey, como Luis 14].

Taboada que mostra todas as Povoacoens da Coroa de Castella que pos em obediencia o Exercito de Portugal, que gouernava o Marques das Minas, que lhe deu as Ordens

« A Coroa de Aragaõ inteiramente que he Reyno de Valença, o Reyno de Aragaõ, o Principado de Catalunha, e metade do Reyno de Murcia.

« Muita parte da Estremadura.

« Muita parte de Castella a Velha, e no Reyno de Leaõ muyta parte de que vam abaixo algumas.

« Saõ Vicente, Membrilho, a Villa del Rozas notavel, com Castello, a Praça de Alcantara, Penhas Alvas, a Matta, a Cidade de Coria, Caela dela Desma, a Cidade de Avila, Saclauin, Castello de Penafiel, aCidade de Sequencia, Segura, Salvaterra, Zebredo eseus contornos athe o Espinhal, a Praça de Moraleja, Ciudad Rodrigo Praça, a Praça de S. Felicis, aCidade de Coria Praça e seu continente.

« Seclavins Praça da Moraleja, Galisteo fortificada, Aldeleja, Carcabozo, a Cidade de Placencia fortificada, Torna Vacas, Xerti, Mazagona, Malpartilha, Elvirlhar, Fresnos, Campo, Monte ermosa, Villanoua, Torresilha, Robledilho, Gaspar, Martigu, Almaraz, Caza texada, Saenzilha, Villar del Rey, Villar de Pena, Martim del Rio, Calcadilla, e seus Lugares.

« A cidade de Salamanca fortificada, elugares de seu Con-

tinente, Penharanda, Alba de Tormis eseus Lugares anexos, a Cidade de Segouia, Espinhal.

« Muyta parte de Castella a Noua.

« A Corte de Madrid.

« A Cidade de Toledo, eseus contornos.

« A Cidade de Alcalà de Enares.

« A Cidade de Guadalaxa, esuas anexas, e Villas.

« Toda a terra de Alcaria.

« Toda a terra que chamaõ de Madrid.

« Toda a Mancha Alta athe o nacimento do Tejo, em que entrou a Praça de Quenca, ea Praça de Requena ».

Livro sexto

« Em 4. de Abril de 1707. tendonos chegado ordem para marcharmos, sahi da Praça de Bocayrente, efuy campar ao Campo de Vnteniente, a donde depois de chegar, vieraõ os Terços que estavaõ de Quartel na mesma Villa, e eraõ os dos Mestres de Campo o Conde da Ilha, D. Luis Manoel da Camara, e Nicolao de Tovar; [Embocayrente tiue omeu 3º, e o de D. Pº José de Mello; duas tropas huã com o Thenente Pº deSaa, sºr de S. Joaõ de Rey, eoutra com o capitaõ Antº Velho (1) q̃ morreo gºr da Paraiba, e tiue huã companhia de Miqueletes] na marcha, antes de chegar a esta campo se encorporou cõmigo o Sargento Mor de Batalha D. Joaõ Manoel de Noronha, eo Terço do Mestre de Campo José Delgado Freyre; vieraõ tambem os Terços que estavaõ em Alcoy (2), que era o do Mestre de Campo Antonio Car-

---

(1) António Velho Coelho, tenente-coronel de cavalaria em 1715, governador de Paraíba em 18 de Março de 1716; nesta data servia há 19 anos, 6 mezes e 14 dias. (Tôrre do Tombo, *Chancelaria de D. João V*, liv. 44, fol. 128).

(2) Alcoy, vila do reino de Valencia.

neiro de Sousa, e outros. Neste Campo naõ querendo eu entregar ao Marques General as cartas que trazia das Villas, e Lugares do meu governo por fallarem na minha pessoa com expreçoens de grande distinçam o Sargento Mor de Batalha D. Joaõ Manoel de Noronha condenando a minha modestia as levou ao Marques General, que ficou satisfeito de como agradara aos Payzanos. Tambem o Conde de la Corçana, que ficava por Vice Rey naquelle Reyno, ficou satisfeito do que a esse respeito lhe escreveo a Villa.

«Em 6. se marchou ao Campo de Valhada (3), e Moguente (4), donde se encorporaraõ as mais Tropas dos quarteis da outra parte de Valença. Formouse o Exercito deque era General em chefe o Marques das Minas; Mestre de Campo General, e General de Cavallaria o Conde de Villa Verde (hoje Marques de Anjeja) General da Cavallaria D. Joaõ Diogo de Atayde; General da Artelharia Pedro Mascarenhas; Sargentos Mores de Batalha D. Joaõ Manoel de Noronha, Pedro de Vasconcellos e Sousa, o Conde da Atalaya; D. Pedro Amaça; [e Jose Pessanha de Castro Sargento Mor de Batalha]. *(Espaço em branco no ms.).*

« Generaes dos Inglezes Milor o Conde de Galway General em Chefe; Gindon Mestre de Campo General da Cavallaria; Mestre de Campo General Carli; Sargento Mor de Batalha Xirintou; Brigadieres, Brinton, e Marcarteni.

(Espaço em branco no ms.)

« Generaes Holandezes o Baraõ de Friesem General em Chefe; Sargento Mor de Batalha o Conde D. Na, eo Conde de Falee, e Tinagem.

(Espaço em branco no ms.)

« Brigadeiros o Baraõ de Vesousa, Lile maré.

(Espaço em branco no ms.)

---

(3) Vallada, vila do reino de Valencia, próximo de Montesa.

(4) Mojent, vila do reino de Valencia, a 3 1/2 horas de Vallada.

«Em 8. de Abril marchamos ao Campo da Fonte da Igeira (1).

«Em 10 marchamos para o Campo da Caza de Silveira; deste Campo dey um destacamento de cem homens com o Cappitam Manoel de Madureira Lobo, que o governava, para guarnecer as cazas de huma Alqueiria para segurar o Campo o inimigo de noite podia incõmodar; aeste mesmo lugar se mandaram duzentos Cavallos Estrangeiros, por lhe tocar aquella noite agrande guarda, e cem Portugueses; neste campo instou Milor Galway que se baxasse atacar o inimigo que estava dividido; o Marques das Minas General chamou aConselho, e vendo o que Milor votou, e que o seguio Friesem, eos mais, e outros Generaes Estrangeiros, disse o Marques naõ queria inda que todos votacem o mesmo, por que sabia tinha o inimigo recebido gente, e que o naõ faria sem o socorro de Milor Rivès; por que se succedesse mal, naõ se dicesse que fora por naõ receber o Soccorro, o qual mandou vir, eo trouxe Milor Tirale (2), mas tinha ficado a Cavallaria, que vinha incapaz, e se tinhaõ perdido alguns Regimentos de Infantaria por pouco cuydado [dos ingleses, e das marchas q̃. fizeraõ sem cautella]. Chegou parte deste Socorro que estava capaz, ao Campo a encorporarse no Exercito. Estas Tropas Inglezas tinhaõ desembarcado em Alicante, e estado de quartel na Olha de Castalha (3). O Cabo dellas era o Mestre de Campo General Milor Tirale, que as veyo commandando das de Milor Revers, eo Brigadeiro que vinha era Carpinter (4).

(Espaço em branco no ms.)

---

(1) Fuente la Higuera, vila no caminho de Vallada e Mojent para Caudete.

(2) Provàvelmente Francisco Cuff, lord Tyrawley (?-1717).

(3) Hoya de Castalla, região em tôrno da vila de Castalla, a 5 léguas de Alicante.

(4) Jorge Carpenter (1657-1732), lord Carpenter of Killaghy em 1719; foi ferido e aprisionado em Brihuega (1710).

« Das Holandezas vinha por cabo dellas o Mestre de Campo General L'Islle Marè; Sargento Mor de Batalha o Conde Nazao (1), Brigadiers

(Espaço em branco no ms.)

« Em 12. de Abril marchamos para o Campo de Caudete (2); he este lugar de Caudete, ameno, no principio do Campo de Vilhena Reyno de Murcia, fica ao pé de huã Serra; a pouoaçaõ he bastante fertil, ebons mantimentos.

« Em 14. marchou o Exercito ao Campo Eila (3), antes de chegar a elle topamos com as Guardas dos inimigos entre aquebrada de dous montes; ao pè de hum està plantada a Villa, que como tinha Tropas do inimigo naõ pode dar obediencia, pella qual rezaõ foy saqueada, e tinha bastantes mantimentos, e muytas forragens no Campo.

« Em 15. tivemos aqui anoticia certa que o inimigo tinha toda a sua Cavallaria em Monte Alegre (4) quatro Legoas distante, ea Infantaria em a Cidade de Chinchilha; resolveraõ marchar de noite para lha hir suprender, que se o conseguicem faziaõ o mesmo a Infantaria, para o que marchamos pellas outo horas da noite deste mesmo dia, em quatro Colunas com toda a Cavallaria na Vanguarda; mas como as guardas dos inimigos estivecem meya legoa do Nosso Campo, tanto que chegaraõ a avezinharse as Nossas partidas a ellas, retrocederaõ as delles ao seu Campo com a noticia que marchava o nosso Exercito sobre elles, atoda preça se retiraram em forma que quando ao amanhecer chegamos ao seu Campo, achamos somente alguns despojos, eos Rastos

---

(1) Francisco, conde de Nassau, morto no combate de Almenara em 1710, 6.º filho de Henrique, marechal Overkerke, que era neto por bastardia do príncipe Maurício de Nassau; êste ramo fôra autorizado pelo Imperador a usar o título de Conde.

(2) Caudete, vila do reino de Múrcia.

(3) Yecla, vila do reino de Múrcia.

(4) Montealegre, vila do reino de Múrcia.

frescos de hauerem sahido hauia pouco tempo; succedeo a esta Villa ser tambem saqueada por naõ dar obediencia, esequeimou tirandoselhe da Igreja Mayor muitas armas, polvora eballa que estavaõ escondidas, sendo lugar alegre egrande, muyto abundante de todos os mantimentos; era cercada de trincheira com portas.

« Em 16. retrocedemos amarcha para o Campo de Eila em quatro Colunas, ficando a Cavallaria na Retaguarda.

« Em 17. marchamos ao Campo da Cidade de Vilhena em quatro colunas, eali campamos. A Cidade fica encostada a huma serra, a povoaçam he grande com boas Cazas, gente luzida e rica, cercada de trincheira de pedra, com hum Castello de formigam, quasi como Belem afabrica delle. Achavase hum Brigadier Frances dentro com guarniçam, retirouse de noite com preça, deixando sò no Castello hum Official de pouca graduaçam chamado Mr. de Grosete (1) com cento ecincoenta homens de guarniçam e quatro peças de Artelharia.

« Em 18. anoite se mandou assaltar a Cidade pelo Sargento Mor de Batalha D. Joaõ Manoel de Noronha com os Terços dos Mestres de Campo D. Bras da Silveira, D. Luis Manoel da Camara eo de Matheus Alvares Galè, gouernado pello Sargento Mor. Ganhouse a Cidade, os soldados a foraõ saqueando, e queimando, mas nas Igrejas se recolheo a gente com o melhor que tinham; do Castello ouve sempre muito fogo com as peças, e Mosquetaria.

« Em 19. se lhe fes hum ataque pequeno edistante, por que naõ dava o terreno lugar, em que se lhe puzeraõ quatro peças de doze libras, equatro pequenas, que eraõ as mais groças que tinhamos. Esta noite foy hum destacamento com

---

(1) Berwick diz expressamente que apenas deixara em Villena duzentos homens às ordens de Grossetête, capitão no regimento de Charolais.

quinhentos homens a Alicante abuscar muniçoens com o Conde da Atalaya. Detarde tinhaõ hido de guarda os Terços dos Mestres de Campo o Conde da Ilha, e Nicolao de Tovar, com o Sargento Mor de Batalha o Conde Dom Na, continuando a nossa bataria sem effeito, pello material de que era feito o Castello, como da Artelharia ser meuda. Resolveuse fazer huma mina, que se lhe comessou junto á Muralha.

« Em 21. fuy eu com o meu Terço de guarda, ficando junto ao Castello [nos ataques onde se meferiraõ algua gente, epus guarda aos Conuentos de Freiras, ehem hũ estauaõ maes as freiras de outro comuento q̃. ali eraõ fugidas de hũ de fora] e outro Terço do Conde de Aveyras que ficou na entrada da Cidade. Neste dia mandou o Gouernador hum Bolatim que logo se expedio, ese continuou [o fogo q̃. era muito].

« Em 22. anoite me veyo render o Mestre de Campo Felis Josè Machado de Mendoça com o seu Terço, e outro da Beyra. Naõ se pode evitar as desordens que os soldados commetiaõ em queimar, esaquear a Cidade com o fundamento que fora assaltada a força de Armas, como tal cahida no Comisso. Tinha esta Cidade tres Conventos de frades, e dous de freyras, em hum estavam as freiras tambem que tinhaõ vindo fugidas de outro de fora, mas posse guardas com toda atençaõ. A matriz da Cidade tem um sino que tem vinte cinco palmos de circumferencia. fica perto huma Lagoa que da Sal. Dentro nas Igrejas estavam os moradores com o seu cabedal. Na mesma noite em que chegamos em quanto se deo o assalto á cidade foy o Sargento Mor do meu Terço Manoel Gomes Barboza com hum destacamento [detrezentos homes e seis capitaẽs eofficiaes subalternos] ganhar dous fortins que estavaõ na Serra [junto do castello de Vilhena q̃. gorneciaõ 120 Franceses com cap^{am} e Thenente Frances Alferes, e sargentos moreo o cap^{am}; eo sargento enos feriraõ hũ

capitaõ por 2 p.tes no braco e 5. granadeiros, com bayonetas; ficou a guarniçaõ toda prizioneira 12. pipas de agoa 2. de vinho 1. de azeite 2. de vinagre 200 sacos de biscoito carne bacalhao, lenha, emaes meudezas] para evitar o dano que de là fazia com a Mosquetaria aos que hauiaõ de sitiar o Castello [nos ataques q̃ se faziaõ da artelharia q̃ sepos ao Castello] No dia seguinte se mandou fazer a bataria de seis peças com se batia o Castello, mas naõ foy bem sucedida, por que aobra era de terra antiga e bem feita; as ballas que lhe atiravam se davam no parapeito faziaõ hum buraco, passavam aoutra parte da Cidade adonde matavaõ no Nosso Campo alguns soldados que andavaõ forrajando, e se davaõ no Corpo da Fortaleza ficavam metidas nella sem lhe fazer mais damno que o buraco que lhe abriaõ, e de mais as peças que traziamos eraõ ligeiras, por que as grossas ficaraõ com o mais trem na Cidade de Valença do cida, por que se fes tençaõ fosse aquella entrada de corpo volante atalar o paiz, e feita marchasse ao Reyno de Aragaõ. Como se naõ fazia brecha no Castello (1), naõ se pode ganhar nos dias que ali estivemos. Chegou noticia de que os inimigos juntavaõ o seu Campo em Almança, resolveraõ os Generaes levantar o Campo (2).

« Em 24. se levantou o Campo sendo o Terço do Mestre de Campo Felis Josè Machado o ultimo que ficou nos ataques para cobrir algumas cousas que se ficaraõ retirando emquanto o Exercito marchava, e fomos campar no Campo de Bocarro junto a Caudete.

---

(1) «... depois de o Conbater sinco dias Com Artelharia de Campanha Leuantamos ositio pornaõ termos bombas pª Comque Combater Com o dº Castello» (Certificado de Francisco Alves Veloso a António Novais Ferrão). (Tôrre do Tombo, *Decr. de Serv.*, maço 30, n.º 20).

(2) Berwick (*Mem*, I, 391) diz que ao chegar a Almanza no dia 23 soube que o cêrco de Villena fôra levantado.

« Em este campo de Bocarro junto a Caudete se fes conselho com as noticias que vieraõ por alguns desertores, e mais observaçoens que se tinhaõ feito; que era o que os desertores affirmavam, que o socorro do Duque de Orlians (1) naõ tinha chegado, mas antes se tinha feito hum destacamento do Exercito que tomara o caminho de Requena, que foy a Nola que era hum grosso de perto de oito mil homens (2); pareceo aos Generaes bom o incidente para hirem bater os inimigos pois naõ podia ter mais oportuna occaziaõ, que naõ se lhe ter incorporado os socorros esperados, antes diminuido com o destacamento que tinhaõ feito, se resolveo que no dia vinte e cinco de Abril primeira Oitava da Paschoa dia de S. Marcos, se marchasse abater os inimigos. Com esta resoluçaõ assentada se chamaraõ todos os Mestres de Campo, e mais Commandantes dos Corpos para lhe noticiarem que tivecem a gente municionada, Armas prontas, e tudo o mais para a hora que os mandacem marchar por que ao outro dia detriminava ver o inimigo, sem embargo de vir doente de Sezoens o General Marques das Minas, que o seu grande espirito o fazia andar a Cavallo desprezando as queixas por naõ faltar em animar as Tropas com a sua prezença e exemplo. Tomada a resoluçaõ de hir dar batalha aos inimigos deu as ordens seguintes para a marcha que se hauia de fazer no dia sobre dito de 25. de Abril: As tres

---

(1) Filipe, duque de Orleans (1674-1723), que comandara o exército francês na Itália em 1706; comandou o exército das Duas Coroas em Espanha em 1707 e 1708.

(2) Berwick (*Mem.*, I, 391) diz que enviou um destacamento contra Ayora, que estava ocupada pelos aliados; deve ser aquele a que se refere o texto; mas, segundo Berwick, era composto de «deux mill cinq cents hommes de pied & quatre cents chevaux». Êste destacamento, que êle mandou recolher em 23 ao saber que fôra levantado a cêrco de Vilhena, reüniu-se ao exército em Almanza, na própria manhã da batalha.

horas da menhaã se tocará a Alvorada, às tres emeya se tocará a reçolher; as quatro horas se metera em marcha em quatro colunas pella direita, epella esquerda, rompendo a linha pello meyo: A primeira coluna será composta da Cavallaria de Olivença, seguida das tropas do lado direito da segunda Linha na mesma ordem em que ellas estam campadas. O Terço de Francisco de Abreu Pereira para Retaguarda desta Coluna, que marcharà à direita do caminho que sahe de Silheira a Almança, deicharaõ a Caza adonde està a Quinta da Villa à sua esquerda deicharà tambem à esquerda a Caza do corredor a Torre de D. Henrique. A segunda coluna serà composta da Cavallaria da direita da primeira Linha, seguida detres peças pequenas de Artelharia, seguida dos Terços de D. Braz da Silveyra, de D. Pedro Josè de Mello ede Dom Bernardo de Vasconcellos e Sousa, elhe seguirà a Cavallaria de Moura, etres peças de Artelharia, ese seguirà o Terço de Francisco Josè de Sampayo, eo Terço de Antonio do Couto de Castello branco lhe seguirà o resto da Cavallaria da direita daprimeira Linha, àqual seguirà quatro peças de Artelharia a saber, tres de doze libras, e huã de menos calibre, seguidas do Terço Antonio Carneiro de Sousa, edo de seu pay o Conde da Ilha, eo do Conde de Aveyras, ea mais Infantaria Portuguesa da primeira linha, fazendo a Retaguarda o Terço de D. Luis Manoel da Camara que finda esta colnna, que marcharà pello caminho grande que sahe de Vilhena a Almança a Torre de D. Henrique, deicharaõ o caminho que vay a Almança ao traves do bosque, por tomar a direita que passa junto ao Poço. A terceira coluna serà composta do Regimento de Dragoens que mandou o Brigadier Carpenter, e dos Regimentos de Aheser (1), ede Discar (2) seguido de tres peças pequenas de Artelharia,

---

(1) Essex (?).

(2) A personagem que foi conhecida em Inglaterra pelo nome de

e seguido dos Regimentos de Suduel (1), e Vede (2), edos Regimentos dos Dragoens de Clegar (3), Perterburg, e Geres seguido de tres peças pequenas de Artelharia, seguido dos Regimentos de Mongoes (4), e Bold (5), seguido do resto de Dragoens, e Cavallaria do lado esquerdo da primeira Linha, seguido de quatro peças de Artelharia, a saber tres de doze libras de balla, e huã de menor calibre, seguido do Regimento das Guardas da Raynha Anna ede toda a Infantaria Ingleza, e Holandeza de Corpo de Batalha da primeira linha. O Regimento de Belcartel (6) farà a Retaguarda desta Coluna, que marcharà pello caminho das Carretas que vay de Caudete, a Almança, deixará a Caza do Corredor à sua direita, epassarà pello caminho que vay à Torre de D. Henrique, observando sempre deichar grande espaço àsua direita para a Marcha da segunda Coluna, ham antes de deichar à sua esquerda hum caminho de carretas, atravessando o bosque e as serras. A quarta coluna será composta das Tropas da Esquerda da Segunda Linha da sorte que estam camprdos o Regimento de Ulter (7) farà a Retaguarda desta

---

Marquês de Guiscard e que julgo ser António de Guiscard (1658-1711), abade de Bonecombe, filho de Jorge de Guiscard, conde de Bourlie, o qual se refugiara em Inglaterra, depois de ter tentado uma sublevação ligada com a dos *camisards;* o seu regimento fôra derrotado por Zereceda, perto de Alicante.

(1) Southwell.

(2) Wade.

(3) Brigadeiro Killegrew; foi morto na batalha de Almanza.

(4) Montjoye.

(5) Blood (?).

(6) Belcastel; comandava em 1707 as tropas de Estados-Gerais na Catalunha e foi morto na batalha de Villaviciosa (1710).

(7) Deve ser o oficial ao serviço dos Estados-Gerais, que os portugueses designam por Velder, Welderen ou Welaren; ou talvez o barão de Wetzel, que se distinguiu na batalha de Villaviciosa, sendo *feld-marechal* tenente.

Coluna que marcharà sempre paralella com as outras tres, observando sempre deichar o caminho de Almança à direita. As tres horas e meya as Tropas que estaõ ao prezente campadas para cobrir aEsquerda do Exercito hiraõ aos postos da Linha. Toda a Artelharia hira às tres horas da menhaã a Caza do Corredor direita, para ser encorporada nas colunas, como se lhe tem ordenado. As mesmas horas hiraõ ao mesmo lugar cem Gastadores, eseus Officiaes eferramentas para marcharem na Vanguarda da Artelharia na segunda eterceira Coluna; as Velhas guardas da direita faraõ a vanguarda do Exercito, eas guardas da esquerda a Retaguarda. Todas as bagagens do Exercito marcharaõ atras das Colunas, e naõ hiram nas Vanguardas dos Batalhoens, somente aquellas que levaõ polvora eballa; se algumas o fizerem seram castigados asperamente. Mandarsehaõ quarenta cavallos com hum Thenente para guarda das bagagens do Exercito, ehunidos com o Cappitam Porvoste. Postos em marcha caminhamos tres legoas grandes; pellas noue horas avistamos o Campo do inimigo (1) ainda sobre aMarcha, ao qual foy reconhecer o Cappitam dos Uzares o Baram de Populi cam a sua Companhia, que era de Cem Ungaros, toparam com a grande Guarda do inimigo, que constava de duzentos Cavallos; atacouo com tanto valor, que desbaratou o inimigo, etomolhe vinte cinco Cavallos que trouxe aos Generaes, edeu a verdadeira noticia do Campo do inimigo, eda forma em que estavam. Nesta occaziaõ vieram dous soldados meus, naturaes dejunto de Villa Real, aquem tinha dado licença para hirem ao quar-

(1) Berwick (*Mem.*, I, 391) diz que os aliados «parurent en colonnes vers les huit heurs du matin», o que se aproxima mais da narração de António do Couto do que as 11 horas que todos os historiadores portugueses copiaram da narração da *Hist. Gen.*, a qual, como já notei noutro trabalho, reproduz umas memórias de D. João Manuel de Noronha, que hoje suponho perdidas.

tel, e se vieraõ meter na forma com valor, eu lhes disse que tinhaõ vindo tam depreça tendolhes dado licença, e me dixeraõ naõ valia o terem licença para que faltacem à occaziaõ da batalha. Esta perda da grande guarda os fez hir ao seu campo, entrando no Exercito com tal desordem que cauzou nelle grande consternaçaõ tendo quasi por persagio de mao successo, como elles ao depois confessaraõ. Quando o Cappitam dos Uzares chegou aos nossos Generaes, estavaõ as Colunas emhum Valle que as cobria dos inimigos huas Colinas que ficavaõ defronte; Assim lhe ficaua emcuberto o nosso Exercito. Com aquella noticia, eresoluçaõ que trazia, mandaraõ meter as Colunas em Batalha, oque para se executar era necessario marchar sobre hum eoutro lado para ganhar o terreno ese formarem no Centro; Esta se fes alguma cousa vigorosa de costado, em tal forma que montaraõ as Colinas primeiro com os lados que com o Centro, forma que se fes estranha ao inimigo, porque entendiaõ que o naõ fariamos senaõ ao outro dia, por que conjecturavaõ que hum Exercito que vinha com tres legoas grandes de Marcha, com a gente fatigada, por hum terreno sem ter agua para beberem, nem podiaõ ter feito alto para descançar e comer, quizecem com tal desesperaçaõ lançarse sobre hum Exerctito que tinha mais do dobro que o delles, pois constava de trinta mil cento e vinte homens [mas esse nº era fora a rezerua, e gente destacada; porq̃ ao tudo eraõ 35$120] como elles declararaõ na Relaçaõ que imprimiraõ da Batalha em Madrid em (1) *(falta no ms.)* de Mayo de mil sette centos e sette, sendo de Cavallaria catorze mil Cavallos, por que os seus Regimentos estavaõ cheos por que lhe tinhaõ entrado os socorros que esperavam, e ter retrocedido o destacamento, que se lhe tinha emcorporado tambem no Exer-

(1) É talvez a «*Relacion de la batalha de Almansa, pablicada em 14 de julio de 1707*» que não consegui encontrar.

cito. Este destacamento tinha leuado oito mil homens de Cavallaria, Cravineiros de Cavallo, ede pè, granadeiros, e huã Espia que iaõ a nossa Marcha de Vilhena veyo dar dar parte ao Exercito dos inimigos; elles mandaraõ logo Cavallaria atrazer nas Garupas a gente atoda apreça, que lhe chegou quando nos hiamos formando; se a nossa marcha fora com mais preça no dia antecedente, lograva-se achalos diminutos. O Nosso Exercito não chegaua ater catorze mil homens como elles muito bem sabiaõ, e falto de Officiaes de todo o grado, edos Generaes, e dos que hauia se achaua o Marques das Minas doente, que assim entrou na Batalha, e o General da Cavallaria o Conde de Villa Verde tambem doente que fes falta grande [eseu filho D. Anᵗº de Noronha (1) Thenentegeneral da Cauallaria q̃ assim foi pª oseu Troco oje Conde deVilla Verde]. Os Regimentos muito diminutos; elles tinhaõ asua gente descançada, eamparados por hum Castello, na Retaguarda, edetraz delle tinhaõ de reserva tres mil Cavallos dos Regimentos inteiro, que eraõ os das Asturias, o de Jaem, eoutros que faziaõ o numero de seis Regimentos; Os lados doseu Exercito cubertos com Montanha; diante tinhaõ huã grande sequia (2) de Vallas de Moynhos. A sua formatura era de quatro fundo na Infantaria, ea tres na Cavallaria; e nòs atres na Infantaria, e dous na Cavallaria. Persuadiaó-se que nos fizessemos Campo no dito Valle que ficaua cuberto com as Colinas; eos inimigos tinhaõ determinado, sendo como conjecturavaõ, destacarem aquella noite para a Cidade de Chinchilha, para o que tinha jà as bagagens em marcha postas, e repartidas por todos os corpos, aordem que se hauia de executar na marcha; por que elles naõ tinhaõ ordem para dar Batalha, nem poremse em termos de os ata-

---

(1) D. António de Noronha, 3.º conde de Vila Verde e 2.º marquês de Anjeja depois da morte de seu pai (1680-1735).

(2) Barranco lhe chama D. João Manuel; grande ravina Berwick.

carmos, e era de tal sorte que tinhaõ dado ordem ao Bispo de Murcia (1) que se fossem entregando os Povos do dito Reyno para naõ serem saqueados, que elles naõ os podiaõ defender, nem dar socorros. Vinhaõ somente ali aparecernos por diversaõ, e marcharem para o Reyno de Navarra, a fazer là aCampanha, projecto que por nos estaua tambem determinado para se por em execuçaõ (2). Esta Marcha estavam os corpos repartidos, epor donde hauiaõ de ser os tranzitos para o Reyno de Aragaõ, dadas as Ordens, que nos hiamos là juntar com a mais gente, eque somente faziamos o movimento de corpo volante, deixando talado o paiz do Reyno de Murcia, ficando aeste fim o nosso trem da Artelharia na Cidade de Valença do Side, e nas praças guarniçoẽs se naõ parecesse dar a Batalha com aquelle repente.

« Quando formamos em Batalha avista dos inimigos ao decer pelas costas ahir atacalos, lhes fes horror a nossa resoluçaõ e sossego com que as tropas se metiam em ordem

---

(1) D. Luís de Belluga, Bispo de Múrcia, e Vice-Rei de Valencia em 1706, zeloso partidário de Filipe IV.

(2) Nada confirma os projectos atribuídos nos dois partidos. Berwick de-certo não pensava em abandonar sem combate quási tôda a Espanha (cf. *Mem.*, I, 328 e 346), mormente tendo recebido reforços consideráveis. De resto as cartas de Luís XIV a Amelot referem-se constantemente à intensificação da guerra. Por outro lado, uma carta de Diogo de Mendonça Côrte-Real ao conde de Assumar, de 4 de Janeiro de 1707, indica o projecto de fazer marchar sôbre Madrid as tropas de socorro que se deviam reünir na Beira Baixa e Alemtejo até 15 de Fevereiro (*Arch. Hist. Mil.*, 1.ª div., 4.ª sec., caixa n.º 1), e Galway, em carta ao conde de Assumar, datada de Xativa em 30 de Março de 1707, diz: «... a 5 do mez q̃. vem juntamos as nossas tropas nesta fronteira, pª marchar direito ao Inimigo, aonde o acharmos.

« Pelas noticias q̃. temos, parece q̃. os inimigos tem 2$ cauallos eAlguã Infantaria nestas fronteiras, e tenho reçeio, q̃ abandonem estas terras, e deixem os Castellos com goarniçaõ, porisso o q̃ sefará he quei-

para se arrojarem sobre elles. Em este mouimento vieraõ os Capelaẽs absolver os Soldados. Hia toda aCavallaria fermosa ea Infantaria, unindose as Colunas; As Caixas e Trombetas tocando com os Timballes, e Abuazes, tudo alegre, e bizarria belica. O primeiao ferido que vi foy D. Diogo de Noronha (1), hoje Marques de Marialva, que era Cappitam de Cavallos, epor naõ aparecer Cirurgiaõ tornou para a frente da Companhia sem se curar; eu lhe perguntei donde era a

---

mar tudo, oq̃ se puder, q̃ deoutra sorte heperder tempo, q̃o q̃esta em duuida he o intento do Inimigo, pois toda a nossa demora lhe seruirá de g^de vtilidade epor essa Cauza se mandará aruinar e destrocar assim forragens como omais p^a q̃ o Inimigo naõ possa Campar por estas bandas.

«Os Castellos saõ Monteza Villena Biao Bañera Sarca emos quoais reçeio deixem goarniçaõ pois the 400 homens os podem defender» (B. N. L., F G., cód. n.º 8542).

Mais adiante António do Couto refere-se ao propósito dos aliados; mas é presumível que a essas operações se seguisse a ofensiva em direcção a Madrid, que tinha resolvido o conselho de guerra de Valência em 15 de Janeiro, tanto mais que Galway diz recear a retirada do inimigo, o que indica o desejo de o combater—que Galway teve em todo o tempo que comandou.

No Diário do conde de Assumar refere-se uma proposta do marquês das Minas recebida por êle em 3 de Abril de 1707. «O Marq^s das Minas propunha a ElRey q̃. suposto em Catalunha naõ tinha deq̃. ter receyo deuia SMg.^do com p.^te das tropas q̃. aqui tinha easde Aragaõ fazer hum corpo dequatro mil Infantes edous mil caualos naquelle Rn.º emandar ao Conde deLa Puebla q̃com elle se avancasse oq̃. pudesse nafronteira de Castella p.^a q̃. obrando ao mesmo tempo esse Corpo eode Portugal q̃. deuia entrar por Salamanca, eoexercito de Valença poria sem duuida Madrid eos Inimigos em huã g.^de Consternaçaõ, e propondo eu isto a ElRey Cat^o me respondeo q̃. cuidaria na materia, etomaria resoluçaõ (B. N. L., F. G., cód. n.º 747).

(1) D. Diogo de Noronha (1688-1761) 3.º marquês de Marialva pelo seu casamento, coronel de um dos regimentos levantados em Portugal à custa da raínha de Inglaterra, brigadeiro no Alemtejo em 1711.

ferida, disseme que no braço, e com grande acordo e valor o vi, como sempre, [em todas as ocazioẽs; porque este Marques tem muito valor sem afetação, mui parecido a seu pay o Marques de Angeja].

(Continua.)

Gastão de Melo de Matos.

DE EXTREMOZ A ALJUBARROTA

QUINZE DIAS DE OPERAÇÕES DE NUN'ÁLVARES.
(31 DE JULHO A 14 DE AGOSTO DE 1385)

INTRODUÇÃO

Caracterizam, em faces opostas, a época contemporânea, dum lado, instabilidade de equilíbrio social; do outro, aceleração contínua no progresso da sciência. À desordenada oscilação psicológica das multidões contrapõe-se a trajectória ascendente do pensamento scientífico, impelido por fôrça constante. Dia a dia, em acção simultânea, vão os investigadores intelectuais, pela convergência de seus esforços, penetrando mais fundo no mistério do Universo. Mas, emquanto se amontoam, crescendo sem interrupção, os materiais carreados pela sciência, permanece, pelo contrário, invariável a capacidade individual humana de os assimilar. E, assim, forçado é o enciclopedismo a recuar em frente da especialização. Contudo nem por isso se extingue, no homem de inteligência aberta, o desejo de, a espaços, dilatar sua visão por horizontes mais vastos, transcendendo o sector das ocupações quotidianas.

Atesta êsse facto o grande sucesso actual das vulgarizações. ¡Mas quantas vezes estas iludem, substituindo, disfarçadamente, o *problema real* por um outro, que com êle só tem de comum o nome! Porque, para divulgar questões scientíficas, há que simplificá-las, deformando-as intencionalmente, para maior clareza, e isso envolve o risco do exagêro, com a alteração, em traços fundamentais, do panorama ver-

dadeiro. Para evitar o perigo, não basta, de certo, ao autor, conhecimento *integral* do problema em seus multíplices elementos. Condição indispensável, sem dúvida; não é ela, porém, suficiente. Requere-se, ainda, afinado critério, *qualitativo* e *quantitativo,* na eliminação dos acessórios. Finalmente, necessário é prevenir o leitor para que não induza simplicidade real da matéria do *falso aspecto simples* de sua exposição elementar. Sem prévia advertência, êle pretenderá, ingènuamente, sustentar opinião categórica em pontos duvidosos, onde o próprio técnico hesita, consciente de obstáculos invisíveis ao leigo. ¡Fóra do assunto, compreendendo mal o referver contínuo das discussões entre os profissionais, atribuí-las há a acidez de vaidades irritadas, senão a excessivo pirronismo!... E, no entanto, é a persistência na dúvida que alimenta a curiosidade, verdadeiro motor da sciência, em sua marcha por uma asímptota à Verdade, sempre esquiva. Ao desfazer de antigas sombras, novas sombras, breve, se erguem; mas — e nisso consiste o progresso — cada vez a maior distância.

Pergunta singela: ¿Que *grau de veracidade* oferecem as narrativas históricas? ¿Entram, nelas, só certezas irrefragáveis? ¿Ou, pelo contrário, contrastam estas, em pequena minoria, com a massa das simples presunções? ¿E como definir, *com precisão,* para as últimas, seus respectivos *coeficientes de probabilidade matemática*, isto é, expressos em fracções numéricas? ¿Interrogando-nos a nós próprios, perplexos não ficamos, muitas vezes, ao querer reproduzir pormenores de acontecimentos pessoalmente presenciados? Ora às testemunhas de antigos tempos o mesmo sucederia, em visão unilateral e, como a nossa hoje, forçosamente incompleta. Sua representação mental, *já de si própria imperfeita na origem,* mais, sem dúvida, se deformaria, pela *lei da probabilidade composta*, ao passar em *meios de transmissão suces-*

sivos, até chegar ao cronista que, emfim, a consignou por escrito. E é, contudo, ùnicamente ao sair desta *última refracção* que nós a entrevemos. ¿Porque, então, aceitar, sem escrúpulo, como rigoroso o que é só aproximado; e, sôbre imagem tão grosseira, ir até ímpiedosa crítica das personagens dirigentes de épocas remotas, cujos motivos secretos, aliás, mal se deixam adivinhar?

É que a História figura, de sua natureza, um *campo de emoções,* e não admira que nossa credulidade aí se revele verdadeira *função exponencial* da aparente segurança de afirmação dos autores lidos. Quanto mais vigoroso o *tom*, expoente da frase, maior o efeito. Sugestionados, imaginamo-nos, então, em tribunal, julgando as gerações extintas. Um passo mais, e de ânimo ligeiro acordamos em graves sentenças, como se, por maravilha, penetrássemos o íntimo dos séculos distantes em sua *psicologia e pensamento específicos,* e a densa massa do tempo interposto, desvanecendo natural opacidade, nos permitisse rigorosa *análise espectroscópica* dum ambiente político e social tão afastado e diverso daquele em que nos situamos. Ouvimos falar em documentos... E não só cremos que basta pesquisar os filões dos arquivos para os extrair em abundância, como nem sequer pensamos na difícil acareação de seus testemunhos nos pontos, demasiado numerosos, em que êles, longe de concordarem, directamente se chocam, produzindo a sombra em *interferência* de luz.

Ora a verdade é que a *triangulação heurística* só a custo consegue lançar uma rêde de largas malhas sôbre o território do passado, pleno de zonas encobertas e emaranhado *detalhe* topográfico. Incansável em seu esfôrço, avança, contudo, a sciência, *por tentativas,* em marcha sinuosa, procurando tornear os obstáculos. ¿E como seguem essas tentativas? Ao acaso? Infelizmente algumas delas, confiando, apenas, na Fortuna... Mas, por definição, não consiste o

método scientífico em caminhar à aventura. É o próprio conceito da sciência que nos prescreve a escolha de um *racional plano directivo* na exploração do desconhecido. Ora quem diz *plano,* diz, implìcitamente, a *fixação prévia* — embora provisória — de *hipóteses condutoras,* seleccionadas para a *indispensável ligação lógica,* através de obscuras *étapes* intermédias, antes de se atingir o ponto no qual, rasgando-se o horizonte, possível é reconhecer se, sim ou não, se ganhou uma maior aproximação do objectivo final. Até lá essas hipóteses são legítimas, porque são necessárias.

À orientação acima definida se subordina o estudo que segue, ensaio de explicação de certos períodos das *operações estratégicas* de 1385 e das principais fases do *encontro táctico* de Aljubarrota. Reveste a tentativa a forma de *teoria provisória,* sujeita, portanto, a eventuais modificações com o progresso documental da questão em anos futuros. Atraiu já, é certo, o aspecto emotivo do tema um grande escritor literário, Oliveira Martins. Talento evocador, enveredou êle, naturalmente, pelo caminho do impressionismo histórico, onde a sugestão de sua prosa nos empolga ao desfilar de quadros belos. Em fatal contraste, afogam-se, porém, no fundo esfumado de sua projecção artística, os contornos principais, emquanto brilham, aproximados, pormenores pitorescos, produzindo artificial perspectiva. E, assim, a vibração estética, deslumbrando, cega a visão objectiva. Do lado espanhol, pelo contrário, duas narrativas existem, já não muito modernas, mas de carácter diverso, a clássica *Aljubarrota* de Sandoval e um capítulo da colectânea intitulada *Museo Militar*. Afirmando nosso alto aprêço de ambas, não duvidamos frizar o valor da primeira, hoje ainda indispensável obra de consulta, em que seu autor demonstrou qualidades notáveis de investigador honesto e meticuloso. Ressalta, porém, do texto, com igual nitidez, estudo técnico deficiente do *pensamento*

estratégico dos dois comandos opostos. E, contudo, êste ponto é, de todos, o mais interessante. ¿Como, de facto, compreender a guerra, *em sua essência,* sem penetrar, ora firmado em documentos, ora conduzido por plausíveis hipóteses, no recinto dos quartéis generais, onde as *concepções* se geram e depuram, cristalizando, depois, em *decisões* orientadoras da montagem do *sistema de fôrças* na dinâmica estratégico-táctica?

Correm os tempos, no final do século XIV, para a Renascença, já próxima; e no ambiente polìtico-social despertam novas tendências, em ritmo discordante da velha tradição. Formidáveis fôrças centrípetas, reagindo contra o deslaçamento do meio social medievo, provocam e aceleram a condensação política, desaparecendo pequenos principados para se constituírem as nações, fortemente centralizadas, da Europa moderna.

Uma catástrofe ameaça Portugal. Grande parte da nação se encontra ao lado do Rei estrangeiro, representante, por sua mulher, portuguesa de nascimento, da legitimidade no trono. Mas nem por isso desfalece o partido da separação de Castela, de que Lisboa, Pôrto e Évora são os mais importantes centros de resistência. Após os desastres, tão graves, de nossas armas, poucos anos atrás, no tempo de D. Fernando, e a apatia geral da população nesse mal afortunado período, irrompe, finalmente, a reacção nacional, estuando de vitalidade. E, assim, na memorável véspera de Santa Maria de Agôsto de 1385, alguns milhares de portugueses atrevem-se a desafiar os invasores, três vezes mais numerosos, para verdadeiro duelo de morte. Quarenta e cinco anos, apenas, volvidos sôbre o Salado (1340), torna já o destino do país a jogar-se em batalha campal. E, nela, avultando sôbre os episódios da refrega, vão sobressair, *dignas de admiração ilimitada,* as decisões do comando português em face do adver-

sário. Já a *ofensiva estratégica* de Abrantes, por Tomar, sôbre o inimigo, caminhando do Mondego para o Tejo, significara excepcionais qualidades de visão militar e audácia reflectida. Mas aqui, no *choque táctico,* ainda mais se elevará a *inteligência serena* do comando português, orientando as tropas no acto culminante da campanha. E a crise rematará em *vitória maravilhosa*, segundo a justa expressão do Vencedor, rendendo graças á Providência, no documento da fundação do famoso Mosteiro, seu túmulo e padrão do campo de batalha.

CAPÍTULO I

As fontes históricas

Razão de ordem exige que, antes de nossa descrição, mencionemos os documentos do ano de 1385 e as crónicas posteriores que, em especial, utilizámos ao procurar reconstituir a seriação dos factos, em sua lógica causalidade.

A) — Documentos oficiais

1.º — 21 de Julho — *Celorico da Beira* — Testamento do Rei de Castela. Transcrito em Ayala, *Crónica de D. Henrique III,* e Sandoval, *Aljubarrota* pág. 116. Serve para nos fixar sôbre o *local de estacionamento* do Quartel General castelhano no dia 21 de Julho.

2.º — 5 de Agôsto — *Abrantes* — Doação a Pero Vasques de Pedra Alçada das aldeias de Caspolima e Torrugem, perto de Oeiras, no têrmo de Lisboa (Tôrre do Tombo, *Chancelaria de D. João I,* liv. I, fol. 98).

Confirma a dedução, aliás fácil de extrair de Fernão Lopes, de que o Quartel General português se encontrava em Abrantes, a 5 de Agôsto.

3.º — 10 de Agôsto — *Tomar* — Doação da vila de Redondo a Diogo Gil, *alferes* de Nun'Álvares Pereira. (Tôrre do Tombo, *Chancelaria de D. João I,* liv. I, fol. 98). Comprova, igualmente, o texto de Fernão Lopes, de cujas passagens, cotejadas, se deduz haver estado D. João I em Tomar nesse dia.

4.º — 15 de Agôsto — *Arreal de tavoado da cumeira daljubarrota* — Doação a Gonçalo Roiz, *vassalo d'El Rei, de todolos bens moveis e de raiz que Joham Gomes d'Abreu avia em sãtarem e em seu termo e em outros quaesquer lugares destes regnos, o qual os perdeo por ser em deserviço do dito Senhor.* (Tôrre do Tombo, *Chancelaria de D. João I,* liv. I, fol. 99 v.).

Assume êste documento — *até hoje, que nos conste, inédito* — valor especial, não só por datar do dia seguinte ao da batalha, mas ainda pela forma como nêle se designa o local onde foi escrito, *arreal de tavoado da cumeira daljubarrota.* Analisemo-lo mais detidamente:

a) — ¿Em primeiro logar, onde seria a *cumeira de Aljubarrot*a, mencionada no documento? Entre Leiria e Alcobaça, há, *ainda hoje,* nada menos de três pequenos logares com o nome genérico de *cumeiras.* São êles, vindo de Leiria para Alcobaça:

Cumeira na freguesia da Barreira, situada sôbre um pequeno dorso de terreno, cêrca de 7 km. a N. E. de S. Jorge, que, como se sabe, foi o campo de batalha de 1835.

Cumeira de Cima na freguesia do Juncal, em

ponto não indicado nas *Cartas* de 1/100000 e 1/50000. Note-se que a freguesia do Juncal confina com a de S. João Baptista de Pôrto de Mós, a que pertence o logarejo de S. Jorge.

Cumeira de Baixo desviada 9 km. de S. Jorge, e a meia légua, apenas, de Aljubarrota.

Destas três Cumeiras é, sem dúvida, a de Cima a que mais perto está de S. Jorge; ¿mas será a ela que o documento se refere? Parece-nos que não, mas sim à Cumeira de Baixo, mais importante e sôbre a estrada de Alcobaça, perto de Aljubarrota. Continuemos. Um outro documento (n.º 5), vem datado de 17 de Agôsto, dois dias depois, em local indicado, apenas, por *apar da Canoeira*. Ora a Canoeira fica 6 km. ao Sul de Leiria e dista 5,5 km., de S. Jorge. Ainda Fernão Lopes diz que, *apoz a batalha, D. João I se conservou três dias no campo,* em sinal de vitória. Como S. Jorge está na estrada Alcobaça-Leiria, entre Cumeira de Baixo, a S. O., e a Cumeira ao N., poderia, talvez, às duas designações do acampamento português, nos documentos 4.º e 5.º, corresponder, apenas, um único local, o de S. Jorge, então charneca despovoada, como se lê em Fernão Lopes. As povoações mais próximas, sendo, também, possìvelmente, a Canoeira e a Cumeira de Baixo, serviriam, portanto, de *pontos de referência* para indicar o sítio da batalha.

Isto, é claro, a não ser que o sítio de S. Jorge, então, também, fôsse conhecido por Cumeira, o que não admira por ser um dorso de terreno.

b) — ¿Em segundo logar, o que significa a expressão *arreal de tavoado?* A nosso ver, parece ela confirmar a suposição, firmada nos cronistas estrangeiros, de que, no campo de batalha de S. Jorge, os portugueses executaram, de facto, alguns trabalhos de fortificação improvisada, dispondo, em certos *sectores* da posição, uma rêde de *defezas acessorias* de madeira.

5.º — 17 de Agôsto — *A par da Canoeira,* têrmo de Leiria — Doação da terra de Souto de Rebordãos a Álvaro Gil Durreo, *nosso escudeiro* (Tôrre do Tombo, *Chancelaria de D. João I,* liv. I, fol. 61). É êste o documento a que aludimos há pouco.

6.º — 17 de Agôsto — *Alcobaça* — Doação de *dous ferragiaes, em termo de Evora, a Affonso Peres, nosso escrivão, creado de Gonçalo Pires, escrivão de nossa chancellaria, por serviços que nos fez e faz e outros que dele recebemos em esta batalha que ouvemos com el-rei de Castela.* (Tôrre do Tombo, *Chancelaria de D. João I,* liv. I, fol. 99). Demonstra êste documento, combinado com o anterior, que o *exército português retirou das imediações do campo de batalha no dia 17 de Agôsto,* não muito cedo, caminhando para Alcobaça, onde seu Quartel General se instalou no mesmo dia, embora o *grosso da coluna* haja, porventurá, estacionado, meia légua à rectaguarda, sôbre a *Ponte da Chiqueda* (junto da actual Chiqueda de Baixo), como diz Fernão Lopes, em seu Cap. XLI.

7.º — 29 de Agôsto — *Sevilha* — Carta do Rei de Castela ao concelho de Murcia, explicando as causas do desastre. É *documento importantíssimo*, a todos os respeitos,

para a compreensão da batalha, sucedida, apenas, quinze dias antes. Foi transcrito por Sandoval, *Aljubarrota,* pág. 121, extraindo-o de Cascales, *Discursos históricos de la muy noble y muy leal ciudad de Murcia.*

Correndo, do princípio ao fim, o Liv. I da *Chancelaria de D. João I,* em que se compreende o ano de 1385, outros registos não encontrámos de interêsse para o presente estudo.

B) — Crónicas

Referem-se minuciosamente a Aljubarrota os cronistas estranjeiros Ayala e Froissart; o primeiro, falecido em 1407; o segundo, em 1411, cêrca de vinte anos antes, *pelo menos,* de Fernão Lopes dar comêço a seus trabalhos históricos. Foi Ayala combatente da batalha, emquanto Froissart se limitou, simplesmente, a parafrasear tres descrições. A primeiras delas (*Collection de Chroniques nationales françaises*; edição Buchon, Vol. X, págs. 96 a 114) inspira-se em Lourenço Anes Fogaça, secretário do Mestre de S. Tiago, embaixador de Portugal em Inglaterra, nos anos de 1384--1385. Conquanto, sem dúvida, bem informado, Fogaça não parece ter sido testemunha presencial nem haver comunicado directamente com Froissart. A segunda narrativa ouviu-a, pessoalmente, Froissart de um certo Maulion, escudeiro gascão, que, êsse, esteve em Aljubarrota, do lado castelhano, e ao qual encontrou numa de suas viagens, em Orthez, junto do Conde de Foix, no ano de 1388 (*Collection de Chroniques,* etc., Vol, IX, págs. 337 e 384 a 427).

A terceira foi-lhe contada por um grande fidalgo português, João Fernandes Pacheco, que, em 1390, esteve de passagem em Middelburg, nos Paises Baixos. Pena é que não possuamos, na sua pureza original, as duas narrativas

últimas para as confrontar com Ayala. De facto, a deformação — que mal se imagina — quer dos nomes dos personagens, quer da seqüência dos acontecimentos, torna muito difícil o cotejo.

Quanto a textos portugueses, chegaram até nós, apenas, duas crónicas que se ocupem de Aljubarrota; a do *Condestabre,* escrita, por um anónimo, entre 1431 e 1443, segundo julgamos; e a *del Rei dom Joam,* por Fernão Lopes, na *2.ª Parte*, ainda não impressa em *edição crítica,* mas de que a Biblioteca Nacional guarda uma cópia anterior a 1568, conforme se verifica pela seguinte cota marginal, a fols. LXXXIX, tratando de Aljubarrota... *e por boa comta faas este dia de nossa Sra. daguosto de 1568 anos cemto e oitemta e tres anos q. pasou esta batalha. (Reservados, Fundo Geral, Códice 390).*

Último dos escritores medievais, de nosso conhecimento, que trataram de Aljubarrota, Fernão Lopes aproveitou trabalhos, hoje perdidos, de vários antecessores. Revelam tal facto muitas passagens de sua obra, entre as quais salientaremos a seguinte, no Capítulo XXXVII da 2.ª Parte da *Crónica de D. João I:*

Ora sabey que quantos de batalhas estoryas compilaraõ deles mais, e deles menos, todos em seus liuros fazem menção de gentes que cada hũ Rey comsiguo tinha por se saber sua cantidade, e daar o louvor a quem parecer que o merece e doutra guysa os desbaratados e os vencedores não teryã glorya nem doesto, e asy fizerão muitos na estorya desta batalha que hũs diserão pelo miudo que el-Rey de Castella trazia oyto mil lanças, e outros poserão nove mil e de ginetes treze mil, e quinze mil besteiros, e de homẽes de pee vinte mil, e outros dezião em soma que erão sessenta mil por todos; e outros q. cheguavão a cem mil, outros contauão que p. huũs e p. outros era tanta multidão que avya hy cem castelãos pera hũu portugues, e asy outros mais e menos segundo lhe pareceo ou

lhe prougue descrever... (Biblioteca Nacional, Reservados, Fundo Geral, Códice 390, fol. LXIX vv. e LXX).

Vê-se daqui, claramente, que *os números indicados correspondem a cinco narrativas diversas.* Ora nenhum dêsses números se encontra, quer na *Crónica do Condestabre* — que não aponta efectivos — quer em Ayala. Adicionando as duas narrativas referidas por Froissart, conclui-se que, *ao tempo em que Fernão Lopes escrevia, existiam, pelo menos, nove descrições da batalha.*

Actualmente, porém, só se conservam cinco, em Ayala, Froissart, *Crónica do Condestabre* e Fernão Lopes, não falando nalguns períodos da carta, atrás referida, do próprio Rei de Castela. Suspeitamos, ou melhor, temos quási a certeza de que algumas das narrativas hoje perdidas se guardavam, ainda nos princípios do século XVII, no cartório do Mosteiro de Alcobaça. Mais adiante, no decurso dêste estudo, frisaremos os motivos que nos levam a tal afirmação. Semelhantemente, reservaremos, para nota especial, nossa demonstração de que não é possível atribuir a Fernão Lopes a autoria da *Crónica do Condestabre,* como sustentou Braamcamp Freire, aliás, investigador de apurada crítica e erudição vasta, a cujo esfôrço muito deve a história nacional. Nessa mesma nota, provaremos, igualmente, a *improbabilidade* daquela autoria pertencer a Diogo Gil, *alferes* do Condestável, como, de outro lado, alvitra o Sr. Professor Entwistle, da Universidade de Glasgow, que primeiro sugeriu dúvidas quanto à afirmação de Braamcamp Freire, em artigo recente da *Revista de História.*

(Continúa)

A. Botelho da Costa Veiga.

ALGUNS ASPECTOS DA PROSA MEDIEVAL (1)

PRINCIPALMENTE ATRAVÉS DA «PRIMEIRA PARTE DA CRÓNICA DE D. JOÃO I» DE FERNÃO LOPES

III

Podemos dispor em díptico as ideas capitais de Fernão Lopes quanto à composição. Despontando aqui e além em tôda a sua obra, pulsam com alta tensão no capítulo XXIX da primeira parte da *Crónica de D. João I*, aí suscitadas pela acumulação de acções a recontar (o «gramde aaz destorias» que «nos som prestes») (2).

Segundo a precessão, talvez indeliberada, por que o cronista as considera, são elas: *ordem* na acção, e *clareza* e *pureza* no estilo:

> «Certo he que quaaesquer estorias muito melhor sse emtemdem e nembram se som perfeitamente e bem hordenadas, que o ssemdo per outra maneira; e posto que nossa teençom seja, de estas que escprever queremos, ho seerem em boom e claro istillo, porem tam grande aaz destorias nos som prestes, moormente em este logar, que desviam muito de tall hordenamça nosso desejo e voomtade» (3).

Na primeira está o segrêdo da sua prosa como *estrutura*, tecido inconsútil na resenha e nos adornos involuntários; na

---

(1) Cont. do n.º 4, pág. 497.
(2) Pág. 52.
(3) Págs. 51–52.

segunda a chave da sua graça e translucidez a ennumerar, a sugerir, a levantar massas de personagens e sentimentos em guerra, e até a insinuar juízos irónicos por entre as frinchas de picaresco arregoadas nos grandes vultos.

Veremos como na idea de «boom e claro istillo» entra o ingrediente da sobriedade literária. O montão de matérias não o intimida nem detém: capta o essencial de cada uma sem as interpolar. ¿Pois não é preferível levar ao fim as acções, em sucessão expositiva, «que as emvurilhar comfusamente»? (1):

> «Por veerdes de que guisa foi vimgado Gill Fernamdez de sua prisom, posto que tã açerca nom fosse, queremollo logo aqui dizer, porque nom sabemos se nos viinra aa maão de mais fallarmos de seus feitos» (2).

E não só pela razão de *estar com a mão na massa:* também para matar a curiosidade do leitor e prevenir repetições enfadonhas. Como se diz no *Tristan,* — cuja leitura fêz Fernão Lopes, pois que tentou proscrevê-la (3): — «anuis seroit de conter une aventure deus foiz» (4).

Esta preocupação de se não repetir, de não enredar o texto com fastidiosas recidivas, abrolha a cada passo da pena do escritor sob as mais diversas formas, consoante a natureza e posição do facto sôbre que é tentado a entrar em declarações de método. E ao ter de relembrar, para fornecer bom contexto, particularidades e circunstâncias de que já fêz objecto, não deixará de acrescentar um «segumdo dis-

---

(1) *Loc. cit.*

(2) CVIII, pág. 182.

(3) «A proposição de *hoje não cumpre que se leiam as proezas de Tristan e de Lançarote* prova que nos dias de Fernão Lopes os romances bretões estavam bastante vulgarizados para poderem ser tratados de velharias». (D. Carolina, *Lais,* cit., pág. 39, nt. 103).

(4) Ms. 12599, fl. 459 *c*, cit. por Gastão Paris, *op. cit.,* pág. LVI.

semos em seu logar, se dello sooes acordados» (1), espécie de *memorandum* da consciência que tem daquela efémera e necessária transigência com a prolixidade.

Levado pelo amor à unidade e à clareza, aparta do momento em que redige tôda a excrescência narrativa, quer relegando-a para tal ou tal passo em que ficou subentendida, quer protraindo-a «adiante», «mujto brevemente», «onde conveer fallar» (2). Como todo o escritor consciente dos seus meios, a cada instante da composição sabe evocar prontamente, com rápida visão remissiva, o material já em obra. A *era* a repetir diz-se «per vezes ja nomeada» (3), e os factos evocandos imediatamente lhe provocam fórmulas que giram em tôrno desta meia dúzia de tipos, leves variantes de uma obsessão:

«comtado avemos em seu logar» (CLXXI, pág. 320);
«como ouvistes» (CLV, pág. 288);
«segũdo tocamos omde compria, ou outros alguũs em seu logar» (*ib.*, pág. 289);
«segumdo amte avemos dito» (CLVI, pág. 292);
«segumdo leedes em seu logar» (CXV, pág. 197);
«segumdo em seu logar avemos contado» (CL, pág. 276).

Outras vezes é o fluxo do *conto* que faz represa súbita, porque convém desviá-lo por leitos sinuosos que dão à prosa do mestre um vago sabor novelístico, de autor que suspende a proeza e gradua o efeito entre os leitores. A receita é quási invariável de doses. Leva uma parte suspensiva, um corte declarado, e logo o anúncio do salto, ginàsticamente perfeito, que leitor e autor hão-de dar para que tudo fique claro:

«Mas hora leixemos elRei em Sevilha como dissemos, jumtamdo

(1) CXXIV, pág. 213.
(2) *Crónica de D. Pedro I*, cap. I, pág. 7.
(3) CLIV, pág. 285.

suas gemtes, e armando frota pera tornar a Portugall, e comtemos como NunAlvarez tomou Portell, e do que depois aveo a Lixboa e ao Mestre ata que foi alçado por rei em Coimbra» (CLVI, pág. 293);

«e em quamto ho Meestre jaz sobre Torres Vedras, e lhe fazem cava pera a tomar, vejamos o que aveo emtamto a NunAlvarez, pois todo foi em hũa sazom». *(Ib.)*;

«Onde leixamdo seu queixume delles por ora, tornemos veer a cava que ficou começada, em que pomto esta, em quamto sse estas cousas passarom» (CLXXIII, pág. 325) (1);

«Ouvido teemdes, ja vay em dous meses, como treze gallees partirom de Lixboa, .. e pera melhor veermos todo o que sse fez, depois que hi [*ao Pôrto*] chegarom, leamos primeiro tres capitullos seguimtes do que aveo amte sua chegada» (CXVII, pág. 201);

«Omde leixemos estar Nuno Alvarez por guarda de sua fromtaria, e vejamos se chegou ja a frota que partio do Porto a Lixboa, e do que lhe acomteçeo» (CXXVIII, pág. 220);

«A quall [*Lisboa cercada*] leixemos com esta esperança, sem mais por ora fallar de seus feitos, e vaamos saber que fez NunAlvarez depois que partio de Punhete, e chegou aa çidade dEvora» (CXLII, pág. 255);

«Onde leixemos as naaos e gallees amdar pello mar; e em quamto ellas fazem sua viagem, levemos NunAlvarez a Alemtejo: e como for em Evora domde partio, emtom tomaremos a comtar da frota como chegou a Lixboa, e do que lhe hi aveo» (CXXV, pág 216).

É importante notar que em quási todos os exemplos aduzidos a acção suspensa permanece, por assim dizer, em *fieri*. Da porção oculta ao leitor tem o cronista o cuidado de entremostrar os primórdios, a entranha adivinhada do feito que ainda não é *feito* mas para lá caminha, desenrolando-se na órbita do tácito solertemente apontada. El-Rei de Castela, em Sevilha, está «jumtamdo suas gentes, e armando frota» de guerra: o Mestre lá «jaz» sôbre Tôrres e os seus lá sapam

---

(1) O capítulo seguinte (CLXXIV, pág. 325) começa, «Fezerom na cava que dissemos ..»,—remissa ou *initium* típico de muitos capítulos de Fernão Lopes, e que demonstra o carácter sòlidamente encadeado da sua narrativa.

a «cava»; o «queixume» dos de Tôrres não estancou emquanto «tornarmos» à engenharia; Lisboa pulsa de esperança; as «naaos e gallees» navegam. Bem vistas as coisas, acção e narrativa, mercê do poder de evocação e arrumo peculiar ao narrador, prosseguem ante o leitor com isocronia viva. O facto contado até meio não morre nas malhas da crónica: como que passa ao subliminar da atenção ora ocupada em novos factos, e aí frui um pouco a vida das nebuloses prenhes de núcleos astrais.

A mèstria com que Fernão Lopes realiza estas síncopes necessárias à composição complexa inclui por vezes notas de grácil mesura medieval:

«e Nuno Alvarez se foi pera Evora; omde folgue por um pouco ataa tomar Portell, e nos iremos poer emtamto elRei de Castella fora do rreino» (CLIV, pág. 288);

«NunAlvarez er apagou seus fogos por cobrar o sono que damte perdera, omde fique com boas noites; e nos tornemos veer a atribullada de Lixboa em que pomto esta» (CXLVII, pág. 268).

Aqui, as *dramatis personnae* repousam mediante um estratagema de composição habilíssimo. É um descanso autêntico, a um tempo corpóreo e moral: «folgue» Nunálvares! Deus lhe dê «boas noites»! Haverá sempre tempo de o trazer folgado e desperto à scena turbada da história...

Predomina em Fernão Lopes o escrúpulo da oportunidade e da precisão. E não só quanto ao que já relatou e sôbre que volta, por necessidade, a resenhar: também quanto ao que vem a talho de foice (digamos):

«Hora em este logar devees de saber» (CLV, pág. 289);

«E pois teemos aqui a pena, e nom torvarmos a hordem do que avemos de fallar, digamos logo outro» (CXXXVIII, pág. 241);

«Nem huũ fallamento deve mais vizinho seer deste capitullo que avees ouvido, que poermos logo aqui brevemente de que guisa estava a çidade, jazendo elRei de Castella sobrella» (CXV, pág. 195).

Outras vezes é o refugar de esclarecimentos para melhor sazão da crónica, sob as formas quási notariais, mas justas, de:

«como adeante ouvirees» (CXVII, pág. 202);
«segumdo adeamte ouvirees» (CXLI, pág. 252);

e sempre o vivo receio de cair em prolixidade, expressa- ou tàcitamente manifestado através de tôdas estas fórmulas, pelas quais corta cerce a tentação de encher as laudas:

«muitas outras cousas que dizer nom curamos» (CXIV, pág. 194);
«e outros que nomear nom curamos» (CLIX, pág. 300);
«e muitos que seria sobejo descrever» (*Ib.*);
«e outros que tocamos em seu logar que mais nom compre seerem rrepetidos» (CLIX, pág. 301);
«e a outros muitos que nom compre descrever» (*Ib.*);
«e assi outros muitos que fariam huũ gram capitullo» (CLX, pág. 303);
«e posto que sse todos achar podessem, faziam tam gram proçesso, que mais seria de sobejo que neçessario e bem hordenado; porẽ estes poucos que aqui som postos, nõ per hordem de fidallguia como ja dissemos, mas feito dalguũs este pequeno feixe, como sse melhor apanhar poderom, fiquem por ssi e por todollos outros» (CLXI, pág. 304).

Note-se como o encurtamento no rol é feito adrede para três fins concisos: castigar de olvido os feitos nímios, não embaraçar o relato, e prevenir airosamente possíveis omissões involuntárias: «pequeno feixe» de heróis, «como sse melhor apanhar poderom», «fiquem por ssi e por todollos outros» esquecidos ou apagados (1).

---

(1) Nota o sr. Cardial Cerejeira (*op. cit.*, pág. 42) que Fernão Lopes, «como os cronistas do seu tempo, nomeadamente Ayala, tomavam dos factos históricos preferentemente os que tinham carácter dramático, isto é, os casos individuais mais brilhantes (os *feitos*, como então se dizia), ou pelo menos os mais característicos, que mais impressionavam as imaginações».

Mas o propósito vem mais claro e polvilhado de ironia neste precioso passo, onde frisarei de passagem a independência do historiador, com vista aos que viram nêle um louvador dos grandes:

«esta obra com gram trabalho hordenada; a quall todos nom pode comtemtar, assi como huũ vemto nom pode comprazer a desvairados mareamtes; mas aja aquella paçiemçia (1) que os samtos ouverom, que nom ssom postos na ladainha, nem na sacra que dizem aa missa». (CLXI, pág. 306).

Não estende a massa. Preza o tempo dos outros e estima o seu próprio. Também arreda as tiradas que não possam ir prenhes de acção, mais acção, acto disparado e concluso:

«de quamto cuidado e esperamça forom cheos os coraçoões dos moradores della, [*Lisboa*] nom he leve de dizer» (CXXXII, pág. 227);

e principalmente estas decididas linhas:

«Assi que comtamdo per meudo todallas cousas que em combatos e escaramuças acomteçiam a huũs cõ outros, nom abastaria o presemte dia damdo a vos fastio douvir, e a nos camssaço de escprever; porem leixãdo homem destes feitos o que chaãmente poderia bem fallar». (CXL, págs. 247–248).

Mas se é certo que tão reiteradas declarações e procedimentos estilísticos denotam quási sempre sobriedade resolvida (2), podem encobrir às vezes carência de informes, e

---

(1) Em ver arredados da crónica os nomes de pais e avós (os nomes dos *deudos*).

(2) Escreve Cervantes nos *Trabajos de Persiles y Segismunda* (ed. Rivadeneyra, 641 *a*): «Con menos palabras y más sucintos discursos pudiera Periandro contar los de su vida .., porque los episodios que para ornato de la historia se ponen, no han de ser tan grandes como la misma historia».

serão nesse caso uma escapatória engenhosa. Na literatura jogralesca, como nota Menéndez Pidal, locuções similares às que tenho transcrito são uma «maliciosa escusa» do tipo dêste verso (1):

«dexarevos las posadas, non las quiero contar»,

ou dêste quarteto francês alegado também pelo eminente medievalista (2):

vait s'en li cuens, de neient ne se targe;
de ses jornees ne sai que vos contasse:
Montgen trespasse, qui durement le lasse;
de ci a Rome n'areste Fierabrace.

Mas não será esta pequena restrição, mais presumptuosa que verdadeiramente probatória contra o «singelo» (3) cronista, que poderá abalar a convicção de que foi sóbrio. De resto, esta *nudez* da sua atitude inicial ante a escrita transparece logo na sua noção de estilo, que se tem de extrair mediante delicadas operações de exegese, *via remotionis:*

«Se outros per ventuira em esta cronica buscam fremesura e novidade de palavras, e nom a çertidom das estorias, desprazer-lhe ha de nosso rrazoado, muito ligeiro a elles douvir, e nom sem gram trabalho a nos de hordenar. [§] Mas nos, nom curando de seu juizo, leixados os compostos e afeitados rrazoamentos, que muito deleitom aquelles que ouvem, amtepoemos a simprez verdade, que a afremosemtada falssidade». (*Prólogo*, pág. 2).

Estilo, pois, ou *não é* para êle aquilo que êle pratica

---

(1) *Cantar de Mio Cid,* v. 1310.

(2) Cantar de Mio Cid — *Texto, Gramática y Vocabulário,* — por R. Menéndez Pidal, I, Madrid, 1908, pág. 69.

(3) Herculano, *Opusc.*, IX, págs. 95–96.

(expor os *feitos* «breve e sãamente contados» (1); dar a «çertidom das estorias»; *antepoer* «a simprez verdade» à «afremosemtada falssidade»), ou é uma coisa bem desataviada e primária. Nem parece senão que Fernão Lopes se não considera escritor, pois tem claramente um conceito de estilo que lhe é, como êle quere, inaplicável.

Não podemos duvidar que expressões como «fremesura e novidade de pallavras», «compostos e afeitados rrazoamentos», e ainda «fremosura e afeitamento das pallavras» (2) signifiquem para êle algo do que é específico, intrínseco à arte de escrever, — pelo menos à arte fictiva que êle dá a entender que era a voga: antes, a «simprez verdade», a «nua verdade» de que se jacta contìnuamente parecem ter só que ver com a profissão do historiador, e nada com o escritor, no ponto de vista bel-letrístico, que coëxistia nêle. E é aqui talvez a ocasião de preguntar se Fernão Lopes teria consciência dos seus recursos de estilista.

Agostinho de Campos responde redondamente que não: «o velho cronista foi, além de óptimo historiador que quis ser, escritor e prosador genial que não sabia que era» (3). E o Dr. Rodrigues Lapa, no belo estudo comparativo que acaba de consagrar ao nosso cronista e a Froissart (4), embora assinalando as altas belezas dos textos fernanlopescos

---

(1) Herculano, *Opusc.*, IX, pág. 3.

(2) *Ib.*

(3) *HLPI*, I, pág. 176.

(4) Só agora (12-XI-1930) tive ocasião de ler, por amabilidade do autor, o opúsculo *Froissart e Fernão Lopes* (Lisboa, 1930), e por isso não posso evitar coincidências de cita e de crítica, que, ou se verificaram já, ou existem no corpo de reflexões organizadas por mim e que esperam apenas a brecha em que hão-de entrar neste trabalho. Penso, por exemplo, nos passos aduzidos por mim ao versar as citações em Fernão Lopes e na atitude tomada ante a polémica Morais Sarmento-Cerejeira. Claro que tais coincidências só me lisongeiam.

e sobrepondo-as até fundadìssimamente às do estranho, põe em relêvo o propósito, em Fernão Lopes nítido, de ser acima de tudo um historiador veraz.

Mas, embora não sofra contradita essa preocupação relevante, ¿porque não havemos de supor no primitivo uma tal ou qual consciência dos seus recursos de artista? Lanson levanta a lebre no campo da literatura medieval francesa, e a meu ver com razão (1). O medieval, para lá da poesia, não professava a preceptiva ou a crítica de gôsto, — essa reflexão sôbre o que há de instrumental no estilo, que pressupõe um desdobramento mental demasiado subtil para o seu tempo. Isto porém não quere rigorosamente dizer que fôsse privado de espelhismo. Sente-se na prosa de Fernão Lopes, — na lançatura dos períodos; na variedade e sucessão das formas do discurso, depostas e retomadas com uma minúcia de pintor que tem o arco-íris na paleta asseteada de pinceis (fino, espêsso, capilar, quási brocha) — uma profunda e tácita compenetração da própria técnica, um deleitar-se consigo mesma sem todavia denunciar *alta voce* tal deleite, que não é positivamente uma atitude ingénua. Há mesmo um passo, entre outros que me tenham possìvelmente escapado, em que se trai claramente a fruïção estética do cronista, o gôsto do *conto* pelo conto:

> «e comtamdo cada huũ os aquecimentos que lhes aveherom, era saborosa cousa douvir». (CLXIV, pág. 311).

O *sabor* medieval, que comporta vários matizes semânticos, também é prazer de leitura, amor à narração pelo seu arranjo fictivo; — consciência do *estilo*, numa palavra.

---

(1) «Pourquoi supposer, en effet, qu'ils [*os autores das canções de gesta*] n'ont pas voulu ou compris ce qu'ils ont fait?» (*Hist. de la Litt. Franç*, cit, pág. 30, nt. 1).

Mas, quando o não fôsse em Fernão Lopes, bastaria esta declaração de espontaneidade no compor para nos convencer:

«Omde nom escprevemdo per hordem de fidallguia, mas como a maão quiser mover a pena, o primeiro nesta ladainha seja...». (CLIX, pág. 299).

A pena abandona-se à delícia cálida do improviso, esperando a «saudação angélica», a visita da inspiração.

A narrativa é pròpriamente «fallamento», — «nosso fallamento» (1), — emquanto que «poer as estorias em caronica» é compilá-las:

«pella era de Çesar per que esta cronica he cõpillada». (CLXIII, pág. 309).

Isto é: Fernão Lopes consente, sem dar por isso, a distinção entre a história, sciência ou saber do passado, e o estilo historial, género literário susceptível de se ductilizar sob a influência doutros géneros. Um dêles é sem dúvida o novelesco, que impregna o texto todo. Não só a resenha está cheia de engates que parecem retomadas de um fio de entrecho de novela:

«E aveo assi huũ dia, que...» (CLXXIII, pág. 324);
«Hora assi aveo que...» (CLXV, pág. 312);
«e aveo huũ dia que...» (CLXII, pág. 294);
«Hora assi foi que...» (CXXXIII, pág. 229) (2);
«Em este comeos...» (CXXXV, pág. 233);
«Omde sabee que...» (CXLI, pág. 252);
«Hora assi aveo per aquecimento, que...» (CXXXIX, pág. 246);
«Em esto aveo huũ dia que...» (CXL, págs. 247–248);

como há capítulos nìtidamente construídos com sabor de

(1) CLXIII, pág. 307.
(2) Duas vezes na mesma página.

relato romanesco, tal o CXXXII (1), — de *como foi sabudo pella çidade que a frota viinha, e do que as gentes por ello fezerom.*

O apêrto, a eminência do perigo, a «amgustura»,—perdas materiais representadas, maridos e filhos em risco, — tudo isso é dado com finura psicológica que transcende o processo historiográfico, pintando a insónia dos moradores de Lisboa, a conversa cochichada e pressaga das senhoras vizinhas nas janelas, o que tudo desfecha no encher das igrejas, «camdeas acesas nas maãos» (era ao lusco-fusco), a propiciar Deus do céu. Um apêlo de homiliasta aos corações endurecidos encerra a página comovedora.

Também o capítulo CLXII da mesma crónica tem tom de sermonário, recorrendo à prosopopea. É um diálogo de só dois travessões entre o cronista e Lisboa, em que a tirada da cidade, longa e alegatória, arrola os «comfessores» ou lugares que a *confessaram* e ao Mestre na alta intenção de manterem a independência nacional: Castro Marim, Tavira, «Farom», Arronches, Fronteira, Portel...

Aqui e além, ainda, em passos erradios, se fere a nota sentenciosa, e uma ou outra vez se esboça a queda naquela retórica ou «afeitados rrazoamentos» que cuidadosamente evitou, — amostra daquilo a que o Esfuziote do *Labyrintho de Creta* dirá a Tarancella que são «estylos crespos» (2): «nas sanhosas maãos de tam mortaaes emmiigos» (3), etc.

O deslise, porém, não se consuma, e o seu estilo, que *in genere* se pode dizer sem falha, continua a ser daquele carvalho de bom cerne («*the good oak*») a que o sr. Aubrey Bell o assimila (4).

---

(1) Pág. 227.

(2) Parte I, sc. II. (António José da Silva, *Theatro comico*, T. I, Lisboa, 1744, pág. 50).

(3) CXXXII, pág. 227.

(4) *Portuguese Literature*, Oxford, 1922, pág. 82.

No campo comparativo foi moda nivelá-lo a Froissart, moda que o Dr. Rodrigues Lapa faz provisòriamente datar de Ferdinand Denis (1). Aubrey Bell (2) constrói, pondo já o cronista acima do émulo francês, o quadro de escritores românico-medievais onde se devem procurar paradigmas de valorização para o nosso mestre; mas cabe ao Dr. Rodrigues Lapa, como dissemos, a honra de aclarar a questão por um edificante cotejo.

Connexo a êste sedutor téma comparativo ficará já agora um outro, suscitado por Jaime Cortesão, historiador de estilo terso e de erudição discreta e sólida, a quem devemos trabalhos primaciais sôbre a expansão portuguesa. Na *Lusitania* (3) levanta êle o problema de um relato de acontecimentos do tempo do Mestre, inserto por Froissart no livro III das suas *Crónicas* (4). E alega que, declarando Froissart ter recebido aquelas novas por João Fernandes Pacheco («*si ouvrai sur les paroles et relations faits du gentil chevalier, Jean Ferrant Percek*»), o qual «*si doucement et si arréement le me contoit, et tant volontiers, que je prenois grand plaisance à l'oüir et à l'escripre*», se deve inferir «indubitàvelmente que João Fernandes ditou a Froissart a narrativa». O argumento vem reforçado com a observação de que o cronista conservou «o estilo e a ordem do relato», usando «do expediente de pôr uma grande parte na bôca de Lourenço Fogaça, como se êste por sua vez o contasse ao Duque de Lencastre, a quando a sua embaixada

---

(1) Rodrigues Lapa, *Froissart e Fernão Lopes*, cit., pág. 5.

(2) *Fernam Lopez*, vol. da série *Hispanic Notes and Monographes*, Oxford, 1921, cap. II.

(3) Fasc. IX, Lisboa, 1926 (*Uma crónica portuguesa incluída nas de Froissart*), págs. 367–391 (referidas ao vol. III da rev.).

(4) *Les Chroniques de sire Jean Froissart*, ed. de J. A. C. Buchon, Paris, 1835, T. II, pág. 462 sqq. Sôbre Froissart vid. Boissier, *Froissart restitué d'après les manuscripts*, in *Rev. des Deux Mondes*, 1-II-1875.

de Inglaterra». E de novo conclui Cortesão que «Froissart quási se limitou a incluir na seqüência das suas *Crónicas* a cópia fiel do ordenado relato que João Fernandes lhe ditara».

Ora, reconhecendo que a evidência dada pelo ilustre historiador a essa fonte portuguesa de Froissart foi um bom serviço prestado ao nosso saber medievalístico, acho que a conclusão em favor da autoria portuguesa do passo (*uma crónica portuguesa incluída nas de Froissart,* capitula Cortesão afoitamente) é francamente excessiva, mesmo escudada no argumento genérico da falta de sentimento de autoria dominante na Idade Média (1). O procedimento de Froissart quanto ao relato das nossas coisas, tomando-o fresco da bôca de «Jean Ferrant Percek», que «*si doucement et si arrément le me contoit*», não é um caso esporádico na sua maneira de escritor, mas a regra, o cânon que segue em tôdas as suas crónicas, sem que por isso os países de que êle refere eventos lhe reivindiquem a autoria para os respectivos informadores. «Il recueillait de toutes bouches l'exact détail des événements, à grands frais et fatique de corps», escreve Lanson; e ainda: «son récit reflète les passions des acteurs ou des témoins qui l'ont renseigné» (2). Mais: «Son affaire, c'est d'écouter les preux raconter leurs prouesses; sa méthode, c'est d'amener les gens à lui faire voir les choses et de les faire voir comme il les a vues» (3). Nessa faina foi o cronista expressamente à Flandres a procurar gente nossa («*m'en vins à Bruges en Flandre pour trouver les Portingalois et Lussebonnois*»), acabando por encontrar João Fernandes, — «*vaillant et sage homme*»; «*sage et honorable*,

---

(1) Cortesão concentra a sua argumentação a pág 373 do cit fasc. da *Lusitania.*

(2) *Op. cit.*, pág. 150.

(3) *Op. cit.*, pág. 153.

courtois et accointable» (1); que tinha *«forme, taille et encontre de vaillant et de noble bomme»* (2), — tomando então de sua bôca o que com frescura insere na tapessaria dos seus textos (3).

Voltando a Fernão Lopes, notarei uma vez mais o que se tem pôsto em relêvo quanto às virtudes dinâmicas e picturais da sua prosa. Isto me servirá como que de introdução à análise mais detida de dois valores desta ordem: a *païsagem* e o *retrato*.

No realismo do cronista destaca, de um lado, a movimentação das multidões, pecúlio de scenas de pormenor e conjunto rigorosamente urdidas, — e do outro a veracidade e o amor das scenas concretas guiando à minúcia que diríamos hoje escabrosa, mas que na Idade Média se podia propinar a olhos castos. Só a novela de cavalaria, como notou Cervantes exceptuando *Tirante el Blanco* (4), parece querer furtar o bom ledor à crueza da vida e à sua concreção, o

---

(1) *Lusitania*, IX, pág. 375.

(2) *Ib.*, pág. 376. Cortesão serviu-se da edição de Buchon. Outra, é a de Siméon Luce, manuseada por Brunetière (*op. cit.*, pág. 52), além das que Lanson indica (*op. cit.*, pág. 149, nt. 1).

(3) «L'immense tapisserie bariolée de Froissart». (Gastão Paris, *Littérature Médivale et Littérature Moderne*, in-*Mélanges*, 1.ª Parte, pág. 18).

(4) *Quijote*, Parte I, cap. VI, ed. crítica de Rodríguez Marin, *Classicos Castellanos*, 4, vol. I, Madrid, 1911, págs. 161–162. Quanto às dúvidas suscitadas sôbre se Cervantes elogia ou não a novela, vid. a nota 6 da pág. 162.

Aproveito a ocasião para citar a tentativa de identificação do vocábulo *Tirant* com o nome *Ferrand-Ferrando* de um infante português (o *serenissimo Princep don Ferrando de Portogal* da novela catalã), empreendida pelo ilustre Prof. Luís Cardim no seu belo livro de erudição anglo-romanística *Estudos de Literatura e de Lingüística*, Pôrto 1929, págs. 7–44, principalmente a págs. 43–44. Aí também se pode consultar com proveito (pág. 91) um capítulo *Sôbre o Titulo II do Nobiliário do Conde D. Pedro*.

que levou o Infante D. Afonso de Portugal a pedir a Lobeira que Amadis fizesse a Briolanja «um filho e uma filha de um só ventre» (1).

Fernão Lopes teria sido menos renitente, com certeza, em satisfazer o capricho erótico do Infante. Basta ler êste excerpto em que o cronista joga com o semantema bíblico, rudemente seminal de *co-gnoscere:*

«alli [*no Bom Jardim*] conheceo NunAlvarez dona Lionor sua molher, aa quall com verdade des emtom podiam chamar dona, porque posto que ella per tall nome fosse nomeada, ella verdadeiramente era donzella, ca o seu primeiro marido nunca della ouve tal conheçimento, o que ella sempre bem emcobrio por sua gramde boomdade». (XXXIV. pág. 61).

Se o realismo prosaico, como quere Menéndez y Pelayo (2), aparece em Espanha com a transformação da sociedade cavalheiresca em burguesa, passos como êste devem significar em Portugal que o mesmo fenómeno se consuma. Na poesia, o caso é outro. Havia serranilhas realísticas nas dez fôlhas de trovas líricas, sagradas e profanas, que de Hita se perderam (3), e entre nós é conhecido o sabor soezmente pornográfico de certas peças recolhidas no *Cancioneiro da Vaticana.*

Mas Fernão Lopes fica-se pelas notas realistas que não ferem, desde que saibamos sobrepor à nossa susceptibilidade de modernos, que tudo vela, compõe e atenua, o estrato de crua veracidade medieval que todos levamos soterrado. O «manto diaphano da Phantasia» (4) é nêle arredado com o

---

(1) D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Pref. da redacção do *Amadis* de Afonso Lopes Vieira, cit, pág. XXIX.

(2) *Antologia*, III, pág. VI.

(3) D. Carolina, *Cancion. da Ajuda*, II, pág. 623.

(4) Eça de Queiroz, curandel de *A Reliquia*, Pôrto, 1887. A idea

movimento brusco do peão medieval que atira os lençóis ao alvorecer. Disso já dei uma amostra. Outras, dignas do realismo zolaesco, de escola, eis-las aqui:

«Em esto falleçeo a agua da cisterna, e foilhe forçado tornar a bever outra muito davorreçer, convem a saber, a que jazia na alcarcova no imverno, na quall as molheres amte que fossem çercados, lavavom as rroupas emfomdiçadas, e os trapos dos meninos; a quall era verde e muito çuja». (CXXXVI, pág. 236);

«alli homde mijavam os homeẽs, hiam as bestas chuchar, e comiam aquella terra molhada». (CXXXVI, pág. 235).

Ávido de conformar o relato com o sangue da coisa a relatar, — êle que foi «um dos maiores realistas que o mundo tem produzido» (1), — convida o leitor a situar-se na atitude psíquica do reviver, mediante retrospecção, os acontecimentos em fluxo:

«Hora esguardae como se fossees presente, hũa tall çidade assi descomfortada» (CXLVIII, pág. 271).

---

não é tão nova como parece. Já La Fontaine, mestre immoderado, escrevia (*Fables*, v, 580):

«Nuls traits à découvert n'auront ici de place;
Tout y sera voilé, mais de gaze et si bien
Que je crois qu'on n'en perdra rien».

Aproveitando a ociosa cita queiroziana, e tendo preparado êste estudo na Biblioteca da Universidade de Coimbra, onde tão doces sombras do passado fazem um calmo ambiente, não resisto à tentação de lembrar que fui aí precedido nas pesquisas de prosa medieval pel- «os companheiros de casa do Castanheiro, os tres que se occupavam das cousas do saber e da intelligencia (porque dos tres restantes um era homem de cacete e forças, o outro guitarrista, e o outro «premiado»)», os quais «passaram... a esquadrinhar na Bibliotheca, nos grossos tomos nunca d'antes visitados de Fernam Lopes, de Ruy de Pina, d'Azurara, proezas e lendas». (Eça de Queiroz, *A Illustre Casa de Ramires*, 7.ª ed., Pôrto, 1924, pág. 11)...

(1) Agostinho de Campos, ANTOLOGIA *Fernão Lopes*, II, pág. XXXVIII.

É Lisboa cercada e com fome o lugar a que havemos de tornar-nos: sentir a «amgustura» do sítio, a garra da fome no ventre, a sêde das alimárias que chucham a terra amoniacal...

Já se tem feito notar a larga movimentação que o cronista imprime aos seus quadros, fazendo deslocar as multidões com entono e atendendo ao mais pequeno jôgo dinâmico das massas. A agitação, o alvorôto, quer jubilar quer pânico, lança de vez em quando no relato tranqüilo e urdido perturbação de um *gulf stream*. É um fervor subitâneo, a a princípio como que vagamente atordoante mas logo sinfonizado, sujeito ao largo ritmo que domina tôda a crónica (ou não fôsse ela *carónica,* «ordem»):

a gente «começava de ferver pella rrua» (x, pág. 20);

«As gemtes que esto ouviam, [«*Matom o Meestre*»] sahiam aa rrua veer que cousa era; e começando de fallar huũs com os outros, alvoraçavomsse nas voomtades e começavõ de tomar armas cada huũ como melhor e mais asinha podia». (xi, pág. 21);

«Soaram as vozes do arroido pela çidade ouvimdo todos bradar que matavom o Meestre» (*ib.*);

«A gemte começou de sse jumtar a elle, [*Álv. Pais*] cabiam pellas rruas primçipaes, e atravessavom logares escusos». (*Ib.*).

Poderiam multiplicar-se escusadamente os exemplos (1), passando-se mesmo dos fragores multitudinários, dos alevantes (a *Crónica de D. João I* é a reportagem dum motim), às rodas mexeriqueiras, aos «magotes» dicazes e calaceiros que delatam o incremento dos estos da vida urbana num povo ainda recentemente rural (2). Mas êste aspecto ficará para mais oportuna análise.

(Continua).

Vitorino Nemésio.

---

(1) xiv, 30; xli, 70.

(2) xiv, pág. 29.

SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DA MUSICA EM PORTUGAL(1)

MARTINS (VICENTE)

Natural de Lisboa, filho de João Martins. Era praça de charamela, que vagou por fallecimento de Manuel de Pinho. Carta de 5 de setembro de 1646. (Torre do Tombo, *Matriculas*, liv. 6, fol. 99 v.).

MARTINS (VICENTE) 2.º

Natural do Algarve. Cónego da Sé do Funchal. D'elle diz Gaspar Fructuoso:

«Era a melhor voz de contrabaxo que até ao seu tempo houve em Portugal e mui destro no canto, alem de ser bom latino: e diante do Papa (Leão X) mostrou sua habilidade na Capella, com que foi mui louvado e estimado de todos, e lhe faziam em Roma bom partido pela sua falla». (Pág. 190).

MARUZZI (LOURENÇO)

Um aviso de 12 de setembro de 1763, assignado pelo conde d'Oeyras, ordena ao corregedor do crime do Bairro Alto, que mande entregar as chaves de uma loja das casas onde habitava o conego D. Diogo da Costa a Lourenço Maruzzi, musico da santa igreja patriarchal.

---

(1) Cont. do n.º 4, pág. 532.

«Para o correjedor do crime do Bairro Alto. — S. Mag.de he servido que Vmce mande notificar a hum homem que vende louça nas logeas das Cazas em que assiste o conego D. Diogo da Costa, defronte da Santa Igreja Patriarchal, para que dentro em outo dias as dê despejadas, e as chaves das mesmas logeas as mandara V. M.ce entregar ao muzico da mesma Santa Igreja Lourenço Maruzzi que deve ficar ocupando as ditas logeas. Deos guarde a V. M.ce. Paço a 12 de setembro de 1763. — Conde de Oeyras». (Torre do Tombo, *Avisos do Ministerio do Reino,* liv. 9, fol. 136).

MASSA (JOÃO THOMAZ)

Era musico. Em 1753 fez uma petição para que fosse retirado o sparto armazenado na sua casa da Trafaria.

Veja-se o vol. 631 da *Collecção Pombalina* na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

MATA

Das poesias de D. Luis Francisco de Assis Sanches de Baena, mediocre poeta do século passado, mais pomposo no nome que no estro, tirei o seguinte Romance em hespanhol — *A una dama muy diestra en la musica y celebre cantora, que su apellido era Mata:*

Con tanta gracia y primor
Cantais, hermoso prodigio,
que atraheis los corazones
de quantos llegan a oiros.

Mas que todas las Sirenas,
en vos se encuentran echizos;
pues encantan vuestras vozes,
avassalando alvedrios.

Si florecierais en tiempo
del grande Ulises, colijo
os buscaria gustoso,
sin valerse de artificios.

Vuestra presencia, Señora,
os contraria al apellido;
porque este Mata, y aquella
Causa muchos regocijos.

Que vivais largas edades
al Ciclo incesante pide,
para dichoso consuelo
de los que anelan servirvos.

MATHEUS (JOÃO)

D. Pedro I, o cruel ou justiceiro, era muito dado a festas e danças, não se pejando de bailar publicamente, pelas ruas de Lisboa. E *estas danças eram a som dhuumas longas que estonce husavom, sem curando doutro estormento, posto que o hi houvesse, e se alguma vez lhos querian trazer, logo se enfadava delle e dizia que o dessem ao demo e que lhe chamassem os trombeiros.*

Uma noite, estando já deitado e não lhe vindo o somno, ergueu-se da cama e acordando a criadagem e pessoal do paço, veio para a rua dançar, entre tochas, ao som de instrumentos metalicos. Para este fim mandou chamar João Matheus e Lourenço Palos, *que trouvessem as trombas de prata.*

Estas *trombas de prata* eram talvez as *longas* de que acima se falla. Quem sabe se não seriam similhantes ás longas trombetas, que appareceram na *Africana* de Verdi?

Veja-se a este proposito o capitulo XIV da *Chronica de D. Pedro* por Fernão Lopes, que tão pittorescamente descreve as *manhas* musicaes e dançantes do epileptico monarca.

MATIA (MATIAS)

Matias Matia, segundo a ortographia da sua assignatura, filho de Godifredo Matia e de Ignez de Tilde, natural de

Anvers, hospedava-se em casa de Catharina de Basto, viuva de um pintor flamengo, de nome Leonardo, a qual morava na rua por cima do Corpo Santo.

Matias tocava alaúde. Não sei se era musico de profissão, um Macario d'aquelle tempo, ou simples curioso. O que sei é que foi convidado para alegrar com o seu instrumento os amigos de Christovão Lamguel, allemão, mercador de trigo, que morava por detraz de S. Gião ou Julião. O banquete realisára-se n'uma quinta-feira, 5 de dezembro de 1619. Mesa lauta, pratos succulentos, vinhos generosos. Ás 4 horas tinha acabado o jantar, mas os convivas, como é bem de suppôr, continuavam em festa, entrelaçando prazenteiramente as canções alegres com os ditos picantes.

A noite vinha-se approximando. Na rua passou um cego cantando. Era um d'estes vendedores ambulantes, então abundantissimos, de folhetos de cordel — historias, autos e trovas populares. Matias mandou comprar um dos papeis, suppondo que era a cantiga que entoava. Trouxeram-lhe uma folha, no topo da qual se via a imagem da Virgem. Contra o que se esperava, os versos eram sacros e não profanos.

Matias dobrou o papel, foi-o dobrando, até que por fim o atirou pela janella. Fez isto por desfastio, impensadamente, sem cuidar no desacato que praticava? Talvez. As libações tinham-n'o aquecido e bastaria esta circumstamcia para explicar o seu modo de proceder.

Uns visinhos defronte, que haviam presenceado a scena, ou innocentemente ou por malicia, pediram áquelles regalões se lhe davam a estampa que haviam comprado. Matias cahiu em si, reflectindo na inconveniencia que havia praticado e despediu-se á pressa, confuso, em sobresalto, com receio que o fôssem accusar de impiedoso, fazendo-lhe pagar caro a sua leviandade.

No dia seguinte tratou logo de procurar um frade de

S. Domingos, que entendia a lingua flamenga, com quem podesse desabafar e aconselhar-se á vontade. Não o tendo encontrado, voltou de novo, até que por fim, seguindo as advertencias do dominicano e por este acompanhado, se apresentou no tribunal do Santo Officio em sessão de 9 de dezembro, a confessar o seu delicto, se tal nome merecia o seu irreflectido procedimento.

A mesa da Inquisição ouviu as suas declarações, perguntando-lhe se eram sinceras, se nada mais tinha a confessar e se cria no culto das imagens. Matias respondeu que era catholico, filho de paes catholicos e que nunca deixara de ter fé nos santos.

Em presença destas declarações foi-lhe recommendado que não sahisse de Lisboa sem prevenir o Santo Officio e que se apresentasse n'este Tribunal todas as quintas-feiras.

O dominicano que o acompanhava e que servia de interprete, chamava-se Frei Jeronymo Valuano. Era talvez seu compatriota ou teria pelo menos estudado em Louvain.

Este quadrosinho que nos pinta tão ao vivo uma scena do viver intimo e social da colonia flamenga e allemã do nosso paiz no seculo XVII, foi-nos conservado e transmittido por um documento dos archivos da Inquisição, onde se conservam, como fosseis historicos, outros episodios identicos. Chega a gente a ter desejo de perdoar as iniquidades inquisitoriais, attendendo á somma consideravel de revelações curiosas, que o terrivel Tribunal nos legou, aferrolhados por seculos no cofre dos seus impenetraveis sigillos.

MATORIM (MESTRE)

«Apresentado na egreja de S. Miguel de Villa Boa (diocese de Viseu) a mestre Maturim, nosso cantor em logar de Antonio Gonçalves abade que foi da dita egreja e se ora finou. Carta dada em Evora a 6 de novembro de 1497». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Manuel,* liv. 28, fol. 38 v.).

MATOS (MANUEL DE)

N'um aforamento feito pelo convento d'Alcobaça a Vasco de Pina, do paul de junto do Vallado, a 10 de dezembro de 1521, vem como testemunha: *Manuel de Matos, tangedor que ora he do dito mosteiro.* (Livro VI dos *Dourados*, fol. lxxvij).

MATOS (MANUEL DE) 2.º

Atabaleiro d'el-rei. Por seu fallecimento foi dada a propriedade do officio a sua mulher Izabel Bautista, para quem com ella casasse. Alvará de 10 de janeiro de 1644. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João IV, Doações*, liv. 16, fol. 171 v.).

MELLE (RINAUT DE)

Compositor flamengo que floresceu nos fins do seculo XVI. Esteve em Lisboa até o anno de 1580, occupando o logar de mestre da capella de D. Sebastião e D. Henrique.

Veja-se Ernesto Vieira, *Diccionario biographico de musicos,* que não diz, porem, donde tirou esta noticia.

MELLERT (ADOLPHO J.)

No dia 13 de setembro de 1893 falleceu em Lisboa, na casa da sua residencia, rua dos Caetanos, 54, 3.º esquerdo, um artista, cujo nome, apesar de estrangeiro, merece ser registado no movimento artistico-industrial portuguez. Chamava-se Adolpho J. Mellert e era natural de Schwartz Wald, gran-ducado de Baden. Veiu para Lisboa em 1863, indo residir depois, por espaço de dois annos, em Coimbra, onde lhe nasceu um filho. Morreu com 71 annos.

Era relojoeiro e organeiro. Em Lisboa concertou diver-

sos orgãos, sendo o primeiro em que poz as mãos o da ermida dos Milagres, á Estrella. Concertou os orgãos dos conventos das Albertas, Francezinhas, Trinas do Mocambo, Santa Martha e Encarnação. A obra principal foi, porem, o concerto do orgão do Loreto.

Em Coimbra restaurou, em 1883-1884, o orgão de Santa Cruz e fez concertos nos da Misericordia e Santo Antonio dos Olivaes.

Afinava tambem orgãos e entre outros afinou os dos Inglezinhos e Bom Successo.

Fez a planta e orçamento para a restauração do orgão de Belem, assim como para o da egreja dos Paulistas, (freguezia de Santa Catharina, á calçada do Combro). Os desenhos, com relação ao primeiro, devem existir no ministerio das obras publicas.

Antes de se estabelecer em Portugal tinha residido algum tempo em Hespanha.

Estes pormenores soube-os da familia.

No *Diario de Noticias* de 15 de setembro vem o annuncio funebre da seguinte forma:

« Rosa Wchrle Mellert, Carlos Frederico Mellert, Isabel Maria Adão Mellert, ausente, José Antonio Mellert, Amalia Mellert e Roberto Wchrle cumprem o doloroso dever de participar a todos os seus parentes e pessoas das suas relações o fallecimento do seu muito presado marido, pae, sogro e tio, e que o seu funeral terá logar hoje 15 do corrente, pelas 11 horas da manhã, saindo o prestito funebre da sua residencia na rua dos Caetanos 54, 3.º esquerdo, para o cemiterio Occidental ».

MENDES

OITAVA 71

Si los primeros quatro Corifeos,
que entre aquelles frondosos facistoles
satisficieron tanto a los Deseos,
eran de los Parnasos Españoles;

a escurecer los Linos, los Orfeos,
salen con sus dulcissimos bemoles
del Cielo a los Salones Soberanos,
otros quatro eruditos Lusitanos.

72

Eran elles el Mendez sonoroso,
que de Musicos llena a toda España:
el Lobo, en la theorica lustroso,
deste estudio que tanto oido engaña.
Desde el Carmelo altissimo el Cardoso,
que excede al gran Ruger, si le acompaña:
i Rebelo, que puede, desde el Monte
Pindo, baxar osado al Aqueronte.

73

Del Mendez raro a la Nobleza supo
el canto, que es de oidos el arrobo:
la opulencia cantava quanto supo,
no en fabula, enseñar el docto Lobo.
Todo a oir la Virtud me desocupo
con la voz del Cardoso, de Almas robo:
vese, por lo que entona de Rebelo
el Ingenio, en mi pluma absorto el bocelo.

74

Nadie se admire, no; si el sacro Apolo
de España aqui la Musica ha traido,
si acaso sabe, que en el Mundo, solo
es lo que es mas estraño, mao oido.
Si sabe, que de un Polo a otro Polo
en el Coro de Christo instituido,
del Español el canto es mas sincero,
i entre el, el Lusitano es el primero.

Estas oitavas fazem parte do Poema X, *Coronacion del Santiss. P.P. Vrbano VIII.* Parte 2.ª da *Fuente de Aganipe*, Madrid, 1644.

Os musicos a que se refere são Jusquim, Morales el divino, Guerrero e Ruger.

MENDES (ANTONIO)

(Cantor)

«Dom filippe etc. outra tal carta de padrão nem mais nem menos como o acima e atras registado de antonio soarez a Antonio mendez cantor tenor de minha capella e aos annos que tem de seruiço com continuacão etc. de outro tal hum moio de trigo de tença cada anno que comecara no mesmo tempo declarado e com a mesma certidão — do deão — e feita por baltasar de sousa em lixboa a vinte e quatro de feuereiro de seiscentos e hum e soescrito por sebastião perestrello». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II*, liv. 7, fol. 201).

MENDES (FRANCISCO)

A este musico dedica Pedro d'Andrade a seguinte oitava que vem a pag. 272 das suas *Poesias:*

A FRANCISCO MENDES

INSIGNE NA MUSICA

Epitafio XXVIII

Tu que passas detemte, e lê, e intende,
Que quem aqui debaixo é feito terra,
Inda a lembrança de seu canto accende
O frio peito, e abranda a dura serra.
Quem já o ouvio, s'outro mais ouve, offende
Seus ouvidos, e contra si mesmo erra.
Francisco Mendes se chamou, mas Lino,
Mas Orfeo julgar era mais dino.

É muito natural que este Francisco Mendes seja o mesmo de que falla um manuscripto da Torre do Tombo, e de que em seguida transcrevo o trecho que lhe diz respeito, que é d'este theor:

«O Duque d'Aveiro tinha hũ singular musico chamado Francisco Mendez, a quem mandou que alugasse casa junto a elle, e vindo o Na-

tal pediolhe o musico que lhe fizesse merce do dinheiro do aluguer, e porque era solteiro e tão mao caseiro que de marauilha o achauaõ em casa, disse o Duque á Duqueza: Pareceme, Senhora, que tem Francisco Mendez rezaõ, porque casa em que elle naõ mora nem está nunca, como ha de pagar o aluguer della?». (*Memoria dos ditos*, fol. 49).

Pela mesma epocha apparece-nos um Francisco Mendes, capellão e musico da camara real, a quem o cardeal rei, em carta de 3 de fevereiro de 1579 transfere para os livros da fazenda do reino os 12 mil reaes de tença que recebia d'elle antes de ser elevado á coroa.

É de suppor que sejam todos trez o mesmo individuo.

«Dom Amrique &c aos que esta minha carta virem faço saber que eu ey por bem que os $\overline{xii}$ r^{s} que Francisco Mẽdez, meu capellaõ e musico da camara, de mym tinha cada anno âtes que sobcedesse na coroa destes Reinos, se pasem aos L.^{os} de minha fazenda do Reino pera os ter e aver de tẽça em dias de sua vida do primeiro dia de janeiro que passou deste anno presente de b^{e}lxxix em diãte, notefiquo asi e mãdo aos veadores de minha fazenda que lhe façã asẽtar os ditos $\overline{xii}$ r^{s} do L.^{o} della e do dito janeiro em diante despachar em parte onde aja delles bom pagamento, e por firmeza de tudo lhe mãdei dar este por mym asinado e asellado do meu sello pẽdente. Antaõ da Rocha o fez em Lixboa a tres dias de feuereiro anno de j̃b^{e}lxxix e eu Aluaro Pirez o fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 42, fol. 270).

MENDES (JOÃO)

(Cantor)

«Eu elRey faço saber aos q̃e este aluara virem que ey por bem e me praz de fazer merce a Joaõ Mẽdez, cantor de minha capella desta corte, de cem cruzados cada anno ẽquanto seruir a dita capella, os quaes lhe seraõ pagos no thesoureiro do C.^{o} da corte de Portugal que reside nesta corte e os comecara a vẽcer de xxiij de setẽbro deste anno preseẽte em diante que he o em que lhe fiz delles merce, pello que mando a dom Diogo da Silua, cõde de Salinas e Ribadio, duque de Fanca Villa, do meu conselho de estado e vedor de minha fazenda, que nas

folhas que em cada hum anno se ouuerem de fazer para o dito thesoureiro faça lançar nelles ao dito Joaõ Mẽdes os ditos cem cruzados em diante, com certidaõ do capellam mór de minha capella desta corte de como serue nella, e este ey por bem que valha como carta posto que seu effeito aja de durar mais de hum anno sem embargo da ordenaçaõ que o contrario dispoem. G.co Loureiro o fez em Madrid a vinte oito de outubro de seis centos e onze. o Secretario Francisco de Vascõcellos o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 23, fol. 313).

MENDES (JOÃO)

(Cantor)

«Dom Phelipe &c aos que esta minha carta virem faço saber que tendo consideração a se me aver reprezentado por Joaõ Mendes, cantor de minha capella, lhe fizesse merce de o apozentar, e que se lhe dessem pela coroa deste reino de Portugal duzentos ducados por outros tantos, que elle gozava pela casa de Castella, e porque lhe he preciso irse a viver á cidade de Evora, de donde he natural, me pedio lhe fizesse merce de mandar que trezentos ducados que gozava de gazes (*sic*, deve ser gajes) pella caza de Bergonha se lhe pagasem tambem pella coroa de Portugal das rendas que me pertenciaõ na dita cidade de Euora e que os duzentos ducados primeiros e estes tresentos sejaõ ducados castelhanos de onze reales e que naõ lhe pesaõ *(peção)* direitos desto na chancellaria de Lixboa, e ei por bem fazer merce que me pedio e começara a uencer os ditos quinhentos ducados de uinte e quatro de abril deste anno prezente em diante, que he o tempo em que lhe fiz esta merce e nos liuros das ditas cazas de Castella e Bergonha ficão postas verbas pellos officiais dellas de como naõ se lhe aõ de pagar nellas do dito dia vinte e quatro de abril em diante os ditos quinhentos ducados, pello que mando aos vedores de minha fazenda que lhes façaõ asentar nos liuros della das imposiçoẽs da dita cidade dEvora e do dito tenpo em diante despachar cada anno na folha do asentamento dellas os duzentos e uinte mil rs que montaõ nos ditos dozentos ducados de onze reales dos quaes naõ pagara direitos algũs em minha chancelaria por lhe fazer de tudo merce pella maneira acima declarada e por firmesa de todo lhe mãdei dar esta carta por mim asinada e selada do meu sello pendente. Baltesar Ferreira a fez em Lixboa a quinze de junho de mil e seis centos e uinte e oito. Sebastiaõ Perestrello o fes escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe III, Doações,* liv. 31, fol. 312).

MENDES (LOURENÇO)

(Cantor)

«Dom Johã &c A quantos esta minha carta virem faço saber que avendo eu respeito aos muitos seruiços que tenho recebidos de Lourenço Mendes, meu cantor, e espero que ao diante me faça, e querendolhe por elles fazer merce, tenho por bem que elle tenha e aja de mym em dias de sua vida tres moyos de triguo cadanno do primeiro dia do mes de janeiro deste anno presente de quinhentos cinquoenta e quatro em diante. E por tanto mãdo ao baraõ daluito veedor de minha fazenda que lhos faça asentar no Liuro della e do dito janeiro em diante lhos despache em parte donde aja delles bom paguamento. E pera firmeza dello lhe mandey dar esta carta por mym asinada e asellada com o meu sello. Antonyo dabreu o fes em Lixboa a cinquo dias de mayo, Anno do nascimento de nosso Senhor Ihũ xp̃o de mil b.^{e} cinquoenta e quatro. E eu Antaõ dafonseca o fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III*, liv. 58, fol. 176).

«Dom Sebastiaõ &c aos que esta minha carta virem faço saber que avemdo respeyto aos seruiços de Lourenço Mendez, meu cantor, e por lhe fazer merce, ey por bem e me praz que elle tenha e aja de minha fazenda de tença cada anno dez mil rs, ẽquanto naõ for prouydo doutra cousa, de que lhe faça merce, porque prouendo o largará os ditos dez mil rs de tença, os quais comecará a vencer de janeiro deste anno presente de b^{e}lxbj em diante e lhe seraõ pagos no thesoureiro mor, ou quem seu cargo seruir com certidaõ de M.^{el} Coresma Barreto de como naõ he prouydo doutra cousa, e pera firmeza de todo lhe mandei dar esta per mym asinada e sellada com o meu sello pendente. Dada na cidade de Lixboa a xj dias doutubro — Joaõ Aluarez o fez — anno do nacimẽto de noso Senhor Ihũ Xp̃o de jb^{e}lxbj — Alluaro Pirez o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 20, fol. 278 v.).

MENDOÇA (FRANCISCO DE)

(Cantor)

«Eu elRey faço saber aos que este alluara virem que avemdo eu respeito aos seruiços de Francisco de Memdoça, meu camtor, ey por

bem e me praz de lhe fazer merce de dez mill rs em cada hum anno, que lhe seraõ paguos no meu thesoureiro ou em quem seu carguo seruir do prymeiro dia do mes de janeyro do ano que vem de bᵒlxx e tres em diamte, os quaes dez mill rs ey por bem que aja cada ano alem dos mais ordenados que de mim tem. E por tamto mamdo a Ruy Gomez de Carualhosa, que ora serue de meu thesoureiro mor, e a quem pello tempo em diamte o tall carguo seruir que do dito primeyro dia do mes de janeyro do anno que vem de mill bᵒlxxiij em diamte dee he pague ao dito Francisco de Memdoça estes dez mill rs de que lhe asy faço merce em cada hum ano, e aos veeadores de minha fazenda que lhos façaõ asemtar no Liuro della no titolo do thesoureiro mor pera nelle lhe serem paguos cada ano como dito he. E por quamto eu lhe fiz esta merce aos xxj dias do mes de julho deste ano presemte de mill bᵒlxxij em diamte lhe mãdey paguar por hum meu alluara em Ruy Gomes de Carualhosa, que serue de meu thesoureiro mor, quatro mill iiijᵒlRb rs que lhe momtam aver dos ditos xxj dias de julho deste presemte ano, em que lhe fiz esta merce, ate fim de dezembro delle e este alluara quero que valha, tenha força e vyguor como se fose carta feyta em meu nome, por mim hasynada e pasada pella minha chancellaria, sem embarguo da ordenaçaõ do 2.º liuro que diz que as cousas cujo efeito ouuer de durar mais de hum ano pasem per cartas e pasamdo per alluaras naõ valhaõ. Manuel Framco o fez em Lixboa a xxiiij de julho de jbᵒlxxij. Sebastiaõ da Costa o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 3, fol. 203 v.).

«Eu elRey faço saber aos que este aluara vyrem que eu ey por bem e me praz de fazer merce a Francisco de Mendoça, meu camtor, de $\bar{x}$ r.ˢ de tẽça cada anno de janeiro deste anno presente de bᵒlxxiiij em diamte, allem do ordenado que ja tem, os quaez teraa e auera ẽquamto me seruir na capela ou em outro seruiço meu ou naõ for prouido de alguũ oficio ou pemsaõ, por que sẽdo prouido os largara e naõ auera mais. E portamto mando aos vedores de minha fazenda que lhos façaõ asemtar no Liuro della e despachar em cada huũ anno pera luguar omde delles aja bom paguamento com certidaõ do adayaõ ou mestre da minha capela de como serue e naõ he prouido, e este ey por bem que valha, tenha força e uigor como se fose carta feita em meu nome por mim asinada e pasada por minha chancelaria sem ẽbargo da ordenaçaõ em contrario. Francisco da Maya o fez em Almeyrim a bj de maio de mil e bᵒlxxiiij. E eu Aluaro Pirez o fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 34, fol. 18).

Vide Alvará de perdão (1578) em *D. Sebastião e D. Henrique, Legitimações e Perdões*, liv. 22, fol. 308 v.

«Eu elRey faço saber aos que este alluara virem que eu ey por bem e me praz fazer merce a Francisco de Mẽdoça, meu cantor, de oyto mil rs em cada huũ anno em quanto seruir, pera ajuda da mantença de hum caualo, os quaes oyto mil rs que lhe seraõ pagos no meu tesoureiro mor ou em quem seu carrego seruir com certidaõ de hum dos apontadores de minha capella de como elle Francisco de Mẽdoça serue nella e tem cauallo, e em outra maneira os naõ auera: pello que mando aos vedores de minha fazenda... Simaõ Borralho a fez em Lixboa aos seis de outubro de ĵb^{e}lxxbij. Duarte Diaz a fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique*, *Doações*, liv. 40, fol. 119).

«Dom Anrique &c aos que esta minha carta de padraõ virem faço saber que eu ey por bem e me praz, por fazer merce a Francisco de Mendoça, meu cantor, que elle tenha e aja de minha fazenda tres moios de triguo de tẽça cada anno em dias de sua vida asy como tem os outros meus cantores, os quaes começara a vẽcer de janeiro deste anno presente de b^{e}lxxix em diãte. Notefiquo asy e mãdo aos veadores de minha fazenda que lhos façã asẽtar no L.^{o} della e despachar cada anno em parte onde lhe sejaõ bem pagos, e por firmeza disso lhe mãdei dar esta por mim asinada e asellada do meu sello pẽdente. Antaõ da Rocha a fez em Lixboa a quatro de maio de jb^{e}lxxix. E eu Aluaro Pirez a fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique*, *Doações*, liv. 42, fol. 285).

«Dom Felipe &c faço saber aos que esta minha carta virem que havemdo respeito aos seruiços de Francisco de Mendoça, meu camtor, e por lhe fazer merce, ey por bem e me praz que elle tenha e aja de minha fazemda, do primeiro de janeiro deste ano presemte de b^{e}lxxxiij em diamte, doze mill r^{s} de temça cada ano, em dias de sua vyda, que lhe seraõ paguos com certidaõ do capellaõ mor ou em sua ausemcia do dayaõ de minha capella de como serue autuallmente em ella, e semdo caso que em allguũ tempo adoeça de ifermidade ou velhyse, que lhe impedaõ o seruiço de minha capella, ey por bem que se lhe paguem com ha dita certidaõ de como pella dita causa deyxou de seruir, e por tamto mãdo aos veedores de minha fazemda que lhos fação hasemtar

no liuro della e do dito janeyro em diamte despachar cada ano pera parte homde lhe sejaõ bem paguos, e por firmeza de todo lhe mãdey dar este por mim hasinado e asellado do meu sello pemdemte, e ao passar delle pela chancelaria naõ paguara nella direitos allgũs que pertemçaõ a minha fazemda desta temça por quãto lhe faço delles merce. Amtaõ da Rocha o fez em Lixboa a xiiij de feuereiro, ano do nacimento de noso Senhor Ihũ Xp̃o de jb^{e}lxxxiij. Manoel dAzeuedo a fiz espreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 9, fol. 84).

«Dom Felipe &c A quantos esta minha carta virem faço saber que avendo respeito aos seruiços de Francisquo de Mendoça, meu cantor, a informação que tiue de suas indisposiçoĩs da garganta, que lhe impedem naõ poder cantar, de que presemtou certidoĩs do meu fisico mór e sirurgiaõ de minha capella, ey por bem e me praz fazerlhe merce de o apousemtar e auer por escuso do seruiço della e que os trinta mil rs que tem de ordenado e oyto mil rs de vestiaria aja tudo de temça cada anno em sua vida, e isto alem das mais tenças que tiuer de dinheiro e trigo, as quais tendo allgũa clausulla, que obrigue a vencellas seruindo ou per qual quer outro respeito ey por bem que se lhe tire para que as aja liuremente e se lhe paguem cada anno sem obrigaçaõ de seruir. Noteffico o assy a dom Fernando de Noronha, conde de Linhares, do meu cõselho do estado e védor de minha fazenda, e lhe mando lhe faça asentar os ditos trynta e oyto mil rs de tença nos lyuros della e de janeiro do anno que vem de mil b.^{e}lRij (1592) em diante despachar cada anno em parte onde aja delles bom pagamento, constandolhe primeiro per certidaõ de Jeronimo da Rocha Soares, escryuaõ da matricola dos moradores de minha casa de como no assento do dito Francisco de Mendoça fica posta verba em como do dito janeiro do anno que vem em diante naõ ha dauer mais os ditos trynta mil rs de ordenado por lhe fazer merce delles em tença, e per outra certidaõ do contador mor de meus contos do Reynno porque consta que no liuro das vestiarias dos ditos contos fica posta verba que naõ ha daver o dito Francisco de Mendoça pagamento de vestiarya pequena que dantes tinha, pella qual havia cada anno de merce oyto mil rs no meu thesoureiro mor, por quanto os hadauer de tença per esta carta e nos liuros de minha fazenda nos assentos das tenças do dito Francisco de Mendoça se fará decllaraçaõ que as averá so obrigaçaõ de seruir na dita capella, e porque nas ditas tenças ẽtraõ oyto mil rs que elle tem para mãtimẽto de huã caualgadura que a prouisaõ delles declara que os averá tendoa e se lhe pagaraõ com certidaõ de hum dos apontadores da dita capella de como a tem, ey por bem que

com a mesma decllaraçaõ lhe sejaõ os ditos oyto mil rs despachados dahy em diante, de que se fará declaraçaõ no assento delles do dito lyuro de minha fazenda, de que passará certidaõ huũ dos escryuãis della e no assento do dito Francisco de Mendoça do liuro das merces porá Sebastião Diaz, fidalgo de minha casa, verba em como naõ ha daver mais os oyto mil rs que avya cada anno de merce no thesoureiro mor pera vestiarya grande por os aver daver em tença como dito he, de que outro si passará sua certidaõ nas costas desta carta, que por firmeza de todo lhe mandey dar per mim assinada e sellada com o meu sello pendente. Dada na cidade de Lixboa a xxiij de dezembro — Manuel Franco a fez anno do nacimẽto de nosso Senhor Ihũ Xp̃o de mil quinhentos nouenta e hũu; os quais $\overline{\text{xxxbiij}}$ r.^{s} com que ei por bem de apousentar ao dito Francisco de Mendoça, saõ os trynta mil rs de seu ordenado e vestiaria alem dos corenta mil rs que tem de tença e tres moyos de trigo -s- $\overline{\text{xxbiij}}$ rs por tres alluaras do senhor Rei dom Sebastiaõ meu sobrynho, que santa glloria aja, dous de $\overline{\text{x}}$ rs cada hum e outro de $\overline{\text{biij}}$ r^{s}, que são os da caualgadura e doze mil rs per hũa minha carta de padraõ e os tres moyos de trigo per outra do senhor rei dom Henrique meu tio que Deus tem. Eu Ruy Dias de Meneses a fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 24, fol. 139).

(Continúa).

Sousa Viterbo

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 15 DE OUTUBRO DE 1930

Aos 15 de Outubro de 1930 reüniu-se a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. Costa Lôbo.

Foram presentes os livros oferecidos e vária correspondência. O Presidente comunicou ter encontrado da parte dos Sócios correspondentes do Instituto, residentes em Paris, a maior boa-vontade para a realização, nesta cidade, de uma sessão do Instituto, devendo especializar o Sr. Raymond Poincaré, o qual acedeu a assumir a presidência dessa sessão.

Anunciou ainda a vinda de Mgr. Baudrillart e R. Altamira, os quais virão fazer conferências ao Instituto.

Os Secretários informaram a Assembleia do andamento das publicações do Instituto, particularmente das *Memórias de Castilho,* e por sua proposta foi aprovado que se consignasse na acta um voto de reconhecimento pelo subsídio concedido pela Junta de Educação Nacional. Foi resolvido preparar a publicação do 2.º vol. das *Memórias do Instituto.*

Procedeu-se em seguida à eleição de Sócios, a qual deu o seguinte resultado:

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

Augusto Cardoso Pinto, publicista.
José de Castro, publicista.

Pedro Vitorino, Conservador do Museu Municipal do Pôrto, e publicista.

Emanuel Ribeiro, prof. e publicista.

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Narciso Alonso Cortés, prof. e publicista.

Paul Crokaert, «batonnier» da Ordem dos Advogados da Bélgica.

B. Hollande Hansen, Director do Instituto de Bergen.

De nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu, Cabral de Moncada, lavrei a presente acta.

(aa.) F. M. da Costa Lôbo.
Cabral de Moncada.

REVISTAS E PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Durante o ano de 1930 *O Instituto* recebeu por permuta as publicações seguintes, que muito agradece:

Badajoz — *Revista del Centro de Estudios Extremeños.*

Barcelona — *Ginesta.*

Bergen — *Bergens Museums Arbok. Historisk-Antikvarisk Rekke.*

Bogotá — *Boletim de propaganda agrícola.*
—— — *Boletin de Agricultura.*
—— — *Revista de industrias.* Organo del Ministério de Industrias.

Bolonha — *L'Università Italiana.* Rivista dell'istruzione superiore.

Bonn — *Ibero-amerikanisches Archiv.*

Bremen — *Abhandlungen herausgegeben von Naturwissenschaftlichen Verein zu Bremen.*
—— — *Niederdeutsche Zeitschrift für Volkskunde.*
—— — *Abhandlungen und Vorträge.* Herausg. v. d. Bremer Wissenschaftlichen Gesellschaft.

Brescia — *Commentari dell'Ateneo di Scienze, Lettere ed Arti in Brescia.*

Bruxelas — *Analecta Bollandiana.*

Buenos-Aires — *Nosotros.*
—— — *Anales de la Sociedad Cientifica Argentina.*
— — *Boletin del Seminario Matemático Argentino.*
— — *Anales de la Academia de Ciencias exactar, físicas y naturales.*

Caracas — *Boletin del Archivo Nacional.*
—— — *Boletin de la Academia Nacional de la História.*

Castellón — *Boletin de la Sociedad Castellonense de Cultura.*

Cocujães — *O Missionário Católico.*

Coimbra — *Estudos.*
—— — *Biblos.* Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
—— — *Boletim do Instituto Francês em Portugal.*
—— — *Boletim da Biblioteca da Universidade.*
—— — *Revista de Legislação e de Jurisprudência.*

Coruña — *Boletin de la Real Academia Gallega.*

Cuzco — *Revista Universitaria.* Organo de la Universidad del Cuzco.

Fortaleza (Ceará) — *Revista trimensal do Instituto do Ceará*, sob a direcção do Barão de Studart.

Frankfurt a. M. — *Natur und Museum.*

—— — *Senckenbergiana.* Wissenschaftliche Mitteilungen herausg. v. d. Senckenbergischen Naturforschenden Gesellschaft.

Guimarães — *Revista de Guimarães.* Publicação da Sociedade Martins Sarmento.

Habana — *Revista bimestre cubana.*

Haarlem — *Archives Néerlandaises de Physiologie de l'homme et des animaux*, pub. p. la Société Hollandaise des Sciences à Harlem.
—— — *Archives Néerlandaises des Sciences Exactes et Naturelles*, pub. p. la Soc. Hollandaise des Sciences Naturelles.
—— — *Archives Néerlandaises de Phonétique Expérimentale*, pub. p. la Société Hollandaise des Sciences à Harlem.

Hamburgo — *A revista alemã.* Orgão do trabalho e da cultura alemã para o Brasil, Portugal e Colónias.

Jerez de la Frontera — *Revista del Ateneo.*

Lima — *Boletin de la Sociedad Geográfica de Lima.*

Lisboa — *Boletim mensal da Direcção Geral de Estatistica.*
—— — *Jornal das Sciências Médicas de Lisboa.*
—— — *Boletim do Ministério da Agricultura.*
—— — *Boletim da Agência Geral das Colónias.*
—— — *Lisboa Médica.*
—— — *Gazeta da Relação de Lisboa.*
—— — *Anais do Club Militar Naval.*

Lisboa — *Boletim da Sociedade de Geografia.*
—— — *Boletim da Assistência Nacional aos Tuberculosos.*
—— — *A Medicina Contemporânea.*
—— — *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciências de Lisboa.*
—— — *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses.*
—— — *Revista Militar.*
—— — *Nação Portuguesa.*
—— — *A Lingua Portuguesa.* Revista de Filologia.
—— — *Arquivo de Anatomia e Antropologia,* fundada e dirigida pelo prof. Henrique de Vilhena,
—— — *Arquivos do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana.*
—— — *Boletim de Estatística e Informação Agricola.*

Londres — *The Geographical Journal.*
—— — *Bulletin of the Institute of Historical Research.*

Luanda — *Angolana.*

Macau — *The Macao Review.*

Madrid — *Revista Matemática hispano-americana.*
—— — *Boletin de la Real Sociedad Geográfica.*
—— — *Razon y Fé.*
—— — *Revista de Filologia Española.*
—— — *Religion y Cultura.*
—— — *Revista de Obras publicas.*
—— — *La Escuela Moderna.*
—— — *Suplemento à la Escuela Moderna.*
—— — *Boletin Bibliográfico del Centro de Intercambio Intelectual Germano-Español.*
—— — *Investigación y Progreso.*
—— — *Revista de las Españas.*
—— — *Archivo ibero-americano.* Revista de estudios historicos publicacion bimestral de los padres franciscanos.
—— — *Revista de la Biblioteca, Archivo y Museo.* (Ayuntamiento de Madrid).
—— — *Boletin de la Real Academia de la Historia.*
—— — *Boletin de la Universidad de Madrid.*

Málaga — *Revista española de estudios biblicos.*

Managua — *Revista de Educacion.*

Milano — *Rendiconti del Seminario Matematico e Fisico di Milano.*
—— — *Rivista Internazionale di Scienze Sociali e discipline ausiliarie.*

Montevideo — *Revista del Instituto historico y Geografico del Uruguay.*
—— — *Enciclopedia de Educacion.* Pub. trimensal.
—— — *Anales de instrucción primaria.* (Publicación bimestral destinada a los trabajos nacionales).

Munich — *Sitzungsberichte der Bayerischen Akademie der Wissenschaften.* Philosop.-philol und histor. Klasse.
—— — *Mathem.-naturwissenschaftl.-Klasse.*

Nova Goa — *Boletim do Instituto Vasco da Gama.*
—— — *Arquivos da Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa.*

New York — *Bulletin of the New York Public Library.*

Orense — *Boletin de la Comision Provincial de Monumentos Historicos y Artisticos de Orense.*

Palma de Mallorca — *Bolleti de la Societat Arqueológica Luliana.*

Paris — *Revue économique française,* pub. p. la Société de Géographie Commerciale de Paris.
—— — *Hespéris.* Archives berbères et bulletin de l'Institut des Hautes Études Marocaines.
—— — *Études.*
—— — *Voyages et Colonies.*

Perm — *Bulletin de l'Institut des recherches biologiques et de la Station biologique à l'Université de Perm.*

Pôrto — *Portucale.* Revista ilustrada de cultura literária, scientífica e artística.
—— — *Arquivos de Clínica Médica.* Director Prof. Dr. Tiago d'Almeida.
—— — *Brotéria.*

Pôrto Alegre — *Revista do Museu e Archivo Publico do Rio Grande do Sul.*

Quito — *Anales de la Universidad Central.*

Rio de Janeiro — *Boletim do Museu Nacional.*
—— — *Revista da Academia Brasileira de Letras.*
—— — *Arquivos do Museu Nacional.*

Roma — *Rassegna italiana, Politica, litteraria e artistica.*

S. Paulo — *Boletim mensal da Câmara Portuguesa de Comercio de S. Paulo.* (Brasil).

S. Sebastian — *Revista internacional de estudios Vascos.*
—— — *Boletin de la Sociedad de Estudios Vascos.*

Salamanca — *La Ciencia Tomista.* Publicación bimestral de los dominicos españoles.

Saragoça — *Universidad.* Revista de Cultura y vida universitaria.

Santiago de Chile — *Anales de la Universidad de Chile.*

Tortosa — *Boletin Mensual del Observatorio del Ebro.*

Udine — *Ce Fastu?* Bollettino meusile della Società Filologica Friulana.

Upsala — *Skrifter uitgiva av Kungl. Humanistika Vetenskaps-Samfundet.*

—— — *Bulletin of Geological Institution of the University of the Upsala.*

LIVROS RECEBIDOS

O Instituto recebeu e muito agradece os livros seguintes:

Estudos Nacionais:

I — *Cerâmica Portuense,* pelo Dr. Pedro Vitorino.

II — *Os Pelourinhos Portugueses*, por Luís Chaves.

III — *Francisco Bartolozzi e os seus discípulos em Portugal*, por Ernesto Soares. Edições Apolino. Gaia, 1930.

A Casa de Mateus, por Armando de Matos. Edições Apolino, 1930.

Velhos de Barbosa do Paço Solar de Marrancos, por Ernesto Velho. Pôrto, 1930.

Oriente y Occidente, por Juan J. Grinó. R. Tagore—F. Garcia Sanchis. 1930. El Escorial.

Artistas Portugueses do Século XVIII, por Júlio Jesus. Coimbra, 1930.

Chivalry, Edited by Edgar Prestage. London, 1928.

A Sertã e o seu Conselho, por P.e António Lourenço Farinha. Lisboa, 1930.

Constituïções do Bispado de Coimbra, pelo Ex.mo e Rev.mo Sr. Bispo Conde D. Manuel Luís Coelho da Silva. Coimbra, 1929.

A Importância e o valor educativo da língua inglêsa, por Bernardino Gracias. Aveiro, 1929.

Impressões da África do Sul, por José de Almada. Lisboa, 1929.

Trinta e cinco anos de vida Militar (1808-1834), pelo Barão das Lages, Luís (graduado em direito). Pôrto, Tipografia Peninsular.

Notícia genealógica da Casa das Lages de Pénafiel, por Luís de Lencastre Carneiro de Vasconcelos. Pôrto, 1928.

Comité National Français de Gèodèsie et Géophysique. Paris.

A Inquisição de Gôa. Vol. II, por António Baião. Coimbra, 1930.

Escritos de El-Rei D. Pedro V. Vol. V, publicados pela Academia das Sciências de Lisboa. Coimbra, 1930.

Dicionário Bibliográfico da Guerra Peninsular. Vol. IV. *U-Z Suple-*

mento A-Z, por Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda. Coimbra, 1930.

Perigos que ameaçam a Europa e a Raça Branca — Perigo Amarelo ou Mongólico, por J. Andrade Saraiva. Lisboa, 1929.

Terras de S. Francisco, por P. J. de Castro. Rio de Janeiro, 1928.

S. Francisco de Assis, por P. José de Castro. Segunda edição. Rio de Janeiro, 1926.

Antero de Quental e a sua morte, por Manuel da Câmara. Ponta Delgada, 1930.

Aspecto Sanitário da Emigração no Minho, pelo Dr. José Crespo. Coimbra, 1930.

Vinhos Verdes... e Azedos, por Carlos de Passos. Pôrto, 1929.

IV session de l'Institut d'Anthropologie. XV Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistorique. Pôrto, 1930.

Institut d'Anthropologie de la Faculté des Sciences de l'Université de Porto. Notice Sommaire. Pôrto, 1930.

Transmontanos Ilustres — O Visconde de Carnaxide, pelo Grémio de Trás-os-Montes. Lisboa, 1930.

Indice de la obra dada a luz por D. Jerónimo Becker — Diario de la Primera Partida de la Demarcación de limites entre España e Portugal em América, por Alfredo Gummà y Marty. Madrid, 1930.

Ditames e Ditérios — Glosas em verso de Ditados ou dizeres comuns, por Alfredo da Cunha. Lisboa, 1930.

O Académico Latino Coelho, por Alfredo da Cunha. Lisboa, 1929.

O Outro Conto Dramático en tres Scenas, por Alvaro de las Casas. Alauda, 1930.

Pancho de Rébada, por Alvaro de las Casas. Alauda, 1930.

Utilizacion de las Mareas de la Costa a Patagonica. Estudio Realizado por la Comision Nacional Honoraria a propuesta de la Academia de Ciencias Exactas, Fisicas y naturales de Buenos Aires. Buenos Aires, 1928.

Utilizacion de las Mareas de la Costa Patagonica. Estudio realizado por la Comision Nacional Honoraria a propuesta de la Academia de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales de Buenos Aires. Buenos Aires, 1928.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873–1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877–1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$00

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho:

Vols. I e II cada ..... 20$00

Vol. III ..... 25$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25$00
Número avulso	10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.